Ensaios Clássicos

Paulo Timm - Org. - Torres/RS 2022

1. Celso Furtado - Que somos?
2. Jean Paul Sartre - Romancistas Norte Americanos visto pelos Franceses
3. Darcy Ribeiro - Segunda Carta de Pero Vaz de Caminha a El Rei
4. Rogério A. S. Vianna - Literatura e Tecnologia para o Próximo Milênio
5. Edgar Morin - Os sete saberes necessários à educação do futuro
6. Fernando Henrique Cardoso - Globalização nos países em desenvolvimento
7. Delfim Soares - Revolução cibernética na comunicação e ilusão democrática
8. Luiz Pereira - Ensaios de sociologia do desenvolvimento
9. Italo Calvino - Porquê ler os Clássicos
10. Rejane Xavier - Maquiavel: da ética política como ética da responsabilidade
11. Arnaldo Barbosa Brandão - Arquitetura
12. Mario Vargas Llosa - A batalha de um homem só
13. Fred Dallmayr - Para além da democracia fugidia: algumas reflexões modernas e pós-modernas
14. Gustavo Franco -Shakespeare e o impeachment - As semelhanças entre a obra do dramaturgo e a crise política

15. Jorge Luiz Borges - História da Eternidade

16. Mauro Santayana - As primaveras prematuras

17. João Guimarões Rosa - Discurso de posse

18. Spinoza - Conatus - Texto da série ética

19. Renato Steckert de Oliveira - O Patriarca: um homem trágico que tentou o impossível

20. Jorge A. Saes

21. Ladislau Dowbor - Capitalismo financeiro

22. Robert D. Kaplan - The coming anarchy

23. Solange Rosa Fernandes - Histórico do design de superfície

24. Milton Ribeiro - Tropicalismo

25. Fernando Gomes - Como eu sinto o tropicalismo

26. Rodrigo Sombra - Rogério Duarte

27. Alfeu - Tropicalismo jogou com os estereótipos de brasilidade

28. Jorge A. Saes - O Consolador Prometido

29. João Carlos Brum Torres - A desigualdade entre os homens segundo Russeau: Um dos momentos da inteligência humana de todos os tempos

30. Reinaldo Azevedo - Que falta faz um Voltaire

31. Peter Pál Pelbart - Biopolítica

1
CELSO FURTADO

QUE SOMOS?

Nos momentos de crise, quando todas as referências parecem incertas, cobra plena validade a velha pergunta Que somos? Como se o homem necessitasse de desafio para tomar consciência de que em seu futuro sempre estará embutido um elemento de mistério, algo irredutível à sua experiência vivida. Se perguntarmos "Que somos?" é que estamos em crise de identidade, sentimo-nos incômodos na pele ou dentro da roupa que estamos usando.

Essa consciência de estar representando um papel equivocado na história esteve no centro das preocupações dos intelectuais que promovem o movimento contestador, mal chamado de Semana de Arte Moderna, de 1922. Começava, então, a desmoronar o velho edifício da economia primário-exportadora, quadro formativo de nossa sociedade, que se mantinha de pé graças às muletas da política dita de "valorização" do café.

Assentado o pó desse desmoronamento, um ministro da Educação, Gustavo Capanema, cometeu a Mário de Andrade a tarefa de dar resposta, numa obra coletiva, às perguntas que havia permanecido no ar desde que o país fora acordado de seu sono letárgico pelos estampidos de 22. Mas o tempo já havia o seu trabalho.

Através dos solavancos políticos dos anos 20, da crise econômica de 29 e das rupturas institucionais dos anos 30 o Brasil abrira caminho entre os escombros da velha ordem desmoronada, como um rio que descobre novo leito para correr. Industrialização e urbanização estavam modificando profundamente a velha estrutura social.

Um contexto externo adverso havia imposto a introversão da economia, que se apoiava de forma crescente no mercado interno. Os velhos paradigmas vindo do exterior se esvaeciam.

Nessas fases históricas de robusto otimismo o agir para pensar sobrepõe-se ao pensar para agir, se me permitem uma paráfrase de Goethe. Compreende-se, portanto, que Mário de Andrade haja desenvolvido a missão, confessando a inviabilidade do projeto, certo de que não seria fácil retratar uma personagem em pleno processo de metamorfose, com um perfil ainda não definido. A tarefa que então podia ser realizada, e que foi brilhantemente cumprida por Fernando de Azevedo, não podia ir muito além de uma inventariação do acervo que nos legara o passado. Vivia-se uma época de certezas e nessa fase da vida de um povo as crises de identidade são fenômenos microsociais, que encontram espaço no plano da biografia, mas dificilmente no da história. Dava-se como evidente a autenticidade de obras como a de Villa-Lobos, de Portinari, dos novelistas regionais, que eram lidos avidamente de norte ao sul país.

Hoje vivemos uma fase que não é apenas de contestação, mas também de desilusão e ansiedade. A nova mansão construída na euforia da industrialização e da urbanização exibe gretas em todas as suas paredes. Já a ninguém escapa que nossa industrialização tardia foi conduzida no quadro de um desenvolvimento imitativo, que reforçou tendências atávicas de nossa sociedade ao elitismo e á opressão social. Formas mais sutis e mais insidiosas de dependência, infiltradas nos circuitos financeiro e tecnológico, vieram substituir a tutela antes exercida pelos mercados externos na regulação de nossas atividades produtivas. O processo de acumulação foi posto a serviço da modernização desbridada do estilo de vida dos estamentos sociais de rendas médias e altas, desatendendo-se a satisfação das necessidades mais elementares da massa da população.

O autoritarismo político, ao neutralizar todas as formas de resistência dos excluídos, exacerbou as tendências anti – sociais do desenvolvimento

mimético. Mas autoritarismo, como Jano, tem duas faces. Se por um lado favoreceu os interesses criados da área econômica, por outro lado propiciou um deslocamento da esfera política, que adquiriu crescente autonomia de decisão sob a forma de poder tecnocrático. Ao autoritarismo devemos à ideologia geopolítica da "potência emergente", que conduziu ao faraonismo, cuja expressão mais aberrante foi a frustrada construção da via Transamazônica. Também aí tem raízes o processo de endividamento externo, que nos reduziu a uma situação de dependência sem precedente desde a época colonial. È próprio das situações de crise que aumente o poder de percepção do homem com respeito ás contradições do mundo que ele mesmo cria. Somente uma crise da dimensão da que se produziu na Europa Central na primeira metade deste século poderia aguçar a sensibilidade humana aos extremos que testemunha a obra de um Kafka ou de um Musil. Essa hipertrofia da percepção dos impasses a que a história pode conduzir uma sociedade não é estranha às explosões de criatividade artística que marcaram a vida de certos povos, mas está longe de ser condição suficiente para imprimir sinergia às forças sociais e canalizá-las num sentido construtivo.

A retomada do desenvolvimento, se um processo endógeno, também requer a criatividade no plano político, a qual somente se produz se, à aguda percepção do momento histórico, adiciona-se um elevado ingrediente de vontade coletiva. O afinamento da sensibilidade e o estado de extrema lucidez que se produzem em certos indivíduos nos momentos de crise podem dar excepcional brilho a uma decadência. Mas somente a vontade política é capaz de canalizar as forças criativas para a reconstrução de estruturas sociais avariadas e a conquista de novos avanços na direção de formas superiores de vida.

Pode parecer paradoxal falar de decadência a uma geração que se alimentou de triunfalismo. Mas, que é nosso subdesenvolvimento senão o saldo negativo que nos deixaram repetidos soçobros na decadência? Nos albores de nossa história, no século XVI, ocupávamos posição de vanguarda na tecnologia e desfrutávamos de um nível de vida dos mais altos da época. Foi a longa decadência da economia açucareira, iniciada pela metade do século XVII que produziu rígidas estruturas sociais do Nordeste, esse caso extremo de subdesenvolvimento das Américas. E que dizer desta região mineira, de precoce urbanização, que ocupou no século XVIII eminente na criação artística para em seguida prostrar-se, como enxágüe, em longa letargia?

Temos o dever de nos interrogar sobre a natureza dos problemas que afligem nosso povo despindo-nos das posições doutrinárias correntes que assimilam desenvolvimento a crescimento econômico. Não será que os germes da crise atual já corroíam nosso organismo social na fase de rápido crescimento das

forças produtivas do país? Não terá sido o nosso um desses casos de mau desenvolvimento que hoje preocupam os estudiosos da matéria? Com efeito, o que vemos em nosso país após um período de crescimento industrial intenso que se prolongou por meio século?

Três quartas partes da população urbana sofrem de carência alimentar. Uma leitura mesmo superficial de nossos indicadores sociais põe em evidência que enveredamos por um caminho que nos conduz implacavelmente a um impasse histórico.

È certo que a causa imediata da crise que aí está foi o forte desequilíbrio da balança de pagamentos, para o qual concorreram com força de fatores de origem externa. Mas aonde nos levaria um processo de crescimento econômico que derivava seu dinamismo da reprodução indiscriminada de padrões de consumo imitados de sociedades que se beneficiam de níveis de produtividade e renda muitas vezes superiores ao nosso? Como não perceber que os elevados padrões de consumo em que se instalara a chamada classe média tinham como contrapartida a esterilização de parte substancial da poupança e estavam em direita contradição com os ambiciosos planos de investimento do setor público?

As tensões estruturais que daí resultaram estão na origem da proclividade ao endividamento externo e das pressões inflacionárias incontroláveis, essas duas tenazes que hoje imobilizam o governo e asfixiam o sistema produtivo.

Portanto, a crise que agora aflige o nosso povo não decorre apenas de amplo processo de reajustamento que se opera na economia mundial. Em grande medida ela é a manifestação antecipada de um impasse que se pretende reproduzir a cultura material do capitalismo mais avançado privando a grande maioria da população de bens e serviços essenciais. Como não é possível evitar que se difundam de uma ou outra forma, certo padrão de comportamento adotado pelas minorias de altas rendas, surge uma contrafacção de massas em que se acomodam formas sofisticadas de consumo supérfluo com carências essenciais.

A superação desse impasse, somente a criatividade política impulsada pela vontade coletiva poderá produzi-la. Ora, essa vontade coletiva terá de surgi de um reencontro das lideranças políticas com os valores permanentes de nossa cultura. É aqui que se insere a questão inicial: que somos? Uma reflexão sobre nossa própria identidade terá que ser o ponto de partida do processo de reconstrução que temos pela frente, se desejamos que o desenvolvimento futuro se alimente da criatividade de nosso povo e contribua para a satisfação dos anseios mais legítimos deste. Devemos pensar em desenvolvimento a parti de uma visualização dos fins substantivos que desejamos alcançar e não da lógica dos meios que nos é imposto do exterior.

A superação do impasse estrutural que está no fundo de nossa crise somente será lograda se o desenvolvimento futuro conduzir a uma crescente homogeneização de nossa sociedade e
abrir espaço a essa realização das potencialidades de nossa cultura.

Em um país como o nosso em que os que detêm o poder parecem obsessos pela mais estreita lógica economista ditada pelos interesses de grupos privilegiados e empresas transnacionais, falar de desenvolvimento como reencontro com o gênio criativo de nossa cultura e como realização das potencialidades humanas pode parecer simples fuga na utopia. Mas, que é a utopia se não o fruto da percepção de dimensões secretas da realidade, um afloramento de energias contidas que antecipa a ampliação do horizonte de possibilidade aberto ao homem? Esta ação de vanguarda constitui uma das tarefas mais nobres a serem cumpridas pelos intelectuais nas épocas de crise. Cabe-lhes a aprofundar a percepção da realidade social para evitar que se alastrem as manchas de irracionalidade que alimentam o aventureirismo político; cabe-lhe projetar luz sobre os desvãos da história, onde se ocultamos crimes cometidos pelos que abusam do poder; cabe lhes auscultar e traduzir as ansiedades e aspirações das forças sociais ainda sem meios próprios de expressão.

Um intercâmbio de idéias sobre esses temas que tive com José Aparecido de Oliveira e Darcy Ribeiro, secretários de cultura de dois estados que desempenharam papéis eminentes na formação de nossa nacionalidade, está na origem deste encontro sobre política cultural.

Comprometi-me, então a sugerir alguns temas de discussão para um confronto de idéias sobre as relações entre cultura e desenvolvimento. Meu ponto de vista é que esse debate deve ter como referência imediata a nossa história, sem que em nenhum momento se deixe de ter em conta que esta sempre esteve inscrita num quadro que desborda amplamente de nossas fronteiras. Sou de opinião que a reflexão sobre a cultura brasileira deve ser o ponto de partida para o debate sobre as opções de desenvolvimento. É porque a abordagem da problemática do desenvolvimento não tem beneficiado de prévia reflexão sobre nossa cultura que contentamos com montagens conceptuais sem raízes em nossa história, nos diagnósticos da situação presente em nossos ensaios prospectivos.

Encorajado por esse convite, atrevi-me a esboçar alguns pontos, que chamei de teses sobre a cultura brasileira, as quais passo em seguida a referir-me.

SETE TESES SOBRE A CULTURA BRASILEIRA

I - O Quadro histórico que conduz a mundialização da cultura européia pode ser descrito a partir de dois processos germinativos. O primeiro tem como ponto de partida essa nova leitura da cultura clássica que chamamos de renascimento. Ele conduz à secularização, ao neoplatonismo galileano, que identifica o mundo exterior com estruturas racionais traduzíveis em linguagem matemática, à legitimação do poder pela eficiência, finalmente à ampliação do espaço em que age e pensa o indivíduo. Essa revolução cultural que irradia da Itália, a barca o homem em todas as suas dimensões, estendendo-se dos estudos de anatomia, com Vesalius, aos de arquitetura, com Bramante. O segundo processo germinativo, que assume a forma de avanço da fronteira geográfica, concretiza-se na abertura de linhas de navegação intercontinentais. Graças a ele amplia-se consideravelmente a base do processo de acumulação na Europa e estatelam-se de forma permanente contatos entre as grandes civilizações contemporâneas do ocidente e do oriente. O foco de onde parte esse segundo vetor conducente a mundialização da cultura européia é Portugal.

II - A cultura brasileira é um dos múltiplos desse processo de mutação que assume a forma de desbordamento da cultura Européia a partir dos inícios dos séculos XVI. Mais tem de particular o haver emergido diretamente de um dos pólos do duplo processo germinativo, o que deve ser tido em conta se pretendemos captar suas peculiaridades. O avanço das fronteiras geográficas e econômicas da Europa no século XVI é quiçá a primeira grande vitória política obtida essencialmente com base no uso de recursos técnicos. Durante três quartos de século os portugueses aplicaram-se em acumular conhecimentos teóricos e práticos que os capacitassem para alcançar terras longínquas utilizando meios econômicos escassos. O esforço realizado desdobrou-se em múltiplas frentes, pois se tratava de desenvolver a técnica de construção de barcos para a navegação de longo curso, de formar navegantes e outros especialistas, de elaborar a técnica de navegação de alto-mar, de acumular conhecimentos cartográficos, de abrir novas rotas. Esse projeto ambicioso somente pôde ser concebido e concretizado porque circunstâncias históricas particulares conduziram a uma aliança precoce entre a monarquia portuguesa e a burguesia de Lisboa. Não vem ao caso detalhar esse tema, mas convém assinalar que teve importância na história européia que sentido de continuidade que caracteriza a ação dos governos monárquicos fosse posto a serviço de um ambicioso projeto de expansão comercial, cuja execução somente podia ser assegurado por homens de espírito mercantil. O estado português esteve presente em todas as fases do

complexo desdobramento do projeto de descoberta do caminho marítimo das índias e de exploração comercial destas. Pode-se mesmo afirmar que essa experiência serviu de modelo para a criação das companhias de comércio e navegação, que surgiram posteriormente na Holanda e na Inglaterra como instituições de direito privado, mas exercendo funções públicas. Essa articulação íntima entre o Estado e grupos mercantis estará igualmente presente na ocupação, na defesa e na exploração das terras americanas em que se construíra o Brasil. A isso cabe atribuir o sentido de continuidade que caracterizará a ação portuguesa, patente na permanente preocupação de preservar a integridade territorial, a despeito dos altos custos incorridos na defesa de vastas áreas sem perspectiva de valia econômica.

III - Durante todo período colonial os portugueses foram no Brasil uma minoria em face da presença indígena e também da presença da população de origem africana, que logo começa a afluir como força de trabalho.
O peso dessa minoria na formação da cultura brasileira será, contudo, considerável. Não apenas porque os portugueses são os senhores e, os demais, escravos ou quase escravos. Na verdade o número de portugueses que não são proprietários e não exercem funções de mando cresce rapidamente. O que importa é que os portugueses dispunham de técnicas mais avançadas e continuavam a alimentar se de suas fontes culturais européias, com as quais mantinham contato regular. Enquanto os aborígines e os africanos são isolados das matrizes culturais respectivas e privados de memória histórica, os portugueses têm acesso a um fluxo de valores vindos do exterior em permanente renovação.

IV - Durante os três séculos do período colonial desenvolveu no Brasil uma cultura que, sendo portuguesa em sua temática e estilo, incorpora não apenas motivos locais mas também valores das culturas dominadas. É na arquitetura e na escultura que se expressa à força maior dessa cultura, o que não deve surpreender posto que o estado e a igreja ocupavam na sociedade espaço similar ao que haviam ocupado nas sociedades européias pré-renascentes A apropriação e a exploração das terras brasileiras fizeram se no quadro de empresas agrícolas voltadas para exportação. Contudo, as atividades comerciais permaneceram mediatizadas por agentes metropolitanos, razão pela qual emerge no país uma classe mercantil propriamente dita. As estruturas de dominação social estavam constituídas pelos senhores de terras e pelos estamentos burocráticos civil, religioso e militar. Na ausência de uma classe mercantil poderosa, tudo dependia do Estado e da Igreja.

V - O ciclo barroco brasileiro constitui quiçá a ultima síntese cultural no espírito da Europa pré-Renascimento. Sua temática e seu poder morfogenético derivam da mesma visão do mundo que nutriu os pintores flamengos dos quatrocentos e primeira metade dos quinhentos. Com o Renascimento de dissolve-se a síntese cultural que encontrara nos círculos concêntricos de Dante sua expressão mais pura. A eclosão do humanismo abre um processo criativo que somente cristalizará em nova síntese com o Romantismo. O quadro histórico em que forma o Brasil–articulação precoce do Estado com a burguesia em Portugal e total domínio da sociedade colonial pelo Estado e pela Igreja – congela o processo cultural no universo europeu pré-renascente. Daí que se possa dizer com razão ser o Aleijadinho o último grande gênio da Idade Média. Importava assinalar que, à semelhança da síntese medieval européia, o barroco brasileiro era a expressão da sociedade como um todo. Sua mensagem atingia senhores e escravos.

VI - A ruptura cultural brasileira pós-barroco não se explica sem se ter em conta as mudanças no contexto maior em que estava inserido o país. A Revolução Industrial, que irrompe na Europa no último quartel do século XVIII, constitui autêntica mutação no processo acumulativo. Até essa época a acumulação se fizera com relativa lentidão e da preferência fora do sistema produtivo. A mecanização abre a porta a aumentos consideráveis de produtividade do trabalho e ao crescimento do excedente, fatores causantes da intensificação da acumulação. Esse processo engendra elevação e diversificação dos padrões de consumo. Os dois vetores da expansão do sistema são incrementos da produtividade do trabalho e a diversificação do consumo, ou seja, o progresso tecnológico ao nível dos processos produtivos e ao nível da concepção dos bens de consumo final. Ora, o sistema de divisão internacional do trabalho permitiu isolar esses dois vetores. Um país que se especializasse na produção agrícola para a exportação podia ter acesso à moderna tecnologia ao nível dos produtos finais sem ter que modificar seus processos produtivos. O excedente produzido pelas vantagens comparativas e o acesso a um mercado em expansão permitiam pagar os bens sofisticados disponíveis no mercado internacional. Era o processo da modernização dependente, fez que a ruptura da síntese barroca conduzisse ao bovarismo e não a novo ao novo processo cultural criativo, à diferença do ocorrido na Europa com a passagem da visão do mundo medieval para o humanismo. O distanciamento entre elite e povo será traço característico do quadro cultural produzido pela modernização dependente. As elites voltam se, como que hipnotizadas, para os centros da cultura européia. A visita de uma companhia

teatral européia a uma cidade do país podia ser o acontecimento cultural marcante na vida de toda uma geração O povo era reduzido a uma referência negativa, símbolo do ***atraso***. Ignorado das elites esse povo segue seu curso próprio, reforçando autonomia criativa e diferenciando-se regionalmente. O indianismo de um Carlos Gomes ou de um Alencar não é mais do que uma rejeição do povo real. E a ironia sutil com que Machado observa este tem sabor de uma escusa em face de um tema proibido.

VII - A descoberta, casual ou buscada, do país real pelas elites é certamente o traço mais saliente do processo cultural brasileiro no século atual. São muitos os fatores que intervêm, tanto de origem externa como interna. De não pouca importância são as grandes guerras, que reduzem o país a relativo isolamento, a ascensão econômica dos Estados Unidos, a crise da economia primário-exportadora conduzindo a uma industrialização tardia apoiada exclusivamente no mercado interno. Com a urbanização a presença do povo faz-se mais visível e sua criatividade cultural mais difícil de ser escamoteada. A emergência, na segunda metade do século, de uma classe média de peso crescente introduz novos elementos na equação do processo cultural. A classe média forma se no quadro da modernização dependente, ainda que mediatizada pela indústria local, mas está demasiado próxima do povo para poder assumir a visão bovarista das antigas elites. Por outro lado, a influência que exerce a cultura de classe média na massa Popular interfere na criatividade desta. O seu encontro com o povo é também a descaracterização deste. Em síntese, neste final do século XX, o processo cultural brasileiro se apresenta como resultante de múltiplos fatores, cabendo assinalar Por seu relevo a forte atuação da indústria da cultura como instrumento da modernização dependente, a incipiente autonomia criativa de uma classe média em que existem raízes populares ainda frescas e a força reativa de uma massa popular ameaçada de descaracterização cultural. A classe média constitui se no ***locus*** privilegiado da criação cultural, interagindo entre a modernização dependente. Portanto, uma nova síntese cultural, que recolha a força criativa do povo, pressupõe o aprofundamento do processo de democratização e a redução da heterogeneidade social.

POLÍTICA CULTURAL

Não me escapa que a preocupação dos promotores desse encontro vai mais longe do que um projeto de reflexão sobre a cultura brasileira, seu gênio e figura. No centro da indagação que aqui nos reúne está a interação da cultura

como sistema de valores com o processo de desenvolvimento das forças produtivas. A interface entre a lógica dos fins, que reage a cultura, e a dos meios, razão instrumental inerente ao desenvolvimento da capacidade produtiva.

Como preservar o gênio de nossa cultura, em face da necessidade técnicas que, se aumentam nossa capacidade da ação, nossa eficácia, também são vetores de valores que com freqüência mutilam nossa identidade cultural? Simplificando: como apropriar se do *hardware* da informática sem intoxicar se com o *software,* os sistemas de símbolos importados que com freqüência ressecam nossas raízes culturais? Esse problema se coloca hoje um pouco por toda parte, na medida em que a produção de bens culturais transformou se em ciclópico negócio e uma das leis que regem esse negócio é a uniformização dos padrões de comportamento, base da criação de grandes mercados.

Problemas desse grau de complexidade não têm solução única nem ótima. Os objetos que presidem o avanço tecnológico são muitas vezes contraditórios. Uns querem matar, outros defender se. O avanço da técnica vem em ajuda a uns e outros. E seria equivocado imaginar que as técnicas são neutras. Elas refletem o contexto cultural em que surgem. As artes militares alimentam os instintos belicosos, mas elas já são o fruto de uma civilização guerreira. Ora, as técnicas se interligam, como um sistema de vasos comunicantes. No mundo atual as técnicas que avançam mais rapidamente são aquelas ligadas às artes militares. Os demais campos da cultura são cada vez mais influenciados pelos avanços que aí se realizam.

Portanto, muitas são as incógnitas do problema a equacionar. Mas se o reduzimos as seus elementos mais simples, comprovamos que a questão se cinge, a saber, se temos ou não possibilidades de preservar nossa identidade cultural, o que pressupõe haver respondido à questão que inicialmente formulei: que somos?

É dessa interrogação que se deve partir para formular uma política cultural, que outra coisa não senão um estímulo organizado às formas de criatividade que enriquece a vida dos membros da coletividade.

Um maior acesso a bens culturais também melhora a qualidade da vida dos membros da coletividade, mas, se fomentado indiscriminadamente, pode frustrar formas de criatividade mutilando a cultura. A política cultural se limita a facilitar o consumo de bens culturais tende a ser inibitória de atividades criativas e a impor barreiras à inovação. Em nossa época de intensa comercialização de todas as dimensões da vida social, o objetivo central de uma política cultural deveria ser a liberação das forças criativas da sociedade.

Não se trata de monitorar a atividade criativa e sim de abrir espaço para que floresça.

Necessitamos de instrumentos para remover os obstáculos à atividade criativa, venham eles de instituições veneradas que se dizem guardiãs da herança cultural, de comerciantes travestidos de mecenas ou do poder burocrático. Trata-se, em síntese, de defender a liberdade de criar, certamente a mais vigiada e coatada de todas as formas de liberdade. Portanto, uma verdadeira política cultural terá de ser conquistada e preservada pelo esforço e vigilância daqueles que crêem no gênio criativo de nossa cultura.

Celso furtado, ex-Ministro do Planejamento do governo João Goulart, fundador da SUDENE, ex–professor da Sorbone e da Escola Estudos em Ciências Sociais, ambas na França. O presente texto é o da conferência que o autor pronunciou no Encontro Nacional de Política Cultural, realizado em Belo Horizonte.

2
JEAN PAUL-SARTRE

ROMANCISTAS NORTE AMERICANOS VISTO PELOS FRANCESES

Há uma literatura americana para os americanos e outra para os franceses. Na França o leitor em geral conhece Babbitt e o Vento Levou, mas estes livros não tiveram nenhuma influência na literatura francesa. A maior revelação literária na França entre 1929 e 1939 foi o descobrimento de Faulkner, Dos Passos, Hemingway, Caldwell e
Steinbeck. A escolha desses autores - afirmaram-me muitos - deveu-se ao professor Maurice Coindreau, de Princeton, que nos mandou suas obras traduzidas, e com excelentes prefácios.

Mas uma seleção feita por uma pessoa qualquer só será eficiente se essa pessoa conseguir prever as exigências dum grupo humano ao qual se dirige. Com Coindreau como intermediário, o público francês selecionou as obras de que necessitava. É verdade que esses autores não tiveram na França um sucesso popular comparável ao de Sinclair Lewis.

Sua influência foi muito mais restrita, porém infinitamente mais profunda. Nós precisamos desses romancistas e não do famoso Dreiser. Para escritores da minha geração, a publicação do “Paralelo 42”, “Light in August”

e “Adeus às Armas” provocou uma revolução semelhante à que agitou a Europa, quinze anos antes, em virtude do aparecimento de Ulisses de James Joyce. Sua recepção foi preparada pelo excelente A Ponte de São Luiz Rei, de Thornton Wilder. Pareceu-nos subitamente que acabávamos de aprender alguma coisa, e que nossa literatura estava prestes a libertar-se de sua velha rotina. Dum momento para outro, para milhares de jovens intelectuais, o romance americano junto com o jazz e os filmes, conquistou um lugar entre as melhores coisas importadas dos Estados Unidos. A América se tornou para nós a terra de Faulkner e dos Passos, bem como já havia sido a pátria de Louis Armstrong, de King Vidor e dos blues. Os amplos afrescos de Vidor se uniam com a paixão e a violência de The Sound and The Fury e do Sanctuary, compondo para nós a face dos Estados Unidos - uma face trágica, cruel e sublime. Malraux escreveu num prefácio famoso que os romances de Faulkner são erupções de tragédia grega na novela policial".

O que realmente nos fascinava - a nós pequenos burgueses, filhos de camponeses firmemente apegados à terra de nossas granjas, e intelectuais entrincheirados vitalíciamente em Paris - era o fluxo constante de homens através de todo um continente; o êxodo de uma aldeia inteira para os pomares da Califórnia; as vagabundagens sem esperança do herói de Light in August; a gente desenraizada que se deixava levar à mercê das tempestades em O Paralelo 42; a sombria fúria assassina que algumas vezes toma conta duma cidade inteira; o amor cego e criminoso das novelas de James Cain.

É preciso algum tempo para que uma influência produza seu efeito, e foi durante a ocupação alemã, quando os nazistas proibiam toda reimpressão e impressão de livros americanos que começamos a ver na França o maior número de obras inspiradas por essa nova maneira literária.
Parecia que, privada de sua dose habitual de romances americanos, os franceses começavam a escrever eles próprios essas histórias, a fim de ter algo que ler.

O romance francês que furor causou entre 1940 e 1945, L’Étranger, de Albert Camus, um jovem escritor que era então diretor do jornal clandestino Combat, tirou deliberadamente sua técnica de O Sol Também se Levanta, de Hemingway. Em Um Homme Marche Dans la Ville o livro póstumo - e único - de Jean Jansion, escritor muito moço assassinado pelos alemães em 1944, tem se a impressão de estar lendo Hemingway - as mesmas sentenças curtas e brutais, a mesma falta de análise psicológica, os mesmo heróis. Lês Mendicants, de Desforêts, e Gerbaude, de Magnane, usaram a técnica do As I Lay Dying, de Faulkner, sem mudar nada. De Faulkner eles usaram também o método de refletir diferentes aspectos do mesmo acontecimento, através dos monólogos de sensibilidades diferentes.

A técnica de Simone de Beauvoir também foi inspirada em Faulkner. Sem essa influência, Simone nunca teria concebido a idéia, usada no seu Lê Sang dês Autres, de cortar a ordem cronológica de história para substituí-la por uma ordem mais sutil, metade lógica, metade intuitiva. Quanto a mim, foi só depois de ler um livro de Dos Passos que pensei pela primeira vez em tecer um romance com vidas variadas e com personagens que passam umas pelas outras sem jamais se conhecerem, e contribuir todas para a atmosfera de um momento ou de um período histórico.

Essas tentativas provocaram outras. O jovem Moulouji, filho de um trabalhador árabe, viu-se de repente aos trezes anos adotado por escritores e atores franceses que o fizeram ler Faulkner e Steinbeck muito antes de o rapaz haver lido Racine ou Voltaire. Sua cultura é interessante surrealista e americana. Não faz muito, quando se aproxima dos vinte, Moulouji me falou com entusiasmo num livro que acabara de ler e que relatava os acontecimentos "de uma maneira muito nova e muito original". Tratava-se de Os Três Mosqueteiros, de Alexandre Dumas Pai! Moulouji escreve "Americano" com a mesma naturalidade com, que respira, e com a mesma inocência. Seu primeiro livro, Enrico, que ganhou o Prêmio de La Plêiade – não é inferior em sua violência, sua ingênua perversidade, realismo e poesia ao Tabaco Road ou o *Trajic Ground* de Erskine Caldwell.

Hoje, dois terços dos manuscritos que jovens escritores submetem à apreciação da revista que dirijo, são escritos à Caldwell, à Hemingway, à Dos Passos. Um estudante chamado Guicharmand chegou mesmo a me mostrar contos tão profundamente inspiradores por Saroyan que, não contente com usar a "técnica americana" (falamos hoje na França em "técnica americana" na literatura como se nos referíssemos à cirurgia dental ou ao gosto pela campanha, e bem como dizíamos não faz muito de um pianista que ele tinha "o toque americano") ele localiza todas suas histórias nos Estados Unidos – país cheio de *speak-easies, gangsters,* polícias em motocicletas, saídos todos de novelas e filmes que datam pelo menos d vinte anos passados.

Essas histórias me fazem lembrar aquela outra América fantasiosa que Kafka descreveu em *Amerika.* Guicharmand, como Kafka, nunca havia posto os pés nos Estados Unidos. Realizou seu ideal no dia em que tentou recontar, à maneira de Saroyan, e enquanto escutava a música de Duke Ellington, um filme americano de antes da guerra – *Only Angels Have Wings,* que vira no dia anterior. O leitor pode imaginar que, a despeito dessas novas abras, sentimos falta dos livros dos Estados Unidos durante a ocupação.

Estabeleceu-se um mercado negro de livros americanos. O seu quartel-general era o Café de Flore, onde estudantes pobres revendiam com lucros livros que haviam achado nos quiosques ao longo do Sena. O esnobismo

representou o seu papel durante o período em que o "underground" estava ainda desorganizado e não era ainda arriscado pertencer a ele, em que os amadores pensavam que podia salvar a França riscando o V da vitória nas paredes. A leitura de romances de Faulkner e Hemingway tornou-se para alguns o símbolo de resistência. Estenografas acreditavam que podia fazer demonstrações contra os alemães lendo *E o Vento Levou No Metro*. Em 1944 Marc Barbizat, diretor da revista de luxo *L'Arbalète*, que ele próprio imprimia numa maquina, preparou secretamente um numero que consistia de extratos de livros americanos que ainda não haviam sido traduzidos. Pretendia ele publicá-los durante a ocupação sem os submeter à aprovação do censor. O trabalho, no entanto, levou mais tempo do que ele previa. Esse número da revista apareceu pouco tempo depois da libertação e foi lido com avidez.

É fácil compreender a ansiedade que eu sentia de ver o país desses grandes escritores quando voei para a América em janeiro de 1945. Devo confessar que num particular fiquei desapontado. Primeiro, foi-me impossível um encontro pessoal com esses autores. Eles se acham na França, na Inglaterra, no Oriente – em toda parte, menos nos Estados Unidos. Aconteceu também que a maioria dos americanos cultos a quem fui apresentado não participava de meu entusiasmo por eles. Uma senhora que conheci muito bem na Europa me perguntou em dia quais eram os escritores norte-americanos d minha preferência. Quando mencionei Faulkner, as outras pessoas presentes começaram a rir. A senhora com um ar levemente divertido, disse: "Santo Deus... *o velho* Faulkner!" Mais tarde conheci um jovem escritor liberal – autor de algumas novelas históricas muito boas. Contei-lhe que meu editor me havia pedido que estabelecesse ligação com agentes literários de diversos escritores particularmente admirados na França. Perguntou-me o nome desses escritores. Quando mencionei o de Caldwell, seu sorriso amigo desapareceu de súbito; ao nome de Steinbeck, ergueu as sobrancelhas; e quando falei em Faulkner exclamou indignado: "Vocês franceses não podem gostar de outra coisa senão de sujeira?" nessa mesma ocasião um redator de Nova York recusou permissão à *Nouvelle Révue Française* para publicar um romance – muito divertido e absolutamente sem malícia – em torno do mundo editorial norte-americano porque, alegou o citado redator, "o livro era antiamericano". Discuti Faulkner com estudantes das universidades do Leste. Esses jovens, muitos dos quais conheciam obras obscuras de escritores do século XVIII, em muitos casos nunca tinham ouvido falar em Faulkner. Por causa desses fatos todos concluí que o público dos Estados Unidos não reage a seus escritores da mesma maneira que o publico francês. Essas descobertas me embaciou o entusiasmo. Por toda a parte me diziam: "O senhor gosta de Faulkner porque nunca leu nenhum outro romance sobre o Sul". Temos

centenas deles. Leia Dreiser, leia Henry James. Esses são os nossos grandes autores.

Concluí também que no momento há uma reação muito forte contra a literatura "pessimista" do período entre as duas guerras. Devo admitir que temos na França idêntica reação contra escritores do mesmo período. Observei finalmente entre muitos intelectuais americanos uma preocupação viva com relação ao sucesso que obtêm na
França certos escritores que não se enquadram na vida americana. "Entre a França e Nós", disseram-me eles, "há hoje incompreensões que são inevitáveis, mas transitórias. Não lhes ligamos muita importância, está claro. Mas será esta a hora – quando todos os países precisam combina seus esforços para se compreenderem melhor – será esta a hora de apresentar aos franceses um quadro-negro e injusto de nossa civilização?"

Essa é a razão pela qual sinto necessário explicar aos leitores americanos deste artigo dois pontos essenciais. Gostaria de mostrar-lhes que esses livros nada lisonjeiros não constituem má propaganda para os Estados Unidos. Gostaria também de fazê-los compreender porque os franceses escolheram precisamente essas obras dentre tantos outros livros excelentes.

É verdade que os alemães tentaram usar os romances "pessimistas" dos autores norte-americanos com fins de propaganda – particularmente os de Steinbeck, por ter sido este autor o crítico mais severo da forma capitalista de produção dos Estados Unidos. Permitiram os nazistas a publicação de *In Dubious Battle*, embora tivessem previamente proibido qualquer produção de autores norte-americanos. Lembro-me do cuidado com que o proprietário da livraria colaboracionista "Rive Gauche", no coração do Boulevard Saint Michel, havia arranjado sua vitrine antiamericana. Ele exibia lado a lado *Os Estados Desunidos* de Vladmir Pozner e as obras de Steinbeck; e, em cima e embaixo, fotografias de linchamentos de negros e de polícias lutando com grevistas. O resultado foi completamente diferente daquilo que ele esperava. Poucas pessoas paravam em frente da loja. E uma semana mais tarde todas as vitrinas dessa livraria foram quebradas a pedradas. Daquele dia em diante foi necessário que dois policiais franceses ficassem melancolicamente montando guarda diante das montras... Tempos depois esses mesmos propagandistas alemães tentaram de novo o mesmo estratagema, oferecendo a Gallimard permissão de publicar *As Vinhas da Ira.* Gallimard desconfiou de alguma coisa e recusou-se a isso. A obra foi mais tarde traduzida e publicada por uma belga colaboracionista, e os escritores do Instituto Franco-Germânico se estavam preparando para inundar o mercado francês com *As Vinhas da Ira* quando os americanos romperam a linha nazista na Normandia. Ao mesmo tempo, porém, as clandestinas Editions de Minuit, que haviam

publicado *Le Silence de la Mer* começaram a fazer circular *Noite sem Luar* da autoria do mesmo Steinbeck – livro que para todos nós valia como uma mensagem da América ao *underground* europeu. Assim, os mais rebeldes dos escritores americanos mantiveram uma posição ambígua, sendo aclamados ao mesmo tempo pelos colaboracionistas e pelos patriotas do movimento subterrâneo.

Em outras ocasiões mais amigos dos alemães erraram em seus cálculos. Quando os jornais de Vichy publicaram um artigo da imprensa americana ou inglesa criticando severamente alguma operação militar aliada, ou reconhecendo lealmente alguma derrota, eles julgavam que isso nos ia desencorajar. Pelo contrario, noticia provocou na maioria dos nossos um profundo respeito pela democracia anglo-saxônica, e um amargo sentimento de pesar pela nossa. "Essas gentes", dizíamos a nós mesmos, "tem confiança em seus direitos. Elas devem ser disciplinadas e ao mesmo tempo fortes de coração para suportar sem vacilações a proclamação de uma derrota.".

A áspera critica que os escritores americanos fizeram contra o regime social de sua pátria foi por nós olhada do mesmo modo. Ela nunca nos fez sentir repulsa pelos Estados-Unidos. Pelo contrario, vimos nela uma manifestação de liberdade desse país. Sabíamos que na Alemanha um livro como *As Vinhas da Ira* não poderia nunca ser publicado. Devo ainda acrescentar que, fossem quais fossem os males denunciados por esses escritores, nós tínhamos os mesmos erros em nosso próprio país. Sim, os negros de Chicago moram em casebres pobres. Isso não é justo nem democrático. Mas muito de nossos operários branco moram também em casebres que são até mesmo mais miseráveis.

Essas injustiças nunca nos parecem um defeito da sociedade americana, mas antes um sinal das imperfeições de nossa época. Em dezembro de 1944, ao mesmo tempo em que o cinema Aubert Palace em Paris exibia um velho filme de Fritz Lang, Fúria, que pintava um linchamento em Chicago, os franceses no Midi estavam enforcando e fuzilando, sem muita discriminação, os membros da "milícia" e os colaboracionistas que conseguiam capturar.

Mais ainda: raspavam a cabeça de mulheres em nossas províncias. Assim, quando víamos na tela as aventuras de Spencer Tracy, não pensávamos nos linchamentos dos Estados-Unidos, mas sim nos nossos: - aceitávamos a lição sendo para nós. Os autores americanos, como os produtores de Hollywood, sempre nos pareceram críticos da sociedade de seu país, moralista que fazem reportagens sobre a humanidade. O que fazem procurávamos acima de tudo no romance americano era suas cruzetas e de sua violência.

Isso me traz a outro ponto que desejo ferir. Perguntaram-me: Que vêem vocês em FAULKNER? Por que não admiram antes nosso HENRY JAMES ou nosso
DREISER?'' Respondi que os admiramos a ambos, mas duma maneira fria.

É absolutamente natural que o público americano, cansado de romances diretos e brutais que tentam pintar grupos ou processos sociológicos, queiram voltar ao romance de análise.

Mas os romances analíticos aí estão a inundar a França. Nós criamos o gênero e os melhores analistas, BEJAMIM CONSTANT e MARCEL PROUST, eram franceses, HENRY JAMES pode agradar-nos, encantar-nos, mas ele não nos ensina nada - nem ele nem DRISER. A técnica que DREISER usa para pintar seus americanos, ele a tomou emprestada direta ou indiretamente dos realistas franceses – de Flaubert, de Maupassant, de Zola. Como podemos ficar excitados ante métodos que se originaram entre nós, que aprendemos na escola e que, quando já estamos cansados deles, são embarcados para a América e de lá depois nos vêm de torna - viagem?

O que despertou nosso entusiasmos pelos romancistas recentes que mencionei foi uma verdadeira a revolução na arte de contar uma história. A análise intelectual, que durante mais de um século foi o método aceito de construção das personagens da ficção já não era mais nada senão um velho mecanismo mal adaptado ás necessidade da época. Opunha-se a uma psicologia da síntese, que nos ensinava que um foto psicológico é um todo indivisível. Não podia ser usado para pintar um grupo de fatos que se apresentam como a unidade efêmera ou permanente de um grande número de percepções.

A nosso redor nuvens amontoavam-se. Havia guerra na Espanha; os campos de concentração se multiplicavam na Alemanha, na Áustria, na Tcheco - Eslováquia. Por toda a parte surgiam ameaças. Não obstante, a análise - análise à maneira de PRUST e de JAMES - permanecia como nosso único método literário, nosso processo favorito. Mas podia ela levar em conta a morte brutal de um judeu em AUSCHWITZ ou o bombardeio de MADRI pelos aviões de franco? Agora uma nova literatura nos apresentava suas personagens sinteticamente. Ela os fazia agir diante de nossos olhos, fazer coisas que eram completas em si mesmas, impossíveis de analisar, atos que eram necessários apanhar completamente com toda a força obscura de nossas almas. Os heróis de Hemingway e Caldwell nunca se explicam – não permitem que os outros os dissequem. Eles apenas agem. Alguns afirmam que eles são cegos e surdos, que se deixam levar aos safanões pelo destino. Isso é falso e injusto. Pelo contrário, cada uma de suas reações espontâneas é de maneira completa o que deveria ser na vida real - algo que vive e que não

se contempla a si mesmo. Aprendemos com Hemingway a pintar, sem comentários, sem explicações, sem julgamentos morais, as ações de nossas personagens. O leitor compreende-as porque ele as vê nascidas e formadas numa situação que lhes foi tornada compreensível. Elas vivem porque por assim dizer, esguicham subitamente de um poço profundo. Analisá-los seria matá-los. Quando CAMUS nos mostra seu herói, Meursault, descarregando seu revólver em cima dum árabe, o autor tem o cuidado de não explicar. Mas ele descreve o calor impiedoso do dia o implacável horror do sol. Cerca seu herói com uma aura de crime. Depois disso, o ator nasce de si mesmo; é óbvio, para nós, sem a menor necessidade de análise.

Faz muito que temos estado a usar certas técnicas para fazer que os leitores entendam o que se passa na alma de nossas personagens. Escrevemos: "Está quente. Como é que vou subir o morro?" Ou então usamos o estilo "indireto" que FLAUBERT, segundo THIBAUBET e LA FONTAINE segundo outros, introduziu na nossa literatura:

"PAULO caminhava com dificuldade. Fazia calor. Santo deus, como ia ele ter forças para subir o morro?" Há ainda outra técnica recentemente vinda da Inglaterra, numa imitação de JOYCE: "um, dois, um dois, calor atroz e eu - o morro - como é que vou conseguir...?" Esses artifícios diferentes, igualmente verdadeiros ou igualmente falsos, permitiram – nos revelar apenas o que a personagem disse conscientemente a si mesma. Eles omitem necessariamente toda a zona obscura onde as sensações e intenções que não se exprime em palavras.

Os escritores americanos nos libertaram dessas técnicas obsoletas. Hemingway nunca entra na cabeça de suas personagens, (exceto em por quem os sinos dobram o menos impressionante de seus livros). Ele descreve-os sempre do lado de fora. É apenas a testemunha de sua conduta. É por sua conduta que ele deve, como na vida, reconstruirlhes o pensamento. Ele não admite que o escritor tenha o poder de levantar-lhe o tampo dos crânios como o DIABIO-REGO levantava os telhados das casas para espiar para dentro. Temos de esperar com ele- página após página – o momento de compreender os atores do drama. Ficamos como ele finge ficar, reduzidos a conjeturas.

FAULKNER também prefere apresentar seus heróis do lado de fora, quando sua consciência é completa, e depois nos mostra, subitamente, as profundezas de suas almas - quando não há mais nada dentro delas. Assim ele dá a ilusão de que tudo que os impele e agita jaz em algum lugar abaixo no nível da consciência clara. A fim de fazernos senti mais agudamente a intromissão do pensamento de grupo nos personagens, dos passos inventou uma voz social, comum e sentenciosa, que tagarela incessantemente ao redor delas, sem que jamais saibamos se trata dum coro de mediocridade

conformista ou de um monólogo que as próprias personagens guardam fechado em seus corações. Todos esses processos nos eram novos em 1930, e foi a primeira coisa que nos atraiu. Há algo mais: bem como RIEMANN e LOBACHEVSKY mostraram o caminho que permitiu a RUSSEL e outros revelar os postulados que são a base da geometria euclidiana, assim esses autores americanos nos ensinaram que julgávamos fossem leis imutáveis na arte da novela- romance eram apenas um grupo de postulados que podíamos fazer girar dum lado para outro sem perigo. FAULKNER nos ensinou que a necessidade de relatar uma história em ordem cronológica era apenas um postulado, e que podemos usar qualquer outra ordem na narrativa da história uma vez que essa ordem permita ao autor avaliar as situações, a atmosfera e as personagens.

Dos passos revelou a falsidade da unidade da ação. Mostrou que podemos descrever um acontecimento coletivo justapondo vinte indivíduos e histórias sem relação uns com os outros. Essas revelações permitiram-nos conceber e escrever romances que estão para as obras clássicas de Flaubert e Zola assim como a geometria não - euclidiana está para a velha geometria de EUCLIDES. Em outras palavras, a influência dos romances americanos produziu uma revolução técnica entre nós. Eles colocaram em nossas - mão instrumentos novos e flexíveis, que nos permitem atacar os assuntos que até então não tínhamos meios de tratar: o inconsciente; os acontecimentos sociais; a verdadeira relação do indivíduo com a sociedade presente ou passada.

Não procuramos com sombria delicia histórias de crime e estupros, mas sim lições que nos levem a uma renovação da arte de escrever. Fomos oprimidos, sem o percebermos, por nossas tradições e nossa cultura. Os referidos romancistas americanos sem essas tradições e sem nenhum auxílio, forjaram, com bárbara brutalidade instrumentos de valor inestimável.
Nós colecionamos esses instrumentos, mas falta-nos a ingenuidade de seus criadores. Pensamos neles, tomamo-los à parte e tornamos a juntá-los, teorizamos a respeito deles, e tentamos absorvê-los em nossas grandes tradições do romance. Tratamos de maneira consciente e intelectual o que era fruto de uma espontaneidade inconsciente e talentosa.

Quando HEMINGWAY escreve suas sentenças curtas e desconjuntadas, ele está apenas obedecendo ao seu temperamento. Descreve o que vê. Mas quando CAMUS usa da técnica de HEMINGWAY, ele o faz com consciência e de caso pensado, porque lhe parece, como resultado de reflexão, que esse é o meio de exprimir sua experiência filosófica do que há de absurdo no mundo. Se FAULKNER quebra a ordem cronológica de sua história é porque não pode proceder de outro modo. Ele vê o tempo saltando

por todos os lados em pulos desordenados. Mas quando SIMONE de BEAUVOIR adota os métodos desse romancista americano de misturar períodos de tempo, ela faz isso deliberadamente, porque vê uma possibilidade de colocar suas personagens e sua ação em melhor relevo. Desse modo os romancistas dos ESTADOS UNIDOS enriqueceram os escritores de FRANÇA com novas técnicas, que os escritores de FRANÇA absorveram e usaram duma maneira diferente.

Em breve os primeiros romances franceses escritos durante a ocupação nazista aparecerão nos ESTADOS UNIDOS. Nós devolveremos a este país as técnicas que seus romancistas nos emprestaram. Devolvê-las-emos digeridas, intelectualizadas, menos eficientes e menos brutais - conscientemente adaptadas ao gosto francês. Por causa dessa troca incessante que faz as nações redescobrir nas outras o que elas inventaram primeiro e depois rejeitaram, talvez os americanos venham a redescobrir nesses romances franceses a juventude eterna desse "velho" FAULKNER.

(Tradução de Gilberto Miranda, publicada no Brasil pela Revista "Província de São
Pedro" , Porto Alegre,1947)

3
DARCY RIBEIRO

SEGUNDA CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA A EL REI, ESCRITA DA NOVEL CIDADE DE BRASÍLIA COM A DATA DE 21 DE ABRIL DE 1960*

Senhor:

Escrevo esta carta para vos dar conta dos sucessos da terra de Vera Cruz desde o dia de seu achamento até a construção desta Brasília onde agora me encontro. Eu a tenho Senhor, por derradeiro feito e última louçania da gente de cepa e me empenharei em bem descrevê-la, nada pondo ou tirando para aformosear nem para enfear, mas só praticando do que vi, ouvi ou me pareceu.

O estar entre gentes que só têm olhos para o amanhã, em que o destino é feito todo dia e refeito ao amanhecer, talvez aplicasse a veia profética que me pulsava em quinhentos. Serão augúrios, Senhor, nunca presságios, ou

serão dificuldades de testemunhar veraz em terra que já não distingue o era do é e do será. Jardins vejo e me apontam que não passam de terra revolta, avenidas monumentais que são mais grama e macega e lagos portentosos onde a água'inda é bem pouca.

Este é um mundo todo novo em que pouco reconheço do que vi e experimentei outrora. Aquele que traçou Tordesilhas, repartindo a criação, hoje é pastor de ovelhas, contente do seu ofício. As nações são muito outras, tanto brigaram e depuraram que na verdade duas apenas restam da porfia. Uma assenta ao Nascente, a outra ao Ocidente, ambas as duas voltadas de costas disputando um rodeio de rojões. Os povos assuntam com cautela, por saber soltará o rojão mais medonho e nisto as duas muito se empenham.

Mas o ofício de escrivão é tratar do que vê, não do sente ou supõe. Portanto, do que hei de falar começo e digo:

Porque entre as gentes vejo uns quantos trigueiros que certamente têm os mais dos seus avós enterrados em África. Andam, porém, tão indiferenciados entre todos, tão seguros de si e tão bem falantes de nossa língua que encanta vê-los Sobre tudo a elas. Têm feições bem tostadas, assim morenas, assim tisnadas, bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam lânguidas como se bailassem e com tanta graça natural que suponho não haja nesta terra maravilha que a elas se compare.

Creio mesmo que o feito maior da gente lusitana foi essa misturação de sangues, tanto pelo regalo que se houve em obrá-la como e principalmente pelas criaturas que gerou. Só elas, na verdade, perdoam sem haver gastado aquela indiana louçã que topei pelas costas nos idos de quinhentos louvei com tanto ardor.

Agora todas se cobrem de telas, mas com tal arte e malícia que mais despidas parecem. E se alguma cousa perderam da inocência com que d`antes se mostravam com as vergonhas tão nuas, muitos ganharam na desenvoltura e na graça que usam, agora, para, embuçando-as, mais a revelar .

É de vê-las, Senhor meu Rei, pela manhã quando acordam ainda esgazeadas da noite. No correr do d, gentis, luzindo em formosura, fazendo e desfazendo, falando ou caladas, sem nenhuma esquivança. E à noite, ó senhor meu Rei, à noite um homem carece de muita vergonha para conter se na lei divina e só cuidar da multiplicação. Se me alongo em matéria assim amena é porque muito me compenetro da devoção vossa feita pelos lusitanos e para que mais se avivente a memória de quanto desta fartura de graça se deve a Portugal. E também porque entendo e quero se entenda o progresso que a criação, mercê de Deus, experimentou nestes séculos. Por muito que puxe pela memória, recordando as raparigas do Porto e as de Lisboa, então aos meus olhos, força é convir que eram bem pouco diante dessas moças

brasileiras. E aqui mesmo estão homens bons, maduros e velhos, sobretudo estes, a testemunhar comovidos que de geração a geração mais elas se aldegaçam e mais graças acrescentam sobre o despotismo de graça que hão.

Já ninguém aqui se usa adereços de penas, nem quartejar o corpo com tinturas. Mas muita usança do gentio, em lugar de perecer como soía, por toda a terra se alastrou. Canudos esfumacentos que viram chupados por bruxos índios andam hoje na boca de homem e de mulher e todos recendem à fumaça. As raízes que cuidei fossem inhames são muito cultivadas para delas se fazer uma farinha de pau que é o pão dos pobres. Dos mesmos índios tomaram variedades de plantas fruteiras e de grão, tralhas para todo uso e até muito nome bárbaro que usam entremeando na fala, pra desespero do meu entendimento.

Dos presságios que fiz em quinhentos, nenhum desmereceu.
Avezados no vinho, a ele tão bem se acostumaram que hoje machos e fêmeas se embriagam com muita porfia e deleite. A cordura que neles vi ainda sobeja, hoje como antes andam mui mansos e brandos.

Mas é de assinalar, como a obra mais de vantagem que nesta terra se logrou, o alargamento de nossa santa fé. Ninguém há pagão entre eles. Muitos são até crismados e os amásios, podendo, quase todos se casam. São contritos e mui devotos. Mas, senhor, este alargamento de fé fez com tamanha misturação de idolatrias d´África e abusões da terra que me enche o peito de piedade e mor espanto. Se este povo continua crescendo ao passo de agora, breve veremos em cruzadas a pregar pelo mundo todos os nomes santos-homens emparelhados com outros de mui baixa extração. Falsas santidades, antes desconhecidas, como esta tocante Iemanjá, combinação de Virgem, de santa e de sereia, trazem empós si, atadas, inteiras multidões, nas quais vejo contristado, muitos veros lusitanos. Neste lago de Brasília, ainda nem bem formado, já os ritos de Iemanjá abalam as noites e nem eu, Senhor, padeço não vê-los, tanto encantam a olhos de velho navegador.

Toda a gente aqui tem por muito certo e provado ser esta Brasília o prodígio dos tempos. Para provar quanto siso tem este juízo devo contar a história de dois homens de gênio e de um herói que implantaram esta cidade no chão das coisas existentes. O primeiro é Lúcio Costa, riscador de ofício e homem de muita arte. Segundo contam, cinco dias se fechou ele numa grota, em jejum de tudo, para esquecer todas as cidades jamais inventadas.

Cumprida a penitência, comprou por doze mil réis uma tira de papel e nela debuxou, displicente, a cidade que não era, nem se supunha.
E tão candidamente desvencilhou se que nuca obra tão breve gerada a tantos a tão longamente ocupou e tanto ocupará.

O segundo gênio é um homem sagaz, um novo Israel, doutor em dinheiros. Muita lição tem seus serviços que não pode ser esquecido nesta crônica. Sua invenção maior, batizada *NOVACAP,* constituiu em tomar um, vasto chão despido de um tudo, tirá-lo a seus donos, por força da lei, em troca de trinta dinheiros, que era muito mais do que valia. Depois, declarando o mesmo chão assento de grande capital, passa a vender nesgas dele a preços de muita usura. Isto foi só o começo. Como as vendas tardassem e fossem à prestação, tendo a obra a construir e seu amo a resmungar. Israel se lança à façanha mais ousada. Faz-se homem de sindicâncias e logo descobre dívidas enormes que não se deviam, mas o governo é que devia. Endemoniado, sai no encalço dos credores, promete mui pronto pagamento aos juros daquelas dívidas todas, desde que o dinheiro lhe dessem para as obras de Brasília. Troca, assim, o matreiro, dívidas velhas caducas por dívidas novas em flor.

Tudo somado deu, meu Rei, deu dinheirama tamanha que careceu fazer Israel um encanamento que da boca do tesouro desemboca na Brasília. Diante dessa chuva de ouro que cai de dia e de noite, nada são os por quintos que tantos nos amargaram. O que nos faltou na, verdade, foi um Israel como este, no tempo em que desmontávamos morrarias e esgravatávamos grupiaras por estes brasis afora. Sem suor, sem cativeiro, sem quintos e inconfidentes, Israel inventou a maior mina que este país já ouve, ganhou fama e será comendador, pois diz ventos que seu gênio custeou sem gastos para o orçamento, a construção dos palácios, das casas das ruas, das praças e de tudo que faz Brasília orgulho dos brasileiros.

Seria injusto esquecer que de tudo isso, o maior culpado é certo David Kubitschek, homem de muito engenho. Dele louvam feitos de tantos que me contentarei com a menor parte, só vos dizendo do que vi ou foi me contado.

Qual um segundo Golias, velho e descadeirado, ressonava este país, deitado na praia de Copacabana. Bem que tinha seu conforto, confiado que estava no provedor das vestes dos lírios, gozando os dengos de Gudin, a lhe catar os piolhos e o doca afago de Mc-Hower, a lhe fazer cafuné. Eis que surge o tal David, irmão de Macunaíma, sem pedras nem fundas, só armado de febre, a palavra fácil e um chuço de índio. Cutuca que cutuca até o gigante virar. Agora, de costas para o mar-oceano. Golias boceja para, voltado para o mar do sertão. Qualquer nova cutucada o colocará sobre os pés e, então os quatro grandes mundos serão sete, dezessete ou nenhum.

O primeiro gesto de Golias em sua nova postura foi reclamar para pouso esta cidade impossível. Aqui a tenho agora, desdobrada neste campo palma, levemente ondulado, no planalto de Goiás. Por onde quer que me vire e só mataria meã e enfezada, todo ano corrida de fogo do campo.

É de vê-la, Senhor, no deserto em que foi plantada, como ilha perfeita no mar da miséria goiana. Bem sei quanta ousadia gastamos por este mundão afora e aqui mesmo quando edificamos a Bahia dos Santos e dos pecados, de casa voltada pr'África, a preterida cidade do Rio de Janeiro, a esquecida são Luiz do Maranhão, a combalida Nossa senhora de Belém do Grão Pará, na boca do rio mar. Todas elas e muitas outras foram plantadas ali onde estão por um ato de vontade, Mandando que fossem feitas para cumprir destino deliberado. Esta Brasília, porém, escapa às medidas de tudo que já foi feito. Nasceu madura, sisuda e monumental., embora também aprazível e até desvairada. E com a destinação ambiciosa de desenraizar esse Brasil da praia e mudá-lo para o sertão bruto.

Aqui tenho ao meu lado o mestre Lúcio Costa a explicá-la: sua forma é a de uma cruz assentada no chão. No topo, um terraplano triangular para ser a cabeça desta *urbs* e do país. È a Praça dos Três Poderes. Nela se alevantam altaneira, a casa em que se fará a lei e nos vértices opostos, acachapados, aquelas em que se dará cumprimento ou se cobrará o descumprimento dela. Tudo feito a capricho para ter soberbia. Não se puseram bancos, nem encosto, nem adornos para que todos ali estejam sempre de pé, em prontidão, como convém.

Para dar um tom brasileiro a cenáculo assim solene, plantou-se um buritizal, proibindo-se, porém, a senadores gaúchos aí amarrar seus corcéis e a deputados cearenses entre os troncos estender suas redes. Tomou-se, também, o cuidado de, ao pé de arrimo, onde se estende larga campina, plantar grama intervalada de colonião, para que pasto não falte, em caso de necessidade.

Destacada, como convém a um quarto poder, se alça a catedral, excêntrica à Praça Maior. Não há como vos dar uma imagem dela, tão inusitado é o gosto e o capricho de Oscar, riscador de tudo de bom, e responsável por tudo de ruim que aqui se edificou. Deste homem tanto se houvera de falar que melhor é calados que ficarmos no coro- e só dizer que, arquiteto do ultimo Faraó, trabalhou pelo avesso, pois, em lugar de construir túmulos de reis, plantou aqui o futuro.

Mas voltemos à cruz. A seus pés, oposta à Praça dos Três Poderes, o juízo mandou botar, num largo, a polícia, os bombeiros e, sobretudo, um hospício espaçoso. Entre as duas praças, corre obra de meia légua, a Avenida Monumental, aí desfilam hoje os ministérios e amanhã se enfilarão os bancos, o grande comércio e as casas de folgança.

Os braços da cruz, um tanto arqueados, formam o venam da cidade. Aí correrão, em louca disparada, veículos motores em pistas que, para nunca se entrecruzarem, engalanam-se em laçadas francesas, investem no chão adentro

ou saltam em pontes sobre o vazio. Ao longo desta azáfama, dispõem-se grandes quadrados, emoldurados em cintas de arbustos que serão árvores amanhã. Dentro deles há de viver e morrer o comum da gente, engavetada, em escaninhos suspensos, mas tendo por consolo o chão conquistado para espairecer sem temor dos monstros mecânicos.

Os burocratas infantes, com menos de sete anos, terão dentro das quadras arremedos de escolinhas para brincar com o tio Augusto Rodrigues. Os mais crescidinhos, a um passo da casa, quatro horas estudarão e mais quatro folgarão, atravessada uma alameda, numa escola-oficina-gandaia inventada por Anísio Teixeira para fabricar gente que melhor suporte e sustente o progresso do Brasil. Aos mais taludos, capazes de atravessar a rua dos loucos, prometem uma escola-escada, pela qual cada um há de subir segundo o peso de seu talento.

Devo dizer Senhor, que a meu pesar, tudo isto, como o mais, são augúrios de homens de muita fé.

De Brasília resta conta que é morada do Rei aqui chamado de Presidente, aquele que a si mesmo se escolhe para dirigir o país após, peleja e ganha dos outros que a si também se escolheram. Para conforto deste personagem, Oscar edificou um palácio de alvorada, tão improvável que apenas poisa no chão. É de tal forma inconsútil, airoso e etéreo que quem hoje o vê, cuida, amanhã, que sonhou. Para as abluções senhoris e outras conveniências, colocaram-se junto às alcovas uns *quarto* de mármores e ferros, com cisternas e borrigéis que já não se podem gastar, tanto é o povo que acorre, noite e dias a vê-los.

Esta é, Senhor, a cidade-máquina para os homens multidão deste século. Não cuidei que eles sejam de engonço, mas tanto diferem da gente do nosso tempo e tanto se obstinam neste descaminho que breve não nos terão por avós.

Ignoro como isto principiou. Suponho que sejam efeitos de umas bolandeiras de ferro que os ingleses inventaram. Tanto estas máquinas se multiplicaram, e com elas os homens, que hoje há enorme fartura de gente no mundo. É tanta e tão esganada que para sustentá-la a contento só entregando o serviço bruto à maquinaria. Para abrigar tanto povo as cidades incharam, o casario amontoou-se, casa por cima de casa, que hoje qualquer delas faz sombra à Torre de Belém.

Este Brasil, tão nosso no que fomos, fugiu quanto pôde a tamanha subversão. Mas a tempo vislumbrou que, crescendo seu povo um Portugal a cada ano, se continuasse contido no trabalho de duas mãos, breve teria apenas miséria pra dividir entre tantos. Chegara-se já a um ponto em que, com fartura, só havia mesmo gente de mui triste condição. Como este é artigo que americano não compra por dólar tratava-se de empregá-lo no enricamento do país. Serviço é

que carecia, pois vaga mesmo só tinha na carreira de padre e justamente para isto o Criador mal dotou os brasileiros, gente de muita fé, mas de pouca compostura.

Daí foi que surgiu o tal David, Kubitscheck, pregador muito eloqüente. Começou por dizer e fazer acreditar que de dias faria meses, de meses, anos inteiros, e que dinheiro fabricaria para encher todos os bolsos. Com tal afoiteza de fala, ainda maior de andarilho e muita malícia mineira, tirou deste povo o descanso. De suas obras muitas, só bem poucas posso aqui enumerar. O rio mais comprido desta terra, que se acabava em rego sestroso, ele inflou de águas vivas e transmudou em estrada sem tamanho. Represou córregos e ribeirões, alagando mundões de terra, depois sangrou e o salto das águas fez trabalhar cativo para alumiar mil lugares e mover maquinaria. Forjou ferrou com modéstia porque mineiro não acredita nisto e por tamanha asneira tem sido muito xingado.

Mais grava é o que ele não fez, por puro temor de uma casta de maus donos que desgraça este país. Desde os ermos de Brasília e pra diante e pra trás há aqui terras sem dimensão, mas são todas possuídas de denos tão ciosos quão ociosos. Raros deles lavram as terras e uns poucos dizem que criam. Uns e outros mentem porque nunca quem lavra é o dono e os criadores daqui, na verdade são é criados pelas alimárias do campo. Seu serviço consiste tão-só em colher o fruto, quando a chuva do céu engorda o pasto da terra e com ele suas boiadas.

Nesta terra de tal maneira graciosa que, querendo aproveitar, dar-se-á nela tudo, periga o povo padecer de muita fome por falta de um homem com disposição de recordar aos tais donos as condições em que tanta terra se deu. Os títulos de sesmaria e aqueles que elas geraram, entregavam terras para que se gastasse com suor próprio ou encomendado. Segundo a mim me parece, mas não ao tal David, Kubitschek, falta a este Brasil uma lei de muito arrocho que aos donos detenha na figura de senhores das suas terras pelo muito que prezam aos títulos e porque este é o único modo porque sabem possuí-las. Mas com ordem mui severa de que nenhum destes donos possa ninguém obstar o uso das ditas terras que eles não queiram lavrar e que disto não poderá haver fruto algum.

Este David fez outras coisas tais e tantas, aos ricos tanto enricou, aos pobres tanto empregou que, hoje, muito o querem para Rei. Disto o Brasil está livre, diz lá ele, porque só tendo filha mulher e sabendo da ojeriza deste povo por genro, a tanto não se aventura.

Para não romper uma tradição, esta carta, como a primeira, encerra com um pedido, já não para meu genro, Jorge d'Ósoiro, que no seu desterro é morto enterrado e esquecido, e talvez até perdoado de seus tantos pecados. Mas

receberei com muita mercê de V. Majestade, se alguma cousa meus serviços vos merecem, a graça de intervir junto a J.K. para que a esta Brasília não se negue uma Universidade que seja nova como ela própria e capaz de difundir pelo Brasil o espírito inovador que presidiu sua construção. É pelos candangos que peço,no temor de que cresçam como boçais, e pelo Brasil que, depois de padecer tanto governo com mentalidade de asfalto, não merecem sofrer outros tantos com mentalidade de capim. E também por Ciro dos Anjos, mortificado no temor de voltar, na velhice, às conversas belo-horizontinas, à porta da farmácia, sobre operações de apendicite pelo espiritismo.

Estes e maiores danos só se logrará evitar desatando-se a vontade daquele que fez Brasília, mas parece querê-la tacanha e incapaz de multiplicar-se por si mesma. Desta cidade-capital, no mês de Abril do Ano da Graça de 1960, augura ao Rei Saúde e Fraternidade, o cidadão do Porto.

Pero Vaz de Caminha pela cópia, DARCY RIBEIRO

4
ROGÉRIO A. S. VIANNA

LITERATURA E TECNOLOGIA PARA O PRÓXIMO MILÊNIO

No ano letivo de 1985-86 o escritor italiano Ítalo Calvino iria proferir as Charles Eliot Norton Poetry Lectures, a convite da Universidade de Harvard, nos Estados
Unidos. Ele definiu para seu tema “os valores literários que mereciam ser preservados no curso do próximo milênio”, imaginou seis conferências e escreveu cinco. A morte prematura o impediu de concluir e apresentar o seu trabalho que em i990 foi publicado no Brasil pela Companhia das Letras, em tradução de Ivo Barroso, sob o título “Seis
Propostas para o Próximo Milênio”.

O que nos pareceu extraordinário é que os valores literários que ele se esforçava por preservar para o futuro, e que dão título às conferências : LEVEZA, RAPIDEZ,
EXATIDÃO, VISIBILIDADE, MULTIPLICIDADE e CONSISTÊNCIA, podem perfeitamente ser utilizados para estruturar a moderna teoria da qualidade total, para lhe servir de conceitos básicos (vide boxes).

Uma certa ligação entre literatura e tecnologia moderna não parecia ser estranha a Calvino, que a anotou em pelo menos duas passagens de seu trabalho. Já na apresentação ele indaga-se “sobre o destino da literatura e do livro na era tecnológica dita pós-industrial”. Mais adiante, ao debruçar-se sobre Proust, observa com agudeza que “o advento da modernidade tecnológica que veremos delinear-se gradativamente na
Recherche não faz parte apenas da “cor do tempo” mas da própria forma da obra ...”.

Ao analisar o valor da Leveza Calvino nos diz: "Cada vez que o reino humano me parece condenado ao peso, digo para mim mesmo que à maneira de Perseu eu devia voar para outro espaço. Não se trata absolutamente de fuga para o sonho ou o irracional. Quero dizer que preciso mudar de ponto de observação, que preciso considerar o mundo sob uma outra Ática, outra lógica, outros meios de conhecimento e controle”. No belo trabalho que a economista venezuelana Carlota Perez preparou para o Banco Mundial em 1989, intitulado "The Present Wave of Technical Change: Implications for Competitive Reestructuring and for Institutional Reform in Developing Countries”, vemos que, sob o novo paradigma tecnológico “the common sense for organizational efficiency is completely overturned... the new Paradigm is not just a set of industries and products, it is a new logic that gradually embraces all productive activities...". O peso do antigo precisa, pois, ser superado pela “nova lógica", pelos novos “meios de conhecimento e controle”, que a modernidade do terceiro milênio parece querer impor a todas as sociedades. Mas para Calvino, a Leveza “está associada à precisão e à determinação, nunca ao que é vago ou aleatório”, e lembra o poeta medieval Cavalcanti, para nos dizer que mesmo uma entidade como o sofrimento amoroso é: “triplamente caracterizada: 1. é levíssima; 2. está em movimento; 3. é um vetor de informação”!

Leveza corresponde à necessidade de mudança na empresa - que deve se dar através da nova lógica - não apenas sem perda de coerência ou da identidade daquilo que se muda, mas com reforço dessas variáveis. O antigo como o pesado, passam agora, diferentemente da superação irracional que afoga a memória individual e coletiva, a serem reverenciados num “gesto de refrescante cortesia para com um ser monstruoso e tremendo, mas mesmo assim de certa forma perecível, frágil”, o que a surrealidade do gênio de Salvador Dali já intuia: “tudo aquilo que não brota da tradição é plágio". Na verdade, a modernidade exige uma acumulação de novo tipo, que demanda organização superior (objetivo central dos programas de qualidade total) e cultura da informação.

A este valor da Leveza deve-se associar, na atualidade, o da Rapidez. Mas Calvino percebe que “a rapidez não é um valor em si”, e lembra um velho conselho latino: apressa-te lentamente. Ora, é bem conhecida a estratégia empresarial japonesa de demorar-se o necessário no entendimento inicial da coisa (o que é uma realização coletiva e estruturante), para depois de tudo analisado e todos preparados, lançar-se à execução com incrível rapidez e coerência. Leveza e Rapidez, em face à Consistência, como se verá, parecem justificar a estratégia do “time-tomarket" um conceito-chave, agora percebido não mais como excentricidade, mas como necessidade.

A diversidade do mundo moderno, espelhada também na diversidade de produtos e mercados, deve agora ser incorporada à “forma do mundo” à sua própria natureza. Já não e com surpresa que vemos, no mesmo trabalho, Carlota Perez nos dizer :”this adaptability of supply to day-to-day variations in demand is a central characteristic in the new paradigm”. Aqui percebe-se a correlação especial que há entre os valores da Rapidez e da Multiplicidade. Porém nessa confluência Calvino percebe o risco de se “reduzir toda comunicação a uma crosta uniforme...", e com grande sensibilidade propõe que “a função da literatura é a comunicação entre o que é diverso pelo fato de ser diverso”.

A Leveza - que leva ou permite a busca coletiva da mudança - quando se expressa na realidade com rapidez, exige no entanto o valor da Exatidão. Não suficiente, mas necessária para evitar-se a falência prematura das ações e objetivos do texto literário, ou da empresa produtiva.

Para Calvino “Exatidão quer dizer principalmente três coisas: 1. um projeto de obra bem definido e calculado; 2. a evocação de imagens visuais nítidas, inclusive memoráveis; 3. uma linguagem que seja a mais precisa possível como léxico e em sua capacidade de traduzir nuanças do pensamento e da imaginação”! Talvez seja aqui que as semelhanças entre os valores literários de Calvino e aqueles da Qualidade Total mais se acentuem. Qualidade é essencialmente baseada em medição: define-se (de comum acordo) o que é importante medir, para saber-se onde se está; como o que se deve medir tende a ser o mesmo em qualquer parte do mundo, a propensão à homogeneidade que isso provoca, inclusive nas variáveis tidas como intrinsicamente sociais, é enorme. A diferença do paradigma anterior (fordista), onde a precisão da linguagem deveria ser capaz de suprimir a dúvida e a variação (em Tempos Modernos, Chaplin, mesmo sem saber o porque, repetia sempre os mesmos movimentos pilotando sua máquina infernal), o paradigma tecnológico moderno inverte inteiramente esse objetivo, e a linguagem que o profissional bem preparado manipula, no interior das organizações, passa a requerer essa “capacidade de traduzir

nuanças", imposta pela variação dos mercados e da tecnologia, e pelo fato de que o homem/trabalhador é agora um centro de adaptação (no limite ...uma unidade de negócio!), e não apenas uma fonte de energia. Porém, é bom ter-se em mente que, se a racionalidade microeconômica ora parece avassaladora, é certa uniformidade no plano macroeconômico-social que a possibilita.

Mas é ao lembrar o escritor austríaco Hofmannsthal: "a profundidade está escondida. Onde? Na superfície", que Calvino mais se aproxima dos ensinamentos de qualquer manual de qualidade, trazendo à luz essa mistura desconcertante de alta tecnologia e simplicidade que caracteriza o mundo moderno, particularmente a administração de estilo japonês, baseada no Kaizen, que quer dizer melhoramento contínuo. Tom Peters, por exemplo, nos diz "...qualidade é muito simples. Tão simples, de fato, que é difícil as pessoas compreenderem. "Talvez pelo "dano cerebral" causado por muitos anos de informação ineficiente", como analisa o mestre da qualidade Philip Crosby.

Não deve, então, haver novas ilusões entre sociedades não desenvolvidas (ou empresas não estruturadas segundo os princípios do novo paradigma, em especial com qualidade total) quanto ao alcance de políticas de desenvolvimento centradas na simples modernização. Aliás, a não confirmação das previsões, das décadas de 60 e 70, quanto a extrema automatização da produção e o amadurecimento, na década de 80, de organizações centradas no fator mão-de-obra qualificada, organizada sob qualidade total, mostra que, mesmo no mundo desenvolvido, essa simples modernização não foi tampouco o caminha seguido. Uma idéia interessante surge dessa análise: num país como o Brasil, os trabalhadores deveriam incluir em suas pautas de negociação com os patrões a adoção de qualidade total nas empresas, o que lhes propiciaria um horizonte para o aumento da produtividade e, por conseguinte, dos salários. A relutância ou a inércia do empresariado nessa transformação atesta, por um lado, seu atraso intelectual (a relativamente pequena influência que os esquemas participativos de qualidade total tem apresentado nas relações capital-trabalho não autoriza temores excessivos neste campo) e, por outro lado, constitui fonte de prejuízo direto para os trabalhadores. Obviamente não se pretende aqui minimizar os problemas na superação do subdesenvolvimento. Ao observar que "as estruturas de privilégios praticamente são irremovíveis" e que "a fraqueza maior do Terceiro Mundo estava no plano das idéias: éramos colonizados mentalmente". Celso Furtado aponta barreiras terríveis que nos separam do mundo desenvolvido. Num exemplo recente, o fracasso em se operar uma transição adequada entre a fase de "reserva de mercado" na política de informática e a nova fase de "integração competitiva", com o

desmoronamento da competência técnica criada em mais de 10 anos, bem demonstra essa dificuldade. O que se deve ter em conta, porém, é que Qualidade, antes de ser um resultado, é uma ferramenta: indispensável na superação do subdesenvolvimento.

Ao analisar o valor da Visibilidade, Calvino mais se preocupa com a possível perda da "capacidade de pensar por imagens, face ao dilúvio de imagens pré-fabricadas na sociedade atual". Sua abordagem permite concluir que a essência da visibilidade traduz-se pela capacidade das pessoas, no plano literário, da nacionalidade, ou das relações empresariais, produzirem e acreditarem nas imagens que se produzem nos âmbitos públicos. Seus temores não são sem razão, e disso somos lembrados por Hannah Arendt, em contundente observação sobre certos "tempos sombrios": Se a função do âmbito público é iluminar os assuntos dos homens, proporcionando um espaço de aparições onde podem mostrar, por atos e palavras, pelo melhor e pelo pior, quem são e o que podem fazer, as sombras chegam quando essa luz se extingue por "fossos de credibilidade" e "governos invisíveis", pelo discurso que não revela o que é, mas varre para sob o tapete, com exortações, morais ou não, que, sob o pretexto de sustentar antigas verdades, degradam toda a verdade a uma trivialidade sem sentido"!

No domínio da Qualidade, a Visibilidade é, talvez, o valor mais importante. O ambiente que as organizações necessitam estabelecer para que qualidade e produtividade prosperem, e para que os demais valores possam se materializar e se manter ao longo do tempo, é intrinsecamente dependente da participação e valorização do indivíduo, do profissional, enquanto membro da empresa e da coletividade. Quando Crosby nos ensina que "não existem diferenças nítidas entre os vários níveis organizacionais, quando se trata de compreender a finalidade e o trabalho da companhia", está dizendo que se não for assim a companhia não será uma companhia de qualidade, e mais ainda, que o autoritarismo ou o elitismo nos quais muitos se apóiam costuma ser infundado e, se não superado, representará prejuízo para a companhia (para Crosby Qualidade visa o lucro). O paralelo dessas situações empresariais com outras no campo político-social é evidente. De forma também surpreendente, Calvino observa a "prioridade da imagem visual sobre a expressão verbal", o que "coincide" com a técnica de qualidade de expôr gráficos de produção por toda parte.

Finalmente, Calvino nos fala do valor da Multiplicidade. A análise que faz do ponto de vista literário não difere essencialmente daquela que se pode fazer em qualidade, em política industrial, ou em política empresarial no mundo atual. Diz ele, lembrando Gadda "cada objeto mínimo é visto como o

centro de uma rede de relações... e se pudesse desenvolver-se em todas as direções acabaria por abraçar o universo inteiro".

Com extraordinária perspicácia percebe que "o grande desafio da literatura é o de saber tecer um conjunto de diversos saberes e os diversos códigos numa visão pluralística e multifacetada do mundo, e que hoje em dia não é mais pensável uma totalidade que não seja potencial, conjectural, múltiplice". O paralelo entre esses conceitos e aqueles presentes no moderno paradigma tecnológico, e na teoria da qualidade total é, talvez, perfeito. Esse valor não aparece apenas na estratégia de produtos de uma empresa mas também nas formas como ela própria é concebida e posta a operar. Assim, a multiplicidade das habilidades do empregado, por oposição à extrema especialização, que muitos ainda julgam errôneamente ser uma estratégia moderna, é uma demonstração do valor da multiplicidade (no Japão, após sair da universidade, um recém contratado, mesmo um engenheiro começa a trabalhar em postos "menores" da companhia, sem maior vínculo com seu preparo universitário). Por outro lado, uma empresa moderna, ou mesmo a política industrial de um país, não descarta oportunidades a - priori. As vantagens comparativas (e os produtos a manter e a abandonar) são percebidas no curso da ação que, de fato sob variadas formas, procura, em princípio, participar de "todos" os mercados.

Calvino não chegou a escrever a última conferência, sobre o valor da consistência. Desconheço o que ele pensava, e se deixou esboço de suas idéias. Arrisco porém pensar que ele tinha em mente a mais difícil de suas teses (deixada para o final e, talvez por isso, jamais escrita). Isto porque a obra literária, a despeito de incorporar os valores da leveza, da rapidez, da exatidão, da visibilidade e da multiplicidade, não teria ainda a capacidade de orientar-se pelas contingências humanas específicas do tempo e do espaço onde estaria sendo criada; não teria ainda a capacidade de falar de perto aos homens de carne e osso, não poderia ainda preservar os valores das histórias dos homens e de suas sociedades. Valores universais sobre os quais ele escreveu, mesmo que diferenciados pelo indivíduo criador, e que impulsionam, ou parecem impulsionar, os homens a um destino comum, a uma sociedade homogênea devem, por enquanto, respeitar o local, o contingente - os quais são a realidade vivida pelos homens - sob o risco de desumanização da obra de arte, e portanto da perda de toda sua finalidade.

Ao preocupar-se, aparentemente sem maior coerência, com a preservação do especificamente humano na conferência sobre a Visibilidade, não estaria Calvino antecipando essa necessidade de contingenciar a obra de arte ao contexto histórico e social de sua produção? Não seria isso necessário, inclusive, para protegê-la da dominação de um povo por outro, da dominação

de um grupo sobre outro, de uma ideologia sobre a minoria, prevendo a necessidade de um sexto valor: a Consistência, que iria, então, se referir às relações da obra de arte com os homens de seu tempo? É instrutivo lembrar outro mestre da qualidade, Taguchi, para quem "Consistency is critical", e define-se pela "robustez" com que o produto relaciona-se com seus manipuladores, vale dizer, da coisa com o mundo.

Se assim for, poderemos pensar que, mesmo sob o rolo compressor da homogeneização dos produtos, das formas de produção, das tecnologias e das próprias formas de vida social, mesmo assim, um espaço para a criação e reprodução de produtos e tecnologias de interesse especificamente local de povos e grupos deve ser preservado e valorizado no terceiro milênio, embora, como nos diz Calvini: iremos ao encontro do próximo milênio sem esperar encontrar nele nada alem daquilo que seremos capazes de levar-lhe.

BOXES

LEVEZA: é a qualidade da empresa, expressa pelas ações efetivas do conjunto de seus funcionários, organizados segundo os princípios da qualidade total, que lhe permite avaliar corretamente suas potencialidades, seus produtos, seus processos de produção, vis-à-vis a situação presente e esperada do mercado, e que a impulsiona para a mudança, visando a sobrevivência e a excelência.

RAPIDEZ: é a capacidade de a empresa tomar decisões no tempo necessário à consecução do objetivo em vista, e de executá-las na maior velocidade recomendada para cada caso, sem perda de unidade e coerência.

EXATIDÃO: é a capacidade de a empresa avaliar situações internas e de mercado que lhe interessam ou afetam, expressando o cálculo de forma compreensível pelo grupo; que utiliza uma "linguagem" amplamente disseminada no mesmo, ainda que em evolução, assim construída pelo recurso à "identidade própria da empresa", a qual é constituída inclusive por "imagens memoráveis" de suas realizações.

VISIBILIDADE: é a qualidade da empresa que permite aos grupos de funcionários se julgarem bem informados, e usualmente concordarem com as decisões tomadas, em questões técnicas, profissionais ou qualquer outra julgada necessária, pela qual o trabalhador, de qualquer nível, se sente partícipe de uma organização eficiente e atenta às suas necessidades, e onde a referência prioritária é o mercado.

MULTIPLICIDADE: é a capacidade de a empresa perceber e lidar com a variedade de produtos e serviços necessários, em cada período de tempo, à sua sobrevivência e crescimento, articulando sua operação de forma a se valer de economias de escôpo e de parcerias com outras empresas, valorizando ainda o meio ambiente físico e social.

CONSISTÊNCIA: é o resultado da interação entre a empresa e o mercado, pelo qual a empresa age para que seus produtos se ajustem às necessidades e expectativas do mercado e nele possam sobreviver a gerar renda; e os consumidores percebem que os produtos da empresa têm função adequada, com qualidade que atesta competência e preocupação para com as pessoas.

Rogério Antônio Sampaio Parente Vianna, MSc., é chefe da Divisão de Microeletrônica e Componentes do DEPIN/SCT.1995

5
EDGAR MORIN

OS SETE SABERES NECESSÁRIOS À EDUCAÇÃO DO FUTURO

Os sete saberes necessários à educação do futuro não têm nenhum programa educativo, escolar ou universitário. Aliás, não estão concentrados no primário, nem no secundário, nem no ensino universitário, mas abordam problemas específicos para cada um desses níveis. Eles dizem respeito aos setes buracos negros da educação, completamente ignorados, subestimados ou fragmentados nos programas educativos. Programas esses que, na minha opinião, devem ser colocados no centro das preocupações sobre a formação dos jovens, futuros cidadãos.

O *Conhecimento*.

O primeiro buraco negro diz respeito ao *conhecimento*. Naturalmente, o ensino fornece conhecimento, fornece saberes. Porém, apesar de sua fundamental importância, nunca se ensina o que é, de fato, o conhecimento. E sabemos que os maiores problemas neste caso são o erro e a ilusão.

Ao examinarmos as crenças do passado, concluímos que a maioria contém erros e ilusões. Mesmo quando pensamos em vinte anos atrás, podemos constatar como erramos e nos iludimos sobre o mundo e a realidade. E por

que isso é tão importante? Porque o conhecimento nunca é um reflexo ou espelho da realidade. O conhecimento é sempre uma tradução, seguida de uma reconstrução. Mesmo no fenômeno da percepção, através do qual os olhos recebem estímulos luminosos que são transformados, decodificados, transportados a um outro código, que transita pelo nervo ótico, atravessa várias partes do cérebro para, enfim, transformar aquela informação primeira em percepção. **A partir deste exemplo, podemos concluir que a percepção é uma reconstrução.**

Tomemos um outro exemplo de percepção constante: a imagem do ponto de vista da retina. As pessoas que estão próximas parecem muito maiores do que aquelas que estão mais distantes, pois à distância, o cérebro não realiza o registro e termina por atribuir uma dimensão idêntica para todas as pessoas. Assim como os raios ultravioletas e infravermelhos que nós não vemos, mas sabemos que estão aí e nos impõem uma visão segundo as suas incidências. Portanto, temos percepções, ou seja, reconstruções, traduções da realidade. E toda tradução comporta o risco de erro. Como dizem os italianos “tradotore/traditore”.

Também sabemos que não há nenhuma diferença intrínseca entre uma percepção e uma alucinação. Por exemplo: se tenho uma alucinação e vejo Napoleão ou Júlio César, não há nada que me diga que estou enganado, exceto o fato de saber que eles estão mortos. São os outros que vão me dizer se o que vejo é verdade ou não. Quero dizer com isso que estamos sempre ameaçados pela alucinação. Até nos processos de leitura isto acontece. Nós sabemos que não seguimos a linha do que está escrito, pois, às vezes, nossos olhos saltam de uma palavra para outra e reconstrói o conjunto de uma maneira quase alucinatória. Neste momento, é o nosso espírito que colabora com o que nós lemos. E não reconhecemos os erros porque deslizamos neles. O mesmo acontece, por exemplo, quando há um acidente de carro. As versões e as visões do acidente são completamente diferentes, principalmente pela emoção e p elo fato das pessoas estarem em ângulos diferentes.

No plano histórico há erros, se me permitem o jogo de palavras, histéricos. Tomemos um exemplo um pouco distante de nós: os debates sobre a Primeira Guerra Mundial. Uma época em que a França e a Alemanha tinham partidos socialistas fortes, potentes e muito pacifistas, e que, evidentemente, eram contrários à guerra que se anunciava. Mas, a partir do momento em que se desencadeou a guerra, os dois partidos se lançaram, massivamente a uma campanha de propaganda, cada um imputando ao outro os atos mais ignóbeis. Isto durou até o fim da guerra. Hoje, podemos constatar com os eventos trágicos do Oriente Médio a mesma maneira de

tratar a informação. Cada um prefere camuflar a parte que lhe é desvantajosa para colocar em relevo a parte criminosa do outro.
Este problema se apresenta de uma maneira perceptível e muito evidente, porque as traduções e as reconstruções são também um risco de erro e muitas vezes o maior erro é pensar que a idéia é a realidade. E tomar a idéia como algo real é confundir o mapa com o terreno.
Outras causas de erro são as diferenças culturais, sociais e de origem. Cada um pensa que suas idéias são as mais evidentes e esse pensamento leva a idéias normativas. Aquelas que não estão dentro desta norma, que não são consideradas *normais*, são julgadas como um desvio patológico e são taxadas como ridículas. Isso não ocorre somente no domínio das grandes religiões ou das ideologias políticas, mas também das ciências.
Quando Watson e Crick decodificaram a estrutura do código genético, o DNA (ácido desoxirribonucléico), surpreenderam e escandalizaram a maioria dos biólogos, que jamais imaginavam que isto poderia ser transcrito em moléculas químicas. Foi preciso muito tempo para que essas idéias pudessem ser aceitas.
Na realidade, as idéias adquirem consistência como os deuses nas religiões. É algo que nos envolve e nos domina a ponto de nos levar a matar ou morrer. Lenin dizia:
"Os fatos são teimosos, mas, na realidade, as idéias são ainda mais teimosas do que os fatos e resistem aos fatos durante muito tempo".
Portanto, o problema do conhecimento não deve ser um problema restrito aos filósofos. É um problema de todos e cada um deve levá-lo em conta desde muito cedo e explorar as possibilidades de erro para ter condições de ver a realidade, porque não existe receita milagrosa.
O *Conhecimento Pertinente.*
O segundo buraco negro é que não ensinamos as condições de um *conhecimento pertinente*, isto é, de um conhecimento que não mutila o seu objeto. Nós seguimos, em primeiro lugar, um mundo formado pelo ensino disciplinar. É evidente que as disciplinas de toda ordem ajudaram o avanço do conhecimento e são insubstituíveis. O que existe entre as disciplinas é invisível e as conexões entre elas também são invisíveis. Mas isto não significa que seja necessário conhecer somente uma parte da realidade. É preciso ter uma visão capaz de situar o conjunto. É necessário dizer que não é a quantidade de informações, nem a sofisticação em Matemática que podem dar sozinhas um conhecimento pertinente, mas sim a capacidade de colocar o conhecimento no contexto.
A economia, que é das ciências humanas, a mais avançada, a mais sofisticada, tem um poder muito fraco e erra muitas vezes nas suas previsões, porque está ensinando de modo a privilegiar o cálculo. Com isso,

acaba esquecendo os aspectos humanos, como o sentimento, a paixão, o desejo, o temor, o medo. Quando há um problema na bolsa, quando as ações despencam, aparece um fator totalmente irracional que é o pânico, e que, freqüentemente, faz com que o fator econômico tenha a ver com o humano, ligando-se, assim, à sociedade, à psicologia, à mitologia. Essa realidade social é multidimensional e o econômico é apenas uma dimensão dessa sociedade. Por isso, é necessário contextualizar todos os dados.
Se não houver, por exemplo, a contextualização dos conhecimentos históricos e geográficos, cada vez que aparecer um acontecimento novo que nos fizer descobrir uma região desconhecida, como o Kosovo, o Timor ou Serra Leoa, não entenderemos nada. Portanto, o ensino por disciplina, fragmentado e dividido, impede a capacidade natural que o espírito tem de contextualizar. E é essa capacidade que deve ser estimulada e desenvolvida pelo ensino, a de ligar as partes ao todo e o todo às partes. **Pascal** dizia, já no século XVII:
"Não se pode conhecer as partes sem conhecer o todo, nem conhecer o todo sem conhecer as partes".
O contexto tem necessidade, ele mesmo, de seu próprio contexto. E o conhecimento, atualmente, deve se referir ao global. Os acidentes locais têm repercussão sobre o conjunto e as ações do conjunto sobre os acidentes locais. Isso foi comprovado depois da guerra do Iraque, da guerra da Iugoslávia e, atualmente, pode ser verificado com o conflito do Oriente Médio.
A *Identidade Humana.*
O terceiro aspecto é a *identidade humana*. É curioso que nossa identidade seja completamente ignorada pelos programas de instrução. Podemos perceber alguns aspectos do homem biológico em Biologia, alguns aspectos psicológicos em Psicologia, mas a realidade humana é indecifrável. Somos indivíduos de uma sociedade e fazemos parte de uma espécie. Mas, ao mesmo tempo em que fazemos parte de uma sociedade, temos a sociedade como parte de nós, pois desde o nosso nascimento a cultura se nos imprime. Nós somos de uma espécie, mas ao mesmo tempo a espécie é em nós e depende de nós. Se nos recusamos a nos relacionar sexualmente com um parceiro de outro sexo, acabamos com a espécie. Portanto, o relacionamento entre indivíduosociedade-espécie é como a trindade divina, um dos termos gera o outro e um se encontra no outro. **A realidade humana é trinitária.**
Eu acredito possível a convergência entre todas as ciências e a identidade humana. Um certo número de agrupamentos disciplinares vai favorecer esta convergência. É necessário reconhecer que na segunda metade do século XX, houve uma revolução científica, reagrupando as disciplinas em

ciências pluridisciplinares. Assim, há a cosmologia, as ciências da terra, a ecologia e a pré-história.
Tome-se como exemplo a cosmologia, que, efetivamente, utiliza a microfísica, os aceleradores de partículas para imaginar os primeiros segundos do universo. Ela utiliza a observação e pratica uma reflexão filosófica sobre o mundo, assim como fizeram Hubert Reeves, Hawkins, Michel Cassé e tantos outros. Eles refletem sobre o universo incrível no qual vivemos. Mas o que é importante para a identidade humana é saber que estamos neste minúsculo planeta perdidos no cosmos. Nossa missão não é mais a de conquistar o mundo como acreditava Descartes, Bacon e Marx. Nossa missão se transformou em civilizar o pequeno planeta em que vivemos.
Por outro lado, as ciências da terra nos inscrevem neste planeta formado por fragmentos cósmicos, resultados de uma explosão de sóis anteriores. Resta saber como estes fragmentos reunidos e aglomerados puderam criar uma tal organização, uma autoorganização, para nos dar este planeta. É necessário mostrar que ele gerou a vida, e a nós somos, filhos da vida.
A biologia, com a teoria da evolução, nos prova como trazemos dentro de nós, efetivamente, o processo de desenvolvimento da primeira célula vivente, que se multiplicou e se diversificou.
Quando sonhamos com nossa identidade, devemos pensar que temos partículas que nasceram no despertar do universo. Temos átomos de carbono que se formaram em sóis anteriores ao nosso, pelo encontro de três núcleos de hélio que se constituíram em moléculas e neuromoléculas na terra. Somos todos filhos do cosmos, mas nos transformamos em estranhos através de nosso conhecimento e de nossa cultura. Portanto, é preciso ensinar a unidade dos três destinos, porque somos indivíduos, mas como indivíduos somos, cada um, um fragmento da sociedade e da espécie *Homo sapiens,* à qual pertencemos. E o importante é que somos uma parte da sociedade, uma parte da espécie, seres desenvolvidos sem os quais a sociedade não existe. A sociedade só vive com essas interações.
È importante, também, mostrar que, ao mesmo tempo em que o ser humano é múltiplo, ele é parte de uma unidade. Sua estrutura mental faz parte da complexidade humana. Portanto, ou vemos a unidade do gênero e esquecemos a diversidade das culturas e dos indivíduos, ou vemos a diversidade das culturas e não vemos a unidade do ser humano. Esse problema vem causando polêmicas desde o século XVIII, quando Voltaire disse:
“Os chineses são iguais a nós, têm paixões, choram”. E Herbart, o pensador alemão, afirmou: “Entre uma cultura e outra não há comunicação, os seres são diferentes”. Os dois tinham razão, mas na realidade essas duas verdades

têm que ser articuladas. Nós temos os elementos genéticos da nossa diversidade e, é claro, os elementos culturais da nossa diversidade.
È preciso lembrar que rir, chorar, sorrir, não são atos aprendidos ao longo da educação, são inatos, mas modulados de acordo com a educação. Heigerfeld fez uma observação sobre uma jovem surda-muda de nascença que ria, chorava e sorria.
Atualmente, estudos demonstram que o feto começa a sorrir no ventre da mãe. Talvez porque não saiba o que o espera depois... Mas isso nos permite entender a nossa realidade, nossa diversidade e singularidade.
Chegamos, então, ao ensino da literatura e da poesia. Elas não devem ser consideradas como secundárias e não essenciais. A literatura é para os adolescentes uma escola de vida e um meio para se adquirir conhecimentos. **As ciências sociais vêem categorias e não indivíduos sujeitos a emoções, paixões e desejos**. A literatura, ao contrário, como nos grandes romances de Tolstoi, aborda o meio social, o familiar, o histórico e o concreto das relações humanas com uma força extraordinária.
Podemos dizer que as telenovelas também nos falam sobre problemas fundamentais do homem; o amor, a morte, a doença, o ciúme, a ambição, o dinheiro. Temos que entender que todos esses elementos são necessários para entender que a vida não é aprendida somente nas ciências formais. E a literatura tem a vantagem de refletir sobre a complexidade do ser humano e sobre a quantidade incrível de seus sonhos. Como James Joyce, por exemplo, que, ao criar um personagem, mostrava que uma pessoa pode ter sentimentos totalmente diversos. Ou como o herói de Dostoievski, em *O Idiota* que não sabe se a jovem está apaixonada por ele e ao fim da trama, depois de ter sofrido muito, encontra um amigo que lhe diz: “mas que imbecil você é, não entendeu que ela o ama”. Isto pode acontecer com qualquer pessoa, é a dificuldade de saber o que o outro pensa e sente.
Marcel Proust mostrou, em *Um amor de Swan,* o que ele chamava de intermitências do coração, ou seja, que uma pessoa pode se apaixonar, esquecer-se da pessoa desejada e voltar a amá-la. Neste romance o herói sofre durante anos de ciúmes por causa de uma mulher e quando ele já não está mais apaixonado, diz:
“mas eu sofri tanto por uma mulher que não me amava e que nem era meu tipo”. Podemos, então, compreender a complexidade humana através da literatura. A poesia nos ensina a qualidade poética da vida, essa qualidade que nós sentimos diante de fatos da realidade. Como, por exemplo, os espetáculos da natureza: o céu de Brasília que é tão bonito. **A vida não deve ser uma prosa que se faça por obrigação. A vida é viver poeticamente na paixão, no entusiasmo.**

Para que isso aconteça, devemos fazer convergir todas as disciplinas conhecidas para a identidade e para a condição humana, ressaltando a noção de *homo sapiens*; o homem racional e fazedor de ferramentas, que é, ao mesmo tempo, louco e está entre o delírio e o equilíbrio, nesse mundo de paixões em que o amor é o cúmulo da loucura e da sabedoria.
O homem não se define somente pelo trabalho, mas também pelo jogo. Não só as crianças, como também os adultos gostam de jogar. Por isso vemos partidas de futebol. Nós somos *Homo ludens,* além de *Homo economicus.* Não vivemos só em função do interesse econômico. Há, também, o *homo mitologicus*, isto é, vivemos em função de mitos e crenças.
Enfim o homem é prosaico e poético. Como dizia Hölderling:
"O homem habita poeticamente na terra, mas também prosaicamente e se a prosa não existisse, não poderíamos desfrutar da poesia". A *Compreensão Humana.*
O quarto aspecto é sobre a *compreensão humana*. Nunca se ensina sobre como compreender uns aos outros, como compreender nossos vizinhos, nossos parentes, nossos pais. O que significa compreender?
A palavra compreender vem do latim, *compreendere*, que quer dizer: *colocar junto todos os elementos de explicação*, ou seja, não ter somente um elemento de explicação, mas diversos. Mas a compreensão humana vai além disso, porque, na realidade, ela comporta uma parte de empatia e identificação. O que faz com que se compreenda alguém que chora, por exemplo, não é analisar as lágrimas no microscópio, mas saber o significado da dor, da emoção. Por isso, é preciso compreender a compaixão, que significa sofrer junto. É isto que permite a verdadeira comunicação humana.
A grande inimiga da compreensão é a falta de preocupação em ensiná-la. Na realidade, isto está se agravando, já que o individualismo ganha um espaço cada vez maior. Estamos vivendo numa sociedade individualista, que favorece o sentido de responsabilidade individual, que desenvolve o egocentrismo, o egoísmo e que, consequentemente, alimenta a autojustificação e a rejeição ao próximo.
A raiva leva à vontade de eliminar o outro e tudo aquilo que possa aborrecer. De certa maneira, isto favorece ao que os ingleses chamam de *self-deception*, isto é, mentir a si mesmo, pois o egocentrismo vai tramando sempre o negativo e esquecendo dos outros elementos.
A redução do outro, a visão unilateral e a falta de percepção sobre a complexidade humana são os grandes empecilhos da compreensão. Outro aspecto da incompreensão é a indiferença. E, por este lado, é interessante abordar o cinema, que os intelectuais tanto acusam de alienante. Na verdade, o cinema é uma arte que nos ensina a superar a indiferença, pois transfor a em heróis os invisíveis sociais, ensinando-nos a vê-los por um

outro prisma. Charlie Chaplin, por exemplo, sensibilizou platéias inteiras com o personagem do vagabundo. Outro exemplo é Coppola, que popularizou os chefes da Máfia com "O Chefão". No teatro, temos a complexidade dos personagens de Shakspeare: reis, gangsters, assassinos e ditadores. No cinema, como na filosofia de Heráclito:

"Despertados, eles dormem".

Estamos adormecidos, apesar de despertos, pois diante da realidade tão complexa, mal percebemos o que se passa ao nosso redor.

Por isso, é importante este quarto ponto: compreender não só os outros como a si mesmo, a necessidade de se auto-examinar, de analisar a autojustificação, pois o mundo está cada vez mais devastado pela incompreensão, que é o câncer do relacionamento entre os seres humanos.

A *Incerteza.*

O quinto aspecto é a *incerteza*. Apesar de, nas escolas, ensinar-se somente as certezas, como a gravitação de Newton e o eletromagnetismo, atualmente a ciência tem abandonado determinados elementos mecânicos para assimilar o jogo entre certeza e incerteza, da micro-física às ciências humanas. É necessário mostrar em todos os domínios, sobretudo na história, o surgimento do inesperado. Eurípides dizia no fim de três de suas tragédias que: "os deuses nos causam grandes surpresas, não é o esperado que chega e sim o inesperado que nos acontece". É a velha idéia de 2.500 anos, que nós esquecemos sempre. As ciências mantêm diálogos entre dados hipotéticos e outros dados que parecem mais prováveis. Os processos físicos, assim como outros também, pressupõem variações que nos levam à desordem caótica ou à criação de uma nova organização, como nas teorias sobre a incerteza de Prigogine, baseadas nos exemplos dos turbilhões de Born. Analisando retroativamente a história da vida, constata-se que ela não foi linear, que não teve uma evolução de baixo para cima. A evolução segundo Darwin foi uma evolução composta de ramificações, a exemplo do mundo vegetal e o mundo animal.

O homem vem de uma dessas ramificações e conseguiu chegar à consciência e à inteligência, mas não somos a meta da evolução, fazemos parte desse processo. A história da vida foi, na verdade, marcada por catástrofes.

No fim da era secundária, a queda do asteróide que matou os dinossauros e ressecou a vegetação desses animais enormes, matando-os de fome deu oportunidade à proliferação dos mamíferos. Assim também ocorreu com as sociedades humanas. Todas sofreram o colapso por uma razão ou outra. Nem mesmo o império romano, que parecia eterno, conseguiu sobreviver. As sociedades andinas, que eram mais potentes que seus colonizadores espanhóis e cujas capitais eram muita mais ricas que Paris, Madri ou

Lisboa, foram destruídas por espanhóis que chegaram com cavalos e armas desconhecidas.
As duas guerras mundiais destruíram muito na metade do século XX, depois da Primeira Guerra Mundial. Três grandes impérios da época, por exemplo, o romanootomano, o austro-húngaro e o soviético, desapareceram. Isto nos demonstra a necessidade de ensinar o que chamamos de ecologia da ação: a atitude que se toma quando uma ação é desencadeada e escapa ao desejo e às intenções daquele que a provocou, desencadeando influências múltiplas que podem desviá-la até para o sentido oposto ao intencionado.
A história humana está repleta de exemplos dessa natureza. O mais evidente no final do século XX foi o projeto político de Gorbatchev, que pretendeu reformar o sistema político da União Soviética, mas acabou provocando o começo de sua própria desagregação e implosão.
Assim tem acontecido em todas as etapas da história. O inesperado aconteceu e acontecerá, porque não temos futuro e não temos certeza nenhuma do futuro. As previsões não foram concretizadas, não existe determinismo do progresso. Os espíritos, portanto, têm que ser fortes e armados para enfrentarem essa incerteza e não se desencorajarem.
Essa incerteza é uma incitação à coragem. A aventura humana não é previsível, mas o imprevisto não é totalmente desconhecido. Somente agora se admite que não se conhece o destino da aventura humana. É necessário tomar consciência de que as futuras decisões devem ser tomadas contando com o risco do erro e estabelecer estratégias que possam ser corrigidas no processo da ação, a partir dos imprevistos e das informações que se tem.
A *Condição Planetária.*
O sexto aspecto é a *condição planetária*, sobretudo na era da globalização no século XX – que começou, na verdade no século XVI com a colonização da América e a interligação de toda a humanidade. Esse fenômeno que estamos vivendo hoje, em que tudo está conectado, é um outro aspecto que o ensino ainda não tocou, assim como o planeta e seus problemas, a aceleração histórica, a quantidade de informação que não conseguimos processar e organizar.
Este ponto é importante porque existe, neste momento, um destino comum para todos os seres humanos. O crescimento da ameaça letal se expande em vez de diminuir: a ameaça nuclear, a ameaça ecológica, a degradação da vida planetária. Ainda que haja uma tomada de consciência de todos esses problemas, ela é tímida e não conduziu ainda a nenhuma decisão efetiva. Por isso, faz-se urgente a construção de uma consciência planetária.
Conhecer o nosso planeta é difícil: os processos de todas as ordens – econômicos, ideológicos e sociais – estão de tal maneira imbricados e são

tão complexos, que compreendê-los é um verdadeiro desafio para o conhecimento. Ortega y Gasset dizia:

"não sabemos o que acontece, isto é o que acontece".

É necessária uma certa distância em relação ao imediato para podermos compreendê-lo. E, atualmente, dada a aceleração e a complexidade do mundo, é quase impossível. Mas, faz-se necessário ressaltar, é esta a dificuldade. É necessário ensinar que não é suficiente reduzir a um só a complexidade dos problemas importantes do planeta, como a demografia, ou a escassez de alimentos, ou a bomba atômica, ou a ecologia. Os problemas estão todos amarrados uns aos outros.

Daqui para frente, existem, sobretudo, os perigos de vida e morte para a humanidade, como a ameaça da arma nuclear, como a ameaça ecológica, como o desencadeamento dos nacionalismos acentuados pelas religiões. É preciso mostrar que a humanidade vive agora uma comunidade de destino comum.

A *Antropo-ética*.

O último aspecto é o que vou chamar de *antropo-ético*, porque os problemas da moral e da ética diferem a depender da cultura e da natureza humana. Existe um aspecto individual, outro social e outro genético, diria de espécie. Algo como uma trindade em que as terminações são ligadas: a antropo-ética. Cabe ao ser humano desenvolver, ao mesmo tempo, a ética e a autonomia pessoal (as nossas responsabilidades pessoais), além de desenvolver a participação social (as responsabilidades sociais), ou seja, a nossa participação no gênero humano, pois compartilhamos um destino comum. A antropo-ética tem um lado social que não tem sentido se não for na democracia, porque a democracia permite uma relação indivíduo-sociedade e nela o cidadão deve se sentir solidário e responsável. A democracia permite aos cidadãos exercerem suas responsabilidades através do voto. Somente assim é possível fazer com que o poder circule, de forma que aquele que foi uma vez controlado, terá a chance de controlar. Porque a democracia é, por princípio, um exercício de controle.

Não existe, evidentemente, democracia absoluta. Ela é sempre incompleta. Mas sabemos que vivemos em uma época de regressão democrática, pois o poder tecnológico agrava cada vez mais os problemas econômicos. Na verdade, é importante orientar e guiar essa tomada de consciência social que leva à cidadania, para que o indivíduo possa exercer sua responsabilidade.

Por outro lado, a ética do ser humano está se desenvolvendo através das associações não-governamentais, como os Médicos Sem Fronteiras, o Greenpeace, a Aliança pelo Mundo Solidário e tantas outras que trabalham acima de entidades religiosas, políticas ou de Estados nacionais, assistindo

aos países ou às nações que estão sendo ameaçadas ou em graves conflitos. Devemos conscientizar a todos sobre essas causas tão importantes, pois estamos falando do destino da humanidade.
Seremos capazes de civilizar a terra e fazer com que ela se torne uma verdadeira pátria? Estes são os sete saberes necessários ao ensino. E não digo isso para modificar programas. Na minha opinião, não temos que destruir disciplinas, mas sim integrá-las, runi-las em uma ciência como, por exemplo, as ciências da terra (a sismologia, a vulcanologia, a meteorologia), todas elas articuladas em uma concepção sistêmica da terra.
Penso que tudo deva estar integrado para permitir uma mudança de pensamento; para que se transforme a concepção fragmentada e dividida do mundo, que impede a visão total da realidade. Essa visão fragmentada faz com que os problemas permaneçam invisíveis para muitos, principalmente para muitos governantes.

6
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

GLOBALIZAÇÃO NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

"0 impacto da Globalização nos Países em Desenvolvimento: Riscos e Oportunidades" -Conferência do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no Colégio do México. Cidade do México, México, 20 de fevereiro de 1996

I - Introdução: os desafios do Estadista diante do fenômeno da globalização

É um enorme prazer voltar ao Colégio do México, um dos mais criativos centros do pensamento latino-americano, onde fui tantas vezes acolhido com generosidade e onde sempre encontrei o estímulo intelectual para o debate e

para a pesquisa. Reencontro amigos de longa data e, sobretudo, recordo os excelentes momentos de convívio e de amizade que a vida acadêmica aqui me proporcionou.

Vou tratar de um tema que se incorporou definitivamente à agenda de todos os governantes contemporâneos: a globalização econômica e os riscos e oportunidades que dela decorrem. Em países como o Brasil e o México, refletir sobre as implicações deste fenômeno, tanto do ponto de vista interno como externo, é mais do que um desafio intelectual: é uma necessidade vital.

Não pretendo aqui tratar dessa questão com o rigor do homem de ciências. Mesmo porque, em tudo aquilo que tenho lido sobre a globalização, percebo que falta ainda uma "teoria unificadora" que explique em profundidade a gênese das transformações e o curso dos acelerados desdobramentos na realidade econômica contemporânea. A Academia parece-me estar ainda no processo de mapear e de compreender o conjunto de acontecimentos que estão mudando a vida das nações numa velocidade antes inimaginável.

Mas o tempo e as motivações do Político são, em sua essência, diferentes daqueles do Cientista Social. O Político não pode esperar pela sedimentação do conhecimento para agir. Se o fizer será atropelado pelos fatos. Temos, hoje, uma certeza: a da abrangência e da profundidade da mudança e isso nos assombra e nos angustia, dada a complexidade dos desafios que temos de enfrentar.

A verdade é que, independentemente dos vácuos teóricos existentes, já se conhece o suficiente sobre a globalização para sabermos, com razoável perspectiva, quais os seus rumos prováveis e em que campo podemos atuar para amenizar alguns dos seus efeitos mais nocivos e, ao mesmo tempo, para potencializar as vantagens que estão surgindo para, nos próximos anos, darmos um grande salto em direção à prosperidade com mais justiça social.

A globalização, em suas diversas expressões, tornou-se um componente incontornável das decisões de Governo, condicionando escolhas no plano nacional e no de ações externas.
Ora, isso não nos distancia do fato de que uma das mais importantes missões da ação política contemporânea é a de assegurar que o desenvolvimento esteja orientado por valores, de acordo com os quais o ganho econômico só tem sentido se trouxer maior bem-estar para os cidadãos. Assim, a partir desse pressuposto, devemos encontrar os meios e instrumentos de liderar os

esforços de integrar nossos países nos novos padrões de produtividade e competitividade, única forma de obter o necessário crescimento econômico sustentável numa economia globalizada.

Este é o foco principal que tenciono dar a esta conferência. Procurarei ponderar sobre algumas das conseqüências sociais da globalização, especialmente no que se relaciona aos riscos do aumento da desigualdade, em cada país, e no plano internacional, bem como do aumento do chamado desemprego estrutural.

II - Fatos que contribuíram para a superação das teorias tradicionais sobre a assimetria e a dependência nas relações econômicas e políticas mundiais

Um ponto de partida para compreender melhor a natureza das transformações da realidade econômica e política da atualidade é a reflexão sobre as razões que implicaram a superação de algumas teorias que procuravam explicar em profundidade a dinâmica das relações entre o Capital e o Trabalho e sua repercussão na órbita internacional.

É evidente que não tenho a pretensão de esgotar um tema tão complexo em espaço de tempo tão curto. Meu objetivo é apenas o de esboçar alguns lineamentos que permitam entender um pouco melhor o que está acontecendo no mundo de hoje.

As extraordinárias mudanças que ocorreram de 1989 para cá, entre as quais a aceleração dos efeitos da globalização, revelaram os limites das teorias e das ideologias hegemônicas deste século. E isto não vale somente para o marxismo. Tanto o liberalismo clássico (em virtude das transformações na teoria das vantagens comparativas) como a social-democracia (que sofre a crítica do esgotamento do *welfare state)* exigiram reformulações radicais que ainda não se completaram. Claro: as perspectivas históricas de que dispunham os seus fundadores eram outras, pressupondo determinadas formas de dialética entre o interno e o externo, e mesmo de relação entre o Capital e o Trabalho, que não mais subsistem.

Mudou o mundo; mudou a natureza do Capital; mudou a natureza do Trabalho. Mudaram, também, os instrumentos necessários para alcançarmos níveis crescentes de inclusão social.

O que a História não superou no ideário principalmente das ideologias de esquerda foi a aspiração generosa no sentido de que as transformações tivessem o objetivo de incorporar os mais fracos, os mais desfavorecidos. Por isto, o tema da desigualdade persiste e ocupa espaço necessário na reflexão sobre a globalização.

II.1 - A dimensão do Capital

Na dimensão do Capital, um dos aspectos a ressaltar é o de que assistimos a uma verdadeira pulverização de sua propriedade. Hoje, os fundos de pensão e de investimento detêm, por exemplo, posição estratégica no controle do Capital e na definição de sua utilização. Isso está diluindo e despersonalizando a relação patrãoempregado nos setores mais dinâmicos e modernos da economia, embora, no Brasil e em boa parcela dos países em desenvolvimento, o grande empregador ainda seja as pequenas e médias empresas.

A própria relação empreendedor-empresa está se alterando: o empresário "schumpeteriano", o visionário empreendedor, está sendo substituído ou pelos empresários que controlam alguma forma de saber especializado e inovador, ou ainda, pela figura do gerente, que baliza suas decisões por padrões de eficiência e competitividade. A tendência não é nova e vem sendo descrita desde os anos 50, mas certamente se reforçou muito nos últimos anos.

Para citar apenas um exemplo que ratifica essas tendências: no Brasil, os fundos de pensão tomaram-se os maiores investidores no processo de privatização da economia. Os gerentes desses fundos passariam a ter um enorme poder, em termos de opções de investimento na economia, e são, em sua maioria, oriundos dos quadros das empresas públicas.

Ora, como falar, hoje, com nitidez, de "exploração" do capitalista, de realização da mais-valia, no sentido clássico do marxismo, se uma parcela importante dos trabalhadores começa a se tomar sócia do Capital? Sem dúvida, há grupos específicos de trabalhadores que souberam construir melhores formas de acesso ao Capital justamente porque foram capazes de se organizar de forma moderna.

E fica aqui uma primeira indagação, mais de natureza sociológica do que econômica: a diferenciação do trabalho, derivada da facilidade do acesso ao

capital - e, como apontarei, há outros determinantes da diferenciação — consagra somente formas modernas de organização ou também serve aos que, por artifício político, conseguem consolidar posições corporativas?

Outro elemento crucial é a crescente mobilidade dos fluxos financeiros internacionais e seu impacto para as políticas monetária e cambial das economias nacionais. Fica cada vez mais difícil identificar a procedência dos capitais e, sobretudo, as intenções dos gerentes que os manipulam. A análise do destino dos lucros e de seus beneficiários se torna também uma questão complexa.

Isso não significa que fiquemos desarmados diante da volatilidade dos capitais. A constatação dessa tendência não pode levar à passividade. A internacionalização dos fluxos deve corresponder a novos arranjos internacionais para discipliná-los. E há espaço para tanto.

II.2 - A dimensão do Trabalho

Recordo que na teoria econômica clássica, o Trabalho, o Capital e a Terra eram os três fatores básicos da produção. O fator Trabalho tinha uma característica estática, homogênea. A tecnologia estava associada diretamente ao fator Capital, não ao Trabalho. Hoje, como a produção tomou-se mais "intensiva em conhecimento" (knowledge *intensive),* quem detém esse saber, muito mais do que a empresa, é o próprio trabalhador. Um exemplo significativo disso é *o Sillicon Valley,* nos EUA, que cresceu com base no conhecimento, não nos capitais, que *afluíram a posteriori.* Embora este exemplo possa ter algo de esquemático, serve para ilustrar o ponto que pretendia ressaltar: na terminologia de Marx, o *capital variável* cresce em importância com relação ao *capital constante,* na medida em que o processo produtivo vai ficando mais "intensivo em conhecimento".

Este fato traz profundas implicações para nossos países e economias. O saber tomou-se um fator de diferenciação no trabalho. A força física e as aptidões gerais foram superadas como elementos diferenciados da mão-de-obra. O trabalho qualificado e criativo, de alto nível, tornou-se fator "escasso", em comparação com a relativa abundância de capital que circula pelo mundo. E ainda mais importante para os países em desenvolvimento: a vantagem comparativa que os países periféricos teriam por causa da mão-de-obra abundante e barata praticamente desapareceu. Ou, mais precisamente, localiza-se nos setores mais modernos da economia. Isto reforça a dificuldade

de lidar com diferenças internas em países em desenvolvimento complexos, como os nossos. Tomou-se necessário combinar políticas públicas que preservem as áreas modernas e competitivas por padrões internacionais com um esforço permanente de incorporar os setores atrasados, mas intensivos de mão-de-obra.

Outro ponto de extraordinário impacto nas relações Capital-Trabalho: a modernização da economia levou a mão-de-obra industrial no marxismo, *o proletariado* por excelência - a perder espaço para o emprego no setor terciário, um setor em que há baixa capacidade de mobilização (para efeitos de negociação com os detentores do Capital), maior informalidade e grandes diferenciações de tipos de ocupação e de margens salariais. É em função dessa mudança no perfil de emprego que a flexibilização das normas trabalhistas está ocorrendo nos quatro cantos do mundo.

Muitos consideram que essa migração do emprego do setor manufatureiro para o de serviços é um fenômeno negativo. Conceitualmente, contudo, isto é um equívoco: é errônea a percepção de que somente a indústria pode prover empregos de qualidade. É igualmente ultrapassada a noção de que somente o setor manufatureiro tem potencial exportador e, portanto, é capaz de promover mais facilmente o crescimento.

II.3 - Algumas conseqüências das novas formas de expansão do Capital, da organização do Trabalho e da relação Capital-Trabalho

Algumas conseqüências importantes advêm da implementação das novas formas de expansão do Capital, de organização do Trabalho e da relação entre o Capital e o Trabalho.

Primeiro: se por um lado a mobilidade dos fluxos financeiros através das fronteiras nacionais pode trazer oportunidades reais de crescimento para as economias emergentes, por outro, a volatilidade dos capitais de curto prazo e a possibilidade de seu uso para ataques especulativos contra moedas são uma forma de ameaça real à estabilidade econômica e ao nível de emprego dos países. (O México e toda a América do Sul, e mesmo os mercados financeiros mais longínquos, bem sabem o impacto nocivo que essa volatilidade pode ter.)

Segundo: o conhecimento tomou-se, como sabemos, um fator concreto de diferenciação entre os trabalhadores, deixando vulnerável a posição daqueles

que ocupam a maior parte dos postos de trabalho não-qualificado, sobretudo nos países em desenvolvimento.
Nesse particular, gostaria de fazer um parênteses: essa diferenciação interna na classe trabalhadora faz lembrar, numa primeira aproximação, a noção de "burguesia proletária", que no pensamento marxista estava ligada à exploração imperialista. Ora, não se trata mais disso: a ascensão de setores específicos pode ser positiva e representativa dos ganhos de produtividade ou da sua capacidade organizacional. O problema surge quando as vantagens cristalizam-se em mecanismos corporativos, em vantagens desiguais que são fruto muito mais da habilidade política de certos grupos, do que dos avanços na produção. O que parecia moderno pode tornar-se, assim, conservador, afastado da competição sadia e identificado com as vantagens do clientelismo. Isso ocorre, sobretudo, em certos setores do Estado e leva a que, em alguns países, a esquerda tradicional seja utilizada por esses grupos para a defesa de bandeiras paradoxalmente conservadoras, no sentido de manutenção de situações de privilégios.

Terceiro, e talvez ainda mais preocupante: diante desse quadro de transformações, quem seriam os novos agentes sociais da construção do futuro? Não mais a "burguesia conquistadora", uma vez que capital vai-se despersonalizando; não mais a classe média como portadora privilegiada de valores democráticos; tampouco o proletariado órfão das utopias revolucionárias, depois da derrocada do socialismo real. mais adiante voltarei a este tema, que julgo essencial.

Paralelamente às transformações ocorridas nas dimensões do Capital e do Trabalho e na sua inter-relação, outros elementos contribuíram para a superação das teorias que procuravam explicar o sistema de relações econômicas e políticas, a partir do conceito marxista de imperialismo.

Quando Enzo Faletto e eu trabalhamos na construção da Teoria da Dependência, o substrato do desenvolvimento na periferia do capitalismo, especialmente na América Latina, era a internacionalização d mercados. Porém, naquele momento, um outro fenômeno se desenha ainda difícil de ser percebido em todas as suas vertentes pela ótica conceitual dos anos 60: concomitante com a internacionalização d mercados, o que estava ocorrendo, na América Latina e no Ocidente desenvolvido, era a internacionalização da produção, a qual traria u impressionante expansão das correntes internacionais de comércio, q passaram a crescer muito acima das taxas de crescimento das economias nacionais. Antes, a regra pevalecente era a de que

todas as fases da produção de determinado bem fossem processadas num mesmo país. Essa mercadoria era consumida localmente ou exportada. A proteção tarifária e não-tarifária, associada à estratégia de desenvolvimento prioritário do mercado interno, alimentou uma série de projetos nacionais de desenvolvimento baseados na industrialização protegida ou, como ficou conhecido na América Latina, no processo de substituição de importações. (Lembro que a estratégia asiática foi diferente, já que, sustentada em melhor perfil de distribuição de renda, voltada para a acumulação interna de capital e de tecnologia, o que levaria, mais tarde, a modelos mais eficazes de enfrentamento das questões da globalização.)

Mas, retomemos ao modelo de substituição de importações: o seu esgotamento derivou basicamente do fato de que o conteúdo nacional da maioria dos bens diminuiu e suas fases de produção se internacionalizaram. Quanto mais tecnologicamente sofisticado o bem, provavelmente maior será o número de países que participaram desde sua concepção e *design,* até sua produção e *marketing.* Essa tendência se fortaleceu, não apenas em razão do barateamento dos custos de produção (decorrente da revolução técnica e tecnológica), da maior mobilidade dos fatores de produção e, ainda, da queda das tarifas de transporte e comunicações. Foi resultado, igualmente, da progressiva redução da proteção tarifária e não-tarifária, em sucessivas rodadas de negociação multilateral em foros como o GATT, patrocinadas principalmente pelos países desenvolvidos, mas que passaram a engajar também os países de industrialização recente, ávidos por novos mercados. Nesse particular, as nações que aderiram mais tardiamente ao GATT, como é o caso do México, tiveram que consolidar suas tarifas em nível mais baixo, dos que haviam acedido ao Acordo em períodos anteriores. É sintomática, na atualidade, a ampliação dos temas tratados pelo GATT, muitos dos quais eram antes reservados à jurisdição interna.

Em decorrência da soma desses desdobramentos, cresceu exponencialmente o comércio intrafirmas, responsável hoje pela parcela mais significativa do comércio internacional. Se, há algumas décadas, o que interessava aos conglomerados multinacionais era a legislação vigente nos países recipiendários de investimentos sobre a remessa de lucros, busca-se, agora, dar prioridade à capacidade de determinada nação de produzir bens intermediários ou finais a preços competitivos, no bojo de estratégias corporativas definidas globalmente. Os países passaram a ser selecionados para receber Investimentos dessas corporações multinacionais com base no cômputo das vantagens comparativa que oferecem entre as quais a

qualificação da mão-de-obra que se transformou num fator cada vez mais decisivo.

Várias são as conseqüências dessas evoluções. A primeira dei foi, sem dúvida, o enfraquecimento dos projetos de desenvolvimento nacional de caráter autárquico, fechado ao mercado externo. A segunda foi o acirramento da competição entre os países - notadamente os e desenvolvimento - por investimentos externos. Em larga medida, nações têm reformulado suas políticas no campo econômico e comercial para atrair capitais, que complementam suas taxas insuficientes de poupança interna, oferecendolhes um ambiente doméstico mais atraente e previsível.

Isto também não é novidade. O que está ocorrendo, porém diferente dos anos 50, já que o modelo se altera, deixando de haver investimento "especializado" no Terceiro Mundo e passando a atividade econômica local a se ligar a essas cadeias transnacionais de produção. Nem sempre essa ligação ao exterior é homogênea, especialmente países de dimensão continental, em que o processo de moderniza não pode alcançar a nação como um todo. "Separar" partes do território nacional para um tipo diferenciado de vinculção externa tem sido a solução encontrada por alguns países.

O acirramento da competição entre as nações não excluiu, contudo, a cooperação, que pode assumir várias formas. A principal delas tem a integração regional. A criação de mercados ampliados, seja sob a de zona de livre-comércio, seja, num patamar mais avançado, de u aduaneira, transformou-se num instrumento fundamental para os países desenvolvimento, no quadro da globalização. No caso do Brasil, o MERCOSUL tornouse, no espaço de menos de uma década, no principal projeto da diplomacia nacional. O MERCOSUL atrai hoje para região um volume crescente de investimentos de grande porte, com impacto to importante na geração de novos empregos. Estou, assim, convenci convencido que as políticas de integração regional em ser mecanismos decisivos de combate aos efeitos mais danosos da globalização.
A terceira conseqüência é o surgimento de uma crescente uniformidade dos quadros institucional e regulatório de todos os países. Para que a globalização da produção pudesse avançar, passou a prevalecer a noção hegemônica de uniformização das regras econômicas e comerciais, de forma a impedir a criação de vantagens artificiais em dado país. Exemplar nesse sentido é a introdução, na Organização Mundial de Comércio, de parâmetros internacionais para os direitos de propriedade intelectual e os Acordos de

Proteção e Promoção de Investimentos. É evidente, porém, que esse quadro normativo mais homogêneo somente cumprirá o seu objetivo se, na aplicação das normas, houver maior sentido de equilíbrio e, sobretudo, se for bloqueado o uso unilateral do poder econômico.

Também intimamente ligada à questão da globalização é a limitação que se impõe à capacidade dos Estados de escolher estratégias diferenciadas de desenvolvimento, de adotar políticas macroeconômicas heterodoxas, ou ainda, de sustentar fórmulas rígidas na relação entre o Capital e o Trabalho. Os mercados de capital passaram a atuar como verdadeiros vigilantes das gestões nacionais: qualquer medida, por mais correta do ponto de vista interno, que possa sinalizar um passo em falso ou contrariar o interesse dos investidores externos tem como conseqüência a revoada dos capitais de curto prazo, com sérios efeitos para a saúde do sistema financeiro de determinado país.

A ortodoxia ou o conservadorismo dessa espécie de tribunal imaterial, porém influente, traz limitações à capacidade de operar d governantes, que, se, por um lado, não podem simplesmente ignorar esses condicionantes da realidade contemporânea, por outro, têm dever de buscar nas contradições e nas inconsistências, bem como n janelas de oportunidade do sistema em gestação estratégias capazes reafirmar a prioridade do interesse nacional, de reforçar a vocação países como os nossos para a autodeterminação soberana e, sobretudo de consolidar nossa capacidade de influir na construção do futuro.

A globalização está longe de ser um fenômeno que avança de modo uniforme no plano internacional. Seu ritmo obedece a movimentação dos variados. O paradigma financeiro, por exemplo, é diferente do comercial. Neste último, as áreas de resistência são muito mais pronunciadas, sobretudo nos países desenvolvidos, como prova a questão dos produtos agrícolas, da pesca, e tantos outros. Há uma clara contradição entre o discurso globalizante e prática, cuja regulação dos limites é ditada por negociações diplomáticas. Na área financeira, a abertura certamente é maior, mas não significa que esteja isenta de mecanismos regulatórios, normalmente estabelecidos pelos Bancos Centrais de cada país.

A globalização também tem contribuído para alterar o papel do Estado: a ênfase da ação governamental está agora dirigida para a criação e sustentação de condições estruturais de competitividade em escala global. Isso envolve canalizar investimentos para a infraestrutura e para os serviços públicos

básicos, entre os quais educação e saúde, retirando o Èstado da função de produtor de bens, de repositor principal do sistema produtivo.

Em vários momentos, mencionei que uma das conseqüências sociológicas da modernização induzida pela globalização é a dispersão de interesses, a fragmentação do Trabalho e do Capital. Ora, o cerne da ação política, hoje, é justamente o de criar um espaço político onde esses interesses se harmonizem racionalmente. É nesse sentido que julgo fundamental entender que, com a globalização, o Estado necessita recompor suas funções. Assim, a missão do Estado de direcionar o desenvolvimento *(steering capacity)* passa a ser muito mais importante do que a tentativa comprovadamente ineficaz de substituir a iniciativa privada na produção de bens e de serviços que não tem natureza essencialmente pública.

Este pequeno elenco de desdobramentos contemporâneos das relações econômicas internacionais fornece, em minha opinião, poderosos elementos que põem em cheque as teorias que procuravam explicar a realidade e, sobretudo, as estratégias políticas e econômicas tradicionais que os Estados procuravam seguir na busca do crescimento. Os desafios para enfrentar a nova realidade são imensos e cada vez mais complexos, uma vez que se tomou inviável separar os condicionantes internos dos externos. Além disso, cria-se uma situação paradoxal, pois ao mesmo tempo em que a demanda por eqüidade aumenta em regimes democráticos, até como efeito da globalização da informação, ela é dirigida a um Estado que, em razão de seu novo papel, deve intervir menos e melhor, tendo opções cada vez mais restritas em termos de política econômica, em decorrência das necessárias disciplina fiscal e austeridade de gastos públicos.

Exatamente por isso nunca foi tão importante a qualidade do trabalho político. De que maneira, e a partir de que valores, o governante deve combinar o interno e o internacional; como conciliar a dispersão de pressões e o imperativo da definição de rumos claros; como compatibilizar os mecanismos clássicos da representação com o anseio crescente de participação direta da cidadania no processo decisório; como articular o empuxo de valores econômicos nacionais com a necessidade de uma perspectiva soberana? (Eu poderia multiplicar muito mais essas dicotomias.) Sabemos que hoje não existem mais fórmulas ideológicas que teçam, com coerência, os fios de uma realidade cambiante. A atitude meramente pragmática do governante é insuficiente e simplista diante de problemas que envolvem opções complexas e valores.

Nesse sentido, fica patente que o trabalho fundamental do político, em nossos países, está ligado aos temas da justiça social. O seu mandato principal vem dos que nada ou pouco têm. Em sociedades como as nossas, não podemos nos iludir e tomar a globalização como um dado natural da realidade ou como uma nova forma de ideologia e permitir que se acentuem as dicotomias internas. A desigualdade, embora alimentada pelas assimetrias e injustiças das relações lnterestatais, é ainda essencialmente um problema nacional. É a nossa capacidade de superá-la, com medidas inteligentes de adaptação à nova conjuntura externa, que marca a ação do estadista de hoje. Queiram ou não os defensores das ideologias neoliberais, o Estado ainda é uma referência obrigatória, como instrumento para organizar as transformações e disso o político contemporâneo não pode e não deve abrir mão.

III - Algumas conseqüências sociais da globalização: os problemas do crescimento da desigualdade e do desemprego estrutural

Durante décadas, os países em desenvolvimento tentaram influenciar, sem grande êxito, nos foros multilaterais, notadamente na UNCTAD, a construção de uma nova ordem econômica internacional. A verdade é que, um tanto à sua revelia, essa nova ordem já estava sendo forjada e hoje atende pelo nome de globalização.

Sem ceder à ilusão de que essa nova ordem responderia apenas às forças do mercado, embora elas sejam decisivas, e que o poder dos Estados nacionais deixou de ter o mesmo impacto sobre o curso dos eventos, é justamente o reconhecimento dos "limites" do mercado e da força que certos países de grandes dimensões, como o Brasil e o México, têm para influenciar no direcionamento da globalização econômica, que nos permite adotar medidas capazes de contra-arrestar os efeitos sociais mais negativos do fenômeno, como o crescimento da desigualdade e o agravamento do desemprego.

Para fazê-lo, contudo, os governantes têm de aceitar, como já afirmei, certos condicionantes da ordem econômica em gestação com realismo e sentido de pragmatismo. A novidade do processo e a velocidade das transformações exigem formas inteiramente novas de agir no cenário internacional.

III.1 -Desigualdade e exclusão social

Como vimos, a globalização uniformiza, ao tempo em que diferencia. A tendência de muitos analistas e ideólogos é exaltar os processos

uniformizadores, como se suficientes para criar riqueza e eqüidade. Ora, os temas da diferenciação são decisivos e constituem talvez o âmago da construção de uma perspectiva política da globalização. Na verdade, a questão do aumento da desigualdade e da exclusão social que a globalização parece de alguma forma alimentar é intricada e de difícil combate. Manifesta-se tanto no plano interno dos países desenvolvidos e em desenvolvimento como no plano internacional. O paradoxal - e de certa forma até irônico - é que o aumento da desigualdade se processa exatamente num momento em que, com o final da Guerra Fria e com a abertura ao exterior dos regimes socialistas mais empedernidos, caminhamos para uma uniformização institucional e uma maior convergência universal de valores.

Na dimensão das relações interpessoais, a desigualdade passa a ser encarada menos como fruto da "exploração capitalista" ou das distorções do modelo de acumulação, do que das diferenças qualitativas do trabalho, das competências e habilidades inatas ou adquiridas. A desigualdade material é identificada perversamente como resultado de um processo natural de diferenciação entre indivíduos. Essa ruptura do sentimento de solidariedade tem grave repercussão na própria idéia de identidade nacional, como identificou Robert Reich, o atual Secretário do Trabalho do Governo Clinton.

Na dimensão das relações interestatais, a desigualdade é vista menos como um fenômeno histórico, político, econômico ou cultural, do que como uma incapacidade de adaptação aos novos padrões de produção da economia globalizada ou ao quadro institucional e ideológico prevalecente nas "nações vencedoras". Esse esmaecimento da explicação econômica, sociológica, histórica ou ética da desigualdade leva ao crescimento da indiferença e da intolerância com relação aos "perdedores", que são classificados como os únicos responsáveis por seu próprio atraso.

Ainda no plano das relações entre Estados, passa a prevalecer o conceito de que o desenvolvimento transita pelo cumprimento do "dever de casa", pela criação interna de condições de competitividade, antes do que pela cooperação internacional para o desenvolvimento, pela mobilização da comunidade mundial na luta contra a marginalização das nações mais pobres. A existência da desigualdade e da exclusão passa a ser, também perversamente, considerada como um dado natural da realidade, perdendo-se uma das dimensões mais importantes do pensamento "conservador" tradicional, que é, como já o disse, a da solidariedade, da proteção dos mais

fracos e desassistidos, em nome da defesa de um valor maior, o da coesão ou da harmonia do tecido social.

O verdadeiro desafio, portanto, é ir além do conservadorismo. Sabemos que é indispensável retomar os valores comunitários e recriar uma *ética de solidariedade.* Contudo, não é uma tarefa fácil rearticular os instrumentos e instituições que tenham efetiva capacidade de lidar com a desigualdade e a exclusão.

III.2 -O aumento do desemprego

A questão do aumento do desemprego é outro tema que tem inquietado a maioria dos governantes e dos cidadãos, principalmente porque é um fator agravante do processo de aprofundamento da desigualdade e da exclusão social.

Algumas constatações preliminares são essenciais para evitarmos pensar o futuro com os olhos voltados para o passado. A primeira delas é de que já enfrentamos - e passaremos a enfrentar ainda mais o gravíssimo problema do aumento do chamado "desemprego estrutural", decorrente tanto da perda de competitividade de certos setores das economias antes protegidas por barreiras tarifárias ou não-tarifárias quase inexpugnáveis, como do enorme ganho de produtividade por unidade de trabalho. A segunda, já apontada anteriormente, diz respeito ao fenômeno da terciarização da economia que tem contribuído para a transformação da natureza do trabalho em escala global. No Brasil, por exemplo, o setor terciário responde, hoje, por mais de 60% do total de empregos na economia. Este é um fato de grande importância no processo de tomada de decisões dos Governos.

Os próprios países desenvolvidos não estão imunes ao problema do desemprego. Entre os membros da OCDE, o desemprego triplicou entre 1970 e 1992, segundo os dados do Informe de 1993 sobre Desenvolvimento Humano do PNUD. E por causa dos movimentos migratórios, os problemas do desemprego, no Norte e no Sul, passaram a se tocar.

O temor desse agravamento da situação nos países do Norte é que alimenta determinadas tentativas de "reação" contra o processo de globalização, como é o caso de esquemas de regionalismo mais fechado ou da defesa de teses como as de "dumping social" ou de "proteção verde". Fatias de mercado por nós duramente conquistadas pela força da competitividade começam a sofrer

sobretaxas discriminatórias ou ilegais, ou ainda, têm de enfrentar mecanismos de concorrência desleal, em franco desrespeito às regras multilaterais, como bem ilustra a questão dos subsídios à agricultura nos países desenvolvidos.

IV -O papel do Governo no combate ao desemprego. Como gerar mais e melhores postos de trabalho

Procurei demonstrar que o desemprego, como tantas outras questões sociais, tem uma dimensão internacional. A própria natureza do desenvolvimento globalizado gera efeitos dramáticos, como aponta a trajetória de alguns países desenvolvidos. Um ponto que procurei enfatizar é o de que não devemos ser passivos diante dos problemas que a globalização fez emergir: a definição de estratégias nacionais precisas para combater esses males é absolutamente necessária e urgente. Por isso, passo a fazer uma breve reflexão sobre a forma pela qual, no Brasil, estamos lidando com o tema do desemprego.

Um dos principais problemas do governante de um país democrático como o Brasil, que detém um enorme passivo social, resultado da incúria e do descaso histórico de suas elites, é a percepção equivocada por parte da população de que o Poder Executivo Federal pode tudo e tem a capacidade de reverter distorções seculares no curso de um mandato presidencial. É natural que assim seja, sobretudo em razão dos êxitos que estamos colhendo com a estabilização da economia.

Tenho perfeita consciência de que o problema do emprego, tanto no que se refere à oferta quantitativa de postos de trabalho como à qualidade dos novos postos a serem criados, constitui uma das questões mais graves a serem enfrentadas pelos líderes políticos em todo o mundo. Porque a preservação e a geração de empregos são passos prévios não apenas para o êxito de qualquer política social, mas também para garantir a própria dignidade dos cidadãos.

O enfrentamento desse tema complexo, contudo, não depende somente dos governos, embora algumas políticas governamentais sejam fundamentais para minorar o impacto do desemprego estrutural.

Passo, agora, a enfocar o caso do Brasil que, creio, deverá ter alguma semelhança com o do México. Antes de apontar algumas das medidas que meu Governo está adotando nesse campo, no contexto de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento social, seria útil analisar brevemente alguns

elementos que prevalecem na dimensão da força de trabalho e do lado da oferta de postos na economia brasileira.

Do lado da dimensão da força de trabalho, precisamos estar atentos aos seguintes aspectos:

- o componente demográfico continuará a exercer pressão sobre o mercado do trabalho nos próximos 15 anos, período a partir do qual já se farão sentir os efeitos da atual queda na taxa de fertilidade da população; e
- o componente sociocultural do aumento das taxas de participação das mulheres na força de trabalho.
- a restruturação organizacional do parque produtivo passa a exigir a abolição de categorias intermediárias de ocupação, ao tempo em que se processa uma inforrnalização crescente do mercado de trabalho, agravada pela terceirização de funções.

Diante desses condicionantes, como buscar soluções inovadoras -dadas as limitações de ação do Estado -que envolvam os diferentes níveis de Governo, a sociedade civil, sindicatos de trabalhadores e órgãos patronais? Não cabe aqui elaborar um receituário aprofundado para atacar o problema. Menciono apenas algumas das medidas, tanto do lado da oferta como da demanda do Trabalho, que meu Governo já adotou ou está em vias de implementar.

Do lado da oferta de mão-de-obra, estou comprometido com dois pontos que julgo essenciais: investimento maciço na educação básica e programas abrangentes de capacitação ou retreinamento, com custos a serem compartilhados com as empresas.
Do lado da demanda de mão-de-obra, nossa ação será concentrada:

- na expansão econômica sustentada através de políticas de crescimento conciliadas com a estabilização;
- no desenvolvimento de políticas específicas de geração de emprego, com a retomada de investimentos de porte nas áreas de infra-estrutura e social (a área social, embora subestimada como geradora de empregos, tem um enorme potencial empregador);
- no apoio técnico e financeiro a uma melhor capacitação de setores intensivos em trabalho, como, por exemplo, a construção civil, a agricultura familiar e o turismo;

- no incentivo fiscal, na melhoria das condições de financiamento da produção e apoio técnico às pequenas e médias empresas, que são o maior empregador do País;
- no estímulo, via financiamento de bancos estatais de fomento, de programas que preservem e gerem empregos; e
- na diminuição do custo do fator trabalho e nas negociações entre o Capital e o Trabalho para a flexibilização das relações trabalhistas, incluindo medidas que dêem maior autonomia aos sindicatos para a celebração de contratos coletivos de trabalho.

V - Conclusão: a economia globalizada e o futuro dos países em desenvolvimento. A demanda por eqüidade

Estamos vivendo transformações que reorganizarão a política e a economia do próximo século. A tarefa de dar sentido humano ao desenvolvimento, na era da globalização, tomou-se um grande desafio, porque temos de lidar não apenas com uma realidade radicalmente nova, mas principalmente com o vazio ético que a idolatria do mercado gerou e que o fim das utopias revolucionárias acirrou.

Se, com a globalização, a economia passa a condicionar o universo da produção e da gestão, o mesmo não se aplica ao universo dos valores. É preciso separar os fatos concretos acarretados pela globalização de uma pseudo-ideologia que se está construindo em torno do fenômeno, com matizes que vão da pregação acrítica e celebratória das "virtudes" do sistema em gestação à afirmação da inevitabilidade da perda de relevância dos Estados nacionais.

Nesse sentido, precisamos refletir sobre como a globalização, que sinaliza uma era de prosperidade sem igual na história do Homem - um novo Renascimento, como tenho afirmado - pode ser orientada para atender à demanda por eqüidade clamada por 4/5 da humanidade que padece sob os efeitos da miséria e da doença. Como reinventar o sentido de comunidade no plano internacional, para evitar a exclusão social e a marginalização? Como reforçar a responsabilidade social das elites culturais e econômicas?

Esta última indagação sobre a responsabilidade social - e para alguns a responsabilidade nacional - das elites merece, a meu juízo, uma reflexão um tanto mais detida. Independentemente da "democratização" do Capital de que

tratei antes, e até por sua causa, a mecânica de reprodução das elites se robusteceu. Mas, ao mesmo tempo, as elites passam a se fechar na defesa de seus interesses mais particulares e mesquinhos, o que ameaça não apenas a idéia de democracia, mas também o próprio conceito de nação. Essa irresponsabilidade das elites gera uma exacerbação do individualismo e uma cultura de conflito que não pode sustentar-se. Como fazer para reavivar essa responsabilidade social das elites é um dos grandes desafios de nosso tempo. O apelo por uma ética da solidariedade, a redefinição de valores nacionais e, principalmente, a luta contra a desigualdade, que as elites encararam hoje como algo natural e até aceitável, são ideais que somente a Política, enquanto arte de construção de consensos, pode equacionar.

Tenho a convicção que os países em desenvolvimento podem contribuir, talvez até mais do que as nações desenvolvidas, nessa passagem conceitual do domínio da economia para o mundo dos valores. Porque nós, mais do que nunca, temos de exercer nossa capacidade criadora para responder, a um só tempo, aos desafios da nova realidade e à superação do legado social que nos penaliza e envergonha.

Não se trata de retornar aos ideais do passado, realimentando utopias que já não explicam o mundo contemporâneo e tampouco se coadunam com a prevalência dos valores democráticos e da economia de mercado. A solução dos problemas contemporâneos ultrapassa as fronteiras nacionais e demanda a mobilização universal.

Central, no quadro de reflexões que procurei esboçar nesta Conferência, é a indefinição que prevalece, nos dias de hoje, sobre quais seriam os agentes sociais da construção do futuro. Não creio mais ser possível identificar uma classe social específica com esse papel de timoneiro da nação rumo ao desenvolvimento, em meio ao turbilhão da mudança. Dar sentido humano ao progresso, reforçando-se a ética da solidariedade, tanto na dimensão nacional como internacional, passou a ser crescentemente um exercício coletivo, disperso, fragmentário, num verdadeiro composto de utopias parciais. Nenhuma classe ou grupo social detém, hoje, o monopólio na demanda por eqüidade.

Exatamente por isso - volto a insistir - é que precisamos revitalizar os valores essenciais do humanismo, da razão sábia, da tolerância. Esses são, por excelência, os balizadores da legitimidade moderna. É necessário um engajamento real do Governo e da sociedade contra a corrente do

individualismo exacerbado e niilista, que conspira contra a própria noção de identidade nacional.

Os governantes, os intelectuais, as lideranças da sociedade civil têm um papel decisivo a desempenhar para que o novo Renascimento possa florescer em toda a sua força transformadora da História. 7

DELFIM SOARES

REVOLUÇÃO CIBERNÉTICA NA COMUNICAÇÃO E ILUSÃO DEMOCRÁTICA

.

Resumo: Análise da fragilidade democrática das redes de comunicação. As revoluções da comunicação situam-se no aparato tecnológico e não na estrutura social. As redes cibernéticas aumentam a ilusão de participação democrática, mas o aperfeiçoamento tecnológico aprofunda o totalitarismo do sistema, instaurando o globalitarismo. A diversidade dos meios disfarça os fins da homogeneização universal, do mesmo modo que aparências democráticas fortalecem o globalitarismo sistêmico.

Abstract: (Communication cybernetic revolution and democratic illusion) Analysis of democratic fragility on communication nets. The communication revolutions have place in the technological array, not in the social structure . Cybernetic nets increase the democratic participation illusion, but the technological improvement expands the totalitarianism of system and establishes the globalitarism. The media diversity disguises the universal homogenization aim, as the democratic appearances consolidate the systemic globalitarism.

Palavras chave: Cibernética. Comunicação. Democracia.

As transformações que têm ocorrido com a informatização dos meios de comunicação podem, certamente, ser consideradas uma verdadeira revolução. Tal caracterização se deve muito mais às inovações do aparato tecnológico do que às possíveis mudanças sociais que a perspectiva revolucionária poderia pressupor. As utopias mais marcantes na história das sociedades costumam estar ligadas a devaneios revolucionários. Aliás, todas as revoluções têm sistematicamente motivações mais ou menos democráticas e acabam se materializando como disfarces de novas formas de perpetuação da dominação das maiorias por minorias privilegiadas.

Pretendemos confrontar, de forma sucinta, o devaneio democrático com o imperialismo econômico, o desenvolvimento dos meios de comunicação com as barreiras da informação, a evolução do passado com a perspectiva do futuro. Vamos comparar a crescente tecnicização na expansão da comunicação a serviço do imperialismo, bem como a crescente massificação dos meios como ilusão de participação democrática.

Vamos situar as grandes transformações técnicas que ocorreram, bem como as que estão acontecendo, nos processos, nos sistemas e nos meios de comunicação com o pressuposto conceitual de uma revolução que implica em profundas mudanças sociais, alterando a estrutura da organização social. Há uma crônica ingenuidade sociológica na avaliação de tais transformações, pois não passam, geralmente de embalagens novas para uma estrutura velha ou, quando muito, trocas de grupos no domínio da estrutura que se perpetua.

A aceleração que a cibernética tem provocado nas comunicações estimula mais ainda a formulação de uma perspectiva revolucionária. No entanto, se nos despirmos da ingenuidade, limitaremos tal perspectiva ao aparato tecnológico e, muito remotamente, a estenderemos ao campo sociopolítico.

Revoluções ilusórias do passado

Há alguns milhares de anos, o homem criou a linguagem escrita. Foi uma verdadeira revolução na evolução da comunicação. No entanto, é muito difícil saber até hoje se esse novo instrumental foi mais útil para difundir o saber ou para perpetuar a marginalização da maioria. Da mesma forma, a história ainda não definiu claramente onde se situa o poder da comunicação: se tal poder está no monopólio da informação pelos grupos dominantes ou se está na ignorância generalizada entre as maiorias dominadas. Embora se tratasse de um potencial universalizante do saber, como foi usado a serviço de alguns monopólios eruditos, acabou se transformando, muitas vezes, em instrumento de dominação, na sustentação de uma estrutura antidemocrática.

A segunda grande revolução da comunicação foi o surgimento da imprensa. A produção em série do processo industrial materializava a possibilidade de multiplicação quase instantânea do saber, concretizando a escrita como meio potencial de comunicação de massa. Mera ilusão! Os séculos que nos separam de Gutemberg não foram suficientes para acabar com o analfabetismo que domina grande parte da humanidade, no portal do século XXI. O fato é que as sociedades pré-letradas ocupam o terceiro mundo. Nelas se evidencia, de forma inequívoca, a dominação pela ignorância e a mais profunda degradação gerada pelo imperialismo.

A massificação dos meios, conseqüência natural da revolução industrial, materializada nos grandes jornais do hemisfério norte atinge o estágio de uma revolução global com o cinema, a rádio e a televisão.

Parecia, a princípio, uma grande dificuldade massificar populações analfabetas. Mas logo o sistema soube tirar proveito da situação. Populações que não passaram pela galáxia de Gutemberg, vivendo no século XX, sem raízes culturais sólidas apoiadas na erudição da escrita, teriam certamente mais dificuldade para assimilar novas informações e isso atrapalharia o condicionamento inovador de orientação consumista. Por outro lado, a fragilidade intelectual de tais populações facilita demais sua manipulação pelas novas linguagens do cinema, Rádio ou Tv. O que inicialmente era um obstáculo à massificação pela imprensa se torna um fator favorável à massificação pelos meios eletrônicos. O sistema sempre encontra um meio de tirar proveito de situações aparentemente adversas.

A revolução da massificação, muito mais do que as anteriores, produz a confusão entre vulgarização e democratização, elitização e demagogia, consumismo e liberdade, manipulação e alienação. A ilusão da informação é uma constante da comunicação massificada. O transitório, o descartável e o supérfluo são a essência da nova cultura. Da escravidão do trabalho se passa à obsessão do consumo. O sistema capitalista encontrou nos meios de massa um instrumento altamente eficaz de ilusionismo social onde a mais profunda ditadura econômica se mascara de participação popular. Amplos processos de lavagem cerebral substituem os grilhões da antiguidade. As elites precisam cada vez menos de exércitos ou mercenários. Os meios são os novos mercenários, a multidão continua sendo constituída por escravos, mas as cadeias e os grilhões são ideológicos, psicossociais. As nossas democracias fictícias são ricas em rituais alucinógenos: campanhas publicitárias, campanhas eleitorais, diversões alienantes, manipulações informativas. Ideologia do conformismo e axiologia consumista moldam o admirável mundo novo da massificação. A burguesia continua fazendo sua festa e o grande rebanho obedece. A massificação é uma forma mal disfarçada de marginalização social. Os mercenários meios de comunicação são os principais agentes desta fantástica revolução democrática!...

É natural esta função manipuladora dos meios de massa. Pela sua origem: pertencem à elite ou são por ela patrocinados. Pela sua condição institucional: a interdependência das instituições, seu necessário fortalecimento mútuo e sua natureza instrumental a serviço da estrutura de classes. Por sua natureza amoral: como empreendimentos econômicos, os meios de comunicação são necessariamente amorais. Aliás, como a moral social não passa de artifício ideológico, voltado para a sustentação do sistema, talvez seja institucionalmente mais adequado classificar a alienação, a marginalização e a degradação da maioria como processos morais inquestionáveis. Seria uma adequação institucionalmente correta da moral dos senhores de Nietzsche aos interesses do sistema...

E ainda tem gente que estranha o fato de os meios de massa se colocarem tão freqüentemente a serviço dos grupos dominantes nos mais variados processos de manipulação social... Comunicação é essencialmente propaganda ou, numa perspectiva do poder, lavagem cerebral. Daí decorre como tragicômico o devaneio de muitos jornalistas e publicitários (existirá alguma diferença essencial entre os dois?!...) se atribuírem imparcialidade, neutralidade ou independência. Parecem os militares

golpistas, frequentes em republiquetas de bananas, fazendo ditadura para salvar a democracia!...

Revolução cibernética

O retrospecto da evolução dos meios de comunicação social não deixa muitas dúvidas sobre sua natureza conservadora. Tem havido uma crescente institucionalização da comunicação, acompanhada de transferência de funções outrora atribuídas a outras instituições sociais. Por outro lado o paradoxo estrutural do sistema capitalista da combinação entre estagnação e mudança tem-se manifestado também na evolução dos meios de comunicação. Efetivamente o sistema tem estimulado profundas transformações nos meios. Pode –se mesmo falar de uma efervescente revolução tecnológica, permeada cada vez mais pela cibernética. Esta revolução está provocando algumas mutações tanto no campo da organização, quanto no plano do comportamento social. Convém, no entanto, delimitar horizontes e fronteiras de tais mudanças. Como a indisfarçável institucionalização crescente da comunicação não tem outro objetivo senão a estagnação da estrutura social, não resta outra alternativa para esta revolução tecnológica a não ser limitá-la às transformações do aparato tecnológico. Trata-se, portanto, de uma revolução dos meios e não dos fins. Esta distinção entre a tecnologia e a estrutura social deve estar sempre clara. Tal clareza torna duvidosa a aplicação do conceito de revolução ao conjunto de transformações que a revolução cibernética está provocando, da mesma forma que aconteceu com as grandes transformações do passado.

Grandes objetivos da organização social almejados no passado têm sido viabilizados pela cibernética. A informatização de sistemas de administração e de comunicação finalmente tornou possível o surgimento de um sistema econômico e de sistemas sociais subalternos. Isto era um sonho pré-cibernético. A necessidade de um sistema nervoso para o tecido social que ultrapassasse o controle ideológico, de forma mais palpável foi suprida pelo aparato dos meios eletrônicos de comunicação de massa, atingindo seu ápice com as redes informatizadas de comunicação internacional. Neste ponto, mais uma vez se evidencia a orientação das

transformações tecnológicas no sentido da convergência conservadora da estrutura social. O velho e discutível conceito da aldeia global, imagem da humanidade comprimida, interligada, informada e manietada, exprime um velho ideal de todos os modelos imperialistas. É a colonização, disfarçada de cosmopolitismo. É a dominação disfarçada de globalização. Trata-se de desnudar a hipocrisia do velho sistema.

A lavagem cerebral universalizada foi aperfeiçoada pelo fascínio tecnológico. A internacionalização cibernética expandiu a sensação igualitária cosmopolita. A instantaneidade colonizadora aprofundou a ilusão da comunhão e da identidade entre colônias e metrópoles. Em decorrência desses fatores, os velhos disfarces do nacionalismo e da soberania tornaram-se obsoletos.

A universalidade da classe dominante, a natureza transnacional da economia e a interdependência política multinacional sempre atestaram a natureza folclórica delirante das nacionalidades. A revolução consumista internacionalizada, com decisiva participação dos meios de massa, completa-se na revolução cibernética das redes internacionais. As máscaras do sistema estão caindo. À medida que a globalização cresce, o globalitarismo se fortalece. O sistema forte tolera cada vez mais aberturas nas redes informatizadas. Não é propriamente democracia na comunicação. Os sistemas fracos não toleram dissidências e as reprimem. Quando um sistema permite as discordâncias é porque está fortalecido e a dissidência não representa risco.

Talvez seja interessante observar como são freqüentes as atitudes conservadoras dos meios de comunicação de massa. Empresariados, institucionais, estruturalmente subservientes, desempenham suas funções naturais no sistema. Uma vez ou outra parecem preocupados com valores éticos e chegam até a denunciar uma ou outra imoralidade perpetrada dentro do sistema.

Mas não devem ser mantidas ilusões sobre a verdadeira natureza amoral das instituições, enquanto instrumentais estruturais do sistema de poder. Não é à toa que, sempre que se denuncia ou desmascara uma imoralidade, se tem o cuidado de caracterizá-la como exceção, salvando assim a sacralidade institucional. Somente uma grande carga de ingenuidade pode alimentar a ilusão da existência de empresas de comunicação que não sejam amorais, como, de resto o é toda a estrutura do poder.

Paradoxalmente todo o poder é amoral mas se fortalece na difusão de valores morais: a ordem moral dos dominados sustenta e aprofunda a dominação exercida pela elite amoral. Este paradoxo é universalizado pelo dogma da globalização.

Os meios de massa são mais ou menos orquestrados, com grandes índices de manipulação, superficiais e banalizantes e, normalmente, oligopolizados. Constituem uma expressão mais ou menos clara do imperialismo cultural, testa de ferro da dominação estrutural. Sua massificação vulgarizada generaliza a ilusão de uma certa democracia. Mas, executam de forma bastante eficaz o velho ideal do sistema imperialista, conformando o atual dogma da globalização. Esta é uma nova forma de imperativo categórico da dominação: se auto-justifica de forma ostensiva, apoiado na ética implícita da igualdade social. O ópio do povo da explicação marxista trocou a roupagem da alienação...

Existe uma diferença significativa entre os meios de massa e a grande Rede (Internet e outras similares). Os primeiros evidenciam a passividade do público e o controle elitista dos meios. Há uma tendência centralizadora de orientação institucional, numa representação cultural bem integrada no cosmopolitismo capitalista. As redes de Tv por assinatura simulam um espectro mais amplo de escolha por parte do público. Tal fato poderia ser visto como um avanço democrático dos meios de massa. A ilusão gerada por esta visão ingênua desmorona quando se constata que esse novo modelo reproduz na comunicação uma das características permanentes do sistema capitalista. Diversifica os meios e centraliza os fins em mais uma forma de aprofundamento das desigualdades sustentadas pelo liberalismo.

Como o conceito de democracia implica num princípio ético de igualdade, o liberalismo redunda sempre num modelo estruturalmente totalitário, por mais variados e sofisticados que sejam seus disfarces. Efetivamente, uma ideologia centralizada na defesa dos privilégios da classe dominante, como acontece com o liberalismo, implica numa exigência estrutural totalitária, não importando quantos artifícios de fachada democrática possa explorar.

A grande rede tem uma aparência mais democrática. Extremamente dispersa, permite dissidências, intromissões e contestações. Tal dispersão

instrumental costuma gerar outro tipo de ilusão social: uma sensação libertaria, próxima da anarquia. Pode observar-se a concretização de mais um paradoxo: dispersão máxima e convergência universal convivem na mesma Rede. Mais uma vez convém lembrar que o sistema objetiva a homogeneidade universal, por mais diferenciados que sejam os meios.

Pode-se buscar informação também em fontes não institucionais bem como trocar experiências com pessoas ou grupos de todas as tendências, em qualquer canto do planeta. Mais que os meios de massa, a grande rede cria uma sensação mais realista da existência da aldeia global. Sendo o grau de escolha e de participação bem maiores do que nos meios de massa, a sensação democrática costuma ser mais acentuada entre os internautas do que no grande público massificado. Poder-se-ia classificar a rede cibernética de comunicação como instrumento ou ambiente democrático?

Democracia na Rede

Com um simples clique ativamos navegadores de rede. Software e hardware cada vez mais sofisticados, materializando crescentes índices de aceleração na inovação tecnológica, encurtando espaços entre criação e obsolescência, representam uma nova forma da essência consumista do sagrado descartável. Processadores e placas cada vez mais potentes nos transportam em viagens virtuais quase instantâneas por todos os cantos do mundo, intermediados por redes de telecomunicações cada vez mais eficientes.

Cada microcomputador se transforma numa porta do globo. Talvez seja mais exato afirmar que o monitor do micro é uma janela por onde se vê o mundo todo ou, então, a telinha reduz o globo à palma de nossas mãos. Por ela alcançamos bibliotecas e laboratórios. Entramos em universidades e museus. Vasculhamos editoras e institutos de pesquisa. Por ela lemos jornais e revistas. Assistimos programas de rádio e televisão. Por ela contatamos órgãos governamentais e grupos de contestação. Contatamos pessoas de todos os tipos e de todos os cantos

da terra. Por ela todos somos acessíveis ao mundo. Nela tudo se compra e tudo se vende.

A grande rede está-se transformando no verdadeiro sistema nervoso da nova sociedade, conjugando o máximo de diversidade com a universalização plena. Como não poderia deixar de ser, o crescimento da diversidade periférica fortalece o aumento da padronização central: isto se deve à instrumentalização sistêmica da comunicação e da organização social. Este aparente paradoxo está na medula do sistema capitalista.

Não se pode conceber ou analisar os sistemas de comunicação, tanto nos mass media quanto na Internet, sem o paradigma do sistema capitalista. A comunicação cibernética se constitui no sistema nervoso do modelo capitalista e, ao mesmo tempo, na sua principal extensão. Torna-se necessário, portanto, conhecer as entranhas econômicas, ideológicas e políticas do capitalismo, da dominação de classe e da objetivação consumista para deixar de alimentar delírios democráticos em relação à comunicação cibernética.

Como os meios de massa, a grande rede também é um instrumental essencialmente consumista; a amplitude do leque de opções dá ao consumidor a ilusão de liberdade, gerando o devaneio democrático, enquanto, por outro lado, o fortalecimento capitalista aprofunda o globalitarismo. Inexorável e imperativo, o totalitarismo sistêmico do capitalismo se expande e fortifica, sofisticando sua roupagem liberal.

A globalização dogmática, inquestionável e imperialista, inibe a percepção das desigualdades sociais perpetuada na estrutura social. O clímax universal do ilusionismo social, instrumentalizando meios de massa e redes cibernéticas, se alcança quando todos se sentem cidadãos do mundo num espasmo alucinado de igualdade total. A globalização, como dogma central desta versão alienante, constitui-se no processo mais eficaz e mais abrangente de neocolonialismo. As desigualdades se aprofundam, encobertas e amortecidas pela voracidade consumista e pelo delírio igualitário universal.

O globalitarismo adora o capital, deifica a concorrência, propaga o liberalismo, dogmatiza a globalização. O novo culto se realiza nos centros consumistas; sua ideologia se difunde nos meios de massa e nas redes informatizadas. Em seu altar de sacrifícios são imoladas as classes

inferiores de todo o mundo, com destaque para os países mais atrasados. Estes foram mantidos cronicamente na condição de colônias, alimentando a ilusão hipócrita da independência e da soberania nacional.

A globalização representa o fim deste teatro grotesco. Finalmente caíram os véus. Não é necessário fingir nacionalidades: todos somos cidadãos globais, numa sofismática e ingênua igualdade social. Trata-se de mais uma forma de sadomasoquismo. Institucional e individual, sistêmico e personalizado, o novo modelo eliminou a percepção das desigualdades estruturais com a panacéia da globalização. Nunca foi tão fácil a exploração do homem pelo homem: o lobo nunca esteve tão bem disfarçado de cordeiro...

A voracidade global transfigurou-se em ingênua igualdade cosmopolita onde as vítimas, seduzidas e hipnotizadas pela velha ideologia agora ambientada na sofisticação da novidade tecnológica, buscam sua própria imolação no altar do capital, despudoradamente desnacionalizado.

Sistema cibernético e poder

Novas tecnologias de comunicação surgem com freqüência crescente, ao mesmo tempo que as já existentes se aperfeiçoam. As opções, incrementadas pelo fascínio da tecnologia sofisticada e da novidade, são cada vez mais diversificadas. Esta variante apontaria na direção do aumento da liberdade dentro dos sistemas de comunicação. Por outro lado temos o desejo histórico da classe dominante de construir um modelo de organização social que possa realmente ser caracterizado como sistema

A cibernética viabilizou a concretização deste desejo. Ao projetar o sistema cibernético na organização social, a estrutura social pode finalmente materializar um sistema social. Quando se constata que a essência de um sistema está na organização, na lógica e na eficiência, conclui-se que os elementos periféricos, - consumidores ou cidadãos, - são meros executores das decisões que emanam do centro, - a classe dominante. Desta forma, a funcionalidade sistêmica implica na redução

da liberdade individual a uma sensação ilusória. Em outras palavras, a organização sistêmica levaria a democracia para o plano da utopia.
O totalitarismo sistêmico se afirma em todos os setores da organização social e não apenas como sistema de poder. Como sistema de comunicação, a rede cibernética, não foi criada nem se mantém dissociada do sistema de poder. Por si só, esta associação seria suficiente para colocar em dúvida qualquer caracterização democrática.

O sistema de poder domina a grande rede em múltiplos setores. Realçamos o aparato tecnológico, o campo da informação e a instrumentalização consumista da rede. Não podemos esquecer também a capacidade crônica que o sistema tem de contornar e tirar proveito de eventuais situações contestatórias.

Embora computadores pessoais já sejam vendidos em supermercados, ainda estamos muito longe de universalizar o acesso da maioria da população. O poder aquisitivo das massas está ainda distante dos custos do equipamento necessário para acessar a rede cibernética; devem ainda acrescentar-se as despesas com provedores e redes telefônicas.

Quando se confrontam os desníveis nas condições econômicas da população entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, onde poder aquisitivo e custos tecnológicos costumam concretizar uma proporção inversa, detecta-se mais uma forma de aprofundamento das diferenças e do sofisma da globalização que afirma o pressuposto da igualdade ao mesmo tempo que aprofunda as desigualdades, em escala planetária.

Agravando este desequilíbrio, a atualização constante de hardware e software paga um tributo considerável à sua obsolescência cada vez mais precoce.

O pagamento deste tributo é uma necessidade imposta pelas atuais limitações tecnológicas da rede. É necessário melhorar as redes de telefones e de satélites, aumentar a capacidade dos provedores. A capacidade e velocidade de transmissão de dados, da rede até nossos computadores ainda é muito limitada. O mínimo que se espera de hard-ware de comunicação computerizada é a capacidade plena de transmissão de vídeo em tempo real.

O desenvolvimento tecnológico tem um custo. Os consumidores pagam. Mais uma vez se materializa a seleção econômica, num atestado que confirma o uso da grande rede como agente de reprodução das desigualdades sociais.

No plano do controle da informação, a grande rede oferece, à primeira vista, uma liberdade que não se encontra em outros meios institucionais. Convém, no entanto, não alimentar muitas ilusões quanto ao caráter democrático da rede. Sendo uma estrutura criada e mantida pelo sistema, não pode deixar de refletir os interesses que a sustentam. Quando se navega pela rede, se constata a prevalência de home pages institucionais. O fato de a informação ser poder implica na necessidade sistêmica de controle e restrição no acesso. A primazia de endereços institucionais fortalece esta estrutura. A rede fornece essencialmente informação permitida. As dissidências não representam risco considerável para o sistema. Trata-se de uma relativa democracia informativa.
A função que tende a afirmar-se no primado da rede é a universalização consumista. É neste aspecto que mais claramente se manifesta sua instrumentalização econômica. Tudo se vende e se compra pela rede. Realizam-se negócios e administram-se contas bancárias. A rede viabilizou a montagem de um sistema empresarial global, sustentando e fomentando o consumo em escala planetária.

A conseqüência mais evidente é que as desigualdades sócio-econômicas também se universalizam. As distâncias sociais passam do plano regional para o campo planetário; com isso a precariedade democrática também se universaliza.

Um fator importante da organização sistêmica está na capacidade de tirar proveito das adversidades. Numa perspectiva macroscópica do contexto ideológico, as divergências secundárias são freqüentemente toleradas pelo sistema, como forma de amortecer o impacto da homogeneização e, ao mesmo tempo, como apelo democrático mascarando o totalitarismo estrutural. Num segundo estágio, o sistema tende a absorver as dissidências, integrando-as e invertendo seus objetivos originais. Movimentos de contracultura costumam ser sistematizados, a médio ou longo prazo, num processo mágico de manipulação.

Merece destaque especial a guerrilha cibernética dos vírus de computador. A criação e difusão pela rede destes vírus materializa um

tipo de divergência tecnológica de verdadeiro boicote. Por vias travessas, coloca em questão o controle do sistema sobre a rede cibernética de comunicação, gerando a ilusão de liberdade e de certa anarquia dentro do sistema.

Despindo-se da ingenuidade, qualquer analista descobrirá como tal dissidência acaba servindo o sistema. Desenvolve-se uma verdadeira indústria de software antivirus. O sistema cresce num setor florescente, tão promissor quanto a criatividade dos guerrilheiros cibernéticos. Involuntariamente (?!), estes dissidentes fomentam o fortalecimento do sistema. O consumidor sempre paga o pato.

Mais uma vez o sistema tira proveito da contestação. O sonho democrático da rede mais uma vez se desfaz no aumento dos custos e na reprodução econômica das desigualdades. Desta forma, a natureza globalitária da rede concretiza mais uma denúncia latente do delírio libertário embalado pela ingenuidade sociológica.

Individualização na Rede

A expansão da telemática tem provocado algumas transformações significativas, principalmente no que se refere às participações individuais dos cidadãos - consumidores. A natureza passiva e massificante da televisão tem sido alterada pela introdução do vídeo-texto no sistema de Tv a cabo, fator que permite uma certa interatividade e, ao mesmo tempo, realça a função informativa deste meio de comunicação.
Um dos campos mais promissores na simbiose do aparato de comunicação massiva com a rede está na adaptação dos aparelhos de Tv como terminais da Internet. Esta inovação da telemática está-se transformando no fato mais importante da história da Rede.

Inúmeros programas de correio eletrônico se espalham pela rede. Cada internauta tem uma caixa virtual universal. Este serviço coloca-o ao alcance de toda a rede de forma permanente, mesmo quando está

desconectado. Também representa a possibilidade de interação com milhões de instituições, grupos e indivíduos que tenham acesso à Rede.

Chats, netmeeting, pontos de encontro, grupos de discussão e outros similares representam a forma mais explícita e menos formal de participação individualizada na Rede. É neste setor que a comunicação aparece mais democrática. Há uma certa desinstitucionalização do processo; por vezes um espírito libertário. Concretiza-se uma certa compensação para a natureza coercitiva da comunicação institucional. Os chats também representam uma válvula de escape para o solipsismo gerado pelo urbanismo industrial. Funcionam como pontos de encontro onde não existe uma fronteira clara entre o pessoal e o impessoal, ou entre o conhecido e o anônimo. Muitas vezes não realizam uma relação interpessoal e, colocando o convívio humano no plano virtual, não deixam de representar um novo modelo de alienação.

Esta constatação nos leva a formular uma hipótese de manipulação sistêmica. Como disfunções sociais ou como válvulas de segurança social, as manifestações libertárias dentro da Rede amorteceriam o impacto de sua natureza globalitária. Seriam toleradas ou estimuladas sem riscos consideráveis para a estabilidade sistêmica. Como mecanismos inseridos numa estratégia de distração, fortaleceriam indiretamente a natureza totalitária da organização.

No plano técnico, a Rede comporta inúmeras participações individuais; estas se reduzem muito no campo psicossocial e, no plano ideológico estrutural, são insignificantes.

Finalmente, podemos observar a expansão das possibilidades técnicas de participação individual no sistema de comunicação cibernética. Isso é natural no sistema capitalista e em suas extensões tecnológicas. O que precisamos descobrir é a fronteira entre a realização individual e a manipulação social. A utopia democrática começa na ausência da percepção apurada dos limiares da manipulação ideológica.

Delfim Soares é sociólogo, doutor em Filosofia e professor de Sociocibernética e Comunicação no Mestrado em Comunicação da UFF.

LUIZ PEREIRA

ENSAIOS DE SOCIOLODIA DO DESENVOLVIMENTO

Livraria Pioneira Editora. São Paulo. 1970. Capítulo 1.

História e planificação

Esta é uma tentativa de formulação de um quadro de referência para o cultivo sistemático de um conjunto de conhecimentos, em parte disponíveis e em parte por obter, que constituiriam o que se chamaria de sociologia do planejamento ou sociologia da planificação – tomando-se aqui estas expressões como sinônimas. A elaboração desse quadro de referência implica três passos pelo menos: a caracterização do planejamento (ou planificação) como processo social, o estabelecimento das conexões entre política e planificação e a indentificação das variedades em que a planificação se realiza.

I

O que se entende por ponto de vista sociológico depende da concepção que se tenha da posição da sociologia no quadro das ciências sociais. Estas estudam o homem como construtor de sociedades e culturas, vale dizer, o homem como construtor dele próprio. Em outras palavras, as ciências sociais estudam a *praxis coletiva* (ou social) e seus produtos (ou objetivações) materiais e não-materiais.

Conforme as possibilidades metodológicas de observação e interpretação deste "setor" do mundo, podemos com Mannheim (sem aderirmos aos seus pressupostos metodológicos últimos) identificar uma preocupação com as determinações universais da *praxis* coletiva, que resulta numa sociologia analítica, universalizante ou anistórica: a *sociologia sistemática*, disciplina especial, enquanto apreensão analítica de uma dimensão, tal como outras ciências sociais predominantemente o são. E identificamos, por outro lado, uma preocupação com os *tipos macroestruturais históricos* em que a *praxis* coletiva se configura. Esta preocupação conduz à apreensão das totalidades histórico-sociais, pluridimensionais. Como resultado, temos uma sociologia que, no quadro das ciências sociais, realiza um conhecimento sintético. Guardadas as diferenças metodológicas entre Mannheim e Sartre, esta disciplina é o que este designa por *antropologia sintética* e aquele por *sociologia diferencial* ou *estrutural*. (Quanto a Mannheim, veja-se "The Place of Sociology", cap. V, em *Essays on Sociology and Social Psychology*, Routledge & Kegan Paul, Londres, 1953; quanto a Sartre, "Question de Méthode", em *Critique de la Raison Dialectique*, Gallimard, Paris, 1960.)

Uma sociologia diferencial, enquanto sintética, há que se ocupar com as macrodimensões da *praxis* coletiva: as relações homens-homens e as relações homensnatureza. Mas a ênfase de qualquer estudo sociológico sempre recai na primeira macrodimensão: as relações entre homens. E a sociologia sistemática, mais do que ênfase nesta macrodimensão, a ela restringe-se. Mais que isso, restringe-se às determinações universais ou anistóricas desta macrodimensão.

Seja diferencial ou sistemática, as categorias-chave da sociologia são as de estrutura social e processo social. Como se sabem as duas noções são complementares: aquela apanha a configuração da *praxis* coletiva; esta, a própria *praxis* como totalidade em ato. Jogando com ambas, a *práxis* coletiva

determina-se como estruturação, destruturação, reestruturação. Nestes termos, a noção de *estrutura* apanha a *praxis repetitiva*, ou processo de reatualização de uma configuração estrutural prévia; e a noção de *processo* desdobra-se, então, nas de processo não inovador e de processo inovador. Neste segundo caso, temos os momentos de *práxis inovadora*. Em outras palavras, em termos esquemáticos e polares, no primeiro caso temos o homem inserido na *práxis* repetitiva; no segundo, temos o homem inserido na *praxis* inovadora. Isso equivale a ter o homem como ator ou objeto e como autor ou sujeito da História.

(Dentre outras obras, cf. Marx e Engels, *L'Idéologie Allemande*, Parte I, trad., Éditions Sociales, Paris, 1953; Henri Lefebvre, *Critique de La Vie Quotidienne*, L'Arche Éditeur, Paris, vol. I em 1958 e vol. II em 1961.)

Enquanto macrodimensão da *praxis* coletiva, o processo social aparece, pois, como estruturação-destruturação-reestruturação. Vendo-o por enquanto do ângulo da sociologia sistemática, nele distinguimos analiticamente vários tipos ou formas anistóricos. De fato, entendido como *processo genérico de interação social*, ele realizase como processos simples ou elementares de interação social, ou seja, processos que von Wiese denomina *sociação* e suas formas associativas e dissociativas; e, ainda, como processos complexos de interação social. Interessa-nos um desses processos complexos de interação socia – *o controle social* –, porque entendemos que o planejamento, como processo social, consiste numa *diferenciação histórica* do processo genérico de controle social. Isso significa dizer que, se o controle social pode ser tratado no quadro de uma sociologia sistemática, o planejamento só pode ser apreendido, como *categoria histórica* que é, no quadro de uma sociologia diferencial e nunca no de uma sociologia analítica, anistórica. Assim sendo, cuidando do controle social no âmbito da sociologia sistemática, damos passos necessários mas insuficientes para a caracterização do planejamento.

No quadro da sociologia sistemática, o controle social é processo analiticamente apreendido pelas suas funções, e não pelo seu conteúdo. Para nossos fins, impõe-se distinguir as funções conservadoras e as inovadoras, que constituem par correspondente ao de *praxis* repetitiva e *praxis* inovadora. Todavia, se procedermos a um balanço da bibliografia sobre o controle social, perceberemos que este é quase sempre caracterizado apenas pelas funções conservadoras que qualquer item, tomado para análise, desempenhe em determinado sistema social. Daí conceber-se quase exclusivamente o controle social como o conjunto de forças sustentadoras ou mantenedoras de qualquer estrutura social, como o definem, tal como tantos outros autores, MacIver e Page em *Society*: an Introductory Analysis, Rinehart, Nova York, 1949. Assim concebido, o controle social aparece como o oposto da mudança social. Não aceitamos esta dicotomia controle vs. mudança, como logo mais melhor se verá. Por isso, pensamos poder falar tanto de controles conservadores como de controles inovadores (estes como uma forma de mudança social), inerentes respectivamente à *praxis* coletiva repetitiva e à inovadora.

Esta concepção mais ampla de controle aparece formulada em Gurvich, "Controle Social", *La Sociologie au XXe. Siècle*. Vol. I. org. de Gurvich e Moore, Presses Universitaires, Paris, 1947; e Mannheim, *Man and Society in an Age of Reconstruction*, Routlege & Kegan Paul, Londres, 1940.

Mannheim, na análise dos controles sociais, utiliza amplamente a noção de *técnicas sociais*, que em sua obra faz par com a de técnicas materiais, no que reencontramos, portanto, as duas macrodimensões da *praxis* coletiva: relações homenshomens e relações homens-natureza. Por técnicas sociais Mannheim entende todos os métodos ou procedimentos de influenciar o comportamento humano, tenham função conservadora ou inovadora. O controle social, seja conservador ou inovador, aparece então como

manipulação de técnicas sociais. A partir da noção de técnica social, Mannheim oferece-nos em *Man and Society* uma tipologia múltipla, mas abstrata, dos controles sociais. Devemos retê-la, ainda que alterando um pouco a terminologia do Autor:

1) já assinalamos uma primeira tipologia: *controles conservadores e controles inovadores*;

2) como a técnica social é ação social ou cadeia de ações sociais, a tipologia weberiana das ações sociais leva Mannheim à tipologia dos controles sociais conforme as estruturas das ações sociais envolvidas: basicamente, *controles tradicionais* ou *tradicionalistas* (ação tradicional, na acepção de Weber) e *controles racionais* (ação racional com relação a fins ou com relação a valores, na tipologia de Weber);

3) o que se chamaria de focos de controle ou de manipulação das técnicas sociais – o que implica a visualização do processo de controle em termos da estrutura de poder inerente ao sistema social que se esteja considerando – conduz Mannheim a distinguir outros tipos de controle:

> a) *controle especializado* e *controle difuso*, quanto à diferenciação interna do sistema social: o primeiro implicando, diversamente do segundo, a especialização de papéis no exército do controle (tradicional ou racional):
>
> b) *controle direto* e *controle indireto* ou próximo e à distância, no sentido de que a atuação do agente controlador individual ou coletivo respectivamente incide ou diretamente no comportamento individual ou coletivo que é objeto de controle ou incide indiretamente sobre este comportamento através do controle da situação em que o agente individual ou coletivo realiza tal comportamento;

c) *controle centralizado* e *controle descentralizado* ou policentrista, o

que não deve ser confundido com o exercício totalitário ou não do controle, pois põe ênfase apenas na existência ou não de uma agência central, por assim dizer, de múltiplos focos menos abrangentes de controle, ou seja, na existência ou não de uma agência de controle dos controles;

4) a amplitude da incidência dos controles fornece o critério para a construção de mais uma tipologia: *controle parcial* ou *segmentário* e controle parcial ou segmentário e *controle inclusivo pluridimensional*. Trata-se no caso, de ênfase nos controles que incidem direta ou indiretamente na pluridimensionalidade da vida coletiva, esta realizando-se como configuração que na linguagem da sociologia sistemática é o sistema social global (societário e/ou intersocietário). Desde que aceitemos que "o modo de produção da vida material domina em geral o desenvolvimento da vida social, política e intelectual" (Max), a manipulação de técnicas sociais que incidem no plano econômico dos sistemas sociais globais acaba por consistir num controle incluso pluridimencional.

Incorporando estas tipologias de Mannheim, podemos caracterizar típicoidealmente o planejamento como processo social: *forma histórica de controle social*, inovador, racional, indireto, especializado, centralizado e inclusivo pluridimensional. Esta forma histórica de controle social implica, para sua emergência e realização, três conjuntos de condições ou requisitos:

a) concepção do mundo em geral, e da vida social em particular, que envolva racionalização das concepções e secularização das atitudes, mas numa apreensão abrangente da realidade – apreensão esta que é expressão de

uma configuração da consciência que, na linguagem da Mannheim, se designa por pensamento planificador;

b) exigência de restabelecimento da eunomia (equilíbrio funcional instável) do tipo macroestrutural considerado como um todo – ou seja, existência de estados disnômicos generalizados e profundos, que põe em risco a persistência da realização histórica do tipo;

c) estrutura tal de poder, que nela exista uma agência reconhecida socialmente

para o exercício de controles centralizados e inclusos pluridimensionais.

Estes requisitos não se realizam universalmente, mas apenas em certos tipos macroestruturais históricos. Por isso, a insuficiência da sociologia sistemática, porquanto o planejamento consiste numa forma de controle inerente a alguns tipos macroestruturais. Histórica ou geneticamente, tais requisitos ocorrem *concomitantemente* na fase pós-concorrencial das sociedades capitalistas, embora se tenham originado em épocas diversas e avançado em ritmo desiguais. Mas *convergem* na fase pós-concorrencial do sistema socioeconômico capitalista (a qual se realiza como constituição da etapa "neocapitalista" e como constituição do tipo sistema socioeconômico socialista) e a caracterizam como forma de realização da História. Na ordem em que foram enunciados, aqueles requisitos nada mais são que:

a) a constituição e avanço das ciências sociais;

b) as crises das sociedades capitalistas que ao menos potencialmente lhe põem a

sobrevivência em risco;

c) a ampliação das áreas e funções da atuação do Estado.

Referido, pois, ao tipo de sistema socioeconômico, capitalista (que sempre se realiza em âmbitos intersocietários), o planejamento é inerente a uma *fase do desenvolvimento deste tipo*, configurando-se aí sob diversas modalidades, uma mais e outras menos dominantes sobre outras formas de controle. Qualquer que seja sua intensidade, porém, é conexo à agudização da contradição fundamental deste sistema intersocietário (ou inter-"nacional"): opera como processo de interferência deliberada na realidade, objetivando à *suavização* desta contradição fundamental, tanto no âmbito dos subsistemas "centrais" como no dos subsistemas "periféricos" do sistema capitalista

(intersocietário ou "internacional"). Diversamente, o planejamento é *inerente ao tipo* sistema socioeconômico socialista, nele determinando-se como forma de controle intensivamente dominante – tipo este, socialista, cuja implantação histórica original ocorreu também como um dos resultados da agudização da contradição capitalista fundamental que marcou a passagem da fase concorrencial para a fase pósconcorrencial do sistema capitalista.

Na linha das formulações anteriores – e se entendermos o real *presente* como conjunto se atualizações e de possíveis –, o controle inovador consistente no planejamento é modernamente o processo *instrumental* nuclear de fazer História, enquanto "exploração" consciente de um dos possíveis históricos. Em outras palavras, o planejamento aparece como uma das configurações da *praxis* inovadora, *após a*

"opção" por um dos possíveis. Assim sendo, o planejamento, como uma das configurações da *praxis* inovadora, exprime as determinações essenciais do tipo macroestrutural histórico em que ocorre (capital socialista). Em outras palavras, ele sempre é processo de *desenvolvimento do tipo* e não de implantação histórica deste ou de implantação de uma das etapas de seu desenvolvimento. Em suma, planejamento não é *Política*, que no limite

consiste na *praxis* inovadora máxima: a negação de etapas de um tipo macroestrutural histórico e sua substituição por outra e, mais ainda, a negação de um tipo e sua substituição por outro.

II

Desde que caracterizado o planejamento como processo sócia (manipulação de um complexo integrado de técnicas sociais racionais com incidência globalpluridimensional) e, a partir disso, como categoria histórica do processo de controle social (realização *controlada* da História), a problemática da planificação abrange os seguintes termos:

1) o desenvolvimento das técnicas sociais racionais, mais ou menos satisfatório, oferece *condições instrumentais* para a construção deliberada da História;

2) coloca-se a questão dos objetivos (fins *e* valores, na terminologia weberiana), para cuja realização se conta com técnicas sociais. Mais que as técnicas de comunicação de massa, dentre elas há que destacar a categoria das técnicas de planificação econômica – de diagnóstico e projeção, as consistentes nos instrumentos de política econômica etc. –, dado privilegiamento do plano econômico da vida coletiva;

3) a questão da escolha dos objetivos remete à consideração dos centros de decisão, que são também centros de manipulação de técnicas sociais, ou seja, focos de controle social. Dentre estes, obviamente, sobreleva o Estado, que é *formalmente* a agência de controle dos controles;

4) a escolha ou fixação de objetivos, tratando-se da categoria destes construída por *valores*, pode ser "teoricamente" concebida de duas maneiras: a) as decisões são também de natureza *técnica* – o que implica a

noção de que a *política*, enquanto processo de tomada de macrodecisões, é *ciência social aplicada*; ou b) as decisões são *políticas*, no sentido de não haver uma política científica, embora haja uma ciência da política. Estas concepções divergentes de política e a defesa de segunda posição são magistralmente expostas por Mannheim em *Ideology and Utopia*, trad., Rotledge & Kegan Paul, Londres, 1936, especialmente capítulo III. Como se percebe, aderimos também a essa segunda posição, não nos estritos termos mannheimianos, mas nos da formulação constante do último parágrafo da seção anterior.

A problemática da planificação, assim delineada, envolve, no fundo, discussão sobre diferentes concepções da Política e do Estado. Estas, por sua vez, envolvem diferentes concepções sobre o processo histórico (a História). E estas últimas, adesão a diferentes teorias do conhecimento no campo das ciências sociais. O conjunto de concepções diferentes a esses quatro planos – teoria do conhecimento, concepção da História, concepção da Política e concepção do Estado – pode ser ilustrado apelando-se a três clássicos da sociologia: Durkheim, Weber e Marx. Com intenções didáticas, produzimos algumas de suas formulações, a fim de explicitarmos três posições *teóricas* típicas a respeito das conexões entre política e planificação.

No caso de Durkheim, os seguintes excertos, em série necessariamente longa porque as duas outras posições serão explicitadas por confronto com a dele, resumem, para nossas finalidades, as concepções, defendidas em *De La Division Du Travail Social* (da qual citamos, acrescentando alguns grifos e parênteses, a 7ª. edição: Presses Universitaires, Paris, 1960). Como se sabe, trata-se de obra escrita ao findar do século XIX e que se destina a interpretar a crise da sociedade (capitalista "central") daquela época e a propor uma linha de atuação prática para enfrentá-la.

Objetiva-se que ao método de observação faltam regras para julgar os fatos recolhidos. Mas esta regra depreende-se dos fatos mesmos... Há um estado de saúde moral que só a ciência pode determinar com competência.

Normalmente, os costumes não se opõem ao direito, mas, ao contrário, são a base deste... Desde que o direito reproduz as formas principais da solidariedade social, não precisamos senão classificar as diferentes espécies de direito para procurar saber, em seguida, quais são as diferentes espécies de solidariedade que àquelas correspondem... Nota-se que, sempre que um poder dirigente se estabelece, sua primeira e principal função é a de fazer respeitar as crenças, as tradições, as práticas coletivas; ou seja, defender a consciência comum (coletiva) contra todos os inimigos de fora ou de dentro. Ele torna-se, assim, aos olhos de todos, o símbolo, a expressão viva desta... Vê-se... que o poder de reação de que dispõem as funções governamentais, uma vez que elas tenham feito sua aparição, não é senão uma emanação do que é difuso na sociedade, pois nasce deste. Um não é senão o reflexo do outro.

A divisão do trabalho é... um resultado da luta pela vida, mas ela lhe é uma solução. Graças a ela, com efeito, os rivais não são obrigados a eliminar-se mutuamente, mas podem coexistir uns ao lado dos outros. Também, à medida que se desenvolve, ela fornece a um maior número de indivíduos – que nas sociedades mais homogêneas seriam condenados ao desaparecimento – os meios de manterem-se e sobreviverem.

Há para uma sociedade, em cada momento de sua história, uma certa intensidade da vida coletiva que é normal, sendo dados o número e a distribuição das unidades sociais. De maneira segura, se tudo decorre normalmente, esse estado realizar-se-á de modo

espontâneo; mas, precisamente, não se pode admitir que necessariamente as coisas se dêem normalmente. Se a saúde está na natureza, o mesmo ocorre com a doença. A saúde não é mesmo, tanto nas sociedades como nos organismos dos indivíduos, senão um tipo ideal, que não é, em nenhum caso, realizado completamente... É, pois, um fim digno de ser perseguido o procurar aproximar, tanto quanto possível, a sociedade desse grau de perfeição.

... a via a seguir para atingir esse fim pode ser encontrada. Se em vez de deixar as causas engendrarem seus efeitos ao azar e segundo as energias que as impulsionam – *se a reflexão intervém para dirigir-lhes o curso*, ela pode poupar aos homens tateios dolorosos... A sociologia, em seu estado atual, está pouco em estado de guiar-nos eficazmente na solução desses problemas práticos. Mas, além das representações (concepções) clara no meio das quais o sábio se move, há outras concepções obscuras às quais estão ligadas certas tendências (sociais, coletivas). Para que a necessidade estimule a vontade, não é necessário que seja iluminada (por completo) pela ciência. Tateios obscuros bastam para ensinar aos homens que algo lhes faz falta, para despertar aspirações e fazê-lo, ao mesmo tempo, sentir em qual sentido devem dirigir seus esforços.

Em nenhum caso o ideal poderia consistir em exaltar sem limites as forças da sociedade, mas somente em desenvolvê-las *no limite dado pelo estado definido ao meio social*. Todo excesso é um mal, tal como toda insuficiência... Mas, se *o ideal é sempre definido*, ele jamais é definitivo. Dado que o progresso é uma conseqüência das mudanças do meio social, não há razão alguma para supor-se que ele deve cessar... Justamente porque o ideal depende do meio social, que é essencialmente móvel, ele desloca-se sem cessar... Mas, embora nós não persigamos sempre senão fins definidos e limitados, há e haverá sempre, entre os pontos extremos (onde nós chegamos

e o fim para o qual tendemos) um espaço vazio aberto a nossos esforços.

Até aqui não estudamos a divisão do trabalho senão como um fenômeno normal. Mas, *como todos os fatos sociais e, mais geralmente, como todos os fatos biológicos*, ela apresenta formas patológicas que se impõe analisar. Se, normalmente, a divisão do trabalho produz a solidariedade social, sucede, entretanto, que ela pode ter resultados diferentes ou mesmo opostos. Ora, importa investigar o que a faz *desviar-se de sua direção natural*, pois, enquanto não se estabelecer que esses casos são excepcionais, a divisão do trabalho poderia ser suposta como os implicando logicamente. Demais, o estudo das formas desviadas permitir-nos-á melhor determinar as condições de existência do estado normal. Quando conhecermos as circunstâncias nas quais a divisão do trabalho cessa de engendrar a solidariedade, saberemos melhor o que é necessário para que ela tenha todo o seu efeito (normal). A patologia, aqui como alhures, é um precioso auxiliar da filosofia.

Cuidaremos a três tipos das formas *excepcionais* (anormais) do fenômeno que estudamos (a divisão do trabalho social). Não porque não possa haver outras, mas porque essas de que falaremos são as mais gerais e as mais graves. (Dentre elas avulta, na obra de Durkhein, a forma *anômica*)... Um primeiro caso desses gênero (anômico) nos é fornecido pelas crises industriais ou comerciais, pelas falências que são também rupturas parciais da sociedade orgânica. Elas testemunham, com efeito, que, em certos pontos do organismo, certas funções sociais não estão ajustadas umas às outras. Ora, à medida que o trabalho mais se divide, esses fenômenos parecem tornar-se mais freqüentes... O antagonismo entre o trabalho e o capital é um outro exemplo, *mais frisante*, do mesmo fenômeno (divisão anômica). À medida que as funções

industriais (atividades econômicas) mais se especializam, a luta torna-se mais viva, em vez de aumentar a solidariedade... A pequena indústria, onde o trabalho é menos dividido, dá o espetáculo de uma harmonia relativa entre o patrão e o operário, e é somente na grande indústria que essas desavenças atingem o estado agudo.

Esses diversos exemplos são... variedades de uma mesma espécie. Em todos esses casos, se a divisão do trabalho não produz a solidariedade, é porque as relações entre os órgãos não são regulamentadas, é porque elas estão num estado de *anomia* (não regulamentação)... É preciso fazer cessar esta anomia, é preciso encontrar os meios de fazer concorrerem harmoniosamente esses órgãos que ainda se chocam em movimentos discordantes... É a este estado de anomia que devem ser atribuídos os conflitos sempre renascentes e as desordens de todas as espécies, de que o mundo econômico nos dá o triste espetáculo, pois como nada contém as forças em presença, fixando-lhes limites que devem respeitar, elas tendem a desenvolver-se sem freios e chegam a chocar-se umas contra outras para repelirem-se e reduzirem-se mutuamente... É de toda evidência que uma tal *anarquia* seja um fenômeno mórbido, pois vai contra o fim mesmo de toda a sociedade, que é de suprimir, ou pelo menos moderar, a guerra entre os homens.

Se a anatomia é um mal, é porque a sociedade, sobretudo, sofre com ela, por não poder dispensar, para viver, a coesão e a regularidade. Uma regulação moral ou jurídica exprime, regularidade. Uma regulamentação moral ou jurídica exprime, portanto, essencialmente, necessidades sociais que só a sociedade pode conhecer... Para por fim à anomia é necessário, então, que exista ou que se forme um grupo onde se possa constituir o sistema de regras que atualmente falta. Nem a sociedade política em seu conjunto, *nem o Estado* podem evidentemente entregar-se a essa

> função, pois a vida econômica, por ser muito especial e especializar-se cada dia mais, escapa à sua competência e à sua ação. A atividade de uma profissão não pode ser regulamentada eficazmente senão por um grupo bastante chegado a essa profissão, seja para poder conhecer-lhe o funcionamento, seja para sentir-lhe todas as necessidades e poder seguir todas as variações. O único que responde a essas condições é o que formariam todos os agentes de uma mesma indústria (ramo de atividade econômica) reunidos e organizados num mesmo corpo. É o que se chama de corporação ou grupo profissional... Os únicos agrupamentos que têm certa permanência são o que atualmente se chama de sindicatos, seja de patrões, seja de operários... (Mas), não tão somente o sindicato de patrões e os de operários são distintos uns dos outros – o que é legítimo e necessário –, mas não há entre eles contatos regulares. Não existe organização comum que os aproxime, sem no entanto fazer-lhes perder a individualidade, e na qual eles pudessem elaborar *em comum* uma regulamentação que, fixando suas relações mútuas, se impusessem a uns e a outros com a mesma autoridade.

A bem da verdade, estas concepções aparecem algo modificadas em alguns outros trabalhos de Durkheim. Atemo-nos às de *De la Division du Travail Social* porque

não estamos interessados na análise "interna" da produção intelectual durkheimiana, mas na identificação de uma posição teórica típica referente às conexões entre política e planificação. E, para isso, os excertos transcritos são estrategicamente valiosos. De fato, exprimem uma concepção típica acerca das relações entre *sujeito* e *objeto*, entendendose sujeito como *sujeito de conhecimento* e *sujeito da História*, e entendendo-se objeto como *objeto de conhecimento* (o processo histórico) e *objeto de "atuação"* dos sujeitos da

História. Esta concepção, que podemos simbolizar por S□O, desdobra-se em quatro planos: a) no da teoria do conhecimento, temos o realismo como rela➔↖o sujeitoobjeto: no ato de conhecer, o sujeito apreende ❽passivamente❾ as caracter↙sticas do objeto, que a ele se imp↖em (no caso, o processo hist⇔rico como conjunto ordenado de regularidades); b) no plano de concep➔↖o da Hist⇔ria (objeto de conhecimento e de ❽atua➔↖o pr↑tica❾), temos o processo hist⇔rico ❽naturalizado❾: consiste no ❽prosseguimento❾, no n↙vel ❽superorg↓nico❾, de uma tend↓ncia evolutiva imanente ao objeto (org↓nico e superorg↓nico) ↺ vale dizer, o *futuro histórico* está "inscrito" no objeto, cabendo ao sujeito-cientista social apreendê-lo como *objetivos necessários* da "atuação prática" dos que, a rigor apenas figuradamente, são os sujeitos da História; c) no plano de concepção da Política, portanto, não temos a visão de um campo de *possíveis históricos* em competição, mas a de uma ciência social aplicada (ou protociência, até que a ciência social alcance maior apreensão do objeto): a política, como processo de fazer história, é cientificamente formulável, sendo a ciência indicadora dos meios e objetivos (valores) da ação, por ela detectados no objeto; d) no plano da concepção do Estado, temos o Estado como dotado *necessariamente* de *um* conteúdo: os *interesses coletivos* (comuns), cujo conteúdo "concreto" já se encontra, ainda que não detectado pelo cientista social, inscrito no objeto, variando conforme os estágios evolutivos deste. Conteúdo, *De la Division du Travail Social*, como exposição de uma teoria de transição que é, reflete parcialmente a decadência do liberalismo: adere a uma variante romanticizada da ideia de progresso, tal como aquele o concebeu: e cede lugar a dúvidas quanto à exclusiva suficiência dos mecanismos espontâneos auto-

reguladores do equilíbrio social interno e promotores do "progresso". Mas, justamente por ser teoria de transição, ainda não apela diretamente ao Estado como órgão controlador, de intervenção deliberada na realidade, enfim, ao Estado como agente planificador. A intervenção seria apenas *corretiva* de desvios que seriam "anormais", em face do sentido imanente ao processo histórico, e far-se-ia basicamente pelas corporações. Todavia, com a crise capitalista das primeiras década do século XX, a emergência o Estado corporativista, que se constituiu como uma das respostas a ela e inspirado por concepções completamente distintas das examinadas, daria o salto que o apego a certa variante da ideologia liberal não permitiu ou não exigiu e Durkheim.

Do ponto de vista adotado neste ensaio, as concepções de Weber são opostas às de Durkheim. Atende-se aos seguintes excertos tomados de "Política como Vocação",

"O Significado da 'Neutralidade Ética' na Sociologia e na Economia" e "A 'Objetividade' na Ciência Social e na Política Social". (Utilizamos as traduções para o inglês destes trabalhos de Weber: a do primeiro, incluída na coletânea de textos do Autor organizada por Gerth e Mills, *From Max Weber*: *Essays in Sociology*, Routledge & Kegan Paul, Londres, 1948; as dos outros dois, constantes de Max Weber, *The*

Methodology of the Social Sciences, Free press, Glencoe, 1949, volume organizado por Shils e Finch.)

> O que entendemos por política? O conceito é extremamente amplo e compreende qualquer espécie de liderança *independente* em ação... nossas reflexões não estão... (aqui) baseadas em tão amplo conceito. Queremos entender por política apenas a liderança, ou a

influência na liderança, de uma *associação política*, no caso, ... de um *Estado*. Mas, o que é uma associação

'política' do ponto de vista sociológico? O que é um 'estado'? Sociologicamente, o Estado não pode ser definido em termos de seus objetivos. Dificilmente existe qualquer tarefa que alguma associação política não tenha realizado, e não há nenhuma atividade que se possa dizer que sempre tenha sido exclusiva e peculiar àquelas associações que são designadas como políticas: hoje o Estado, ou anteriormente aquelas associações que foram as predecessoras do Estado moderno. Fundamentalmente só se pode definir sociologicamente o Estado moderno em termos dos específicos *meios* que lhe são peculiares, ou seja, o uso da força física... atualmente, o direito ao uso da força física é atribuído a outras instituições ou indivíduos apenas na medida em que o Estado o permite. O Estado é considerado a única fonte do 'direito' de uso de violência.

Portanto, 'política' para nós significa luta por participar do poder ou luta por influenciar a distribuição de poder entre Estados ou entre grupos no interior de um Estado... quem está atuando na política luta pelo poder como um meio a serviço de outros objetivos, ideais ou egoísticos, ou luta por 'poder pelo poder mesmo', a fim de desfrutar da sensação de prestígio que o poder propicia.

As ciências sociais, que são rigorosamente ciências empíricas, são as menos apropriadas para livrar o indivíduo da dificuldade de realizar uma opção, e por isso não devem criar a impressão de que podem fazê-lo... O fruto da árvore do conhecimento, que é desagradável ao presunçoso, mas que no entanto é inevitável, consiste na percepção de que cada importante atividade em particular e no fundo a vida como um todo – se não for

permitido que decorra como um evento da Natureza, mas ao contrário, que é para ser conscientemente guiada – consiste numa série de decisões fundamentais em que a alma – como em Platão – escolhe seu próprio destino, isto é, o significado de sua atividade e existência... As ciências... são capazes de prestar um inestimável serviço a pessoas engajadas em atividade política ao dizer-lhes que: 1) estas e estas 'últimas' posições são concebíveis com referência a este problema prático; 2) tais e tais são os fatos que você deve levar em conta ao fazer sua escolha entre estas posições... É ainda difundida a crença de que se deve, se impõe, ou de qualquer forma, se pode derivar juízos de valor de afirmações de fato sobre 'tendências'. Mas, mesmo das mais não ambíguas 'tendências', normas inambíguas podem ser derivadas apenas em respeito aos meios prospectivamente os mais adequados – e, portanto, somente quando a irredutível avaliação já está dada. As avaliações mesmas não podem ser derivadas dessas
'tendências'... O uso do termo 'progresso' é legítimo em nossas disciplinas quando se refere a problemas 'técnicos', ou seja, aos 'meios' de atingir uma finalidade inambiguamente dada. Ele nunca pode elevar-se à esfera das avaliações 'últimas'.

Os problemas das disciplinas empíricas devem, sem dúvida, ser solucionados 'não-avaliativamente'. Não são problemas de avaliação. Os problemas das ciências sociais são selecionados, porém, pela relevância a valores (com referência a valores) dos fenômenos tratados. A respeito do significado da expressão 'relevância (ou referência) a valores', remeto a escritos meus anteriores e sobretudo aos trabalhos de Heinrich Rickert... deve apenas ser lembrado que a expressão 'relevância a valores' se refere simplesmente à interpretação filosófica do 'interesse' especificamente científico que determina a seleção de um dado

assunto e os problemas de uma análise empírica... A qualidade de um evento como 'socioeconômico' não é algo que ele possui 'objetivamente'. É, antes, condicionada pela orientação de nosso interesse cognitivo, provindo da específica significação cultural que atribuímos ao evento particular num dado caso... Não são as interconexões 'de fato' de 'coisas', mas as interconexões *conceptuais de problemas* que definem o campo de várias ciências... Absolutamente, não há nenhuma análise científica 'objetiva' da cultura ou... de 'fenômenos sociais', independente de especiais e 'unilaterais' pontos de vista, de acordo com os quais – expressa ou tacitamente, consciente ou inconsciente – eles são selecionados, analisados e organizados para fins explanatórios.

Toda a análise de realidade infinita que a finita mente humana pode realizar baseia-se na tácita assunção de que apenas uma finita porção desta realidade constitui o objeto de investigação cientifica, e de que apenas ela é 'importante' n acepção de ser 'valiosa de ser conhecida'... Ordem é trazida a este caos somente na condição de que em cada caso apenas uma *parte* da realidade concreta é interessante e *significante* para nós, porque apenas ela está relacionada aos *valores culturais* com os quais abordamos a realidade. Apenas certas facetas do infinitamente complexo fenômeno concreto, ou seja, aquelas às quais atribuímos uma *significação cultural* geral, são por isso merecedoras de conhecer-se. Somente elas são objetos de explanação causal. E mesmo esta explanação causal apresenta o mesmo caráter: uma investigação causal exaustiva de quaisquer fenômenos concretos em sua total realidade e não apenas praticamente impossível: é simplesmente contrassenso. Selecionamos só aquelas causas às quais hão de ser imputados, no caso particular (individual), os aspectos 'essenciais' de um evento... Em outras palavras, a escolha do objeto de

investigação e a extensão ou profundidade com que a investigação procura penetrar na infinita teia causal são determinadas pelas ideias avaliativas que dominam o investigador e sua época. No *método* de investigação, o 'ponto de vista' orientador é de grande importância para a *construção* do esquema conceptual que será utilizado na investigação. No modo de seu *uso*, entretanto, o investigador está obviamente preso às normas de nosso pensamento, tanto aqui como alhures. Pois a verdade científica é precisamente o que é *válido* para todos os que *procuram* a verdade.

...há ciências às quais a eterna juventude é garantida, e as disciplinas históricas estão entre elas – todas aquelas ás quais o eternamente contínuo fluxo da cultura perpetuamente traz novos problemas. Bem no cerne de sua atividade encontra-se não apenas o ultrapassamento de *todos* os tipos ideais, *mas também*, ao mesmo tempo, a inevitabilidade de novos outros... O progresso da ciência cultural ocorre através deste conflito. Seu resultado é a perpétua reconstrução daqueles conceitos através dos quais procuramos compreender a realidade. A história das ciências sociais é e será um processo contínuo de esforço de ordenar a realidade analiticamente através da construção de conceitos; de dissolução das construções analíticas assim elaboradas, através da expansão e alteração do horizonte científico; e novamente de reformulação de conceitos sobre bases assim transformadas... A vida, com sua irracional realidade e seu acervo de possíveis significações, é inesgotável. A forma *concreta* em que ocorre a relevância (referência) a valores continua perpetuamente *in flux*, sempre sujeita à mudança no obscuramente visível futuro da cultura humana. A luz que emana daquelas mais elevadas ideias avaliativas sempre incide sobre um mutável segmento finito da vasta corrente caótica de eventos, que flui através dos tempos.

É flagrante a atualidade da primeira posição teórica típica quando às conexões entre política e planificação (vista esta, *preliminarmente*, em termos da concepção de Estado), apreendida através das formulações durkheimianas. Embora possa parecer o contrário, o mesmo ocorre com a segunda daquelas posições teóricas típicas, retida através das acima transcritas formulações de Weber. Por exemplo, a problemática candente do mundo moderno é discutida a partir desta posição, um tanto reformulada, na brilhante polêmica trilogia de Raymond Aron, *Dix-Huit Lençons sur la Société Industrielle, La Lutte de Classes e Démocratie et Totalitarisme* (Gallimard, Paris, editados respectivamente em 1962, 1964 e 1965):

> Conforme a proposição de Weber, as teorias gerais da organização social são, por natureza, múltiplas e cada uma delas está ligada a uma determinada intenção do observador. Há 20 anos, eu tinha aceitado integralmente esta epistemologia relativista. Hoje estou menos seguro quando a isso. Com efeito, o relativismo no pensamento de Max Weber, estava ligado à ideia que ele fazia do real, ideia cuja origem era uma certa filosofia neokantiana. Para ele, toda realidade, toda realidade social, é informe (amorfa) acumulação ou desconexão de fatos dispersos. Se o sociólogo está em face de fatos incoerentes, se ele é quem cria, com a ajuda de seus conceitos, a ordem através da qual ele compreende, a interpretação está evidentemente ligada ao sistema de conceitos, e este sistema está, por sua vez, ligado á situação particular do observador. Mas não é verdade que uma sociedade seja uma multiplicidade incoerente. A realidade social não é nem total nem incoerente, e é por isso que não se pode afirmar dogmaticamente a validade universal de uma teoria dos tipos sociais nem o relativismo de todas as teorias. Se Max

Weber tivesse razão, se os fatos sociais fossem incoerentes, então toda interpretação seria sobreposta aos fatos e, por esta mesma razão, estaria ligada à personalidade do sociólogo. Se a realidade social fosse por completo estruturada, se ela tivesse uma unidade total, ou se uma parte desta realidade comandasse todas as outras, então haveria uma teoria sociológica verdadeira e uma só... A realidade social não é nem incoerente nem total: ela comporta multiplicidades de ordens parciais, mas ela não comporta, de maneira evidente, uma ordem global. O sociólogo não cria arbitrariamente a lógica das condutas sociais que ele analisa. Quando você observa um sistema econômico, você põe de manifesto uma ordem que está inscrita no sistema não sobre imposta pelo observador; mas esta ordem não é unívoca e não há apenas uma maneira de interpretá-la. O sociólogo põe de manifesto ordens ou regularidades que estão no objeto, mas sempre ele faz uma dada escolha entre essas ordens e regularidades.

Esta questão é uma maneira de evitar, desde o início a oposição socialismo-capitalismo; e é uma maneira de considerar socialismo e capitalismo como duas modalidades de um mesmo gênero – a sociedade industrial. Minha viagem à Ásia convenceu-me que o conceito-chave de nossa época é o de sociedade industrial. A Europa, vista da Ásia, não é composta de dois mundos fundamentalmente heterogêneos, o mundo soviético e o mundo ocidental. Ela é feita de uma única realidade: a civilização industrial. As sociedades soviéticas e as sociedades capitalistas não são senão duas espécies de um mesmo gênero ou duas modalidades do mesmo tipo social – a sociedade industrial progressiva.

A antítese do regime constitucional-pluralista e do regime monopolístico pode ser expressa de quatro maneiras diferentes: antítese da *concorrência* e do *monopólio*, da *constituição* e da

revolução, do *pluralismo dos grupos sociais* e do *absolutismo burocrático*, enfim, do *Estado de partidos* e do *Estado partidário* (esta última antítese pode ser traduzida por Estado laicoEstado ideológico)... Pode-se fazer uma discriminação entre as imperfeições evidentes dos regimes constitucionais-pluralistas e a imperfeição *essencial* dos regimes de partido monopolístico. Mas é possível que em dadas circunstâncias, esse regime essencial imperfeito seja preferível ao regime efetivamente imperfeito. Em outras palavras, é possível não situar todos os regimes no mesmo plano, do ponto de vista dos valores, sem que esta discriminação, permita ditar, em nome da ciência ou da filosofia, o que é preciso fazer num determinado momento. Os homens políticos têm razão de dizer que não há verdade de ação, o que não significa que os filósofos façam mal ao lembrar que o regime de paz é, enquanto tal, preferível ao regime de violência... Gostaria de... evocar os esquemas históricos que constituem visões prospectivas das diversas espécies de regimes... A primeira, e a mais em moda hoje em dia, é a de uma evolução unilateral para um dado regime. Este esquema é o do progresso, sendo entendido que, segundo os marxistas, o ponto de chegada é um regime de tipo soviético e, segundo os democratas ocidentais, um regime comparável ao que conhecemos no ocidente. Os doutrinários dos dois regimes opostos afirmam, uns e outros, que a história tende a realizar o regime que conta com a sua preferência: segundo os Soviéticos, o futuro pertence ao comunismo; segundo os Ocidentais, às vezes inclusive segundo os marxistas ocidentais como Isaac Deutscher, à medida que as forças produtivas se desenvolvem e o capital se acumula, os regimes políticos tenderão a aproximar-se do modelo ocidental. Para mim, nenhuma destas duas teses está demonstrada... Descartemos estas duas versões do esquema de evolução unilateral para um ponto

> de chegada único, e consideremos um segundo esquema – o que seria conforme a sociologia de Max Weber. Cada espécie de economia, cada fase de um desenvolvimento econômico favorece mais ou menos um certo regime. Pode-se estabelecer uma relação entre fase de desenvolvimento econômico e probabilidade de um dado regime... Infelizmente, a liberação dos regimes de partido monopolístico não está escrita por antecipação no livro da História. Feliz ou infelizmente, a decomposição em anarquia dos regimes constitucionaispluralistas não é, da mesma forma, fatal. O ciclo é possível, não necessário.

Podemos simbolizar por S□O esta segunda posi←↖o, identificada em Weber e secundariamente em Aron. Oposta ❼ primeira apresentada, continuaremos com o mesmo procedimento de an↑lise adotado no exame desta. Tomemos *sujeito* e *objeto* nas duas acepções então apontadas e explicitemos os quatro planos em que se desdobra esta segunda concepção da relação sujeito-objeto: a) no plano da teoria do conhecimento, deparamos com o idealismo (epistemológico): a consciência como construtiva do objeto do conhecimento. Também aqui temos mais uma manifestação do colapso do liberalismo: a confiança numa razão universal está abalada e em seu lugar encontramos "configurações" *históricas* de consciência (no caso, variáveis conforme a época); b) conexamente, no plano da concepção da História, não se concebe o *progresso necessário* no processo histórico, pois este não possui sentindo imanente: a história realizada (o passado) tem sentido, mas este é *ex post*; trata-se, porém, de um sentido variável conforme a perspectiva de conhecimento do sujeito-observador (dada pelos valores dominantes em sua época), enquanto o "setor" histórico do mundo não é um sistema ordenado de regularidades "naturais"; quanto ao futuro, trata-se de um campo

indeterminado, ou melhor, teria quando muito delimitação de "fronteiras" ou "balizamentos" apenas: a racionalidade funcional, no caso de Weber, e o industrialismo, no caso de Aron; c) essas "fronteiras" ou "balizamentos" demarcam o campo em que se digladiam os agentes políticos, visando fins e *sobretudo* valores diferentes, mas que afinal se equivalem; e fazer política consiste, então, em adequar com responsabilidade meios a fins *e* a valores (ou seja, levando em conta as consequências previsíveis de cada opção); d) à concepção da política, enquanto processo, como competição entre fins e sobretudo valores que em última análise, para os agentes políticos, se equivalem, correspondente a concepção do Estado como mero *aparelho*, portanto sem conteúdo inerente, visado como meio para a realização destes ou daqueles fins e valores.

O presente histórico, enquanto conjunto de objetivos politicamente equivalentes (em última análise, valores), aparece, pois, como *composto* (conjunto de valores em competição), mas também como *inestruturado*, na acepção de que esses objetivos não mantêm entre si *relações hierárquicas*. Ilustrando: mais concretamente, e levando às últimas consequências as concepções de Aron, temos o presente histórico como campo cujo balizamento é dado pelas características do que denomina civilização industrial.

Capitalismo e socialismo são modalidades equivalentes desta. O futuro não resultará da autodestruição do capitalismo por dinâmica interna e necessária deste. A persistência histórica do capitalismo é questão de *política* não determinada, não estruturada: é questão de atuar como vistas a consequências das ações desencadeadas a partir de certas opções. O futuro é questão de decisão política, e esta faz-se num campo não estruturado e autônomo. Generalizando: a liberdade de fazer história aparece, então, como voluntarismo e este *voluntarismo* político é a contrapartida do idealismo

(epistemológico). Por contraste, e levando às últimas consequências as concepções durkheimianas, temos o polo oposto a este: em vez de voluntarismo, o *mecanismo*, que consiste na contrapartida do positivismo extremo.

O marxismo apresenta-se como síntese das duas posições opostas até então focalizadas. Neste sentido, simbolizemos a posição marxista quanto à reação sujeitoobjetivo por S O. E tormentos, como expressivos delas (nos limites dos nossos objetivos), os seguintes excertos: os dois primeiros, de Marx e Engels, A *Ideologia Alemã*; o terceiro, dos fragmentos de Marx publicados como posfácio à 2ª. edição alemã d'*O Capital*; o quarto, de Henri Lefebvre, *Problèmes Actuels du Marxisme*, Presses Universitaires, Paris, 1960; e os dois últimos de Sartre, *Question de Méthode*.

> ...em cada etapa acham-se dados um resultado material, uma soma de forças produtivas, uma relação com a natureza e entre os indivíduos, criada historicamente e transmitida a cada geração pela geração que a precede; uma massa de forças de produção, de capitais e de circunstancias, que, de um lado, são modificados pela nova geração, mas que, de outra parte, lhe ditam suas próprias condições de existência e lhe imprimem um desenvolvimento determinado, um caráter específico; portanto, as circunstâncias tanto fazem os homens como os homens fazem as circunstâncias.
>
> ...cada nova classe que toma o lugar da que antes dela dominava é obrigada, quando menos para atingir o seu objetivo, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade ou, para exprimir as coisas no plano das ideias: esta classe é obrigada a dar a seus pensamentos a forma da universalidade a apresenta-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos válidos de uma maneira universal. Pelo simples fato de que

enfrenta uma *classe*, a classe revolucionária apresenta-se em conjunto não como classe, mas como representando a sociedade toda; aparece como a massa inteira da sociedade em face da única classe dominante... todas as lutas no interior do Estado, a luta entre a democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito de voto, etc., etc. não são senão as formas ilusórias sob as quais são travadas as lutas efetivas das diferentes classes entre si... toda classe que aspira à dominação, mesmo se sua dominação determina a abolição de toda a antiga forma social e da dominação em geral, como é o caso ara o proletariado, deve, portanto, conquistar primeiramente o poder político para representar, por seu turno, seu interesse próprio como sendo o Universal, ao que ela é forçada nos primeiros tempos.

A investigação tem por objetivo apropriar-se em detalhe da matéria, analisar suas diversas formas de desenvolvimento e nela descobrir completamente suas relações internas.

Nesta passagem descobrimos... a palavra *matéria*. Mas ela tem um significado bem preciso. Designa um *conteúdo histórico* (no que concerne a *O Capital*, o da sociedade burguesa, o do capitalismo). Este conteúdo, posto diante do pensamento, que procura conhecê-lo, a este aparece inicialmente como impenetrável, opaco, dado, ultrapassando-o infinidamente: uma matéria. A inteligência analítica e a razão sintética do pesquisador dele se apoderam. A pesquisa *apropria-se* dele. Este termo tem, em Marx, uma significação universal: designa um conceito filosófico: a atividade que, apreendendo um dado concreto – uma matéria –, produz obras e as conhece reconhecendo-se nestas. O conhecimento comporta uma 'apropriação'. Ele é a obra de um pensamento ativo e pessoal, que trabalha sobre uma matéria. Ele a transforma, como todo trabalho humano. Mas o trabalho do conhecimento possui um

aspecto específico: ele restitui o conjunto de um *devir* no qual ele se insere, porque este devir histórico permitiu e mesmo exigiu, num certo momento, o conhecimento que o apreende.

Se a filosofia deve ser, ao mesmo tempo, totalização do saber, método, Ideia reguladora, arma ofensiva e comunidade de linguagem; se esta 'visão do mundo' é também um instrumento que trabalha as sociedades carcomidas, se esta concepção singular de um homem ou de um grupo de homens torna-se a cultura e, por vezes, a natureza de toda uma classe, fica bem claro que as épocas de criação filosófica são raras. Entre o século XVII e o século XX, vejo três que designarei por nomes célebres: há o 'momento' de Descartes e de Locke, o de kant e de Hengel e, finalmente, o de Marx. Estas três filosofias tornam-se, cada uma por sua vez, o humo de todo o pensamento particular e o horizonte de toda cultura, elas são insuperáveis enquanto o momento histórico de que são expressão não tiver sido superado.

A *praxis*... é uma passagem do objetivo ao objetivo pela interiorização; o projeto, como superação subjetiva da objetividade em direção à objetividade, tenso entre as condições objetivas do meio e as estruturas objetivas do campo dos possíveis, representa *em si mesmo* a unidade em movimento da subjetividade e da objetividade, estas determinações cardeais da atividade. O subjetivo aparece, então, como um momento necessário do processo objetivo.

Como se percebe, a síntese proposta pelo marxismo consiste, em última instância, na superação da dualidade sujeito-objeto, inerente esta dualidade, concebida de uma maneira ou de outra aposta, às posições representadas por Durkheim e Weber. O rompimento com essa dualidade está por inteiro contido na tese de que o subjetivo é um momento necessário do

processo objetivo, nos diversos desdobramentos dela: a) no plano da teoria do conhecimento, a concepção dialética retém este subjetivo como tomadas de consciência historicamente determinadas e não-equivalentes – em termos de consciência adequada e de falsa consciência (o marxismo sendo a expressão daquela na "época histórica" capitalista, mas expressão radicada nos interesses proletários e não, conforme a concepção weberiana, nos valores dominantes da época); b) o processo histórico é concebido como *praxis* coletiva e suas objetivações materiais e nãomateriais, como processo de estruturação-destruturação-reestruturação de regularidades não-naturais, ou seja, regularidades que são produto da própria atividade humana coletiva; mas, afirmando que os homens *fazem* História nas condições *dadas* pela História, o sentido desta, ao menos em termos de coerência lógica, há de ser concebido apenas como potencial ou virtualmente imanente ao processo histórico; c) cada presente, como história, é então um *conjunto estruturado de atualizações e de possíveis*; daí, a política, como momento de *praxis* inovadora, consistir numa competição entre *possíveis* historicamente dados, num campo estruturado, ou seja, de possíveis não equivalentes; e os projetos, como expressões que são desses possíveis, são também não equivalentes; enfim, a política não é ciência social aplicada, como para Durkheim, nem é um campo de atuação inovadora inestruturado, como para Weber, mas, diversamente da concepção deste, dotado de conteúdo, como em Durkheim: não os interesses coletivos (comuns) como este concebe tal conteúdo, porém interesses classistas – os da(s) classe(s) dominante(s) economicamente, mesmo quando esses interesses classistas não coincidem imediatamente e em todo o seu conteúdo "específico" com as necessidades a longo prazo do sistema em conjunto, ou seja, com a permanência histórica da realização, por esse sistema, de certo tipo macroestrutural.

Todavia, justamente porque o marxismo propõe a síntese das duas expostas relações sujeito-objeto antagônicas, as obras dos autores marxistas, vistas em conjunto, apresentam oscilações na ênfase posta num ou noutro termo da formulação "os homens *fazem* História nas *condições dadas* pela História". A ênfase no primeiro termo faz o marxismo pender para o voluntarismo, no segundo, para o mecanicismo; e, conexa e respectivamente, no plano epistemológico, faz pendê-lo para o idealismo ou para o realismo. É o que também aponta Lucien Goldmann, *Recherches Dialectiques*, Gallimard, Paris, 1959:

> ...as concepções filosóficas unilateriais, que são o subjetivismo e o objetivismo, encontram-se sempre, com suas consequências práticas, não apenas entre os pensadores burgueses, mas também entre os teóricos e os militantes do proletariado, onde elas se exprimem sobretudo por dois grandes grupos de correntes políticas: a) o blanquismo, o anarquismo, o trotskismo, que são a forma operária do subjetivismo idealista da superestimação do homem e da subestimação das condições objetivas; b) o stalinismo, o reformismo, o economismo, as teorias da espontaneidade, que são a expressão operária do materialismo objetiva da superestimação das condições objetivas da subestimação do homem. E poder-se-ia acrescentar que são os intelectuais e certas camadas operárias radicalizadas que oferecem o primeiro, e que são as burocracias dos grandes organismos de Estado na U.R.S.S. ou a participação operária nos Estados capitalistas que, ao contrário, favorecem o segundo. Eis porque na vida e na obra de todos os grandes teóricos e chefes políticos do proletariado, desde Marx até lênin e o jovem Lukacs, encontramos esta luta em duas frentes: contra as ilusões de

> esquerda e os oportunismos de direita, através da qual eles se esforçam por estabelecer, cada novo, o pensamento dialético.

Independente ou não dessa oscilação, resta, porém, o problema de que existem *projetos* marxistas, e não *um* projeto apenas – o que nos remete à questão dos possíveis históricos não equivalentes, em sua expressão no plano do conhecimento e no da atuação política. Ao que nos parece, a solução do problema há de partir da formulação constante da II das *Teses sobre Feuerbach*. (Valemo-nos da tradução incluída em Marx e Engels, *Études Philosophiques*, Éditins Sociales, paris, 1961.)

> A questão de saber se o pensamento humano pode chegar a uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas uma questão prática. É na prática que é preciso que o homem prove a verdade... A discussão sobre a realidade do pensamento, isolada da prática, é puramente escolástica...

Por outras palavras, a objetividade das ciências sociais (claro que no referente à *praxis* inovadora, e não à repetitiva) só se revela *ex post*, ou seja, somente após a transformação de um dos possíveis numa atualização. Em termos políticos: a não equivalência dos possíveis existentes num presente histórico só se revela quando este presente for um passado.

À guisa de recapitulação e resumo, podemos reunir os três conjuntos de concepções apresentadas num esquema como este:

	Durkheim	*Weber*	*Marx*
	S□O	S□O	S O

teoria do conhecimento	realismo	idealismo	dialética
concepção da História	História "naturalizada", com sentido imanente	História nãonaturalizada, sem sentido imanente	História não-naturalizad com sentido imanente potencial
concepção da Política	ciência social aplicada (mecanicismo)	competição entre valores equivalentes (voluntarismo)	competição entre possíveis históricos nã equivalentes
concepção do Estado	dotado de conteúdo inerente: interesses coletivos	aparelho sem conteúdo inerente	aparelho dotado de conteúdo inerente: interesses da classe dominante

Este esquema permite, por um lado distinguir posições teóricas típicas *puras* e *impuras*. As primeiras, tal como as de Durkheim, Weber e Marx, são aquelas em que há uma combinação completamente coerente das posições teóricas acerca das relações sujeito-objeto, no plano da teoria do conhecimento, no da concepção da História, no da concepção da Politica e no da concepção do Estado. As posições impuras são aquelas em que há combinações incoerentes das posições teóricas assumidas em cada um desses quatro planos. Por outro lado, o esquema acima facilita a identificação e a análise das posições teóricas de autores como Mannheim, Myrdal, Aron, Galbraith, Strackey, Baran, Fourastié, Gorz, Tsuru, Trentin e muitos outros mis, inclusive os das sociedades capitalistas "periféricas", que discutem a problemática do mundo contemporâneo (o presente como História), dentre cujas formulações estão as relativas à planificação e ás conexões implícita ou explicitamente

preconizadas por eles entre política e planificação, nos dois tipos de sistemas socioeconômicos em que esta ocorre: o capitalista e o socialista.

Retornando ao ponto atingido na caracterização do planejamento, ao término da primeira seção deste ensaio, e continuando a enfatizar, dada a aceitação do privilegiamento do plano econômico no processo histórico, o modo pelo qual o planejamento se efetiva como *planejamento econômico* (enquanto forma mais "acabada" de política econômica) – temos, até a esta altura, a criação de uma "atmosfera" de reflexão crítica sobre política econômica isolada ou um elenco de políticas econômicas exprime um querer coletivo que, ao menos potencialmente, é um querer político; e c) se em cada presente histórico há vários "quereres", apenas "um verdadeiro querer funda um verdadeiro conhecimento" e, portanto, uma "adequada ou viável direção controlada da História" (formulações estas que parafraseiam hans Freyer, *La Sociologia: Ciência de la Realidad*, trad., Losada, Buenos Aires, 1944).

Por isso mesmo, o estudo das conexões entre política e planificação (basicamente, planificação econômica) não pode deter-se na apreensão das posições *teóricas* (normativas, de maneira implícita ou manifesta) sobre tais conexões. Há que completar-se pelo conhecimento dos modos *efetivos* em que essas conexões ocorrem, o que implica a realização de estudo *empíricos*, sobretudo *estudos de casos*, dessas conexões. Pelo menos três categorias de problemas caem ou deveriam cair no âmbito de tais investigações empíricas: a) o processo político conducente à passagem da realização de políticas econômicas fragentárias e dispersas para a montagem e execução de um esquema ou elenco integrado de políticas econômicas compatibilizadas entre si – ou seja, à instauração da planificação, independentemente da intensidade desta, dada pelo grau de controle, ao menos instrumental, pelo Estado, do conjunto do sistema econômico; b) o processo de fixação das macro orientações políticas de planificação, o que implica a visualização desta como

operacionalização ou instrumento de concretização de macro decisões políticas – dentre as quais está, mas não apenas, a própria fixação dos diferentes graus de intensidade do processo de planificação; e c) o processo de alteração e reajustamento das instituições estatais, sobretudo dos corpos legislativos, em face da implantação da planificação e dos diferentes graus de intensidade em que ela se efetiva.

Para melhor colocação destes problemas, impõe-se, como terceiro passo na construção do quadro de referência que nos propusemos a elaborar, a identificação das variedades assumidas pelo processo de planificação. Para tanto, limitamo-nos ao tipo de sistema socioeconômico capitalista, procurando situar essas variedades no processo global de desenvolvimento deste tipo de sistema.

9

ITALO CALVINO

PORQUÊ LER OS CLÁSSICOS

Comecemos com algumas propostas de definição.

Os clássicos são aqueles livros dos quais, em geral, se ouve dizer: "Estou relendo..." e nunca "Estou lendo...".

Isso acontece pelo menos com aquelas pessoas que se consideram "grandes leitores"; não vale para a juventude, idade em que o encontro com o mundo e com os clássicos como parte do mundo vale exatamente enquanto primeiro encontro.

O prefixo reiterativo antes do verbo ler pode ser uma pequena hipocrisia por parte dos que se envergonham de admitir não ter lido um livro famoso. Para

tranqüilizá-los, bastará observar que, por maiores que possam ser as leituras "de formação" de um indivíduo, resta sempre um número enorme de obras que ele não leu. Quem leu tudo de Heródoto e de Tucídides levante a mão. E de Saint-Simon? E do cardeal de Retz? E também os grandes ciclos romanescos do Oitocentos são mais citados do que lidos. Na França, se começa a ler Balzac na escola, e pelo número de edições em circulação, se diria que continuam a lê-lo mesmo depois. Mas na Itália, se fosse feita uma pesquisa, temo que Balzac apareceria nos últimos lugares. Os apaixonados por Dickens na Itália constituem uma restrita elite de pessoas que, quando se encontram, logo começam a falar de episódios e personagens como se fossem de amigos comuns. Faz alguns anos, Michel Butor, lecionando nos Estados Unidos, cansado de ouvir perguntas sobre Emile Zola, que jamais lera, decidiu ler todo o ciclo dos Rougon-Macquart. Descobriu que era totalmente diverso do que pensava: uma fabulosa genealogia mitológica e cosmogônica, que descreveu num belíssimo ensaio. Isso confirma que ler pela primeira vez um grande livro na idade madura é um prazer extraordinário: diferente (mas não se pode dizer maior ou menor) se comparado a uma leitura da juventude. A juventude comunica ao ato de ler como a qualquer outra experiência um sabor e uma importância particulares; ao passo que na maturidade apreciam-se (deveriam ser apreciados) muitos detalhes, níveis e significados a mais. Podemos tentar então esta outra fórmula de definição: — Dizem-se clássicos aqueles livros que constituem uma riqueza para quem os tenha lido e amado; mas constituem uma riqueza não menor para quem se reserva a sorte de lê-los pela primeira vez nas melhores condições para apreciálos.

De fato, as leituras da juventude podem ser pouco profícuas pela impaciência, distração, inexperiência das instruções para o uso, inexperiência da vida. Podem ser (talvez ao mesmo tempo) formativas no sentido de que dão uma forma às experiências futuras, fornecendo modelos, recipientes, termos de

comparação, esquemas de classificação, escalas de valores, paradigmas de beleza: todas, coisas que continuam a valer mesmo que nos recordemos pouco ou nada do livro lido na juventude. Relendo o livro na idade madura, acontece reencontrar aquelas constantes que já fazem parte de nossos mecanismos interiores e cuja origem havíamos esquecido. Existe uma força particular da obra que consegue fazer-se esquecer enquanto tal, mas que deixa sua semente. A definição que dela podemos dar então será:

> — Os clássicos são livros que exercem uma influência particular quando se impõem como inesquecíveis e também quando se ocultam nas dobras da memória, mimetizando-se como inconsciente coletivo ou individual.

Por isso, deveria existir um tempo na vida adulta dedicado revisitar as leituras mais importantes da juventude. Se os livros permaneceram os mesmos (mas também eles mudam, à luz de uma perspectiva histórica diferente) nós com certeza mudamos, e o encontro é um acontecimento totalmente novo. Portanto, usar o verbo ler ou o verbo reler não tem muita importância. De fato, poderíamos dizer:

> — Toda releitura de um clássico é uma leitura de descoberta como a primeira.
>
> — Toda primeira leitura de um clássico é na realidade uma releitura.

A definição 4 pode ser considerada corolário desta:

> — Um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer.

Ao passo que a definição 5 remete para uma formulação mais explicativa, como: — Os clássicos são aqueles livros que chegam até nós trazendo consigo as marcas das leituras que precederam a nossa e atrás de si os traços que deixaram na cultura ou nas culturas que atravessaram (ou mais simplesmente na linguagem ou nos costumes).

Isso vale tanto para os clássicos antigos quanto para os modernos. Se leio a Odisséia, leio o texto de Homero, mas não posso esquecer tudo aquilo que as aventuras de Ulisses passaram a significar durante os séculos e não posso deixar de perguntar-me se tais significados estavam implícitos no texto ou se são incrustações, deformações ou dilatações. Lendo Kafka, não posso deixar de comprovar ou de rechaçar a legitimidade do adjetivo kafkiano, que costumamos ouvir a cada quinze minutos, aplicado dentro e fora de contexto. Se leio Pais e filhos de Turgueniev ou Os possuídos de Dostoievski não posso deixar de pensar em como essas personagens continuaram a reencarnar-se até nossos dias. A leitura de um clássico deve oferecer-nos alguma surpresa em relação à imagem que dele tínhamos. Por isso, nunca será demais recomendar a leitura direta dos textos originais, evitando o mais possível bibliografia crítica, comentários, interpretações. A escola e a universidade deveriam servir para fazer entender que nenhum livro que fala de outro livro diz mais sobre o livro em questão; mas fazem de tudo para que se acredite no contrário. Existe uma inversão de valores muito difundida segundo a qual a introdução, o instrumental crítico, a bibliografia são usados como cortina de fumaça para esconder aquilo que o texto tem a dizer e que só pode dizer se o deixarmos falar sem intermediários que pretendam saber mais do que ele. Podemos concluir que: — Um clássico é uma obra que provoca incessantemente uma nuvem de discursos críticos sobre si, mas continuamente as repele para longe. O clássico não necessariamente nos ensina algo que não sabíamos; às vezes descobrimos nele algo que sempre soubéramos (ou acreditávamos saber) mas desconhecíamos que ele o dissera primeiro (ou que de algum modo se liga a ele de maneira particular). E mesmo esta é uma surpresa que dá muita satisfação, como sempre dá a descoberta de uma origem, de uma relação, de uma pertinência. De tudo isso poderíamos derivar uma definição do tipo:

— Os clássicos são livros que, quanto mais pensamos conhecer por ouvir dizer, quando são lidos de fato mais se revelam novos, inesperados, inéditos.

Naturalmente isso ocorre quando um clássico "funciona" como tal, isto é, estabelece uma relação pessoal com quem o lê. Se a centelha não se dá, nada feito: os clássicos não são lidos por dever ou por respeito mas só por amor. Exceto na escola: a escola deve fazer com que você conheça bem ou mal um certo número de clássicos dentre os quais (ou em relação aos quais) você poderá depois reconhecer os "seus" clássicos. A escola é obrigada a dar-lhe instrumentos para efetuar uma opção: mas as escolhas que contam são aquelas que ocorrem fora e depois de cada escola.

É só nas leituras desinteressadas que pode acontecer deparar-se com aquele que se torna o "seu" livro. Conheço um excelente historiador da arte, homem de inúmeras leituras e que, dentre todos os livros, concentrou sua preferência mais profunda no Documentos de Pickwick e a propósito de tudo cita passagens provocantes do livro de Dickens e associa cada fato da vida com episódios pickwickianos. Pouco a pouco ele próprio, o universo, a verdadeira filosofia tomaram a forma do Documento de Pickwick numa identificação absoluta. Por esta via, chegamos a uma idéia de clássico muito elevada e exigente:

— Chama-se de clássico um livro que se configura como equivalente do universo, à semelhança dos antigos talismãs.

Com esta definição nos aproximamos da idéia de livro total, como sonhava Mallarmé. Mas um clássico pode estabelecer uma relação igualmente forte de oposição, de antítese. Tudo aquilo que Jean Jacques Rousseau pensa e faz me agrada, mas tudo me inspira um irresistível desejo de contradizê-lo, de criticá-lo, de brigar com ele. Aí pesa a sua antipatia particular num plano

temperamental, mas por isso seria melhor que o deixasse de lado; contudo não posso deixar de incluí-lo entre os meus autores. Direi portanto:

> — O "seu" clássico é aquele que não pode ser-lhe indiferente e que serve para definir a você próprio em relação e talvez em contraste com ele.

Creio não ter necessidade de justificar-me se uso o termo clássico sem fazer distinções de antiguidade, de estilo, de autoridade. (Para a história de todas essas acepções do termo, consulte-se o exaustivo verbete "Clássico" de Franco Fortini na Enciclopédia Einaudi, vol. III). Aquilo que distingue o clássico no discurso que estou fazendo talvez seja só um efeito de ressonância que vale tanto para uma obra antiga quanto para uma moderna mas já com um lugar próprio numa continuidade cultural. Poderíamos dizer: — Um clássico é um livro que vem antes de outros clássicos; mas quem leu antes os outros e depois lê aquele, reconhece logo o seu lugar na genealogia. A esta altura, não posso mais adiar o problema decisivo de como relacionar a leitura dos clássicos com todas as outras leituras que não sejam clássicas. Problema que se articula com perguntas como: "Por que ler os clássicos em vez de concentrar-nos em leituras que nos façam entender mais a fundo o nosso tempo?" e "Onde encontrar o tempo e a comodidade da mente para ler clássicos, esmagados que somos pela avalanche de papel impresso da atualidade?". É claro que se pode formular a hipótese de uma pessoa feliz que dedique o "tempo-leitura" de seus dias exclusivamente a ler Lucrécio, Luciano, Montaigne, Erasmo, Quevedo, Marlowe, o Discours de la méthode, Wilhelm Meister, Coleridge, Ruskin, Proust e Valéry, com algumas divagações para Murasaki ou para as sagas islandesas. Tudo isso sem ter de fazer resenhas do último livro lançado nem publicações para o concurso de cátedra e nem trabalhos editoriais sob contrato com prazos impossíveis. Essa pessoa bem-aventurada, para manter sua dieta sem nenhuma contaminação,

deveria abster-se de ler os jornais, não se deixar tentar nunca pelo último romance nem pela última pesquisa sociológica. Seria preciso verificar quanto um rigor semelhante poderia ser justo e profícuo. O dia de hoje pode ser banal e mortificante, mas é sempre um ponto em que nos situamos para olhar para a frente ou para trás. Para poder ler os clássicos, temos de definir "de onde" eles estão sendo lidos, caso contrário tanto o livro quanto o leitor se perdem numa nuvem atemporal. Assim, o rendimento máximo da leitura dos clássicos advém para aquele que sabe alterná-la com a leitura de atualidades numa sábia dosagem. E isso não presume necessariamente uma equilibrada calma interior: pode ser também o fruto de um nervosismo impaciente, de uma insatisfação trepidante.

Talvez o ideal fosse captar a atualidade como o rumor do lado de fora da janela, que nos adverte dos engarrafamentos do trânsito e das mudanças do tempo, enquanto acompanhamos o discurso dos clássicos, que soa claro e articulado no interior da casa. Mas já é suficiente que a maioria perceba a presença dos clássicos como um reboar distante, fora do espaço invadido pelas atualidades como pela televisão a todo volume. Acrescentemos então:

> — É clássico aquilo que tende a relegar as atualidades à posição de barulho de fundo, mas ao mesmo tempo não pode prescindir desse barulho de fundo.
>
> — É clássico aquilo que persiste como rumor mesmo onde predomina a atualidade mais incompatível.

Resta o fato de que ler os clássicos parece estar em contradição com nosso ritmo de vida, que não conhece os tempos longos, o respiro do otium humanista; e também em contradição com o ecletismo da nossa cultura, que jamais saberia redigir um catálogo do classicismo que nos interessa.

Eram as condições que se realizavam plenamente para Leopardi, dada a sua vida no solar paterno, o culto da antiguidade grega e latina e a formidável

biblioteca doada pelo pai Monaldo, incluindo a literatura italiana completa, mais a francesa, com exclusão dos romances e em geral das novidades editoriais, relegadas no máximo a um papel secundário, para conforto da irmã ("o teu Stendhal", escrevia a Paolina). Mesmo suas enormes curiosidades científicas e históricas, Giacomo as satisfazia com textos que não eram nunca demasiado up-to-date: os costumes dos pássaros de Buffon, as múmias de Federico Ruysch em Fontenelle, a viagem de Colombo em Robertson. Hoje, uma educação clássica como a do jovem Leopardi é impensável, e sobretudo a biblioteca do conde Monaldo explodiu.

Os velhos títulos foram dizimados, mas os novos se multiplicaram, proliferando em todas as literaturas e culturas modernas. Só nos resta inventar para cada um de nós uma biblioteca ideal de nossos clássicos; e diria que ela deveria incluir uma metade de livros que já lemos e que contaram para nós, e outra de livros que pretendemos ler e pressupomos possam vir a contar. Separando uma seção a ser preenchida pelas surpresas, as descobertas ocasionais.

> Verifico que Leopardi é o único nome da literatura italiana que citei. Efeito da explosão da biblioteca. Agora deveria reescrever todo o artigo, deixando bem claro que os clássicos servem para entender quem somos e aonde chegamos e por isso os italianos são indispensáveis justamente para serem confrontados com os estrangeiros, e os estrangeiros são indispensáveis exatamente para serem confrontados com os italianos. Depois deveria reescrevê-lo ainda uma vez para que não se pense que os clássicos devem ser lidos porque "servem" para qualquer coisa. A única razão que se pode apresentar é que ler os clássicos é melhor do que não ler os clássicos.

E se alguém objetar que não vale a pena tanto esforço, citarei Cioran (não um clássico, pelo menos por enquanto, mas um pensador contemporâneo que só

agora começa a ser traduzido na Itália): "Enquanto era preparada a cicuta, Sócrates estava aprendendo uma ária com a flauta. "Para que lhe servirá?", perguntaram-lhe. "Para aprender esta ária antes de morrer".

10

- REJANE XAVIER

MAQUIAVEL: DA ÉTICA POLÍTICA COMO ÉTICA DA RESPONSABILIDADE

- Segundo I. Berlin[1], o grande impacto de Maquiavel, o permanente malestar que parece causar aos leitores e intérpretes, de sua época até os nossos dias, se deve à clareza com que formula um dos grandes conflitos característicos de nossa civilização híbrida. Herdeira simultaneamente dos valores éticos individuais do cristianismo e de uma tradição política greco-romana, a Europa moderna, desde a configuração dos Estados nacionais, se encontra dividida por um conflito de jurisdição em relação ao agir humano. Este deve se pautar, ao mesmo tempo, pelas exigências da moral cristã ao nível da consciência individual, e por imperativos de eficácia e responsabilidade no plano da ação coletiva, exigências essas que são difíceis, senão impossíveis de conciliar.

Para Max Weber[2], a pergunta pelo lugar ético da política nos coloca de plano diante desse conflito. "*Nesse ponto, as mais opostas concepções do*

mundo chocam-se umas com as outras, impondo-se escolher entre elas"(p.109). "*Quem deseja a salvação da própria alma ou das almas alheias deve, portanto, evitar os caminhos da política que, por vocação, procura realizar tarefas muito diferentes, que não podem ser concretizadas sem violência..... Essa tensão pode, a qualquer momento, explodir em conflito insolúvel*" (p. 120). Maquiavel é o exemplo de opção sem resíduo pela ética da responsabilidade, contra a ética da convicção. "*Em bela passagem de suas Histórias Florentinas, se exata minha lembrança, Maquiavel alude a tal situação e põe na boca de um dos heróis de Florença, que rende homenagem a seus concidadãos, as seguintes palavras: " Eles preferiram a grandeza da cidade à salvação de suas almas"* "(pp. 120/121).

Maquiavel situou-se, antes de tudo, no plano do interesse coletivo, da virtude cívica, da ética política. Fê-lo contudo, de certa forma, com alguma inconsciência em relação às implicações de tal opção, uma vez que nem chega a colocar em exame o outro lado da alternativa, a opção pela ética da ação individual, regida pelos valores cristãos. "*Escolheu seu lado e pouco se interessou pelos valores que sua escolha ignorava ou desprezava*" (Berlin, p. 314). Portou-se como um "neopagão", desconhecendo as exigências da ética cristã e desinteressando-se portanto do conflito entre esta e a ética política. Mas, se para ele uma tal opção não parece ter trazido maiores dúvidas ou escrúpulos, o mínimo que se poderia dizer é que uma tal naturalidade não passou a ser regra. A coexistência de fins igualmente supremos mas incompatíveis uns com os outros, a inexistência de uma norma suprema permitindo escolher racionalmente entre eles, a renúncia ao ponto de vista de que existe, inscrita na Natureza ou determinada pela razão ou por Deus, uma resposta única à pergunta sobre "como deveriam viver os homens", são realidades chocantes para o pensamento ocidental, e Maquiavel

é chocante para nós porque constitui a pedra do escândalo, o exemplo concreto que impede a tergiversação, a falsa conciliação. "*Escolhemos como escolhemos porque sabemos o que queremos e estamos dispostos a pagar o preço*" (ib., p.138).

Na realidade, entretanto, as coisas podem não ser tão simples. Em primeiro lugar, porque este preço pode ser tão alto que a maioria dos homens não esteja disposto a pagá-lo. O estudo de Ortega y Gasset sobre Mirabeau revela uma compreensão profunda das vicissitudes de um homem público cuja ação foi sistematicamente avaliada pela escala da ética pessoal, e que pagou sempre muito caro sua opção[3]. Se todos os homens são políticos, se "*a conduta política é parte intrínseca da possibilidade de ser um ser humano em um determinado estágio da civilização*" (Berlin, p.122), será adequado fazer corresponder à política uma ética que para ser praticada exige um heroísmo de que muito poucos são capazes?

A resposta de que a ética da convicção exige por seu turno uma santidade também excepcional generaliza, mas não resolve esta dificuldade. Por outro lado, não é certo que possamos afirmar que "sabemos o que queremos", pelo menos não com a nitidez e a exclusividade necessárias para fundar uma decisão tão radical. Queremos "a grandeza da cidade" e também a "salvação da alma": porque não tentar conciliá-las? Deveremos admitir que a nossa consciência moral é a espécie de hipogrifo ilustrada por Maquiavel e descrita por Max Weber? Não haveria maneira de superar o paradoxo sem eliminar algum de seus termos, sem pretender que o bem público decorre como conseqüência natural do somatório das virtudes individuais, nem que a pujança e o bemestar da pólis produzam automaticamente o florescimento das qualidades que a ética da convicção valoriza nos indivíduos?

A filosofia contemporânea, pelo menos desde o segundo Wittgenstein, já renunciou à idéia de que racionalidade é sinônimo de universalidade e necessidade. Podemos – e devemos – renunciar aos imperativos categóricos e aprender a conviver como tipo de conflito que Maquiavel ilustra tão exemplarmente. Nenhum teoria suprema virá arbitrar o conflito entre ética da responsabilidade e ética da convicção, entre as exigências da consciência individual e as da ação coletiva. Mas a cada homem, e a cada época, se recoloca, como tarefa prática, a de realizar, numa experiência que é única, o delicado balanço dos contrários que resultará, para cada indivíduo e para cada sociedade, no equilíbrio ou na tragédia, conforme tiver sido bem ou mal sucedido.

11

• ARNALDO BARBOSA BRANDÃO BRANDÃO

ARQUITETURA

.

. Do a.b.b. para meu querido amigo e grande arquiteto Luiz Carlos Toledo. Detesto discordar, mas não concordo com o termo "Arquitetura", e muito menos que seja um método de se projetar espaços. Sei que veio do grego, ocorre que nem tudo que saiu daquelas belas ilhas é apropriado. Eles eram geniais e preguiçosos, preferiam filosofar, o trabalho duro ficava para a periferia. Pegaram muita coisa dos egípcios e dos persas. Imagine, por exemplo, a construção das pirâmides sem o Teorema de Pitágoras. Pois é, elas estão lá. Até pouco tempo atrás, chegou-se a dizer que os egípcios não conheciam a perspectiva. Me dá vontade de rir.
Sei que há certa tradição no uso do termo "arquitetura". Quanto a isso fico tranquilo, não sou daqueles que insistem em manter a tradição, muito pelo contrário. Vejam que até agora não estou discutindo a qualidade da edificação, não me interessa a discussão bizantina sobre o que é ou não é

arquitetura. Sou relativista até quase ao extremo. Em vez do termo "arquitetura" (que diz respeito ao trabalho de se fazer um prédio), prefiro o termo "HABITAÇÃO", no sentido que o ser humano habita um determinado lugar durante sua vida e quem sabe, depois da morte. Ele não habita uma "arquitetura".

Notem que estou tirando o farol do "trabalho"(arquitetura) e ajustando a flecha na direção do viver(habitar). Fico com a sentença do Heideger: "Habitar é o traço fundamental do ser, de acordo com o qual, os mortais são". Note-se que ele diz que os mortais são em conformidade como moram, ou seja, a moradia tem forte influência sobre como as pessoas são. Complicado? Alguém acha que nossos índios não sofreram forte influência do modo como moram?

Outra questão é que, conforme penso, todos os prédios, na origem, são lugares de morar. Vejam uma loja por exemplo, ainda é possível perceber a moradia que um dia foi. Está lá a "sala de visitas" logo na entrada, a cristaleira(vitrine) está lá, sendo substituída gradativamente pela tela de TV, o balcão separando a área de trabalho, e mais para o fundo um cantinho com um sofá para uma soneca da vendedora, e mais para o fundo ainda, o banheiro. Estou dizendo que há nos prédios, quaisquer que sejam, uma "estrutura", no sentido observado pelo Lévi-Strauss, entre outros. Vejamos outro exemplo, um boteco. A única diferença é que o banheiro fede mais. Neste caso costuma haver uma tênue diferença entre a sala de jantar e a sala de visitas (onde se senta pra beber um pequeno aperitivo, antes do porre final).

Vejamos uma árvore, onde os primeiros seres humanos e não tão humanos, se protegiam do sol ou das chuvas. Agora vejamos o céu. Estava deitado no chão de barriga pra cima, numa clareira da Amazônia, olhando o céu limpíssimo. Estava frio, muito frio. Silêncio de floresta noturna. De repente ouço um barulho de gente falando. E vinham na minha direção. Nestes casos é melhor ficar quieto. Foi o que fiz. Um bando de índios completamente nus, pelados de tudo, passaram por mim como se eu não existisse. Cataram lenha e perderam horas tentando botar fogo. Pensei em jogar meu isqueiro, mas não o fiz. Pensei: desta vez vão me comer assado e não vou contribuir pra isso. Que merda, a arma está na barraca. O fogo subiu, ficou alto, bem alto, a madeira queimou toda e o frio aumentando. Caiu o véu da noite. Eles espalharam as cinzas quentes pelo chão e deitaram em cima, uns embolados nos outros, homens, mulheres e crianças. Corri pra minha barraca de lona, minha habitação momentânea, engatilhei a arma e fiquei lá como um idiota, morrendo de medo. Lá pras tantas vejo aquelas pessoas se levantando e entrando na bruma da madrugada, a pele cinza e preta como se fosse uma pintura carnavalesca e foram conversando alto floresta adentro. Seres

humanos como nós, com seus temores. Índios Apinagés debaixo do céu salpicado de estrelas. Lembrei do Roberto da Matta e sua gravatinha borboleta: "A Vida Social dos Apinayés". Saí da arquitetura da barraca

12
MARIO VARGAS LLOSA

A BATALHA DE UM HOMEM SÓ

Nos anos setenta teve lugar um extraordinário fenômeno de confusão política e delírio intelectual que levou um setor importante da inteligência francesa a apoiar e mitificar Mao e a sua "revolução cultural", ao mesmo tempo que, na China, os guardas vermelhos faziam passar pelas forcas caudinas professores, pesquisadores, cientistas, artistas, jornalistas, escritores, promotores culturais, dos quais um bom número, depois de autocríticas arrancadas sob tortura, se suicidou ou foi assassinado. No clima de exacerbação histérica que, alentada por Mao, percorreu a China, destruíram-se obras de arte e monumentos históricos, cometeram-se abusos iníquos contra supostos traidores e contrarrevolucionários, e a milenar sociedade experimentou uma orgia de violência e histeria coletiva que resultou em cerca de 20 milhões de mortos.

Em um livro que acaba de publicar, *Le Parapluie de Simon Leys* (*o guarda-chuva de Simon Leys*), Pierre Boncenne descreve como, enquanto isso ocorria no gigante asiático, na França eminentes intelectuais, como Sartre, Simone de Beauvoir, Roland Barthes, Michel Foucault, Alain Peyrefitte e a equipe de colaboradores da revista *Tel Quel.* dirigida por Philippe Sollers, apresentavam "a revolução cultural" como um movimento purificador, que poria fim ao stalinismo, purgaria o comunismo da burocratização e do dogmatismo e instalaria a sociedade comunista livre e sem classes.

Um sinólogo belga chamado Pierre Ryckmans, que assinaria seus livros com o pseudônimo Simon Leys, até então desinteressado pela política – dedicou-se a estudar poetas e pintores chineses clássicos e a traduzir Confúcio –, horrorizado com o engodo em que sofisticados intelectuais franceses endeusavam o cataclismo que a China padecia sob a batuta do Grande

Timoneiro, decidiu enfrentar aquele grotesco malentendido e publicou uma série de ensaios – incluindo *Les Habits Neufs du Président Mao*, *Ombres Chinoises*, *Images Brisées*,*La Fôret en Feu* – revelando a verdade do que ocorria na China e enfrentando, com grande coragem e conhecimento direto do tema, o endeusamento que faziam da "revolução cultural", levados por uma mistura de frivolidade e ignorância, não isenta de certa estupidez, muitos ícones culturais da terra de Montaigne e Molière.

Os ataques de que Simon Leys foi alvo por atrever-se a ir contra a corrente e desafiar a moda ideológica reinante em boa parte do Ocidente, que Pierre Boncenne documenta em seu fascinante livro, dão vergonha alheia. Escritores de direita e de esquerda, nas páginas de publicações respeitáveis como *Le Nouvel Observateur* e *Le Monde*, cobriram-no de impropérios – entre os quais, obviamente, não faltou o de ser um agente e de trabalhar para os americanos –, e o que mais deve ter doído nele, por ser católico, foi que revistas franciscanas e lazaristas se negassem a publicar suas cartas e artigos explicando por que era uma ignomínia conservadores como Valéry Giscard d'Estaing e Jean d'Ormesson e progressistas como Jean-Luc Godard, Alain Badiou e Maria
Antonietta Macciocchi considerarem Mao o "gênio indiscutível do século vinte" e "o novo Prometeu". Nunca foi tão certa como naqueles anos a frase de Orwell: "O ataque consciente e deliberado contra a honestidade intelectual vem sobretudo dos próprios intelectuais". Poucos foram os intelectuais franceses daqueles anos que, como um JeanFrançois Rével, mantiveram a cabeça fria, defenderam Simon Leys e se negaram a participar daquela farsa que via a salvação da humanidade na barafunda genocida da revolução cultural chinesa.

A silhueta de Simon Leys que emerge do livro do Pierre Boncenne é a de um homem fundamentalmente decente, que, contra sua vocação primeira – a de um estudioso da grande tradição literária e artística da China, fascinado pelas lições de Confúcio –, se vê empurrado a mergulhar no debate político em que, por sua limpeza moral, deve enfrentar praticamente sozinho uma corrente coletiva encabeçada por eminências intelectuais, para dissipar um emaranhado de mentiras que os grandes malabaristas da correção política tinham transformado em axiomas irrefutáveis. Terminaria por sair vitorioso daquele combate desigual, e o mundo ocidental acabaria aceitando que a "revolução cultural", longe de ser o sobressalto libertador que devolveria ao socialismo a pureza ideológica e o apoio militante de todos os oprimidos, foi uma loucura coletiva, inspirada por um velho déspota que se valia dela para

se livrar dos adversários dentro do próprio partido comunista e consolidar seu poder absoluto.

Leys se atreveu a desafiar a moda ideológica que imperava em boa parte de Ocidente O que restou de tudo aquilo? Milhões de mortos, inocentes de toda índole sacrificados por jovens histéricos que viam inimigos do proletariado em toda parte, e uma China que, diametralmente oposta ao que queriam fazer dela os guardas vermelhos, é hoje uma sólida potência capitalista autoritária que levou o culto do dinheiro e do lucro a extremos vertiginosos.

O livro de Pierre Boncenne ajuda a entender por que a vida intelectual de nosso tempo foi empobrecendo e se afastando cada vez mais do resto da sociedade, sobre a qual agora quase não exerce influência, e que, confinada nos guetos universitários, monologa ou delira extraviando-se frequentemente em logomaquias pretensiosas desprovidas de raízes na problemática real, expulsas dessa história a que tantas vezes recorreram no passado para justificar alienações delirantes como esse fascínio pela "revolução cultural".

Uma cultura na que as ideias importam pouco condena a sociedade ao fim do espírito crítico

Não há motivo para se alegrar com o desprestígio dos intelectuais e sua escassa influência na vida contemporânea. Porque isso significou a desvalorização das ideias e de valores indispensáveis como os que estabelecem uma fronteira clara entre a verdade e a mentira, noções que hoje andam confundidas na vida política, cultural e artística, algo perigosíssimo, pois a derrocada das ideias e dos valores, aliada à revolução tecnológica de nosso tempo, faz da sociedade totalitária fantasiada por Orwell e Zamiatin uma realidade possível em nossos dias. Uma cultura em que as ideias importam pouco condena a sociedade ao desaparecimento do espírito crítico, essa vigilância permanente sobre o poder, sem a qual toda democracia corre o risco de desmoronar.

É preciso agradecer a Pierre Boncenne por ter escrito essa reabilitação de Simon Leys, exemplo de intelectual honesto que nunca perdeu a vontade de defender a verdade e diferenciá-la das mentiras capazes de distorcê-la ou aboli-la. Já no livro que dedicou a Revel, Boncenne tinha demonstrado seu rigor e sua lucidez, que agora confirma com seu último ensaio.

13
FRED DALLMAYR

PARA ALÉM DA DEMOCRACIA FUGIDIA: ALGUMAS REFLEXÕES MODERNAS E PÓS-MODERNAS*

A "democracia" tem em comum com outros conceitos políticos um traço marcante: é contestável. Ao longo da história ocidental, alastrou-se uma acirrada controvérsia sobre as virtudes e os defeitos da democracia, vista como o governo do povo. Não obstante, nos últimos séculos, essa controvérsia tem, com freqüência, se limitado a uma comparação entre regimes, ou seja, entre os méritos e deméritos relativos da democracia quando comparada à monarquia e à aristocracia. De acordo com uma tradição que remonta à Antigüidade, concluía-se que a democracia estava sofrendo diversos males que lhe são inerentes - incluindo volubilidade e demagogia -, tornando-se menos atraente que os regimes concorrentes. Em épocas mais recentes, essas restrições desapareceram quase por inteiro, e isso deu margem a sua aceitação nas sociedades em todo o mundo. Ainda assim, o reconhecimento de nenhuma forma eliminou a contestação, pelo contrário, quanto mais amplamente a democracia é enaltecida, mais forte é a controvérsia que envolve seu significado e suas características constitutivas. Durante um tempo, os principais contendores na tentativa de captar sua essência eram a "democracia liberal" e a "democracia popular", o primeiro a destacar os direitos individuais do cidadão; e o segundo, a soberania e a vontade popular absolutas. Com o desmoronamento da União Soviética, as proposições evoluíram novamente, embora sem diminuir a intensidade do debate; citando as idéias revolucionárias de Marx, os democratas liberais e os "republicanos cívicos" ficaram brigando pelo espólio - leia-se: o significado intrínseco - da democracia. Recentemente, a complexidade da competição foi ampliada pela chegada dos campeões "pósmodernos'" da democracia radical,

desentrincheirar (ou desconstruir) tanto as premissas individualistas como as coletivistas dos rivais do passado.

Nas páginas seguintes, pretendo complicar ainda mais a questão, especificamente ao trazer a contestação para o campo das vozes pósmodernistas e, de forma mais geral, daqueles que buscam uma alternativa aos modelos liberal-indivualista e republicano. Conforme enunciam alguns de seus proponentes, caminho para além dos modelos tradicionais parece conduzir a uma espécie de terra sem dono, um espaço democrático de ninguém *(demos),* ou seja, no sentido de uma "virtualização" completa da política. No caso de outros proponentes, o papel do povo é quase sufocado, numa profunda confusão das estruturas sociais, em camadas sobre camadas de "subsistemas" e de arenas públicas ou semi-públicas da vida social. Nesses e em outros conceitos correlatos, o povo ou o governo popular parece estar literalmente "em fuga", fugidio da política no sentido descrito por Sheldon Wolin em seu importante ensaio, "Fugitive Democracy". Como pergunta Wolin naquele texto, com sua habitual contundência, ”Por que a democracia [em nossa época] é reduzida, e até mesmo desvitalizada, pela forma? Porque sua presença é ocasional e fugaz?"[1]. Ao levar a indagação de Wolin, a discussão a seguir tenta abordar e desenredar alguns dilemas que afligem a democracia moderna e contemporânea. A discussão de primeira seção faz-se uma tentativa de esboçar (em grandes linhas) a evolução da democracia moderna, com atenção particular as suas variedades republicanas e liberal-individualistas. A segunda parte redireciona o enfoque para formulações mais recentes, ou seja, do fim da época moderna ou então da pós-moderna, formulações estas que de uma forma ou de outra buscam transcender ou escapar, dos enigmas que assolam as concepções modernistas. Após destrinchar e criticar algumas dessas recentes iniciativas, a seção de conclusão argumenta a favor de uma espécie distinta de abordagem do fim da época moderna ou pós-moderna que pode, experimentalmente, ser identificada como transgressiva ou "transformacional" e que, de muitas maneiras, deve-se aos ensinamentos de Wolin.

Nos livros-textos de filosofia política, a democracia costumeiramente apresentada como um tipo de regime político

justaposto a outros tipos de regime. Vista por esse ângulo tipológico, a democracia surge como uma categoria universal ou idéia transtemporal, como uma modalidade particular do que Claude Lefort chama de *mise-en-scène* (encenação) da política. O que essa visão negligencia é dimensão experiencial democracia, o fato ser inerente a lutas e a agonias concreto-temporais. Contrariamente ao que podem sugerir os livrostextos, a democracia não é apenas uma opção de regime dentre outras igualmente disponíveis em todos os momentos e lugares, mas mais propriamente constitui uma resposta a desafios e a aspirações históricos. Esse aspecto é evidente tanto na Antiguidade como nos tempos modernos. Como reconheceu Aristóteles, a democracia - ou o que ele chamou *polity* - não era uma característica invariável da vida ateniense, mas, na verdade, prosseguiu com insistência após longos períodos de governo monárquico e aristocrático. O mesmo pode-se dizer da procrastinada evolução da democracia em tempos modernos, que teve de passar pelo divisor de águas da gloriosa revolução na Inglaterra, as revoluções americana e francesa no final do século XVIII, e os muitos levantes revolucionários e semi-revolucionários que marcaram o crescimento da sociedade industrial no Ocidente ao longo dos últimos duzentos anos. Em grande medida, portanto, a democracia parece ininteligível se afastada de sua história e de sua realização contínua; em lugar de funcionar como uma idéia "nomenal", o autogoverno popular faz parte de uma narrativa - que pode ser contada na forma de uma "história" ou de um "conto" sobre democracia[2].

No presente contexto, dada a necessidade de ser breve, é possível apresentar apenas um esboço dessa história. Além disso, esse esboço deixará de lado a democracia na Antigüidade - por diversas razões, que dizem respeito a restrições importantes impostas ao autogoverno popular tanto em termos de qualificações para a cidadania como em termos de pressupostos metafísicos vigentes nas eras pré-modernas. A referência feita à metafísica serve desde já para nos alertar sobre a complexidade da história, isto é, deve-nos impedir de reduzir a história a uma simples seqüência linear de regimes. Visto do ângulo da modernidade, o desenvolvimento da democracia compreende mais que a mera substituição de um tipo de governo por

outro, da monarquia ou do absolutismo real pelo governo popular; a julgar segundo as palavras de Foucault; na "decapitação do rei" e na entronização final do povo parece estar em jogo mais do que uma transição linear como essa. O que parece é que o

conto da democracia moderna está enredado em - é até mesmo faz parte de - uma história maior, a qual traz em si implicações filosófico-metafísicas ou mesmo existenciais. Para colocar de outra forma: a história da transferência de poder - do rei e da aristocracia para o povo - está inserta, na era moderna, em uma história de diversas visões do mundo, de épocas de autoconhecimento humano (ou nos termos de Heidegger: épocas de "manifestação do ser"). Como sabemos, a gloriosa revolução na Inglaterra foi precedida do Renascentismo e de mudanças drásticas na conceitualização do mundo – mudanças relacionadas a nomes como Bacon, Descartes Thomas Hobbes. Esses pensadores, com auxílio de um enorme elenco de apoio, desferiram um golpe mortal na visão do mundo pré-moderna (platônico-aristotélica) que, de forma modificada, havia persistido na Idade Média*:* Descartes, ao ancorar a ação e o conhecimento humano no sujeito pensante (ou *cogito);* Bacon, ao interpretar a relação entre o sujeito e a natureza (extensão da matéria) como um projeto de domínio pela ciência; e Hobbes, ao conceitualizar a vida social e política como uma luta implacável de egos que culmina na instituição de um poder absoluto e soberano *(Leviathan).*[3]

Vista em retrospecto - como parte de uma história evolutiva da civilização -, a mudança na visão do mundo inaugurada pelo começo da modernidade foi pelo menos tão drástica - e talvez ain da mais - quanto o deslocamento paralelo ou subseqüente do poder real para o governo popular. Em muitos aspectos, pode-se dizer que a mudança anterior ofuscou e estruturou a seguinte. Como muitos historiadores do pensamento político mostraram, as visões do mundo platônico-aristotélicas da Antiguidade e da Idade Média não foram estruturadas da mesma maneira que a da era moderna; acima de tudo, não estavam fundamentadas nem "centradas" no sujeito humano, certamente não no sujeito volitivo e, portanto, não eram basicamente egocêntricas ou antropocêntricas. Talvez deva-se dizer que o modelo mais velho (pré-moderno) estava centrado ou estabilizado de uma forma diferente, a

saber: a colocar em primeiro plano um cosmos ordenado por força divina, pelo menos parcialmente acessível à percepção humana, e a pressupor uma intencionalidade ou teleologia divino-natural que impregna e orienta todos os seres vivos. Em termos de filosofia política, o poder público - incluindo-se aí o poder real, o aristocrático e o democrático - foi circunscrito ou domado em épocas anteriores e não apenas por contratos ou por regras procedimentais, mas por um objetivo ou *telos* substantivo que animava toda a vida política - um objetivo que Aristóteles formulou como a "boa vida". De fato, o modelo tradicional foi questionado e contestado já na Antigüidade por sofistas e por céticos e parcialmente solapados no final da Idade Média pela ascensão do nominalismo e do voluntarismo - uma ascensão que também afetou profundamente os conceitos do divino ao mudar a ênfase da sabedoria de Deus para o poder infinito de Deus[4]. Entretanto, o efetivo desmantelamento da antiga estrutura ocorreu durante o início da modernidade, com a substituição de um *telas* transumano por uma racionalidade e por uma vontade huma nas.

Visto por esse ângulo, Thomas Hobbes inevitavelmente desponta como paradigmático e, sob diversos aspectos, o mais consistente pensador político da modernidade. Curiosamente, a teoria de Hobbes juntou-se ou ficou em posição neutra em relação aos modelos políticos da modernidade - os modelos liberalindividualisla e republicano-coletivista. Em audaciosas pinceladas argumentativas, Hobbes derribou ou dissolveu o cosmos aristotélico em uma gama de assuntos de interesse e busca individual (isto é, de busca pelo poder) e, ao mesmo, insistiu no fato de esses egos só conseguirem encontrar segurança pública por meio do estabelecimento (contratual) de um "superego" todopoderoso, o qual representa toda a sociedade. Embora seja freqüentemente interpretado em um sentido de realeza, o *Leviathan,* de Hobbes, pode de fato ser visto como indiferente aos tipos de regimes. Ao minimizar as contendas monarquistas-antimonarquistas de sua época, o supererego postulado por ele pode ser atribuído, com a mesma plausibilidade, ao rei e ao corpo coletivo de cidadãos em uma democracia. No segundo caso, pode-se entender que o poder supremo está investido na vontade conjunta (ou "vontade geral") da coletividade, de maneira que agregue e sintetize os esforços

ou as vontades parciais dos cidadãos individuais - assim ao correlacionar a vontade-poder dos "microssujeitos" com a do "macrossujeito" do Estado. Nas palavras de Mark Roelofs, o radicalismo inovador de Hobbes baseava-se em seu "antropocentrismo consistente", manifesto na ênfase da "obstinação individual, epistemologia nominalista e teoria política como ideologia". Ele ainda acrescenta: "Para Hobbes - e para todos os modernistas depois dele -, o indivíduo é vontade, pura e simplesmente", enquanto a razão é "simplesmente a capacidade que a vontade tem de resolver problemas". Desinibido de qualquer "sentido de estação natural" ou "satisfação preordenada de busca pela essência", o sujeito hobbesiano "irrompeu pela Europa moderna e espalhou-se pelo mundo, a plantar urbanismo, industrialismo e capitalismo financeiro em toda parte."[5]

Como sabemos, o elo hobbesiano entre "microssujeitos" antagônicos e o "macrossujeito" posteriormente se desfez e deu lugar aos paradigmas concorrentes do liberalismo individualista (ou individualismo liberal) e ao populismo republicano (apesar do eventual cruzamento dos dois modelos). O mais eloqüente dos primeiros porta-vozes do individualismo liberal foi John Locke. Apesar de compartilhar com Hobbes a confiança na busca dos indivíduos (no "estado de natureza"), Locke procurou eliminar a necessidade do superego ou do poder soberano de Hobbes. Em outras palavras, embora tivesse aceito, em geral, as premissas modernistas de Hobbes, Locke tinha como objetivo evitar conclusões daquele, quando depositou sua confiança no governo parlamentar e na "regra de direito" (freqüentemente identificada com a regra da razão). Como parece evidente, entretanto, a regra da razão moderna - também chamada de "lei natural" moderna - perdeu essencialmente seus referenciais tradicionais. Despregada de uma teleologia abrangente, a regra de direito de Locke foi afinal ancorada - exatamente como o Estado hobbesiano - em um arranjo contratual, isto é, na racionalidade calculada e na vontade humana. Não é de admirar, portanto, que o "estado de direito" liberal moderno (*Rechtsstaat)* tenha sido sempre marcado por uma ambivalência precária, manifesta nas tendências conflitantes de investir no "direito" um superpoder hobbesiano ou,

então, permitir que a sociedade seja levada de volta à anomia (ou estado de natureza). A respeito desse ponto, Roelofs novamente faz alguns comentários inspirados. Ele escreve o seguinte:

"Deus (presciente, criativo, ordenador, amoroso) desapareceu e foi substituído pela 'natureza' (cega, muda, comum e apenas derradeiramente misteriosa). Da mesma maneira, desapareceu qualquer traço de uma hierarquia sustentada cos-mologicamente, qualquer 'Grandiosa Corrente do Ser' (...) o propósito de Hobbes era claramente o de limpar o Estado de tudo isso".

> Os sucessores de Hobbes não compartilhavam a convicção de que um soberano determinante e absoluto consideraria sempre de seu próprio interesse proteger os interesses de seus súditos. Diferentemente, eles optaram por depositar esse tipo de confiança na lei, interpretada e aplicada por um Judiciário independente, assim investindo na lei precisamente, embora secretamente, a soberania reverenciada, arbitrária e absoluta que Hobbes concedeu a seu soberano. Esse é um constitucionalismo distintamente moderno, a crença de que os homens podem, por meio de um pavor auto-infligido, engajar-se de forma pacífica num modelo de direito positivo.[6]

A outra linha de política moderna, que enfatiza o governo popular coletivo num sentido republicano forte, foi articulada principalmente por Rousseau que transferiu o poder absoluto do soberano de Hobbes para o povo, mais especificamente para a "vontade geral" do povo. Dessa maneira, o supremo superego do *Leviathan* agora emergiu como um superego generalizado ou coletivo, como o "macrossujeito" unificado, ancorando e estabilizando o governo democrático (embora Rousseau tenha conseguido, curiosamente, combinar a vontade coletiva a uma noção liberal do "estado de direito"). Nas palavras de Jürgen Habermas, "o conceito de *soberania popular* origina-se da apropriação e da reavaliação republicana da noção moderna inicial de soberania, do princípio associado ao governante absoluto." O segundo tema, que remonta a Jean Bodin e Hobbes, foi transportado por Rousseau "para a vontade do povo unido" que ele "fundiu com a idéia clássica do autogoverno de pessoas livres e iguais e incorporou

no conceito moderno de autonomia." Em termos de seus efeitos, a soberania popular era tão impressionante ou assustadora quanto *O Leviathan* de Hobbes - como de fato se tornou palpavelmente evidente ao longo da Revolução Francesa. Ao identificar-se como a vontade geral do povo, o Comitê de Jacobino de Segurança Pública declarou sem subterfúgios:

> Considerando-se que o povo francês já manifestou sua vontade, todos em posição contrária estão fora de sua soberania; todos fora da soberania são inimigos (...) Entre o povo e seus inimigos não há nada em comum, exceto a espada.

Como Jean Elshtain comenta, com sobriedade, a respeito dessa afirmação:

> Não há como recorrer à corte mais alta que o soberano, e se esse soberano estiver identificado com "o povo", e certas pessoas ou grupos tiverem sido declaradas não mais parte do povo, então eles, também, tornar-se-ão estrangeiros - pior até, inimigos.[7]

A história da democracia popular moderna (ou democracia do povo) não terminou, é claro, com Rousseau e a Revolução Francesa. Os dois séculos que se seguiram trouxeram muitas variações a respeito do tema da democracia do povo - variações que, com freqüência, aparecem como um mero polimento da fórmula do Comitê de Jacobino. Em meados do século passado, Karl Marx transferiu a "vontade geral" ou soberania popular, de Rousseau, para o proletariado e elegeu, assim, esse último como o novo superego ou identidade coletiva e como o motor determinante da mudança social revolucionária. [8] Do lado oposto do espectro político, a identidade coletiva estava cada vez mais ligada ou identificada com a "nação" *(la Nation)* ou o "Estado-nação", um passo estratégico que, de maneira

contínua, incentivou ou alimentou formas mais virulentas de nacionalismo ou chauvinismo. Todos esses desenvolvimentos culminaram em nosso século (XX) no surgimento de tipos drasticamente opostos de identidade coletiva ou superego soberano: fascismo e comunismo (ambos movimentos de massa que vieram a ser classificados, talvez precipitadamente, sob o rótulo comum de "totalitarismo"). O fascismo e o comunismo stalinista, Auschwitz e o Gulag, assim despontaram como rótulos abreviados que distinguiram as agonias de nossa época como patentes lembranças da "desumanidade do homem para com o homem" em um mundo ostensivamente civilizado. É preciso acrescentar o fato de, durante todo esse tempo, a soberania democrático- populista ter sido apaziguada, talvez até desviada, pelo constitucionalismo liberal, pelo legado processualista e pelo "estado de direito" *(Rechtsstaat)* de Locke - um legado que, precisamente como res posta ao totalitarismo, aprofundou sua própria inclinação pela anomia e pela autobusca individualista. Esta última tendência foi fortemente sustentada pela expansão do capitalismo corporativo e do liberalismo de mercado em todo o mundo, uma expansão tendente a reduzir a política e a vida pública a um complemento da empresa privada. Porém, não é preciso grande percepção para ver que esses mecanismos liberais contrários, embora estivessem contendo o perigo totalitário, eram o próprio embrião do paradigma moderno regido pelo interesse individual e pela lógica contratual

Até aqui, tratamos da história da democracia moderna (com a devida escusa pela brevidade da narrativa). Chegou a hora de deixar de "contar a história" e passar para uma avaliação mais construtiva do conto precedente e, ainda, para uma apreciação do que tem sido chamado de o "descontentamento com a democracia" na nossa época. [9] Na minha opinião, a tarefa da teoria democrática hoje é a de repensar ou reconceitualizar o governo popular de forma a fugir dos encantos da soberania ou da identidade coletiva (de direita e de esquerda) - e de fazê-lo *sem* invalidar ou se desviar do governo popular para privilegiar o mercado e o liberalismo de cooperação ou o neoliberalismo. A segunda cautela é particularmente importante no momento em que o liberalismo de cooperação reina quase incontestado como a ideologia dominante em escala global. Como nos

ensina a experiência tanto das sociedades ocidentais como das não-ocidentais, a influência ilimitada das forças do mercado global pode ter efeitos perniciosos para a classe trabalhadora e para as populações subalternas no mundo, as quais podem esmorecer as aspirações a qualquer forma de autogoverno democrático.10 Coloquemos a questão em termos precisamente mais teóricos: a tarefa da teorização democrática (em minha visão) é a de ir além do fascínio modernista com os "micro" e "macrossujeitos" autobuscadores e fazê-lo sem exacerbar ou aprofundar o "descontentamento com a democracia". O fato é que as últimas décadas testemunharam diversas iniciativas promissoras as quais apontavam, nessa direção, especialmente aquelas empreendidas por um grupo de pensadores freqüentemente rotulados de últimos ou "pós-modernos". Particularmente do campo pós-moderno, um ataque massivo foi lançado contra a metafísica moderna centrada no sujeito e, acima disso, contra o conceito de um "macrossujeito" que afirma englobar ou "totalizar" populações inteiras (violando os modos intrínsecos do "outro"). A questão que pode ser levantada, entretanto - e que permeia as páginas seguintes -, é se as iniciativas pósmodernas têm um potencial capacitador ou incapacitador da vida pública. Ou, em termos mais específicos, se a ênfase na não-comunalidade radical empurra a democracia para a aporia ou para um abismo.

Entre os principais pensadores políticos afinados com argumentos pósmodernos, o ataque ao "macrossujeito" populista foi iniciado por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe em seu importante estudo *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics* (de 1985). Laclau e Mouffe direcionaram suas críticas às agendas totalizantes da esquerda política e, nesse texto, questionaram o papel de uma identidade coletiva ou "essência" estável do povo, como funcionava no marxismo tradicional ou ortodoxo. Ao seguir uma trajetória modernista (hegeliana de esquerda), o marxismo ortodoxo - afirmavam eles - ainda dependia de uma grande narrativa ou meta-narrativa (no sentido dado por Lyotard), notadamente, de uma "aspiração monística" para captar "a essência e o sentido subjacente da História". No pensamento de Marx, essa aspiração veio à tona com a instalação do "proletariado" como o superego coletivo totalizando o futuro da sociedade e, em comemoração à "revolução",

como o resultado escatológico das lutas sociais. Em seu livro, Laclau e Mouffe trouxeram uma visão da história geral do desenvolvimento desses conceitos da época de Marx, passando pelas fases finais do revisionismo até a nossa época. Nos escritos de Kautsky e outros, a ortodoxia de Marx ainda era caracterizada por uma visão "essencialista" do conflito de classes e pela dependência de um agente social unificado (o proletariado) e um instrumento privilegiado de políticas (socialismo de Estado). O revisionismo modificou esse panorama ao permitir maior flexibilidade e uma intervenção política mais abrangente nos modos de produção. Entretanto, a primeira ruptura real com a ortodoxia ocorreu no trabalho de Antônio Gramsci, especialmente com sua elaboração da noção da hegemonia cultural e política. Ainda assim, apesar desses avanços, a perspectiva de Gramsci permaneceu circunscrita a aspectos essenciais, particularmente por sua tendência de atribuir o poder derradeiro de unificação a uma identidade de classe construída "ontologicamente". Para Laclau e Mouffe, o desafio de nossa época seria enfrentar com mais resolução tanto a "crise" da democracia quanto a do socialismo tradicional. Nas palavras deles:

> O que está agora em crise é toda uma concepção do socialismo que se baseia na centralidade ontológica da classe trabalhadora, no papel da Revolução (com "r" maiúsculo), como momento fundador na transição de um tipo de sociedade para outro e na possibilidade ilusória de uma vontade coletiva perfeitamente unitária e homogênea que irá tornar sem sentido o momento da política. O aspecto plural e multifacetado das lutas sociais contemporâneas finalmente dissolveu o último fundamento daquele imaginário político. [11]

A partir de um ângulo um tanto diferente (e com maior atenção às formas de esquerda e de direita do coletivismo), Claude Lefort fez uma tentativa de desenvolver uma conceituação da democracia para além dos limites modernistas de soberania e identidade coletiva. Em seu estudo *Democracy and Political Theory* (1988), Lefort introduziu a

importante distinção entre "polity" ou "o político" e "a política" - em que esta última se refere a estratégias manifestas e empíricas, enquanto a "polity" (ou o político) detona a matriz constitutiva, *quasi*-transcendental da vida política, isto é, o espaço público que permite o *mise-en-scène* (ou encenação) da política. De acordo com Lefort, no passado, os teoristas políticos reduziram com freqüência a "polity" à política, ou seja, a agentes e a eventos empíricos, ao mesmo tempo descuidando da encenação constitutiva da vida política. Suas mais fortes invectivas são dirigidas a construtos passados que, freqüentemente, substancializavam ou essencializavam o político a postular uma incorporação concreta do espaço público, particularmente a incorporação em figuras representativas, como reis, imperadores ou príncipes. Assim, ele ressalta, durante o *Ancien Regime,* o governo monárquico funcionava como uma representação holística (totalizadora) do político como tal, com a máxima soberania inscrita diretamente no corpo do rei (considerado o superego coletivo). A Revolução Francesa sinalizou uma ruptura abrupta com esse tipo de incorporação direta; entretanto, isso só ocorreu parcialmente ou potencialmente. De fato, os acontecimentos pós-revolucionários durante o último século levaram ao surgimento de regimes novos, chamados "democráticos", nos quais "o povo, a nação e o Estado assumem o *status* de categorias universais." Concepções dessa natureza, afirma Lefort, são o produto de uma regressão nostálgica, um esforço de recapturar e resubstancializar o espaço público. Em sua forma virulenta, essa regressão toma a forma do fundamentalismo e do totalitarismo político. Sob os auspícios totalitários, ele escreve a idéia da soberania popular repetidamente deu lugar à fantasia de uma "identidade [coletiva] substancial", a fantasia de "uma sociedade homogênea e autotransparente, de Um Só Povo". [12]

Em contraste com essa fantasia coletivista, Lefort esposa uma noção de democracia que é muito mais elusiva e, de certa forma, "descorporifícada". Na visão dele, a democracia genuína ou radical atesta um tipo "altamente específico" de encenação *(mise-en-scèné)* pública, de forma que "buscaríamos em vão os modelos no passado, ainda que não seja de todo desprovida de uma herança". A especificidade da democracia para Lefort reside em sua radical

remodelagem do poder soberano, notadamente sua mudança desse poder de um local de governo manifesto para um outro de ausência ou de presença vazia. "De todos os regimes que conhecemos," ele escreve, a democracia moderna é "a única que representou o poder de tal forma a mostrar que o poder é um local vazio, e que manteve uma lacuna entre o simbólico e o real." Sem incentivar a anarquia, o vazio do espaço democrático significa "que o poder [maior] não pertence a ninguém; que aqueles que exercitam o poder não o possuem; que de fato eles não o incorporam." Vista por esse ângulo, a democracia radical parece marcada por um tipo de incorporação ou de desincorporação, pela instituição de uma "sociedade sem corpo" que resiste a - ou desacredita de - qualquer "totalidade orgânica". Expresso diferentemente, desincorporação e despossessão (do poder) revelam a democracia como uma forma de encenação que não pressupõe "a existência de uma comunidade cujos membros se descobrem como sujeitos pelo próprio fato de serem membros", assim, apontando para uma sociedade "sem qualquer determinação positiva" e não-representável pela "figura de uma comunidade". Embora assim encerre ou transgrida as formas tradicionais de identidade pública, a democracia, para Lefort, também abrange uma descentralização da metafísica moderna, um distanciamento da segurança epistemológica e das garantias fundamentais.de crenças e ações. Como ele afirma, em um trecho instigante que ecoa em boa parte da literatura contemporânea ou pós-moderna,

> Em minha opinião, o aspecto importante é que a democracia é instituída e sustentada pela dissolução dos marcadores da certeza. Isso inaugura uma história em que as pessoas sentem uma indeterminação fundamental quanto às bases do poder, da lei e do conhecimento e quanto às bases das relações entre si próprios e o outro, em todos os níveis da vida social. [13]

Entre os pensadores contemporâneos continentais, freqüentemente rotulados de "pós-modernos", nenhum é mais intimamente associado à descentralização da subjetividade (tanto no nível micro como no macro) do que Jacques Derrida. De certa forma, o tema corre como um fio conector ao longo de seu *opus* em evolução. Em um de seus primeiros ensaios, datado de 1968, Derrida levantou

a questão do *status* e da possibilidade da antropologia filosófica, e, por conseguinte, do *status* e da possibilidade do "homem" (ser humano) como sujeito. Ao ponderar os eventos de clímax daquele ano, o ensaio nitidamente se distanciou da voga do humanismo existencialista (centrado no sujeito) que permeou a França nos anos pós-guerra, uma voga que deixou suas marcas em todas as linhas de pensamento. "O humanismo ou antropologismo, durante esse período," destacou Derrida, "era a base comum do existencialismo cristão ou ateísta, da filosofia de valores (espiritualista ou não), do personalismo de direita e de esquerda, e [mesmo] do marxismo no estilo clássico"; assim, o enfoque humanista no sujeito era "a base comum despercebida e incontestada do marxismo e do discurso social-democrata ou cristão-democrata." Embora protestasse contra as leituras estreitamente "antropologistas" (ou existencialistas) das filosofias de Hegel, Husserl e Heidegger, o ensaio aceitou a presença de características humanistas proeminentes nos respectivos trabalhos. Assim, no caso de Husserl, apesar de certas tendências transgressivas e transubjetivas, era ainda a "humanidade", no sentido de um "humanismo transcendental", que funcionava como o *telos* governante de sua fenomenologia. O caso de Heidegger era um pouco mais complicado em razão de seu esforço determinado de "superar" a metafísica e qualquer tipo de teleologia humanista. Entretanto, apesar desses movimentos "desconstrutivos", era possível detectar um "privilégio sutil, oculto, teimoso, que, como no caso de Hegel e Husserl, leva de volta à posição do *nós* [subjetividade plural] no discurso". Embora o *Dasein* de Heidegger possa não ter sido sinônimo de "o homem da metafísica," ainda assim a "atração magnética" do "próprio do homem" não deixou de permear seu *opus* em expansão. Nesse ponto, Derrida vira-se para Nietzsche como o pensador que oferece uma nova saída mais radical ao apontar para um verdadeiro "fim do homem". Lemos que o feitor de Nietzsche "queima seus textos e apaga os rastros de seus passos. Seu riso então explode, direcionado para uma volta que não mais terá a forma da repetição metafísica do humanismo. "14

Em trabalhos posteriores, Derrida transferiu firmemente a crítica do humanismo ao domínio político ou à arena da "encenação" pública; quase invariavelmente, o alvo dos esforços de desconstrução era a noção de um macrossujeito ou a subjetividade coletiva, isto é, a

premissa de um povo comum de alguma forma habitando um "nós" coletivo. Assim, embora aparentemente homenageando o legado marxista, seu texto, *Specters of Marx,* de muitas maneiras concedeu lugar de honra ao anticoletivismo radical de Max Stirner, à sua insistência na "imparidade" absoluta e à singularidade das vidas humanas. Dessa maneira, a ênfase dada por Marx à classe trabalhadora e à necessidade de uma luta de classes foi colocada em segundo plano ou descentrada, em troca, deu lugar a uma "virtualização" pós-moderna da luta política e da emancipação social (o que Derrida também chama de uma "espectropolítica"). 15 Uma trajetória semelhante foi seguida alguns anos depois em *Politics of Friendship.* Ao distanciar-se das retratações tradicionais que acentuavam um "vínculo" mútuo, o que estabeleceu um "nós", o estudo apresentou a amizade como uma relação remota (ou uma melhor não-relação) entre agentes incomensuráveis, completamente diferenciados tanto um do outro como de si próprios. Ao basear-se nesses pensadores do fim da era moderna (ou pós-modernos), como Nietzsche e Maurice Blanchot, Derrida salientou a natureza anti-humanista de seus escritos, o fato de eles preferirem "chamar o amigo por um nome que não é mais o de um vizinho, talvez não mais o de um homem"; no tratamento de Blanchot, em particular, a amizade requer um reconhecimento da "estranheza comum" dos parceiros, uma compreensão de que os amigos, "mesmo em momentos de maior familiaridade, mantêm sua infinita distância". Depois de extrair possíveis lições políticas desses mentores, o trabalho de Derrida cobria o horizonte daquilo que ele chamava de "uma outra política", uma política e uma democracia "por vir" que eliminaria por completo a noção de um "nós" compartilhado. Em suas palavras, a nova "política da amizade", que surge no limiar do humanismo, inaugura uma "comunidade de amigos solidários", isto é, uma "comunidade sem comunidade, uma amizade sem a comunidade dos amigos de solidão" ou, então, uma "comunidade anacoreta".16

Curiosamente, a crítica do humanismo (no sentido de micro e macrossujeitos) também recentemente tem se infiltrado _na posição de um pensador não suspeito de quaisquer afinidades pós-modernas: Jürgen Habermas. Ao desenvolver seu modelo de uma "democracia deliberativa" - supostamente a corrigir tanto os defeitos das variantes

liberais como os das republicanas - Habermas discorda das premissas humanistas (ou centradas no sujeito) existentes nessas duas concepções. Ele escreve que o modelo deliberativo "descarta todos aqueles motivos utilizados na filosofia da consciência" (leia-se: filosofia do sujeito) que poderiam levar a pessoa a atribuir o autogoverno popular a um "sujeito macrossocial" ou então a confiar em mecanismos de governo entre "sujeitos individuais concorrentes". Enquanto a primeira abordagem (republicana) vê os cidadãos como "um ator coletivo que reflete o todo", como um "sujeito em essência orientado para um objetivo", a segunda abordagem (liberal) apresenta os atores individuais como "variáveis dependentes, em processos de poder". Contrariamente, a demociacia deliberativa (ou discursiva) corresponde à "imagem de uma sociedade descentrada", sociedade esta que desistiu da "filosofia do sujeito". Ao refletir a alta complexidade que caracteriza a vida social moderna, o "eu" dos cidadãos nessa versão "desaparece nas formas de comunicação desprovidas de sujeito, que regulam o fluxo da opinião discursiva e a formação de vontade". Em lugar de invocar as prerrogativas de um *demos* soberano (visto como um superego coletivo), o modelo deposita sua confiança na institucionalização de "procedimentos e condições de comunicação" adequados. A complexidade do modelo é ainda aumentada pela diferenciação feita por Habermas entre a deliberação pública e as demandas "sistêmicas" da economia e do Estado - governados por padrões de eficiência -e o rebuliço de interesses e de opiniões pré-deliberativos que habita o mundo-vida social. Dada essa intrincada sobreposição de elementos, pode-se perguntar se não é apenas o "eu", mas a democracia como tal, que desaparece em intermináveis fluxos de comunicação e procedimentos anônimos.17

Embora sejam revigorantes, por apontar para além de dilemas modernistas, as iniciativas traçadas do fim do modernismo e do pós-modernismo estão repletas de questionamentos próprios - especialmente a tendência de radicalmente desagregar e, portanto, despojar o "povo" e, por conseguinte, "virtualizar" a política democrática. Esse efeito incapacitador (em potencial) foi recentemente alvo de duras críticas feitas por Richard Rorty. Ao visar tanto às obras de literatura em moda como aos pensadores continentais proeminentes, o trabalho intitulado *Achieving Our*

Country, de Rorty, denuncia a mudança entre intelectuais progressivos, os quais passaram de um engajamento humanista prático para uma posição distanciada de um espectador fatigado. Em lugar de ajudar a reconstruir a sociedade, intelectuais como esses caem, com freqüência, em desespero ou capricho utópico. "Aqueles que acham Foucault e Heidegger convincentes," ele escreve, freqüentemente vêem a sociedade em termos escatológicos - "como algo que precisamos esperar que seja substituído, o mais rápido possível, por outra completamente diferente", por uma política totalmente nova. Nesse panorama, algumas palavras-chave de destaque são abismo, diversidade radical e inefabilidade. Dessa forma, "ouvimos uma e outra vez" que Lacan mostrou ser o desejo humano "inerentemente insatisfazível"; que Derrida demonstrou ser o significado "indeterminável", e que Lyotard provou ser a "comensurabilidade entre oprimidos e opressores impossível". Ocorre que Rorty partilha com pensadores pós-modernos o desgosto pela metafísica modernista e pelo racionalismo do Iluminismo. Entretanto, ele acredita que esse desgosto é inteiramente compatível com um pragmatismo humanista (seguindo Dewey) - algo que os pós-modernistas parecem ser totalmente incapazes de compreender. Na medida em que eles recomendam a retirada, Rorty resume sua denúncia,

> a visão desses escritores deve ser relegada à vida privada e não utilizada como para a deliberação política. A noção de "infinita responsabilidade", formulada por Emmanuel Levinas e às vezes usada por Derrida - bem como as próprias freqüentes descobertas de Derrida da impossibilidade, inalcançabilidade e irrepresentabilidade - pode ser útil para alguns de nós em nossas vidas individuais para alcançar a perfeição particular. Quando assumimos nossas responsabilidades públicas, entretanto, o infinito e o irrepresentável são meros incômodos. Pensar a respeito de nossas responsabilidades nesses termos é na mesma proporção, um obstáculo para

a organização política eficaz, quanto o é o sentido do pecado[18].

O que me parece é que os democratas podem, de fato, simpatizar com a indicação de Rorty, ainda que seu próprio remédio - recorrer a um pragmatismo não reconstruído - pareça dúbio (e talvez caloso). Como indicado anteriormente, o destaque à distância e à não - comunidade é problemático em qualquer momento, mas especialmente em uma era globalmente regida pelo liberalismo corporativo - uma ideologia intrinsecamente voltada para desagregar pessoas. Expostas às excentricidades do mercado global, as pessoas comuns (ou subalternas) não podem, de maneira legítima, ter negado seu direito de atuar como *demos* para resistir à exploração. O segundo ponto é, de fato, reconhecido pela maioria dos escritores pós-modernos. Embora denuncie de forma enérgica os perigos do coletivismo, Lefort não está nem um pouco disposto a abraçar a contrapanacéia do individualismo liberal. Tratar o governo popular ou "o povo" meramente como uma ficção ou "pura ilusão, como o pensamento liberal nos incentiva a fazer," ele escreve, "é negar a própria noção da sociedade [política], apagar tanto a questão da soberania como a do significado da instituição, que estão sempre atados à questão básica da legitimidade do que existe". A dificuldade de compreender a democracia como um regime reside em seu *status,* tanto efetivo como oculto (isto é, na presença ausente do povo). Quando o governo popular estiver inteiramente apagado, o poder capacitador da "encenação" democrática desaparece e dá espaço em seu lugar para supostos interesses individual empíricos. Nesse ponto, um "conflito *de facto*" começa a imbuir-se na sociedade por uma veia *quasi*-hobbesiana e a referência metafórica a um "lugar vazio" leva à "insuportável imagem de um vazio real". Para Lefort, pouco se ganha (e muito se perde) com o ato de substituir a ficção da "unidade em si mesma" pela da "diversidade em si mesma"; em ambos os casos, um engajamento prático no palco público sucumbe a uma metafísica estática[19].

É possível encontrar considerações semelhantes em *Hegemony and Socialist Strategy.* Embora críticos das formas "totalizadoras" de

fechamento, Laclau e Mouffe aqui, não optam simplesmente por uma fragmentação ou por um antagonismo absoluto de interesses individuais. Conquanto desaprovassem o universalismo, pela cumplicidade com os desenhos coletivistas, o remédio para eles não é o particularismo, com sua tendência de "essencializar" unidades separadas. Como eles escrevem, não há benefício em "passar de um essencialismo da totalidade para um essencialismo dos elementos" - apesar de a aparente atratividade desse movimento em nossa era. Em lugar de seguir essa tendência, o estudo vê a necessidade de reformular o "individualismo burguês", isto é, de repensar a noção do agente individual a seguir uma visão não mais subserviente à "matriz do individualismo possessivo". Em um trabalho mais recente, Chantal Mouffe protesta ainda mais convicta contra a (errada) identificação das iniciativas teóricas pós-modernas, com uma recuada do engajamento político ou com um deslize para o capricho particular. Ao responder em parte a Rorty, ela interpreta sua própria colaboração com Laclau não como um exercício apolítico, mas precisamente como uma ação voltada para uma "política democrática radical". Em sua própria leitura, *Hegemony and Socialist Strategy* deveria inaugurar um novo "imaginário" político, um que fale à "tradição das grandes lutas emancipatórias" dos tempos modernos. A trajetória traçada poderia ser definida como "moderna e pós-moderna", em que o "projeto não realizado da modernidade" seguiu ativa e politicamente, enquanto deixou de se prender às premissas metafísicas desse projeto (como Habermas ainda costuma fazer). A crítica a essas premissas não significa um abandono das aspirações humanistas modernas, especialmente a de "conquistar a igualdade e a liberdade para todos", mas implica repensar a subjetividade (nos níveis micro e macro). Nas palavras de Mouffe:

> É indispensável desenvolver uma teoria do sujeito como um agente descentralizado, destotalizado, um sujeito construído no ponto de interseção de uma multiplicidade de posições de sujeitos, entre as quais não existe uma relação a *priori* ou necessária ... o que surge são perspectivas inteiramente novas para a atuação política que nem o liberalismo, com sua idéia

> do individual que apenas busca seu próprio interesse, nem o marxismo, com sua redução de todas as posições do sujeito à da classe, pode sancionar, e muito menos imaginar[20].

Parece-me que a visão de Mouffe sobre democracia radical tem muito a recomendá-la - desde que seja compreendida ou interpretada adequadamente. O mérito do pós-modernismo - ela argumenta corretamente - está em sua crítica da "subjetividade" moderna, isto é, em sua insistência em descentralizar ou desconstruir o ego moderno (cartesiano), incluindo o superego coletivo. Entretanto, essa desconstrução não deve ser equacionada com uma simples anulação da ação humana, especialmente a ação "do povo" - uma anulação que deixaria a democracia se render aos caprichos do mercado ou, então, às ideologias "libertárias" extremas, para as quais qualquer concepção de um "nós" é anátema. Muito (e talvez tudo) depende, então, do tipo de descentralização contemplada pelos defensores da democracia radical ao seguir as linhas moderna/pós-moderna. Em minha própria visão, a verdadeira descentralização só pode ocorrer quando o eu ou o agente humano fica exposto a um "outro" ou a "outros", a quem questiona e por quem, em troca, é questionado. Como bem se sabe, o tema da diversidade ou alteridade é proeminente na literatura pósmoderna; porém, sua importância é freqüentemente reduzida quando o "outro" é estilizado como uma cifra puramente abstrata ou um invólucro vazio. Assim que o encontro com a diversidade é

concretizado e percebido como um modo de "negação concreta", a descentralização do eu ou da identidade do ego não pode permanecer como um jogo retórico e divertido, mas assume os contornos da autotransformação, isto é, do árduo trabalho de auto-superação e autotranscendência. Visto sob essa luz, poderia se dizer o seguinte a respeito da democracia radical ou moderna/pós-moderna: o "povo" convocado ao autogoverno popular - na frase de Lincoln: "o governo do povo, pelo povo e para o povo" - não é uma identidade fixa ou estática, mas sim o emblema da autotransformação e do amadurecimento, da aspiração ao autogoverno que continua sempre sendo uma tarefa e um desafio.

A visão da democracia como uma autotransformação contínua tem implicações importantes, essencialmente em dois aspectos: primeiro, em relação à ética ou à relação da ética e da política; e, segundo, em relação ao papel e ao significado do multiculturalismo. Semelhante à noção de democracia anteriormente traçada, a ética está intimamente ligada à descentralização do ego e à superação do estreito interesse individual. Todos os grandes professores éticos do passado - de Aristóteles e Confúcio a Hegel - destacaram a necessidade de autotranscendência e de transformação, isto é, a necessidade de experimentar o trabalho sustentado do amadurecimento formativo ou *paideia* que leva a um tipo de "virada" (ou *periagoge).* Todas - ou a maioria - as grandes religiões do mundo enfatizam um tipo semelhante de processo transformativo. Em seu próprio idioma, Gandhi falava do desejo de "reduzir-se a zero" para poder servir adequadamente aos outros - em que a "redução a zero" certamente não significa auto-anulação ou auto-aniquilação, mas sim uma recanalização de energias humanas em direção ao bem público, uma recanalização que requer o cultivo de disposições (ou virtudes) morais. O que importa notar é que a reconexão da ética e da política, especialmente da política democrática, desafia as premissas centrais da antropologia moderna (filosófica), particularmente a concepção hobbesiana de uma "natureza humana" basicamente combativa e agressivamente autobuscadora. Ao seguir Hobbes, os pensadores modernos quase invariavelmente atribuíram aos seres humanos uma identidade fixa ou natureza substantiva e afirmaram que os humanos "por natureza" são isso e aquilo e dotados "por natureza" de várias

capacidades - uma afirmação que ignora o papel da canalização formativa. Vista com esse pano de fundo, a ênfase dada por pensadores recentes (pós-modernos) à descentralização apropriadamente traz em questão as premissas antropocêntricas e egocêntricas - que reverberam amplamente em camadas dominantes da ideologia liberal. Nessa medida, as recentes formulações da democracia, como um processo descentraliza dor e formativo, revelam um significado ético e metafísico mais profundo e reconecta essas formulações - talvez surpreendentemente - com tradições mais antigas do pensamento político[21].

A segunda implicação - relativa ao multiculturalismo - é de igual importância e seu significado ainda deve aumentar com o passar do tempo. Como sabemos, muitas sociedades democráticas hoje já são multiculturais; mas o *momentum* contínuo da globalização poderá aprofundar e multiplicar as interações culturais, étnicas e religiosas, tanto ao nível doméstico como ao global. Se - interpretada em linhas modernas/pós-modernas - a democracia significa um processo de aprendizado transformativo, então o multiculturalismo constitui uma pedagogia popular ou *paideia par excellence.* Como já foi dito, o aprendizado democrático envolve uma contínua transformação da autodefinição do povo e sua descentralização em resposta às demandas da "diversidade". Esse outro - ou não-eu - entretanto, é essencialmente representado por outras tradições culturais e religiosas, por modos de vida que são significantemente diferentes da visão de mundo herdada (embora não sejam incomensuráveis entre si). Nesse sentido, a teoria política recente - novamente em parte sob a influência do pós-modernismo - avançou na noção inovadora de uma "política de diferença", em que a diferença não significa nem a fragmentação aleatória nem um agrupamento de "naturezas" fixas ou identidades coletivas. Entre outros, íris Marion Young articulou, de forma eloqüente, essa concepção, especialmente em seu livro *Justice and the Politics of Difference.* Como Young enfatiza, o reconhecimento de diferenças culturais ou de grupo não pode ser confundido com uma volta às hierarquias sociais ou então com um deslize nos preconceitos culturais individuais. Da situação vantajosa da democracia radical, a política multicultural rejeita inteiramente a atração de "essencializar" grupos culturais ou éticos, ou de lhes dotar

de traços invariáveis - e ao mesmo tempo reconhece sua legítima diferença e recusa-se a esmagá-los em uma suave uniformidade, em um gesto agressivo de apropriação. Uma concepção semelhante foi seguida por Charles Taylor em suas reflexões sobre a tensão entre o globalismo e uma política de reconhecimento" multicultural. Ao tomá-la sozinha, de acordo com Taylor, a política de uniformidade ou padronização global é claramente deficiente em razão de seu desrespeito pela - e seus efeitos repressivos na - distintividade ou "valor" cultural. Ao afastar tanto o globalismo como as estruturas de identidade fixa, ele opta pelo caminho do diálogo e do compromisso mútuo entre distintas trajetórias (um caminho afastado do relativismo moral). "Incontestavelmente", ele escreve, "cada vez mais sociedades hoje estão se tornando multiculturais, no sentido de incluir mais de uma comunidade cultural que quer sobreviver." Nesse cenário, a rigidez do liberalismo modernista "pode rapidamente ficar impraticável no mundo de amanhã.[22]

Na opinião acertada de Taylor, a política do multiculturalismo requer a vontade de passar por uma experiência de aprendizagem, isto é, disposição para sustentar a labuta de autotransformação e de transcendência. Vista por esse enfoque vantajoso, a democracia radical e plural demanda tanto a afirmação como a negação da função democrática sem autocontradição (segundo o famoso lema de Sartre de que "o para si mesmo não é o que é e é o que não é"). Para contrariar a exploração ou dominação, o povo, *(demos)* legitimamente exerce a função política de modo habilitador ou capacita-dor - ao mesmo tempo que sucumbe ao criticismo desconstrutivo quando afirma "ser" ou "incorporar" o poder público e, portanto, ter o direito de "fazê-lo prevalecer" sobre outros (indivíduos ou grupos dissidentes). Essa visão apresenta a democracia como um regime difícil e tensivo; mas também a salva de ser uma quimera vazia ou "fugaz". A dificuldade, bem como a promessa de uma democracia plural, foi destacada por íris Young em um ensaio mais recente que sublinha a qualidade transformativa ou não-estática do autogoverno popular. Como ela observa, o significado do autogoverno na democracia não é uma premissa dada, mas demanda um complexo processo de aprendizagem o qual envolve a autoformação e a transformação dos participantes. Ao repetir as idéias de Taylor, essa aprendizagem

prossegue por meio de um engajamento dialógico concreto, em que os agentes se abrem para desafios de formas autotransgressivas, enquanto, simultaneamente, honram os limites do consenso homogeneizador, isto é, a irremediável "diversidade de outros". O que ocorre no aprendizado democrático, escreve Young, é a compreensão de que a perspectiva do outro não pode simplesmente "ser assimilada para si próprio". Assim, a afirmação correta do autogoverno democrático também preserva uma furtividade intrínseca: a conscientização de que "as perspectivas estão além umas das outras" e não podem ser reduzidas a uma fórmula unitária.

Esses comentários levam-me de volta ao ponto inicial destas páginas: a reclamação de Sheldon Wolin sobre a natureza fugidia da democracia contemporânea, o impasse de estar no cerco ou "correndo" de todos os tipos de forças desagregadoras ou incapacitadoras. Em seu esforço para demonstrar um caminho alternativo, mais promissor para a democracia, Wolin também enfatiza a qualidade transformativa do empreendimento democrático, sua radicação nas experiências concretas de sofrimento, exploração e dominação. O que é crucial sobre a democracia, ele escreve, não é sua estrutura governamental, mas "como ela é experienciada"; pois a História mostra que "as revoluções ativam o *demos* e destroem as fronteiras que impedem o acesso à experiência política". Em contraste com fascínio moderno pelo "Estado" e pelo controle estatal, no relato de Wolin, a democracia precisa ser

> reconcebida como algo que não uma forma de governo: como um modo de ser condicionado por uma amarga experiência, fadado a prosperar apenas temporariamente, mas que é uma possibilidade recorrente enquanto sobreviver a memória da política.

À luz disso, o autogoverno popular é frágil, mas não é uma mera ilusão. A possibilidade de renovação democrática, defende Wolin, não é fictícia – baseiase em um "simples fato", notadamente, de "que os indivíduos ordinários são capazes de criar novos padrões culturais de

comunidade a qualquer momento." Ao reclamarem seu potencial democrático de função, as pessoas ordinárias são habilitadas a "renovar o político", ao contestar "as formas de poder desigual que a liberdade e a igualdade democrática tornaram possíveis". Quando enfoca a experiência das pessoas comuns, o argumento de Wolin (em minha opinião) ecoa com a insistência de Merleau-Ponty sobre a necessidade de ver a política, especialmente a política democrática, "do chão para cima" ou de uma perspectiva do povo comum. Como Merleau-Ponty afirmou, refletindo particularmente sobre as práticas da democracia liberal:

> Qualquer que seja a posição filosófica ou mesmo teológica de alguém, uma sociedade não é o templo dos valoresídolos que figuram na frente de seus monumentos ou em seus documentos constitucionais; o valor de uma sociedade é o valor que ela confere às relações humanas (...) Para compreender e julgar uma sociedade, é preciso penetrar em sua estrutura básica até o elo humano sobre o qual está construída; isso inegavelmente depende de relações legais, mas também de formas de trabalho, modos de amar. viver e morrer. [23]

14
GUSTAVO FRANCO

SHAKESPEARE E O IMPEACHMENT
AS SEMELHANÇAS ENTRE A OBRA DO DRAMATURGO E A CRISE POLÍTICA

Por todo o mundo, registram-se comemorações pelos 400 anos da morte de William Shakespeare, completados ontem, 23 de abril, e não pode haver outro tema nesses eventos que a atualidade dessa obra, uma espécie de “escritura secular”, particularmente completa quando se trata de intrigas, maquinações,

virtudes e desatinos dos homens públicos. Nesta empolgação, diz-se que os enredos políticos do noticiário não passam de variações empobrecidas sobre um vernáculo catalogado há séculos. Será mesmo? Vamos, então, a um teste bem difícil: o que há sobre impeachment nas 38 peças de Shakespeare? Pois bem, há uma peça que Antonio Cândido designou como a "tragédia do destronamento", e que parece feita para nós. "Ricardo II", escrita em 1595, oferece um retrato inacreditavelmente fiel da nossa crise e da ruína da presidência Dilma Rousseff, acredite se quiser. "Ricardo II" foi a primeira de uma série de quatro peças históricas em sequência que cobriam o reinado do verdadeiro Ricardo II até o de Henrique V (1377 até 1422). Shakespeare escrevia dois séculos depois, numa época difícil, face às tensões em torno da rainha Elizabeth I, sempre muito questionada, e às voltas com conspirações. O regime era absolutista e seu fundamento era o Direito Divino, sob o qual não cabia nenhum questionamento sobre as ações do rei, ainda que manifestamente idiota ou mesmo quando violavam a lei. Quem haveria de julgar um rei ungido por Deus?

A tragédia de Ricardo II começa com um escândalo, não em uma empresa de petróleo, mas um assassinato, e uma controvérsia sobre os culpados. Logo ficamos sabendo que o próprio rei foi o mandante, e a discussão se dava entre dois nobres: o assassino de fato e o primo do rei, de nome Henrique de Bolingbroke, um sucessor natural do rei.

A gestão política desta crise foi uma coleção de erros e vacilações, quase um almanaque sobre o que não deve fazer um rei nessas situações, conforme o figurino de Maquiavel, cuja obra Shakespeare havia acabado de conhecer e abraçar.

O rei primeiro determinou que a controvérsia se resolvesse num duelo, mas depois mudou de ideia e determinou o banimento dos dois, sendo que Bolingbroke apenas por seis anos. O mundo político ficou sobressaltado com esta solução. Instaurou-se a incerteza. Sabia-se que o rei havia violado a lei, e ordenado o assassinato. Tudo é muito fácil, do ponto de vista dramático, quando o rei é acintosamente maligno, como Macbeth, Ricardo III, Claudio e tanto outros extraordinários vilões da galeria shakespeariana. O problema aqui era que Ricardo II era "um homem honrado", no exato sentido em que esta linguagem foi utilizada por Marco Antonio, para se referir a Brutus, em seu elogio fúnebre a Júlio Cesar, do que resultou atiçar o povo contra os conspiradores. Foi com essas mesmas palavras que FHC se referiu a Dilma Rousseff, no exterior, quando perguntado sobre ela. Como se dá o

destronamento de um “homem honrado” como Ricardo, culpado de assassinato, mas que apenas se expressa em poesia?

Os críticos identificam três eixos para o fenômeno que se designa como “perda de realeza” pelo qual, no universo de Shakespeare, e nessa peça em particular, o homem se separa da função e o rei se autodestrói.

Em primeiro lugar, o rei era um esbanjador irresponsável e havia levado a Inglaterra à bancarrota com guerras caras e tolas, e com impostos excessivos. Numa cena que se tornou clássica, os jardineiros do palácio são os que melhor definem as "pedaladas" reais, comparando a Inglaterra a um jardim malcuidado, repleto de excessos e ervas daninhas.

Em segundo lugar, há uma impressionante sucessão de pequenos ridículos, imaturidades e hesitações do rei, todas revelando um temperamento muito difícil, não explosivo e com dificuldades com o idioma, como Dilma, mas evasivo, ausente, lírico, excessivamente auto referenciado. O rei só ouve bajuladores, vive isento das exigências da realidade, aprisionado em sua própria poesia, “incapaz de distinguir a manipulação de coisas e palavras”, como explica Harold Bloom.

E, para culminar, o rei perpetra um outro desrespeito à lei, considerado mais petulante e inaceitável que o escândalo que inicia o drama: o rei determina o confisco das terras e bens da família de Bolingbroke. A interpretação do mundo político foi a de que o rei estava subvertendo a ordem, pois estava atacando as mesmas leis que estabeleciam o seu direito ao trono.

O drama se sucede de forma linear a partir desses três eixos, e Ricardo parece sucumbir sozinho à realidade de sua inadequação à posição de rei, mas estranhamente seduzido pela ideia que seu Direito Divino estava sendo golpeado e que um exército de anjos ia descer dos céus para salvar sua coroa. Barbara Heliodora o descreve como “um egocêntrico incapaz de se concentrar objetivamente nos problemas que lhe são apresentados” e enxerga uma “alta dose de prazer masoquista” no “gozo que o personagem sente em se ver no papel de vítima”.

Enquanto o rei ia murchando, Bolingbroke apenas insiste que lhe sejam devolvidas as terras confiscadas, o que Ricardo interpreta como “golpe”. Os nobres reconhecem a legitimidade do pleito de Bolingbroke, pois queriam evitar a insegurança jurídica, e, habilmente, Bolingbroke não revela sua

pretensão ao trono. Emerge muita clara a tensão da época entre o governante ungido e flagrantemente inepto e o pretendente bem preparado, porém, tecnicamente, usurpador.

Bolingbroke não avança sobre o trono, ou se o faz é com imenso comedimento, apenas comparável ao estranho conforto que o rei encontra em dramatizar o seu próprio fracasso. Barbara Heliodora observa que Henrique de Bolingbroke "chega ao trono sem que Shakespeare lhe dê um só monólogo". Esse personagem é apenas ação, embora tudo lhe venha por gravidade. O destronamento se torna praticamente uma renúncia, e o rei nem mesmo se opõe a uma cerimônia de abdicação que fazia a transição um ato voluntário. O rei cresce como personagem, e como poeta, embora de forma inútil e centrada unicamente nas indignidades que diz sofrer. Quanto mais lírico, mais clara sua inaptidão para o cargo, ainda mais diante de seu sucessor, um político profissional. Bolingbroke se torna Henrique IV, manda matar Ricardo, e promete uma Cruzada na Terra Santa para expiar o delito, promessa jamais cumprida. Qual a lição?

Ricardo morreu afirmando que foi golpe, estranhamente confortado com esta versão de seu fracasso. No conceito absolutista, não há dúvida de que Bolingbroke era usurpador, mesmo contando com apoio de todos. O poder não emanava do povo nesses tempos. Hoje não temos mais um rei, mas três poderes, tudo diferente, exceto pelo fato de que Dilma Rousseff reedita Ricardo II de tantas maneiras que sua agonia parece ainda mais falsificada e infinitamente mais tosca.

15
JORGE LUIZ BORGES

HISTÓRIA DA ETERNIDADE

Cap. 1 – História da Eternidade

Naquela passagem das *Enéadas* que pretendo interrogar e definir a natueza do tempo, afirma-se que é indispensável conhecer previamente a eternidade, que –como todos sabem- é seu modelo arquétipo. Essa advertência preliminar, tanto mais grave se a consideramos sincera, parece aniquilar toda esperança de nos entendermos com o homem que a escreveu. O tempo é um problema para nós, um terrível e exigente problema, talvez o mais vital da

metafísica; a eternidade, um jogo ou uma cansada esperança. Lemos no *Timeu* de Platão que o tempo é uma imagem móvel da eternidade; e isso é apenas um acorde que a ninguém distrai da convicção de ser a eternidade imagem feita de substância de tempo. Essa imagem, essa palavra toca enriquecida pelas discórdias humanas, é o que me proponho historiar.

Invertendo o método de Plotino (única maneira de aproveitá-lo) começarei por lembrar as obscuridades inerente ao tempo: mistério metafísico, natural, que deve preceder a eternidade, que é filha dos homens. Uma dessas obscuridades, não a mais árdua nem a menos bela, é a que nos impede de precisar a direção do tempo. Que flui do passado para o futuro é a crença comum, mas não mais ilógica é a contrária, aquela que Miguel de Unamuno gravou em verso espanhol:

Noturno , o rio das
horas flui De seu
manancial , que é o
amanhã Eterno...

Ambas são igualmente verossímeis – e igualmente inverificáveis. Bradley nega as duas e adianta uma hipótese pessoal: excluir o futuro que é uma simples construção de nossas esperanças , e reduzir o "atual" `a agonia do momento presente desintegrando-se no passado. Essa regressão temporal costuma corresponder aos estados de declínio ou insipidez, ao passo que qualquer intensidade nos parece caminhar para o futuro... Bradley nega o futuro; uma das escolas filosóficas da Índia nega o presente, por considerá-lo inapreensível. *Ou a laranja está prestes a cair do galho, ou já está no chão*, afirmam esses simplificadores estranhos. *Ninguém a vê cair.*

O tempo propõe outras dificuldades. Uma, talvez a maior, a de sincronizar o tempo individual de cada pessoa com o tempo geral das matemáticas, foi fartamente apregoado pelo recente alarma relativista e todos a recordam – ou lembram tê-la recordado até bem pouco tempo.(Eu a recupero assim, deformando-a:Se o tempo é um processo mental, como podem milhares de homens, ou dois homens diferentes, compartilhá-lo?) Outra é a destinada pelos eleatas a refutar o movimento. Pode ser compreendida nestas palavras: *É impossível que em oitocentos anos de tempo transcorra um prazo de quatorze minutos, porque é obrigatório que antes hajam passados sete, e antes de sete, três minutos e meio, e antes de três e meio, um minuto e três quartos, e assim infinitamente, de modo que os quatorze minutos nunca se*

completam. Russel rebate esse argumento, afirmando a realidade e mesmo vulgaridade dos números infinitos que, entretanto, se dão de um só vez, por definição, não como termo "final" de um processo enumerativo sem fim. Esses algarismos anormais de Russel são uma boa antecipação da eternidade, que tampouco se deixa definir pela enumeração de suas partes.

Nenhuma das várias eternidades que os homens planejaram – a do nominalismo, a de Ieneu, a de Platão – é uma agregação mecânica do passado do presente e do futuro. É uma coisa mais simples e mais mágica: é a simultaneidade desses tempos. A linguagem comum e aquele dicionário assombroso *dont chaque édition fait regretter la précédent,* parecem ignorá-lo, mas os metafísicos a pensaram assim. *Os objetos da alma são sucessivos, agora Sócrates e depois um cavalo* – leio no quinto livro da *Enéadas* – *sempre uma coisa isolada que se concebe e milhares que se perdem; mas a Inteligência Divina abarca de uma só vez todas as coisas. O passado está em seu presente, assim como também no futuro. Nada transcorre neste mundo no qual persistem todas as coisas, quietas na felicidade de sua condição.*

Passo a considerar essa eternidade , da qual derivaram as subseqüentes . É verdade que Platão não a inaugura – num livro especial fala dos "antigos e sagrados filósofos" que o precederam – mas amplia e resume com esplendor tudo o que imaginaram os anteriores. Deussen o compara ao ocaso: luz apaixonada e final. Todas as concepções gregas de eternidade convergem em seus livros , ora rechaçadas, ora tragicamente adornadas. Por isso faço preceder a Ireneu, que ordena a segunda eternidade: a coroada pelas tr~es pessoas, distintas mas inextricáveis.

Diz Plotino com notório fervor: *Toda coisa no céu inteligível também é céu, e ali a terra é céu, como também os animais, as plantas, os homens e o mar. Têm por espetáculo um mundo que não foi gerado. Cada um se vê nos outros. Não há nesse reino coisa que não seja diáfana. Nada é impenetrável, nada é opaco e a luz encontra a luz. Todos estão em toda parte, e tudo é tudo. Cada coisa é todas as coisas. O sol é todas as estrelas , e cada estrela é todas as estrelas e o sol. Ninguém caminha ali como sobre um terra estranha.* Esse universo unânime, essa apoteose da assimilação e do intercâmbio, não é contudo a eternidade; é um céu limítrofe, não inteiramente emancipado do número e do espaço. Esta passagem do quinto livro quer exortar à contemplação da eternidade, ao mundo das formas universais: *Que os homens a quem maravilha este mundo – sua capacidade, sua beleza , a ordem de seu movimento contínuo, os deuses manifestos ou invisíveis que o percorrem, os*

demônios, árvores e animais – elevem o pensamento a essa Realidade, da qual tudo isto é cópia. Verão aí as formas inteligíveis, não de eternidade concedida mas eternas, e verão também a seu comandante, a Inteligência pura, e a Sabedoria inalcançável e a idade genuína de Cronos, cujo nome é Plenitude. Todas as coisas imortais estão nele , cada intelecto, cada deus e cada alma. Todos os lugares lhe são presente; onde ia? Está feliz, para que provar mudança e vicissitude? E essa felicidade não é coisa adquirida, de que carecesse no início. Numa só eternidade as coisas são suas: essa eternidade que o tempo arremeda ao girar em torno da alma, sempre desertor de um passado, sempre cobiçosos de um futuro.

As repetidas afirmações de pluralidade dispensadas pelos parágrafos anteriores podem induzir-nos ao erro. O universo ideal a que nos convida Plotino aprecia menos a variedade que a plenitude; é um repertório seleto, que não tolera a repetição e o pleonasmo. É o museu imóvel e terrível dos arquétipos platônicos. Não sei se se foi visto por olhos mortais(fora da intuição visionária ou do pesadelo) ou se o grego distante que o concebeu chegou a representá-lo, mas pressinto nele algo de museu: quito, monstruoso e classificado... Trata-se de uma imaginação pessoal da qual pode prescindir o leitor do que não convém que prescinda é de alguma informação sobre esses arquétipos platônicos, ou causas primordiais ou idéias que povoam e compõe am a eternidade.
É impossível aqui uma discussão prolixa do sistema platônico, mas não certas advertências de intenção propedêutica. Para nós, a última e firme realidade das coisas é a matérias – os eletros giratórios que percorrem distâncias estelares na solidão dos átomos -; para os capazes de *platonizar*, a espécie, a forma. No terceiro livro da Enéadas, lemos que a matérias é irreal: uma simples e oca passividade que recebe as formas universais como um espelho as receberia; estas a agitam e povoam sem alterá-la. Sua plenitude é precisamente a de um espelho, que aparenta estar cheio e está vazio; é um fantasma que nem sequer desaparece, porque não tem nem ao menos a capacidade de cessar. O fundamental são as formas. Repetindo Plotino, disse delas Pedro Malón de Chaide, muito depois: *Deus fez como se tivésseis um sinete oitava, de ouro, tendo numa parte um leão esculpido; na outra , um cavalo; noutra uma águia, e assim nas demais; e num pedaço de cera impremísseis o leão,; noutro , a águia; noutro, o cavalo; é claro que tudo o que está na cera está no ouro , e só poderia imprimir o que ali tendes esculpido. Mas há uma diferença, que, no final, o que está na cera é cera, e vale pouco; mas o que está no ouro é ouro e vale muito. Nas criaturas estão*

estas perfeições finitas e de pouco valor,; em Deus são de ouro, são o próprio Deus. **Daí podemos inferir que a matéria é nada.**

Consideramos esse critério mau e até inconcebível, e não obstante o aplicamos continuamente. Um capítulo de Schopenhauer não é o papel nas oficinas de Leipizig nem a impressão, nem as delicadezas e perfis da escritura gótica, nem a enumeração dos sons que o compõem nem sequer a opinião que temos dele; Miriam Hopkins é feita de Mirian Hopkins, não dos princípios nitrogenados ou minerais, hidratos de carbono, alcalóides e graxas neutras que formas a substância transitória desse fino espectro de prata ou essência inteligível de Hollywwod. Essas ilustrações ou sofismas podem exortar-nos a tolerar de boa vontade a tese platônica. Vamos formulá-la assim***: Os indivíduos e as coisas existem na medida em que participam da espécie que os inclui, que é sua realidade permanente***. Procuro o exemplo mais conveniente: o de um pássaro. O hábito de andar em bandos, a pequenez, a identidade de traços, a antiga ligação com os dois crepúsculos, o do princípio dos dias e o e o de seu término, a circunstância de serem mais freqüentes ao ouvido do que à visão – tudo isso nos incita a admitir a primazia da espécie e a quase perfeita nulidade dos indivíduos. Sem erro, Keats pode pensar que o rouxinol que o encanta é o mesmo que Rute ouviu nos trigais de Belém de Judá; Stevenson erige um só pásaro que consome os séculos: o rouxinol devorador do tempo. Schopenhauer, o apaixonado e lúcido Schopenhauer, apresenta uma razão : a pura atualidade corporal em que vivem os animais, seu desconhecimento da morte e das lembranças. Logo acrescente, não sem um sorriso*: Quem me ouvir afirmar que o gato cinzento a brincar no pátio agora é o mesmo que brincava e fazia travessura há quinhentos anos, pensará de mim o que quiser, mas loucura mais estranha é imaginar que fundamentalmente seja outro.* E depois*: Destino e vida de leões exige leonidade que, considerada no tempo, é um leão imortal que se mantém mediante a infinita reposição dos indivíduos, cuja geração e cuja morte formam a força dessa figura imperecível*. E antes*: Uma infinita duração precedeu ao meu nascimento; o que fui eu enquanto isso? Metafisicamente, poderia talvez responder-me: "Eu sempre fui eu; quer dizer, todos que disseram eu durante esse tempo não eram outros senão eu.*

Presumo que a eterna Leonidade possa ser aprovada pelo meu leitor, que sentirá um alívio majestoso ante esse único Leão, multiplicado nos espelhos do tempo. Não espero o mesmo do conceito de eterna Humanidade: sei que nosso eu o repele, e que prefere derramá-lo sem medo sobre o eu dos outros. Mau sinal; formas universais muito mais árduas nos propõe Platão. Por

exemplo, a Mesidade ou Mesa Inteligível que está nos céus: arquétipo quadrúpede que perseguem, condenados ao sonho e à frustração , todos os marceneiros do mundo. Não posso negá-la totalmente: sem uma mesa ideal, não teríamos chegado a mesas concretas) Por exemplo, a Triangularidade: eminente polígono de três lados que não está no espaço e que não se quer degradar a equilátero, escaleno ou isósceles. (Tampouco o repudio; é o das cartilhas de geometria). Por exemplo: a Necessidade, a Razão, a Postergação, a Relação a Consideração, o Tamanho, a Ordem, a Lentidão, a Posição, a Declaração , a Desordem. Já não sei o que opinar sobre comodidades do pensamento elevadas a formas; penso que homem algum as poderá intuir sem o auxílio da morte, da febre ou da loucura. . Esquecia-me de outro arquétipo que abrange a todos e os exalta: a eternidade, cuja cópia despedaçada é o tempo.

Desconheço se meu leitor precisa de argumentos para descer da doutrina platônica. Posso fornecer-lhe muitos: um, a agregação incompatível de vozes genéricas e de vozes abstratas que coabitam sans gene na população do mundo arquétipo; outro, a reserva de seu inventor sobre o procedimento que as coisas utilizam para participar das formas universais: outro, a conjetura de que esses mesmos arquétipos assépticos padecem de mistura e variedade. Não são insolúveis: são tão confusos como as criaturas do tempo. Fabricados à imagem das criaturas, repetem essas mesmas anomalias que querem resolver. A Leonidade, digamos, prescindirá da Soberba e da Ruividão, da Jubidade e da Garridade? A essa pergunta não há resposta e não pode haver: não esperemos do termo *leonidade* uma virtude muito superior à que tem essa palavra sem o sufixo.

Volto à eternidade de Plotino. O quinto livro das *Enéadas* inclui um inventário muito geral das patês que a compõem. Está ali, a Justiça, assim os os Números (até qual?) e as Virtudes e os Atos e o Movimento, mas não os erros e as injúrias, que ~são enfermidades de uma matéria em que se moldou uma Forma. A Música está ali, não enquanto melodia, mas sim enquanto Harmonia e Ritmo. Da patologia e da agricultura não há arquétipos, porque não são necessárias. Ficam excluídas igualmente a fazenda, a estratégia, a retórica e a arte de governar – ainda que, ao longo do tempo, retirem algo da Beleza e do Número. Não há indivíduos, hão há uma forma primordial de Sócrates nem sequer de Homem Ato, ou de Imperador; há, de modo geral, o Homem. Entretanto, estão ali todas as figuras geométricas. Das cores, apenas as primárias: não há Cinzento nem Purpúreo nem Vede nesse eternidade. Em

ordem ascendente, seus arquétipos mais antigos são estes: a Diferença, a Igualdade, o Movimento , a Quietude e o Ser.

Examinemos uma eternidade que é mais pobre que o mundo. Resta-nos ver como nossa igreja adotou e lhe confiou um caudal superior a tudo o que os anos transportam.

II

O melhor documento da primeira eternidade é o quinto livro das Enéadas; o da segunda, ou cristã, o décimo-primeiro livro das Confissões de Santo Agostinho. A primeira não se concebe fora da tese platônica,; a segunda, sem o mistério professional da Trindade e sem as discussões levantadas por predestinação e reprovação. Quinhentas páginas *infolio* não esgotariam o tema; espero que estas duas ou três *in-oitavo* não venham parecer excessias.

Pode-se afirmar, com uma suficiente margem de erro, que "nossa" eternidade foi decretada poucos anos depois da doença crônica intestinal que matou Marco Aurélio , e que o lugar desse vertiginoso mandato foi a barranca de Fourvière, que antes se chamou *Fórum vetus*, célebre hoje em dia pelo funicular e pela basísica. Apesar da autoridade de quem a ordenou – o bispo Ireneu- , essa eternidade coercitiva foi muito mais que um simples paramento sacerdotal ou um luxo eclesiástico: foi muito mais que um simples paramento sacerdotal ou um luxo e foi uma arma. O Verbo é engendrado pelo Pai, o Espírito Santo é gerado pelo Pai e pelo Verbo, os gnósticos costumavam inferir dessas duas inegáveis operações que o Pai era anterior ao Verbo, e os dois ao Espírito. Essa inferência dissolvia a Trindade. Ireneu explicou que o duplo processo – geração do Filo pelo Pai, emissão do Espírito pelos dois – não acontecem no tempo , mas que esgota de uma só vez o passado, o presente e o futuro. A explicação prevaleceu e agora é dogma de algum desautorizado texto platônico. A correta conexão e distinção das três hipóstases do Senhor é um problema hoje inverossímil , e essa futilidade parece contaminar a resposta, mas; mas não há dúvida a grandeza do resultado, ao menos para alimentar a esperança: *Aeternias est merum hodie, est immediata et lúcida fruitio rerum* (A eternidade é um mero hoje, é o fruir imediato e lúcido das coisas ifinitas). Tampouco , da importância emocional e polêmica da Trindade.

Atualmente, os católicos laicos a consideram um corpo colegiado infinitamente correto, mas também infinitamente aborrecido; os liberais , um inútil cérbero teológico, uma superstição que os muitos progressos da

República logo se encarregarão de abolir. A trindade , é claro, excede essas fórmulas . Imaginada precipitadamente, sua concepção de um pai, um filho e um espectro, articulados num só organismo, parece um caso de teratologia intelectual, uma deformação que só o horror de um pesadelo pôde produziir. O inferno é mera violência física, mas as três Pessoas inextricáveiss implicam um horor intelectual, uma infinidade asfixiada, ilusória, como a de espelhos opostos. Dante quis designá-las com o signo de uma superposição de círculos diáfanos, de cores diferentes.; Donne, com o de complicadas serpentes, magníficas e indissolúveis. *Toto coruscat trinitas mysterio,* escreveu São Paulo; Fulge em pleno mistério a Trindade.

Desligada do conceito de redenção, a distinção das três pessoas em uma tem que parecer arbitrária. Considerada como uma necessidade da fé, seu mistério fundamental não diminui, mas despontam sua intenção e sua utilidade. Entenderemos que renunciar à Trindade – à dualidade, pelos menos- é fazer de Jesus um delegado ocasional do Senhor, um incidente da história, não o juiz imperecível, contínuo, de nossa devoção. Se o Filho não é também o Pai, a redenção não é oba divina direta; se não é eterno, tampouco o será o sacrifício de ter-se degradado a homem e ter morrido na cruz. *Nada menos que uma excelência infinita pode resgatar uma alma perdida para idades infinitas*, insistiu Jeremias Taylor. Assim, pode-se justificar o dogma, ainda que os conceitos da geração do Filho pelo Pai e da procedência do Espírito de ambos continuem insinuando uma prioridade, sem mencionar sua condição culpável de simples metáforas. A teologia, empenhada em diferenciá-la, resolve que não há motivo para confusão, de vez que o resultado de uma é o Filho, o da outra o Espírito. Geração eterna do Filho, proveniência eterna do Espírito, é a de cisão soberba de Ireneu: criação de um ato sem tempo, de um *zeiltoses Zeitwort* mutilado, que podemos descartar ou venerar, mas não discutir. Assim Ireneu se propôs a salvar o monstro, e o conseguiu. Sabemos que era inimigo dos filósofos, apoderar-se de uma de suas armas e voltá-la contra eles deve ter-lhe causado um prazer belicoso.

Para o cristão, o primeiro segundo do tempo coincide com o primeiro da Criação – fato que nos poupa o espetáculo (há poucos séculos baldios na eternidade “anterior”,. Manuel Swedenbourg (*Vera christiana religio,* 1771) viu no confim da orbe espiritual uma estátua alucinatória pela qual se imaginam devorados todos aqueles *que deliberam insensata e esterilmente sobre a condição do Senhor antes de fazer o mundo.*

Desde que Ireneu a inaugurou , a eternidade cristão começou a diferir de alexandrina. Ao in´ves de um mundo à parte, conformou-se em ser um dos dezenove atributos da mente de Deus. Entregues à veneração popular, os arquétipos ofereciam o perigo de se converter em divindades ou em anjos; não se negou por conseguinte sua realidade – sempre maior que a das simples criaturas- mas foram reduzidos a idéias eternas no Verbo criador. A esse conceito *fos universalia ante res* chega Alberto Magno: considerados eternos e anteriores às coisas da Criação mas ó como inspirações ou formas. Trata muito bem de separá-los dos *universalia in rebus,* que são as mesmas concepções divinas já concretizadas de várias maneiras no tempo e – sobretudo – dos *universalia post res*, que são as concepções redescobertas pelo pensamento indutivo. As temporais se distinguem das divinas por carecerem de eficácia criador, mas não por outra coisa; a suspeita de que as categorias de Deus podem não ser precisamente as do latim não s admite na escolástica. Que estou me adiantando.

Os manuais de teologia não se detêm na eternidade com dedicação especial. Limitam-se a prevenir que é a intuição contemporânea e total de todas as frações do tempo, e a esmiuçar as Escrituras hebraicas em busca de fraudulentas confirmações, em que parece ter o Espírito Santo dito muito mal que oo que o comentador diz bem. Com esse propósito costumam agitar esta declaração de ilustre desdém ou de simples longevidade.: ***Um dia diante do Senhor é como mil anos e mil anos são como um dia,*** ou as grandes palavras que Moisés ouviu e que são o nome de Deus: Sou O Que Sou, ou as que escutou São João o Teólogo em Patmos, antes e depois do mar de cristal e da besta escarlate e dos pássaros que comem carne de capitães: Eu ***Sou o A e o Z, o princípio e o fim***. Costumam copiar também esta definição de Boécio (concebida na prisão, talvez, às vésperas de ser executado) : *A eternitas est interminabilis vitae tota et perfect possessio*, e que me agrada mais as repetição quase voluptuosa de Hans Lassens
Martense: *A eternitas est merum hodie, est immediata et lúcida fruitio rerum infinitarum*. Em lugar disso, parecem desprezar aquele obscuro juramento do anjo que estava de pé sobre o mar e sobre a terra (Apocalispse, X, 6): *e jurou por Aquele que viverá para sempre o qual criou o céu e as coisas que nele há, e a terra e as coisas que nela há, e o mar e as coisas que nele há, que não haveria mais tempo. E verdade que tempo, neste versículo, eeve equivalera demora.*

A eternidade permaneceu como atributo da ilimitada mente de Deus, e sabe-se muito bem que as gerações de teólogos t~em trabalhado essa mente a sua

imagem e semelhança. Nenhum estímulo tão vivo como o debate da predestinação ab eterno. Quatrocentos anos depois da paixão e morte de Cristo , o monge inglês Pelágio incorre no escândalo de pensar que os inocentes que morrem sem o batismo alcançam a glória. Agostinho, bispo de *Hipona*, o refutou com indignação aclamada por seus editores. Observou as heresias dessa doutrina, abominada pelos justos e pelos mártires: a negação de que ao homem Adão todos nós homens já pecamos e perecemos, o esquecimento abominável de que essa morte se transmite de pai a filho pela geração carnal, o menosprezo pelo suor sanguinolento, pela agonia sobrenatural e pelo grito de Quem morreu na cruz, a repulsa dos favores secretos do Espírito Santo, a restrição à liberdade do Senhor. O bretão tivera o atrevimento de invocar a justiça; o Santo – sempre sensacional e forense – admite que, segundo a justiça, todos nós homens merecemos o fogo sem perdão, mas que Deus determinou salvar alguns, sendo seu inescrutável arbítrio, ou , com diria Calvino muito depois, não sem brutalidade***: porque sim*** (*qui voluit*). Estes são os predestinados. A hipocrisia ou o pudor dos teólogos resevou o uso dessa palavra paa os predestinados ao céu. Não pode haver predestinados ao suplício: é verdade que os não favorecidos passam ao fogo eterno, mas se trata de uma preterição do Senhor, não de um ato especial.... Esse expediente renovou a concepção da eternidade.

Gerações de homens idólatras haviam habitado a terra, sem oportunidade de repelir ou abraçar a palavra de Deus; era tão insolente imaginar que haviam podido salvar-se sem esse meio, como negar que alguns de seus varões, de notável virtude, seriam excluídos da gloria (Zwingli, 1523, manifestou sua esperança pessoal de partilhar o céu com Hérculeu, Teseu, Sócrates, Aristides, Aristóteles e Sêneca). Uma amplificação do nosso atributo do Senhor (o da onisciência) bastou para afastar a dificuldade. Promulgou-se que esta implicava o conhecimento de todas as coisas: quer dizer, não só das reais, como também das possíveis. Procurou-se uma passagem nas Escrituras que permitisse esse complemento infinito, e se encontram duas: uma, aquela do primeiro Livro dos Reis, em que o Senhor diz a Davi que os homens de Keilah vão entregá-lo se não for embora da cidade, e ele vai; outra, aquela do Evangelho sendo Mateus , que impreca a duas cidades : *Ai de ti, Corazin! Ai de ti, Bethsaida! Porque, sem em Tiro e em Sidon fossem feitos os prodígios que em vós se fizeram, há muito que se teriam arrependido, om saco e com cinza.* Com esse repetido emparo, os modos potenciais do verbo puderam entrar na eternidade. Hércules convive no céu com Ulrich Zwingli porque Deus sabe que teria observado o ano eclesiástico, Hidra de Lerna fica relegada às trevas exteriores porque consta que teria repelido o batismo. Nós

percebemos os fatos reais e imaginamos os possível (e os futuros); no Senhor não cabe essa distinção, que pertence ao desconhecimento e ao tempo. Sua eternidade registra de uma só vez (*uno intelligendi actu*) não só todos os instantes deste mundo repleto, como os que teriam seu lugar se o mais evanescente deles mudasse – e os impossíveis também. Sua eternidade combinatória e pontual é muito copios mais copiosa que o universo.

Ao contrário das eternidade platônicas, cujo maior risco á a insipidez, esta corre perigo de assemelhar-se às últimas páginas de Ulisses, e ainda ao capítulo anterior, ao do enorme interrogatório. Um escrúpulo, ao menos verbalmente, reele condenação; o Senhor limita-se aos eleitos e passa por alto no qu tange aos réprobos. Tudo sabe, mas prefere deter sua atenção nas vidas virtuosas. João Escoto Erígena, mestre paladino de Carlos o Calvo, deformou gloriosamente essa idéia. Pregou um Deus indeterminável; ensinou um mundo de arquétipos platônicos; ensinou um Deus que não percebe o pecado nem as formas do mal; ensinou a deificação, a reversão final das criaturas (inclusive o tempo e o demônio) à unidade primeira de Deus. *Divina bonas consummabit malitiam, aeterna vita absorbebit mortem, beatitudo miseriam*. (Essa bondade divina destruirá a maldade, a vida eterna absoverá a morte, a felicidade o infortúnio) . Essa eternidade heterogênea (que ao contrário da instituição ortodoxa, rechaça toda imperfeição e miséria) foi condenada pelo sínodo de Valência e pelo de Langres. *De divisione naturae livri* V, a obra controversa que a pregava, ardeu na fogueira pública. Medida acertada, que despertou o favor dos bibliófilos e permitiu que o livro de Erígena chagasse aos nossos dias.

O universo requer a eternidade. Os teólogos não ignoram que se a atenção do Senhor se desviasse um só segundo de minha mão direita que escreve, esta recairia no nada, como se fulminada por um fogo sem luz. Por isso, afirmam que a conservação deste mndo é uma perpétua criação e que os verbos conservar e criar, tão inimizados aqui, são sinônimos no Céu.

III

Até aqui, em sua ordem cronológica, a história geral da eternidade. Ou melhor, das eternidades, pois que o desejo humano sonhou dois sonhos sucessivos e hostis com esses nomes : um, o realista, que anseia com estranho amor pelos quietos arquétipos das criaturas; outro, o nominalista, que nega a verdade dos arquétipos e quer congregar em um segundo os pormenores do

universo. Aquele se baseia no realismo, doutrina tão afastada de nosso ser que descreio de todas as interpretações, inclusive da minha; este, em seu adversário, o nominalismo, que afirma a verdade dos indivíduos e o convencional dos gêneros. Atualmente, semelhantes ao espontâneo e o e tolo prosador de comédia, todos praticamos nominalismo *sans le savoir*; é como uma premissa geral do nosso pensamento, um axioma adquirido . Daí a inutilidade de comentá-lo.

Até aqui, em sua ordem cronológica, o desenrolar debatido e curial da eternidade. Homens remotos, homens barbados e mestrado a conceberem, publicamente para confundir heresias e para justificar distinção das três pessoas em uma, secretamente para estancar de algum modo o curso das horas. ***Viver é perder tempo: nada podemos recuperar ou gardar a não ser sob a forma de eternidade,*** leio no espanhol *emersonizado* Jorge Santayana. Ao que basta justapor aquela terrível passagem de Lucrécio, sobre a falácia do coito*: Como o sedento que em sonhos quer beber e esvazia miragens de água que não o saciam e morre abrasado pela sede no meio de um rio: assim Vênus engana os amantes com simulacros , e a visão de um corpo não as farta, e nada podem desprender ou guardar, ainda que as mãos indecisas e mútuas percorram todo o corpo. No fina, quando há nos corpos presságios de venturas e Vênus está prestes a semear os campos da mulher, os amantes se abraçam com ansiedade, dente amoroso contra dente,;totalmente em vão, pois não conseguem perder-se no outro nem ser um mesmo ser*. Os arquétipo e a eternidade – dus palavras – prometem possessões mais firmes. O certo é que a sucessão é uma miséria intolerável e os apetites magnânimos cobiçam os minutos do tempo e toda a variedade do espaço.

Sabe-se que a identidade pessoal reside na memória e que a anulação dessa faculdade comporta a idiotice. Cumpre pensar o mesmo do universo. Sem uma eternidade, sem um espelho delicado e secreto do que passou pelas almas, a história universal é tempo perdido, e nela nossa história pessoa – o que incomodamente nos torna fantasmas. Não bastam o disco gramofônico de Berliner ou o perspícuo cinematógrafo , simples imagens de imagens, idos de outros ídolos. A eternidade é uma invenção copiosa. É verdade que não é concebível, mas tampouco o é o humilde tempo sucessivo. Negar a eternidade, supor a vasta aniquilação dos anos carregados de cidades, de rios e de júbilos , não é menos incrível que imaginar sua salvação total.

Como teve início eternidade? Santo Agostinho ignora o problema, mas assinala um fato que parece permitir uma solução: os elementos de passado

e de futuro que há em todo presente. Alega um caso específico : a rememoração de um poema. *Antes de começar , o poema está em minha antecipação; mal o termino , em minha memória; mas enquanto o declamo, está estendendo-se na memória, que já disse; na antecipação, pelo que me falta dizer. O que acontece com a totalidade do poema, acontece com cada verso e com cada silaba. Digo o mesmo da ação mais ampla da que faz parte o poema, e do destino individual, que se compõe de uma série de ações, e da humanidade, que é uma série de destinos individuais.* Essa evidência de íntima ligação dos diversos tempos do tempo inclui, não obstante , a sucessão, fato que não condiz com um modelo da eternidade unânime.

Penso que a nostalgia foi esse modelo. O homem enternecido e desterrado que relembra possibilidades felizes, as vê *sub specie aeternitatis*, totalmente esquecido de que a execução de uma delas excluía ou postergava as outras. Na paixão, a lembrança se inclina ao intemporal. Juntamos as venturas de um passado numa só imagem: os poentes de diferentes vermelhos que vejo a cada entardecer serão na lembrança um só poente. Passa-se o mesmo com a revisão: as esperanças mais compatíveis podem conviver sem um problema. Digamos-lhe com outras palavras: o estilo do desejo é a eternidade. (È provável que na insinuação do eterno – *da immediata et lúcida fruitio rerum infinitarum* – esteja a causa da satisfação especial que buscam as enumerações.

IV

Resta-me apenas enunciar ao leitor minha teoria pessoal da eternidade. É uma pobre eternidade já sem Deus e ainda sem outro possuidor e sem arquétipos. Eu a formulei no livro *El idioma de los argentinos,* em 1928. Transcrevo o que publiquei então; a página intitulava *Se sentir em muerte*.

"Quero registrar aqui uma experiência que tive noites atrás; ninharia demasiado evanescente e estática para que a chame aventura; demasiado irracional e sentimental para pensamento. Trata-se de uma cena e de suas palavras: palavras já antiditas por mim mas não vividas até então com inteira dedicação do meu eu. Passo a narrá-la, com os acidentes de temo e de lugar que a declararam.
Lembro-me dela assim Na tarde que precedeu a essa noite, estive em Barracas: localidade que não costumo visitar e cuja distância ds que percorri depois, já deu um estranho sabor a esse dia. Sua noite não tinha destino algum; como era calma, depois que jantei saí a caminhar e recordar. Não quis

dar rumo a essa caminhada; procurei uma latitude máxima de probabilidades para não cansar a expectativa com a antevisão obrigatória de só uma delas. Mal realizei , na medida do possível, isso que chamam caminhar ao acaso; aceitei, sem outro julgamento consciente que o de deixar de lado as avenidas o ruas largas, os mais obscuros convites da casualidade. Contudo, um tipo de gravitação familiar afastou-me para alguns bairros, de cujo nome quero sempre lembrar e que meu peito reverencia. Não quero dizer com isso o meu bairro, o âmbito preciso da infância, mas suas ainda misteriosas imediações: confim que possui inteiro em palavras e pouco em realidade, vizinho e mitológico a um só tempo. O reverso do conhecido, suas costas, são para mim essas ruas penúltimas, quase tão efetivamente ignoradas como o alicerce soterrado de nossa casa ou nosso invisível esqueleto. A caminhada me deixou numa esquina. Aspirei a noite, num sereníssimo feriado ao pensamento. A visão, por certo nada complicada, parecia simplificada por meu cansaço. Sua própria tipicidade a tornava irreal. A rua de casas baixas e, embora sua primeira significação tivesse sido de pobreza, a segunda era certamente de felicidade. Era o que há de mais pobre e mais lindo. Nenhuma casa chegava até a rua; a figueira se ensombrecia sobre a oitava; s portôezinhos – mais altos que as linhas alongadas das paredes – pareciam trabalhados com a mesma substância infinita da noite. A calçada era bem mais alta que a rua; a rua era de baro elementar, barro da América ainda não conquistado. Ao fundo, o beco, já agreste, se desmoronava em direção a Maldonado. Sobre a terra turva e caótica, uma taiipa rosada parecia não abrigar luz de luz, mas difundir luz íntima. Não haverá maneira melhor de denominar a ternura que esse rosado.

Fiquei olhando essa simplicidade. Pensei, certamente em voz alta: Isto é o mesmo de trinta anos atrás... considerei essa data> época recente em outros países, mas já remota neste inconstante lado do mundo. Talvez um pássaro cantasse e senti por ele um carinho pequeno, do tamanho de um pássaro; mas o mais certo é que neste já vertiginoso silêncio não houve outro ruído senão o também intemporal dos grilos. O fácil pensamento Estou em oitocentos e tantos deixou de ser umas quantas palavras aproximativas e se aprofundou na realidade. Senti-me morto, senti-me conhecedor abstrato do mundo: temor indefinido imbuído de ciência que é a melhor clareza da metafísica. Não, não acreditei ter remontado às presumíveis águas do Tempo; antes imaginei-me possuidor do sentido reticente ou ausente da inconcebível eternidade. Só depois consegui definir essa concepção.

Escrevo-a agora assim: Essa pura representação de fatos homogêneos – noite em serenidade, paredezinha límpida, cheiro provinciano de madressilva,

barro fundamental – não é apenas idêntica à que houve nessa esqui há tanto anos; é, sem semelhanças nem repetições, a mesma. O tempo, se podemos intuir essa identidade, é uma ilusão: a indiferenciação e a inseparabilidade de um momento de seu aparente ontem e de outro de seu aparente hoje, bastam para desintegrá-lo.

É evidente que o número de tais momentos humanos não í infinito. Os essenciais – os de sofrimentos físico e gozo físico, os de aproximação do sono, os da audição de uma música, os de muita intensidade ou muito fastio – são ainda mais impessoais. Derivo antecipadamente esta conclusão: a vida é pobre demais para não ser também imortal. Mas nem ao menos temos a certeza de nossa pobreza, posto que o tempo, facilmente refutável no sensível, não o é também no intelectual, de cuja esssência parece inseparável o conceito de sucessão. Fique então no episódio emocional a idéia vislumbrada e na irresolução confessa desta folha o momento verdadeiro de ~extase e a insinuação possível de eternidade de que esta noite não me foi avara"

***

O propósito de dar interesse dramático a esta biografia da eternidade obrigou-me a certas deformações: por exemplo, a resumir em cinco ou seis nomes uma gestação secular.
Trabalhei ao sabor de minha biblioteca. Entre as obras que mais serviços me prestaram, devo mencionar as seguintes:

Die Philosophie der Griechen, von Dr. Paul Deusse, Leipzig, 1919
Select works of Plotinus. Translae by Thomas Taylos. London, 1917
Passages illustrating Neoplatnis. Translated with an introduction by R. R. Dodd.
London, 1932.
La philophie de PPlaton , par Alfred Foouillé. Paris, 1869.
Die Welt als Wille und Vorstellulung, on Arthur Schopenhauer. Herausgegeben von
Eduard Grisebach.Leipzig, 1892
Die Philosophie des Augustin. Versión literal por el P. Angle C. Vega. Madrid, 1932. A monument to Saint Augustita. London. 1930.
Dogmatik, von Dr. R. Roht. Heidelberg. 1870
Ensayos de critica filosoófica. , de Menendez YPelay. Madrid, 1892.

16
MAURO SANTAYANA

AS PRIMAVERAS PREMATURAS

Começo estas lembranças sobre 1968 com a reflexão antiga que relaciona a felicidade de cada um de nós ao tempo em que vivemos e à geração a que pertencemos. Os gregos do século V antes de Cristo tinham um vocábulo que expressava bem a eclosão espiritual daquela época: kairos.

A palavra é de difícil tradução, pelo número de ideias que sugere. De modo geral e dentro do que interessa às nossas preocupações kairos significa harmonia, harmonia de todos os tempos juntos e em movimento. Kairos é diferente de Cronos, que nos dá idéia de uma linha contínua: kairos é o tempo circular, dentro da esfera do que existe. É a ampliação do ponto ao infinito, do agora ao eterno.

Os seres humanos quase sempre se sentem inquietos em seu próprio tempo. Na mitologia grega, o destino dos homens se funda com a transgressão de Prometeu, que roubou dos deuses o fogo. O mito, que corresponde ao pecado de Adão, é o da afirmação dos homens, de sua libertação dos cânones divinos. O homem deixa de entregar-se ao arbítrio dos deuses e passa a confiar em si mesmo. Prometeu é o patrono do projeto e da liberdade. Em estreita e enigmática passagem do grande romance de James Joyce, Ulysses - uma reconstrução dublinense da odisseia de Homero - seu personagem Stephen Dedalus diz que History is a nightmare from which I am trying to awake, a história é um pesadelo do qual eu tento em vão despertar.

Ortega y Gasset, aos 28 anos, sugere atuar sobre as circunstâncias. Em seu clássico da juventude, Meditaciones del Quijote, o pensador espanhol redigiu a frase célebre, que é sempre citada pela metade: Yo soy yo y mi circunstancia; sI yo no la salvo a ella, no me salvo yo.

Para “salvar” a circunstância ele aconselha buscar el sentido de lo que nos rodea. Buscar o sentido do que nos rodeia - a circunstância - abre caminho para o encontro entre a esperança e o projeto na ação política.

Cada homem encerra o cosmos inteiro.

O universo, com seus bilhões de galáxias e estrelas, é alguma coisa que ganhamos, quando nascemos, e que perdemos, quando morremos.

A Humanidade é a soma dos seres vivos que têm a consciência da morte. É o preço que pagamos pela inteligência do mundo.

Segundo Engels, só mediante o homem, a natureza toma conhecimento de si mesma. Se me permitem citação bem próxima, minha mulher, ao opor-se ao projeto genocida dos Estados Unidos de redução da natalidade no Terceiro Mundo, mediante a castração dos pobres - expôs em texto publicado pela Folha de S. Paulo na década de 1990 a obviedade esquecida: qualquer ser humano é mais importante do que o Sol, porque o Sol não sabe que existe e qualquer criança sabe que o universo existe.

Há uma citação clássica de Platão, que resume o grande problema dos homens. Ele diz que há duas cidades na cidade (ou seja, dois estados no Estado), a cidade dos ricos e a cidade dos pobres.

O Estado, por mais democrático venha a ser, é normalmente dominado por um grupo, quase sempre econômico, e é essa hegemonia que tem que ser moderada pela ação da resistência.

Esse conflito permanente explica as primaveras prematuras, que são o tema deste texto.

A democracia é um processo que se inicia com Sólon e vai se desenvolvendo, até o seu malogro com a invasão macedônica.

Heródoto considera Clistênio, na passagem do sexto para o quinto século, o criador do sistema democrático, em razão da reforma administrativa e política que descentralizou o poder no espaço ático.

Mas a política passa a ser, em Atenas, também uma construção da filosofia. E entre seus grandes estudiosos se destacou Aristóteles, considerado “O Filósofo” pelo mais importante de seus comentadores, o santo Tomás de Aquino.

Ao prefaciar os livros políticos de Aristóteles, Santo Tomás considera a política uma ciência moral (práxis), que, ao atuar sobre o homem e não sobre as coisas, se distingue das ciências técnicas, que trabalham com a natureza.

O arquiteto ou o ferreiro fazem coisas materiais, acabadas, perfeitas ou imperfeitas, mas a cidade, ou, em nosso léxico, o estado, é alguma coisa que se constrói enquanto nela se pensa.

Não é um ato físico, acabado, mas um processo de natureza moral.

O grande êxito dos gregos em uma aliança militar de suas cidades-estado, com Esparta e Atenas à frente foi a vitória sobre a Pérsia.

A fim de assegurar a defesa comum, criou-se a poderosa Confederação de Delos, que, de acordo com uma de suas cláusulas, só seria rompida mediante a intervenção dos deuses ou dos heróis.

Como o sistema ateniense, democrático, parecia superior ao de Esparta, houve a ruptura entre os dois grandes polos gregos, no momento mais alto da supremacia sobre os persas.

Ao mesmo tempo em que conduziam a guerra, os atenienses estabeleciam seu império sobre o Peloponeso, e as cidades submetidas decidiram rebelar-se, com a ajuda de Esparta.

Com a derrota de Atenas, inicia-se a rápida decadência do sistema democrático grego.

Os espartanos não sabiam como conduzir os atenienses, muito mais civilizados, e instituíram um governo de títeres, logo derrocado.

A polis começou a declinar, por esfacelar-se sua ética, no mesmo ritmo em que crescia a impiedade, ou, seja, a religião se via contestada provavelmente pelo ceticismo que a especulação filosófica promovera.

Poucos decênios depois de seu auge e da derrota diante de Esparta, Atenas foi invadida por Filipe da Macedônia. Logo chegaram os romanos. O poder militar sufocou a grande primavera, que poderia surgir com o aprofundamento do sistema democrático.

Toda a Grécia foi ocupada pelos estrangeiros, que se revezaram durante os vinte e cinco séculos que se seguiram, e o grande projeto democrático se frustrou.

Só no século 19, com o enfraquecimento dos turcos, a Grécia obteve uma autonomia relativa, sob monarquia estrangeira.

E foi preciso esperar pela Segunda Guerra Mundial para que se restaurasse a República, destruída, com o que restara da Confederação de Delos, em 338 a.C.

A Grécia de Péricles, de Sócrates, Aristóteles, Platão, e tantos gênios, foi a maior das primaveras prematuras.

Outra primavera prematura foi a República Romana. É difícil situar exatamente o início de sua decadência. Alguns o localizam no fim do segundo século A.C, com a derrota dos Graco, ou no auge do império de Augusto, cujos sucessores imediatos foram tiranos cruéis, como Tibério e Nero, ou frouxos, como Cláudio.

É melhor lembrar o sonho de libertação de Spartacus. O bravo escravo trácio, ao fugir da escola de gladiadores, lutou e morreu pela liberdade. Se ele houvesse vencido a grande aliança entre os militares, com Pompeu, e os homens de negócios, com Crassus, provavelmente teria substituído o governo dos patrícios pelo governo direto da plebe. A derrota de Spartacus possibilitou, nove anos depois, a ditadura - não declarada - o primeiro triunvirato, de Crassus, Pompeu e César.

Mas, na medida em que o Império decaía, os cristãos, perseguidos e submetidos ao martírio, cresciam. No século 4, essas forças, contrapostas, estavam próximas do equilíbrio, quando Constantino se converteu, e o poder absorveu a fé revolucionária. Nos decênios que se seguiram à morte do Imperador, os cristãos se foram organizando dentro do aparelho do Estado, mas, com Juliano, o apóstata, voltaram a ser duramente perseguidos, sobretudo depois da conversão do sobrinho de Constantino ao paganismo que agonizava. Felizmente, para os cristãos, dois anos depois ele morria. O grande momento para a Igreja foi o de Ambrósio, alto funcionário do Império, que se converte e, em uma semana, é aclamado bispo de Milão pelo povo. Com Ambrósio, a Igreja assume poder político autônomo, que se manterá durante toda a Idade Média. Ambrósio completa a tarefa de Paulo. Paulo

havia organizado a Igreja para a clandestinidade e a revolução; Ambrósio a estrutura para o poder.

Em 711, devido a um fato fortuito, os árabes cruzaram o estreito de Gibraltar, sob o comando de Tárik, jovem guerreiro mouro, e iniciaram a invasão do continente, só contida em Poitiers, na França, por Charles Martel, 21 anos depois. Ao refluir para o Sul da Península Ibérica, os muçulmanos construíram a bela civilização da Andaluzia, que manteriam até 1492, quando os reis católicos expulsaram o último dos soberanos islamitas do monumental castelo de Alhambra. Com a ação militar encerraram-se os 771 anos de ocupação da Andaluzia pelos mouros. Nesse mesmo ano, Isabel e Fernando levaram os espanhóis, com as caravelas de Colombo, às Antilhas, no Novo Mundo. Também em 1492, elegia-se papa o espanhol Rodrigo Borgia, que, como Alexandre VI, foi um dos piores pontífices da História.

O Renascimento, que se insinuava havia dois séculos, tomou impulso em 1453, quando os turcos se apossaram de Constantinopla e liquidaram o Império do Oriente, promovendo a fuga de cérebros de Constantinopla para a Itália.

Com ele, começa a Idade Moderna. O movimento, no entanto, não foi só o reencontro com o saber antigo. Como se sabe, a expressão renascimento só foi cunhada mais de três séculos depois, em 1845, por Jules Michelet quando o vocábulo Iluminismo, para designar a revolução intelectual e política do século 18, já se encontrava consagrado.

Na verdade, o Iluminismo foi uma reafirmação do Renascimento, depois da ascensão do pensamento burguês e fundamentalmente inglês do século XVII.

Há duas revoluções políticas contemporâneas de influência recíproca, que, provocadas pelo Iluminismo, marcaram a metade do segundo milênio: Uma delas, a de 1789, na França, foi sangrenta; a outra, não tanto. E há razões ponderáveis para isso. Embora os colonos da Nova Inglaterra tivessem sido beneficiados pela Revolução Inglesa, do século 17.

O sonho primaveril dos Estados Unidos se iniciou em 1620, com a chegada do Mayflower à baía de Plymouth, em Massachusetts. Antes que desembarcassem, os peregrinos se reuniram na cabine de comando e redigiram (por iniciativa de Thomas Bradford) o Mayflower Compact, o compromisso que assumiam para organizar a vida civil em terra.

Tratou-se de algo singular na História: a existência de uma constituição, ou de uma proto-constituição, antes que houvesse uma nação, ou estado.

Durante todo o século, os colonos da Nova Inglaterra foram deixados de lado pela Grã Bretanha, que, de 1625, com a ascensão de Charles I ao trono, a 1689, com a Glorious Revolution, viveu a turbulência política e religiosa, com à guerra civil, a execução de um rei, o próprio Stuart, até a introdução de um monarca estrangeiro, Guilherme de Orange, nascido em Haia.

Desde as primeiras décadas do século XVII as colônias da Nova Inglaterra, aproveitando-se das dificuldades inglesas, começaram a distanciar-se da metrópole e a desenvolver estatutos políticos autônomos. Em janeiro de 1776, Thomas Paine, inglês que emigrara para a América no ano anterior, publicou The Common Sense, propondo a independência. O panfleto correu a Nova Inglaterra como um tufão e 500.000 exemplares foram vendidos imediatamente.

No dia 4 de julho, seis meses depois, os norte-americanos declaravam sua independência e enfrentavam as tropas britânicas. Não houve o terror que ocorreria, treze anos mais tarde, em Paris. Tratava-se de um movimento nacional pela independência, e não uma revolução social contra os privilégios. Em um movimento nacional de emancipação a luta de classes é sempre adiada. As origens remotas e subjetivas da Revolução Francesa estavam no absolutismo consolidado por Richelieu no século anterior. Mas as condições objetivas foram, como sempre, de ordem econômica, com as crises sucessivas, com o declínio e a morte de Luis XV, e a desastrada Regência do Duque de Orleãs. O fato é que a nobreza resistia à ascensão das novas forças políticas, representadas pela burguesia mercantil e pelos banqueiros.

A crise levou à convocação dos Estados Gerais. E foi exatamente nesse encontro de toda a França que surgiu outra primavera. Ela, no plano intelectual, vinha sendo anunciada pelos Iluministas, como Rousseau e Montesquieu, Diderot e D'Alembert, entre tantos outros. Mas os que a fizeram eram menos intelectuais e mais ativistas, mesmo que alguns tenham sido pensadores geniais. Foi um movimento que nasceu da incipiente burguesia contra a desmesurada exploração de uma nobreza ociosa, com o apoio de uma classe média em ascensão, em que havia advogados, médicos, sacerdotes, comerciantes e artesãos. O movimento se perdeu quando chegou

a hora da verdade: a Revolução prosseguia em sua meta de igualdade econômica ou perecia, diante da reação.

Foi assim que se chegou a 9 de Thermidor (27 de julho de 1794), com a prisão de Robespierre e sua execução, junto com mais de cem de seus partidários nos dias seguintes. O sonho durara apenas cinco anos, com à abertura dos Estados Gerais e a efervescência revolucionária, e acabava por um golpe, porque os dirigentes não souberam conduzir o processo e se deixaram perder pela luta de facções em busca do poder absoluto.

A Convenção Nacional, titular do poder revolucionário, fora suplantada pelo Comitê de Salvação Pública, e a Municipalidade de Paris passou a exercer o domínio de toda a nação. Os jacobinos e os sans culotte não dispunham de força para prosseguir na estrada radical de uma prematura república socialista.

Houve então o que se podia esperar: o Diretório, logo formado, dependia do braço militar de Napoleão, o grande profiteur do Terror e do Contra-Terror. A Primavera Republicana desembocou no Império napoleônico que iria acabar em Waterloo.

É nesse período que temos novos sonhos. Em 1848, a partir da Sicília, surgem, em toda a Europa, movimentos republicanos. Era a retomada da Revolução de 1789, mas as tentativas se frustraram.

Na França, onde o movimento foi mais radical, estabeleceu-se a segunda república, seguida da insurreição dos trabalhadores, que muitos identificaram como ensaio para a Comuna de Paris, em 1871, 23 anos mais tarde.

O ano de 1848 foi também o ano do Manifesto Comunista, redigido por Marx e Engels. Ansiava-se por duradoura primavera que era, como todas as anteriores, ainda prematura.

Os comunistas pretendiam não apenas o fim da exploração capitalista. Iam mais adiante: defendiam o fim dos estados nacionais que, a seu juízo, eram instrumentos de opressão dos trabalhadores, e a constituição de um poder internacional, conduzido pelos proletários e a sua vanguarda integrada de intelectuais.

A Comuna de Paris foi o momento da grande esperança de Marx. Ele acreditava que o movimento reacenderia os anseios revolucionários europeus e ganharia outras capitais. O momento parecia oportuno, porque a França capitulara diante da Alemanha, e só os trabalhadores de Paris haviam oferecido uma resistência honrada.

O governo de Thiers, constituído logo depois da derrota diante dos alemães, pediu a ajuda dos inimigos, a fim de derrotar a Comuna, que ocupou o poder em Paris entre março e maio de 1871. Vinte e cinco mil rebeldes foram assassinados impiedosamente, depois de tenaz resistência das ruas da grande cidade, entre os dias 21 e 28 de maio, à mais sangrenta semana da História da França.

Marx a eles se referirá como os grandes mártires da classe operária, ao escrever que não há na História exemplo dessa grandeza. Seus mártires se encontram recolhidos no relicário do grande coração da classe operária. A grande definição da audaciosa tentação libertadora é também de Marx: tratara-se de frustrado assalto ao céu.

Marx, morrendo em 1883 aos 65 anos e Engels, em 1895, aos 75, não viveram para ver as suas ideias parcialmente realizadas com a Revolução de Outubro. Quando Marx morreu, Wladimir Ulianov, o futuro líder revolucionário Lênin, tinha 13 anos, e só viria a conhecer os textos revolucionários aos 18. Aos 19, se tornou comunista.

A Revolução Soviética foi a mais importante primavera frustrada do século XX. Não obstante o malogro, foi um dos mais destacados fatos da História. Dois foram os fatores do grande movimento o mal-estar do povo russo com a corte corrompida, entregue à luxúria, submetida a um impostor, Rasputin, que dominava a família real.

Antes que Lênin fundasse o Partido Social Democrata dos Trabalhadores Russos, que se tornaria depois o Partido Comunista, já atuavam anarquistas e revolucionários republicanos contra os Romanov.

Tal como o movimento de Spartacus, que foi vencido por uma coligação entre Crassus e Pompeu, ou seja, entre o dinheiro e a força militar, a Grande Revolução de Outubro enfrentou, desde seu início, a violenta oposição dos poderes estabelecidos, que estimularam a contra-revolução.

Quatorze nações enviaram tropas para ajudar os contra-revolucionários. Derrotados os agressores, os soviéticos tiveram que se confrontar com problemas internos, antes da prova mais dura, o monumental confronto com os nazistas, que levaria à primeira grande e decisiva derrota desses últimos.em Stalingrado, e à sua definitiva derrocada na Batalha de Berlin.

Não é o momento para explicar a gênese política do nacional-socialismo.

Há, do ponto de vista histórico, algumas indicações de que os alemães sempre se sentiram superiores aos outros povos, e a partir dessa certeza partidários da ideia de que só a força faz o direito.

Na Conferência de Haia, em 1907, Ruy Barbosa se distinguiu exatamente por contraporse, em aparte memorável, ao representante do kaiser, que estabelecia uma relação direta entre a graça divina, a inteligência, a ética e o poder militar.

Dentro dessa ordem de ideias, os fracos, pessoas e povos, deviam submeter-se aos mais fortes. Hitler não era o agitador ignorante, que criara, nas bebedeiras de uma cervejaria de Munique, uma ideologia perversa mas alguém coerente com a deutsche Weltanschauung, com a visão de mundo, já então histórica, dos germânicos.

A História da 2º. Guerra Mundial é conhecida.

No primeiro momento, as potências ocidentais estimularam o expansionismo oriental de Hitler, como se viu no Acordo de Munique e na indiferença dos franceses e ingleses diante da Guerra Civil Espanhola. Os dirigentes dos países capitalistas e disso há depoimentos evidentes esperavam que os soviéticos e os alemães se aniquilassem mutuamente, o que garantiria a hegemonia do Ocidente.

Mas os processos históricos são dinâmicos, não obedecem aos planos preestabelecidos. Um dos fatores não previstos pelos aliados foi a insurreição dos guerrilheiros de Tito, na Iugoslávia, o que fez os alemães desviarem de sua ofensiva contra os soviéticos grande parte das tropas, a fim de combatê-los.

Isso permitiu aos soviéticos a vitoriosa contraofensiva que começou em Stalingrado, com a morte e a captura de centenas de milhares de soldados alemães.

Outro fator foi a agressão japonesa a Pearl Harbor, em dezembro de 1941 quando a URSS já se encontrava em grande parte ocupada pelos alemães o que levou os americanos a entrar no conflito.

Ainda assim, os aliados só abriram a segunda frente, na Normandia, em junho de 1944, quando os soviéticos, impetuosamente, avançavam contra a Alemanha.

A derrota alemã em maio do ano seguinte, trouxe um momento de alívio e esperança ao mundo. Acreditava-se que se iniciava uma longa era de paz.

Mas não foi assim. Quando ficou claro que os soviéticos que perderam vinte milhões de vidas no conflito sairiam vitoriosos contra os alemães, já se iniciaram os movimentos de reação do Ocidente.

Para fazer frente à possível expansão do pensamento socialista na Europa, os norteamericanos, por iniciativa do general Marshall, que apresentou seu plano em Harvard em 1947 investiram pesadamente na reconstrução do continente.

Eles saiam da guerra sem déficits: ao contrário, a indústria bélica, sustentada pelos tributos especiais e empréstimos voluntários, os bônus de guerra, haviam trazido grande desenvolvimento tecnológico e econômico ao país.

Ainda assim, a ideia de socialismo crescia, e já em 1948, na primeira crise de Berlim, iniciou-se a guerra fria entre as duas maiores potências. Como as idéias precedem os fatos, em 1944, o economista austríaco Friedrich Von Hayek publicou seu livro clássico, Road to Serfdom. Hayek via, no planejamento soviético, como vira na teoria de Keynes, uma ameaça à liberdade dos empreendedores, e lamentava a vitória militar do socialismo.

Sua obra mobilizou a reação conservadora, sobretudo na Inglaterra e nos Estados Unidos, onde gozava de reputação em alguns meios acadêmicos, entre eles à Universidade de Chicago.

Hayek e von Mises, seu companheiro de Viena, tornaram-se os profetas do neoliberalismo.

Nesse confronto se agrava o mal-estar com o estado do mundo, que leva aos grandes movimentos de protesto e de esperança de 1968.

O socialismo, acossado pela corrida armamentista, não foi capaz de responder à angústia maior do homem, esmagado pela macro estrutura do poder. Os soviéticos haviam cometido um erro, mesmo porque não tinham como agir de outra forma, ao buscar o desenvolvimento industrial pesado ou seja, a construção de poderoso sistema de defesa militar e de importar, naquilo que lhes faltava, a tecnologia ocidental.

Em alguns setores, como o da indústria metalúrgica e da aeronáutica, a sua superioridade era patente. Mas, em outros, faltava-lhes a experiência necessária.

Enquanto se encontravam em guerra, foi fácil a mobilização dos sacrifícios da produção, mas, a partir da paz, os germes do capitalismo ocidental começaram a ruir o espírito do sistema, que era uma quase teologia.

Desaparecida, pela fatalidade ideológica, a geração dos velhos bolcheviques (Khruschev e Brejnev foram os últimos dos que haviam pessoalmente lutado nos anos 30 e 40), os tecnocratas assumiram o poder.

A tecnocracia tem sua própria ideologia, que é a da eficiência, do resultado. A isso se somou o crescente intercâmbio comercial e tecnológico com o Ocidente.
Sem o controle do partido, isto é, da razão teológico-política, os tecnocratas começaram seu vôo próprio. As razões de mercado, pouco a pouco, entraram nas discussões do Gossplan, o Ministério de Planejamento soviético.

Em 1964, o economista soviético Yevsei Libermann, que morreria em 1983, propôs a introdução da idéia da descentralização do planejamento, do lucro das empresas estatais e do bônus, gratificação aos executivos pelo desempenho profissional.

A partir de então, o sistema de produção soviético passou a adotar os módulos do capitalismo ocidental. Durante os três anos seguintes, as ideias de

Liberman passaram a ser discutidas e cautelosamente aplicadas nos países do bloco socialista, com mais receptividade na Alemanha Oriental, na Polônia e na Hungria e na Tchecoslováquia onde ganhariam mais força em 1967.

As reformas econômicas foram um dos fatores da Primavera de Praga em 1968, e, de alguma forma para o que ocorreria depois na Europa. Os burocratas clássicos a elas se opunham, criando atritos no partido, dominado pela facção stalinista desde 1948.

Nos tempos antigos, havia o costume de marcar os períodos históricos pela passagem dos cometas. Os anos sessenta, a década que mudou o mundo, se iniciaram com um primeiro, pequeno e efêmero cometa artificial, o Sputnik, lançado ao espaço pelos soviéticos em 1957.

Os anos 60 foram, assim, a década da possibilidade de que os homens pudessem, um dia, libertar-se da prisão planetária, a que se supunha estarem condenados eternamente.

A década se encerrou, em 1969, com a primeira viagem à Lua. Entre o lançamento do primeiro Sputnik e o desembarque lunar, houve uma série de fatos, demonstrando a perplexidade e a insatisfação no mundo inteiro, mas principalmente entre os jovens.

Os negros norte-americanos, nos estados do Sul, onde a discriminação e o segregacionismo eram mais cruéis, começaram a organizar-se. Dois anos antes do lançamento do Sputnik, em dezembro de 1955, uma negra do povo, Rosa Parks, costureira, sem escolaridade maior, negou-se a ceder seu lugar no ônibus a um branco, e foi presa, por violar as leis segregacionistas do Alabama.

Os negros decidiram boicotar o serviço de transporte coletivo, e buscaram o jovem pastor protestante, também negro, mas rico, Martin Luther King, para seu porta-voz.

Assim inicia-se o grande movimento pela igualdade dos direitos civis, sob a liderança de Luther King até sua morte, em 4 de abril de 1968.

No início da década, em abril de 1961, o presidente Kennedy, que estava no poder havia menos de três meses, autorizou a invasão da Baía dos Porcos por exilados cubanos, com armas e equipamentos norte-americanos. O

desembarque foi repelido com determinação pelos cubanos, sob a chefia pessoal de Castro e de Guevara.

Embora mantivesse a determinação de eliminar o governo revolucionário cubano, Kennedy promovia os direitos civis nos Estados Unidos, apoiando o movimento negro e adotando medidas avançadas no plano interno. Mas a situação internacional complicava-se com o envolvimento cada vez maior dos Estados Unidos no Vietnã. A morte de Kennedy, em novembro de 1963, continua sendo um mistério até hoje.

Há fortes suspeitas que ele tenha sido morto em uma conspiração de que participaram o chamado "Conselho de Cidadãos de Dallas", de extrema direita, e os interesses americanos e cubanos preocupados com a informação de que o jovem presidente negociava secretamente um acordo com Havana.

Morto Kennedy, a guerra do Vietnã se intensificando, começa o ano de 1964, dramático os brasileiros. Mas como devemos ir além dos fatos, convém registrar o aparecimento, também em 1964, do livro que se tornou um dos fermentos do que ocorreria quatro anos mais tarde, nas primaveras de 1968: One-dimensional Man. Nele, Herbert Marcuse, ao examinar as estruturas sociais, mostra que o pensamento único, que dominaria o mundo a partir da queda do mundo de Berlim, já estava em vigor. Ele não via diferenças maiores, em 1964, ano, relembremos, que Liberman propôs o lucro ao sistema socialista entre os países do leste e os do ocidente capitalista.

Os dois lados estavam submetidos à ideologia da sociedade industrial contemporânea, que tinha as suas próprias exigências, e convertia as pessoas em instrumentos do capitalismo. Em homens de uma só dimensão, a dimensão de produtor consumidor, em benefício de uma insânia, que é a do egoísmo.

Marcuse atualizava, em seu livro, as críticas sociais contundentes da Escola de Frankfurt, a que pertencia, sobretudo em obras como Dialetik fúr Aufklãârung (A Dialética do Iluminismo) de Max Horkheimer e Theodor Adorno, que alguns traduzem, indevidamente, como Dialética do Esclarecimento o que não esclarece coisa alguma. Aufklãrung é a palavra alemã para traduzir Les temps des Lumiêres, ou seja, O Iluminismo.

Na obra principal da Escola de Frankfurt, Adorno e Horkheimer examinavam aquilo que outro de seus contemporâneos, Lukacs, denominou o

apodrecimento da razão: o esfarelamento do ideal iluminista pelo totalitarismo, claro em alguns casos, como no fascismo, e dissimulado nas democracias ocidentais.

Um ponto destacado, e que nos interessa, é o do controle, pelos donos do mundo, da indústria cultural contemporânea.

Em suma, os grilhões de ferro do passado eram substituídos pelo controle da mente, antes pelo cinema hollywwodiano, a serviço do mito e dos interesses norte-americanos. Depois, com a televisão, com suas séries e personagens norte-americanos e seus telejornais pró-norte-americanos. E, agora, pelas redes sociais, com suas fake news a serviço da direita, que, com "especialistas" como Steve Bannon, invadem computadores e celulares para abrir caminho para a eleição de energúmenos como Trump e seus asseclas em vários países do mundo.

Como seus outros companheiros do Instituto de Investigação Social de Frankfurt, Marcuse encontrou asilo nos Estados Unidos ao fugir do nazismo. Em 1964, quando escreveu seu livro nuclear, e depois de lecionar em várias universidades, era professor na pequena, mas renomadíssima Universidade Brandels, em Massachusetts. Em 1968 estava na Califórnia, no campus de San Diego, da Universidade de Berkeley. Com a inigualável liberdade de cátedra dos Estados Unidos, o filósofo, então em seus setenta anos, transformou as aulas em manifestações claramente revolucionárias, convocando os estudantes a assumir a sua responsabilidade diante de uma civilização que erodia.
Seus livros anteriores, como "Eros e Civilização", passaram a empolgar a juventude, juntamente com "O homem unidimensional". Seu apelo, revolucionário, ecoou primeiro em todos os campi da Universidade da Califórnia e atingiu, em seguida, as universidades da Costa Leste da América do Norte.

Aquela foi uma situação curiosa. As universidades haviam estado fora das grandes revoluções históricas, como as do Renascimento e do Iluminismo, e de seus desdobramentos políticos, como foram os movimentos armados na Inglaterra do século 17 e da França do século 18. Em 1968, e pela primeira vez, as universidades se tornaram os centros da revolução.

Dos Estados Unidos, o movimento chegou à Europa, onde encontra a corrente do Leste.

Na Tchecoslováquia, embora, do ponto de vista da teoria econômica, o movimento se originasse das reflexões de um homem maduro, como Liberman, o estopim emocional do movimento foi o protesto de estudantes da residência estudantil de Strahov, em Praga, ainda em outubro de 1967.

Faltara energia elétrica e calefação na semana que precedia os exames anuais da Universidade de Praga, e os rapazes e moças saíram para a rua, gritando que queriam luz. Eles reclamavam a luz objetiva, para que pudessem estudar. Como estavam próximos do centro do poder, o Castelo de Praga, foram reprimidos com violência pela polícia, que viu na expressão svetlo, luz, uma referência à liberdade de pensamento.

Um deles, filho de membro do comitê central do partido comunista tcheco teve a cabeça quebrada, e o assunto repercutiu politicamente.

O resultado foi o surgimento, dentro do comitê central, de uma corrente renovadora, chefiada por alguns velhos comunistas, sobreviventes das brigadas internacionais da Guerra da Espanha, sob a chefia de um herói da resistência eslovaca contra o nazismo, Alexander Dubcek.

Em janeiro, Dubcek, com o estímulo dos próprios soviéticos, assume o cargo de secretário geral do Partido Comunista, no lugar de Novotny; no fim de março, Novotny, que era o também o presidente da República, é obrigado a renunciar, substituído pelo general Svoboda.

A juventude, embora se movesse, ainda estava tímida em Praga, até agosto, quando chegaram os tanques soviéticos. Nesse momento, e nos meses que se seguiram, as moças e rapazes assumiram o centro das manifestações de resistência contra o invasor. É provável que, assim como a Primavera de Praga influíra no ânimo dos jovens parisienses, os fatos ocorridos em Paris tenham estimulado a ação dos jovens tchecoslovacos.

Embora contidos, os jovens tchecos continuaram atuando, depois da konsolidace (a “consolidação” da vida do país, sob a ocupação soviética e o governo títere de Husak). Em 16 de janeiro de 1969, em protesto contra a ocupação, o estudante Jan Palach, de 21 anos, encharcou suas roupas de gasolina e se queimou, na Praça Venceslau, diante do Museu Nacional de Praga. Palach morreu logo depois no Hospital. Quatro outros estudantes se mataram nas semanas e meses seguintes.

O centro mais importante do movimento de 1968 foi realmente Paris. Várias razões confluíram para que o Quartier Latin se transformasse na capital do inconformismo do mundo, naquelas semanas de maio.

Uma delas era como continua sendo a história mitológica de Paris como Capital do Mundo, com sua crônica de lutas pela liberdade e pela violência nos confrontos.

Dizer que as coisas surgiram espontaneamente é fácil, e não corresponde à verdade. O mal-estar da sociedade, mas, sobretudo, dos mais jovens, era como a pradaria seca, de que falava Mao-Tsé-Tung: bastava uma brasa para incendiá-la. Mas há sempre um fato emocional. Assim como a falta de calefação e de luz levara os estudantes de Strahov às ruas de Praga, uma decisão tomada em março de 1968, pelo reitor da Universidade de Nanterre foi a brasa que os ventos transformariam no incêndio de maio. O reitor proibiu que os alunos do sexo masculino visitassem os alojamentos das moças. E quem organizou o protesto foi o estudante alemão Daniel Cohn-Bendit.

O movimento, em Nanterre, tomou o nome de 22 de março, dia da primeira manifestação naquela universidade da periferia. Pouco a pouco foi crescendo, até ganhar a Rive Gauche e a Sorbonne, em 3 de maio.

Até nisso, o movimento dos estudantes lembrava a Comuna de 1871 que se iniciou em março, para ser severamente reprimida em maio.

Os comunistas, provavelmente temendo uma repressão sangrenta, como fora a de Thiers, contra a comuna, na Semana Trágica de noventa e sete anos antes, agiram com prudência. Os trabalhadores não foram para as barricadas, como em 1871. De Gaulle que se viu obrigado à retirada se reuniu com os altos chefes militares nos quartéis franceses de ocupação em Baden-Baden, na Alemanha, e deles obteve a fidelidade que lhe era necessária.

Por outro lado, o movimento se esvaziara, por falta de adesão da população conservadora de Paris.

Assim foi possível derrotá-lo sem mais confrontos dos que os havidos nas noites de 12 para 13 e de 23 para 24 de maio, quando as barricadas foram erguidas, como ocorrera na antiga Comuna.

Como não eram os trabalhadores que se encontravam na linha de combate, com suas espingardas, mas, sim, estudantes armados de paralepípedos, a repressão não usou armas de fogo, a não ser em dois ou três episódios isolados, felizmente sem mortos. De Gaulle venceu .o desafio. Os estudantes, fatigados, deixaram as ruas. Em abril do ano seguinte, De Gaulle propôs um referendo para continuar no poder e promover as reformas que considerava necessárias.

Foi derrotado e recolheu-se à sua cidade natal, onde morreria no ano seguinte. Seu primeiro ministro, Pompidou, que atuara com cautela, acabou substituindo-o. Os jovens que estavam nas ruas eram, em sua maioria, da classe média, e muitos deles filhos das elites intelectuais e econômicas da França daquele tempo.

Ainda que Paris fosse, naquele ano, novamente a capital do mundo, as razões do malestar eram mundiais. O mais sangrento episódio na repressão aos sonhos de 1968 ocorreu na Cidade do México no dia 2 de outubro.

Dominado pelas oligarquias desde o malogro da Revolução de 1910, mediante um partido único, o México só tivera um governo honrado depois de Carranza, o de Lázaro Cárdenas, entre 1934 e 1940, quando o jovem presidente (ele tinha 41 anos) nacionalizou a exploração do petróleo, realizou corajosa reforma agrária e estimulou o sindicalismo dos trabalhadores.

O presidente de turno, em 1968, era Gustavo Diaz Ordaz, aliado incondicional dos norte-americanos e líder da ala direita de seu partido. Os estudantes mexicanos, durante todo o ano e sob a influência direta do que ocorria ao norte, nos próprios Estados Unidos, realizavam manifestações contra o governo e reclamavam mais democracia nas universidades. O centro desses protestos era a Universidade Autônoma Nacional do México uma das mais antigas instituições universitárias da América, existente desde o fim do século 16, anterior, portanto, ao Colégio de Harvard, nos Estados Unidos.

Como as manifestações estavam crescendo no campo universitário, Diaz Ordaz determinou a sua ocupação, com violência, por tropas do Exército, em setembro.

Em protesto, o reitor se demitiu. Com a universidade ocupada, os estudantes foram para as ruas. O governo pediu e obteve a assessoria da CIA e armas

próprias para o combate a insurreições urbanas, porque Ordaz estava certo de que o que houvera em Paris iria repetir-se, e de forma muito mais grave, na capital do México.

Os estudantes e trabalhadores convocaram manifestação contra a ocupação da Universidade para a tarde e a noite de 2 de outubro, na Praça das Três Culturas, no bairro de Tlatelolco. A escolha do lugar tinha sua razão simbólica, por representar as raízes indígenas e europeias do povo mexicano. Era terreno sagrado.

Outra razão era a da proximidade dos conjuntos habitacionais populares, bem próximos da praça. As forças militares cercaram a praça por todos os lados, cortaram a iluminação, e helicópteros lançaram as luzes de seus holofotes sobre os manifestantes.

Os militares atiraram de todos os lados, sobre a multidão desarmada, durante 45 minutos.

Ninguém sabe exatamente o número de mortos, mas é quase certo que tenham passado de mil, fora os feridos.

Os corpos foram jogados sobre caminhões de lixo e levados para lugar desconhecido. O governo afirmou que apenas 4 pessoas haviam morrido, e vinte ficado feridas.

Em 1993, 25 anos depois, uma sobrevivente daquele dia, Rosário Castellanos, redigiu o texto da pedra comemorativa colocada na Praça:

Quién? Quiénes? Nadie. Al dia siguiente, nadie. La plaza amaneció barrida. Los periódicos dieron como noticia principal el estado del tiempo. En el cine no hubo ningún cambio. En el programa, ningún anuncio intercalado. Ni un minuto de silencio en el banquete. (Pues prosiguió el banquete).

17
JOÃO GUIMARÕES ROSA

DISCURSO DE POSSE

Cordisburgo era pequenina terra sertaneja, trás montanhas, no meio de Minas Gerais. Só quase lugar, mas tão de repente bonito: lá se desencerra a Gruta do Maquiné, milmaravilha, a das Fadas; e o próprio campo, com vasqueiros cochos de sal ao gado bravo, entre gentis morros ou sob o demais de estrelas, falava-se antes: “os pastos da Vista Alegre". Santo, um "Padre Mestre", o Padre João de Santo Antônio, que recorria atarefado a região como missionário voluntário, além de trazer ao raro povo das grotas toda sorte de assistência e ajuda, esbarrou ali, para realumbrar-se e conceber o que tenha talvez sido seu único gesto desengajado, gratuito. Tomando da inspiração da paisagem a *loci opportunitas*, declarou-se a erguer ao Sagrado Coração de Jesus um templo naquele mistério geográfico. Fê-lo e fez-se o arraial, a que o fundador chamou "O Burgo do Coração". Só quase coração – pois onde chuva e sol e o claro do ar e o enquadro cedo revelam ser o espaço do mundo primeiro que tudo aberto ao supraordenado: influem, quando menos, uma noção mágica do universo.

Mas, por "Cordisburgo", igual, verve no sério-lúdico de instantes, me tratava, ele, chefe e o amigo meu, João Neves da Fontoura. - "Vamos ver o que diz Cordisburgo..." - com o riso arroucado, quente, dirigindo-se nem reto a mim, senão feito a escrutar sua presente sempre cidade natal, "no coração do Rio Grande do Sul". Provinciano - no justo traço psicológico e moral, que não no social e político - buscasse, aqueles momentos, uma reinsuflação de lá, entre o aconselhamento. Dessa Cachoeira, que o formou, que ele constante amou, a que como Prefeito prestou devotado e afincado anos de vida, refazendo-a, e pronunciando-se ainda filho devedor, dela orgulhoso; como, pensando "rio-grandensemente", diz ser o Rio Grande "orgulhosamente província". Ribeiro Couto, saudoso mais hoje conosco, e que a ponto co-adotara o hipocorístico, de Belgrado vem vez me telegrafava: "Pouso Alto se embandeira e toca os sinos em honra de Cordisburgo". João Neves, porém, nosso Embaixador e Chanceler - requerendo o interior e a província, onde firma residir ainda "a força do Brasil, especialmente nos maiores Estados", reclamando seu trato como necessário para quem aspire a exercer qualquer notória influência, imputando às metrópoles levarem "ao diletantismo, à superficialidade, ao epicurismo", e professando nada conhecer "que melhor exprima a vontade do povo em geral do que o povo municipal", - entendíamos juntos, do modo, o País entrançado e uno, nosso primordial encontro seriam resvés íntimos efeitos regionais. Para Paris, escreveu-me: "Vi uma fotografia da entrega de credenciais do Carlinhos. Nela você aparece no fundo ostentando uma gravata de listas vivas, que tanto pode ser fabricação do Sulka, como comprada no armarinho da *Main Street* de Cordisburgo”. Via-me lento e desacostumado mineiro capiau, indeformado, ou o-quê, segundo seu avaliar, xará e caçula companheiro no sentir de homem lá-de-fora ou lá-de-dentro; isso nos concertava. Às quandas, equivocava-se e dava-me “Barbacena" - a sagaz e espiritual, onde, em tempos diversos, ambos residíramos gratamente, e tão-então não menos um nosso "lugar geométrico". Por mim, frequente respondia-lhe topando topônimos. - "Cachoeira concorda?" - se bem que, no comum, o chamasse de

"Ministro". Escuto-o: - "E agora? Que há com Cordisburgo?" - Muito, Ministro. Muita coisa...

De fim a fundo. Digo, conto o que de João Neves da Fontoura, por afortunada aproximação, me foi dado colher - o transordinário na experiência humana ordinária, ideia e impressão, singelo testemunho simples, do ato ao fato – na memória mais sentida. Para tanto, terei de à-pauta citar-me. Embora. No que refiro, sub-refiro-me. Não para a seus ombros aprontar minha biografia, isto é, retocar minha caricatura. Não eu, mas mim. Inábil redutor, *secundarum partium*, comparsa, mera pessoa de alusão, e há de haver que necessária. O espelho não porfia brilhar nem ser; mas, por de-fim, para usação, bem tem de relustrar-se. Direi.

Dele devo, por exemplo, datar o que recebi, com mãos menores. Da valia intelectual e dos rastros de cumprida vida pública - sua vasta capacidade inquieta, sua folha de batalhas, seus breves postos em poder e frementes empenhos de antagonista, seu inteiro atuar na política brasileira, tantas horas decisivo, tensa sua figura histórica - discorrem e esclarecerão, a olhos gerais, os anais, arquivos, livros, esplêndida informação autobiográfica. Esse o metal já amoedado - não permitido a alguma espécie de desaparecimento e esquecimento. Duvidemos, isto, dos que o não souberam compreender; a traça não pode com a alfazema. Tenho, sim, muito pouco, um tantésimo, um quantésimo. O que devo portar por fé.

Nem o que queria atinjo. Como redemonstrar a grandeza individual de um homem, mérito longuíssimo, sua humanidade profunda: passar do João Neves relativo ao João Neves absoluto? Sua perene lembrança - me reobriga. O afeto propõe fortes e miúdas reminiscências. Por essa mesma proximidade, tanto e muito me escapa; fino, estranho, inacabado, é sempre o destino da gente.

Vai para 40 anos; e era momento de juventude. Súbito, o povo guardava brado e gesto, um começo de começo. Foi a 5 de agosto de 1929. Aparecia para o Brasil, deste tamanho, um nome - o do destravador, servo dá palavra e de prender fogo. (João - que nem os Crisólogos, Crisóstomos, donde ouro qual tal: Fons Aurea, Fonte áuria, Fontoura; alvo - Neves - em nitidez). Davam os jornais, eco centelhar de fragmentos, sua fala na Câmara, de três horas, discurso-suma de toda uma esquipada: "... Vamos para o prélio aceso das urnas, e quiçá para o prélio sangrento das armas." Vocava "uma crença nas forças imortais do espírito de renovação." Reportava-nos os da altiva marca meridional, de rajadas, rasgos, verticalidade e ímpeto, robusta evolução cívica: ... "os rio-grandenses, que traçaram as fronteiras da Pátria a ponta de lança e pata de cavalo..." - o gaúcho de brio e cerne ao ar livre. Trazia a Paraíba, valente em entono em

sonância, "até às montanhas de Minas Gerais. Minas pacífica, Minas vitoriosa!" Tomamo-lo a tento. Ele ardia. Ia, no entreassomo, mas no eito do arremesso:

"Sonhava nesta geração bastarda Glórias. . . e liberdade!
. . . . . O gênio das pelejas parecia..."
- o de ÁLVARES DE AZEVEDO, no "Pedro Ivo". Mas, de quem, então:

"A fronte envolta em folha de loureiro
Não a escondamos, não!"

Na convibração, no momento, comportávamos, nós outros, seja ou não, sobeja exaltação e fantasia. Seduzia-nos assim entanto, imantados, o pregador, o Orador por antonomásia - que acudira das assembleias de sua terra, politizada e parlamentária, sobressaído em quanto âmbito de acústicas e toda sorte de embates, medalhado já de fulgor e forma, desde as pugnas de estudante senhor da tribuna. Vinha-se mais de ouvi-lo, frente às artes-mágicas do fatual e retendo-o daí como haraldo de um futuro em faces limpas. Seu discurso - seus discursos "liberais" - rota de obrigação - trem e incessar de lumes. Neles podia-se experimentar não apenas a comensura de facúndia e talento: mas coragem, de cor, ânimo, de alma. Tive-o, imediato, antes que outro incorporando em si o movimento que arrancava. Todo o mais adiante foi confirmação. Graças por este sóbrio meu não desacerto.

Seguiu-se, meses altibaixos, o comando do líder, causa avançadora daquelas jornadas, que tangeram o remate da Primeira República. Reconhece-se e unânime refere-se que João Neves da Fontoura - promotor da inteligência com Minas e, a todo e próprio risco e quase rituar mística significação, com Minas firmador do pacto da Aliança - susteve e alentou, inarredado, infatigável, insobrossoso, o rojão da campanha até à revolução e o triunfo. Dele foi a representação em relevo. Dele se retraiu - modo algum por machuque em melindre, frustração ressentida ou rancor de ambição, sei-quê; senão por drástico realismo conforme desconfiado desencanto, - sempre operário todavia tentando servir a uma então impossível congraça ou enquistando-se na vigilância mais lúcida. Dele não desmentiu ao conspirar a pronta reconstitucionalização de um Brasil renovado na ordem democrática - e a sustentar, verbo, o glório São Paulo de 1932, para onde arriscara-se a abrir o arco, num mixe aviãozinho de aluguel, em expediente dramático qual leal declaração de firmeza e vivo audaz como labareda metáfora. Nem o denegriu, já depois no exílio, publicando-se desabusado acusador; menos ainda, mais tarde, ao repor-se com o Governo, porquanto flui, outro-e-outro, o rio humano, certo se no álveo do árduo de propósitos, e: quem pensa no Brasil, e no povo do Brasil, vezes

quantas rebeija pedras e santos. Notável esse mirável João Neves. Voltava, em 35, remanente líder, à Câmara, da Minoria, de novo facho e voz.

Esta era uma vontade, frágil alta força.

"Orador, foi dos maiores senão o maior, do nosso tempo" - consigna Afonso Arinos de Melo Franco. Depõe: "João Neves da Fontoura... oriundo dos mais ilustres troncos sulinos... o fulgurante paladino de 1930... o mosqueteiro gaúcho... contou com um incomparável instrumento: a sua verdadeira e magnífica eloquência. João Neves chegara dos pagos com fama de temível orador. A brilhante campanha oratória de João Neves por esse tempo, que transformou, afinal, a oposição em revolução, não encontra talvez nada superior, e pouco haverá de comparável, em toda a história parlamentar do Brasil. Quantas vezes o vi e outras tantas o admirei."

Por mim escutei-o sempre com alegria alertada. Ver era vê-lo partir a falar, sem manhas de virtuose que soberbas de ás, vezos nem rompante: cumprindo apenas correto informar o recado, propor sua pleita, dar conta. Ele, que meditava e redigia os discursos, drede botava-os sob contido arranjo, alinhando tópicos reflexivos, conceitual o pensamento, lisa correntia a linguagem, lhano o teor cogente. Lidos, pegavam logo disciplinada periodicidade e velocidade uniforme: nanja boleações, arrastos, retóricas ou vocais surpresas; por-pouco nenhum ornato. Sérias serenas as feições, também ele não se prometia em porte e aspecto; retreito de gestos, não mimava a jogo. A voz, antes desbrilhada, só insistência e volume, forjando-se hirta ou adensada se entornando, dados foscos subtons, tocava as frases num andamento ascendente quase invariado, sequência de pontuais cortes e simétricas modulações, homofônicas.

Então. E, em instante, brusco ou gradual, baixavam-lhe outras veras, estalo, faculdade, fôlego, expediam-se-lhe por volta anjos novos da guarda, caboclos, gênio, verbigênio, apolínica chispa, o "duende", o "daimon"? Erguia-se e erguia-nos, por comoção e impacto, raptura. Ereto - mínimo vulto, mais mente e menos matéria - maludo e esmarte agora, ao ápice e às ordens, no tinir do metal, centro de círculos até que em fecho enfim o circuito único encantatório, por efluxo também invariável -: daquela presença e intensidade anímica. Induzia, convencia; impressionava, quando não, encostando em respeito adversários, e nos sem-jeito os emparedadamente insensíveis. Isto: isto é, sabeis, o orador, o fluido e o halo. O que responde igual, mas circumpatia e nimbo espúrios, a outras dicções, que não menos sojigam e enfeitiçam - a pítica, a hipnótica, pseuda e só-labiosa, a elemental ou animal, mesmo a vesânica. Não a dele. Sua palavra era lavada forra do ideal sobre o contingente.

Assim aqui, assim lá, nas alienas e internacionais reuniões. Ao abrir, inesquecivelmente, a IX Interamericana, de Bogotá, por lembrar. Ou, na Conferência da Paz, em Paris, quando acorçoados o espiávamos assumir a tribuna, do mundo, convocado pelos "grandes", Bevin, Bidault, Molotov, que alternados ali presidiam: - "*I call upon the Representative of Brazil, Mr. da Fontoura...*" - "*Je donne Ia parole au Premier Délégué du Brésil, Monsieur Da Fontoura...*" - "*Imiéiet slóvo Pêrvyi Brazílhskii Delegat Gospodin da Fontoura...*" Ah, Ministro! Como cabe tanta coisa nos meus olhos?

Dessa oratória e eloquência - quais o mérito e crédito, o mando, o móbil? De onde fura a fonte? Diga-se: valor. O altamente impessoal, quer dizer, o personalissimamente profundo. Da cauta, recolhida verdade do sentimento - era o que se externava - veemência ética, a sinceridade mais descoberta e em fé. Tão a fio mormente seu raciocínio, tanto mais a emoção legal certeira. Tenência. Integro, falava com uma autoridade; a de quem sabe ser vedor puro e por vezes pasmo da própria e movida grandeza. Retitude permeio e a fim, enraiz de convicção, sem regateio ou preço. Devoção à diáfana carne moral dos princípios. Mas à base então - a angústia pelo bem comum, a paixão da Pátria. Esse, dado a ver, o segredo do orador João Neves da Fontoura. Alma exercida, disse. E coração. Coração, é indispensável; todos sentimos por quê. O dever, mesmo, vem dele. Entanto que dever e pudor compelem-no a pelejar oculto.

Volto. Vai para 30 anos. Vim aqui, por causa de um prêmio, tinha de fazer discurso, cheguei tímido e cedo. Dei no saguão com grupo de acadêmicos. Deles, um, talvez não o mais próximo, endireitou para mim. ("Um acaso? Uma coincidência?" - ele é quem indaga, noutra ocasião e por diferente passo, em de seus livros: "Melhor é acreditar que uma harmonia secreta domina..." - conclui.) Encontrávamo-nos, primeira vez. Dispôs: - "Vai o poeta tomar chá conosco." Subimos, me apresentou aos pares, de mim curou todo o tempo. (Lembro-me: Adelmar Tavares, afável, glosava-me o "... nome certo para poeta..." -; guardei, tudo quanto há com nomes me apanha.) Em 29 de junho de 1937. E, a 12, ele, João Neves, tivera posse, apresentando sobre Coelho Neto estudo crítico abarcador, com achados, perdurável por substância e senso. "Assim, terçando motivo rigorosamente literário, vós - o expoente, - provais quanto merecem e têm direito, as individualidades da vossa esmerada categoria, ao convívio acadêmico, selecionador e acertado" - saúda-o Fernando Magalhães. (Expoente - e máximo - de um gênero; contudo como aspado "expoente" inajeitadamente quem-sabe se balanceasse, usando por vezes intitular modo curto a entidade: "Academia Brasileira"; e entretanto, já pois ainda antes das "MEMÓRIAS", pondo rancho arriba nas Letras do país.) E estava, eu disse, em sua doce lua com a Academia? (Mas, se sempre esteve, melenluarado e dos mais, tais querer e apreço prestava à Casa...) Me lembro - tributava jovial reverência ao mestre Antônio Austregésilo, outrora seu médico. Relembro, mais, Ataulfo, Roquette, Múcio, Alceu...? E eu enxergava o tido herói - aquém Ì nas aparências:

corriqueiro, trêfego prazenteiro, leve, leviano que qual? Mais lembro! Tudo o que era, a olhos cheios, uma coisa - caseira, desusada, despercebida: bondade. O que ele endereçou, a uns e outros, natural e ágil, toda a vida. Não adamantino: barro. Mas do melhor humano. Sua real simpatia humana, ativa, principal. Ele era bom. Será que faz ainda sentido a palavra?

Semanas mais, deu-se-nos nova minúcia - senha ou casualidade?

(E ajuntemos delas, que é como a vida se faz.) Tudo o que, aliás, tutameias peripécias, se passava nas ocasiões tão avulso, cabível sem antecedência nem consequência, que pôde me parecer até enganoso, fora de esquema, lapsos de improbabilidade; só no futuro iriam assentar nexo. Foi, foi que eu vinha distraído pela Avenida e sem rumor esbarrou à beira de mim um carro, alguém cordial falando-me: - "Aonde vai o poeta?" Era, claro, João Neves. Me fizeram subir - ele estava com Olegário Mariano e, por estúrdio que se tenha, jamais me acontecera convocação do jeito! - levaram-me a casa. No caminho... bem: - “Você um dia será também acadêmico" - sisudo emitiu. - “Mas, mais tarde..." - retomou-se. Mesmo muito mais tarde (disto não sei se riu, do analógico) comentei: - “Na terceira vez, o sr. me içou foi a chefe de seu Gabinete..." E é episódio a contar; tanto dele revela.

Vem de mais de 20 anos. João Neves, até lá, percorrera muito, incluso nos espaços diplomáticos: membro da Delegação do Brasil à II Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, em Havana; Embaixador em Missão Especial a Cuba e ao Panamá; e Embaixador do Brasil em Portugal. Eu, de mim eu andara por Alemanha e Colômbia, e agora, na Secretaria de Estado, tomava conta do Serviço de Documentação, valha dito, em taipa no meu hipogeu. Soube, vago, que João Neves da Fontoura ia ser o Ministro das Relações Exteriores. E - vede que homem. Vai, vai, um dia, o, saudosíssimo, Embaixador Orlando Leite Ribeiro, Chefe do Departamento de Administração, Chefe meu, me mostrou (- "Sabe de quem é esta letra?") tira de papel com o meu nome. Era uma escolha, acontecia meio algébrica, despessoal, certo modo abstrata. Escutai-me.

Em dadivada página das "Memórias", das que me honram maior e comove-me, põe ele o fato - de outra margem. E: "Rosa é um dos meus mais novos amigos. (...) Quando tive de escolher o chefe do meu gabinete, no Governo Dutra, inclinei-me por ele, por força da chamada 'dupla vista'. (...) Dou muita importância às pequenas coisas; mais do que às grandes." Já em artigo, num semanário, ele publicara: "Para a chefia do gabinete convidei o então 1º Secretário João Guimarães Rosa. Não o conhecia bem, mas, num lampejo ocasional, ele me apareceu como a pessoa de que precisava junto de mim."

Então explico. Nada quase corre simples, nesses casos, depois tremeiam-se lembranças e contralembranças; e há que, se o destino quer e faz, aplica luxo de lances, ataca por linhas simultâneas - disto sei recheados exemplos. O que ele grava nas "Memórias", certo a certo, deu-se. Mas houve mais, confluência, e eis aqui João Neves reavulta. Se bem que conhecedor de funcionários à altura no Itamaraty, ele, jogando seguro, pediu a Leite Ribeiro indicações (e, com um e outro, confirmei comprovada essa conversa). Encomendava: "alguém que, chefe de gabinete, não se ensaiasse 'eminência parda' ou 'ministrinho' arrogando-se a ministrança..." Leite Ribeiro apontou diversos. "Mas: '... e que entrasse para a chefia com atitude de espírito igual à de quem sai..." Vindo ora a mim a vez, atentai para o que João Neves por cima perguntou. - "É de que Estado?" - "Minas." - "Fico com ele!" Assim considerava a minha mátria pátria, à qual devesse também pelo sangue, por sua avó materna. A ela se reconhece unido e grato: "Visitando muitas vezes Minas, aí por volta de 1929 e 1930, e falando ao povo em comícios apaixonados, nunca deixei de meditar sobre os insondáveis juízos da Providência: eu tinha ido dez anos antes àquela bendita terra buscar um pouco de saúde..." Prezava não tão-só "a doçura daqueles ares de montanha"; mas própria a gente: - "Vocês, mineiros, são diferentes de todo-omundo..." – repetia; apreciava mesmo "as tragédias mudas da política mineira." Assaz confalasse o mote de COELHO NETO: "A terra venerável de Minas, terra de abundância e de hospitalidade, fértil e amável como o doce e generoso país quenanita..." E, pois, dela nunca poderia ser dito duvidador ou menos amigo.

Desoferecido foi que fiquei, peado quase. A um mestre achei de pedir conselho, ao Embaixador Leão Velloso, o Ministro que deixava a pasta. - "Que fazer para ser um chefe de gabinete?" Ele, coloidalmente bondoso e dono de curtida sabedoria, não àtoa vivera anos na China. Ainda assim primeiro se pasmou, um átimo. Acudiu-me, porém com fino sorriso adequado: - "Sempre trate de não chegar depois dos outros. E de mais não precisa, quem é capaz de fazer essa pergunta..." Nem tanto. Desde cedo, apenas, também eu aprendera que "o sábio fia-se menos da solércia e ciência humanas que das operações do Tao". Muito junto do braseiro, gente há às vezes que não se aquece direito, mas corre risco de sapecar a roupa. Eu gosto do amarelo. Talvez enfim nunca pudesse ter sido chefe de gabinete, de ninguém; salvante mesmo só de um João Neves da Fontoura.

Não que para preposto caçasse ele homem de capim, anódino, esmorecido; estimava ao invés a franca contestação e resistência. Disso intuí nota, ligeiro. Contava eu aprender primeiro suas querências e movimentos: assunta-se o leopardo é de dentro da jaula. Mal me deu tempo. Mandara a despacho um decreto, sem que eu o visse; o que, em si, importava nada. Apenas, esse ato - e era, menina-dos-olhos, o que criou o "Curso de Preparação à Carreira de Diplomata", uma das conquistas institucionais da administração Dutra e da gestão Neves da Fontoura - suprimia, de golpe, os concursos

diretos, deixando penivelmente por baixo os candidatos do interior, dos Estados. Vim estouvado opor-me; riscou-se o quadro a corisco, feito raspar de garrotes em escaramuça. Desfechou-me: - "Alguém de Barbacena ou Cordisburgo?" - "Ou de Cachoeira, por exemplo..." - tive de repontar. - "Isso nunca acontece!" - ele revirou. "Aconteceu comigo..." - pus ponto. Digo, pontuou ele, sussurrado só, numa de suas reações rapidíssimas: - "Talvez não seja mesmo democrático..." Solilóquio peremptório. O Ministro pediu de volta o decreto, para modificação; manteve o concurso de provas, excepcional e paralelo ao Curso, inventou bolsas de recurso aos estudantes desprovidos.

Sei, nesse entestar ficamos de verdade ligados. Descobrindo também que ele era, por constância e excelência, o democrata. Creio não ter encontrado outro assim inerentemente autêntico. Ideal, espírito, sentir democrático, possuíam-no - como respirada quantidade, fundamento e arraigo, sua característica. Por aí sofria, pensava, acertava ou se enganava, persistia. Escarafunchai-lhe a vida, e verificareis. Ralavam-no a engulho quaisquer conotações de regimes superados. Chegou a mandar proceder a original escrutínio no Itamaraty, a respeito de mudança de horário. Seu conviver demonstrava, porejante, a ingente crença. A mim, a quem o conceito da soberania do povo suscitava ainda visos meu tanto teóricos, ensinou-me que ela tem outrossim carne e canseiras, tarimba e pão, consolação; mas, principalmente, certeza criadora.

E esse - revolucionário, o removedor, exemplar de cultura e humanidade, dado ao esforço progressivo e aberto a quanto de construtivo, visando permanentemente ao bem da comunidade, admitindo a coexistência honesta das ideologias - desatentou na temática da transformação social, dela se desavisou ou dessentiu-a, a grau de merecer tacha e pecha, não andou com o tempo?" "A idade que vivemos é a da cooperação niveladora" - proferiu. Repetia-me citação: "Vivemos no seio de uma grande injustiça..." Detestava toda sorte de usurpação, não toleraria o mínimo retrocesso, o rejeito de nenhuma das duras e graduais aquisições nesse plano, no qual somente não colocava a urgência como um optativo categórico. Temesse, há de ser, qualquer sôfrega dissolução do genuíno no aleatório, receava o destabocamento, caos, a má ordem. De feita, apostrofou-me: - "Você pensa que a gente vive no Céu?!" Desde menino destinado, e desde a adolescência entrado à lida partidária, e por uma carreira de seis decênios na estacada, prisioneiro de cívicos intuitos - confez-se aos despóticos valores políticos da ação em superfície, sem pausa para esfriar-se do tumulto e da força adquirida - incicatrizado investindo sempre o imediato - e portador de um alarme.

João Neves vinha à direção dos negócios sabendo o aranzel do ofício. Dominara encargos e responsabilidades de sua missão e enorme experiência diplomática, de 1943 a 1945, em Lisboa, neutra, posto crucial pelo entrejogo de meias manobras, pressões,

urgidas decisões ponderosas. Comandante, agora, e por duas vezes, desestreitado e no cluso, deu-se à faina de nossas relações internacionais: de maneira forra, lúcida, objetiva, sutil, decente e oportuna. Sei que, a pensar e realizar, ele se adiantava em toda iniciativa e dignificava qualquer rotina. Documentado está o que pôde, conservado nos rascunhos e registros. Apenas, o meu Itamaraty, mansão de equilíbrio e mourejo, fiel e febril, muito mais do que fora se crê, e também uma Casa hierárquica, timbra seus assuntos - não por cavilosidade, culpas, má-fé, senão rigor de precaução essencial, moderação co-harmonizadora e universal regra específica de estilo - pelo selo de "secretos", "confidenciais" ou "reservados". Do que ele fez, sem subservir ou omitir-se, sem falsimilhanças, me penetro. Disto não darei parte; nem serei quem deixe de deixá-lo sub rosa. Mas aqui inscrevo, como premissa honrada e sustentada, a que, a 1o de fevereiro de 1951, em discurso de posse, foi seu juramento: "Convém tornar explícito que, na condução da política externa, o Governo - acima de tudo - velará para que aos interesses fundamentais do Brasil não se sobreponham, em quaisquer circunstâncias, interesses alheios."

Reevoco-o: vejo que trabalha, trabalha, à mão-cheia entusiasmada, no retângulo-arena de seu gabinete. Solto lépido, serviçal que nem jovem secretário-de-embaixada, e a todo tempo impartível da exata dignidade, e da amenidade de irmão da gente, ingênita gentileza. Fazia conta do bem-estar e das necessidades ainda que de servidores infimífimos. Manipulador agudo do concreto, descia, prático, a sugerir meios e aconselhar-nos na execução das tarefas; e eu me envergonhava da minha entorpecedora e distanciadora precisão do absoluto, nas ocasiões em que, enrolado ele mesmo a debater tropel de assuntos, em reuniões, tomava instante para passarme expeditivos bilhetes de auxílio, - solícito espontâneo, valedor constante, servidor de seus servidores. Difícil de quadrar-se a tolhedores métodos, aparentemente um absorvedor individualista, lia tudo, tudo capturava e examinava, produzia e orientava, sem cessar, ditava com proba avidez. Arremetia grandes olhos a qualquer problema, não enjeitando a farinha por grossa nem o angu por duro, jamais avaro de si. Nunca o vi bocejar; se estremunhava era como despertado gato. Seguro de modos trastando exercitado autodomínio, inimigo de ênfases, dramaticidade ou imponência, nem com ensombrar meio rosto se traía, ou só em quebrado de segundo, no semicerrar o cenho; quando indicado, ensurdecia-se um pouquinho mais, polidamente. Temi, vez, que, devido a raso descoincidir de índoles e vistas, estivesse-o menos socorrendo que estorvando, e o interpelei: - "Ministro, como é que o sr. me suporta?" (Nessa manhã, de seguida, espalhara eu alguns de seus projetos, tendo-me como isolador ou mau condutor contra as descargas de bateria poderosa.) Retrucou-me: - "Porque nós nos completamos... Você é a minha consciência mineira..." Por certo assim ministrava-me sua natural generosidade, propinado automático agrado de político; vede, porém, que na tirada predominava pico do *sense of humour*, absolutamente indispensável e uma

de suas riquezas. Senhor na indubiedade, sem intricantes vacilações, destorcido era que puxava pelos mais complexos fatos; nem se furtando de abrir janela ao vento.

Discorria-os a fino e gume ardor inteligente, seja sobre a tábua da justa medida e bom senso. Sabia esperar, conquanto suponho achasse que esperar é dar-se em hipoteca. Nada desandava, entretanto, nem desconchavando mesmo a quem não afeito a esse ritmo e velocidade de espírito. Inteligência que ao auge resplêndida se exercia, quando no aperreio do arrocho e já a horas de estalar, sem beirada o prazo. Dele então se inesperava: faísca, a inédita ideia, terminante, ou a útil definição, saltada acima, brasa. Ainda mais se em contenda. Parece mesmo que, para com toda a eficácia fixar-se a escogitar coisa do correr comum, primeiro carecesse ele de atribuir-lhe sentido adverso hostil, para acometida e de vencida.

"Mas meu signo era claramente o da luta" - vem descobre. Decerto. Seu era o signo do Escorpião, sob cujo influxo hoje transpiramos, campo-de-força de Marte. Scorpio reparte a seus filhos, com senso extra dos deveres e força de vontade tremenda, a pugnacidade decidida, intrepidez, gosto da rusga e da guerra. Fazem aos punhados inimigos. São políticos perigosos. O sujeito do Escorpião desfaz no risco, não alui por temor nenhum, defende-se atacando, nutre-se do conflito, dele extrai renovada substância ao contrário de despender energia nervosa, resiste até à morte. João Neves, a gente encontrava-o amofinado, perrengue, pessimista, e já se sabe: embaraçava-o a apatia dos entreatos pacíficos, atolava-se na tranquilidade. Ele não via o sol nos belos brejos, horizontais. Depois, a gente voltava, e eis ora o homem sem achaquilhos e o acessório, são, alegre esportivamente, suas forças todas enfeixadas.
Pois então, é que de novo em patriótica briga - era o realizar-se e renitir - o entrevero! Disso deixa conhecimento: "a poesia da peleja", "o sabor agradável dos embates". Define-se? "Por uma longa experiência, estou convencido de que a consciência do perigo e a certeza de vencê-lo influem uma grande paz nos espíritos atribulados." Daí mais sua filosofia, ou, melhor, Weltanschauung, resoluta cosmovisão, que era já a de Jó, de Uz. Diz: "Toda segurança é aparente, todo bem-estar terrivelmente interino." "A escolha e a luta são nossas inseparáveis companheiras." Portanto; "andava sempre, como se diz, com sete sentidos". "A vida é uma perpétua emboscada." Só que com ainda escorpiônica sensatez, mas nada de supérfluas cautelas; e humano não é sinônimo de paradoxal? Refrega durante e em avante, sim, desembuçado respeito pelo contendor. Nem o estúrdio potencial de ódio do Escorpião podia com sua não menos inata magnanimidade.

Então - e ele e Vargas? E ante Aranha? A dúvida pertine e o ponto pertence, cortando aqui desconversa, porquanto dentre bando e numeroso escol - os brasileiros grandes do Rio Grande - plano adiante inscritos na mesma moldura: tríade que em conjunto giro

insólito a História nos trouxe. Impende a pergunta. Resposta, Deus sabe, só sou contador. Vínhamos, por exemplo, de visitar Oswaldo Aranha - feérico de talento, brilho, genialidade, uai, e daquele total conseguido esculpir-se em ser - e Neves pauteou: "Você estava extasiado, empolgado..." Mas vi e já advertira em que não menos cedia ele à cordial fascinação. - "Sagarana (sic sempre), cuida disto para o João..." - telefonava-me Aranha alguma vez. Prezavam-se e queriam-se, alta, gauchamente; a despeito de quaisquer despiques, queixas, rixas, unia-os a verdade da amizade. Getúlio Vargas, muito falávamos a seu respeito, compondo uma nossa tese de controvérsia. Meu interesse, sincero, pela imensa e imedida individualidade de Vargas, motivava-se também no querer achar, em sã hipótese, se era por dom congênito, ou de maneira adquirida mediante estudo e adestramento, que ele praticava o *wu wei* - "não-interferência", a norma da fecunda inação e repassado nãoesforço de intuição - passivo agente a servir-se das excessivas forças em torno e delas recebendo tudo pois "por acréscimo". - "Enigma nenhum, apenas um fatalista de sorte..." - encurtava João Neves, experimentando fácil dissuadir-me. Mas, apto ele mesmo ao mistério, sensível às cósmicas correntes, à anima mundi antiga, teria de hesitar, de vez em quase, também a memória cobradora beliscando-o. - "De fato, o Getúlio dá estranhezas, nunca ofegou ou tiritou, nem se lastimava de frio ou calor, que nós outros todos padecíamos, nada parecia mortificá-lo..." - concedia-me, assim, pequenas observações. Logo, porém, sacudia-se daquilo. Fazia pouco de minha admiração-esimpatia por Vargas, sem com ela se agastar. Diferença fundamental de temperamentos em contraste - o ousado opugnador sem coleios e o elaborador expectante do contempo - de incerto modo inconciliava-os: por um lado insofrido espenejar-se contra visco, de outra banda quieto apartar-se de picadas. Voltas e contravoltas de longo acontecer, as vãs vicissitudes, fizeram o resto. Ou injunções de foro íntimo, públicas concepções diversas. Aproximações, afastamentos, reaproximações, como termos periódicos, patenteiam nada de outro que uma forma do "kaempfende Liebe", de afeto combatente. Demais, não se pisaram nem cuspiram nos ponchos, haveriam de entender-se, dia ou dia, em fim; já não pelo hábito caroável e em tradição cavalheiresca, mas por vinculação predeterminada e obedecida, acima de dessemelhanças ou revergências no obscuro e ambíguo das causas transitórias. Lembremo-nos sempre do que ainda não houve. Retirou-lhes a tragédia a extensão dessa substância amorfa e escolhedora - o tempo. Esta horária vida não nos deixa encerrar parágrafos, quanto mais terminar capítulos. Entanto que, como viável esteira do próprio tempo, só nos resta, a nós, cegos rastreadores, o desconjuntado flou de uma má montagem. Recordo: "As coisas estão amarradinhas é em Deus" - entimema único que punha em acordo minhas Vovó Chiquinha, de Traíras, no Rio das Velhas, e Vovó Graciana, de um povoado do Paredão do Urucuia.

Mesmo em meio de política.

Salteai-o nos tomos de crônica comentada - "Borges de Medeiros e seu Tempo" e "A Aliança Liberal e a Revolução de 1930" - em que João Neves da Fontoura nos estende texto digno de estadista sarado, de marca. Asseado depoimento, razoado a rigor de cunho positivo, nas formas da lógica; entrediz-nos entanto, quando por zelo explanador ou afã de interpretação, o titubear do autor, testemunha ou personagem, frente ao desconforme improviso dos casos e rente ao ultrapropósito de acontecimentos. Tal quer-se transparente para objetividade e acurácia - e a transparência pressupõe fundo luminoso - tão logo tem de citar os "altos juízos", os "desígnios" da Providência, seu "império", o "papel" que ela lhe distribui. Alega antecipações, não pode "desviar o pensamento de certas forças imponderáveis", reitera menção de outroversas coincidências numerológicas. Duvida enfim do plano empírico: "Sonhos ou realidade? Será que a gente vê mesmo, com exatidão, as pessoas e as coisas?" Nem estamos em Alexandria ou Ásia, mas soletrando verídico relato de um americano latino, de ideias ordenadas.

Supersticioso, sim; é claro. Superstição não preconceito, o ilusório; antes quase poesia. Percepção e arejo, defensivo psíquico automatismo, uma respiração cutânea do espírito, talvez. Soubesse que poesia é remédio contra sufocação. (Acompanhei-o, primeira sexta-feira, aos franciscanos, achávamos benigno gesto sob apaziguadoras signas de ensalmo. Não empreendia longa viagem, sem à última folga visitar igreja, mas assim mobilizava-se era para o que der e vier do agir. De outra levada, voltávamos de Petrópolis, rodamos ao outeiro de São Bento, aplicaram-nos os monges a bênção de São Brás, 3 de fevereiro, acesas as velas cruzadas, era como em remoto em meu Cordisburgo sobre o Ribeirão-da-Onça, a gente reentrava a intacta confiança e infância.) Sabe-se disto - que justo os rijos fazedores, de maneira calada ou confessada têm de ser no particular susceptíveis ao mais, captem os cantos de todos os galos. Tudo, pela metade, é verdade. Os extremos já de si sempre se tocam, antes que tese e antítese se proponham.

Mas, esse tom intuicional, aquela atmosfera passada de eflúvios, compertencem ao que se espera de currículo descrito por homem público? Talvez não; tanto nuamente são mesmo é da vida.

Salvo dissermos ainda do individido discernis entre obrigação e vocação, tendência e necessidade. João Neves foi político por encaminhamento, determinismo ambiente, renovados ditames; não por vício. Melhor, por recorrente ecologia pessoal como inevitável campo de ação, a metade estática do fadário - seu *dharma*. Estou-lhe no eco: afirma que em política sempre caminhou e subiu dando as costas aos mais entretidos desejos, até mesmo aos propósitos mais fincados. Dela diz ter sido, "talvez hereditariamente", sua "fatalidade". Vê, nela litigando, a imposta relatividade que a

macula - bem em intenção, mal necessário. Aí dá-se outra medida de sua nobreza e rareza. De fato.

Surpreendi-o, amiúde, no vivo. Uma vez, por exemplo, descansávamos, especulando disso e daquilo, chegou-se a confronto entre o político e o artista. Precipitei-me a grado de argumentos e exercício. Neves, repartido absorto, externou-se então em frases muito planas, não dissertava, recordava. Falou das obras que pudera promover na Cachoeira, de tanto que no Brasil precisava de urgente ser feito, imaginava humildes enormes realizações. De ato, entendi. O que ele pretendia e perseguia era a política substantiva, seu discreto cívico exercício e trabalhosa consecução, sacrifícios pelo cabedal coletivo, a concreta causa do povo: culto aprendido, desde quando contemplava famoso manifesto de Júlio de Castilhos, impresso em cetim branco, num quadro no escritório do Pai - que ele acompanhava, a cavalo, em suas idas de Chefe local do município. Colocava-a alta, mas na escala dos deveres, sem refugar nem reter seus aspectos subalternos.

Provável porém daí também decorram as constantes negativas que o embaraçaram na falácia das situações vitoriosas: um sobrevir de empecilhos "between the cup and the lips", entre a colher e a boca perdendo-se a sopa, e o obstinado opor-se da perfídia imanente às coisas, "*die Tuecke des Objekts*". Cabia-lhe, nas campanhas, "receber os primeiros e os últimos golpes", entanto que, "na hora das honrarias e dos postos", sofrer as "injustiças e preterições" - diz.

Tenho que o onerasse o handicap de excessiva sensibilidade, com a mobilidade, mercurial, conseqüente; mais alguma incontida impaciência de idealista. Faltavam-lhe, além da gana irracional que em vontade-de-poder se revela, blindagens grossas, densidade epidérmica, o quanto de macicez para o desempenho do calibanato. Da sensibilidade e inteligência tem-se sempre de pagar ingrato preço.

Por contra, que formidável campeador, quando na oposição, aquelas mesmas aparentes limitações o faziam, com destaque dado e conquistado! O que se pensava dispersivo, plástico e fragmentário, resolvia-se em flexibilidade presta, multiplicados meios e órgãos de movimento e ataque. A fartura de antenas sensitivas provia-o de incomparável tino, quase adivinhador. Funcionavam-lhe engenhadas as imaginosas aspirações, vezesmente, sem relaxe; tanto quanto jogando-o ao arranque de superação a própria experiência de reveses. Tremendo, ei-lo, contendor duro, conspirador sério, conferindo força de persuasão e evidência convincente, inchante fermento; pequeno polegar, malasarte, malino não maligno nem maquiavelhaco, mutuca - como Sócrates de si mesmo na "Apologia" diz-se "a mutuca de Atenas" - ou melhor na pressa não reta das abelhas em voo, à mão-de-deus-padre de táticas inseguras e certeiros desatinos,

fogo em todas as frentes, não lhe importando perda de chumbo ou pólvora. Espetáculo! Franzino a performar seus trabalhos-de-hércules. E, aqui, estamos no vértice do incontestável. Contai-os.

Revede, a etapas, o que dele guarda lasca e garra, e dívida à eficácia de sua impulsão sustentada exata, à ponta extrema. Recitem-se, 29/30, Aliança e Revolução; 32 a Epopeia da gente Paulista, que remeteu inadiável em prumo o Brasil; a vitória, 1945, da candidatura Dutra, por ele alevantada (e recusara filar em mãos a sua, própria, com manilha e trunfo, posta por Vargas); a campanha mesma pró-Vargas, 1950. Mas meramente marcos de geodésica, ou, devo, digo, rebojos que mexem à flor de correnteza estrênua. Drede detendo-me de algum juízo entre o quer-que de homólogo ou díspar, aí, eventos e causas. Quem julga? Apreendeu já alguém, sobre o fluxo dos fenômenos e dar-se de valores instantâneos, a ortografia das tortas linhas altas? Seja sim obediente então a intenção - em que quanta composta coisa se insere, coalesce e coere. Teste-se, no mais severo balanço, sem encarecimento, de João Neves da Fontoura: não um bélico tumultueiro, lansquenete, buscador de vantagens ou construtor de revanches. Só o servidor enxuto. Sete-capotes, rompe-gibão, trancaporteiras, angico-branco, ouricuri que a queimada lambe e poupa, quebra-machado, tamboril-bravo. Até ao final, montou guarda.

Mas, política, tempo e modo, mudavam em antes não visto acelerar-se, ultrapassante, enquanto que a idade pegava-o já com meio frias meias mãos; tanto o viver vai maior e mais ligeiro que a gente. - "A vida é uma série crescente de restrições" - falava-me. Rejeitara ainda ser Ministro do Exterior do Governo Kubitschek. Na lonjura as trépitas festas de orador - e a diminuição auditiva (dizia-se ele um "hipoacúsico") toda maneira tolher-lhe-ia a tribuna polêmica. Embora, à altura, procurado sempre para opinião e conselho, irradiador, prezada mais sua presença condutora. Então entrou à imprensa que nem a outra paliçada. Formou de jornalista, dos pontualmente mais atuantes, em artigos e editoriais, coraçonados, escorridos, acertantes, de destopeteada bravura. Das coleções de O Globo, por mencionar, estariam de desentranhar-se, desses, volume e volume.

E envelhecia bem; isto é, tomava posse do passado. O passado também é urgente. Abriu-o em todas as páginas. Escreveu as "MEMÓRIAS". Narração e demonstração. O lutador conta - descreve as passagens de próprias guerras, fama devida... - perfila-se. Máxime. Não era homem de não prosseguir, ao sol-entrar, quando a lembrança cria exemplo. Fez grande, importante livro. Tirando-o de cadernos, maços de documentos, tanto quanto do tutano da memória, mesma, objetiva e afetiva, recuo montante. Mais de sua arte de rever e aviventar, forte honestíssima. Fiel às amizades e às inimizades; leal, acima, à verdade, perceba-se. Ivan Lins refere como João Neves fiou-lhe a ler os

originais e tomou em rigorosa atenção todas as retificações; procedeu também assim com outros, igualmente íntegros e fidedignos. Quis ser justo, daí o escrúpulo e cuidados para com os fatos. Vereis que pôde falar, em desaparato, do muito que foi, "a contragosto, e o imenso que não quis ser". Seu *ethos* - o da era, que começa, dos comportamentos a descoberto - é o roteiro esforçado da fé e a dinâmica da humildade. A de homem culto: o que sabe pensar. Por outra parte, são as "Memórias" livro de que se honrará a nossa cultura. Relede-lo. Jamais enfara; cativa e gratifica, a cada volta; com ele se convive. Tudo põe e repõe, desenredado, simplificado, pormiudamente humano, com tacto e lisura, tanto bastante. João Neves nele confessase, espontâneo e discreto, desimpedido e comedido, como um recibo de entendimento, como o clamor de um cochicho. Vem franquear, a quantos, um fundo de consciência, o centro de sua personalidade. Ele mesmo - transretratado. Direi, escreveu-o para o Juízo Final, como todo livro deveria ser escrito.

Seu fervor literário, aliás, se extravasava sempre. Lido, lia em dia, fazendo das leituras a um tempo húmus para a mente e estímulo às ideias que povoavam-lhe aqueles retidos "territórios íntimos". Dividia-os, entanto, prazeroso pleno conversador, nos entremeios da ação, lembro-o de novo: quaisquer vezes, quando a gente corria - "*Allons-y*!" - estradas de Flandres e Holanda, ou passeando sós longo-praias de Ipanema e Leblon, ou tomando chá à beira do Marne, qual se sob sombra de um plátano à borda do Ilissos, quer debaixo de caraíba ou umbu, vendo a covilha ou a chapada.

Nem esqueço, em Bogotá, quando a multidão, mó milhares, estourou nas ruas sua alucinação, tanto o medonho esbregue de uma boiada brava. Saqueava-se, incendiava-se, matava-se etc. Três dias, sem policiamento, sem restos de segurança, o Governo mesmo encantoado em palácio. Éramos, bloqueados em vivenda num bairro aristocrático, cinco brasileiros, e penso que nem um revólver. Recorro a notas: "12.IV.48 - 22 hs. 55'. Tiros. Apagamos a luz." Mas, o que, com João Neves, por sua calma instigação, então discorríamos, a rodo, eram matérias paregóricas: paleontologia, filosofia, literatura; ou lembrava tropelias brilhantes de seu Sul, citava o saudoso nosso Dr. Glicério Alves, nobre tipo humano, do melhor gaúcho e amigo. E, todavia foi sua determinada e ativa decisão um dos ponderáveis motivos por que a IX Conferência se manteve na capital andina, adiante e a cabo.

Sua contenção derivava do bom gosto, essa forma ameníssima de renúncia; imolavase, diário diuturno, com naturalidade. Daí a gentileza de espírito e elegância de maneiras - econômico de corpo mas nãonadamente mesquinho, petulante ou cosquilhoso - jamais vulgar nem em desclasse. E a permanente galanteria: portava-se com sua netinha Fátima como se perante uma lady ou um flirte. E no neto Joãozinho já visse futuro o adulto, seu continuador em renome, renhir, responsabilidades. Sob o afoito combativo,

a gente acertava mais, sempre, a tranquila sabedoria do medimento: *sophrosyne*. Não punha contra si em movimento os mecanismos da Nêmesis. Era quase como um menino que ele pedia alguma coisa à vida. Compreensivo, notava-se pela benevolência e de-sobra tolerância - "Ninguém muda ninguém..." - não julgava. Usava e dava a esperança. Imortal é o que é do sofrido e espírito; tudo, abaixo daí, é póstumo. As coisas que ele me disse não se afastam com o tempo.

E expande-se: "... cada alma vai sentindo, na descida do caminho, a ânsia de se devotar a deveres mais altos do que as paixões públicas." Tem-se então, imediato, avançando dos grandes fundos, outra extraordinária personalidade, Arthur da Silva Bernardes, que faleceu súbito, em meio à lida lúcida, mas deixando, como por toque de preconhecimento, num derradeiro bilhete: "O fim do homem é Deus, para o qual devemos, preferentemente, viver. Eu, porém, vivi mais para a Pátria, esquecendo-me d'Ele" - pedindo ainda aos amigos, correligionários, e aos de boa-vontade, que com orações o ajudassem a resgatar aquela falta.

João Neves, tão perto o termo, comentávamos, suas filhas e eu, temas desses, de realidade e transcendência; porque agradava-lhe escutar, ainda que não tomando parte. Até que falou: - "A vida .é inimiga da fé..." - apenas; ei-lo, ladeira pós ladeira, sem querer fim de estrada. Descobrisse, como Plotino, que "a ação é um enfraquecimento da contemplação"; e assim Camus, que "viver é o contrário de amar." Não que a fé seja inimiga da vida. Mas, o que o homem é, depois de tudo, é a soma das vezes em que pôde dominar, em si mesmo, a natureza. Sobre o incompleto feitio que a existência lhe impôs, a forma que ele tentou dar ao próprio e dorido rascunho.

Talvez, também, o recado melhor, dele ouvi, quase *in extremis*: - "Gosto de você mais pelo que você é, do que pelo que você fez por mim..." Posso calá-lo? Não, porque sincero sei: exata estaria, sim, a recíproca, tanto a ele eu tivesse dito. E porque deve ser esta a comprovação certa de toda verdadeira amizade - impreterida a justiça, na medida afetuosa. Acredito. Nem creio destoante ou mal assentado, numa solene inauguração de acadêmico, sem nota de despondência, algum conteúdo de testamento. Giremos a perspectiva.

Ainda talvez mais que eu, ele vos agradeceria minha presença aqui, aonde desejei vir – para o ver "claro e quieto" que Machado de Assis inculca. Só não cismando, há-de-o, que em sua mesma vereda, a subseguir, orgulhoso e transido, o elenco destes que ganharam vida difícil, trabalharam sem repouso e hora por hora renderam-se à intimação interna - escolha ou chamado. Eles, Neves da Fontoura, Álvares de Azevedo, o que morreu moço, poento de poesia. Coelho Neto, amoroso pastor da turbamulta das palavras. Tenho-os comigo. Pois não descendemos dos mortos?

Deferidos, entretanto, à simpatia dos vivos. Vós. Demais que vindo-me o bom modo de vosso agasalho pela palavra de um a mim bem próximo, admirado e querido, malungo, autorizado. Afonso Arinos de Melo Franco -: capaz para pretender-se "mineiro, totalmente", por estirpe e por espécie, "das Gerais e dos Gerais"; idôneo de declarar que tudo o que sente de mais espontâneo e natural no seu espírito "tende a considerar intelectualmente e mesmo literariamente a vida"; autor de A Alma do
Tempo, que fundo releio, para alongamento e consolo, um dos livros maiores do pensar e sentir brasileiros; originário dessa Paracatu - grande e memoriosa entre chapadões sertões -, e cuja estranha notícia, trazida por vaqueiros, boiadeiros, tropeiros, desde a meninice enriquecia-me a imaginação, qual outrotanta maravilhosa Tombuctu, a depois do Saara, sobrenomeada "a Rainha das Areias". Dele temo e alegra-me ouvir afirmações de doador muito entusiasmado; já que arriscado e conturbante é a gente se tirar das solidões fortificadas. Trar-me-á, igual, simbólico, vosso primeiro abraço, o escritor sem falsas e amigo sem falha: Josué Montello. Cumulo-me.

Nem aguentaria dobrar mais momentos, nesta festa aniversária - dele, a octogésima, que seria hoje, no plano terreno. Tanto tempo a esperei, e fiz que esperásseis. Relevaime.

Foi há mais de quatro anos, a recém. Vésper luzindo, ele cumprira. De repente, morreu: que é quando um homem vem inteiro pronto de suas próprias profundezas. Morreu, com modéstia. Se passou para o lado claro, fora e acima de suave ramerrão e terríveis balbúrdias.

Mas - o que é um pormenor de ausência. Faz diferença? “Choras os que não devias chorar. O homem desperto nem pelos mortos nem pelos vivos se enluta" - Krishna instrui Arjuna, no Bhágavad Gita. A gente morre é para provar que viveu. Só o epitáfio é fórmula lapidar. Elogio que vale, em si, perfeito único, sumário: JOÃO NEVES DA FONTOURA.

Alegremo-nos, suspensas ingentes lâmpadas. E: "Sobe a luz sobre o justo e dá-se ao teso coração alegria!" - desfere então o salmo. As pessoas não morrem, ficam encantadas.

Soprem-se as oitenta velinhas.

Mais eu murmure e diga, ante macios morros e fortes gerais estrelas, verde o mugibundo buriti, buriti, e a sempre-viva-dos-gerais que miúdo viça e enfeita: O mundo é mágico.

- Ministro, está aqui CORDISBURGO.

18
SPINOZA

CONATUS

TEXTO DA SÉRIE ÉTICA

Conatus é um conceito importantíssimo, além de muito elegante, porque com ele Espinosa pode estruturar, juntamente com sua noção de Deus, toda sua *Ética*. Este termo vem do latim e significa "esforço", influenciou Schopenhauer e posteriormente o conceito de Vontade de Potência em Nietzsche, além de ter grande importância para Bergson e Deleuze.
Se a essência de Deus é a de ser a causa de si, então ele necessariamente existe e ao mesmo tempo é causa de tudo que existe. Nós não temos essa sorte, não somos causas de nós mesmos, somos parte de uma cadeia infinita de acontecimentos que nos trouxeram até aqui. Mas ao menos temos a sorte de existir em Deus, ser uma parte de sua existência infinita, da potência do ser. Sendo assim, somos uma parte limitada em extensão e tempo da potência infinita de Deus.
Chegamos ao ponto, então, em que podemos definir a essência do homem:
Cada coisa esforça-se, tanto quanto está em si, por perseverar em seu ser *"*
– Espinosa, Ética III, prop. 6

Nathalie Maquet

Não somos seres infinitos como Deus, mas também temos a capacidade de ser causa de nós mesmos e de agir para preservar nosso Ser. É importante notar que este Ser é no sentido de uma parcela finita da potência infinita de Deus; o Ser é uma potência ativa de afetar e ser afetado. Temos interesse em tudo que contribui para manter nossa forma e nossas relações. O Conatus é a essência atual de um ser. Temos a potência que parte de nós mesmos, de nossa própria essência, para criar as condições de persistir em nosso ser. Não possuímos *conatus*, somos *conatus*, assim como tudo que existe, porque tudo realiza um esforço para permanecer em seu ser enquanto pode.
O *conatus* é a expressão de um corpo e de uma mente conectados, que se expressam ao mesmo tempo como atributos diferentes. No corpo é essa capacidade de ser afetado juntamente com essa mobilidade de suas partes que

o constituem sem levá-lo a se desfazer. Esta característica é o que permite que o corpo mude, amplie os afetos dos quais é capaz. Uma mobilidade, um desdobramento de suas habilidades, permitem ao corpo se comportar, agir de novas maneiras.

Não que haja uma finalidade (Espinosa toma esse cuidado), mas simplesmente porque tudo resiste em si até que uma causa maior a separe. Sendo assim, podemos dizer que não desejamos aquilo que é bom, mas é bom aquilo que desejamos. Ou seja, aquilo que nos constitui é desejo, não como desejo de algo exterior, mas sim no sentido em que Deleuze abordou posteriormente (ver aqui). Desejo e *conatus* estão muito próximos, são quase sinônimos, mas explicamos cada um de maneiras diferentes.

A cada instante, portanto, as afecções determinam o conatus; mas a cada instante o conatus é a procura daquilo que é útil em função das afecções que o determinam. É por isso que um corpo vai sempre o mais longe que pode, tanto na paixão quanto na ação; e aquilo que ele pode é seu direito"

– Deleuze, Espinosa e o Problema da Expressão, p. 177

Quando o desejo aumenta, Espinosa chama isso de alegria; quando o desejo de alguma forma é constrangido pelo exterior, Espinosa chama isso de tristeza. Estes dois afetos são os geradores de todos os outros que sentimos: amor, ódio, inveja, contentamento, etc., mas é importante notar que eles não são causa de nossos comportamentos e sim consequências. Desta forma, Espinosa contribui para entendermos a origem e natureza dos afetos (veja aqui)

Muito diferente de Freud, que o afirmou pelo conceito de pulsão de morte, Espinosa não acredita que trazemos qualquer impulso destrutivo dentro de nós; muito pelo contrário, somos pura positividade, uma vontade que se afirma plenamente em nome da vida. Como poderíamos trazer em nós uma pulsão de morte se somos parte da substância divina? Podemos dizer que nem mesmo Nietzsche entendeu inteiramente este conceito porque não se trata de simplesmente preservar-se, mas de criar as condições para aumentar sua potência, pois isso aumenta sua capacidade de existir. O ser se afirma, e ao afirmar-se procura tanto conservar-se quanto aumentar sua capacidade de afetar e ser afetado. Foi necessário que Deleuze aparecesse para pôr em bom estado de funcionamento o que se havia estragado com séculos de idealismo, seu conceito de desejo se baseia diretamente em Nietzsche e Espinosa.

Há uma impossibilidade lógica, causal, conceitual, ontológica de autodestruição. E também não é inércia! A inércia daria provas de um mundo onde Deus não seria o produtor de si mesmo como a realidade que vemos. Deus existe, logo, o *conatus* pode agir, produzir e expandir-se no processo.

Por sermos parte da produção divina, agimos. E quando agimos, realizamos nossa essência e buscamos por afetos que preencham nossa essência da maneira mais adequada.

Nathalie Maquet
O desejo em nós quer a si mesmo, ele não se volta ao exterior em busca de um objeto que lhe falte. O ser humano não é um vazio a ser preenchido, ele é uma vida que quer a si mesma e procura ampliar as suas condições de expandir-se construindo a realidade ao seu redor. Deste modo, cabe ao homem selecionar, dentre as milhares de possibilidades, aquelas que mais contribuam para perseverar no seu ser. O desejo do homem é o tempo todo preenchido, mesmo que seja por tristeza, cabe então a ele cuidar de si para ter cada vez mais a capacidade de preencher-se de alegrias.
Sendo assim, bom é tudo que aumenta a força de nosso *conatus* e mau tudo o que o diminui; as coisas não são boas em si. Mas, pela imaginação, podemos ser enganados, imaginar que nosso *conatus* aumenta quando uma análise racional mostraria que, na verdade, ele diminui. Somos facilmente enganados. Esta é a marca da servidão: buscar nossa servidão como se fosse nossa liberdade. Mesmo enfraquecido, mesmo trilhando caminhos que não parecem adequados, o conatus é sempre o esforço por afastar a tristeza e conquistar a liberdade.
O *conatus* é a necessidade interna, a essência que causa efeitos determinados. Um corpo afetado de maneira tal age de maneira tal, de acordo com o que pode, de acordo com sua essência. O corpo tem uma história, ele passa por variadas transformações, marcas, ao longo do tempo, isso o permite agir de novas maneiras, aprender, conhecer o mundo. Essas relações moldam o indivíduo internamente e o modificam externamente, no seu modo de se relacionar com sua existência. Ser indivíduo significa, conforme a potência aumenta, ser cada vez menos egoísta, cada vez mais ligado à sua própria capacidade de existir e agir. Assim, o *conatus* não aumenta por eliminar as paixões da equação, e sim por fazer um bom uso delas.

19
RENATO STECKERT DE OLIVEIRA

O PATRIARCA: UM HOMEM TRÁGICO QUE TENTOU O IMPOSSÍVEL

As origens.

Nos meados do século XIX a vila de Santos, no litoral da Província de São Paulo, era não só modesta como decadente. A descoberta do ouro nas Minas Gerais deslocara o eixo econômico da Colônia para aquela região, e Santos, que já havia conhecido dias de glória, regrediu. O porto era utilizado pela navegação costeira, e "podia passar-se um ano sem que arribasse navio nacional ou estrangeiro" (PRESAS, 2013 : 28). Um documento cartográfico de fins do século XVIII mostra "uma vila de ruas estreitas e becos solitários, acocorada rente ao mar. (…) Uma pequena fortaleza denominada de Monte Serrat, sete templos, quatro capelas, (…). O prédio, que foi do colégio dos jesuítas, o Arsenal de Marinha, a Casa do Trem bélico, a Câmara e Cadeia com o pelourinho, a Alfândega, constituiam os principais edifícios." (SILVA SOBRINHO, 1963 : 159-161)

Um recenceamento de 1783 apontou 3.123 habitantes na vila, população aumentada para 3.372 habitantes em 1799, dos quais menos de um terço, exatamente
1.001, eram brancos (SILVA SOBRINHO, 1963 ; 159-161). "O elemento servil coalhava quase sempre as ruas da vila. Eram negros vendedores de aves, negras que ofereciam castiçais de latão e outros objetos de uso doméstico; pertenciam à mesma raça quase todos os barbeiros, sapateiros e até carpinteiros e pedreiros." (SILVA SOBRINHO, 1963 : 159-161)

Dos personagens que encimavam a ordem social santista, entre os quais a família dos Andrada ocupava lugar de destaque, as figuras proeminentes, do ponto de vista intelectual, eram o presidente da modesta Câmara de quatro vereadores, bacharel por Coimbra, e o vigário.

Aí viveu José Bonifácio até os 14 anos, tendo nascido em 13 de junho de 1763.

Pela linha paterna, era neto de um alto funcionário reinol emigrado para o Brasil em fins do século XVII. Seu pai, já nascido no Brasil, foi Coronel do Estado Maior do Regimento de Dragões Auxiliares, embrião de força militar organizada para a defesa da Colônia, tendo ainda exercido cargos na administração colonial e acumulado grande fortuna como dono de terras e no comércio. Um dos seus tios paternos foi o primeiro paulista a formar-se em medicina, havendo ainda clérigos e juristas entre eles. As tias que casaram deram origem a "numerosa e alta progênie", tendo mesmo um dos primos de

José Bonifácio estado presente na comitiva de D. Pedro quando do famoso grito.

Embora com menos cabedais e de origem menos notável, a família materna não era desprovida de posses.

Dos seus onze irmãos, o mais velho foi padre, tendo exercido funções eclesiásticas na Província de São Paulo, e uma das irmãs foi Camareira-mor da Imperatriz Leopoldina. Dois dos irmãos mais novos, Antônio Carlos e Martim Francisco, formaram com ele a "tríade dos Andrada" no turbulento período do pré e pósIndependência. (MENDONÇA, 1963 : 164-169)

Enfim, uma família da elite colonial.

Formação inicial

Pouco se sabe dos estudos iniciais realizados em Santos. O documento cartográfico do século XVIII não faz referência a nenhuma escola – o que aliás era o padrão da colonização portuguesa – salvo "o prédio que *foi* do colégio dos jesuítas". O ambiente familiar certamente facilitou uma educação diferenciada com relação aos demais meninos da vila. Pais alfabetizados, de elevada posição social e tios padres lhe ofereceriam um caminho privilegiado de acesso não só às primeiras letras como de contato com as humanidades, clássicos latinos inclusive, que constituia o núcleo da cultura portuguesa setecentista.

Aos 14 anos foi para São Paulo, onde permaneceu por três anos, estudando sob a direção do bispo diocesano no seminário do palácio episcopal. A ideia era preparar-se para os estudos teológicos, o que acabou não se concretizando, embora tenha requerido a habilitação *de genere*, passo preliminar para um jovem de então ingressar na carreira eclesiástica.

Este período, assim como o da infância em Santos, sobre os quais há pouca informação direta, passa quase despercebido na biografia de Bonifácio. Mesmo um biógrafo atento como Otávio Tarquínio de Souza dedica-lhe poucas páginas, ainda assim com algumas generalidades. Menciona o desenvolvimento da veia poética do personagem e sua dedicação intensa aos estudos, que parece ser inata. "O bispo frade possuia – assevera o biógrafo – , para o lugar e para o tempo, uma boa biblioteca, e José Bonifácio, frequentando-a teve sem demora a certeza de que nascera para as atividades do espírito, para ser o que foi mais tarde – um homem de pensamento, um sábio, transformado depois pela força das circunstâncias em guia politico, em estadista, em pai da pátria." (SOUZA, 2018 : 52)

Ora, se a força das circunstâncias levam um sábio dedicado às coisas do espírito à política, ao reino da ação, o que não farão com um adolescente inteligente e curioso, já apto à reflexão, característica dos indivíduos cuja sensibilidade para o mundo é mediada pelo hábito precoce da leitura? Que circunstâncias foram essas que levaram este adolescente a dar um giro em seus interesses, a ponto de não aceitar uma carreira eclesiástica que lhe daria brilho e projeção social, a exemplo de seus tios e do próprio irmão mais velho, ou uma carreira no mundo das Leis, para a qual seus cabedais e posição social lhe encaminhariam naturalmente, e enveredar por assuntos que aparentemente não faziam parte dos horizontes culturais do ambiente em que vivia? Algo deve ter se passado aí, neste periodo crucial que vai dos 14 aos 17 anos, no qual se molda um adulto.

O personagem central desse período é Dom Frei Manuel da Ressurreição, o bispo sob o qual José Bonifácio estudou. Ele quase não é citado pelos biógrafos de Bonifácio. Mas podemos ler, na página *web* da Arquidiocese de São Paulo dos dias atuais, que "As ideias iluministas foram incentivadas pelo bispo na capital paulista." Ora, incentivar "ideias iluministas" no ambiente acanhado da São Paulo da segunda metade do século XVIII é algo que por si só deveria chamar a atenção.

Pertencente à ordem franciscana, Frei Manuel da Ressurreição foi nomeado Bispo de São Paulo em 1771, quando Portugal estava às turras com

o Vaticano por força das ideias do então Ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros, o marquês de Pombal. A nomeação era prerrogativa da Coroa, sendo depois sancionada pelo Papa. Como demonstrou em inúmeras ocasiões, em sua cruzada pela modernização do Reino o marquês não pegava leve quando se tratava de assuntos religiosos. Embora tenha visado especialmente os jesuítas, que, ao longo de dois séculos de íntima relação com a
Coroa, haviam acumulado um poder econômico e político nada desprezível, e dos quais havia se livrado em 1759, qualquer religioso sobre o qual pesasse a mais leve suspeita de insubordinação era implacavelmente perseguido. Assim, as circunstâncias exigiam que o novo bispo fosse identificado com a política do marquês. A fidelidade de Frei Manuel foi comprovada no ato mesmo da confirmação da sua nomeação pelo Papa: ao invés de dirigir-se para sua nova Diocese, o rei o despachou para a Bahia, que enfrentava sérios problemas de desordem administrativa, onde exerceu as funções de Governador Geral por três anos, o que deixava claro como eram geridas as relações entre Igreja e Estado no período pombalino. Para a Diocese de São Paulo foi nomeado um procurador, e só em 1774 o novo bispo assumiu diretamente suas funções.

Uma das suas primeiras medidas foi reabrir a antiga escola dos Jesuítas, fechada pela *razia* pombalina, dedicando-a, obviamente sob nova orientação, à formação inicial de padres, mas aberta aos leigos. Isto o indispôs com o governador da província, para quem a religião deveria confinar-se às pompas rituais, o que não intimidou o bispo – aliás, em sua tumultuada convivência com o governador, particularmente autoritário mesmo para os padrões da época (TOLEDO, 201 : 266-268), Dom Frei Manuel nunca deixou de demonstrar que tinha as costas quentes.

Foi esta a escola frequentada por José Bonifácio em seu período na capital paulista.

A estrutura curricular era o normal, com Lógica, Retórica e Teologia no centro. Mas, algo incomum, Dom Frei Manuel instituiu o ensino obrigatório do idioma francês, sendo ele mesmo o professor. Idioma que, é bem verdade, já era corrente nas cortes europeias mais refinadas, o que não seria o caso do Brasil Colônia. Tampouco era um idioma de acesso a autores importantes da teologia católica – pelo contrário, era o idioma da maior parte dos autores que, em nome da Razão, punham em cheque a cosmovisão medieval que compunha os alicerces da dogmática católica. Assim, para

entendermos um pouco das sutilezas e ousadias do novo Bispo, e seguindo a pista aberta pelo site da atual Arquidiocese, vale a pena uma rápida visita à sua biblioteca, que com certeza estava franqueada aos seus alunos, pelo menos aos melhores. Entre seus 1.548 volumes figuravam, ao lado de clássicos gregos e latinos e teólogos da mais rígida ortodoxia católica, "autores imbuídos de idéias jansenistas, galicanas, iluministas e até nomes que foram condenados e postos no Index." Por cúmulo, até mesmo uma coleção completa da *Encyclopédie* de D'Alembert e Diderot, que, com seu objetivo de "mudar a maneira comum dos homens pensarem", havia sido explicitamente condenada pelo Papa Clemente XIII (JOHSON, 1975). Algo mais, portanto, do que "uma boa biblioteca para o lugar e para o tempo" – tratava-se, isto sim, de uma biblioteca claramente situada nas lutas do tempo.

A biblioteca e o ensino de Dom Frei Manuel certamente mexeram com a cabeça do jovem inteligente, curioso e inquieto. Além disso, devem ter contribuído para que, nos conflitos íntimos da adolescência, a sensibilidade erótica ganhasse foros de liberdade que não existiriam numa formação rigidamente católica. Ela esteve presente já nos seus primeiros devaneios líricos, dedicados às graças sedutoras de uma ingrata Derminda, (*Derminda, esses teus olhos soberanos / Tem captivado a minha liberdade; / Mas tu cheia, cruel, de impiedade / Não deixas os teus modos deshumanos.*) datando dos seus 16 anos. Sensibilidade erótica que, no que interessa à compreensão do personagem em formação, deram pulso a uma paixão pela vida que não condiria com a de um sábio contemplativo, coisa que nunca seria. Assim, frente à perspectiva de uma carreira eclesiástica, venceram as musas e a sensualidade da Natureza:

> "*Vós me nutriz os ternos pensamentos / Quando à sombra das árvores copadas / Sombrios vales frescos, / A rédea inteiro solto à fantasia! / De belleza em belleza divagando / Sôfrega a mente me vai nos olhos; / Depois meiga saudade / manso e manso do peito se apodera... / tudo o que vejo então me pinta Eulina.*"

Em 1780 Bonifácio parte para Coimbra, com uma escala no Rio de Janeiro que se prolongou por quase outros três anos. Nenhum programa específico, a não ser flanar pela cidade que, sede da administração colonial desde 1763, já era a mais importante do Brasil, ao encontro das suas duas grandes paixões, então rapaz de pouco menos de vinte anos: mulheres e livros. Das primeiras dão testemunho mais sonetos, dentre os quais um dedicado a uma certa Alcina: *"Adeus, fica-te em paz, Alcina amada, / Ah sem mim sê feliz, vive*

ditosa; / Que contra meus prazeres invejosa / A fortuna cruel se mostra irada. (...)" Dos segundos ficou o registro, fictício ou não, de uma visita à biblioteca do Mosteiro de São Bento, então a melhor do Rio. Folheando os livros e comentando-os com um amigo que o acompanhava, José Bonifácio deu tais mostras de cultura e amadurecimento intelectual que, quando se deu por conta, estava rodeado por quase todos os monges do mosteiro. (SOUZA, 2018 : 54-56) Exageros à parte, esta anedota testemunha uma familiaridade com autores e livros que deveria ser de todos conhecida, e que só pode ter sido adquirida na biblioteca de Dom Frei Manuel da Ressurreição.

Os anos na Universidade: um percurso pelo Iluminismo da periferia europeia.

Em outubro de 1783 José Bonifácio chegava à universidade formadora da elite intelectual e da burocracia do Império Português, a Universidade de Coimbra. Para um moço com seus cabedais, era um caminho natural: entre os séculos XVI e XIX mais de 3.000 brasileiros lá estudaram, sendo 1.887 no período 1720-1820 (RODRIGUES, 1990). Embora em menor número, Coimbra também recebia alunos de outras partes do Império.

Dez anos antes da sua chegada, mais precisamente em 1772, a universidade sofrera uma profunda reforma por inciativa e sob a autoridade do marquês de Pombal. Até então seu ensino organizava-se pela *Ratio studiorum*, o método pedagógico dos jesuítas imposto em 1559 quando estes conseguiram o monopólio das atividades educativas no Império português.

A *Ratio studiorum* previa três grandes áreas de ensino: Teologia, de longe a mais importante; Filosofia, baseada na leitura escolástica de Aristóteles e Santo Tomás de Aquino; Humanidades, abrangendo Retórica e Humanidades propriamente ditas, tendo como núcleo a leitura dos clássicos da cultura latina, além de Gramática (FRANCA, 1952 [2000]). As formações "profissionais", especialmente Leis e Medicina, pressupunham a frequência em disciplinas das diversas áreas.

Durante dois séculos a elite dirigente de um império em que o sol nunca se punha, com interesses comerciais em todo o globo, foi formada com base nesta cosmovisão, enquanto os soberanos da Europa ocidental buscavam consolidar seu poder com base nas ciências naturais emergentes e em suas

aplicações práticas! Foi contra esta situação que o Marquês de Pombal se insurgiu, transformando em ação as vozes e o descontentamento crescente de intelectuais e membros da elite reinol em face da decadência da monarquia, decadência que identificavam com o "jesuitismo". As reformas do período pombalino, alcançando todas as esferas da administração do Estado, foram um esforço titânico para tirar da letargia política, moral e econômica um Estado que, pela voz de um dos seus principais visionários, já concebera-se a si mesmo como tendo sido instituído pelo próprio Cristo, com a missão apostólica de conversão das gentes mundo afora (VIEIRA, 1670 [2000]), e que, por isto mesmo, sua fraqueza seria só aparente, posto que sua ação era fundada na Religião (VIEIRA, 1645 [2000]).

Do conjunto de reformas, a mais importante, pelo menos do ponto de vista do longo prazo, dada a importância estratégica da instituição, foi a da Universidade de Coimbra, aliás implantada por um reitor brasileiro de nascimento. A reforma foi precedida de um diagnóstico sobre a situação da universidade, realizado por uma "Junta de Providência Literária" instituída pelo marquês de Pombal, a cujo extenso relatório ele acrescentaria sua assinatura, demonstrando não tratar-se de um "parecer" externo à sua iniciativa, mas de uma convicção pessoal sua.

O relatório era um libelo contra o "jesuitismo", e seu título não deixava dúvidas:

> *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados Jesuítas e dos estragos feitos nas ciências e nos professores, e directores que a regiam pelas maquinações, e publicações dos novos estatutos por eles fabricados*.

A enumeração dos "estragos" é detalhada em quatro "prelúdios" e três capítulos. O título do terceiro "prelúdio" resume a obra:

> *Dos estragos que os mesmos* Jesuítas *acumularam na destruição de todas as Leis, Regras e Métodos das Universidades de Lisboa e de Coimbra, até introduzirem na segunda delas os Estatutos por eles fabricados com que, desterrando as Artes e Ciências, sepultaram esta Monarquia nas trevas da ignorância.* (POMBAL, 2018)

Já no primeiro parágrafo do Compêndio lia-se que

> *Já não há, por felicidade nossa, neste presente tempo, quem possa duvidar com alguma aparência de razão de que todos os estragos, que no Moral e no Físico desta Monarquia se viram no meio dela amontoados pelo longo período dos últimos dois séculos, foram horrorosos efeitos das façanhosas atrocidades dos denominados* Jesuítas. (POMBAL, 2018)

Tamanha simplificação da realidade acabaria cobrando seu preço. De qualquer forma, as mudanças introduzidas na universidade foram radicais, e orientadas não apenas para uma atualização dos métodos e organização do ensino, como, o que é mais significativo e importante, se insistia na "utilidade prática" da formação universitária. Isto implicou uma revolução principalmente no ensino de filosofia, cujo centro passou a ser a Filosofia Natural, com ênfase em áreas como química, física e o que hoje denominaríamos geociências, além de uma revolução pedagógica através da instituição de laboratórios de ensino e da introdução do método experimental na formação e treinamento dos estudantes, em contato direto com a natureza. As "saídas de campo" organizadas pela universidade levaram a que, pela primeira vez, o governo português passasse a contar com informações pormenorizadas e objetivas sobre fauna, flora, geologia, morfologia e composição dos solos das diversas regiões de Portugal, com o fim de estimar seus potenciais produtivos, assim como a Coroa organizou missões científicas para estudar as características das suas possessões de além mar.

Há, portanto, uma boa dose de simplificação ao interpretar-se a reforma como uma simples atualização, uma tentativa de superar o atraso relativamente ao que acontecia nos meios universitários europeus. Não devemos esquecer que a grande reforma do sistema universitário europeu somente teria início mais de três décadas depois, com a Universidade de Berlim, ainda assim encontrando enorme resistência em países como a França, que em lugar de uma reforma da universidade medieval promoveu um sistema distinto, baseado em "Faculdades" burocraticamente articuladas, com forte interferência do Estado, o que não contribuiu para as funções dinamizadoras cumpridas pelo modelo humboldtiano. Não havia, portanto, "modelo europeu" a ser seguido. Tratava-se de alinhar a universidade aos esforços de modernização do Estado português, tanto do ponto de vista da constituição de uma burocracia esclarecida, rompendo com a axiologia religiosa que até então a orientava, quanto de superar o mercantilismo primário das relações da Coroa com suas possessões de além-mar. O Iluminismo abriu os olhos da parcela da elite do Império (incluindo naturais

de Portugal e das colônias, brasileiros principalmente) que tomou o poder com o marquês de Pombal, oferecendo uma crítica sistemática à visão de mundo católico medieval.

Portugal fez as coisas ao seu modo, e o seu modo era o pragmatismo. Assim, se a Filosofia Natural, incubadora do método experimental e das ciências da natureza, nasceu, nos meios intelectuais europeus, da crítica epistemológica interna à tradição escolástica, sua adoção em Coimbra foi menos motivada pela questão epistemológica do que pela utilidade prática dos conhecimentos dela advindos. Os Estatutos da universidade pós-reforma são esclarecedores a este respeito. Mais do que definir e normatizar o quadro institucional da universidade, eles desciam a minúcias sobre o modo como os professores deveriam se ocupar dos diversos conteúdos de ensino, deixando de lado os aspectos "acessórios" dos eventos, fatos e conhecimentos apresentados aos estudantes, os aspectos por assim dizer "estéticos", enfatizando o potencial de aplicação e utilidade dos mesmos. Deste ponto de vista, a reforma pombalina chegou a ser vista como referência para países nos quais a universidade ainda representava uma âncora escolástica, a criar dificuldades para a consolidação do Estado nacional laico, como era o caso notório da França pós-revolucionária.

Ainda de acordo com o caráter cosmopolita da Coroa portuguesa no período, que praticamente não criava distinções entre seus súditos naturais do Reino e os das suas possessões de além mar, os filhos da elite colonial brasileira foram especialmente incentivados a seguir os cursos de Filosofia Natural de Coimbra. Tratava-se, em suma, de recrutar os próprios súditos coloniais para as pesquisas sobre fauna, flora, geologia, etc., que deveriam municiar a Coroa de informações sobre suas possessões. Assim, enquanto nos demais países europeus a condição de "naturalista" era reservada a indivíduos cujas posses lhes permitiam dedicar-se à Ciência de forma desinteressada, em Portugal estes converteram-se em "naturalistas da Coroa", e como tal em "profissionais da ciência" vivendo dos seus salários, o que foi uma peculiaridade da formação do campo científico no Portugal setecentista.

Este foi o ambiente no qual José Bonifácio completou sua formação. Quando chegou a Coimbra, Portugal estava no auge da "viradeira", como ficou conhecida a reação ao governo de Pombal a partir da morte do rei D. José I e a subida ao trono de sua filha D. Maria I. Rainha beata ao extremo, D. Maria I restaurou vários privilégios eclesiásticos e reabilitou a nobreza que havia caído em desgraça sob Pombal. No entanto, grande parte das reformas deste, principalmente a da universidade, foram preservadas, apesar de

processos movidos contra alguns professores e estudantes acusados de ateísmo ou heresia. Mais que isto, a Rainha aproveitou a base dessas reformas para lançar uma série de iniciativas que davam curso às tentativas de modernização do Estado, se não com base no despotismo esclarecido que caracterizara Pombal, ao menos criando instituições que davam ânimo às novas ideias, demonstrando que os tempos eram outros e o passado ficara no passado. Também foram de seu governo as expedições científicas à Amazônia brasileira, às possessões da África e Ásia, organizadas e dirigidas por professores e ex-alunos da Universidade de Coimbra, além da fundação da Real Academia de Ciências de Lisboa.

Assim, uma parcela significativa dos estudantes era sensível às novas orientações. Neste caso, a qualidade interessava mais do que a quantidade, e cada jovem naturalista formado compensava à larga o investimento feito na reforma. Foi o caso de
José Bonifácio, para o que sua familiarização previa com a crítica à "maneira comum dos homens pensarem", haurida na biblioteca de Dom Frei Manoel da Ressurreição, certamente foi um importante estímulo. Assim, após matricular-se em Direito – *noblesse oblige!* – matriculou-se nos cursos de Filosofia e Matemática, formando-se em Filosofia em 16 de junho de 1787 e em Direito em 5 de julho de 1788. Não consta registro de sua formação em Matemática, autorizando a hipótese de que seu interesse nesta era puramente instrumental, como complemento e aprofundamento de sua formação em Filosofia Natural. Pelo Direito nunca se interessou efetivamente, salvo, eventualmente, o ter-lhe encontrado alguma utilidade nos diversos cargos administrativos que ocupou em Portugal, e sobretudo na sua atividade política no Brasil. A carreira que efetivamente seguiu foi a de Naturalista. Não a de um sábio contemplativo, mas a de um cientista comprometido com os resultados práticos do seu trabalho na vida das pessoas e da sua Pátria – a Pátria Portuguesa.

É razoável supor que os anos de formação em São Paulo, onde tivera acesso a obras francamente não ortodoxas e, mesmo, acusadas de heresia religiosa, além de autores iluministas, fortaleceram seu sentimento de independência e autonomia intelectual a que a inteligência naturalmente favoreceria. A formação em Coimbra fortaleceria esse sentimento, não pela universidade em si, da qual não guardou grandes e positivas recordações, (MONTEIRO, 1982) mas pelos contatos com os meios intelectuais mais avançados que desenvolviam-se em torno da universidade, normalmente constituindo redes que alcançavam todo o império (POMBO, 2015 : 120). Bonifácio não perdeu

tempo em aproveitar as oportunidades que as novas instituições proporcionavam, ao organizarem um "campo" científico até então desconhecido, enquanto reagia ao obscurantismo teológico reabilitado pela Rainha com o que marcaria sua personalidade pela vida afora: a altivez.

Terminada a formação universitária, a Academia Real de Ciências de Lisboa agregaria o novo conjunto de circunstâncias que marcariam sua vida.

Da Academia Real de Ciências de Lisboa aos centros da ciência europeia.

As Academias e Sociedades Científicas proliferaram no século XVII europeu, refletindo o esgotamento das universidades medievais, seja em face da revolução científica em marcha no período, seja das novas necessidades, em termos de aplicações práticas de conhecimentos científicos, trazidas pela crise do mercantilismo e pelo desenvolvimento das primeiras tecnologias industriais.

Este segundo aspecto levou ao progressivo esvaziamento das universidades nos países onde essas transformações eram mais visíveis. Nestes – a Alemanha era o caso mais visível – o desprestígio crescente das universidades era acompanhado pela expansão de cursos "técnicos", muito mais pertinentes do ponto de vista das mudanças que se operavam na base dos sistemas produtivos. Nestas condições, como assinala
Collins, o desaparecimento das universidades teria sido culturalmente moderno
(COLLINS, 2005). A reação acadêmica surgiu na Alemanha com a "Universidade Humboldtiana", que, num verdadeiro programa político orientado pelo idealismo filosófico, abriu a universidade ao experimentalismo científico, submetendo-o, no entanto, ao que a velha escolástica medieval melhor sabia fazer: a exegese dos textos – não mais dos textos sagrados, por suposto, mas dos "textos" do conhecimento baseado nos métodos de investigação empírica, questionando seus fundamentos e seu estatuto de realidade. Este movimento esteve na base do desenvolvimento da crítica epistemológica moderna, levando a universidade – por uma via que nada tem do pragmatismo empiricamente orientado – ao encontro da vida prática, salvando-se a filosofia num movimento que foi crucial para o desenvolvimento da Modernidade ocidental. Por isto, assinala o mesmo Collins, "institucionalmente, o período que vai de 1765 até o presente é um só" (COLLINS, 2005 : 621). Suas sementes institucionais, no entanto, foram

plantadas pelas Academias e Sociedades Científicas, desde a primeira, a Academia dos Linces, fundada em Roma em 1603.

Quando Secretário da Academia Real de Ciências de Lisboa, o próprio José Bonifácio vai demonstrar a mesma compreensão sobre o papel das Academias e Sociedades Científicas europeias como decisivas para o avanço das ciências em face do engessamento do ensino universitário, situando aí a fundação da Academia de Lisboa, embora enfatizando as vicissitudes da história portuguesa. Depois de traçar um panorama sobre a evolução da ciência no Ocidente, no qual demonstra um grau de erudição no mínimo incomum (erudição, aliás, demonstrada nos discursos anuais como Secretário da Academia, abrangendo, além das ciências naturais, a música, a literatura, a história, a linguística, etc., não como exibicionismo barroco, mas como suporte do desenvolvimento do raciocínio), conclui, para o caso português, que

> *Se a Universidade que* [D. Diniz] *fundou, se os estudos que tanto patrocinára, fossem mais cuidados e favorecidos pelos seus Successores; de certo veria o Mundo erguer-se, como por milagre, neste canto da Europa d'entre o estrepito das armas huma Nação poderosa e culta (...). Se o imortal Infante D. Henrique tivera podido firmar e organizar melhor a Corporação de Sabios, dados exclusivamente á Astronomia e á Nautica, que formára em Sagres; se o Reinado pacifico e philosophico do Senhor Rei D. Duarte não tivera sido tão abreviado, que progressos não terião feito os Portuguezes em toda a espécie de saber humano! (...) No Reinado grandioso do Senhor D. João V, começárão a luzir de novo em Portugal as Artes e as Sciencias, que só ganhárão pés, e se firmárão de todo no solo Lusitano pela queda dos Jesuitas (...). Começárão então a sentir os Doutos d'entre nós a necessidade de reunir suas forças em Corporações Litterarias (...) mas ficou reservado aos dias gloriosos de Maria I ver nascer e firmar-se com o seu favor e protecção huma Academia Real de Sciencias"* (SILVA, 1816).

Como já assinalamos, a reforma pombalina da universidade esteve menos preocupada com a epistemologia do que com as aplicações práticas da ciência. Seja pelo peso da tradição católico medieval (o "jesuitismo"), seja pelo próprio fato de tratar-se de uma sociedade com menos dinamismo interno, sem o substrato de uma nobreza feudal capaz de sustentar

prerrogativas em face da Coroa – prerrogativas que, em grande parte da Europa, estimularam nobres a colocarem sob sua proteção incontáveis filósofos e teólogos dissidentes, o que tonificava uma vida intelectual com crescentes graus de autonomia – o despotismo esclarecido à la Pombal procurou trazer para dentro da própria universidade as funções de uma Academia de Ciências – o que leva a crer que, mais do que inspirar-se nas universidades europeias, Pombal estava atento à decadência destas, interessando-se muito mais pela experiência nova das Academias e Sociedades Científicas. Assim, os estatutos da universidade reformada previam uma

> *Congregação Geral* [das Ciências]*, a qual tenha por Instituto trabalhar no progresso, adiantamento, e perfeição das mesmas Sciencias [Matemática, Medicina e Filosofia Natural]; do modo que felizmente se tem praticado, e pratica nas Academias mais célebres da Europa...”* (ESTATUTOS, 1772 [1972] : 5)

Essa “Congregação Geral” não chegou a ver a luz do dia, e os professores mais entusiasmados com a ideia, entre os quais o naturalista italiano Domingos Vandelli, trazido à Universidade por Pombal, acusavam a “letargia” da instituição como responsável. O impasse foi superado por um tio da rainha, o duque de Lafões, que havia sido exilado por Pombal e conhecera as Academias da França e de Berlim durante o exílio. A ele juntaram-se o próprio Vandelli e um professor de matemática de Coimbra, o Padre José Correia da Serra. Ainda que com divergências internas importantes – Lafões e o Padre José Correia defendiam um modelo mais identificado com o iluminismo filosófico, enquanto Vandelli advogava uma instituição de fomento às aplicações práticas da ciência – conseguiram, graças aos recursos econômicos e políticos do primeiro, colocar a Academia de pé. O lema escolhido, *Nisi utile est quod facimus, stulta est gloria* (Se não for útil o que fizermos, será vã a nossa glória) atestou que a chama acesa por Pombal continuava a ser alimentada, mesmo por seus inimigos.

A atividade da nova instituição não se resumia, no entanto, às questões práticas da vida econômica e da administração imperial. Tratava-se de reconstruir o próprio *sentido do Império*, resgatando sua história e cultura num todo sistematizado e coerente, abrangendo todo os domínios da sua existência. Neste sentido, pode-se dizer que o período em que D. Maria I esteve efetivamente no exercício das suas funções, suas iniciativas,

contraditórias que fossem, foram além das de seu pai D. José I e seu Ministro do Reino, o marques de Pombal. Em oposição ao refundacionismo destes, que fazia tábua rasa do que não se encaixava nos seus propósitos, tratava-se agora de ressignificar a História como fundamento de um projeto que, com alguma dose de licenciosidade moderna, poderíamos chamar de nacional-desenvolvimentista. Assim, na concessão do Privilégio Real de que passa a contar a Academia, a rainha menciona, *entre os objectos, que formão o Plano da sua Instituição, o de trabalhar na composição de hum Diccionario de Lingoa Portugueza, o mais completo que se possa produzir; o de compilar em boa ordem, e com depurada escolha os Documentos que podem illustrar a Historia Nacional, para os dar à luz; o de publicar em separadas Collecções as Obras de Litteratura, que ainda não forão publicadas; o de instaurar por meio de novas Edições as Obras de Autores de merecimento, e cujos Exemplares forem muito antigos, ou se tiverem feito raros; o de trabalhar exacta e assiduamente sobre a Historia Litteraria destes Reinos; o de publicar as Memorias dos seus Socios, (...) que contiverem novos descobrimentos, ou perfeições importantes às Sciencias e boas Artes (...).* (PRIVILÉGIO : 1819)

Ao determinar que as publicações da Academia seriam à conta do erário real, a Rainha expressa um zelo nacionalista que não surpreende no contexto:

> *(...) se Eu não me dignasse de privilegiar as suas Edições, para que se lhe não contrafizessem, nem se lhe reimprimissem contra sua vontade, ou mandassem vir de fora impressas, em detrimento irreparável da reputação da mesma Academia (...)*. (PRIVILÉGIO, 1819)

A Academia compunha-se de sócios honorários, efetivos e correspondentes. Entre os primeiros, o corpo de maior prestígio, estavam membros da nobreza, funcionários da Corte e da administração do Estado, membros do alto clero e militares. Os segundos concentravam professores de Coimbra e de colégios religiosos, além de profissionais sem vínculo acadêmico, enquanto os últimos eram recrutados entre portadores de títulos acadêmicos. Estes, embora de menor status na hierarquia da instituição, eram os principais responsáveis pela sua produção. Entre os sócios correspondentes no ano da fundação havia 7 luso-brasileiros, 5 dos quais eram naturalistas e matemáticos formados em Coimbra, "sendo posteriormente enviados quer para expedições de demarcação dos limites do

Brasil, quer para a realização de viagens filosóficas aos territórios coloniais." (SILVA, 2015)

Segundo Silva, "três eram os polos em que se ancorava a malha geográfica da ACL - Portugal, Brasil e resto da Europa - e diversos foram os motivos e processos de recrutamento dos acadêmicos que configuraram esta dispersão geográfica. Portugueses e luso-brasileiros ligavam-se pela trama colonial e os estrangeiros do resto da Europa enquadravam-se numa estratégia de busca de prestígio e de validação cultural por parte de uma Academia periférica que havia começado '*depois de haver tantas do mesmo género, em que atualmente florescem muitos Homens célebres* "'. (SILVA, 2015 : 135136)

A participação brasileira cresceu de importância nas primeiras décadas. Minoritários em relação aos sócios correspondentes estrangeiros quando da sua fundação, tornaram-se majoritários alguns anos depois (SILVA, 2015). Esta participação crescente não significou apenas um "reconhecimento" do talento dos jovens representantes da elite colonial, tampouco uma pretensa "conquista" destes apesar do "preconceito" dos reinóis (preconceito que aliás não existia), como uma leitura nacionalista dos fatos poderia supor. Pelo contrário, foi o resultado de uma política consciente da Coroa de engajá-los, súditos plenos que eram, no processo de modernização do Império. Para além dos aspectos quantitativos, o êxito desse "recrutamento ideológico" pode ser aquilatado por um fato: o primeiro secretário da Academia, o português Luis Antonio Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro, visconde de Barbacena, permaneceu no posto até 1787, quando foi nomeado governador da Província de Minas Gerais. Neste cargo, dois anos depois dirigiu a devassa e repressão aos Inconfidentes, incluindo o exílio de muitos deles e o suplício e morte de Tiradentes, o que não causou qualquer reação entre os membros da Academia nascidos no Brasil, tampouco entre os brasileiros comissionados pela Coroa em missões ou cargos administrativos nas possessões portuguesas. Este aspecto é fundamental para se compreender o caráter das transformações operadas no reinado de D. Maria I e seu impacto na elite imperial, especialmente entre a sua parcela não titulada que percebia claramente as oportunidades de ascensão numa sociedade que, apesar dos escolhos medievais, começava a valorizar o esforço e o talento individuais.

Admitido como sócio livre da Academia desde 1789, Bonifácio identificou-se rigorosamente com a linha traçada pelo programa da instituição. A primeira "memória" que submeteu aos colegas, sobre a pesca

da baleia no litoral da província de Santa Catarina (SILVA, 1790), antecipava a orientação da maioria dos trabalhos científicos que elaborou na vida, discutindo as formas de aperfeiçoar as técnicas de exploração dos recursos naturais de Portugal e das possessões do Império à luz do conhecimento científico, avançando inclusive por considerações de ordem econômica, o que, de resto, era comum entre os membros da Academia ligados às ciências agrícolas e demais
"ciências úteis".

No início de 1790 tem início a grande jornada de Bonifácio pela Europa, que durará pouco mais de dez anos. Novamente a hagiografia sublinha a "inteligência extraordinária" do personagem e sua inadaptação aos meios intelectuais acanhados de Portugal, o que teria sensibilizado o duque de Lafões, presidente da Academia, que, utilizando seu acesso privilegiado à Rainha, teria convencido esta a premiar o jovem mancebo com uma excursão por algumas das principais instituições científicas europeias, acompanhado de um brasileiro "também de grande merecimento" (SOUZA, 2018 : 66) e de um português.

Na realidade, não se tratava de brindar um jovem talentoso com um périplo de dez anos por centros intelectuais mais avançados à custa do erário, o que seria no mínimo inusitado. Por mais que fugisse à norma, tratava-se de investir no aperfeiçoamento de jovens cientistas visando prepará-los para o serviço da Coroa. O objetivo da missão era claro: "adquirirem por meio de viagens literárias e explorações filosóficas os conhecimentos mais perfeitos da Mineralogia e mais partes da Filosofia e História Natural", segundo um roteiro preciso, incluindo os professores com quem deveriam estudar, definido sob a autoridade do Ministros dos Estrangeiros e da Guerra (SOUZA, 2018 : 66). O outro brasileiro de "grande merecimento" era Manuel Ferreira da Câmara Béthancourt e Sá, nascido em Minas Gerais numa rica família ligada à exploração de minas de ouro, que ingressou na Universidade de Coimbra no mesmo ano de José Bonifácio, tendo igualmente concluído os cursos de Direito e Filosofia Natural. Em suma, um perfil semelhante ao de José Bonifácio, que posteriormente se ocuparia também da administração de assuntos da Coroa, especialmente em mineralogia, inclusive no Brasil (VARELA, 2006 : 223-260). Quanto ao português, tratava-se de Joaquim Pedro Fragoso da Mota de Siqueira, também naturalista formado em Coimbra, que igualmente desempenhou diversos cargos por nomeação régia, foi vice-secretário da Academia de Ciências de Lisboa, e, como resultado de sua participação na missão, "traduziu do francês e do alemão 'livros

elementares (...) sobre diferentes ramos da economia rural e tecnologia', que enriqueceu com anotações destinadas a torná-los
'mais inteligíveis e úteis a nossos lavradores'" (FONSECA, 2011).

A comissão chegou em Paris, início da missão, em meados de 1790, onde permaneceu por três anos. Pouco se sabe dos detalhes da estadia de Bonifácio na cidade, salvo os cursos que seguiu e as "memórias" científicas apresentadas, entre as quais uma sobre os diamantes do Brasil que lhe valeu a admissão na Société d'Histoire Naturelle de Paris. Souza cita cuidados na aparência e no vestuário, além de *histoires de cul* que teriam ficado registradas em um caderno de memórias (SOUSA, 2018 : 67).

No entanto, além do reconhecimento rapidamente conquistado nos meios científicos que frequentou e das aventuras românticas que protagonizou, uma outra personagem estava presente na Paris do início da década de 1790: a Revolução. Ela com certeza não passou indiferente a Bonifácio e seus companheiros de estudos, quanto mais não seja porque seus professores não lhe eram indiferentes. Um deles, o Abade RenéJust Haüy, quase foi executado por negar-se a jurar fidelidade ao novo regime, enquanto Jean-Antoine Chaptal, médico, pioneiro da indústria química e militante girondino, chegou a ser preso em 1793. Também revolucionário era Antoine François Fourcroy, membro da Convenção, onde dirigiu o Comitê de Instrução Pública, e do Comitê de Salvação Pública depois do 9 Termidor. Mesmo o botânico Antoine-Laurent de Jussieu, aristocrata de antiga estirpe, estava longe de ser indiferente (GENEIX, 2022). Isto para ficarmos nestes exemplos.

Se não há registro pessoal de suas impressões e reflexões sobre a Revolução em ato, tampouco, ao que se saiba, dos seus parceiros, há registros das dificuldades que encontraram. Em uma carta de Joaquim Pedro Fragoso conservada nos Arquivos Nacionais de Portugal, datada de 1 de dezembro de 1792, quando se preparavam para a segunda etapa da missão, o naturalista

> *(...) Informa das dificuldades que sente para sair de França devido à conturbada conjuntura política e social e às medidas preventivas adoptadas pela antiga Assembleia Legislativa, actualmente denominada de "Convencional". Se não conseguir passaporte, partirá pela diligência de Estrasburgo: porque ainda que corra o risco de ser assassinado, ou pelo*

menos, der preso 'elle me he menos sensivel do que o desagrado de Sua Majestade'. Avisará da sua partida.

Experiências como esta, que no ambiente instável da França revolucionária muito provavelmente não foi a única, certamente contribuíram para alimentar o verdadeiro horror que Bonifácio manifestou, ao longo de toda a vida, pelas revoluções e pelo que qualificava como tentativas de impor uma nova ordem baseada em ideias metafísicas sem qualquer relação com os fatos e a experiência histórica dos povos. Sobretudo quando podia comparar o que via com a experiência, que conhecia através da literatura política da época, do constitucionalismo inglês.

De Paris a comitiva seguiu para Freiberg, na Saxônia. Devastada pela Guerra dos Sete Anos (1756-1763), a região havia se recuperado graças à exploração de suas reservas minerais, e para isto a fundação da Universidade de Minas e Tecnologia de Freiberg, a *Bergakademie*, em 1765, tinha sido fundamental. Além de ser a primeira universidade tecnológica do mundo na área de mineração, inovou na articulação entre ensino teórico, pesquisa e formação prática dos seus estudantes. Foi aí que Bonifácio desenvolveu sua formação teórica e prática que o preparou para suas descobertas no campo da mineralogia, realizadas principalmente na Suécia e Noruega, e onde os estudos teóricos foram complementados pela prática nas minas da região, o que significava trabalhar como operários mineiros – a este nível desciam as exigências das *Instruções* recebidas de um governo preocupado em formar cientistas "com os pés no chão". A combinação entre teoria e prática seguiu-se pela Áustria, Hungria, Itália, Suécia, Noruega, Dinamarca, além de uma rápida passagem pela Inglaterra, redigindo memórias científicas, algumas das quais traduzidas em vários idiomas, tornando-se sócio de entidades cientificas, colecionando admiradores e estabelecendo relações com alguns dos mais importantes cientistas e eruditos do tempo.

Retorno a Portugal: engajamento, fidelidade à Coroa e o caráter do Estado.

O retorno a Portugal ocorreu em fins de 1800. José Bonifácio estava em plena maturidade – 37 anos – e com uma reputação de cientista consolidada nos principais centros europeus.

Por que voltar? A pergunta pode parecer despropositada quando o acontecido, na História, é suficiente para sua aceitação como manifestação positiva de uma sucessão factual empiricamente verificável. As ações humanas, no entanto, resultam de opções motivadas, cujo sentido pode ser apreendido justamente pelas opções descartadas. Ora, certamente não faltariam oportunidades para José Bonifácio seguir uma carreira de cientista em algum dos países visitados, ou mesmo de administrador nas suas áreas de competência sem os transtornos que encontraria em Portugal. Ele chegou mesmo a receber um convite do Príncipe da Dinamarca para assumir o cargo de superintendente das minas da Noruega, então província dinamarquesa. Dado o status do convite, as coisas certamente se arranjariam com o governo português, o que significa que seu retorno, assim como dos seus colegas de jornada, especialmente do seu "compatriota" brasileiro, não foi apenas uma imposição de ordem administrativa – houve uma componente de *decisão*. Que, para ser compreendida em toda a sua extensão, deve ser analisada num contexto preciso: no período compreendido entre final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX a maioria dos nomes da cultura portuguesa era formada por nascidos no Brasil (COELHO, 1877 : 4-5). Este não é um fato puramente circunstancial. Ele significa que os brasileiros eram exatamente isto: portugueses nascidos na principal possessão do império, e que nem por isto alimentavam qualquer laivo de sentimentos independentistas. Pelo contrário, sua identidade e seu sentimento de pertença eram voltados à pátria que os formou, a pátria portuguesa. Conceda-se a seu favor que, não tendo se formado no ambiente da Corte, estavam relativamente imunes aos vícios desta, e, via de regra, a decepção que experimentavam ao entrar em contato com esse ambiente, jovens que saiam do acanhado mundo da Colônia em busca das luzes do centro cultural do império, a Universidade de Coimbra, rapidamente se transformava em espírito crítico, não raro mordaz. Isto, nem de longe, os afastava do mundo português. Antes, alinhava-os aos intentos modernizadores do Império. Constituíam, por assim dizer, a nata do espírito pombalino. Voltar a Portugal, portanto, era um imperativo moral e político.

> Uma vez em solo português, as oportunidades de retribuir o investimento que a

Coroa fizera em sua formação, de demonstrar sua fidelidade de "vassalo e bom português", não se fizeram esperar. A lista de incumbências, cargos e responsabilidades administrativas que recebeu pelas duas décadas seguintes foi certamente maior do que a de qualquer outro luso-brasileiro – alguns poucos naturais do Reino podem ter lhe igualado, mas dificilmente superado.

Não há razão para ocuparmo-nos dos detalhes. O que interessa é o sentido que dão à sua biografia de homem plenamente identificado com sua condição de súdito do Império, e do sentido de missão com que desempenhou os cargos e responsabilidades recebidas, boa parte, aliás, sem qualquer retribuição financeira.

Esta identidade é explicitada com todas as letras pelo próprio Bonifácio em seu discurso de despedida da Academia Real de Ciências de Lisboa em 1819, pouco antes do seu retorno ao Brasil. Ao anunciar sua partida, declara que

> *(...) he forçoso deixar o antigo, que me adoptou por filho, para hir habitar o novo Portugal, onde nasci. Assim o requer a gratidão, e o ordena a vassalagem.* (SILVA, 1820)

"Novo Portugal", "vassalagem", são termos que não deixam a menor dúvida sobre a visão de mundo de quem está falando. Além do que, deixam no ar a ideia de que iria cumprir uma missão, se não por mandato expresso do Soberano, ao menos por sentimento de dever como vassalo – dever certamente partilhado com outros vassalos com as mesmas ideias e propósitos de regeneração do império português nas novas circunstâncias. E acrescenta algo que sublinha seu caráter: "*Seria porém ingrato e deshumano, se me esquecera ao mesmo tempo do quanto devo a todos os honrados Portugueses (...)".* Referindo-se ao período em que viajou pela Europa, explicita claramente o sentido com que encarou a missão:

> *Mandado pela Augusta Rainha a Senhora D. Maria I, de imortal memoria a viajar a Europa, e a profundar-me nas Sciencias naturaes, principalmente nos ramos da Chimica, Mineralogia, e Montanistica (...). Consolei-me com a esperança de ajuntar novos cabedais de instrucção, com que hum dia podesse melhor satisfazer aos vossos fins; e desvaneçome de que entre as Nações e Sabios da Europa não deshonrei jamais o nome de Academico, e de bom Portuguez.* (SILVA, 1820)

"Satisfazer aos vossos fins como bom Portuguez" – eis aí, em toda sua inteireza, o vassalo orgulhoso em participar dos desafios do Estado e da Coroa.

Desafios que não foram poucos, num período crucial de convulsões e revoluções que abalaram as principais monarquias europeias até os alicerces, e em que o pequeno Reino lutou como pode para manter-se na cabeça de um imenso império, enfrentando não apenas ameaças e guerras externas como a letargia interna. Letargia que nada tinha a ver com o "caráter português" ou coisa do gênero, mas com a evolução do "caráter" do Estado português, o que remete ao plano das determinações históricas objetivas.

Não queremos com isto dizer que haja um determinismo histórico inelutável, em relação ao qual as ações humanas não passariam de epifenômenos. Os homens fazem sua história, mas nas condições determinadas pela História – este é o lugar comum que, no final das contas, melhor expressa as intrincadas relações entre ação e contexto. Para elevar o intrincado ao plano da complexidade, podemos dizer que o horizonte das ações possíveis, tal como compreendido pelos agentes, é constituído pelos elementos do mundo vivido que moldam sua personalidade social, isto é, seu "modo de ser" no universo comunicacional do seu lugar e sua época – moldam, enfim, um *habitus*.

Para compreendermos a formação desse "caráter" do Estado português e das formas do agir dos seus integrantes, impõe-se a leitura de Faoro. "A Península Ibérica formou, plasmou e constituiu a sociedade sob o império da guerra" (FAORO, 2012 : 17). Esta frase, que abre sua monumental obra sobre a formação do patronato político brasileiro, pode soar como um truísmo – afinal, não há, na história humana, exemplo de uma sociedade que tenha se formado sem o recurso à guerra. Mas há guerras e guerras! A particularidade, no caso, é que tratou-se de uma guerra fundacional: a sociedade portuguesa formou-se no processo mesmo da conquista do território aos mouros.
Reunindo elementos até então dispersos através de ações temerárias "cujo êxito geraria um reino e cujo malogro lançaria à miséria um conde" (FAORO, 2012 : 19), "a Coroa conseguiu formar, desde os primeiros golpes da reconquista, imenso patrimônio rural (...), cuja propriedade se confundia com o domínio da casa real, aplicado o produto nas necessidades coletivas ou pessoais, sob as circunstâncias que distinguiam mal o bem público do bem particular, privativo do príncipe"(FAORO, 2012 : 18). "Do patrimônio do rei (...) fluíam rendas para sustentar os guerreiros, os delegados monárquicos espalhados no país e o embrião dos servidores ministeriais, aglutinados na corte" (FAORO, 2012 : 19). Assim, "a singular história portuguesa, sulcada interiormente com a marcha da supremacia do rei, fixou o leito e a moldura

das relações políticas, das relações entre o rei e os súditos"(FAORO, 2012 : 18). "Entre o rei e os súditos não há intermediários: um comanda e todos obedecem. A recalcitrância contra a palavra suprema se chamará traição, rebeldia à vontade que toma as deliberações superiores. O chefe da heterogênea hoste combatente não admite aliados e sócios: acima dele, só a Santa Sé, o papa e não o clero; abaixo dele, só há delegados sob suas ordens, súditos e subordinados". (FAORO, 2012 : 19). Em suma, "guerra, ascendência do rei com a rede de seus agentes cobrindo o país, controlando-o e dirigindo-o, domesticação sem aniquilamento da nobreza – são os traços que imprimem o caráter à sociedade nascente" (FAORO, 2012 : 23).

A resultante deste processo é o Estado patrimonial, em tudo oposto ao Estado feudal. A supremacia do rei assentada sobre um patrimônio territorial que lhe pertence como propriedade sua, é diferente da supremacia resultante de negociações permanentes entre sujeitos cuja moralidade intrínseca impõe limites ao unilateralismo das vontades. Lá, "o rei, quando precisava do serviço militar da nobreza territorial, pagava-a, como se paga a um funcionário" (FAORO, 2012 : 20), funcionário que estava sempre disponível para o serviço do rei. Aqui, "o elemento militar (...) caracteriza a situação de uma camada (estamento) vinculada ao soberano por um contrato – um contrato de *status*, calcado na lealdade, sem subordinação incondicional. (...) Politicamente, a camada dominante, associada ao rei por convívio fraternal e de irmandade, dispõe de poderes administrativos e de comando, os quais, para se atrelarem ao rei, dependem de negociações e entendimentos. (...) O serviço ao rei e o serviço aos senhores, por meio do conceito de vassalagem, não constituem uma obrigação ou um dever – forma um apoio livre, suscetível de ser retirado em qualquer tempo" (FAORO, 2012 : 37).

Privada de autonomia, a nobreza titulada portuguesa acabará por se confundir com os funcionários da corte, até que estes lhes disputem o *status*, submetidos que estão, todos, à vontade unilateral do rei, que pode tirá-los do anonimato ou condená-los à vala comum.

Este sistema traz em si algo de moderno, no sentido de que a ausência das mediações sociais e políticas garantidoras do *status* dos agentes no feudalismo, permitia, ao menos em tese, a emergência de um certo grau de racionalidade na escolha dos agentes administrativos da Coroa. Sendo privativa do rei, essa escolha podia ser objeto de uma racionalidade técnica, diferentemente da racionalidade orientada pelos valores da honra e do reconhecimento, que motivavam a escolha dos seus auxiliares pelo soberano

do Estado feudal. Racionalidade técnica, diga-se, que foi decisiva na fase da expansão ultramarina, quando instalou-se uma verdadeira meritocracia na escolha dos responsáveis pelas missões de exploração e conquista de novos territórios. Meritocracia fundada em critérios técnicos aperfeiçoados por uma atividade sistemática de ampliação dos conhecimentos técnicos e científicos de todos os aspectos envolvidos na atividade náutica: engenharia naval, astronomia, cartografia, meteorologia, oceanografia, etc., áreas nas quais os portugueses estiveram muito mais avançados do que todas as demais nações europeias da época – outro elemento da modernidade precoce do reino.

Mas o caráter do Estado patrimonial acabaria por sepultar a aura e as virtudes da "ínclita geração" dos filhos do fundador da Dinastia de Avis, que consolidou este Estado, e seus contemporâneos. Tendo o Estado como empresa sua, os sucessores do Mestre de Avis transformaram um reino agrícola em empresa comercial, a ponto de comprometerem a atividade agrícola e criarem barreiras quase intransponíveis para o desenvolvimento de uma economia industrial. Em segundo lugar, o verticalismo absoluto das relações de poder e prestígio social, dependentes da vontade do rei como vértice incontestável, fez com que a ascensão pelo mérito, que, bem ou mal, caracterizara "a nação épica de *Os Lusíadas*" (FAORO, 2012 : 45), fosse, ao longo de dois séculos, sendo substituída pela arte da intriga e da dissimulação, métodos mais eficazes de participação nas benesses de uma Corte cada vez mais ensimesmada, que já não acompanhava nem compreendia o alcance das transformações que se operavam em seu entorno, mas que detinha o controle dos fios da vida dos seus súditos.

A intriga e a dissimulação tornaram-se modo de conduta aconselhado aos gentishomens e candidatos a gentis-homens, método na administração pública e conduta aconselhada ao rei na condução dos negócios públicos.

Este sistema de corrupção interna da vontade de governo encontrou no príncipe regente e futuro imperador D. João VI sua expressão fiel: um monarca que agia não por decisões, procurando antecipar-se às circunstâncias e traçando um rumo estratégico para seu governo, mas que buscava moldar-se às circunstâncias, buscando nelas algum proveito imediato que lhe permitisse a sobrevida até o momento seguinte, equilibrandose entre conselheiros que não raro contradiziam-se mutuamente, empenhados em preservar suas posições junto ao trono e afastando, pela intriga, aqueles que, preocupados com a definição de metas estratégicas, pudessem empanar a administração do dia a dia, a que se reduzira a política de Estado. Esse

amolecimento das entranhas da Coroa mostrou-se sem disfarces quando da decisão, ou indecisão, ou ambas, de transferência da Corte para o Brasil na iminência da invasão francesa em 1807. Ora uma fuga, ora uma retirada estratégica, discutida, tergiversada, negada, aprazada, transferida durante meses, concretizada finalmente na undécima hora, com os soldados franceses já praticamente à vista, numa operação logística impressionante planejada em segredo, garantindo o embarque de cerca de 15 mil pessoas num total de 16 embarcações protegidas por 4 navios da esquadra inglesa! Protegidos ou tutelados, conforme a ênfase que se dê à leitura dos fatos em seu contexto.

A transferência da Corte para o Rio de Janeiro poderia ser compreendida como uma jogada estratégica que não apenas contornaria o perigo representado por Napoleão, como reconfiguraria a visão do império, transformado num Império transatlântico. Mas ela apenas revelou o desossamento do Estado. A primeira invasão francesa, quase alcançando os calcanhares da família real em fuga, acabou derrotada pelo que restava de capacidade organizativa do exército português, pelo estado lastimável da tropa invasora e pelo providencial auxílio da Inglaterra. Esta já vislumbrava a possibilidade de transformar Portugal em praça forte para a contenção do expansionismo napoleônico, bem como ambicionava as oportunidades econômicas e políticas de ter o país como uma espécie de protetorado. Assim, vencida a primeira onda invasora, os ingleses puseram mãos à obra para a reorganização do exército português, nomeando para tal um dos seus generais, que se desincumbiu rapidamente da tarefa, tomaram ao seu encargo a manutenção, incluindo o soldo, de 20.000 soldados, além manterem tropas suas no teatro de operações, de tal maneira que na segunda invasão os franceses enfrentaram a ação conjunta de tropas portuguesas e inglesas – sob comando inglês.

A mobilização para enfrentar a segunda invasão, melhor preparada, com um exército superior e melhor equipado, mobilizou toda a nação, incluindo a Universidade de Coimbra, que por ordem do governo formou um "Corpo Militar Acadêmico" composto por professores e estudantes. Nele, José Bonifácio assumiu o cargo de major, logo promovido a tenente coronel, além de assumir a responsabilidade pela execução de fortificações na cidade de Coimbra.

Com a cidade do Porto ocupada pelos franceses, o Corpo Acadêmico teve ação militar efetiva para isolar o invasor na cidade ocupada até sua

expulsão definitiva em maio de 1809. (SORIANO, 1871 : 217; 223-224; 261)).

Os cargos de major e tenente coronel são citados pelo próprio José Bonifácio em seu pedido de jubilação da cadeira de lente de metalurgia da Universidade de Coimbra, datado de 26 de abril de 1813, onde cita igualmente o cargo de Presidente do Conselho de Segurança e Polícia do Exército durante a campanha do Vouga, "em cuja comissão lhe foi preciso empregar a maior probidade, prudência e atividade". A "probidade, prudência e atividade" incluiu o sentenciamento de soldados suspeitos de simpatia para com o inimigo à pena capital. A energia empregada no cargo certamente influenciou em sua nomeação para a Intendência de Polícia da cidade do Porto, como interino, tão logo a cidade foi retomada aos franceses. Pouco depois é afastado sob acusação de "ser fogoso, violento, apaixonado" (COELHO, 1877 : 21). Recompor a vida social quando os laços morais sofreram com a crise de autoridade pela ausência da Corte e as brutalidades da guerra pode ser fatal a uma personalidade voluntariosa, cheia de si, quando tem o poder de polícia ao seu alcance. Métodos policiais, aliás, não foram estranhos às providências tomadas por José Bonifácio para afastar seus adversários no turbulento período do pós-Independência no Brasil.

Este engajamento militar lhe deu justificado orgulho. No entanto, na referência que faz no já citado discurso de despedida na Academia Real de Ciências de Lisboa, tempera o orgulho com a reivindicação da identidade portuguesa. Ainda que eivada pelo empolamento retórico da circunstância, a referência ao fato não deixa de ser interessante:

> *Em Outubro de 1809 voltei ao vosso grêmio* [a Academia, da qual estava afastado desde 1806]*, depois de acabada a gloriosa campanha do Porto, em que desbaratado fugio longe de nossas raias o ambicioso* Soult [Nicolas Jean-De-Dieu Soult, comandante das tropas francesas durante a segunda invasão]*, que nada menos projectva, que inundar com suas barbaras falanges todo o Portugal. Em tão arriscadas circunstancias mostrei, Senhores, que o estudo das Lettras não desponta as armas, nem embotou em mim aquella valentia, que sempre circulára em nossas veias, quer nascêssemos áquem, ou além do Atlantico* (SILVA, 1820).

Numa curta frase Bonifácio enlaça portugueses e brasileiros numa mesma corrente sanguínea que a vastidão do Oceano não dissolve.

Uma síntese interpretativa do período luso-europeu: um iluminista na periferia do centro.

Este discurso é pronunciado com a idade de 56 anos. Tendo chegado a Coimbra antes de completar 20 anos, o tempo passado fora do Brasil teve duas fases distintas.

A primeira foi a formação propriamente dita, incluindo a Universidade, o ingresso na Academia Real de Ciências de Lisboa e a viagem de aperfeiçoamento pela Europa. Ao todo foram 17 anos, nos quais o *ethos* utilitarista do Portugal póspombalino, característico da universidade e da Academia, perfeitamente expresso na divisa desta, foi tensionado pelo cosmopolitismo da razão aurido durante o périplo europeu.

A Europa da última década do século XVIII já vivia em plena revolução científica. A ciência de descobrimentos rápidos já comprovara sua eficácia, e com ela a ideia de uma razão universal emancipadora da humanidade já estava operando. Experimentalismo e raciocínio matemático aplicados ao estudo da natureza constituíam o centro da revolução científica, e na medida em que se articularam com a filosofia – tendo em Kant o grande fomentador desta articulação, mostrando que o que a filosofia tinha a dizer da nova era era decisivo para lhe dar o rumo – transformaram-se numa nova visão de mundo, num modelo de organização racional da sociedade. Motivados pelo avanço rápido das novas descobertas e das novas questões que elas descortinavam, formavam-se redes de pesquisadores e filósofos, algumas delas conscientemente articuladas a partir de centros organizativos, fossem eles universidades ou sábios bem situados nos círculos econômicos e políticos da época. A primeira consequência dessas redes foi a constituição da autonomia do campo científico, o que significou a emergência de novas práticas sociais, seja entre os pesquisadores, seja entre os círculos com os quais eles se relacionavam. Afinal, a ciência, constituída em sua autonomia, não será mais uma atividade ornamental e puramente especulativa, praticada pelos círculos sociais de maior sofisticação das sociedades estamentais e sem compromisso com a vida prática. Ela desenvolver-se-á tendo como compromisso a busca da verdade: "verdade" atestada seja pela repetitibilidade dos experimentos científicos, seja pela eficácia das novas

descobertas no aperfeiçoamento e no alcance das atividades humanas. Repetitibilidade e eficácia prática das novas descobertas serão a garantia da objetividade do conhecimento, desbancando o método especulativo, o que imporá ao campo científico a permanente busca pelo consenso, com consequências para o sistema social como um todo.

Seria pouco crível que José Bonifácio passasse dez anos entre alguns dos principais círculos intelectuais europeus sendo imune a esse ambiente, dele aurindo apenas os conhecimentos que pudessem ser úteis aos propósitos de modernização de um Estado periférico. Sobretudo ele, que certamente já despertara sua sensibilidade para as luzes do século, ainda durante a adolescência, naquela biblioteca do bispo de São Paulo. Tudo leva a crer no contrário. Ele próprio foi um pesquisador, e suas descobertas no campo da mineralogia o colocaram na linha de frente do que se fazia nas instituições onde trabalhou. Os convites e a adesão às inúmeras sociedades científicas dos países por onde passou atestam isto, e suas relações com alguns dos personagens mais eminentes que encontrou, entre os quais Alexander von Humbolt, mais do que ilustrarem o "reconhecimento da Europa ao moço santista", mostrou que ele foi um igual entre iguais. Aliás, seus discursos como Secretário da Academia Real de Ciências em suas sessões anuais mostram um personagem não apenas cultivado, mas culto, isto é, capaz de articular um vasto conhecimento em vários campos do saber como elementos de argumentação prática, justificando seus julgamentos e suas tomadas de posição desde um ponto de vista universal.

Mas, se não reduziu todas as experiências vividas na Europa (uma década!) ao utilitarismo português, é evidente que comportou-se como um bom súdito.

A segunda fase, de exercício das mais diversas funções administrativas ligadas à sua formação científica, foi em grande parte um acúmulo de frustrações. Não bastava o espírito de missão e o voluntarismo para vencer a inércia e as disfuncionalidades resultantes do "caráter" do Estado e do governo. Desde a Universidade até as instituições que deveriam dar suporte aos inúmeros cargos de que foi comissionado, nada funcionava, e suas relações de proximidade com personagens da mais alta hierarquia do Reino foram consumidas em reclamações, queixas e pedidos de providência sobre questões muitas vezes ridículas, mesmo assim raramente atendidas. Em relação à Universidade, denunciava explicitamente que o "péssimo estado" em que se encontrava o curso onde lecionava a cadeira de Mineralogia era

propositalt! (SOUZA, 2018 : 102; COELHO, 1877 : Nota 17) Em suma, um reino de intrigas que inviabilizava o projeto desenvolvimentista do qual se sentia parte.

Assim, embora tivesse optado pela permanência em Portugal quando a Corte se transferiu para o Rio de Janeiro, finda a guerra contra os franceses inicia uma série de petições dirigidas ao Príncipe Regente solicitando permissão para retornar ao Brasil. Petições sucessivamente negadas, até obter autorização em 1819.

O retorno ao Brasil: a missão.

Por que a insistência em retornar ao Brasil? Explicações de ordem sentimental não dão resposta. Em primeiro lugar, a dimensão subjetiva das relações pessoais – familiares e outras – eram distintas das que vivemos hoje, seja pela dificuldade física das comunicações à distância (longas viagens implicavam incorporar explicitamente a perspectiva de rompimento definitivo de laços pessoais), seja pela precariedade do suporte material da vida em geral. A Europa da primeira metade do século XVIII recém havia saído do seu *Ancien Régime* biológico (BRAUDEL, 1995), no qual a suscetibilidade a epidemias, incluindo a fome, impedia a expansão da vida e das expectativas que lhe são associadas, seja da vida coletiva (durante largos períodos o crescimento populacional foi nulo, quando não negativo), seja da vida individual (a expectativa média de vida mantinha-se extremamente baixa comparada aos níveis atuais). Mesmo que as camadas privilegiadas da sociedade, numericamente ínfimas relativamente ao total da população, sofressem esses constrangimentos em menor grau, elas compartilhavam, no essencial, do fatalismo com que o comum das pessoas encarava a vida e suas relações. O fato de que Bonifácio permanecera 37 anos fora do Brasil, período no qual perdera o pai, bem como certamente já haviam deixado de existir a maioria dos adultos que acompanharam sua infância e juventude (sua mãe morreria menos de dois anos após seu retorno), mostra que a estruturação de uma vida individual, seu cotidiano e suas relações obedeciam a normas e critérios que não podem ser inteiramente compreendidos a partir de padrões atuais.

Por suposto, as várias petições encaminhadas ao Príncipe Regente argumentavam com questões pessoais, principalmente questões de saúde (o que parecia ser uma norma neste tipo de petição) associadas à fadiga pelo desempenho das inúmeras funções de que era responsável, o que certamente

continha boa dose de verdade. Mas José Bonifácio já deras provas suficientes de ser um homem de ação. Nesta perspectiva, o já citado discurso de despedida na Academia Real de Ciências levanta, por trás da retórica de ocasião, o véu das verdadeiras motivações, e vale a pena lê-lo.

> *(...) Muito temos já feito, Senhores, mas muito nos resta ainda por fazer. Bem desejára eu concorrer de perto para pordes em obra o que na vontade já trazeis executado: mas he necessário apartar-me para longe, e descontinuar a instrucção que de vós tenho recebido. Consolo-me ao menos com que ainda dos sertões da inculta America forcejarei por servos util com os fructos taes quaes do meu pobre engenho e talento, se em mim o há. Se qual outro Thales, ou Pythagoras não poder introduzir as Sciencias do velho Egypto em a nova Grecia, lidarei ao menos por imitalos de longe. Consola-me igualmente a lembrança de que da vossa parte pagareis a obrigação em que está todo o Portugal para com a sua filha emancipada, que precisa de pôr casa, repartindo com ella das vossas luzes, conselhos, e instrucções. E que paiz esse, Senhores, para huma nova civilização e para novo assento das Sciencias! Que terra para hum grande e vasto Imperio! Banhadas suas costas em triangulo pelas ondas do Atlantico; com hum sem numero de rios caudaes, e de ribeiras empoladas, que o retalhão em todos os sentidos, não há parte alguma do sertão, que não participe mais ou menos do proveito que o mar lhe póde dar para o trato mercantil, e para o estabelecimento de grandes pescarias. A grande cordilheira que o corta de Norte a Sul, o divide por ambas as vastas fraldas e pendores em dois mundos diferentes, capazes de crear todas as producções da terra inteira. Seu assento central quase no meio do globo, defronte e à porta com a Africa, que deve senhorear, com a Asia à direita, e com a Europa à esquerda, qual outra região se lhe póde igualar? Riquissimo nos três reinos da Natureza, com o andar dos tempos nenhum outro paiz poderá correr parelhas com a nova Lusitania. Consideremo-la agora pelo lado politico, hum Reino com Clero abastado, mas sem riqueza inútil, com poucos morgados, com os sós Conventos precisos, e com pouca gente das classes poderosas, que muitas vezes separão seus interesses particulares dos da Nação, e do Estado; de que*

> *mercês precisa? Fomentar e não empecer: basta-lhe a segurança pessoal e a liberdade sóbria de imprensa, de que já goza; e huma nova educação physica e moral: o mais pertence à natureza e ao tempo. Estas e outras mil bençãos já vai recebendo, e receberá cada vez mais este recente Imperio, pois teve a ventura de haver sido fundado pela Sabedoria e Magnanimidade do nosso incomparavel Soberano, cujo Nome só por isso passará à mais remota posteridade; pois a fundação da Monarchia Brasilica fará huma época na História futura do Universo."*

A perspectiva que se descortinava era clara: a "filha emancipada" era o Reino do Brasil, equiparado ao de Portugal no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Vasto império que "deve senhorear" a África! Riquíssimo por natureza, e, diferente de Portugal (o acento crítico é evidente!), *"com Clero abastado, mas sem riqueza inútil, com poucos morgados, com os sós Conventos precisos, e com pouca gente das classes poderosas, que muitas vezes separão seus interesses particulares dos da Nação, e do Estado".*

Em que pese, portanto, o justificado cansaço e as frustrações com a administração pública de Portugal, Bonifácio não *retornou* ao Brasil – tratava-se, isto sim, de aproveitar as circunstâncias favorabilíssimas para construir o novo centro político do Império transatlântico. Situado "quase no meio do globo" e livre dos vícios da Pátria Mãe, a nova Lusitânia poderia cumprir o destino de que a antiga não fora capaz. Este era o projeto.

A perspectiva pecava pelo exagerado otimismo. A situação da ex-Colônia elevada à categoria de Reino estava longe dessa visão idílica. Em primeiro lugar, a situação econômica mudara radicalmente. Não haveria sentido transferir-se a Coroa para o Rio de Janeiro se o vínculo da submissão comercial à Metrópole se mantivesse, Metrópole agora governada por prepostos locais, praticamente desprovida de um governo central capaz de lhe assegurar sequer a continuidade, prestes a ser pilhada por Napoleão e quase reduzida à condição de protetorado inglês. Assim, a primeira providência tomada pelo Príncipe Regente, ainda na escala em Salvador, foi decretar a abertura dos portos brasileiros às "Nações amigas", frustrando, num altaneiro e inesperado ato de soberania que logo seria amaciado, as pretensões inglesas de herdar o exclusivismo comercial com a nova sede do Reino. Garantindo o escoamento da produção local, essa abertura garantiu à Coroa suas rendas e

seu trem de vida, tanto quanto deu origem a uma nova classe comercial, desvinculada dos interesses de Portugal.

A par das mudanças econômicas, criou-se um Estado condizente com o novo estatuto da ex-Colônia – vale dizer, replicou-se, no Brasil, as estruturas governativas do Estado português, com sua riqueza inútil, seus muitos morgados e com muita gente das classes poderosas confundindo o público com o privado, às quais desde logo se garantiu o sustento "colocando-lhes na boca uma teta do Tesouro" (FAORO, 2012 : 288).

José Bonifácio não seria desconhecedor do que se passava, pois o arquiteto desse plágio era um dos seus amigos mais próximos, dom Rodrigo de Souza Coutinho, o conde de Linhares, português, nomeado Ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros quando da instalação da Corte no Rio de Janeiro, com ascendência sobre todo o ministério dada sua proximidade com o Regente. Através dele Bonifácio tentará fazer com que seus pedidos de permissão para retornar ao Brasil cheguem a D. João, e é ele que admite seu pouco empenho na causa:

> *"Apesar do desejo que tive sempre de o ver aqui, e que espero que se verificará brevemente, (...) nunca deixei de lembrar-me da falta que fará ao Real Serviço no Reino, e por isso é que me não viu tão ativo neste ponto."* (SOUZA, 2012 : 105)

A menção à "falta que fará ao Real Serviço no Reino" não é simples manifestação de polidez, deixando, antes, entrever o engajamento de ambos no mesmo projeto político, o que supunha a troca de informações sobre empreendimentos econômicos, visitas de comissões técnicas da Europa ao Brasil, abertura de minas de ferro, estabelecimento de fundições, etc (SOUZA, 2018 : 105).

Projeto cujas fragilidades não escapavam aos observadores mais lúcidos. O que poderia efetivamente transformar-se num império transatlântico foi minado na origem pelo caráter do Estado português. Quando da transferência da Corte para o Brasil, Portugal não possuía mais uma burocracia pública capaz

> *não só de elevar o Brasil ao grau de prosperidade de que as suas circunstâncias físicas o fazem susceptível, mas em consolidar por meio de místicos interesses políticos e*

> *comerciais, a união dos diversos e preciosos membros da monarquia, que a natureza pôs tão distantes uns dos outros, espalhados pelas quatro partes do globo".* (RIHGB, 1863 : 148)

O autor destas linhas, autoexilado em Londres às vésperas da Independência, traça um panorama desanimador do período da permanência da Corte no Brasil.

> *Treze annos que sua magestade esteve no Brasil nunca houve ministério que merecesse esse nome. Só no principio pareceu querer-se formar um ministério completo; mas no pouco tempo que durou, os ministros que o compunham não obravam de concerto: não havia conselhos regulares; não se tratava senão de negócios de rotina, pois de outros nem se queria ouvir falar. Põz-se portanto de parte até o pensar nos grandes planos que as urgências mais vitaes da monarchia exigiam se combinassem com discrição, e se puzessem em pratica sem perda de tempo. A este curto ministerio, do qual resultaram mais males do que bem à nação, seguiuse uma serie de ministros moribundos que se sucediam uns a outros, encarregados além das suas, das pastas interinas das outras repartições; o que fez que o mesmo manejo dos negócios de rotina, ficou pela maior parte nas mãos dos subalternos, e de certos cortezãos consultados no gabinete secreto, que interessados em perpetuar a sua influencia, enganavam el-rei, fazendo-o crer que a administração publica não podia ir melhor, que os negocios se faziam mui bem com as pastas interinas, que um ministerio unido e regular seria perigoso, pois daria a lei, e ataria as mãos ao soberano, &c."* (RIHGB, 1863 : 147)

"Gabinete secreto", enganos a el-rei e louvor à intriga como método de governo! Mesmo o ambicioso projeto que daria forma ao que, com a transferência da Corte para o Brasil, estava inscrito como possibilidade objetiva e, porque não dizer, exigência das circunstâncias históricas do reino – o projeto do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves – não foi obra da Coroa nem ideia do Príncipe Regente. A ideia surgiu no Congresso de Viena, através do chefe da delegação francesa, que a sugeriu a um dos membros da delegação portuguesa, o conde de Palmela. A preocupação manifesta era

incluir a mais rica colônia americana no novo concerto das monarquias europeias subsequente às guerras napoleônicas, elevando-a à categoria de Reino, evitando assim o acontecido com a revolução nas ex-colônias inglesas na América, além de oferecer resistência ao estado de sublevação em que se encontravam as colônias espanholas. A proposta, portanto, surgia no contexto de uma geopolítica global conservadora, desenhada por um dos mais hábeis estrategistas do congresso, Talleyrand, que, apesar de representar o país derrotado, exercia grande influência nos quatro grandes – Reino Unido, Áustria, Rússia e Prússia – no desenho da nova ordem conservadora da Europa, fundada no conceito da legitimidade das monarquias históricas e na formulação explícita do princípio segundo o qual a ordem internacional deveria ter como base um acordo de interesses entre as grandes potências. (PEREIRA, 2016)

Acolhida pela delegação portuguesa, a proposta foi aprovada pelo congresso e só posteriormente comunicada ao Príncipe Regente no Brasil. Juridicamente, a ideia era inovadora: dois reinos unidos por um soberano comum e administrados por um "poder executivo" local nomeado pelo rei.

A adoção da nova fórmula pelo ainda Príncipe Regente D. João em 16/12/1815 (ele viria a tornar-se rei em março de 1816, com a morte de sua mãe D. Maria I) deu-se pela metade: a instalação do governo local em Lisboa, que, em princípio, deveria ser ocupado por seu filho D. Pedro, não constou da Carta de Lei instaurando o Reino Unido, o que pareceu ao povo português, tanto o "povo miúdo" quanto a burguesia comercial que se sentia desprotegida face às limitações impostas pela tutela inglesa, que o país regredira à situação de colônia de sua antiga colônia, dando combustível à Revolução Liberal do Porto de 1820 e à crise que se seguiu entre os dois reinos.

Dada a devastação de Portugal em decorrência das invasões francesas, não havia dúvidas de que, se chance houvesse de reerguer o Império na dimensão que os novos tempos exigiam, essa chance estava no Brasil. Bonifácio não perdeu tempo.

A rápida trajetória de profeta armado a profeta banido.

Munido do Iluminismo pombalino e disposto trabalhar em prol do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves com a liberdade que o país novo

lhe propiciaria, José Bonifácio desembarcou no Rio de Janeiro em outubro de 1819. Como a perceber que não seria através da Corte que se acercaria do centro dos acontecimentos políticos, não aceitou os cargos que lhe foram oferecidos (auxiliar do ministério e reitor do Instituto Acadêmico, ainda a ser constituído) e transferiu-se para Santos, a vila natal. O mês de abril de 1820 passou-o com seu irmão Martim Francisco em pesquisas mineralógicas na Província de São Paulo e visitando empreendimentos que, aos seus olhos, simbolizavam o futuro do novo Reino, como uma fundição de ferro em Sorocaba (SOUZA, 2018 :
118).

Enquanto isto, a crise chega ao auge em Portugal, e em 24 de agosto eclode uma revolução no Porto por inciativa de lideranças liberais, que rapidamente chega a Lisboa, onde a Junta Governativa é substituída por uma Junta Provisória que convoca as Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa para elaboração de uma Constituição, exigindo a volta de D. João VI a Portugal.

A partir daí os acontecimentos se precipitam. Em 1º de janeiro de 1821 a Província do Pará se rebela e constitui uma Junta Governativa que se declara favorável a um governo constitucional, o que significava, na prática, um rompimento com a Corte do Rio de Janeiro. Ao Pará seguem-se a Bahia e o Maranhão, e em 12 de março o governador geral da Província de São Paulo declara-se a favor de um governo constitucional, convidando José Bonifácio para a organização de uma Junta Provisória de Governo, convite imediatamente aceito. Imaginar José Bonifácio recebendo o convite plácida e inocentemente instalado em sua casa em Santos seria ignorar a natureza dos homens e dos acontecimentos políticos. Bonifácio indica o próprio governador para presidir a Junta e assume a vice-presidência. O que basta para estar à dianteira dos acontecimentos daí para a frente.

Dia 24 de abril D. João VI resolve atender as exigências das Cortes e embarca para Portugal, deixando seu filho D. Pedro como Príncipe Regente.

A situação não poderia ser mais tumultuária.

Como já assinalamos, a abertura dos portos e a liberdade de comércio criou uma classe de proprietários que já não vivia como seus antecessores da época fausta da Colônia, que buscavam o enriquecimento rápido para, tão rapidamente quanto possível, voltar à Metrópole, ou gravitavam em torno

desta. Agora estavam ligados ao país – o que estava longe, por si só, de significar a adesão a um eventual projeto independentista, mas percebiam a terra como o lugar dos seus negócios. Desta nova realidade surgiam interesses, que por sua vez davam azo a uma vida intelectual que, embora restritíssima, nem por isto era menos ávida em consumir as novas ideias que o liberalismo europeu produzia e em metamorfosear aqueles interesses, fantasiosamente ou não, em suporte para um novo país, autônomo e republicano. As restrições de um Regimento Diamantino, por exemplo, o odioso *Livro da Capa Verde*, eram coisas do passado, mas isto significava apenas que os movimentos de revolta contra a Metrópole já não eram apenas reativos, e sim que exprimiam novos projetos políticos. Aliás, posto que a "Metrópole" estava situada no Rio de Janeiro, as revoltas convertiam-se em sedições anti-imperiais, como a Revolução Pernambucana de 1817, de cunho republicano, na qual um dos irmãos de José Bonifácio, Antônio Carlos, esteve diretamente envolvido.

Mas esta sociedade que começa a diversificar sua composição também sofre da crise da economia montada durante o período colonial. Paulatinamente, o Brasil passava a ser um fornecedor secundário das *commodities* que movimentavam o mercado mundial do início do século XIX, sofrendo com a concorrência do açúcar das Antilhas e o de beterraba da Europa, além da concorrência do algodão dos EUA. Com o esgotamento da produção aurífera, as exportações brasileiras caem vertiginosamente entre 1750 e 1800, e a situação de crise do setor externo da economia perdurará por boa parte do século XIX, naquilo que Celso Furtado denominará de "estancamento das exportações" (FURTADO, 2003).

No entanto, se a crise do setor externo compromete o financiamento da Coroa e das contas públicas, no setor interno a situação é outra. Neste, a economia se move num dinamismo muito maior do que o apreendido pelo conceito de "economia de subsistência", com que a historiografia econômica, em muito dependente dos registros oficiais, normalmente vê as coisas. Longe de ser um setor marginal, o setor interno gera e acumula riquezas, e de um modo que normalmente escapa à vigilância da Coroa e do seu fisco, posto que sem registros formais. Numa população constituída em sua imensa maioria por analfabetos, com limitado acesso à massa monetária concentrada nos negócios de importação e exportação, a economia aí cresce como que reencontrando as virtudes originais do *mercado*, no qual se intercambiam mercadorias, mas também e sobretudo muita conversa. À falta de dinheiro, as trocas baseiam-se na confiança mútua dos agentes, sendo o *fiado* a

verdadeira instituição que regula e expande uma tessitura social que vai na contramão da tendência à atomização da sociedade determinada pelo patrimonialismo econômico e político (CALDEIRA, 2017). O *fio do bigode*, valendo mais do que o contrato escrito, mostra a disposição dos agentes em apostar na palavra e na honra como ativos econômicos principais. E, numa sociedade desde sempre desprovida de livros e imprensa escrita, o mascate cumprirá um papel crucial na circulação das novidades e informações, conectando comunidades geograficamente distantes, de outra forma condenadas ao isolamento.

Em suma, o setor interno da economia articula sociedades na sua origem circunscritas local e regionalmente. Aquilo que era o resultado de uma divisão mais ou menos arbitrária do país em províncias, originadas nas antigas Capitanias desenhadas segundo as conveniências da Coroa, começa a adquirir um grau maior de organicidade, até o ponto de se poder falar nos *paulistas,* nos *mineiros*, nos *baianos*, como entes razoavelmente distintos. O mercado articula mas não homogeneíza, tampouco oferece, por si só, uma referência comum, na qual as particularidades se reconheçam. Distintos entre si, os diversos polos regionais tendem à dispersão, não se reconhecendo *a priori* na Corte do Rio de Janeiro, distante sob todos os aspectos. Assim é que a revolução liberal em Portugal transforma-se no mote para que a maioria das províncias, declarando-se favoráveis a um governo constitucional, voltem-se para Lisboa, num movimento que revela o alto grau de artificialismo da unidade que a Coroa pretende enfeixar sob seu comando.

Este é o clima no qual são eleitos os representantes das províncias brasileiras às Cortes de Lisboa, onde pretenderão participar da elaboração da Constituição de uma Monarquia Constitucional capaz de garantir os direitos de todos os súditos, sem distinção. E será o momento em que José Bonifácio avança seu programa de modernização do Reino Unido, particularmente do Brasil como sua parte constituinte. Um amplo programa reformista, apresentado sob o título de *Lembranças e Apontamentos do Governo Provizorio da Provincia de S. Paulo para os seus Deputados,* que não será sequer discutido nas Cortes, dada a hostilidade dos deputados portugueses contra os brasileiros – hostilidade rancorosa, a reverberar a evidente inferioridade política e econômica da antiga Metrópole em face de sua ex-Colônia, mas também hostilidade de quem quer recuperar a superioridade perdida, reduzindo o novo Reino ao antigo status colonial. Mesmo a chancela do Príncipe Regente, D. Pedro, não mudará o destino do documento e de seus deputados (alguns tiveram que literalmente fugir de Portugal face às ameaças

à sua segurança), apesar de mostrar que nele José Bonifácio teria um aliado em seus dias de profeta armado.

> As *Lembranças e Apontamentos* valem um resumo. Dirigido ao "Soberano
> Congresso Nacional" de Lisboa, o documento divide-se em três capítulos: "Negócios da União, Negócios do Reino do Brasil e Negócios da Província de São Paulo". Seu propósito é o de contribuir para
>
> > *completar o Augusto projecto da nossa Regeneração Política e recíproca união (...) para que os laços indissolúveis, que hão de prender as diferentes partes da Monarchia em ambos os Hemispherios, sejam eternos como esperamos* (LEMBRANÇAS E APONTAMENTOS, 1820).

O capítulo primeiro afirmava a integridade e indivisibilidade do Reino Unido e a igualdade de direitos políticos e civis; determinava que a sede da Monarquia seria no Brasil ou alternadamente em Portugal e no Brasil; propunha a elaboração de Leis Orgânicas da União, assegurando, entre outras providências, a liberdade de comércio, "*que, sem tolher a liberdade de ambos os Reinos, possa conciliar, quanto possível for, seus recíprocos interesses*"; a independência e harmonia entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário; a equidade da representação das distintas partes do reino nas futuras Cortes Gerais e Ordinárias da Nação Portuguesa, ou seja, o futuro Parlamento do Reino Unido.

O capítulo segundo propunha o estabelecimento de um Governo Geral Executivo para o Reino do Brasil, ao qual os governos provinciais fossem subordinados; a adaptação dos códigos Penal e Civil às particularidades da população brasileira; a catequização e civilização dos "*Indios bravos*" e a emancipação gradual dos escravos, convertendo-os "*de homens immoraes e brutos em Cidadãos ativos e virtuosos, vigiando sobre os Senhores dos mesmos escravos para que estes os tratem como homens e Christãos, e não como brutos animaes*"; que, "*não podendo haver Governo algum Constitucional que dure sem a maior instrucção e moralidade do Povo*", propunha a instituição de "*escolas de primeiras Letras pelo método de Lancaster*" em todas as cidades, vilas e freguesias "consideráveis", com materiais de ensino "*de que temos excelentes modelos na língua Alema e Ingleza*", além de colégios em cada Província "*em que se ensinem as*

sciencias uteis"; afirma ser de "absoluta necessidade" a criação de "*pelo menos huma*" Universidade; propunha a construção de uma nova capital do Reino no interior do Brasil; a desapropriação de latifúndios ("sesmarias") improdutivos e o favorecimento da colonização "*de Europeus pobres, Indios, mulatos e negros forros, a quem se dará de sesmaria pequenas porções de terreno para o cultivarem e se estabelecerem*"; define uma política ambiental, obrigando os proprietários a conservarem parte das matas nativas das suas propriedades, além de definir critérios para a conservação e aproveitamento público dos rios e "aguadas"; requer atenção para o fomento à exploração mineral, vista como vetor de colonização e desenvolvimento dos sertões.

O Capítulo terceiro menciona "memórias e notícias" que os Deputados paulistas entregariam às Cortes.

O documento é assinado pelo presidente da Província, por José Bonifácio como vice-presidente e pelo Secretário de Governo. A orientação geral é a de quem percebe o país passando por alto suas contradições e conflitos internos, como se a modernização e o desenvolvimento fossem questões a serem resolvidas administrativamente, pela força das ideias, orientando ações de governo justas e necessárias. Em uma palavra, uma atitude típica do despotismo esclarecido. A visão articulada de conjunto, a cultura científica que embasa algumas proposições (a nova capital deveria ser construída "na latitude pouco mais ou menos de 15 graus" – o que a situaria na altura de Brasília...), a familiaridade com os temas da educação (a referência ao método de Lancaster para a alfabetização inicial; a referência às "ciências úteis", com a identificação das matérias correspondentes, como base para o ensino técnico; a defesa clara de constituição de uma Universidade, com indicação precisa das áreas de conhecimento e de sua organização em "Faculdades"), mostram alguém com larga visão de mundo, não comprometido com o barroquismo que ainda imperava nas mentalidades de grande parte dos personagens da época, sempre dispostos a preencher vazios de conhecimentos com empolamentos retóricos. Mostram, em suma, a presença de José Bonifácio em sua redação.

Por outro lado, a abordagem da questão do escravismo, central para a compreensão de todo o imbróglio do período, mostra uma visão altaneira, pouco atenta à complexidade do problema. A defesa da sua abolição gradual não tem como objetivo a acomodação dos poderosos interesses envolvidos, especialmente no tráfico e comércio de escravos, mas o de evitar o colapso da economia, argumento de ampla aceitação para justificar o escravismo. O

gradualismo da abolição deveria responder ao gradualismo das mudanças nas relações de trabalho. Já a proposta de vigilância das relações entre senhores e escravos, coibindo os abusos daqueles, revela o idealismo de quem pensa que o Estado pode tudo, uma vez livre dos escolhos da velha administração colonial. Ora, o escravismo era não só a base da economia, mas a base das relações de poder. A ausência de regras juridicamente formalizadas para a regulação do trabalho escravo – o escravismo nunca foi juridicamente instituído – criava um vazio normativo que impedia o Estado de se imiscuir nesta esfera. A admissão do trabalho escravo numa economia patrimonialista – admissão, e não instituição normatizada pelo Estado – transformava o trabalho, um dos pilares da organização de um espaço público autônomo nas sociedades modernas, em assunto a ser gerido na esfera privada das famílias, centro da engrenagem econômica da economia patrimonial. Em suma, o trabalho, como as demais relações familiares, estava submetido à vontade unilateral do *Pater Familias*, e o vazio normativo decorrente da ausência do Estado neste domínio transformava essa vontade em referente organizativo da esfera pública da sociedade, submetendo-a inteiramente ao seu domínio. Esta foi a base da descentralização do poder que já se desenhava na Colônia, e manteve-se mesmo após a vinda da Família Real. O "aqui mando eu", tonitruante nas fazendas, transferia-se, pelo acordo entre mandões que não hesitavam em falar grosso frente aos representantes do rei, para os Senados das Câmaras municipais.

Este poder só dobrou-se frente ao poder do dinheiro, monopolizado pelos barões do comércio escravista. Estes, em face do valor decrescente das exportações agrícolas e das dificuldades crescentes do tráfico transatlântico, dadas as restrições inglesas, não hesitaram em agrilhoar os barões do açúcar e do algodão (este decadente já há mais tempo) através do encarecimento do preço da escravaria, a ponto de os escravos constituírem o maior montante do capital de uma fazenda, montante financiado a ser pago com o valor da produção, o que levava o proprietário a ficar dividido entre aumentar a exploração dos escravos, correndo o risco de diminuir sua vida útil, o que o levaria a contrair novas dívidas pela reposição das "peças" perdidas, ou a diminuir a chance de perdas moderando a exploração, vale dizer a produção, consequentemente seus rendimentos.

Não obstante essa relação, que, para o proprietário rural, significava perder ou perder, formou-se, entre estes e os capitalistas do comércio escravagista, uma sólida comunidade de interesses que dominou a política, especialmente no Segundo Império, tendo no trabalho escravo o seu enlace

indestrutível. Foi principalmente contra esta aliança de interesses que chocou-se a política modernizadora de José Bonifácio.

Mas o seu obstáculo inicial foram as Cortes Constitucionais portuguesas. A tendência predominante entre os deputados portugueses era o liberalismo político, configurado numa Monarquia Constitucional. No plano econômico as coisas eram distintas. Num país semidestruído, a população ansiava por um Estado protetor, capaz de restaurar a dignidade nacional perdida e, sobretudo, suas rendas, aí incluídas as rendas coloniais. Assim, para o pequeno reino depauperado pouco ou nada significava a pomposidade do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. As iniciativas das Cortes visando recuperar o *status quo ante* se sucederam, até o ponto de ser aprovada a dissolução da unidade do então Reino do Brasil em um agregado de províncias portuguesas subordinadas diretamente a Lisboa.

Frente a tais agravos, muitos moderados, brasileiros e portugueses vivendo no Brasil, acabaram somando-se aos independentistas, sendo José Bonifácio o caso mais emblemático. A sucessão dos acontecimentos que culminaram no 7 de setembro é suficientemente conhecida para que a retomemos aqui, passando pelo "Fico" de 9 de janeiro, que, como resposta afrontosa à exigência das Cortes de retorno do Príncipe Regente a Portugal, mostrou que a Independência já estava inscrita na ordem das coisas.
O que não significa, nem de longe, que tenha sido um processo pacífico. A "transação interna da Casa de Bragança", como argumentam alguns autores, foi uma sucessão de iniciativas mais ou menos improvisadas numa realidade tumultuada, onde não faltaram cenários de uma autêntica "revolução do povo", na qual o Príncipe revelou uma *virtu* até então desconhecida, capaz de suprimir um país à Coroa paterna preservando a afeição filial e os laços dinásticos, ao mesmo tempo que garantia um Reino unitário, vencendo as tendências centrífugas de províncias desarticuladas entre si, suscetíveis, muitas delas, à influência do republicanismo que grassava nas colônias espanholas vizinhas.

Republicanismo que, se não estava no coração dos fundadores do Império do Brasil, não encontrava entre eles praticamente nenhum opositor de princípio. Dentre os principais – além do próprio José Bonifácio, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Evaristo Ferreira da Veiga e Diogo Antônio Feijó, para ficarmos nos biografados por Otávio Tarquínio de Souza – todos, independente das graves dissensões entre eles, abraçaram a causa monárquica com uma visão puramente instrumental, na convicção de que sem um forte

poder aglutinador a unidade do país se esfacelaria. A consigna comum era a de uma "liberdade justa e sensata, debaixo das formas tutelares da Monarquia Constitucional". E, já que havia um Príncipe à mão...

O perfil do príncipe encorajava a opção. Tendo experimentado uma relativa liberdade na sua formação intelectual, longe dos protocolos que orientavam a formação de um herdeiro numa monarquia europeia, além de ter sido mantido afastado dos negócios do Reino até as vésperas da partida de seu pai para Portugal, D. Pedro não só demonstraria razoável cultura como não tardaria em manifestar explícita adesão ao liberalismo e ao que então se denominava constitucionalismo.

Forte de sua atuação na Junta de Governo de São Paulo, José Bonifácio é nomeado Ministro do Reino e dos Estrangeiros pelo príncipe Regente, o que equivalia à coordenação política do governo. Nada aí é por merecimento. Não esqueçamos que desde antes da vinda ao Brasil Bonifácio mantinha-se em contato, com a constância que os meios da época permitiam, com as personalidades com quem convivera de forma direta ou indireta em seus anos de formação e de servidor do Reino em Portugal. Muitos deles vieram ao Brasil na comitiva da família real, ocupavam cargos importantes na Corte e participaram ativamente das conspirações que levaram à Independência. Dentre estes estava o também naturalista Manoel Ferreira da Câmara de Béthancourt e Sá, seu colega na Academia Real de Ciências de Lisboa e integrante da mesma viagem de estudos à Europa, que, a exemplo de Bonifácio, ocupara vários cargos no reino. Um perfil profissional muito próximo, o que situava, a ambos, na rede de cientistas e administradores formados em Coimbra, partilhando do iluminismo português póspombalino. Outros ajustavam-se a este perfil.

Vários desses cientistas iluministas tiveram participação destacada na conjuntura que levou à Independência e no período pós-Independência, alguns participando da Constituinte de 1823. O ponto de convergência das suas opiniões, coerente com sua formação intelectual, era a defesa da modernização do país através da liderança de um governo forte, capaz de utilizar, e impor quando necessário, soluções baseadas no conhecimento racional da realidade – uma posição que, pouco mais de um século mais tarde, seria chamada de desenvolvimentista. Sua formação, fortemente influenciada pelo que então se denominava Filosofia Natural e seu método de indução empírica para o conhecimento da realidade, levava-os a não aceitarem princípios gerais ou verdades absolutas para a explicação da realidade e da

organização social. Em política, isto os aproximava do liberalismo: um governo capaz de adaptar-se à realidade dos fatos, à inglesa, em detrimento de um governo baseado em princípios universais da razão, à francesa. A questão da Independência, para eles, não era uma decorrência de qualquer atitude nativista – "nativos" eles o eram do império luso-brasileiro, pouco importando a circunstância de terem nascido no Brasil. Daí seu apego à ideia de uma Monarquia Constitucional, mas uma Monarquia Constitucional adaptada às circunstâncias brasileiras: uma sociedade dita ainda imatura, na qual o soberano, guiado pela prudência e pelo imperativo da unidade nacional, aclamado "Defensor Perpétuo do Brasil", não estivesse a priori subordinado aos interesses conflitivos de uma Assembleia Constituinte – convocada pelo próprio, sublinhe-se! – que poderiam colocar em risco a unidade almejada.

Esse grupo, fluido, acumulando várias frustrações com o sistema português, mas sem nenhuma disposição em romper de forma radical com o *status quo*, pretendendo antes uma transição negociada que lhes assegurasse maiores possibilidades de ação em suas pautas desenvolvimentistas, num sistema sem os escolhos da antiga administração mas preservando a centralidade das decisões – posto que, remanescentes do pombalismo, não confiavam na plebe – constituiu a precária base de sustentação do equilíbrio de José Bonifácio entre os extremos da situação: de um lado os constitucionalistas radicais, agrupados em torno da Maçonaria (Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira e Januário da Cunha Barbosa), que almejavam a construção da soberania popular através da Assembleia Constituinte, à qual o Príncipe deveria jurar fidelidade antes mesmo de elaborada a Constituição; de outro os velhos regalistas, que formavam maioria entre os membros da Corte, advogando a legitimidade da dinastia dos Bragança como fio condutor da Nação que se estava criando. Entre os extremos, José Bonifácio, já no Ministério, traçou a complexa e em grande parte artificiosa estratégia de afirmação da legitimidade do Príncipe pela aclamação popular, sem a intermediação de quaisquer instituições, tornando-se assim a personificação da soberania – soberania nacional, e não popular.

Esta forma de conceber a legitimidade da monarquia, acolhida pelo voluntarioso e, conforme não tardou em demonstrar, autoritário Príncipe como sendo feita à sua medida, foi que permitiu a este dirigir-se à Constituinte declarando que respeitaria a Constituição "*se ela for digna do Brasil e de mim*". Afinal, o trono, como poder instituído, a precedia: "o imperador desfruta de um título independente da 'perigosa dependência' dos

representantes do povo, título que emana 'da vontade direta do povo', de acordo com o pensamento constitucional de José Bonifácio" (FAORO, 2012 : 324).

A atitude do Príncipe D. Pedro convertido em Imperador Pedro I logo revelará uma nítida opção de classe, que não será a do ilustrado José Bonifácio. Afrontando a Constituinte, ele afronta principalmente os liberais e suas bases sociais, que, fluidas e débeis que são no "estágio de desenvolvimento" em que se encontrava a sociedade, são formadas por aqueles agentes econômicos e sociais que vivem, expandem seus negócios e acumulam sua riqueza no mercado interno em formação, um mercado sufocado pelo peso da aliança financeira entre o grande comércio de exportações agrícolas e importação de escravos, aliança que sempre contou com a proteção da Coroa e de onde provinham os recursos da Corte. Fiéis à dinâmica econômica dessa sociedade em formação, cujos perfis regionais iam se diferenciando por força da constituição de mercados regionais – uma ossatura econômica que, nascida de baixo para cima, poderia ter a unidade nacional como resultante mas jamais como princípio constitutivo – os liberais mais radicais, grupo de Ledo à frente, não hesitavam frente à república e à federação. Em oposição, os barões do agronegócio necessitavam de um poder centralizado que garantisse a unidade e continuidade dos seus negócios. Que, não podendo agir sobre o mercado internacional que lhes punha em condições cada vez mais desvantajosas, lhes garantisse o provimento de seu principal insumo de produção, os escravos, sob crescente ameaça das restrições inglesas. Era isto, em suma, o que encobriam com a retórica da unidade da Nação.

Frente à ameaça do caos dos primeiros e o reacionarismo dos segundos, Bonifácio apostou que a modernização dirigida pelo alto acabasse por suprimir as bases do conflito entre os extremos. Contava para isto com o apoio da opinião discreta, tímida, típica de universitários que não disputavam o poder por desprezarem a política, mas permaneciam dispostos a ocuparem os cargos que a via bonifaciana lhes abriria. Não poupou meios para impor sua solução, e a experiência adquirida na Intendência de Política do Porto (e mesmo na polícia do exército português durante a luta contra os franceses) certamente contribuiu para dominar os escrúpulos morais no cumprimento da missão a que se impôs, transformando adversários em inimigos, prendendo-os e exilando-os sempre que a ocasião se apresentasse.

No “pensamento constitucional” de José Bonifácio está contido o germe daquilo que o jovem e esperto imperador, inspirando-se na doutrina de Benjamin Constant, transformará no Poder Moderador – poder incondicionado materializado na figura do próprio imperador, instituído pela Constituição “digna do Brasil e dele” que outorgou ao país após dissolver a Constituinte eleita, prender e exilar boa parte dos constituintes radicais, entre os quais o próprio José Bonifácio, já horrorizado com o mostro que criara. A contraface deste poder é a condenação do povo à minoridade política perpétua e da democracia ao estatuto de regime de validade condicionada. Quimera de um poder nacional incondicionado, mesmo desaparecendo com o fim do império o Poder Moderador permanecerá ao longo da República como um personagem permanentemente à busca de um autor, metalinguagem da política num cenário apartado da vida real da Nação, a seduzir os atores que escapam à volubilidade das urnas – ora as Forças Armadas, ora o Poder Judiciário – ao domínio do palco.

Assim, nas circunstâncias do pós-Independência, a via pombalina de José Bonifácio abriu passo para a via bonapartista de D. Pedro I. A demissão de José Bonifácio do Ministério encerrou seus dias de profeta armado. O pretenso déspota esclarecido tornou-se déspota *tout court*, que já não respeitava sequer a Constituição redigida sob sua encomenda, implantando, se não de caso pensado ao menos pelo resultado objetivo das suas iniciativas, as bases para a reprodução do velho Estado português, até que, por absoluto espírito de intransigência, incapaz de manter o equilíbrio entre as facções liberais e conservadoras (transformado já o liberalismo, com a prisão e exílio de seus principais expoentes, numa expressão apenas menos exclusivista dos interesses da lavoura), renunciou em favor do filho menino. Este, apenas saído da adolescência, seguiu-lhe os passos com a maestria dos caracteres macios, que adoçam os interesses brutos sob o manto das boas maneiras, do cosmopolitismo ilustrado e do humanismo de superfície. Durante mais de meio século, o filho teve tempo de consolidar o mandonismo oligárquico e afastar a ameaça do povo, até que viu crescer à sua volta o despotismo militar, o mesmo despotismo militar que José Bonifácio pensou exorcizar com a fórmula da monarquia constitucional *ad hoc*. Nesta altura, a sociedade, já divorciada desse Estado que, constituindo-se acima dela, substituía a política pela administração arbitrária, repressora, dos seus conflitos, assistia a tudo embasbacada, para repetir as palavras do cronista da proclamação da República, enquanto o país foi dormir monárquico e acordou republicano.

O imperativo de garantir a unidade nacional pela via autoritária encontrou na aliança entre a grande lavoura e o comércio de exportação e importação (exportação de *commodities* agrícolas e importação de escravos) seu sustentáculo por excelência, seu sustentáculo de classe. Sua consequência foi sufocar a emergência de uma sociedade que lutava para se constituir como sociedade civil, cortar os laços desta com o poder político institucionalizado. A consequência imediata foi a multiplicação das revoltas regionais, tratadas, todas, como ameaças à integridade nacional. A consequência no longo prazo foi perfeitamente apreendida por Euclides da Cunha, pela ótica particular que caracteriza sua abordagem: a geografia do imenso território.

> *Era o crescente desequilibrio entre os homens do sertão e os do litoral. O raio civilizador, refranjia na costa. Deixava na penumbra os planaltos. O massiço de um continente compacto e vasto talhava uma fisionomia dupla à nacionalidade nacente. Ainda quando se fundissem os grupos abeirados ao mar, restariam, ameaçadores, afeitos às mais diversas tradições, distanciando-se do nosso meio e do nosso tempo, aquelles rudes patrícios perdidos no insulamento das chapadas. Ao*
> *'cabano', se ajuntariam no correr do tempo o 'balaio', no Maranhão, o 'chimango', no Ceará, o 'cangaceiro', em Pernambuco, nomes diversos de uma diátese social única, que chegaria até hoje, projetando nos deslumbramentos da Republica a* silhouette *trajica do 'jagunço'... Observe-se, com tudo, de passagem, que não escapou de todo ao descortino excecional de Diogo Feijó o meio preexcelente para removerse em parte esta fatalidade em grande parte resultante da nossa amplitude e impenetrabilidade continental. Na lei de 31 de outubro de 1835, a primeira que ele promulgou ao assumir a Rejencia Una, traçamse as primeiras linhas do nosso desenvolvimento economico: autorizavase a construção de uma estrada de ferro para ligar-se a Capital do Imperio às provincias de Minas Geraes e S. Paulo. Mas o belo pensamento administrativo avantajava-se demais à própria sociedade. Foi inviável. Ao grande homem ficou, porém, a gloria de haver adivinhado esse antagonismo formidável do dezerto e das distancias, que ainda hoje tanto impece o pleno desenvolvimento da vida nacional."* (CUNHA, 1913 : 321-322).

O deserto e as distâncias da geografia física foram superados, mas sua substância persiste na geografia política, separando o Estado da Nação, o Estado da Sociedade. Desertos e distâncias que engoliram José Bonifácio, quando a idealização de um país independente e modernizado pelo alto, pelas mãos de um Príncipe que, detentor da legitimidade privativa de "Defensor Perpétuo do Brasil", pudesse desprezar a legitimidade sempre provisória conferida pela sociedade – idealização construída, mais do que ninguém, pelo próprio José Bonifácio – acabou por alienar os fios de condução do Estado à única classe social capaz de garantir a unidade nacional nas circunstâncias escolhidas: o agrarismo escravista.

Desenredo.

Desarmado e banido para a França, o Patriarca volta-se para suas predileções literárias e reflexões avulsas, estas sem método, algumas superficiais, enquanto remói mágoas contra os "traidores", frustrações contra o imperador e registra impressões sobre os brasileiros que oscilam entre o panegírico e o desdém. Nada de balanço crítico sistemático sobre sua trajetória, salvo observações que, mesmo levantando o véu sobre questões graves – "Talvez se pecou em repelir os democratas, e animar os mestiços e corcundas" – não têm sequência do ponto de vista reflexivo. Em tudo, permanece a convicção de que o objetivo maior – "Queria um soberano que fomentasse a sua [do povo] instrução, o seu comércio e a sua nascente indústria(...)" – justificava os métodos – "(...) seria preciso que o imperador pusesse à testa dos negócios um homem sábio, ativo mas prudente (...) que ganhasse os chefes de fila com honras, empregos, e dinheiro oculto se preciso fosse; (...) que neutralizasse os partidos, e os reduzisse à inércia e fraqueza" – e a convicção de que os erros, no final das contas, foram de avaliação pessoal – "Errei em contar com os que cria homens de bem; achei-os frios, reflexivos só para o seu egoísmo e segurança particular".

Uma observação pessoal sobre o seu caráter – uma antecipação do sentimento pessoano, para dizer o mínimo! – redigida em 1799 num diário que não teve sequência, talvez explique essa parcimônia:

> "O pouco-caso que faço das minhas ideias é o motivo por que as guardo; e creio que tarde ou nunca verão a luz. Sou melhor do que pareço; e sei mais do que mostro – donde vem isto? De preguiça? Ou

do pouco-caso que faço da maior parte dos homens? Creio que de ambas as coisas." (DOHNIKOFF, 2000 : 196)

Seu retorno ao Brasil em 1829, após seis anos exilado na França, foi um lampejo de retorno à glória. Talvez, como aponta Oliveira Lima, D. Pedro I tenha pensado nele como Regente quando o chamou para ser o tutor dos seus filhos, e talvez José Bonifácio, acedendo ao convite, tenha pensado em aproveitar a oportunidade para completar a obra iniciada em 1821-22, unindo-se novamente ao príncipe de quem fora o principal conselheiro e que depois se tornara seu algoz (LIMA, 2021 : 34). Mas já era um profeta desarmado. O período regencial que sucedeu à renúncia de D. Pedro I já refletia, por trás das contendas dos seus principais atores, o conforto da aliança de classes que agiu através do imperador na dissolução da Constituinte: a grande lavoura escravocrata e o grande comércio de importação e exportação. Sua nomeação ao cargo de tutor de D. Pedro II, bem como a posse como deputado pela Bahia em 1831 (havia sido eleito como suplente), não foram suficientes para conter o fogo cerrado que lhe dirigiu o implacável Feijó, então Ministro da Justiça, convencido de que tramava a volta de Pedro I e de que sua ascendência sobre o imperador menino constituía uma ameaça para a estabilidade da monarquia. Destituído da tutoria, cassado e submetido à prisão domiciliar, foi julgado sob acusado de conspiração e perturbação da ordem pública, sendo absolvido num processo que se arrastou por três anos. Auto-exilado em sua residência em Paquetá, transferiu-se para Niterói, onde morreu em 6 de abril de 1838, prestes a completar 75 anos de idade.

O que restou do legado deste homem trágico que tentou o impossível? O Brasil por ele concebido não aconteceu, todavia persiste. Oxalá o bicentenário dos seus feitos possa trazer alguma luz sobre o preço a pagar pela substituição da experiência popular, confusa e contraditória que seja, pelo pretenso esclarecimento das elites.

20
JORGE A. SAES

Pensemos! Conta-se que um turista americano foi à cidade do Cairo, Egito, com o objetivo de visitar um famoso sábio. O turista ficou surpreso ao ver que o sábio morava num quartinho muito simples e cheio de livros. As

únicas peças de mobília eram: uma cama, uma mesa e um banco. Onde estão seus móveis? Perguntou o turista. E o sábio, bem depressa olhou ao seu redor e perguntou também: E onde estão os seus? Os meus?!!! Surpreendeu-se o turista. Mas, estou aqui só de passagem! Eu também, concluiu o sábio. A vida na Terra é somente uma passagem. No entanto, vivemos como se fôssemos ficar aqui eternamente, esquecendo de ser livres e felizes.
Desapego também é liberdade. Não somos seres humanos passando por um experiência espiritual. Somos seres espirituais passando por uma experiência humana.

21
LADISLAU DOWBOR

CAPITALISMO FINANCEIRO

A ERA DO CAPITALISMO IMPRODUTIVO – L. Dowbor https://dowbor.org/wp-content/uploads/2012/06/a_era_do_capital_improdutivo_2_impress%C3%A3oV2.pdf vídeo conferência 2017 –
Dez minutos para entender a economia
https://www.youtube.com/watch?v=Im9KRnymp7s
Pedagogia da Economia com Ladislau Dowbor - Aula 04/15 - YouTube - Entender o que acontece com a economia está ao alcance de qualquer pessoa. Não se trata aqui de teorias, e sim do nosso trabalho e do nosso dinheiro.
https://br.search.yahoo.com/search?fr=mcafee&type=E210BR714G0&p=ladislau+dowbor+YOU+TUBE+puc+NUCLEO+ESTADOS+SOBRE+O+FUTURO+PUC+RIO

Entrevista LADISLAU DOWSOR – Ecologizando, no DIA DO M.A.- Dia 05 de junho 2022 -
https://www.youtube.com/watch?v=LkbK4JRLOmM
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
REDE ESTAÇÃO DEMOCRACIA – Debates
Cripto moedas: especulação ou revolução? Das 18h às 19h30 ou quando você quiser.
https://www.youtube.com/watch?v=o3aXquOsXdA
Criptomoedas – a situação atual - Por PAUL KRUGMAN: As criptomoedas podem provocar a próxima crise financeira global [...] -

https://aterraeredonda.com.br/criptomoedas-a-situacao-atual/?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=novas_publicacoe s&utm_term=2022-06-09
Reservas globais abandonam dólar e migram para moedas não tradicionais. Dominância
do dólar em queda. Real brasileiro não está entre as preferidas -
https://aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/7885-reservas-globaisabandonam-dolar-e-migram-para-moedas-nao-tradicionais

K.Schmitt – Concepção teológica da Política, fundada no medievo como Jean Bodin. Os dois corpos do Rei: a soberania transcendente X secular.
Live CBAE - Disciplina da Cátedra Democracia CBAE: Capitalismo, Democracia e
Economia Política
https://www.youtube.com/watch?v=4jx7GQsQqLo
•Transmitido ao vivo em 3 de nov. de 2020 -
Encontro espaço entre ECONOMIA E LEI – Escola de Genebra, como (re)construção do Estado – Lei, Legislação e Liberdade como contenção à democracia, na defesa do mercado -
Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ
INSCREVER-SE
Descrição:Disciplina oferecida pela Cátedra Democracia Hélio Jaguaribe, do Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ. O objetivo deste curso é discutir a economia política do desenvolvimento no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo. Para tanto, a disciplina propõe analisar as relações entre Estado, capitalismo edemocracia sob o prisma das mudanças que alteraram radicalmente suas formas de organização nas últimas décadas. O Sul Global se libertará da dívida dolarizada?
9/6/2022, Pepe Escobar, The Craddle, Beirute. Tradução de trabalho, sem valor comercial, para finalidades acadêmicas, autorizada pelo autor. Correções são bemvindas.

Com The Destiny of Civilization: Finance Capitalism, Industrial Capitalism or Socialism [O Destino da Civilização: Capitalismo Financeiro, Capitalismo Industrial ou Socialismo], Michael Hudson, dos principais economistas independentes do mundo, deu-nos sem dúvida o manual definitivo sobre onde estamos, quem está no comando e se podemos ignorá-los.

Melhor saltar direto no olho do furacão. Hudson começa com uma análise do ethos
"pegue o dinheiro e corra", completado com a desindustrialização, já que 90% da receita corporativa dos EUA é "usada para recompra de ações e pagamento de dividendos, para segurar os preços das ações da empresa".

É o ápice da estratégia política do "capitalismo financeiro": "capturar o setor público e transferir o poder monetário e bancário" para Wall Street, City de Londres e outros centros financeiros ocidentais.

Todo o Sul Global reconhecerá facilmente o modus operandi imperial: "A estratégia do imperialismo militar e financeiro dos EUA é instalar oligarquias e ditaduras clientes, e torcer o braço de aliados até que entrem em luta contra adversários designados e subsidiem, não apenas os custos imperiais de fazer a guerra ("defesa"), mas até os programas de gastos domésticos do próprio império". É a antítese do mundo multipolar defendido por Rússia e China.

Em suma, nossa atual Guerra Fria 2.0 "está sendo travada basicamente entre (i) o capitalismo financeiro centrado nos EUA, que apoia oligarquias rentistas e (ii) nações que buscam construir autoconfiança e prosperidade doméstica mais bem disseminadas".

Hudson nos lembra de Aristóteles, presciente, que já dizia que é do interesse dos financistas jogar o próprio poder contra a sociedade em geral: "A classe financeira tem sido ao longo da história a principal beneficiária dos impérios, atuando como agentes de cobrança".

Então, inevitavelmente, a principal alavancagem imperial sobre o mundo, verdadeira
"estratégia pró-subdesenvolvimento", seria financeira: instrumentalizar a pressão do FMI para "transformar a infraestrutura pública em monopólios privatizados e reverter as reformas pró-trabalhistas do século XX" mediante as tais notórias "condicionalidades" para empréstimos.

Não é à toa que o Movimento dos Não-Alinhados, MNA, estabelecido em Belgrado em 1961 com 120 nações e 27 observadores, tornou-se ameaça tão grave para a estratégia global dos EUA. Os norte-americanos, como seria de prever, reagiram com uma série de guerras étnicas e as primeiras encarnações

da revolução colorida – fabricando ditaduras em escala industrial, de Suharto a Pinochet.

O ponto culminante foi um encontro cataclísmico em Houston dia 19/12/1990, que
"celebrou" a dissolução da URSS. Hudson nos lembra de como o FMI e o Banco Mundial "estabeleceram um plano para os líderes da Rússia imporem austeridade e doarem seus ativos – não importava a quem – numa onda de 'terapia de choque', para deixar que a suposta magia da livre iniciativa criasse um vale-tudo neoliberal".

Perdido num deserto romano* de dívidas

Em grande medida, a nostalgia pelo estupro e pilhagem da Rússia da década de 1990 alimenta o que Hudson define como a Nova Guerra Fria, quando a Diplomacia do Dólar tem de afirmar seu controle sobre todas as economias estrangeiras. A Nova Guerra Fria não é travada apenas contra Rússia e China, "mas contra quaisquer países que resistam à privatização e à financeirização sob patrocínio dos EUA".

Hudson nos lembra como a política da China "seguiu quase o mesmo caminho que o protecionismo americano de 1865 a 1914 – subsídio estatal para a indústria, pesado investimento de capital do setor público… e gastos sociais em educação e saúde para melhorar a qualidade e a produtividade do trabalho. A ninguém nos EUA ocorreu chamar isso de marxismo; foi simplesmente o modo lógico de olhar para a industrialização, como parte de um amplo sistema econômico e social".

Mas então, o capitalismo financeiro – ou de cassino – ganhou força e inflou a economia dos EUA com "excedentes agrícolas do agronegócio e monopólios em Tecnologia da Informação (em grande parte desenvolvidos como subproduto da pesquisa militar), hardware militar e patentes farmacêuticas (baseadas em dinheiro público para financiar pesquisas), capaz de extrair renda de monopólio, ao mesmo tempo em que tantos se tornam amplamente isentos de impostos, servindo-se de centros bancários instalados fora do país (ing. offshore)".

Esse é o atual Estado do Império: dependente e confiado "em sua própria classe rentista e na Diplomacia do Dólar", com a prosperidade concentrada no 1% superior das elites do establishment. Corolário inevitável é a

diplomacia dos EUA a impor sanções ilegais e unilaterais a Rússia, China e a qualquer pessoa ou empresa que desafie seus ditames.

A economia dos EUA é de fato remake pós-moderno manco do final do Império
Romano: “dependente de tributos estrangeiros para conseguir sobreviver na economia rentista global de hoje”. E entra a correlação entre almoço grátis minguante e medo absoluto: “Por isso os EUA cercaram a Eurásia com 750 bases militares”.

Hudson volta deliciado a Lactâncio, no final do século III, que descreve o império romano em Instituições Divinas,** para enfatizar os paralelos com a versão americana:

“Para escravizar muitos, os gananciosos começaram por se apropriar e entesourar os itens necessários à vida e mantê-los bem fechados, para que pudessem reservar essas recompensas para si. Fizeram isso não por cuidado com a humanidade (que não havia neles), mas para recolher tudo para si, como produtos de sua ganância e avareza. Em nome da justiça, fizeram leis sem justiça nem legalidade, para legalizar os próprios roubos e a própria avareza, contra o poder da multidão. Dessa forma autoafirmaram-se, tanto pela autoridade quanto pela força das armas ou do mal manifesto”.

Socialismo ou barbárie

Hudson enquadra sucintamente o dilema central que o mundo enfrenta: “dinheiro e crédito, terra, recursos naturais e monopólios serão privatizados e concentrados nas mãos de uma oligarquia rentista? Ou serão usados para promover prosperidade e crescimento gerais? Basicamente, esse conflito trava-se entre o capitalismo financeiro e o socialismo como sistemas econômicos”.

Para avançar na luta, Hudson propõe um programa contrarrentismo, como plano definitivo do Sul Global para o desenvolvimento responsável: propriedade pública de monopólios naturais; infraestrutura básica chave, em mãos públicas; autossuficiência nacional, crucialmente, em dinheiro e criação de crédito; proteção ao consumidor e ao trabalho; controles de capitais, para evitar empréstimos ou a denominação de dívidas em moeda estrangeira; impostos sobre renda, seja ‘renda não trabalhada’ (aproximadamente, ganhos que não correspondem a esforço do beneficiário da renda. Ing. income

unearned), como renda econômica (ing, economic rent); tributação progressiva; imposto sobre a terra ("impedirá que o valor crescente da renda da terra seja penhorado aos bancos como garantia de empréstimos, para inflar os preços dos imóveis"); uso do excedente econômico para investimento em capital tangível; e autossuficiência alimentar nacional.

Como Hudson parece ter coberto todas as bases, no final do livro restava-me só uma pergunta abrangente. Perguntei a ele como analisava as atuais discussões entre a União Econômica Eurasiana e os chineses – e entre Rússia e China, mais adiante; se as considerava capazes de planejar e pôr em operação um sistema financeiro/monetário alternativo. Conseguirão vender o sistema alternativo para a maior parte do planeta, ao mesmo tempo em que se esquivam do assédio financeiro imperial?

Extremamente gentil, Hudson respondeu com o que bem poderia ser o resumo de um capítulo de livro:

"Para ser bem-sucedida, qualquer reforma tem de abranger todo o sistema, não apenas uma parte dele. As economias ocidentais financeirizaram-se, deixando a criação de crédito em mãos privadas – para gerar ganhos financeiros à custa da economia industrial… Esse objetivo espalhou-se como lepra, contaminando economias inteiras – padrões comerciais (dependência das exportações agrícolas e de petróleo, e de Tecnologia da Informação, TI), relações trabalhistas (antissindicalismo e austeridade), posse da terra (agricultura de propriedade estrangeira, em vez de autossuficiência doméstica e autossuficiência em grãos alimentares); até a própria teoria econômica (tratando finanças como parte do PIB, não como sobrecarga que desencaminha tudo, seja a renda do trabalho seja a renda da indústria)."

Hudson adverte que "para se libertar da dinâmica do capitalismo financeiro predatório patrocinado pelos EUA e seus satélites, os países precisam ser autossuficientes na produção de alimentos, de energia, de tecnologia e de outros itens que correspondem a necessidades básicas.

Para tanto, é necessário que haja uma alternativa ao 'livre comércio' dos EUA e ao seu 'comércio justo' ainda mais nacionalista (considera 'injusta' a concorrência de qualquer agente estrangeiro que dispute espaços contra a indústria de propriedade dos EUA). Para que haja essa alternativa, é preciso criar alternativa ao FMI, ao Banco Mundial e à Organização Internacional do Comércio, OIT (dos quais a Rússia acabou de se retirar). E, infelizmente, para

que haja via alternativa, que permita escapar às imposições dos EUA, também tem de haver coordenação militar, como na Organização de Cooperação de Xangai, OCX, para defender os membros contra a militarização do capitalismo financeiro centrado nos EUA".

Hudson vê alguma luz à frente: "Quanto à sua pergunta, sobre se Rússia e China podem 'vender' essa visão do futuro aos países do Sul Global e da Eurásia, essa tarefa estará muito facilitada já no final desse verão. Um importante subproduto (não por acaso) da guerra da OTAN na Ucrânia é o aumento drástico dos preços da energia e dos alimentos (e dos fretes). Isso porá em acentuado déficit a balança de pagamentos de muitos países do Sul Global e de outros países, o que levará a uma crise à medida que comece a vencer a dívida denominada em dólares, contraída com detentores de títulos e bancos".

O principal desafio para a maior parte do Sul Global é evitar o calote:

"O aumento das taxas de juros nos EUA aumentou a taxa de câmbio do dólar não apenas em relação ao euro e ao iene japonês, mas também em relação ao Sul Global e outros países. Significa que parcela muito maior da renda e receita de exportação dos países é consumida para pagar a respectiva dívida externa. – E os países só conseguem evitar o calote, ficando sem alimentos e petróleo. O que escolherão?

O FMI pode oferecer-se para criar Direitos Especiais de Saque, DES (ing. Special Drawing Rights, SDR), para possibilitar que os países paguem o que já devem – mas acumulando ainda mais dívidas dolarizadas, sujeitas aos planos de austeridade do FMI e às exigências de que vendam ainda mais de seus recursos naturais, florestas e água."

Então, como se libertar da dívida dolarizada?

"Eles precisam de massa crítica. Não havia disponível na década de 1970, quando uma Nova Ordem Econômica Internacional foi discutida pela primeira vez. Mas hoje vai-se tornando alternativa viável, graças ao poder da China, aos recursos da Rússia e de países aliados, como Irã, Índia e outros países do Leste Asiático e da Ásia Central.

Assim sendo, suspeito que um novo sistema econômico mundial já está surgindo. Se for bem-sucedido, o século passado – desde o fim da 1ª Guerra

Mundial e a confusão que deixou – parecerá uma longa trilha de passos perdidos na história, que então estará voltando ao que pareciam ser os ideais sociais básicos da economia clássica – um mercado no qual não haja senhores de terra à caça de rendas, de monopólios e de finanças predatórias."

Hudson conclui reiterando do que trata, realmente, a Nova Guerra Fria:

"Em suma, trata-se do conflito entre dois sistemas sociais, cada um com sua própria filosofia de como as sociedades funcionam. Serão planejadas por centros financeiros neoliberais fincados em Nova York, apoiados pelos neoconservadores de Washington? Ou serão o tipo de socialismo que o final do século 19 e início do século 20 vislumbraram – um 'mercado' e, de fato, uma sociedade, em que não haja rentistas?

Os monopólios naturais, como a terra e os recursos naturais, serão socializados e usados para financiar o crescimento doméstico e a moradia?

Ou serão entregues aos interesses financeiros, convertendo a renda nacional em moeda de pagar juros que devoram os ganhos dos consumidores e os ganhos das empresas?

E acima de tudo: os governos criarão o próprio dinheiro e direcionarão os bancos para que promovam a prosperidade doméstica? Ou permitirão que bancos privados (cujos interesses financeiros são representados pelos bancos centrais) roubem o controle da mão dos Tesouros nacionais?"*******

---

* "Lost in a Roman wilderness [of pain]" é verso de Jim Morrison em The End, The Doors, 1967 [NTs].
** Para quem não saiba do que se trata, há boa informação aqui, em português [NTs].

22
ROBERT D. KAPLAN

THE COMING ANARCHY

How scarcity, crime, overpopulation, tribalism, and disease are rapidly destroying the social fabric of our planet

The Minister's eyes were like egg yolks, an aftereffect of some of the many illnesses, malaria especially, endemic in his country. There was also an irrefutable sadness in his eyes. He spoke in a slow and creaking voice, the voice of hope about to expire. Flame trees, coconut palms, and a ballpoint-blue Atlantic composed the background. None of it seemed beautiful, though. "In forty-five years I have never seen things so bad. We did not manage ourselves well after the British departed. But what we have now is something worse—the revenge of the poor, of the social failures, of the people least able to bring up children in a modern society." Then he referred to the recent coup in the West African country Sierra Leone. "The boys who took power in Sierra Leone come from houses like this." The Minister jabbed his finger at a corrugated metal shack teeming with children. "In three months these boys confiscated all the official Mercedes, Volvos, and BMWs and willfully wrecked them on the road." The Minister mentioned one of the coup's leaders, Solomon Anthony Joseph Musa, who shot the people who had paid for his schooling, "in order to erase the humiliation and mitigate the power his middle-class sponsors held over him."

Tyranny is nothing new in Sierra Leone or in the rest of West Africa. But it is now part and parcel of an increasing lawlessness that is far more significant than any coup, rebel incursion, or episodic experiment in democracy. Crime was what my friend—a topranking African official whose life would be threatened were I to identify him more precisely—really wanted to talk about. Crime is what makes West Africa a natural point of departure for my report on what the political character of our planet is likely to be in the twenty-first century.

The cities of West Africa at night are some of the unsafest places in the world. Streets are unlit; the police often lack gasoline for their vehicles; armed burglars, carjackers, and muggers proliferate. "The government in Sierra Leone has no writ after dark," says a foreign resident, shrugging. When I was in the capital, Freetown, last September, eight men armed with AK-47s broke into the house of an American man. They tied him up and stole everything of value. Forget Miami: direct flights between the United States and the Murtala Muhammed Airport, in neighboring Nigeria's largest city, Lagos, have been suspended by order of the U.S. Secretary of Transportation because of ineffective security at the terminal and its environs. A State Department report cited the airport for "extortion by law-enforcement and immigration officials." This is one of the few times that the U.S. government has embargoed a foreign airport for reasons that are linked purely to crime. In

Abidjan, effectively the capital of the Cote d'Ivoire, or Ivory Coast, restaurants have stick- and gun-wielding guards who walk you the fifteen feet or so between your car and the entrance, giving you an eerie taste of what American cities might be like in the future. An Italian ambassador was killed by gunfire when robbers invaded an Abidjan restaurant. The family of the Nigerian ambassador was tied up and robbed at gunpoint in the ambassador's residence. After university students in the Ivory Coast caught bandits who had been plaguing their dorms, they executed them by hanging tires around their necks and setting the tires on fire. In one instance Ivorian policemen stood by and watched the "necklacings," afraid to intervene. Each time I went to the Abidjan bus terminal, groups of young men with restless, scanning eyes surrounded my taxi, putting their hands all over the windows, demanding "tips" for carrying my luggage even though I had only a rucksack. In cities in six West African countries I saw similar young men everywhere—hordes of them. They were like loose molecules in a very unstable social fluid, a fluid that was clearly on the verge of igniting.

"You see," my friend the Minister told me, "in the villages of Africa it is perfectly natural to feed at any table and lodge in any hut. But in the cities this communal existence no longer holds. You must pay for lodging and be invited for food. When young men find out that their relations cannot put them up, they become lost. They join other migrants and slip gradually into the criminal process."

"In the poor quarters of Arab North Africa," he continued, "there is much less crime, because Islam provides a social anchor: of education and indoctrination. Here in West Africa we have a lot of superficial Islam and superficial Christianity. Western religion is undermined by animist beliefs not suitable to a moral society, because they are based on irrational spirit power. Here spirits are used to wreak vengeance by one person against another, or one group against another." Many of the atrocities in the Liberian civil war have been tied to belief in juju spirits, and the BBC has reported, in its magazine Focus on Africa, that in the civil fighting in adjacent Sierra Leone, rebels were said to have "a young woman with them who would go to the front naked, always walking backwards and looking in a mirror to see where she was going. This made her invisible, so that she could cross to the army's positions and there bury charms . . . to improve the rebels' chances of success."

Finally my friend the Minister mentioned polygamy. Designed for a pastoral way of life, polygamy continues to thrive in sub-Saharan Africa even though it is increasingly uncommon in Arab North Africa. Most youths I met on the road in West Africa told me that they were from "extended" families, with a mother in one place and a father in another. Translated to an urban environment, loose family structures are largely responsible for the world's highest birth rates and the explosion of the HIV virus on the continent. Like the communalism and animism, they provide a weak shield against the corrosive social effects of life in cities. In those cities African culture is being redefined while desertification and deforestation—also tied to overpopulation—drive more and more African peasants out of the countryside.

A Premonition of the Future

West Africa is becoming the symbol of worldwide demographic, environmental, and societal stress, in which criminal anarchy emerges as the real "strategic" danger. Disease, overpopulation, unprovoked crime, scarcity of resources, refugee migrations, the increasing erosion of nation-states and international borders, and the empowerment of private armies, security firms, and international drug cartels are now most tellingly demonstrated through a West African prism. West Africa provides an appropriate introduction to the issues, often extremely unpleasant to discuss, that will soon confront our civilization. To remap the political earth the way it will be a few decades hence—as I intend to do in this article—I find I must begin with West Africa.

There is no other place on the planet where political maps are so deceptive—where, in fact, they tell such lies—as in West Africa. Start with Sierra Leone. According to the map, it is a nation-state of defined borders, with a government in control of its territory. In truth the Sierra Leonian government, run by a twenty-seven-year-old army captain, Valentine Strasser, controls Freetown by day and by day also controls part of the rural interior. In the government's territory the national army is an unruly rabble threatening drivers and passengers at most checkpoints. In the other part of the country units of two separate armies from the war in Liberia have taken up residence, as has an army of Sierra Leonian rebels. The government force fighting the rebels is full of renegade commanders who have aligned themselves with disaffected village chiefs. A pre-modern formlessness governs the battlefield, evoking the wars in medieval Europe prior to the 1648 Peace of Westphalia, which ushered in the era of organized nation-states.

As a consequence, roughly 400,000 Sierra Leonians are internally displaced, 280,000 more have fled to neighboring Guinea, and another 100,000 have fled to Liberia, even as 400,000 Liberians have fled to Sierra Leone. The third largest city in Sierra Leone, Gondama, is a displaced-persons camp. With an additional 600,000 Liberians in Guinea and 250,000 in the Ivory Coast, the borders dividing these four countries have become largely meaningless. Even in quiet zones none of the governments except the Ivory Coast's maintains the schools, bridges, roads, and police forces in a manner necessary for functional sovereignty. The Koranko ethnic group in northeastern Sierra Leone does all its trading in Guinea. Sierra Leonian diamonds are more likely to be sold in Liberia than in Freetown. In the eastern provinces of Sierra Leone you can buy Liberian beer but not the local brand.

In Sierra Leone, as in Guinea, as in the Ivory Coast, as in Ghana, most of the primary rain forest and the secondary bush is being destroyed at an alarming rate. I saw convoys of trucks bearing majestic hardwood trunks to coastal ports. When Sierra Leone achieved its independence, in 1961, as much as 60 percent of the country was primary rain forest. Now six percent is. In the Ivory Coast the proportion has fallen from 38 percent to eight percent. The deforestation has led to soil erosion, which has led to more flooding and more mosquitoes. Virtually everyone in the West African interior has some form of malaria.

Sierra Leone is a microcosm of what is occurring, albeit in a more tempered and gradual manner, throughout West Africa and much of the underdeveloped world: the withering away of central governments, the rise of tribal and regional domains, the unchecked spread of disease, and the growing pervasiveness of war. West Africa is reverting to the Africa of the Victorian atlas. It consists now of a series of coastal trading posts, such as Freetown and Conakry, and an interior that, owing to violence, volatility, and disease, is again becoming, as Graham Greene once observed, "blank" and "unexplored." However, whereas Greene's vision implies a certain romance, as in the somnolent and charmingly seedy Freetown of his celebrated novel The Heart of the Matter, it is Thomas Malthus, the philosopher of demographic doomsday, who is now the prophet of West Africa's future. And West Africa's future, eventually, will also be that of most of the rest of the world.

Consider "Chicago." I refer not to Chicago, Illinois, but to a slum district of Abidjan, which the young toughs in the area have named after the American city. ("Washington" is another poor section of Abidjan.) Although Sierra Leone is widely regarded as beyond salvage, the Ivory Coast has been considered an African success story, and Abidjan has been called "the Paris of West Africa." Success, however, was built on two artificial factors: the high price of cocoa, of which the Ivory Coast is the world's leading producer, and the talents of a French expatriate community, whose members have helped run the government and the private sector. The expanding cocoa economy made the Ivory Coast a magnet for migrant workers from all over West Africa: between a third and a half of the country's population is now non-Ivorian, and the figure could be as high as 75 percent in Abidjan. During the 1980s cocoa prices fell and the French began to leave. The skyscrapers of the Paris of West Africa are a facade. Perhaps 15 percent of Abidjan's population of three million people live in shantytowns like Chicago and Washington, and the vast majority live in places that are not much better. Not all of these places appear on any of the readily available maps. This is another indication of how political maps are the products of tired conventional wisdom and, in the Ivory Coast's case, of an elite that will ultimately be forced to relinquish power.

Chicago, like more and more of Abidjan, is a slum in the bush: a checkerwork of corrugated zinc roofs and walls made of cardboard and black plastic wrap. It is located in a gully teeming with coconut palms and oil palms, and is ravaged by flooding. Few residents have easy access to electricity, a sewage system, or a clean water supply. The crumbly red laterite earth crawls with foot-long lizards both inside and outside the shacks. Children defecate in a stream filled with garbage and pigs, droning with malarial mosquitoes. In this stream women do the washing. Young unemployed men spend their time drinking beer, palm wine, and gin while gambling on pinball games constructed out of rotting wood and rusty nails. These are the same youths who rob houses in more prosperous Ivorian neighborhoods at night. One man I met, Damba Tesele, came to Chicago from Burkina Faso in 1963. A cook by profession, he has four wives and thirty-two children, not one of whom has made it to high school. He has seen his shanty community destroyed by municipal authorities seven times since coming to the area. Each time he and his neighbors rebuild. Chicago is the latest incarnation.

Fifty-five percent of the Ivory Coast's population is urban, and the proportion is expected to reach 62 percent by 2000. The yearly net population growth is 3.6 percent. This means that the Ivory Coast's 13.5 million people will

become 39 million by 2025, when much of the population will consist of urbanized peasants like those of Chicago. But don't count on the Ivory Coast's still existing then. Chicago, which is more indicative of Africa's and the Third World's demographic present—and even more of the future—than any idyllic junglescape of women balancing earthen jugs on their heads, illustrates why the Ivory Coast, once a model of Third World success, is becoming a case study in Third World catastrophe.

President Felix Houphouet-Boigny, who died last December at the age of about ninety, left behind a weak cluster of political parties and a leaden bureaucracy that discourages foreign investment. Because the military is small and the non-Ivorian population large, there is neither an obvious force to maintain order nor a sense of nationhood that would lessen the need for such enforcement. The economy has been shrinking since the mid1980s. Though the French are working assiduously to preserve stability, the Ivory Coast faces a possibility worse than a coup: an anarchic implosion of criminal violence—an urbanized version of what has already happened in Somalia. Or it may become an African Yugoslavia, but one without mini-states to replace the whole.

Because the demographic reality of West Africa is a countryside draining into dense slums by the coast, ultimately the region's rulers will come to reflect the values of these shanty-towns. There are signs of this already in Sierra Leone—and in Togo, where the dictator Etienne Eyadema, in power since 1967, was nearly toppled in 1991, not by democrats but by thousands of youths whom the London-based magazine West Africa described as "Soweto-like stone-throwing adolescents." Their behavior may herald a regime more brutal than Eyadema's repressive one.

The fragility of these West African "countries" impressed itself on me when I took a series of bush taxis along the Gulf of Guinea, from the Togolese capital of Lome, across Ghana, to Abidjan. The 400-mile journey required two full days of driving, because of stops at two border crossings and an additional eleven customs stations, at each of which my fellow passengers had their bags searched. I had to change money twice and repeatedly fill in currency-declaration forms. I had to bribe a Togolese immigration official with the equivalent of eighteen dollars before he would agree to put an exit stamp on my passport. Nevertheless, smuggling across these borders is rampant. The London Observer has reported that in 1992 the equivalent of $856 million left West Africa for Europe in the form of "hot cash" assumed

to be laundered drug money. International cartels have discovered the utility of weak, financially strapped West African regimes.

The more fictitious the actual sovereignty, the more severe border authorities seem to be in trying to prove otherwise. Getting visas for these states can be as hard as crossing their borders. The Washington embassies of Sierra Leone and Guinea—the two poorest nations on earth, according to a 1993 United Nations report on "human development"— asked for letters from my bank (in lieu of prepaid round-trip tickets) and also personal references, in order to prove that I had sufficient means to sustain myself during my visits. I was reminded of my visa and currency hassles while traveling to the communist states of Eastern Europe, particularly East Germany and Czechoslovakia, before those states collapsed.

Ali A. Mazrui, the director of the Institute of Global Cultural Studies at the State University of New York at Binghamton, predicts that West Africa—indeed, the whole continent—is on the verge of large-scale border upheaval. Mazrui writes, "In the 21st century France will be withdrawing from West Africa as she gets increasingly involved in the affairs [of Europe]. France's West African sphere of influence will be filled by Nigeria—a more natural hegemonic power. . . . It will be under those circumstances that Nigeria's own boundaries are likely to expand to incorporate the Republic of Niger (the Hausa link), the Republic of Benin (the Yoruba link) and conceivably Cameroon."

The future could be more tumultuous, and bloodier, than Mazrui dares to say. France will withdraw from former colonies like Benin, Togo, Niger, and the Ivory Coast, where it has been propping up local currencies. It will do so not only because its attention will be diverted to new challenges in Europe and Russia but also because younger French officials lack the older generation's emotional ties to the ex-colonies. However, even as Nigeria attempts to expand, it, too, is likely to split into several pieces. The State Department's Bureau of Intelligence and Research recently made the following points in an analysis of Nigeria: "Prospects for a transition to civilian rule and democratization are slim. . . . The repressive apparatus of the state security service . . . will be difficult for any future civilian government to control. . . . The country is becoming increasingly ungovernable. . . . Ethnic and regional splits are deepening, a situation made worse by an increase in the number of states from 19 to 30 and a doubling in the number of local governing authorities; religious cleavages are more serious; Muslim fundamentalism

and evangelical Christian militancy are on the rise; and northern Muslim anxiety over southern [Christian] control of the economy is intense . . . the will to keep Nigeria together is now very weak."

Given that oil-rich Nigeria is a bellwether for the region—its population of roughly 90 million equals the populations of all the other West African states combined—it is apparent that Africa faces cataclysms that could make the Ethiopian and Somalian famines pale in comparison. This is especially so because Nigeria's population, including that of its largest city, Lagos, whose crime, pollution, and overcrowding make it the cliche par excellence of Third World urban dysfunction, is set to double during the next twenty-five years, while the country continues to deplete its natural resources.

Part of West Africa's quandary is that although its population belts are horizontal, with habitation densities increasing as one travels south away from the Sahara and toward the tropical abundance of the Atlantic littoral, the borders erected by European colonialists are vertical, and therefore at cross-purposes with demography and topography. Satellite photos depict the same reality I experienced in the bush taxi: the Lome-Abidjan coastal corridor—indeed, the entire stretch of coast from Abidjan eastward to Lagos—is one burgeoning megalopolis that by any rational economic and geographical standard should constitute a single sovereignty, rather than the five (the Ivory Coast, Ghana, Togo, Benin, and Nigeria) into which it is currently divided.

As many internal African borders begin to crumble, a more impenetrable boundary is being erected that threatens to isolate the continent as a whole: the wall of disease. Merely to visit West Africa in some degree of safety, I spent about $500 for a hepatitis B vaccination series and other disease prophylaxis. Africa may today be more dangerous in this regard than it was in 1862, before antibiotics, when the explorer Sir Richard Francis Burton described the health situation on the continent as "deadly, a Golgotha, a Jehannum." Of the approximately 12 million people worldwide whose blood is HIVpositive, 8 million are in Africa. In the capital of the Ivory Coast, whose modern road system only helps to spread the disease, 10 percent of the population is HIV-positive. And war and refugee movements help the virus break through to more-remote areas of
Africa. Alan Greenberg, M.D., a representative of the Centers for Disease Control in Abidjan, explains that in Africa the HIV virus and tuberculosis are now "fast-forwarding each other." Of the approximately 4,000 newly diagnosed tuberculosis patients in Abidjan, 45 percent were also found to be

HIV-positive. As African birth rates soar and slums proliferate, some experts worry that viral mutations and hybridizations might, just conceivably, result in a form of the AIDS virus that is easier to catch than the present strain.

It is malaria that is most responsible for the disease wall that threatens to separate Africa and other parts of the Third World from more-developed regions of the planet in the twenty-first century. Carried by mosquitoes, malaria, unlike AIDS, is easy to catch. Most people in sub-Saharan Africa have recurring bouts of the disease throughout their entire lives, and it is mutating into increasingly deadly forms. "The great gift of Malaria is utter apathy," wrote Sir Richard Burton, accurately portraying the situation in much of the Third World today. Visitors to malaria-afflicted parts of the planet are protected by a new drug, mefloquine, a side effect of which is vivid, even violent, dreams. But a strain of cerebral malaria resistant to mefloquine is now on the offensive. Consequently, defending oneself against malaria in Africa is becoming more and more like defending oneself against violent crime. You engage in "behavior modification": not going out at dusk, wearing mosquito repellent all the time.

And the cities keep growing. I got a general sense of the future while driving from the airport to downtown Conakry, the capital of Guinea. The forty-five-minute journey in heavy traffic was through one never-ending shantytown: a nightmarish Dickensian spectacle to which Dickens himself would never have given credence. The corrugated metal shacks and scabrous walls were coated with black slime. Stores were built out of rusted shipping containers, junked cars, and jumbles of wire mesh. The streets were one long puddle of floating garbage. Mosquitoes and flies were everywhere. Children, many of whom had protruding bellies, seemed as numerous as ants. When the tide went out, dead rats and the skeletons of cars were exposed on the mucky beach. In twenty-eight years Guinea's population will double if growth goes on at current rates. Hardwood logging continues at a madcap speed, and people flee the Guinean countryside for Conakry. It seemed to me that here, as elsewhere in Africa and the Third World, man is challenging nature far beyond its limits, and nature is now beginning to take its revenge.

Africa may be as relevant to the future character of world politics as the Balkans were a hundred years ago, prior to the two Balkan wars and the First World War. Then the threat was the collapse of empires and the birth of nations based solely on tribe. Now the threat is more elemental: nature unchecked. Africa's immediate future could be very bad. The coming

upheaval, in which foreign embassies are shut down, states collapse, and contact with the outside world takes place through dangerous, disease-ridden coastal trading posts, will loom large in the century we are entering. (Nine of twentyone U.S. foreign-aid missions to be closed over the next three years are in Africa—a prologue to a consolidation of U.S. embassies themselves.) Precisely because much of Africa is set to go over the edge at a time when the Cold War has ended, when environmental and demographic stress in other parts of the globe is becoming critical, and when the post-First World War system of nation-states—not just in the Balkans but perhaps also in the Middle East—is about to be toppled, Africa suggests what war, borders, and ethnic politics will be like a few decades hence.

To understand the events of the next fifty years, then, one must understand environmental scarcity, cultural and racial clash, geographic destiny, and the transformation of war. The order in which I have named these is not accidental. Each concept except the first relies partly on the one or ones before it, meaning that the last two—new approaches to mapmaking and to warfare—are the most important. They are also the least understood. I will now look at each idea, drawing upon the work of specialists and also my own travel experiences in various parts of the globe besides Africa, in order to fill in the blanks of a new political atlas.

The Environment as a Hostile Power

For a while the media will continue to ascribe riots and other violent upheavals abroad mainly to ethnic and religious conflict. But as these conflicts multiply, it will become apparent that something else is afoot, making more and more places like Nigeria, India, and Brazil ungovernable.

Mention The Environment or "diminishing natural resources" in foreign-policy circles and you meet a brick wall of skepticism or boredom. To conservatives especially, the very terms seem flaky. Public-policy foundations have contributed to the lack of interest, by funding narrowly focused environmental studies replete with technical jargon which foreign-affairs experts just let pile up on their desks.

It is time to understand The Environment for what it is: the national-security issue of the early twenty-first century. The political and strategic impact of surging populations, spreading disease, deforestation and soil erosion, water depletion, air pollution, and, possibly, rising sea levels in critical,

overcrowded regions like the Nile Delta and Bangladesh—developments that will prompt mass migrations and, in turn, incite group conflicts—will be the core foreign-policy challenge from which most others will ultimately emanate, arousing the public and uniting assorted interests left over from the Cold War. In the twenty-first century water will be in dangerously short supply in such diverse locales as Saudi Arabia, Central Asia, and the southwestern United States. A war could erupt between Egypt and Ethiopia over Nile River water. Even in Europe tensions have arisen between Hungary and Slovakia over the damming of the Danube, a classic case of how environmental disputes fuse with ethnic and historical ones. The political scientist and erstwhile Clinton adviser Michael Mandelbaum has said, "We have a foreign policy today in the shape of a doughnut—lots of peripheral interests but nothing at the center." The environment, I will argue, is part of a terrifying array of problems that will define a new threat to our security, filling the hole in Mandelbaum's doughnut and allowing a post- Cold War foreign policy to emerge inexorably by need rather than by design.

Our Cold War foreign policy truly began with George F. Kennan's famous article, signed "X," published in Foreign Affairs in July of 1947, in which Kennan argued for a "firm and vigilant containment" of a Soviet Union that was imperially, rather than ideologically, motivated. It may be that our post-Cold War foreign policy will one day be seen to have had its beginnings in an even bolder and more detailed piece of written analysis: one that appeared in the journal International Security. The article, published in the fall of 1991 by Thomas Fraser Homer-Dixon, who is the head of the Peace and Conflict Studies Program at the University of Toronto, was titled "On the Threshold: Environmental Changes as Causes of Acute Conflict." Homer-Dixon has, more successfully than other analysts, integrated two hitherto separate fields—militaryconflict studies and the study of the physical environment.

In Homer-Dixon's view, future wars and civil violence will often arise from scarcities of resources such as water, cropland, forests, and fish. Just as there will be environmentally driven wars and refugee flows, there will be environmentally induced praetorian regimes—or, as he puts it, "hard regimes." Countries with the highest probability of acquiring hard regimes, according to Homer-Dixon, are those that are threatened by a declining resource base yet also have "a history of state [read 'military'] strength." Candidates include Indonesia, Brazil, and, of course, Nigeria. Though each of these nations has exhibited democratizing tendencies of late, Homer-Dixon argues that such tendencies are likely to be superficial "epiphenomena"

having nothing to do with longterm processes that include soaring populations and shrinking raw materials. Democracy is problematic; scarcity is more certain.

Indeed, the Saddam Husseins of the future will have more, not fewer, opportunities. In addition to engendering tribal strife, scarcer resources will place a great strain on many peoples who never had much of a democratic or institutional tradition to begin with. Over the next fifty years the earth's population will soar from 5.5 billion to more than nine billion. Though optimists have hopes for new resource technologies and freemarket development in the global village, they fail to note that, as the National Academy of Sciences has pointed out, 95 percent of the population increase will be in the poorest regions of the world, where governments now—just look at Africa—show little ability to function, let alone to implement even marginal improvements. HomerDixon writes, ominously, "Neo-Malthusians may underestimate human adaptability in today's environmental-social system, but as time passes their analysis may become ever more compelling."

While a minority of the human population will be, as Francis Fukuyama would put it, sufficiently sheltered so as to enter a "post-historical" realm, living in cities and suburbs in which the environment has been mastered and ethnic animosities have been quelled by bourgeois prosperity, an increasingly large number of people will be stuck in history, living in shantytowns where attempts to rise above poverty, cultural dysfunction, and ethnic strife will be doomed by a lack of water to drink, soil to till, and space to survive in. In the developing world environmental stress will present people with a choice that is increasingly among totalitarianism (as in Iraq), fascist-tending mini-states (as in Serbheld Bosnia), and road-warrior cultures (as in Somalia). Homer-Dixon concludes that "as environmental degradation proceeds, the size of the potential social disruption will increase."

Tad Homer-Dixon is an unlikely Jeremiah. Today a boyish thirty-seven, he grew up amid the sylvan majesty of Vancouver Island, attending private day schools. His speech is calm, perfectly even, and crisply enunciated. There is nothing in his background or manner that would indicate a bent toward pessimism. A Canadian Anglican who spends his summers canoeing on the lakes of northern Ontario, and who talks about the benign mountains, black bears, and Douglas firs of his youth, he is the opposite of the intellectually severe neoconservative, the kind at home with conflict scenarios. Nor is he an environmentalist who opposes development. "My father was a logger who

thought about ecologically safe forestry before others," he says. "He logged, planted, logged, and planted. He got out of the business just as the issue was being polarized by environmentalists. They hate changed ecosystems. But human beings, just by carrying seeds around, change the natural world." As an only child whose playground was a virtually untouched wilderness and seacoast, Homer-Dixon has a familiarity with the natural world that permits him to see a reality that most policy analysts—children of suburbia and city streets—are blind to.

"We need to bring nature back in," he argues. "We have to stop separating politics from the physical world—the climate, public health, and the environment." Quoting Daniel Deudney, another pioneering expert on the security aspects of the environment, HomerDixon says that "for too long we've been prisoners of 'social-social' theory, which assumes there are only social causes for social and political changes, rather than natural causes, too. This social-social mentality emerged with the Industrial Revolution, which separated us from nature. But nature is coming back with a vengeance, tied to population growth. It will have incredible security implications.

"Think of a stretch limo in the potholed streets of New York City, where homeless beggars live. Inside the limo are the air-conditioned post-industrial regions of North America, Europe, the emerging Pacific Rim, and a few other isolated places, with their trade summitry and computer-information highways. Outside is the rest of mankind, going in a completely different direction."

We are entering a bifurcated world. Part of the globe is inhabited by Hegel's and Fukuyama's Last Man, healthy, well fed, and pampered by technology. The other, larger, part is inhabited by Hobbes's First Man, condemned to a life that is "poor, nasty, brutish, and short." Although both parts will be threatened by environmental stress, the Last Man will be able to master it; the First Man will not.

The Last Man will adjust to the loss of underground water tables in the western United States. He will build dikes to save Cape Hatteras and the Chesapeake beaches from rising sea levels, even as the Maldive Islands, off the coast of India, sink into oblivion, and the shorelines of Egypt, Bangladesh, and Southeast Asia recede, driving tens of millions of people inland where there is no room for them, and thus sharpening ethnic divisions.

Homer-Dixon points to a world map of soil degradation in his Toronto office. "The darker the map color, the worse the degradation," he explains. The West African coast, the Middle East, the Indian subcontinent, China, and Central America have the darkest shades, signifying all manner of degradation, related to winds, chemicals, and water problems. "The worst degradation is generally where the population is highest. The population is generally highest where the soil is the best. So we're degrading earth's best soil."

China, in Homer-Dixon's view, is the quintessential example of environmental degradation. Its current economic "success" masks deeper problems. "China's fourteen percent growth rate does not mean it's going to be a world power. It means that coastal China, where the economic growth is taking place, is joining the rest of the Pacific Rim. The disparity with inland China is intensifying." Referring to the environmental research of his colleague, the Czech-born ecologist Vaclav Smil, Homer-Dixon explains how the per capita availability of arable land in interior China has rapidly declined at the same time that the quality of that land has been destroyed by deforestation, loss of topsoil, and salinization. He mentions the loss and contamination of water supplies, the exhaustion of wells, the plugging of irrigation systems and reservoirs with eroded silt, and a population of 1.54 billion by the year 2025: it is a misconception that China has gotten its population under control. Large-scale population movements are under way, from inland China to coastal China and from villages to cities, leading to a crime surge like the one in Africa and to growing regional disparities and conflicts in a land with a strong tradition of warlordism and a weak tradition of central government—again as in Africa. "We will probably see the center challenged and fractured, and China will not remain the same on the map," Homer-Dixon says.

Environmental scarcity will inflame existing hatreds and affect power relationships, at which we now look.

Skinhead Cossacks, Juju Warriors

In the summer, 1993, issue of Foreign Affairs, Samuel P. Huntington, of Harvard's Olin Institute for Strategic Studies, published a thought-provoking article called "The Clash of Civilizations?" The world, he argues, has been moving during the course of this century from nation-state conflict to ideological conflict to, finally, cultural conflict. I would add that as refugee flows increase and as peasants continue migrating to cities around the

world—turning them into sprawling villages—national borders will mean less, even as more power will fall into the hands of less educated, less sophisticated groups. In the eyes of these uneducated but newly empowered millions, the real borders are the most tangible and intractable ones: those of culture and tribe. Huntington writes, "First, differences among civilizations are not only real; they are basic," involving, among other things, history, language, and religion. "Second . . . interactions between peoples of different civilizations are increasing; these increasing interactions intensify civilization consciousness." Economic modernization is not necessarily a panacea, since it fuels individual and group ambitions while weakening traditional loyalties to the state. It is worth noting, for example, that it is precisely the wealthiest and fastest-developing city in India, Bombay, that has seen the worst intercommunal violence between Hindus and Muslims. Consider that Indian cities, like African and Chinese ones, are ecological time bombs—Delhi and Calcutta, and also Beijing, suffer the worst air quality of any cities in the world—and it is apparent how surging populations, environmental degradation, and ethnic conflict are deeply related.

Huntington points to interlocking conflicts among Hindu, Muslim, Slavic Orthodox, Western, Japanese, Confucian, Latin American, and possibly African civilizations: for instance, Hindus clashing with Muslims in India, Turkic Muslims clashing with Slavic Orthodox Russians in Central Asian cities, the West clashing with Asia. (Even in the United States, African-Americans find themselves besieged by an influx of competing Latinos.) Whatever the laws, refugees find a way to crash official borders, bringing their passions with them, meaning that Europe and the United States will be weakened by cultural disputes.

Because Huntington's brush is broad, his specifics are vulnerable to attack. In a rebuttal of Huntington's argument the Johns Hopkins professor Fouad Ajami, a Lebanese-born Shi'ite who certainly knows the world beyond suburbia, writes in the SeptemberOctober, 1993, issue of Foreign Affairs, "The world of Islam divides and subdivides. The battle lines in the Caucasus . . . are not coextensive with civilizational fault lines. The lines follow the interests of states. Where Huntington sees a civilizational duel between Armenia and Azerbaijan, the Iranian state has cast religious zeal . . . to the wind . . . in that battle the Iranians have tilted toward Christian Armenia."

True, Huntington's hypothesized war between Islam and Orthodox Christianity is not borne out by the alliance network in the Caucasus. But that

is only because he has misidentified which cultural war is occurring there. A recent visit to Azerbaijan made clear to me that Azeri Turks, the world's most secular Shi'ite Muslims, see their cultural identity in terms not of religion but of their Turkic race. The Armenians, likewise, fight the Azeris not because the latter are Muslims but because they are Turks, related to the same Turks who massacred Armenians in 1915. Turkic culture (secular and based on languages employing a Latin script) is battling Iranian culture (religiously militant as defined by Tehran, and wedded to an Arabic script) across the whole swath of Central Asia and the Caucasus. The Armenians are, therefore, natural allies of their fellow IndoEuropeans the Iranians.

Huntington is correct that the Caucasus is a flashpoint of cultural and racial war. But, as Ajami observes, Huntington's plate tectonics are too simple. Two months of recent travel throughout Turkey revealed to me that although the Turks are developing a deep distrust, bordering on hatred, of fellow-Muslim Iran, they are also, especially in the shantytowns that are coming to dominate Turkish public opinion, revising their group identity, increasingly seeing themselves as Muslims being deserted by a West that does little to help besieged Muslims in Bosnia and that attacks Turkish Muslims in the streets of Germany.

In other words, the Balkans, a powder keg for nation-state war at the beginning of the twentieth century, could be a powder keg for cultural war at the turn of the twenty-first: between Orthodox Christianity (represented by the Serbs and a classic Byzantine configuration of Greeks, Russians, and Romanians) and the House of Islam. Yet in the Caucasus that House of Islam is falling into a clash between Turkic and Iranian civilizations. Ajami asserts that this very subdivision, not to mention all the divisions within the Arab world, indicates that the West, including the United States, is not threatened by Huntington's scenario. As the Gulf War demonstrated, the West has proved capable of playing one part of the House of Islam against another.

True. However, whether he is aware of it or not, Ajami is describing a world even more dangerous than the one Huntington envisions, especially when one takes into account Homer-Dixon's research on environmental scarcity. Outside the stretch limo would be a rundown, crowded planet of skinhead Cossacks and juju warriors, influenced by the worst refuse of Western pop culture and ancient tribal hatreds, and battling over scraps of overused earth in guerrilla conflicts that ripple across continents and intersect in no

discernible pattern—meaning there's no easy-to-define threat. Kennan's world of one adversary seems as distant as the world of Herodotus.

Most people believe that the political earth since 1989 has undergone immense change. But it is minor compared with what is yet to come. The breaking apart and remaking of the atlas is only now beginning. The crack-up of the Soviet empire and the coming end of Arab-Israeli military confrontation are merely prologues to the really big changes that lie ahead. Michael Vlahos, a long-range thinker for the U.S. Navy, warns, "We are not in charge of the environment and the world is not following us. It is going in many directions. Do not assume that democratic capitalism is the last word in human social evolution."

Before addressing the questions of maps and of warfare, I want to take a closer look at the interaction of religion, culture, demographic shifts, and the distribution of natural resources in a specific area of the world: the Middle East.

The Past is Dead

Built on steep, muddy hills, the shantytowns of Ankara, the Turkish capital, exude visual drama. Altindag, or "Golden Mountain," is a pyramid of dreams, fashioned from cinder blocks and corrugated iron, rising as though each shack were built on top of another, all reaching awkwardly and painfully toward heaven—the heaven of wealthier Turks who live elsewhere in the city. Nowhere else on the planet have I found such a poignant architectural symbol of man's striving, with gaps in house walls plugged with rusted cans, and leeks and onions growing on verandas assembled from planks of rotting wood. For reasons that I will explain, the Turkish shacktown is a psychological universe away from the African one.

To see the twenty-first century truly, one's eyes must learn a different set of aesthetics. One must reject the overly stylized images of travel magazines, with their inviting photographs of exotic villages and glamorous downtowns. There are far too many millions whose dreams are more vulgar, more real—whose raw energies and desires will overwhelm the visions of the elites, remaking the future into something frighteningly new. But in Turkey I learned that shantytowns are not all bad.

Slum quarters in Abidjan terrify and repel the outsider. In Turkey it is the opposite. The closer I got to Golden Mountain the better it looked, and the safer I felt. I had $1,500 worth of Turkish lira in one pocket and $1,000 in traveler's checks in the other, yet I felt no fear. Golden Mountain was a real neighborhood. The inside of one house told the story: The architectural bedlam of cinder block and sheet metal and cardboard walls was deceiving. Inside was a home—order, that is, bespeaking dignity. I saw a working refrigerator, a television, a wall cabinet with a few books and lots of family pictures, a few plants by a window, and a stove. Though the streets become rivers of mud when it rains, the floors inside this house were spotless.

Other houses were like this too. Schoolchildren ran along with briefcases strapped to their backs, trucks delivered cooking gas, a few men sat inside a cafe sipping tea. One man sipped beer. Alcohol is easy to obtain in Turkey, a secular state where 99 percent of the population is Muslim. Yet there is little problem of alcoholism. Crime against persons is infinitesimal. Poverty and illiteracy are watered-down versions of what obtains in Algeria and Egypt (to say nothing of West Africa), making it that much harder for religious extremists to gain a foothold.

My point in bringing up a rather wholesome, crime-free slum is this: its existence demonstrates how formidable is the fabric of which Turkish Muslim culture is made. A culture this strong has the potential to dominate the Middle East once again. Slums are litmus tests for innate cultural strengths and weaknesses. Those peoples whose cultures can harbor extensive slum life without decomposing will be, relatively speaking, the future's winners. Those whose cultures cannot will be the future's victims. Slums—in the sociological sense—do not exist in Turkish cities. The mortar between people and family groups is stronger here than in Africa. Resurgent Islam and Turkic cultural identity have produced a civilization with natural muscle tone. Turks, history's perennial nomads, take disruption in stride.

The future of the Middle East is quietly being written inside the heads of Golden Mountain's inhabitants. Think of an Ottoman military encampment on the eve of the destruction of Greek Constantinople in 1453. That is Golden Mountain. "We brought the village here. But in the village we worked harder—in the field, all day. So we couldn't fast during [the holy month of] Ramadan. Here we fast. Here we are more religious." Aishe Tanrikulu, along with half a dozen other women, was stuffing rice into vine leaves from a crude plastic bowl. She asked me to join her under the shade of a piece of sheet

metal. Each of these women had her hair covered by a kerchief. In the city they were encountering television for the first time. "We are traditional, religious people. The programs offend us," Aishe said. Another woman complained about the schools. Though her children had educational options unavailable in the village, they had to compete with wealthier, secular Turks. "The kids from rich families with connections—they get all the places." More opportunities, more tensions, in other words.

My guidebook to Golden Mountain was an untypical one: Tales From the Garbage Hills, a brutally realistic novel by a Turkish writer, Latife Tekin, about life in the shantytowns, which in Turkey are called gecekondus ("built in a night"). "He listened to the earth and wept unceasingly for water, for work and for the cure of the illnesses spread by the garbage and the factory waste," Tekin writes. In the most revealing passage of Tales From the Garbage Hills the squatters are told "about a certain 'Ottoman Empire' . . . that where they now lived there had once been an empire of this name." This history "confounded" the squatters. It was the first they had heard of it. Though one of them knew "that his grandfather and his dog died fighting the Greeks," nationalism and an encompassing sense of Turkish history are the province of the Turkish middle and upper classes, and of foreigners like me who feel required to have a notion of "Turkey."

But what did the Golden Mountain squatters know about the armies of Turkish migrants that had come before their own—namely, Seljuks and Ottomans? For these recently urbanized peasants, and their counterparts in Africa, the Arab world, India, and so many other places, the world is new, to adapt V. S. Naipaul's phrase. As Naipaul wrote of urban refugees in India: A Wounded Civilization, "They saw themselves at the beginning of things: unaccommodated men making a claim on their land for the first time, and out of chaos evolving their own philosophy of community and self-help. For them the past was dead; they had left it behind in the villages."

Everywhere in the developing world at the turn of the twenty-first century these new men and women, rushing into the cities, are remaking civilizations and redefining their identities in terms of religion and tribal ethnicity which do not coincide with the borders of existing states.

In Turkey several things are happening at once. In 1980, 44 percent of Turks lived in cities; in 1990 it was 61 percent. By the year 2000 the figure is expected to be 67 percent. Villages are emptying out as concentric rings of

gecekondu developments grow around Turkish cities. This is the real political and demographic revolution in Turkey and elsewhere, and foreign correspondents usually don't write about it.

Whereas rural poverty is age-old and almost a "normal" part of the social fabric, urban poverty is socially destabilizing. As Iran has shown, Islamic extremism is the psychological defense mechanism of many urbanized peasants threatened with the loss of traditions in pseudo-modern cities where their values are under attack, where basic services like water and electricity are unavailable, and where they are assaulted by a physically unhealthy environment. The American ethnologist and orientalist Carleton Stevens Coon wrote in 1951 that Islam "has made possible the optimum survival and happiness of millions of human beings in an increasingly impoverished environment over a fourteen-hundred-year period." Beyond its stark, clearly articulated message, Islam's very militancy makes it attractive to the downtrodden. It is the one religion that is prepared to fight. A political era driven by environmental stress, increased cultural sensitivity, unregulated urbanization, and refugee migrations is an era divinely created for the spread and intensification of Islam, already the world's fastest-growing religion. (Though Islam is spreading in West Africa, it is being hobbled by syncretization with animism: this makes new converts less apt to become anti-Western extremists, but it also makes for a weakened version of the faith, which is less effective as an antidote to crime.)

In Turkey, however, Islam is painfully and awkwardly forging a consensus with modernization, a trend that is less apparent in the Arab and Persian worlds (and virtually invisible in Africa). In Iran the oil boom—because it put development and urbanization on a fast track, making the culture shock more intense—fueled the 1978 Islamic Revolution. But Turkey, unlike Iran and the Arab world, has little oil. Therefore its development and urbanization have been more gradual. Islamists have been integrated into the parliamentary system for decades. The tensions I noticed in Golden Mountain are natural, creative ones: the kind immigrants face the world over. While the world has focused on religious perversity in Algeria, a nation rich in natural gas, and in Egypt, parts of whose capital city, Cairo, evince worse crowding than I have seen even in Calcutta, Turkey has been living through the Muslim equivalent of the Protestant Reformation.

Resource distribution is strengthening Turks in another way vis-a-vis Arabs and Persians. Turks may have little oil, but their Anatolian heartland has lots

of water—the most important fluid of the twenty-first century. Turkey's Southeast Anatolia Project, involving twenty-two major dams and irrigation systems, is impounding the waters of the Tigris and Euphrates rivers. Much of the water that Arabs and perhaps Israelis will need to drink in the future is controlled by Turks. The project's centerpiece is the milewide, sixteen-story Ataturk Dam, upon which are emblazoned the words of modern Turkey's founder: "Ne Mutlu Turkum Diyene" ("Lucky is the one who is a Turk").

Unlike Egypt's Aswan High Dam, on the Nile, and Syria's Revolution Dam, on the Euphrates, both of which were built largely by Russians, the Ataturk Dam is a predominantly Turkish affair, with Turkish engineers and companies in charge. On a recent visit my eyes took in the immaculate offices and their gardens, the high-voltage electric grids and phone switching stations, the dizzying sweep of giant humming transformers, the poured-concrete spillways, and the prim unfolding suburbia, complete with schools, for dam employees. The emerging power of the Turks was palpable.

Erduhan Bayindir, the site manager at the dam, told me that "while oil can be shipped abroad to enrich only elites, water has to be spread more evenly within the society. . . . It is true, we can stop the flow of water into Syria and Iraq for up to eight months without the same water overflowing our dams, in order to regulate their political behavior."

Power is certainly moving north in the Middle East, from the oil fields of Dhahran, on the Persian Gulf, to the water plain of Harran, in southern Anatolia—near the site of the Ataturk Dam. But will the nation-state of Turkey, as presently constituted, be the inheritor of this wealth?

I very much doubt it.

The Lies of Mapmakers

Whereas West Africa represents the least stable part of political reality outside HomerDixon's stretch limo, Turkey, an organic outgrowth of two Turkish empires that ruled Anatolia for 850 years, has been among the most stable. Turkey's borders were established not by colonial powers but in a war of independence, in the early 1920s. Kemal Ataturk provided Turkey with a secular nation-building myth that most Arab and
African states, burdened by artificially drawn borders, lack. That lack will leave many Arab states defenseless against a wave of Islam that will eat away

at their legitimacy and frontiers in coming years. Yet even as regards Turkey, maps deceive.

It is not only African shantytowns that don't appear on urban maps. Many shantytowns in Turkey and elsewhere are also missing—as are the considerable territories controlled by guerrilla armies and urban mafias. Traveling with Eritrean guerrillas in what, according to the map, was northern Ethiopia, traveling in "northern Iraq" with Kurdish guerrillas, and staying in a hotel in the Caucasus controlled by a local mafia—to say nothing of my experiences in West Africa—led me to develop a healthy skepticism toward maps, which, I began to realize, create a conceptual barrier that prevents us from comprehending the political crack-up just beginning to occur worldwide.

Consider the map of the world, with its 190 or so countries, each signified by a bold and uniform color: this map, with which all of us have grown up, is generally an invention of modernism, specifically of European colonialism. Modernism, in the sense of which I speak, began with the rise of nation-states in Europe and was confirmed by the death of feudalism at the end of the Thirty Years' War—an event that was interposed between the Renaissance and the Enlightenment, which together gave birth to modern science. People were suddenly flush with an enthusiasm to categorize, to define. The map, based on scientific techniques of measurement, offered a way to classify new national organisms, making a jigsaw puzzle of neat pieces without transition zones between them. Frontier is itself a modern concept that didn't exist in the feudal mind. And as European nations carved out far-flung domains at the same time that print technology was making the reproduction of maps cheaper, cartography came into its own as a way of creating facts by ordering the way we look at the world.

In his book Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism, Benedict Anderson, of Cornell University, demonstrates that the map enabled colonialists to think about their holdings in terms of a "totalizing classificatory grid. . . . It was bounded, determinate, and therefore—in principle—countable." To the colonialist, country maps were the equivalent of an accountant's ledger books. Maps, Anderson explains, "shaped the grammar" that would make possible such questionable concepts as Iraq, Indonesia, Sierra Leone, and Nigeria. The state, recall, is a purely Western notion, one that until the twentieth century applied to countries covering only three percent of the earth's land area. Nor is the evidence compelling that the

state, as a governing ideal, can be successfully transported to areas outside the industrialized world. Even the United States of America, in the words of one of our best living poets, Gary Snyder, consists of "arbitrary and inaccurate impositions on what is really here."

Yet this inflexible, artificial reality staggers on, not only in the United Nations but in various geographic and travel publications (themselves by-products of an age of elite touring which colonialism made possible) that still report on and photograph the world according to "country." Newspapers, this magazine, and this writer are not innocent of the tendency.

According to the map, the great hydropower complex emblemized by the Ataturk Dam is situated in Turkey. Forget the map. This southeastern region of Turkey is populated almost completely by Kurds. About half of the world's 20 million Kurds live in "Turkey." The Kurds are predominant in an ellipse of territory that overlaps not only with Turkey but also with Iraq, Iran, Syria, and the former Soviet Union. The Westernenforced Kurdish enclave in northern Iraq, a consequence of the 1991 Gulf War, has already exposed the fictitious nature of that supposed nation-state.

On a recent visit to the Turkish-Iranian border, it occurred to me what a risky idea the nation-state is. Here I was on the legal fault line between two clashing civilizations, Turkic and Iranian. Yet the reality was more subtle: as in West Africa, the border was porous and smuggling abounded, but here the people doing the smuggling, on both sides of the border, were Kurds. In such a moonscape, over which peoples have migrated and settled in patterns that obliterate borders, the end of the Cold War will bring on a cruel process of natural selection among existing states. No longer will these states be so firmly propped up by the West or the Soviet Union. Because the Kurds overlap with nearly everybody in the Middle East, on account of their being cheated out of a state in the post-First World War peace treaties, they are emerging, in effect, as the natural selector—the ultimate reality check. They have destabilized Iraq and may continue to disrupt states that do not offer them adequate breathing space, while strengthening states that do.

Because the Turks, owing to their water resources, their growing economy, and the social cohesion evinced by the most crime-free slums I have encountered, are on the verge of big-power status, and because the 10 million Kurds within Turkey threaten that status, the outcome of the Turkish-Kurdish

dispute will be more critical to the future of the Middle East than the eventual outcome of the recent Israeli-Palestinian agreement.

America's fascination with the Israeli-Palestinian issue, coupled with its lack of interest in the Turkish-Kurdish one, is a function of its own domestic and ethnic obsessions, not of the cartographic reality that is about to transform the Middle East. The diplomatic process involving Israelis and Palestinians will, I believe, have little effect on the early- and mid-twenty-first-century map of the region. Israel, with a 6.6 percent economic growth rate based increasingly on high-tech exports, is about to enter Homer-Dixon's stretch limo, fortified by a well-defined political community that is an organic outgrowth of history and ethnicity. Like prosperous and peaceful Japan on the one hand, and war-torn and poverty-wracked Armenia on the other, Israel is a classic nationalethnic organism. Much of the Arab world, however, will undergo alteration, as Islam spreads across artificial frontiers, fueled by mass migrations into the cities and a soaring birth rate of more than 3.2 percent. Seventy percent of the Arab population has been born since 1970—youths with little historical memory of anticolonial independence struggles, postcolonial attempts at nation-building, or any of the Arab-Israeli wars. The most distant recollection of these youths will be the West's humiliation of colonially invented Iraq in 1991. Today seventeen out of twenty-two Arab states have a declining gross national product; in the next twenty years, at current growth rates, the population of many Arab countries will double. These states, like most African ones, will be ungovernable through conventional secular ideologies. The Middle East analyst Christine M. Helms explains, "Declaring Arab nationalism "bankrupt," the political "disinherited" are not rationalizing the failure of Arabism . . . or reformulating it. Alternative solutions are not contemplated. They have simply opted for the political paradigm at the other end of the political spectrum with which they are familiar— Islam."

Like the borders of West Africa, the colonial borders of Syria, Iraq, Jordan, Algeria, and other Arab states are often contrary to cultural and political reality. As state control mechanisms wither in the face of environmental and demographic stress, "hard" Islamic city-states or shantytown-states are likely to emerge. The fiction that the impoverished city of Algiers, on the Mediterranean, controls Tamanrasset, deep in the Algerian Sahara, cannot obtain forever. Whatever the outcome of the peace process, Israel is destined to be a Jewish ethnic fortress amid a vast and volatile realm of Islam. In that

realm, the violent youth culture of the Gaza shantytowns may be indicative of the coming era.

The destiny of Turks and Kurds is far less certain, but far more relevant to the kind of map that will explain our future world. The Kurds suggest a geographic reality that cannot be shown in two-dimensional space. The issue in Turkey is not simply a matter of giving autonomy or even independence to Kurds in the southeast. This isn't the Balkans or the Caucasus, where regions are merely subdividing into smaller units, Abkhazia breaking off from Georgia, and so on. Federalism is not the answer. Kurds are found everywhere in Turkey, including the shanty districts of Istanbul and Ankara. Turkey's problem is that its Anatolian land mass is the home of two cultures and languages, Turkish and Kurdish. Identity in Turkey, as in India, Africa, and elsewhere, is more complex and subtle than conventional cartography can display.

A New Kind of War

To appreciate fully the political and cartographic implications of postmodernism—an epoch of themeless juxtapositions, in which the classificatory grid of nation-states is going to be replaced by a jagged-glass pattern of city-states, shanty-states, nebulous and anarchic regionalisms—it is necessary to consider, finally, the whole question of war.

"Oh, what a relief to fight, to fight enemies who defend themselves, enemies who are awake!" Andre Malraux wrote in Man's Fate. I cannot think of a more suitable battle cry for many combatants in the early decades of the twenty-first century. The intense savagery of the fighting in such diverse cultural settings as Liberia, Bosnia, the Caucasus, and Sri Lanka—to say nothing of what obtains in American inner cities— indicates something very troubling that those of us inside the stretch limo, concerned with issues like middle-class entitlements and the future of interactive cable television, lack the stomach to contemplate. It is this: a large number of people on this planet, to whom the comfort and stability of a middle-class life is utterly unknown, find war and a barracks existence a step up rather than a step down.

"Just as it makes no sense to ask 'why people eat' or 'what they sleep for,'" writes Martin van Creveld, a military historian at the Hebrew University in Jerusalem, in The Transformation of War, "so fighting in many ways is not a means but an end. Throughout history, for every person who has expressed his horror of war there is another who found in it the most marvelous of all

the experiences that are vouchsafed to man, even to the point that he later spent a lifetime boring his descendants by recounting his exploits." When I asked Pentagon officials about the nature of war in the twenty-first century, the answer I frequently got was "Read Van Creveld." The top brass are enamored of this historian not because his writings justify their existence but, rather, the opposite: Van Creveld warns them that huge state military machines like the Pentagon's are dinosaurs about to go extinct, and that something far more terrible awaits us.

The degree to which Van Creveld's Transformation of War complements Homer-Dixon's work on the environment, Huntington's thoughts on cultural clash, my own realizations in traveling by foot, bus, and bush taxi in more than sixty countries, and America's sobering comeuppances in intractable-culture zones like Haiti and Somalia is startling. The book begins by demolishing the notion that men don't like to fight. "By compelling the senses to focus themselves on the here and now," Van Creveld writes, war "can cause a man to take his leave of them." As anybody who has had experience with Chetniks in Serbia, "technicals" in Somalia, Tontons Macoutes in Haiti, or soldiers in Sierra Leone can tell you, in places where the Western Enlightenment has not penetrated and where there has always been mass poverty, people find liberation in violence. In Afghanistan and elsewhere, I vicariously experienced this phenomenon: worrying about mines and ambushes frees you from worrying about mundane details of daily existence. If my own experience is too subjective, there is a wealth of data showing the sheer frequency of war, especially in the developing world since the Second World War. Physical aggression is a part of being human. Only when people attain a certain economic, educational, and cultural standard is this trait tranquilized. In light of the fact that 95 percent of the earth's population growth will be in the poorest areas of the globe, the question is not whether there will be war (there will be a lot of it) but what kind of war. And who will fight whom?

Debunking the great military strategist Carl von Clausewitz, Van Creveld, who may be the most original thinker on war since that early-nineteenth-century Prussian, writes, "Clausewitz's ideas . . . were wholly rooted in the fact that, ever since 1648, war had been waged overwhelmingly by states." But, as Van Creveld explains, the period of nation-states and, therefore, of state conflict is now ending, and with it the clear "threefold division into government, army, and people" which state-directed wars enforce. Thus, to see the future, the first step is to look back to the past immediately prior to

the birth of modernism—the wars in medieval Europe which began during the Reformation and reached their culmination in the Thirty Years' War.

Van Creveld writes, "In all these struggles political, social, economic, and religious motives were hopelessly entangled. Since this was an age when armies consisted of mercenaries, all were also attended by swarms of military entrepreneurs. . . . Many of them paid little but lip service to the organizations for whom they had contracted to fight. Instead, they robbed the countryside on their own behalf. . . ."

"Given such conditions, any fine distinctions . . . between armies on the one hand and peoples on the other were bound to break down. Engulfed by war, civilians suffered terrible atrocities."

Back then, in other words, there was no Politics as we have come to understand the term, just as there is less and less Politics today in Liberia, Sierra Leone, Somalia, Sri Lanka, the Balkans, and the Caucasus, among other places.

Because, as Van Creveld notes, the radius of trust within tribal societies is narrowed to one's immediate family and guerrilla comrades, truces arranged with one Bosnian commander, say, may be broken immediately by another Bosnian commander. The plethora of short-lived ceasefires in the Balkans and the Caucasus constitute proof that we are no longer in a world where the old rules of state warfare apply. More evidence is provided by the destruction of medieval monuments in the Croatian port of Dubrovnik: when cultures, rather than states, fight, then cultural and religious monuments are weapons of war, making them fair game.

Also, war-making entities will no longer be restricted to a specific territory. Loose and shadowy organisms such as Islamic terrorist organizations suggest why borders will mean increasingly little and sedimentary layers of tribalistic identity and control will mean more. "From the vantage point of the present, there appears every prospect that religious . . . fanaticisms will play a larger role in the motivation of armed conflict" in the West than at any time "for the last 300 years," Van Creveld writes. This is why analysts like Michael Vlahos are closely monitoring religious cults. Vlahos says, "An ideology that challenges us may not take familiar form, like the old Nazis or Commies. It may not even engage us initially in ways that fit old threat markings." Van Creveld concludes, "Armed conflict will be waged by men on earth, not

robots in space. It will have more in common with the struggles of primitive tribes than with large-scale conventional war." While another military historian, John Keegan, in his new book A History of Warfare, draws a more benign portrait of primitive man, it is important to point out that what Van Creveld really means is re-primitivized man: warrior societies operating at a time of unprecedented resource scarcity and planetary overcrowding.
Van Creveld's pre-Westphalian vision of worldwide low-intensity conflict is not a superficial "back to the future" scenario. First of all, technology will be used toward primitive ends. In Liberia the guerrilla leader Prince Johnson didn't just cut off the ears of President Samuel Doe before Doe was tortured to death in 1990—Johnson made a video of it, which has circulated throughout West Africa. In December of 1992, when plotters of a failed coup against the Strasser regime in Sierra Leone had their ears cut off at Freetown's Hamilton Beach prior to being killed, it was seen by many to be a copycat execution. Considering, as I've explained earlier, that the Strasser regime is not really a government and that Sierra Leone is not really a nation-state, listen closely to Van Creveld: "Once the legal monopoly of armed force, long claimed by the state, is wrested out of its hands, existing distinctions between war and crime will break down much as is already the case today in . . . Lebanon, Sri Lanka, El Salvador, Peru, or Colombia."

If crime and war become indistinguishable, then "national defense" may in the future be viewed as a local concept. As crime continues to grow in our cities and the ability of state governments and criminal-justice systems to protect their citizens diminishes, urban crime may, according to Van Creveld, "develop into low-intensity conflict by coalescing along racial, religious, social, and political lines." As small-scale violence multiplies at home and abroad, state armies will continue to shrink, being gradually replaced by a booming private security business, as in West Africa, and by urban mafias, especially in the former communist world, who may be better equipped than municipal police forces to grant physical protection to local inhabitants.

Future wars will be those of communal survival, aggravated or, in many cases, caused by environmental scarcity. These wars will be subnational, meaning that it will be hard for states and local governments to protect their own citizens physically. This is how many states will ultimately die. As state power fades—and with it the state's ability to help weaker groups within society, not to mention other states—peoples and cultures around the world will be thrown back upon their own strengths and weaknesses, with fewer equalizing mechanisms to protect them. Whereas the distant future will

probably see the emergence of a racially hybrid, globalized man, the coming decades will see us more aware of our differences than of our similarities. To the average person, political values will mean less, personal security more. The belief that we are all equal is liable to be replaced by the overriding obsession of the ancient Greek travelers: Why the differences between peoples?

The Last Map

In Geography and the Human Spirit, Anne Buttimer, a professor at University College, Dublin, recalls the work of an early-nineteenth-century German geographer, Carl Ritter, whose work implied "a divine plan for humanity" based on regionalism and a constant, living flow of forms. The map of the future, to the extent that a map is even possible, will represent a perverse twisting of Ritter's vision. Imagine cartography in three dimensions, as if in a hologram. In this hologram would be the overlapping sediments of group and other identities atop the merely two-dimensional color markings of citystates and the remaining nations, themselves confused in places by shadowy tentacles, hovering overhead, indicating the power of drug cartels, mafias, and private security agencies. Instead of borders, there would be moving "centers" of power, as in the Middle Ages. Many of these layers would be in motion. Replacing fixed and abrupt lines on a flat space would be a shifting pattern of buffer entities, like the Kurdish and Azeri buffer entities between Turkey and Iran, the Turkic Uighur buffer entity between Central Asia and Inner China (itself distinct from coastal China), and the Latino buffer entity replacing a precise U.S.-Mexican border. To this protean cartographic hologram one must add other factors, such as migrations of populations, explosions of birth rates, vectors of disease. Henceforward the map of the world will never be static. This future map—in a sense, the "Last Map"—will be an ever-mutating representation of chaos.

The Indian subcontinent offers examples of what is happening. For different reasons, both India and Pakistan are increasingly dysfunctional. The argument over democracy in these places is less and less relevant to the larger issue of governability. In India's case the question arises, Is one unwieldy bureaucracy in New Delhi the best available mechanism for promoting the lives of 866 million people of diverse languages, religions, and ethnic groups? In 1950, when the Indian population was much less than half as large and nation-building idealism was still strong, the argument for democracy was more impressive than it is now. Given that in 2025 India's population

could be close to 1.5 billion, that much of its economy rests on a shrinking natural-resource base, including dramatically declining water levels, and that communal violence and urbanization are spiraling upward, it is difficult to imagine that the Indian state will survive the next century. India's oft-trumpeted Green Revolution has been achieved by overworking its croplands and depleting its watershed. Norman Myers, a British development consultant, worries that Indians have "been feeding themselves today by borrowing against their children's food sources."

Pakistan's problem is more basic still: like much of Africa, the country makes no geographic or demographic sense. It was founded as a homeland for the Muslims of the subcontinent, yet there are more subcontinental Muslims outside Pakistan than within it. Like Yugoslavia, Pakistan is a patchwork of ethnic groups, increasingly in violent conflict with one another. While the Western media gushes over the fact that the country has a woman Prime Minister, Benazir Bhutto, Karachi is becoming a subcontinental version of Lagos. In eight visits to Pakistan, I have never gotten a sense of a cohesive national identity. With as much as 65 percent of its land dependent on intensive irrigation, with wide-scale deforestation, and with a yearly population growth of 2.7 percent (which ensures that the amount of cultivated land per rural inhabitant will plummet), Pakistan is becoming a more and more desperate place. As irrigation in the Indus River basin intensifies to serve two growing populations, Muslim-Hindu strife over falling water tables may be unavoidable.

"India and Pakistan will probably fall apart," Homer-Dixon predicts. "Their secular governments have less and less legitimacy as well as less management ability over people and resources." Rather than one bold line dividing the subcontinent into two parts, the future will likely see a lot of thinner lines and smaller parts, with the ethnic entities of Pakhtunistan and Punjab gradually replacing Pakistan in the space between the Central Asian plateau and the heart of the subcontinent.

None of this even takes into account climatic change, which, if it occurs in the next century, will further erode the capacity of existing states to cope. India, for instance, receives 70 percent of its precipitation from the monsoon cycle, which planetary warming could disrupt.

Not only will the three-dimensional aspects of the Last Map be in constant motion, but its two-dimensional base may change too. The National Academy

of Sciences reports that "as many as one billion people, or 20 per cent of the world's population, live on lands likely to be inundated or dramatically changed by rising waters. . . . Low-lying countries in the developing world such as Egypt and Bangladesh, where rivers are large and the deltas extensive and densely populated, will be hardest hit. . . . Where the rivers are dammed, as in the case of the Nile, the effects . . . will be especially severe."

Egypt could be where climatic upheaval—to say nothing of the more immediate threat of increasing population—will incite religious upheaval in truly biblical fashion. Natural catastrophes, such as the October, 1992, Cairo earthquake, in which the government failed to deliver relief aid and slum residents were in many instances helped by their local mosques, can only strengthen the position of Islamic factions. In a statement about greenhouse warming which could refer to any of a variety of natural catastrophes, the environmental expert Jessica Tuchman Matthews warns that many of us underestimate the extent to which political systems, in affluent societies as well as in places like Egypt, "depend on the underpinning of natural systems." She adds, "The fact that one can move with ease from Vermont to Miami has nothing to say about the consequences of Vermont acquiring Miami's climate."

Indeed, it is not clear that the United States will survive the next century in exactly its present form. Because America is a multi-ethnic society, the nation-state has always been more fragile here than it is in more homogeneous societies like Germany and Japan. James Kurth, in an article published in The National Interest in 1992, explains that whereas nation-state societies tend to be built around a mass-conscription army and a standardized public school system, "multicultural regimes" feature a high-tech, allvolunteer army (and, I would add, private schools that teach competing values), operating in a culture in which the international media and entertainment industry has more influence than the "national political class." In other words, a nation-state is a place where everyone has been educated along similar lines, where people take their cue from national leaders, and where everyone (every male, at least) has gone through the crucible of military service, making patriotism a simpler issue. Writing about his immigrant family in turn-of-the-century Chicago, Saul Bellow states, "The country took us over. It was a country then, not a collection of 'cultures.'"

During the Second World War and the decade following it, the United States reached its apogee as a classic nation-state. During the 1960s, as is now clear,

America began a slow but unmistakable process of transformation. The signs hardly need belaboring: racial polarity, educational dysfunction, social fragmentation of many and various kinds. William Irwin Thompson, in Passages About Earth: An Exploration of the New Planetary Culture, writes, "The educational system that had worked on the Jews or the Irish could no longer work on the blacks; and when Jewish teachers in New York tried to take black children away from their parents exactly in the way they had been taken from theirs, they were shocked to encounter a violent affirmation of negritude."

Issues like West Africa could yet emerge as a new kind of foreign-policy issue, further eroding America's domestic peace. The spectacle of several West African nations collapsing at once could reinforce the worst racial stereotypes here at home. That is another reason why Africa matters. We must not kid ourselves: the sensitivity factor is higher than ever. The Washington, D.C., public school system is already experimenting with an Afrocentric curriculum. Summits between African leaders and prominent African-Americans are becoming frequent, as are Pollyanna-ish prognostications about multiparty elections in Africa that do not factor in crime, surging birth rates, and resource depletion. The Congressional Black Caucus was among those urging U.S. involvement in Somalia and in Haiti. At the Los Angeles Times minority staffers have protested against, among other things, what they allege to be the racist tone of the newspaper's Africa coverage, allegations that the editor of the "World Report" section, Dan Fisher, denies, saying essentially that Africa should be viewed through the same rigorous analytical lens as other parts of the world.

Africa may be marginal in terms of conventional late-twentieth-century conceptions of strategy, but in an age of cultural and racial clash, when national defense is increasingly local, Africa's distress will exert a destabilizing influence on the United States.

This and many other factors will make the United States less of a nation than it is today, even as it gains territory following the peaceful dissolution of Canada. Quebec, based on the bedrock of Roman Catholicism and Francophone ethnicity, could yet turn out to be North America's most cohesive and crime-free nation-state. (It may be a smaller Quebec, though, since aboriginal peoples may lop off northern parts of the province.) "Patriotism" will become increasingly regional as people in Alberta and Montana discover that they have far more in common with each other than

they do with Ottawa or Washington, and Spanish-speakers in the Southwest discover a greater commonality with Mexico City. (The Nine Nations of North America, by Joel Garreau, a book about the continent's regionalization, is more relevant now than when it was published, in 1981.) As Washington's influence wanes, and with it the traditional symbols of American patriotism, North Americans will take psychological refuge in their insulated communities and cultures.

Returning from West Africa last fall was an illuminating ordeal. After leaving Abidjan, my Air Afrique flight landed in Dakar, Senegal, where all passengers had to disembark in order to go through another security check, this one demanded by U.S. authorities before they would permit the flight to set out for New York. Once we were in New York, despite the midnight hour, immigration officials at Kennedy Airport held up disembarkation by conducting quick interrogations of the aircraft's passengers—this was in addition to all the normal immigration and customs procedures. It was apparent that drug smuggling, disease, and other factors had contributed to the toughest security procedures I have ever encountered when returning from overseas.

Then, for the first time in over a month, I spotted businesspeople with attache cases and laptop computers. When I had left New York for Abidjan, all the businesspeople were boarding planes for Seoul and Tokyo, which departed from gates near Air Afrique's. The only non-Africans off to West Africa had been relief workers in T-shirts and khakis. Although the borders within West Africa are increasingly unreal, those separating West Africa from the outside world are in various ways becoming more impenetrable.

But Afrocentrists are right in one respect: we ignore this dying region at our own risk. When the Berlin Wall was falling, in November of 1989, I happened to be in Kosovo, covering a riot between Serbs and Albanians. The future was in Kosovo, I told myself that night, not in Berlin. The same day that Yitzhak Rabin and Yasser Arafat clasped hands on the White House lawn, my Air Afrique plane was approaching Bamako, Mali, revealing corrugated-zinc shacks at the edge of an expanding desert. The real news wasn't at the White House, I realized. It was right below.

HISTÓRICO DO DESIGN DE SUPERFÍCIE

Italo Calvino, ensaísta italiano do século passado, sempre dizia que o homem pensa por imagens, pois estas foram importantes suportes primitivos da comunicação. O homem, antes de falar e escrever, viu e tentou reproduzir o que via no seu habitat.

"A memória visiva de um indivíduo estava limitada ao patrimônio de suas experiências diretas e a um reduzido repertório de imagens refletidas pela cultura; a possibilidade de dar forma a mitos pessoais nascia do modo pelo qual os fragmentos dessa memória se combinavam entre si em abordagens inesperadas e sugestivas. . (CALVINO 1990, p.107 in CALVINO, I. Seis propostas para o próximo milênio. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Mas por que o homem reproduzia, desde priscas eras, o que via e sentia? Porque era um animal social, organizado em hordas primitivas, que procurava se comunicar para interagir melhor com seus semelhantes. Este impulso , de acordo com Jones (.....) lhe atribuía a ambição de criar. Criar para designar, para informar, para concelebrar. A esse anseio deve ser atribuída a tatuagem do rosto e do corpo humanos a que recorriam os Selvagens para aumentar a expressão por meio da qual buscavam imprimir o terror em seus inimigos ou rivais ou criar o que lhes parecia ser uma nova beleza.

O homem primitivo reproduz nas cavernas as cenas comoventes de seu ambiente e inscreve na própria pele as marcas de sua distinção, o que lhe confere identidade, admiração e respeito. Com o desenvolvimento da fala e o aparecimento da escrita, que na sua origem era uma forma de expressão por imagens, como a escrita hieroglífica dos egípcios , todo o processo de comunicaçao e representação se torna mais complexo. Mas isto leva milênios, que vão da Pré- História, há cerca de um milhão de anos, quando aparece o homo sapiens, à História da Civilização, que tem início com a escrita, há cerca de dez mil anos.

A IDADE VIDA NA TERRA
A vida na Terra
Era Era primitiva Era primária Era secundária Era terciária Era quartenária
Duração Mais de um bilhão de anos 300 milhões de anos 150 milhões de anos
50 milhões de anos Um milhão de anos
Características

Intenso vulcanismo;
Formação dos oceanos, lagos e rios;
Cadeias de montanha;
Primeiras formas de vida (algas e bactérias).

Aparecimento de florestas pantanosas e grande quantidade de plantas pelos continentes; Surgimento de insetos, peixes, répteis e anfíbios; Fósseis de animais.
Plantas floridas e frutíferas;
Plantas coníferas;
As primeiras aves;
Primeiros mamíferos;
Répteis gigantes (os dinossauros).

Formação de cadeias de montanhas rochosas;
Desenvolvimento dos primatas;
Desenvolvimento dos símios (macacos);
Aparecem os hominídeos (Australopithecus)
Aparecimento do Homo sapiens; Período em que vivemos
http://pt.wikipedia.org/wiki/Pr%C3%A9-hist%C3%B3ria

Tal transição foi lenta e passou, por sua vez, por várias fases e gradações intermediárias. Assim, pois, aconteceu do Paleolítico para o Neolítico, que, no dizer de Gordon Childe, foi uma verdadeira revolução em todos os aspectos da vida e suas representações. Isto ocorreu , a partir do Ano 10.000 A.C., nos vales do Tigre, do Rio Eufrates e do Nilo. Tudo estava mudando: Os territórios são melhor demarcados e submetidos a uma autoridade central, , os acontecimentos passam a ser registrados e a cultura, como expressão simbólica ou de compreensão da natureza dá saltos gigantescos.

Pré-História

Eolítico
Paleolítico
-Paleolítico inferior
-Paleolítico médio
-Paleolítico superior
Mesolítico
Neolítico
Idade dos Metais
-Idade do Bronze
-Idade do Ferro

Esta "escrita" pré-histórica, na forma de grafismos, denomina-se inscrição rupestre. Seus desenhos são pistas preciosas sobre o estilo de vida dos humanos primitivos e sobre seus hábitos e meio ambiente. Sabe-se deles que estes seres primitivos, mas já complexos, eram animistas, ou seja, acreditavam que os elementos da natureza, como a água, o sol, o fogo, a terra, e outros, tinham alma própria e eram capazes de influenciar o curso de suas vidas. Muitas dessas inscrições representam cenas de caça e adoração de supostas divindades.
Ruthschilling (2000), confirma esses desenhos encontrados em cavernas do período Paleolítico da Pré-História (de 25.000 anos a.c. a 5.000). Ele destaca os grafismos encontrados na Gruta de Rodésia, na África, com mais de 40.000 anos. Figuras mais definidas sugem no mesolítico (25.000 anos a.C.), tendo como exemplos a caverna de Lascaux, na França (17.000 anos a.C.); a caverna de Altamira, na Espanha(14.000 anos a.C.); no brasil, o Parque Nacional da Serra da Capivara, no Sudeste do Estado do Piauí(11.000 anos. a.C) e do Seridó, no Rio grande do Norte. Outros autores destacam que em todo Paleolítico – 40.000 AC a 10.000 AC registraram-se estas inscrições rupestres: A Vênus de Willendorf e arte ao ar livre como a monumental no Vale Côa e Mazouco (Portugal), Domingo García e Siega Verde, ambas na Espanha e Fornols-Haut (França).
Estas primeiras manifestações da criatividade humana podem ser consideradas as pioneiras do Design de Superfície, como sínteses de funcionalidade e expressão estética. " Acredito, que no momento em que o homem, no alvorecer de sua vida neste planeta, criou uma forma de maneira aleatória ou organizada, ele estava criando o Design de Superfície. Estas formas podem ter sido simples ou complexas, pintadas ou gravadas, e a superfície pode ter sido a areia da praia, as superfícies das pedras, as cascas das árvores, o seu próprio corpo, o trançado das cestarias, a cerâmica, os seus

utensílios, ferramentas e os tecidos, assim como os acessórios e ornatos que o embelezavam. O Design de Superfície encontra o homem desde o paleolítico aos dias atuais, em todos momentos de sua vida pessoal, privada e pública, em toda sua complexidade." (Zorávia Bettiol, artista têxtil)

Na Revolução Neolítica, ou Nova Idade da Pedra, porém, teria ocorrido algo novo : a descoberta e exaltação da beleza, tanto individual como dos utensílios, cuja magnificência , podem ser encontrados nos vestígios daquele mundo e nos Museus do mundo inteiro, particularmente naquela própria região, que as preservam.

As cerâmicas, como as paredes dos templos e palácios, passam a ter suas superfícies tratadas com cores(vermelho, preto sobre engobe branco ou vermelho) e texturas tatéis conseguidas com técnicas primitivas de prensagem sobre o barro úmido, além de acabamentos polidos. Surge também neste período a fiação, como um tratamento dos fios em filamento continuo e seu entrelaçamento, dando origem à tecelagem. que é entrelaçamento de fios de palha ou árvores de forma ordenada. Com os tecidos, vieram em seguida seus ornamentos em estampa de cores, relevo e entalhe.

Aquelas eram sociedades que viviam em guerra e as armas de defesa ou de caça tinham importante papel. Elas passaram, então, a se destacar como objetos de uso e empoderamento, distinguindo seus possuidores. Ter uma arma não só bem feita, com os melhores materiais disponíveis, mas também a mais bela, era um sinal de nobreza e distinção na hierarquia social. E como a beleza estava na natureza, sua imitação, durante toda a Era Clássica, era um cânone da representação estética.

Os olhos dos selvagem acostumados com a harmonia da natureza imprime, de forma simples e criativa o equilibrio nos ornamentos. As linhas curvas e retas são usadas para representar a natureza. Um triângulo, representava uma folha; um cipó, a representação de uma corda retorcida.

De acordo com Ruthschilling (2000 .p 16), “As civilizações antigas desenvolveram o gosto pela decoração de superfícies em geral, principalente nos utensílios domésticos, espaços arquitetônicos e artefatos têxteis.”

Os Egípcios se inspiraram muito na flor de lótus e no papiro, ambos fartos nas margens do Rio Nilo. Eles simbolizavam o alimento para o corpo e o espírito. As penas de pássaros raros e o ramo da palmeira, com o cordão retorcido feito de suas hastes, são alguns modelos que formam a base da imensa variedade de ornamentos com que os egípios decoravam os templos de seus deuses, os palácios reais, suas vestimentas, seus artigos, tanto de luxo ou de uso mais modestos e cotidiano como colheres de madeira ou outros

utensílios levados no barco que carregava seus corpos embalsamados através do Nilo, até seu lar derradeiro no vale dos mortos. (Jones ,2010 p. 49) Do universo egípcio para cá, são muito conhecidas as manifestações decorativas das principais civilizações humanas, tanto em artefatos e utensílios, quanto na arquitetura. A Grécia nos legou o padrão clássico da beleza como harmonia de formas e movimentos em todas as suas manifestações, inclusive como design de superfície, tais como as faixas deccomooradas (gregas) e cerâmicas.

Os romanos e bizantinos, que sucederam ao Império Romano, em Constantinopla, notabilizaram-se pelos azulejos, assim como os árabes. Todo o Oriente Médio desenvolveu uma verdadeira cultura em torno do tapete, de múltiplas funções. A China fez da caligrafia uma verdadadeira arte.

A tradição da azulejaria é de grande inportância, seja pela sua relevancia na concepção de superfície contínuas e de painéis, seja pela longevidade de seu uso na história. Sendo originária dos padões islâmicos, a azulejaria desenvolveu-se na Holanda, Espanha, Itália e Portugal. Neste país o Museu do Azulejo é digno de menção, até pelo significado do azulejo em sua cultura, principalmente a partir do século XV. Eles se iniciaram com motivos hispano- mouriscos, importados de Sevilha, para o revestimento monumental das paredes de palácios e igrejas. Posteriormente, ganharam uma dinâmica própria em inspirações e usos, propagando-se por fachadas de residências, ruas e templos.

Nos séculos XVII e XVIII, uma nova Revolução bate às portas da Europa, com o advento da manufatura, primeiro vinculada aos centros de poder Real, como instrumento de fortalecimento dos respectivos Reinos, depois, com o advento do liberalismo , disseminada pela livre iniciativa. Elas se voltaram para a produção de têxteis, louças e Móveis (Cardoso, 2004, p. 20) .

24

MILTON RIBEIRO

TROPICALISMO

Não há do que reclamar. Porto Alegre está tomada pelo espetáculos do Porto Alegre Em Cena. Repetimos que os detalhes do festival — cada uma das peças e shows, sinopses, fichas técnicas, horários, etc. — podem ser encontrados aqui.

Nas estreias dos cinemas, há dois bons filmes: o documentário Tropicália e A Rebelião, que traz a volta de Mathieu Kassovitz à França, para a sorte dos cinéfilos.

Todas as sextas-feiras, o Sul21 traz indicações de filmes, peças de teatro, exposições e música para seus leitores. Não se trata de uma programação completa, mas apenas de recomendações dos melhores espetáculos que assistimos. O critério é a qualidade. Se você tiver sugestões sobre o formato e conteúdo de nosso guia, por favor, comente.

Cinema – Estreias

A Rebelião (**)

(L`ordre et la morale), de Mathieu Kassovitz, 2011, França, 136 minutos

É uma história bem comum. Ator e diretor consagrado na França, Mathieu Kassovitz foi para Hollywood a fim de dirigir duas consideráveis drogas: Na companhia do medo (2003) e Missão Babilônia (2008). Deve ter ganho bom dinheiro, mas deslustraram sua carreira de diretor de O ódio, estupendo filme pelo qual Kassovitz recebeu do prêmio de melhor direção em Cannes e três César, inclusive o de melhor filme, em 1995. Agora, de volta à França, ele demonstra que não esqueceu de como fazer um bom filme. O nome do filme é francês é A Ordem e a Moral e ele conta uma história verídica ocorrida abril de 1988, na Polinésia Francesa, quando 30 policiais são feitos reféns por um grupo que luta pela independência do país. 300 soldados franceses são enviados para restaurar a ordem. O conflito coloca frente a frente o capitão Philippe Legorjus, capitão da força especial francesa e Dianou Alphonse, líder dos rebeldes. Através de valores comuns, eles vão tentar resolver o conflito pelo diálogo, mas no meio de uma eleição presidencial, os interesses políticos estão acima deles. Com Mathieu Kassovitz, Iabe Lapacas, Malik Zidi, Alexandre Steiger, Sylvie Testud e Philippe Torreton.

No Guion Center, às 14h30, 19h e 21h30.

Tropicália (**)

(Tropicália), de Marcelo Machado, 2012, Brasil, 89 minutos

É um paradoxo. O final dos anos 60 foi uma época de enorme ebulição criativa, justo numa época em que se perdia a liberdade de expressão. Dentro deste contexto nasceu a Tropicália, um dos maiores movimentos artísticos do Brasil. Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal Costa, Arnaldo Baptista, Rita Lee, Tom Zé, entre outros, misturaram desde velhas tradições populares a muitas das novidades artísticas ocorridas pelo mundo e criaram o Tropicalismo. Com depoimentos reveladores, raras imagens de arquivo e embalado pelas mais belas canções do período, Tropicália nos dá um panorama definitivo de um dos mais fascinantes momentos do Brasil. No Cinespaço Wallig 7, às 14h, 16h, 18h, 20h e 21h40,

No Espaço Itaú 2, às 13h30, 15h30, 17h30, 19h30 e 21h30.

No GNC Praia de Belas 3, às 14h30, 17h, 18h45 e 21h.

BIOGRAFIA

Nascido em São Paulo, em 1931, poeta, tradutor, ensaísta, crítico de literatura e música. Em 1951, publicou o seu primeiro livro de poemas, O REI MENOS O REINO. Em 1952, com seu irmão Haroldo de Campos e Décio Pignatari, lançou a revista literária "Noigandres", origem do Grupo Noigandres que iniciou o movimento internacional da Poesia Concreta no Brasil. O segundo número da revista (1955) continha sua série de poemas em cores POETAMENOS, escritos em 1953, considerados os primeiros exemplos consistentes de poesia concreta no Brasil. O verso e a sintaxe convencional eram abandonados e as palavras rearranjadas em estruturas gráfico-espaciais, algumas vezes impressas em até seis cores diferentes, sob inspiração da Klangbarbenmelodie (melodia de timbres) de Webern. Em 1956 participou da organização da Primeira Exposição Nacional de Arte Concreta (Artes Plásticas e Poesia), no Museu de Arte Moderna de São Paulo. Sua obra veio a ser incluída, posteriormente, em muitas mostras, bem como em antologias internacionais como as históricas publicações Concrete Poetry: an International Anthology, organizada por Stephen Bann (London, 1967), Concrete Poetry: a World View, por Mary Ellen Solt (University of Bloomington, Indiana, 1968), Anthology of Concrete Poetry, por Emmet Williams (NY, 1968). A maioria dos seus poemas acha-se reunida em VIVA VAIA, 1979, DESPOESIA (1994) e NÃO (com um CDR de seus Clip-Poemas), (2003). Outras obras importantes são POEMÓBILES (1974 e CAIXA PRETA (1975), coleções de poemas-objetos em colaboração com o artista plástico e designer Julio Plaza.

Como tradutor de poesia, Augusto especializou¬se em recriar a obra de autores de vanguarda como Pound (Mauberley, The Cantos), Joyce (Finnegans Wake), Gertrude Stein e Cummings, ou os russos Maiakóvski e Khliébnikov, Traduziu também alguns dos grandes "inventores" do passado: Arnaut Daniel e os trovadores provençais, Donne e os "poetas metafíscos", Mallarmé e os Simbolistas franceses. Uma primeira antologia de sua obra tradutória, expandida depois em diversas monografias, é VERSO REVERSO CONTROVERSO (1978). Algumas de suas últimas publicações nesse

campo: RIMBAUD LIVRE (1992), HOPKINS: A BELEZA DIFÍCIL (1997) e COISAS E ANJOS DE RILKE (2001).

Como ensaísta é co¬autor de TEORIA DA POESIA CONCRETA, com Haroldo de Campos e Decio Pignatari, 1965, and autor de outros livros tratando de poesia de vanguarda e de invenção, como POESIA ANTIPOESIA ANTROPOFAGIA, 1978, O ANTICRÍTICO, 1986, LINGUAVIAGEM, 1987, À MARGEM DA MARGEM, 1989.

Com Haroldo e Pignatari lutou pela revalorização da obra de Oswald de Andrade, e também redescobriu a obra olvidada do poeta maranhense Sousândrade (1832-1902), um precursor da poesia moderna com seu "Inferno de Wall Street" (1877) em

RE¬VISÃO DE SOUSANDRADE,1964). BALANÇO DA BOSSA (E OUTRAS

BOSSAS), 1968-1974, reuniu seus estudos pioneiros sobre o Tropicalismo e a MPB assim como as suas intervenções no campo da música contemporânea tratando de Charles Ives, Webern, Schoenberg e os compositores brasileiros do grupo "Musica Nova". Ensaios posteriores enfocando a música e a poesia de Cage e as obra radicais de Varèse, Antheil, Cowell, Nancarrow, Scelsi, Nono, Ustvólskaia, entre outros, foram recolhidos no livro MÚSICA DE INVENÇÃO (1998).

A partir de 1980, intensificou os experimentos com as novas mídias, apresentando seus poemas em luminosos, videotextos, neon, hologramas e laser, animações computadorizadas e eventos multimídia, abrangendo som e música, como a leitura plurivocal de CIDADECITYCITÉ (com Cid Campos),1987/ 1991. Seus poemas holográficos (em cooperação com Moyses Baumstein) foram incluídos nas exposições TRILUZ (1986) e IDEHOLOGIA (1987). Um videoclip do poema PULSAR, com música de Caetano Veloso, foi produzido por ele em 1984, numa estação Intergraph, com a colaboração do grupo Olhar Eletrônico. POEMA BOMBA e SOS, com música de seu filho, Cid Campos, foram animados numa estação computadorizada Silicon Graphics da Universidade de São Paulo, 1992-3. Sua cooperação com Cid, iniciada em 1987, ficou registrada em POESIA É RISCO (CD editado em 1995 pela PolyGram) e se desenvolveu no espetáculo de mesmo nome, uma performance "verbivocovisual" de poesia/música/imagem com edição de vídeo de Walter Silveira, apresentada em diversas cidades do Brasil e no exterior. Suas animações digitais - os CLIP-POEMAS - foram exibidas em 1997 numa instalação que fez parte da exposição Arte Suporte Computador, na Casa das Rosas, em São Paulo. Alguns dos seus poemas visuais e sonoros podem ser vistos/ouvidos também em www.ubu.com.

25

FERNANDO GOMES

COMO EU SINTO O TROPICALISMO

Hoje, 2012. 45 anos depois de iniciado o movimento, depois de aviões sob a cabeça e prisões, movimento organizado e desorganizado, estamos aqui. São 70 anos de vida e 50 de carreira de Gil; 40 anos de um discaço pra inglês ver de Caetano. Foram-se Torquato, Glauber e Oiticica. Outros muitos sobreviveram ao exílio, ao ostracismo, às drogas. Que bom. Gal, sempre legal, Tom Zé pulando num só pé, Zé Celso Martinez, Jards Macalé e Rita Lee continuam aí, produzindo e se reinventando, e o Tropicalismo segue influenciando a cultura brasileira até hoje. Nós, por exemplo, transa vai, transa vem, continuamos pirando no Mangue Beat e Clube da Esquina; da parede de Pedro Luis e o calor de Fernanda Abreu ao escracho do Língua de Trapo. Ná Ozzetti, Luiz Tatit, Zé Ramalho, Luiz Melodia e até Kleiton e Kledir.

Claro que o mais consumido, pão e circo mais pedido, é o gol do fantástico. Se antes a música, o teatro, as artes visuais eram discutidas em mesa de bar, fico triste por minhas rodas de amigos. Carlos Calado, autor de Tropicália – A História de uma Revolução Musical (Editora 34, 1997), também lamenta que não veremos mais uma revolução estética como tivemos naquele fim dos anos 60. Ele não cita o Rap ou Funk, ou ainda o Sertanejo, gêneros não brasileiros autenticamente mas com grande penetração na cultura popular de nosso país nesse século XXI. Claro que verificamos nesses três estilos uma ordem estética, uma linguagem diferenciada. Sim, há até algo de relevante nos dois primeiros. Porém, parece soar artificial, pois logo nos parece que seguem uma cartilha do movimento, da cena. A atitude tropicalista buscou com coragem transformar esses sons de "mau gosto" em cult, em aceitáveis. Assim foi feito com os ditos cafonas Carmen Miranda, Luis Gonzaga, Jackson do Pandeiro, Chacrinha, Orlando Silva, Vicente Celestino naquela época. Essa liberdade, esse peitaço e posterior aceitação a um som universal, estão hoje em falta. Claro, a aceitação não foi total. Mas quem queria que fosse? Logo a esquerda.

Bom, deixando de lado esses lados, hoje vemos pequenas tribos, vemos efervescências locais, mas nada com a personalidade que falamos. Exemplo do pessoal da "vanguarda atual" de SP: Céu, Marcelo Jeneci, Gui Amabis, o pessoal da Nação, Guizado, Catatau, Otto. Hoje eles revisitam o brega. Nesse momento, paro as seguidas Tropicalistas para escutar Naquela Mesa, dor de

cotovelo de mesa de bar que Otto canta a letra que o filho de Jacó do Bandolin sente saudades do pai. É possível ver uma unidade estética e de linguagem. Eles têm um conhecimento de sons, bem regionais, até folclóricos. Jazz, samba, maracatu, eletrônico, guitarrada do Pará, enfim, alguns gêneros difíceis de rotular e outros mais tradicionais. São ecléticos, graça a Deus. E ao diabo, aqui na terra do sol. Sim, herança do comportamento rebelde tropicalista, como Caetas – João Gilberto o chamava assim – confessa em O Mundo não é Chato.

Carmen Miranda reaparece no centro dos nossos interesses estéticos. Um movimento cultural que veio a se chamar tropicalismo tomou-a como um dos seus principais signos, usando o mal-estar que a menção do seu nome e a evocação dos seus gestos podiam suscitar como uma provocação revitalizadora das mentes que tinham de atravessar uma época de embriaguez nas utopias políticas e estéticas, num país que buscava seu lugar na modernidade e estava sob uma ditadura militar.

COMO EU PERCEBO, MASTIGO O MOVIMENTO

Pra mim, como deus João Gilberto chamava Caetano é engraçado. Mas não interessa. O que Caetano diz era o cerne do âmbito revolucionário: a mudança na forma. Isso era o criminoso, era o que assustava tanto a direita, como a esquerda. Tanto os militares como vários intelectuais. Os militates sabiam que a linguagem, e não a língua, podia ser a verdadeira forma de ser subversivo. "Você acha injusto estar aqui, Caetano? Sim, respondeu ao major. A esquerda acha que sou vendido ao imperialismo americano, me sinto injustiçado. Pois não, você pratica uma das formas mais modernas de subversão.

Você não me engana." (Calado, 1997).

Apesar de terem sido discípulos da bossa nova, os criadores da Tropicália eram contra o nacionalismo exagerado que os adeptos da música popular brasileira, também conhecida como MPB, defendiam de maneira bastante enfática naquele momento. Nunca canções disseram tão mal do Brasil como as Tropicalistas.

Como o jovem em geral era muito diferente naquela época, acho importante (tentar) fazer uma relação do comportamento de quem comunica e do público receptor. Não é fácil criar uma relação de evolução. Não podemos dizer que o ouvinte era mais intelectual, mais letrado como um todo. Quando analisamos o impacto e a chegada da Bossa, dos Festivais, da Tropicália, mesmo dos Beatles, o registro que se tem do público é da elite estudantil, classe média burguesa. Como o caso de Nelson Motta. Através das histórias que ele viveu e contou em Noites Tropicais (2000), temos uma boa ideia do cenário. Nas festas nos apartamentos, nas pequenas reuniões, nos botecos.

Fantástico investigar essas origens, saber como se deram os starts, quem era amigo de quem, como foram traçando os objetivos, quando tinha. Voltando à questão geográfica, eram privilegiados os jovens cariocas e paulistas do eixo Rio-SP. Podiam se dar ao luxo de vivenciar e acompanhar de perto esses acontecimentos que marcaram nossa cultura. Sim, respingava aqui no sul. Minha mãe foi aos 15 anos ver o Wanderley Cardoso em SP. Mas, enfim, tentando comparar os públicos daquela época e de hoje, mesmo o estudante em sua maioria hoje não conhece a origem, a importância desses movimentos que transcenderam a arte e foram vitais na vida político-social de nosso país. Sim, há esse belo material que faço minha pesquisa. Há muito mais, claro, inclusive sobre a Tropicália, como o interlocutor do espaço Barbican, em Londres, um centro multimídia de arte, no documentário Gal Costa – Do Tropicalismo aos Dias de Hoje (Barthz, 2007). Ele ressalta a importância desse movimento naquela época. Nunca ouvi amigos que foram ou moraram em Londres comentar sobre. Hoje, a ignorância da massa ouvinte do som do momento, do Faustão e do jabá, desconhece por completo significativa parte de nossa história. E não falamos apenas da importância histórica musical, e sim histórica na políticossocial. No que tange à personalidade do brasileiro, aos seus costumes, modo de pensar e de agir. Por sabermos que a busca por este conhecimento se dá quando da ruptura do paradigma, na crise, no caos, é que hoje não vemos uma essa procura maior por nossas origens. Como há tempos se prega justamente esta estabilidade de mercado, esse jogo de cartas marcadas, nada mudando, nada chamando para a atenção, tudo segue assim nessa e noutras indústrias do conhecimento, da arte, da cultura. A padronização de um comportamento na Internet, em redes sociais, mostra isso. Vemos conservadorismo absoluto no meio musical. Pouco de inovação, de novidades, de transformações. Porém, infelizmente, vejo que mesmo quem tem esse faro crítico sabe que algo pode e deve ser mudado, mas não sabe bem o quê. Como eu disse, é complicado se estabelecer comparações. Com os downloads de internet, uma revolução no meio musical, mesmo não sendo de discurso estético, aconteceu. É uma alteração de forma, não deixa de ser. Mas hoje o conteúdo seria também muito importante. Li outro dia que no futuro breve os jovens não irão mais a shows e festivais, e sim irão cada vez mais reverenciar gurus da computação como Steve Jobs, Mark Zuckerberg, Larry Page e Sergey Brin. Pois, afinal, o que tem para se revolucionar no formato, na linguagem da música hoje? Não, também não precisa se exagerar. Belchior cresceu nesse ínterim e lembrou-nos depois que nossos ídolos ainda são os mesmos, e o que era jovem e novo, hoje é antigo. Ver o presente, ir a fundo, crescer nele, mudar ele. Ver, entender e agir.

Mas vejo que agora é hora de realmente entender, ou apenas, concluir. Ou não.

COMO EU ENTENDI O TROPICALISMO

Voltemos àquela confluência de momento, contexto, pessoas, talentos, tudo no mesmo caldeirão, sem marketing, com sedução autêntica, natural. Gil com seu encantamento – generoso, como diz Rita – efusivo, deslumbrado com tudo que é contemporâneo. Aprovava muita coisa, ou quase tudo. Ele e Caetano e os Mutantes, como eram bem liberais mesmo. Mais ainda era outro. Havia, e teria que haver, o toque de um cara, o cara do mercado. Comparado a Allen Klein, o empresário dos Beatles, Guilherme Araújo foi importantíssimo para o movimento. Era o começo do pensamento da indústria, de como ganhar dinheiro com aquilo tudo. Se o som era livre, criaremos a Gravadora Som Livre.

Segundo Gil, a Tropicália é diferente por uma série de fatores. É o último movimento modernista e o primeiro pós-modernista. Araújo, chamado por Jorge Mautner ou Jards Macalé, anos depois, por Stálin do Tropicalismo. Ele que cortava as questões polêmicas, em detrimento da questão comercial. Dizia “deixa pra lá, o importante é ganhar dinheiro. Estranho saber disso.

Mas, na hora de dar minha opinião à música, se é que eu devia, caio no problema da falta de tempo. Eu sei, que desculpa esfarrapada, mas tem um que questiona:louvado seja deus LSD é? E a pesquisa ao mundo erudito, compreender o mínimo sobre os arranjos de Rogério Duprat? O pessoal erudito era parceiro dos poetas concretos e foram se aproximando, virou tudo uma salada, uma geleia geral. Haja pão pra tudo isso. O circo foi montado. Todo ruído é música? Xi, arte contemporânea, desestruturalista, caldeirão caótico.

Encontrei uma forma de finalizar o texto, porque às vezes me sinto como a plateia do Caetano naquele dia. Não entendendo nada. Esse discurso, que finaliza o ótimo documentário de Marcelo Barthz (2007) é minha reação de quem achava que entendia. Digo, poderia parecer até pretensão, mas era a tentativa de crer que existia uma noção do rumo na forma como eu via hoje a indústria, o meio, meu mercado, meu trabalho, minha pesquisa, minhas dúvidas. De forma fácil e esperta, concluo com palavras do autor do livro, quando perguntado sobre a importância do Tropicalismo:

Talvez a principal lição ensinada pela Tropicália foi a de que a música brasileira deveria se abrir às novidades que estavam acontecendo no mundo, em vez de se fechar, como propunham vários artistas ligados ao PCB (Partido Comunista do Brasil). Inclusive pensavam que poderiam lutar contra o autoritarismo dos militares fazendo canções de protesto para “conscientizar”

o público. Já os participantes da Tropicália eram contrários a essa maneira funcional de encarar a música.
Eu acho que recém tô começando, mas ainda tem muito a entender.
Wally Salomão: os poetas roubam! O Dilúvio, #9 – verão 2007
REFERÊNCIAS: Principais livros, discos e documentários consultados

– Veloso, Caetano. O Mundo não é chato. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. – Motta, Nelson. Noites Tropicais – Solos, improvisos e memórias musicais. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.
– Revista O Dilúvio. Edições 9 e 11
– Documentário: Gal Costa – Do Tropicalismo aos Dias de Hoje. De Marcello Barthz. DirecTV e Trama, 2006.
– Documentário: Gal Costa – Do Tropicalismo aos Dias de Hoje. De Marcello Barthz.
DirecTV e Trama, 2006.
– Tropicália ou Panit Et Circensis (Philips, 1968)
– Caetano Veloso (Famous/Philips, 1971)
– Gal Costa (Philips, 1969)
– Legal (Philips, 1970)
– Os Mutantes (Polydor, 1968)
– Tom Zé (RGE, 1970)

26
RODRIGO SOMBRA

ROGÉRIO DUARTE

Rogério Duarte leva vida religiosa em SalvadorRodrigo Sombra
SALVADOR - ‘Quando eu vejo aquela Nina da novela xingando Carminha: “Sua vaca, sua vaca!”, eu penso: Meus Deus, que mulher imbecil, quanta ignorância... — diz o designer Rogério Duarte, devoto Hare Krishna, em protesto contra a heresia ao santo nome da vaca.
Rogério é caso singular na arte brasileira de quem atravessou marxismo, Cinema Novo, Tropicália e realizou-se na filosofia hinduísta. Celebrado pelas capas de LPs que fez para Gil, Gal e Caetano, foi mentor intelectual do tropicalismo nas artes gráficas e fora delas. Zé Celso Martinez Corrêa, Hélio Oiticica e Torquato Neto são tributários de suas ideias. O homem que Glauber Rocha disse estar “por trás de todos nós”, contudo, há décadas acostumou-se ao anonimato. Convertido ao movimento Hare Krishna, recolheu-se a uma vida religiosa e passou a se ocupar da discreta missão de traduzir sânscrito.

Em fase de pré-produção, um documentário sobre sua trajetória a ser rodado nos próximos meses pelo cineasta baiano Walter Lima promete devolvê-lo à superfície. — A ideia (do documentário) é mostrar o Rogério pensador — explica Walter. — Além de um designer maravilhoso, ele é uma figura fundamental na intelectualidade brasileira dos anos 1960 e 70, como foi Oswald (de Andrade) na década de 1920.

Há anos Rogério vive sozinho em Salvador e diz raramente encontrar os amigos tropicalistas. Práticas de meditação, trigonometria e xadrez on-line hoje lhe ocupam os dias. Mais magro do que nas fotografias conhecidas da juventude, há um ano superou um câncer nas cordas vocais e aparenta levar uma vida austera. Na sala de seu apartamento quase nada sugere a ideia de decoração. Imagens não ornam paredes, caixas empilham-se umas sobre as outras e uma lousa com o alfabeto sânscrito ladeia uma pilha caótica de peças de xadrez. Em um canto, cartazes carcomidos dos filmes

"Meteorango Kid" e "Idade da Terra" dão testemunho de seu ofício como designer. — Recebo (convites), mas recuso. Não tô mais fazendo — diz Rogério, sobre projetos como artista gráfico. — Minha obra é histórica, pertence a um momento da história do design mundial, não é para ser pasteurizada.

Afastado do design, foi professor universitário e encurtou a distância entre o leitor brasileiro e a literatura sânscrita. É dele a primeira versão direta para o português do épico hinduísta "Bhagavad Gita", publicado nos anos 1990 pela editora Companhia das Letras. Sem grande repercussão, lançou em novembro passado sua tradução do "Gitagovinda", poema medieval de Jayadeva Goswami que narra os passatempos sexuais de Krishna às margens do Rio Jamuna. Conhecido por sua visão erotizada da transcendência, o texto pertence ao cânone das letras indianas.

— Ali tem coisas que só os grandes poetas do Ocidente alcançaram, como (T.S.) Eliot, Goethe… — diz Rogério, admirador exaltado da comunhão entre o sexo e o divino que há em "Gitagovinda". — É absolutamente necessário que nossa mente suja ocidental seja lavada pelas águas eróticas do Rio Jamuna, para a gente entender que sexo é a coisa mais nobre e sublime.

Karma e tortura

Chancelada pelo professor Howard Resnick, PhD em sânscrito pela Universidade de Harvard, a edição brasileira de "Gitagovinda" saiu com a módica tiragem de mil exemplares. Rogério revisou, editou, elaborou a capa e bancou-a do próprio bolso. Grande parte da obra pela qual Rogério é celebrado se concentra na década de 1960. A pujança criativa desse período seria abalada na Páscoa de 1968, quando ele e seu irmão Ronaldo participaram de um protesto no Centro do Rio e foram presos e torturados por

militares. O nome Rogério Duarte Guimarães pode ser encontrado em relatórios dos órgãos de repressão recém-abertos no Arquivo Nacional. Em ficha do SNI (Sistema Nacional de Informações) emitida cinco dias após sua soltura da prisão, ele ocupa menos de meia página e é descrito sucintamente como "elemento de esquerda, assim como o irmão Ronaldo, ligado às atividades de artes plásticas". Um carimbo estampado ao final da ficha informa que anexos foram destruídos. À época, a notícia da prisão dos irmãos Duarte — uma das primeiras denúncias contra a tortura cometida pelo exército — provocou sismos na opinião púbica pré-AI-5.

Quarenta e quatro anos depois, a posição de Rogério sobre o episódio da tortura é matizada. Como anistiado, reclama uma reparação mais justa e diz guardar "um pouco de mágoa". Espiritualmente, a interpretação é outra.

— O trauma, só a filosofia da Índia explica: a teoria do karma. De algum modo aquilo teria que acontecer. É a teoria de Jung, da sincronicidade. Não existe acaso puro, as coisas têm um sentido. Porque tudo poderia ser evitado, eu poderia simplesmente não ter ido ali naquele dia. Algo em mim me levou para as câmaras de tortura — diz, sem qualquer tom de ironia ou amargura.

— Antes, era para mim tão inimaginável a ideia de ser torturado que, por uma estranha razão, talvez eu pensasse: "É a única coisa que não experimentei".

Rogério conservou ao longo da vida uma saudável antipatia a receituários. Conhecedor de arte burguesa na fauna marxista do CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE, hinduísta entre universitários, intelectual de esquerda entre hinduístas, sua figura jamais comportou descrições fáceis. Não por acaso, ele costuma reivindicar para si um lugar de marginal na arte brasileira. Traduzir sânscrito seria apenas a etapa mais recente de uma obra historicamente ungida pela dissonância. O aspecto iconoclasta de suas ideias teve impacto fundo na formação de tropicalistas mais novos, como Caetano e Gil.

— Conversávamos muito. E sobre mil assuntos. Sobretudo, ele falava. Eu adorava ouvir e aprender — conta Caetano, sobre a convivência no período tropicalista.

Rogério é padrinho do primeiro filho do compositor, Moreno, e um sentido mútuo de admiração ainda hoje acompanha a amizade entre eles.

— Sua dedicação ao estudo e à tradução desses textos (em sânscrito) deveria ser acompanhada com grande seriedade crítica — diz Caetano. — Ainda assim, o conjunto de suas atividades não pode prescindir da mensagem perene de atirar-se à margem da margem. Essa atitude existencial dá cor especial a cada trabalho, a cada gesto de Rogério.

Para os Hare Krishnas, Rogério Duarte é Raghunatha das. A inflexão ao hinduísmo data do fim dos anos 1970 e coincide com sua fase de maior ostracismo. Os esforços mais recentes em trazê-lo à baila vêm do exterior e

atualizam o poder de suas ideias. Em 2009, ele foi homenageado com uma retrospectiva individual na Narrow Gallery, em Melbourne, Austrália. Um ano depois, a revista japonesa de design "Idea" dedicou 24 páginas à sua obra. Apesar de celebrações esporádicas, Rogério crê que seu legado ainda exige revisão. Para ele, seus cartazes e capas de discos teriam transcendido sua função original de uso e ganhado autonomia como arte histórica.

— Velázquez pode ter feito retratos de encomenda, assim como eu fiz capas, mas depois eles passaram a valer milhões de dólares. Andy Warhol fez capas de disco e cartazes igual a mim. Mas Andy Warhol vale milhões de dólares, e eu quero que Rogério Duarte valha pelo menos milhões de reais — diz, com um sorriso jocoso por baixo do bigode. — Quando eu digo milhões, milhões não é nada. É o valor real que eu quero. É a devida consideração pela criatividade, pela inteligência que ordenou aquilo, pela capacidade de síntese e também pela novidade.

Entre soberbo e abnegado

Dado a autoelogios, Rogério deixa a forte impressão de ser um homem cindido. Ao longo da conversa, ora compraz a si mesmo com sua figura de jovem prodígio, e até se permite ataques de genialidade ("Eu já nasci erudito"), ora palavras em sânscrito se insinuam em sua fala e reavivam os temas religiosos que hoje ordenam seu mundo. Apelidado de Caos na juventude, aos 73 anos Rogério parece oscilar entre o artista soberbo e o discípulo abnegado de Krishna. E é aí que a tarde cai, e ele mira o relógio. Pede licença para rezar seu último mantra do dia. Fecha os olhos e balbucia orações por entre os fios da barba grisalha. Minutos depois, reabre-os e diz:

— Essas coisas que eu te falei agora, que sou um grande artista, que devo ser reconhecido, justiçado: tudo isso é Maia (ilusão). Fiz essa meditação agora para me devolver a mim mesmo.

Mais adiante, pede que interrompamos a entrevista. A fragilidade das cordas vocais ameaça a conversa. Despede-se com gentileza, fecha a porta e volta a recolher-se. No encontro anterior, havia dito que, a esta altura da vida, a poesia era a única coisa que lhe restava. Recentemente, Rogério voltou a escrevê-la. Em sua página do Facebook, publicou uma quadra:

"Agora entendo o mistério/ Desse nó que não desata/ Eu preciso ser Rogério/ Pra também ser Raghunatha."

27
ALFEU

TROPICALISMO JOGOU COM OS ESTEREÓTIPOS DE BRASILIDADE

Tropicalismo. Um movimento libertário? Entrevista especial com Pedro Bustamante Teixeira

O tropicalismo marcou uma época porque foi capaz de aceitar a outridade e conseguiu sintetizar o transe em canções, afirma o doutorando.

O tropicalismo quebrou as barreiras entre o pop e o folclore; entre a cultura erudita e a de massa; entre a tradição e a vanguarda. Para Pedro Bustamante Teixeira, o movimento conseguiu estes êxitos jogando com os estereótipos de brasilidade. "Na justaposição de suas imagens, o tropicalismo expunha com amor, já que ele sabe que isto também o constitui, o ridículo destas", diz, em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line.

Segundo ele, ao focar as imagens constantemente relacionadas a uma identidade brasileira: as bananas, os pandeiros, as mulatas, Carmen Miranda, Bossa Nova, Chico Buarque, Vicente Celestino, o tropicalismo operava na desconstrução de uma identidade endossada por um mito-Brasil em nome de uma diversidade identitária que lhes parecia inequívoca e irremediável. A partir da "desconstrução de estereótipos através de escrachos, novas possibilidades são criadas. De modo que se torna possível unir o fino da bossa ao programa do Roberto Carlos, o rock e o baião, o Brasil e o mundo, o bumba-meu-boi e o iê-iê-iê, Rogério Duprat e Os Mutantes, Caetano Veloso e Chico

Buarque etc."

Pedro Bustamante Teixeira possui graduação em Língua Portuguesa e em Língua Italiana (e em suas respectivas literaturas), e mestrado em Letras: Estudos Literários pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. É doutorando do Programa de PósGraduação em Letras: Estudos Literários e Representações Culturais na mesma instituição. Confira a entrevista.

IHU On-Line – O tropicalismo conseguiu "modernizar" a cultura brasileira em apenas um ano, que correspondeu à duração do movimento? Como isso foi possível? Pedro Bustamante Teixeira – Primeiramente, é preciso lembrar que esse foi um momento ímpar na história brasileira. E não só por conta da ação tropicalista. No cinema, no teatro, na música, nas artes plásticas, nos jornais, apesar da ditadura da direita, soprava um "vento pré-revolucionário" que afetava as estruturas e convocava o artista à participação política. "O Brasil estava irreconhecivelmente inteligente", diria o marxista Roberto Schwarz sobre esse tempo no ensaio Cultura e política, 1964-1969. No entanto, ao se pretender se servir da cultura para a conscientização das massas e à revolução, a esquerda incorria num erro político, detectado posteriormente porGilberto Felisberto Vasconcellos, que era o de substituir a luta pela ação cultural. O tropicalismo vem a reboque dos ventos pré-revolucionários, mas

se posta para além da causa, pois enxerga na política cultural das esquerdas uma visão deveras reducionista do que poderia ser a cultura brasileira.

Devir identitário

O movimento tropicalista se rebela contra o nacional-popular. Percebe nele uma séria ameaça ao devir da cultura brasileira. Desatando-se das diretrizes culturais da esquerda, vide CPC, o movimento, ao mesmo tempo em que se tornava célebre pelas apresentações conturbadas nos festivais, causava um mal-estar generalizado nas alas progressistas. A terra estava em transe, não só no Brasil, não só em Eldorado. O tropicalismo marcou uma época porque foi capaz de aceitar a outridade e conseguiu sintetizar o transe em canções.

Assim, a prática tropicalista resultou na edificação de uma identidade nacional mais complexa, mais tolerante, mais atenta, híbrida e maior. Uma identidade que existe mais através da práxis antropofágica do que pela preservação de uma essência originária. Em menos de um ano, a tropicália foi capaz de implodir com as bases do nacional-popular que de certa forma uniam a direita à esquerda, e de introduzir na cultura popular brasileira uma nova forma de pensamento. Agora, mais próximo dos manifestos de Oswald de Andrade do que do Ensaio sobre a música brasileira, de Mário de Andrade. Por fim, a rebeldia tropicalista resultou no devir de uma identidade cultural brasileira múltipla, de infinitas possibilidades e que nem por isso parecia menos brasileira do que a anterior.

IHU On-Line – De que maneira o tropicalismo quebrou as barreiras entre o pop e o folclore? Entre a cultura erudita e a de massa? Entre a tradição e a vanguarda?

Pedro Bustamante Teixeira – Jogando com os estereótipos de brasilidade. Na justaposição de suas imagens, o tropicalismo expunha com amor, já que ele sabe que isso também o constitui, o ridículo destas. Ao focar as imagens constantemente relacionadas a uma identidade brasileira: as bananas, os pandeiros, as mulatas, Carmen Miranda,Bossa Nova, Chico Buarque, Vicente Celestino... o tropicalismo operava na desconstrução de uma identidade endossada por um mito-Brasil em nome de uma diversidade identitária que lhes parecia inequívoca e irremediável.

O jovem Caetano já dizia: “me recuso a folclorizar meu subdesenvolvimento”. E assim, da desconstrução de estereótipos através de escrachos, novas possibilidades são criadas.

De modo que se torna possível unir o fino da bossa ao programa do Roberto Carlos, o rock e o baião, o Brasil e o mundo, o bumba-meu-boi e o iê-iê-iê, Rogério Duprat e Os Mutantes, Caetano Veloso e Chico Buarque etc. A tropicália chega à conclusão promissora que para se escolher um caminho

não é preciso ignorar seus outros possíveis. E por isso é também um movimento libertário. Rita Lee disse em uma entrevista que Caetano Veloso e Gilberto Gil lhe fizeram ver que ela era – apesar de paulista, roqueira e filha de americano – tão brasileira quanto o Garrincha.

IHU On-Line – Em que sentido o movimento sofisticou a estética e a cultura brasileiras?

Pedro Bustamante Teixeira – Não combina muito com a estética tropicalista a palavra sofisticação, que talvez sirva melhor para nos referirmos ao movimento da bossa nova. O tropicalismo joga o tempo todo com o brega, o cafona, justapondo-os ao que pode haver de mais sofisticado na música brasileira e internacional. Apesar de uma vontade de superação do subdesenvolvimento, presente nas experimentações com os instrumentos elétricos, a incorporação de elementos da eletrônica e uma experimentação cada vez mais incisiva nos estúdios, a sofisticação jamais foi um desejo da tropicália, que é, antes de tudo, escracho, escândalo e jogo. A sofisticação sublima, mas não assusta. E o tropicalismo viera munido do Kitsch, do brega , do rock e do pop, justamente para assustar "as pessoas da sala de jantar".

IHU On-Line – "O nome de um movimento só existe enquanto o movimento existe. E o tropicalismo não existe mais como movimento." Como avalia essa frase de Caetano Veloso, proferida em um programa português, recuperada de forma inédita recentemente no documentário Tropicália?

Pedro Bustamante Teixeira – No momento em que Caetano faz essa afirmação, nem ele nem Gil, nem mais ninguém poderia responder por um movimento que tinha sido dissipado, junto a tantos outros, com a promulgação doAto Institucional no. 5 e a seguinte intensificação da reação aos tais ares pré-revolucionários. No momento em queCaetano e Gil não poderiam nem mais pisar em seus trópicos que doravante pareciam, mais uma vez, tristes; o tropicalismo não fazia mais sentido algum. O absurdo alegre tornava-se uma violenta desilusão. Era o momento de se restabelecer o mínimo,

"o mínimo Eu". Os ombros mal suportavam o próprio peso que dirá o do movimento. Caetano e Gil, depois do itinerário que vai da "transa" ao transe, e do tranco e da tranca, teriam que cuidar de si mesmos para não sucumbirem à dor.

IHU On-Line – Podemos afirmar que o tropicalismo foi além da música? O movimento influenciou também as artes plásticas, o teatro e o cinema? De que forma?

Pedro Bustamante Teixeira – Devido à diversidade de frentes de atuação, Flora Süssekind prefere o termo momento tropicalista ao mais usado movimento tropicalista. E já que estamos falando de um momento

heterogêneo, é bastante complicado mapear quem influenciou quem. O que há é o surgimento de uma nova sensibilidade que rejeita tanto a filiação automática às diretrizes esquerdistas dos Centros Populares quanto uma inclinação nacionalista em nome da liberdade e da experimentação de novas formas artísticas. Sensibilidade que passa a ser sentida no teatro de José Celso Martinez Corrêa, no cinema de Glauber Rocha, nas artes plásticas com Hélio Oiticica, Lygia Clark eRubens Gerchman, na Literatura de José Agrippino de Paula e na música tropicalista. Em cada área há uma ruptura intrínseca a ela. Para cada ruptura, uma nova batalha, a vitória de uns não dispensa a luta dos demais, mas também não deixa de ajudar. IHU On-Line – Qual foi o papel que a televisão teve para a divulgação do movimento, dos cantores e da própria canção, na época?

Pedro Bustamante Teixeira – Como já dissemos, sem a televisão certamente não haveria o susto tropicalista. O susto tropicalista só é possível através das transmissões dos festivais e dos programas tropicalistas. Só é possível com a subversão da imagem do artista de televisão, a adoção de trajes e penteado indiscretos, das guitarras e dos gritos. A transmissão da juventude sorridente do rock em meio aos festivais da música popular brasileira reduzia um preconceito e uma resistência que se preservavam apenas pelo medo do diferente. A transmissão dessas imagens ao vivo evitava qualquer apropriação indébita. Os rostos jovens e sorridentes dos Mutantes, acompanhando Gilberto Gil e a orquestra regida por Duprat, falavam por si só. O sorriso de Caetano enfrentando as vaias, para defender Alegria, alegria, também. A televisão foi a plataforma ideal para os happenings tropicalistas. Transmitiu o início, noFestival da Record, em 1967, e o seu enterro, no primeiro e único programa de Divino Maravilhoso. A TV foi uma fresta pela qual os tropicalistas puderam emitir os seus sinais diretamente para as massas. Em suma, sem a televisão, o movimento não teria acontecido. IHU On-Line – Qual a diferença entre tropicália e tropicalismo?

Pedro Bustamante Teixeira – Frederico Coelho faz uma distinção que pode ser muito produtiva nos estudos acadêmicos desenvolvidos sobre o assunto. O pesquisador separa o tropicalismo musical da tropicália. Segunda a sua divisão, o primeiro diz respeito ao lado musical do movimento e está centrado nas figuras de Gilberto Gil eCaetano Veloso; o segundo, mais abrangente, faz menção a diferentes áreas artísticas e não se centra em uma área específica.

No entanto, como o lado musical, no momento tropicalista, está muito imbricado com os demais, acho a tarefa um tanto quanto complicada. Um campo alimenta o outro, um artista de uma área está sempre influenciando um artista de outra área. Havia uma cena artística muito diversificada que se frequentava. Não é fácil fazer o inventário do movimento. Gosto muito da

fala de Gil no documentário Tropicália, em que ele diz: “Tropicália é uma ilha, um território, uma utopia”, “o –ismo era coisa de momento”, passou.
IHU On-Line – Podemos dizer que, à época, nem todo mundo entendeu o tropicalismo? Por quê?
Pedro Bustamante Teixeira – Se o tropicalismo hoje ainda é mal entendido, imagine só naquele momento. Na época, ainda pesava uma dupla suspeita em relação à tropicália. Por um lado, ela era acusada de servir aos interesses da ditadura militar e do imperialismo Ianque; por outro, ela parecia representar uma séria ameaça à moral e aos bons costumes. Este lado reagiu sorrateiramente até o ato da prisão de Gil e de Caetano, aquele de imediato, com as vaias e as denúncias. Para estes, Caetano e Gil seriam espécies de instrumentos da atual conjuntura para a desmobilização da juventude brasileira. A esquerda que, segundo Schwarz, manteve de 1964 até o Ato 5 uma relativa hegemonia na cultura do Brasil, via na nova abordagem proposta por Caetano e Gil uma rendição incosequente ao mercado e uma adesão ao projeto de modernização proposto pelos militares. Curiosamente, essas suspeitas só seriam sanadas com a chegada mais que tardia da notícia da prisão de Gil e de Caetano. Poucos sabiam, na época, o que realmente tinha acontecido aos dois. E, além do mais, quando eles puderam retornar do exílio em 1972, ainda não havia espaço para maiores esclarecimentos.
O adeus
Ademais, não lhes interessava mais essa briga; o objetivo do movimento já tinha sido de algum modo alcançado. As estruturas estéticas já estavam descerradas. Além do mais, era preciso seguir em frente, pois já tinham perdido tempo demais de trabalho. O malentendido que houve se estendeu e foi de tal maneira recalcado que, volta e meia, ainda pesam denúncias contra o movimento. Uma das motivações para que Caetano Veloso escrevesse Verdade tropical era a de desfazer os malentendidos, recontando em detalhes a sua parte nessa história, mas essa história não termina aqui: ainda têm o ensaio de Schwarz de 2012, as respostas e as canções.

28
JORGE A. SAES

O CONSOLADOR PROMETIDO

Talvez pareça paradoxal que na introdução deste trabalho para falarmos sobre o
CONSOLADOR PROMETIDO - as palavras do Nazareno - lembremos do pensador Karl Marx que, como socialista, dirigiu-se aos homens, não só como

indivíduos, mas com muito mais abrangência no que ele pode representar nas suas relações sociais. Suas palavras concluem que através do trabalho o homem não só produz as inúmeras coisas necessárias à manutenção da vida física, mas que, ao produzirem essas coisas, os homens também constroem a si mesmos, uma vez que: "o modo de produção da vida material condiciona o processo geral de vida social, política e espiritual", considerando o trabalho como atividade fundamental na vida do homem.

Na seção III de O Capital - Capítulo V, lemos: "Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão. E a construção das colmeias pelas abelhas atinge tal perfeição que envergonha muitos arquitetos. Mas o que distingue o pior dos arquitetos da melhor das abelhas é que ele projeta mentalmente a construção antes de realizá-la. No final do processo de trabalho obtém-se um resultado que, desde o início, já existia na mente do trabalhador".

Gilberto Cotrim, (Fundamentos de Filosofia - pág. 24), referindo-se ao trabalho e sobre a capacidade do trabalhador em realizá-lo, ensina-nos o seguinte: "Quando pensamos sobre o papel do trabalho em seu aspecto individual, percebemos que ele pode permitir ao homem expandir suas energias, desenvolver sua criatividade e realizar suas potencialidades. Pelo trabalho o ser humano é capaz de moldar e mudar a natureza e, ao mesmo tempo, transformar a si próprio". (Grifamos).

Pois bem, Jesus de Nazaré - falando aos homens de seu tempo, há dois mil anos, fez a promessa de enviar, no momento oportuno, o Espírito de Verdade* que o mundo não podia conhecer porque não o podia ver nem o perceber (Espírito da Verdade) Evangelho de João, 16,13: “Porém, quando o Espírito da Verdade vier, ele ensinará toda a verdade a vocês. O Espírito não falará por si mesmo, mas dirá tudo o que ouviu e anunciará a vocês as coisas que estão para acontecer.”

Sabendo, desde então, que haveria de encontrar um vasto campo para ser trabalhado e que sulcos muitos profundos deveriam ser abertos. Antevendo, que além de utilizar do arado para ferir a terra para a semeadura, esta deveria receber o bom preparo onde as sementes seriam lançadas para germinar e dar bons frutos. Ele mesmo designou-se um semeador. Também anteviu que o joio e o trigo deveriam ser separados.

Suas palavras, em um momento importante da história da humanidade, serviram para lançar um grande projeto de construção e reconstrução de vidas, onde previu profundas modificações e que estas modificações deveriam determinar o surgimento de novas consciências, com rupturas, porém permanecendo uma essência, a partir do momento em que o homem refletisse sobre essa própria essência. É a necessidade de o homem

renascer numa continuidade real e íntima para "vestir" uma nova roupagem com firme e forte envergadura intelecto-moral.

Não possuíamos em nossa organização fisio-psíquica ferramentas nem materiais adequados e suficientes para sedimentar essa reconstrução. Esse homem novo deveria
"surgir". Seriam necessárias muitas vidas na realidade do espírito imortal que evoluiria nas diferentes oportunidades preparando-se para o grande momento - um devir, um novo momento.

Também anteviu que deveria ser realizada uma evolução do pensamento e que depois de um preparo intelectual e espiritual, uma nova organização física também despertaria através das energias organizadoras do PERISPÍRITO envoltório semimaterial do corpo, (cfe. Allan Kardec Revista Espírita de 1859, pág. 298), com repercussões somáticas.

Anteviu também que a civilização teria que passar por períodos de amadurecimento e que nesse processo de enriquecimento construiria uma nova realidade, ruindo com antigas construções, abandonando, inclusive, a velha rotina das práticas formais impostas. Não estávamos preparados para escutá-lo, exceto Paulo de Tarso, como afirmam os historiadores espíritas, que soube entender a necessidade da busca dos verdadeiros horizontes espirituais, libertando-se de práticas consagradas pelo seu povo, tais como a circuncisão e o batismo, pois este deveria ser somente em espírito e verdade.

O Padre Leonardo Boff no livro: A Voz do arco-íris - Ed. Sextante - página 135, referindo-se ao cristianismo e sua transformação, muitas vezes imposta pela vontade e não de forma natural e amadurecida, conta-nos o seguinte: - "Inicialmente, o cristianismo era um movimento ligado à prática messiânica de Jesus, dos Apóstolos e das comunidades primitivas (até o século IV), de caráter comunial, comunitário e fraternal. Os elementos de organização existentes não prevaleciam sobre as relações comunitárias, que detinham a franca hegemonia de consenso e direção das igrejas locais.

Com o edito de Teodosio, o Grande, de 27 de fevereiro de 380, a fé cristã, no sentido estrito da ortodoxia do Concílio de Nicéia (325), foi imposta como obrigação a todos os habitantes do Império Romano. Começa, então, o sistemático desmantelamento oficial da religião política romana (com dificuldades e jamais totalmente). Os imperadores Honório e Teodósio II, em 423, impõem o banimento e até a pena de morte àqueles que participassem dos sacrifícios pagãos. O imperador Justiniano, em 529, em seu código civil, liquida oficialmente o paganismo, fazendo com que as prescrições bíblicas e eclesiásticas sejam também regras estatais. Incrementa-se então a entrada em massa de pessoas ao cristianismo, não fruto de um processo de conversão, mas de imposição e coerção estatal.

Emerge assim, um cristianismo cultural marcado pelo medo.

A imposição ligada à penas, sejam políticas (exclusão e pena capital) ou teológicas (condenação ao inferno), provoca sua contrapartida, que é o medo e a submissão. O medo marcará, desde então, a pedagogia missionária da Igreja, como se pode constatar claramente nos vários catecismos da primeira evangelização-imposição da América Latina. A fé deixa de ser semente e se transforma em transplante forçado de uma árvore crescida em solo europeu."

Concluiremos daí, não ter havido um processo consciente para a passagem de uma fase para outra. Se alguns espíritos anuem, outros, são forçados pela ação coercitiva dos poderes, mas continuam com suas crenças e convicções enraizadas na alma, oriundas das culturas "autóctones e populares", nas palavras de Leonardo Boff.

Segundo J. Herculano Pires, deve haver um processo e não a prática do extremo autoritarismo, para que a cultura se renove e seja transmitida. No livro “O Espírito e o Tempo” - II parte - Capitulo III, pág. 95, diz-nos que em cada período a transmissão da cultura acontece pela LIBERTAÇÃO DAS FORÇAS VITAIS, que "A transmissão da cultura se processa através de fases cíclicas. Primeiro, as forças vitais, as energias criadoras emanadas do espírito, se projetam nas formas materiais e nelas se condensam.

Depois, essas forças se libertam, para enriquecer o espírito. As energias criadoras do autor se projetam e se condensam nos capítulos de um livro. O leitor as liberta, ao ler e estudar a obra". Disse-nos mais: "As forças vitais do Judaísmo, projetadas e condensadas nas Escrituras e na Tradição Judaica, foram libertadas pelo Cristianismo, que as reelaborou em novas formas de expressão religiosa. Essas novas formas, por sua vez, se projetam e se condensam nos Evangelhos e Tradição Cristã. O Espiritismo as desperta, liberta e renova, para reelaborá-las em novas formas. Entretanto, como as novas formas espirituais devem ser livres, em virtude da evolução humana, elas se apresentam quase irreconhecíveis, perante os cristãos formalistas".

Esse projeto de elaboração de um momento oportuno para que novas ideias fossem aceitas, fazia parte das energias criadoras emanadas de uma consciência que trazia por missão condensar em sua obra conceitos claros, puros e simples, mas de um largo alcance, e a resume somente na máxima: "FORA DA CARIDADE NÃO HÁ SALVAÇÃO".

Jesus deu o Exemplo: Em João 12: lemos: “Depois de lavar os pés dos seus discípulos, Jesus vestiu de novo a capa, sentando-se outra vez à mesa e perguntou: - Vocês entenderam o que eu fiz?

Em João 13:12/15: - “Vocês me chamam de Mestre, e de “Senhor” e têm razão, pois eu sou mesmo. Se eu, o Senhor e o Mestre, lavei os pés de

vocês, então vocês devem lavar os pés uns dos outros. Pois eu dei o exemplo para que vocês façam o que eu fiz."

Bem, o que estamos estudando nos livros da codificação kardequina - nas obras básicas - nas revistas espíritas, nas ditas obras complementares, nos clássicos da literatura espírita, tem uma direção única nesta longa estrada. É o esclarecimento filosófico, científico e espiritual para a conquista de novos valores na busca de uma evolução intelecto-moral. Para aprendermos a sintonizar, devidamente esclarecidos, em novas frequências da razão, da ética, da elevação de sentimentos, nas vibrações da alta sonoridade na conjugação do verbo amar.

Mas lembremos também o que nos foi recomendado: (...) "não há para o estudioso, nenhum sistema filosófico antigo, nenhuma tradição, nenhuma religião a negligenciar, porque tudo contém os germes de grandes verdades que, ainda que se pareçam contraditórias umas com as outras, esparsas que estão no meio de acessórios sem fundamentos, são muito fáceis de coordenar, graças à chave que nos dá a Doutrina dos Espíritos. Não negligencieis, portanto, de haurir objetos de estudos nesses materiais: eles são muito ricos e podem contribuir poderosamente para a vossa instrução" (Questão 628 do Livro dos Espíritos).

A Busca da Verdade:

Com Santo Agostinho, por exemplo, aprendemos a pensar. Em Solilóquios, há um profundo diálogo com sua própria personalidade, seu próprio eu e seu alter ego - sua segunda personalidade. Nesta obra, no Capítulo V, lemos: "...VERDADE É QUE É" (grifamos). E, a seguir, lemos: "Assim, nada seria falso, porque tudo o que existe seria verdadeiro." E, seguindo, lemos: "Coloca-me em grande dificuldade e não vejo saída a esta proposição. E, me sucede que, não querendo ser ensinado sem fazer perguntas, começo a temer por estas". Daí, entenderemos: é a dúvida se expressando.

A natureza humana, para poder evoluir em conhecimentos, deverá livre investigadora, procurando ouvir, ler, estudar, observar, pensar, sentir, comparar, medir, somar, meditar, concluir e muito mais...duvidar. E, para concluirmos com Santo Agostinho: Solilóquios significa pensar consigo.

Mas, com Sêneca, em: Da Tranquilidade da Alma, Ed. L&PM, pág.24/25, aprendemos que depois de aprender, deveremos dividir o conhecimento: "Costumamos dizer que o bem supremo consiste em viver de acordo com a natureza. A natureza gerounos tanto para a contemplação quanto para ação. (...) Alguns navegam e enfrentam os trabalhos de uma peregrinação muito longa apenas pelo prêmio de conhecer algo longínquo e

oculto. É isso que leva a buscar coisas não aparentes, a questionar as secretas, a remexer antiguidades, a ouvir sobre costumes dos povos bárbaros. A natureza deu-nos um espírito curioso e consciente de sua perícia e beleza; criou-nos para a contemplação desses espetáculos. Tudo isso perderia a sua riqueza de coisas grandiosas, excelsas, tão nitidamente estruturadas, tão brilhante e formosas, se ficasse visível apenas para a solidão! Para que saibas que ela quer que tudo isso fosse admirado e não apenas avistado, observa então, o local onde nos situou, isto é: colocou-nos em meio dela própria e concedeu-nos o poder de observar todos os seres ao nosso redor. Não fez o homem apenas ereto, mas, sobretudo, deu-lhe habilidade para a contemplação. (...) Mas nem por isso já vimos tudo o que existe, já que a nossa visão descortina o caminho para a investigação e apresenta-nos os fundamentos da verdade de maneira que a averiguação passa do claro para o escuro, como, por exemplo, procurar a origem dos astros que mostram como elementos distintos entre si; qual foi a lei que separou os elementos ligados entre si e os que se encontram misturados; quem indicou o lugar para cada um deles; se os elementos mais pesados caíram sozinhos e os mais leves alçaram voo, ou independente do peso dos corpos, uma outra força mais forte determinou a lei de cada um deles; se é verdade, segundo dizem, que o homem é constituído de espírito divino; se partículas e fagulhas de astros caíram sobre a Terra e aí ficaram escondidas em lugar inacessível."

...

Pois bem, voltando ao projeto do nosso estudo, poderemos afirmar a existência de um grande concerto na harmonia cósmica, mas que nossos instrumentos não estavam afinados para tanto – havia, e ainda há, a necessidade de tal preparo para tanto.

Houve necessidade de que o homem passasse por várias experiências, às vezes, humilhantes e de extrema dor, ocasionados pelo mau uso de seu livre-arbítrio, por exemplo. E é fácil notar onde o orgulho, o egoísmo e o fanatismo religioso desvirtuaram os verdadeiros caminhos de uma obra, que não fomenta a discórdia, mas a candura, que não deseja a morte nem perseguições em nome de uma cruz, mas paz, luz e amor nos corações.

Sem retrocedermos para momentos dilacerantes da história, é bom relembrar que a mediunidade, hoje consagrada e aceita como o instrumento capaz de colocar-nos em sintonia com as vibrações de entidades que já passaram para outras dimensões da consciência, foi considerada prática de bruxaria, onde os médiuns eram chamados de bruxos e os espíritos comunicantes, demônios, e que todo o indivíduo que professasse práticas não aceitas pelo poder clerical já estava sujeito a um julgamento sumário, uma

vez que nos tribunais inquisitivos não havia um direito de defesa, como nos tempos atuais, a pessoa considerada culpada deveria ser conduzida à morte, invariavelmente, nas fogueiras. Contam-nos os historiadores que as celas dos conventos e dos mosteiros se transformavam em câmaras mediúnicas, que antecipavam as câmaras de torturas. Lembram que na Idade Média havia uma asfixia da mediunidade natural pela proibição clerical, mas as entidades que pululavam no plano espiritual queriam se manifestar. Outros relatos são encontrados com Emmanuel no livro A Caminho da Luz, pela psicografia de Francisco Cândido Xavier.

Assim, dolorosas e asfixiantes foram as experiências para o preparo de um novo momento, até que o pensamento se libertasse das amarras dos dogmas de fé para a consubstanciação de uma nova hora.

Pois, se na questão 628 do Livro dos Espíritos, lemos: "É preciso que cada coisa venha a seu tempo. A verdade é como a luz: é preciso nos habituar a ela, pouco a pouco, de outra forma ela nos deslumbra", no Evangelho Segundo o Espiritismo - item quatro, do Capítulo VI, também lemos: (...) "O espiritismo vem, no tempo marcado, cumprir a promessa do Cristo: o Espírito de Verdade preside à sua instituição, chama os homens à observância da lei e ensina todas as coisas em fazendo compreender o que o Cristo não disse senão por parábolas... e na questão 627 do mesmo livro encontramos também: "(...) O ensinamento dos Espíritos deve ser claro e inequívoco, a fim de que ninguém possa pretextar ignorância e cada um possa julgá-lo e apreciá-lo com sua razão. Estamos encarregados de preparar o reino do bem anunciado por Jesus; por isso, não é preciso que cada um interprete a lei de Deus ao capricho de suas paixões, nem falseie o sentido de uma lei toda de amor e de caridade", até porque a Justiça Divina - as leis naturais - encontram-se cunhadas na consciência dos homens.

Na mesma questão, constam as seguintes palavras:

- "Nossa missão é impressionar os olhos e os ouvidos (...).

Pois necessário se fez que nos ferissem os sentidos auditivos através de pancadas. Sonoridades que a primeira escuta, pareciam nada significar, nas primeiras manifestações, na América e que mesas girassem nas casas e nos salões da Europa - na França - em Paris, para que fossemos procurar as causas dessa estranha balbúrdia que fazia repercutir uma sequência inteligente nas respostas obtidas.

Eis que surge o mascate Charles Rosma, primeiro com suas pancadas para chamar a atenção, depois, comunicando-se, em Hydesville, através da mediunidade das irmãs Fox. Foi necessário que ele viesse dizer que não havia nada de sobrenatural nos fenômenos ditos físicos, mas sim que havia um

"mundo" no outro lado da vida, pronto para "falar" com os homens e dar-lhes novas luzes, novos horizontes.

"Rosma pode ser tomado como um exemplo do fenômeno da transcendência humana, que assinala o aparecimento concomitante da mediunidade positiva. Não encontramos mais em Hydesville, o profeta bíblico, nem o oráculo ou o pagé, mas o médium, ou seja, o indivíduo humano que se tornou capaz de servir de intermediário entre seres espirituais, ambos da mesma natureza. Rosma, o mascate, morto na casinha de Hydesville, transcende sua condição material, mas continua humano no plano espiritual". (J. Herculano Pires - obra citada - pág. 60).

Para chegarmos até aquele momento no século XIX, caminhamos por uma longa estrada na história da civilização.

Não devemos, agora, julgar os culpados, mas devemos sim, penitência perante as vítimas que foram jogadas às feras nos espetáculos circenses - estas, se não eram escravos e gente considerada de menor importância, eram cristãs.

Aristóteles - que viveu entre 384 a 322 a.C. - um dos mais importantes filósofos da Antiguidade, nos diz: "A utilidade do escravo é semelhante à do animal. Ambos prestam serviços corporais para atender às necessidades da vida. A natureza fez o corpo do escravo e do homem livre de forma diferente. O escravo tem o corpo forte, adaptado naturalmente ao trabalho servil. Já o homem livre tem o corpo ereto, inadequado ao trabalho braçal, porém apto para a vida do cidadão".

Estas afirmativas que hoje tanto nos assustam prevaleceram até bem perto de nossos dias, quando só ao escravo, principalmente ao homem negro, pertenciam as tarefas mais pesadas e difíceis. A mão do trabalho escravo era a alavanca da produção agrícola nas lavouras de café até o século XIX e começo do século XX, embora já devidamente editada uma legislação libertadora.

Ao homem não era concedido, sequer o direito de ter uma consciência, de poder pensar e manifestar suas experiências pessoais.

Na questão 837 do Livro dos Espíritos, vamos encontrar estas palavras: “Constranger os homens a procederem em desacordo com o seu modo de pensar é fazêlos hipócritas. A liberdade de consciência é um dos caracteres da verdadeira civilização e do progresso".

Pois bem, em 02 de outubro de 1789 é votada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, antes do surgimento do Doutrina Espírita, portanto, e consigna já em sua introdução: "Os representantes do Povo Francês, constituídos em Assembleia Nacional, considerando que a

ignorância, o olvido e o menosprezo aos Direitos do homem são a causa única dos males públicos (...) e já no seu Item Primeiro, declara:

- "Os homens nascem e ficam livres e iguais em direitos.(...).

Até o advento da referida Declaração e da Revolução Francesa, convém mencionar que os homens não eram cidadãos, mas sim súditos. Os que não pertenciam à nobreza ou ao clero, pelo simples fato de haverem nascido fora do berço dessas elites, eram subalternos. Vale dizer que tudo começa a mudar quando o homem eleva-se pelo conhecimento e, em conhecendo, "trabalha" para conquistar seus direitos. "Conhecerás a verdade e a verdade vos fará livres", são as palavras de Jesus Cristo.

Cumpre-nos resgatar, ainda, que o Karl Marx, acima mencionado, que viveu em Paris a época de Allan Kardec, e que deixou-nos uma mensagem muito penetrante em política, teve uma missão muito importante para valorizar o trabalho e defender o trabalhador, que oprimido e com poucos, ou nenhum direito, sem nenhuma segurança ou previdência, vivia quase na condição de escravo.

Dizem que Marx quando viu seu pensamento ser tomado como um dogma e mal interpretado pelos fanáticos simpatizantes, recusa e faz a seguinte afirmativa: "Quanto a mim, posso dizer que não sou marxista".

As considerações que fazemos, embora de forma desordenada, têm a finalidade de rememorar acontecimentos históricos, relembrar mudanças acontecidas no mundo e que serviriam para preparar o terreno para as novas "notícias" que o grande projeto assinalava.

Assim, se em 18 de abril de 1857, é publicada a primeira edição de O Livro dos Espíritos, por Allan Kardec, com o concurso direto de vários médiuns, foi no dia 26 de março de 1856, na casa do Senhor Baudin, que ele recebe uma comunicação através de um médium, onde o Espírito de Verdade se manifesta diretamente e lhe diz: "Para ti chamar-me-ei a Verdade" - cumprindo-se, uma das etapas mencionada no novo testamento - onde João - no Capítulo XIV, v. 15,16,17 e 26, registra, entre outras palavras: (...) "Mas o consolador que é o Santo-Espírito, que meu pai enviará em meu nome, vos ensinará todas as coisas e vos fará relembrar de tudo aquilo que eu vos tenho dito".

Foi também neste século que Charles Darwin nos fala pela primeira vez em seleção natural quando publica sua obra A Origem das Espécies.

Darwin, naturalista inglês, que deveria viajar no navio HMS Beagle, com a função maior de acompanhar o seu capitão, Sr. Robert FitzRoy, para que este não se sentisse tão solitário em sua viagem pelo mundo, inclusive pelo sul da América, para testar novos instrumentos, novas bússolas e novas cartas marítimas, surpreendendo a todos, realiza grandes descobertas

científicas, não só no campo da biologia. Seus conhecimentos fazem "balançar" o mundo científico, a religião constituída e suas crenças.

A partir de seus estudos e da publicação de sua obra, abala-se a concepção bíblica da criação do mundo nos reduzidos seis dias e se conclui daí não verdadeiro o conceito de que a terra teria somente alguns milhares de anos.

A teoria de Darwin - consubstanciada na codificação espírita - foi confirmada no século XX, quando "paleontólogos e geólogos descobriram a cronologia da vida na terra. Após estudos e observações biólogos descobriram as moléculas que são a base da hereditariedade e da seleção natural. E só então eles começaram a compreender realmente como a evolução molda tudo na terra, do vírus da gripe até o cérebro humano." (Carl Zimer - O Livro de Ouro da Evolução - pág 103.)

Pois bem, o Livro A Gênese, publicado em 06 de janeiro de 1868, capítulo X, n. 28, diz-nos o seguinte: "Por pouco que se observe a escala dos seres vivos, do ponto de vista do organismo, é-se forçado a reconhecer que, desde o líquen até a árvore e desde o zoófito até o homem, há uma cadeia que se eleva gradativamente, sem solução de continuidade e cujos anéis todos têm um ponto de contacto com o anel precedente. Acompanhando-se passo a passo a série dos seres, dir-se-ia que cada espécie é um aperfeiçoamento, uma transformação da espécie imediatamente inferior..." no n. 29, lemos: "Ainda que isso lhe fira o orgulho, tem o homem que se resignar a não ver no seu corpo material mais do que o último anel da animalidade na terra."...

No mesmo sentido afirma Léon Denis, no Livro Problemas do Ser, do Destino e da Dor: "O estudo das leis da evolução, em vez de anular a espiritualidade do homem, vem, pelo contrário, dar-lhe uma nova sanção; ensina-nos como o corpo do homem pode derivar de uma forma inferior pela seleção natural, mas nos mostra também que possuímos faculdades intelectuais e morais de origem diferente, no mundo sublime do espírito." Uma piada famosa: dizem que uma importante dama da sociedade inglesa comentou com o seu esposo quando soube detalhes das pesquisas de Darwin: "Querido, vamos torcer para que as coisas que o senhor Darwin diz não sejam verdadeiras. Mas, se forem, vamos esperar que não caiam na boca do povo".

Dentro deste pensamento evolucionista que a doutrina espírita também consagra, o mundo ainda se prepara para novas realidades.

Como se houvesse uma simetria, se a forma física ganha novas feições ao seu lado e, concomitantemente, o pensamento evolui, tudo ordenado por uma Inteligência Suprema, causa primária de todas as coisas - Deus. (Questão primeira do Livro dos Espíritos). Deus, que o homem ainda não pode compreender por achar-se obscurecido pela matéria, pela sua imperfeição e

por faltar-lhe, ainda o "sentido", que por certo se desenvolverá, no curso, ou completando todas as etapas evolutivas.

Como a doutrina espírita nos orienta para que tenhamos uma fé raciocinada, não dogmática, sedimentada à luz da razão, cumpriu-se, também, que antes de sua consolidação o mundo tivesse conhecido René Descartes - (Pai da Filosofia Moderna - 1596-1650). Este nos falava da importância do uso da razão.

J. Herculano Pires - obra citada - pág. 76: nos diz: "A luta entre a razão e a fé encontra, portanto o seu epílogo na renascença". Aí, Martinho Lutero "afixa na porta da igreja de Winttemberg - em 1517, suas noventa e cinco teses, desencadeando a revolução reformista", para sair do jugo de uma autoridade papal e lutar contra símbolos, mitos, alegorias e do dogmatismo dos concílios, desenvolvidos no período medieval. Pretendeu Lutero substituir o aparelho do culto exterior pela presença de Cristo. "Era o impulso decisivo à volta às origens cristas".

Mas foi com René Descartes - inspirado pelo Espírito de Verdade, segundo sua própria expressão, que se cumpriu a tarefa de libertar a filosofia da servidão medieval para preparar o terreno para o advento do espiritismo. "Descartes afirmava que, para conhecermos a verdade, é preciso, de início, colocarmos todos os nossos conhecimentos em dúvida, questionando tudo para criteriosamente analisarmos se existe algo na realidade de que possamos ter plena certeza". (Gilberto Cotrim - obra citada - pág.151).

Mais tarde Kardec poderia exclamar como vemos no próprio Evangelho Segundo o Espiritismo: "Fé inabalável é somente aquela que pode encarar a razão face a face, em todas as etapas da humanidade".

Dentro desde trabalho de tecer a teia, de construir a colmeia, havia um projeto, um desígnio para a construção de uma doutrina de livre estudo, de livre pesquisa e investigação, "essencialmente progressiva, como todas as ciências de observação...". Caminhando de par com o progresso, o Espiritismo jamais será ultrapassado, porque se novas descobertas lhe demonstrassem estar em erro acerca de um ponto qualquer, ele se modificaria nesse ponto. Se uma verdade nova se revelar, ele a aceitará". (A Gênese - Capítulo I, n. 55.).

Também lemos: "O espiritismo, hoje, projeta luz sobre uma imensidade de pontos obscuros; não a lança, porém, inconsideradamente. Com admirável prudência se conduzem os Espíritos, ao darem suas instruções. Só gradual e sucessivamente consideraram as diversas partes já conhecidas da Doutrina, deixando as outras partes para serem reveladas à medida que se for tornando oportuno fazê-las sair da obscuridade". (Evangelho Segundo o Espiritismo - Cap. XXIV - n. 7).

No Livro Reflexões Espíritas - pág 128- do espírito Vianna de Carvalho, por Divaldo Pereira Franco, lemos: "A Doutrina Espírita, porque representa a mais completa expressão do divino pensamento, que pode ser examinado e vivido pela razão, não deve enclausurar-se em chavões ultrapassados, aprisionando-se em limites que atendam a paixões e "pontos de vista", por mais respeitáveis se apresentem.

Doutrina de livre exame, também o é de livre ação, convidando cada consciência a assumir responsabilidades, após iluminada pelo ensino espírita, de cujos resultados responderá, hoje ou depois, sem mecanismos de evasão, nem justificações urdidas por meio do maquiavelismo de qualquer natureza". Assim, como nos afirma J. Herculano Pires, obra citada - página 123: "Após dois mil anos de fermentação histórica, de doloroso amadurecimento, de criminosas deformações da mensagem cristã, afinal se torna possível o restabelecimento dos ensinos fundamentais em sua pureza primitiva. De um lado, o Espírito da Verdade se apresentava aos homens, à frente de elevadas entidades espirituais, que voltavam à Terra para completar a obra do Cristo; de outro lado, Allan Kardec se colocava a postos, à frente de criaturas espiritualizadas, dispostas a colaborarem na imensa tarefa. O Céu e a Terra se encontravam e se davam as mãos. A Falange do Consolador não era apenas uma graça que descia do alto, mas também uma equipe de trabalhares humanos, que se elevava para recebê-la."

A Doutrina espírita, que nunca se apresentou como "salvacionista", chega até a nós como o Consolador Prometido para ensinar e, em ensinando, esclarecer. Revendo nossas dúvidas e dando-nos novas esperanças, eleva-nos para outros horizontes espirituais, novos patamares. A candeia é colocada sobre o alqueire e vem nos dizer, também, que temos um norte para seguir, um guia seguro, que é a moral ensinada por Cristo, pela simples razão de que não há uma outra melhor para orientar a nossa caminhada evolutiva, seja individual ou como membros atuantes da sociedade.

Aprendemos no livro A Gênese, número 42: "Demais, se se considerar o poder moralizador do Espiritismo, pela finalidade que assina a todas as ações da vida, por tornar quase tangíveis as consequências do bem e do mal, pela força moral, a coragem e as consolações que dá nas aflições, mediante inalterável confiança no futuro, pela ideia de ter cada um perto de si os seres a quem amou, a certeza de os rever, a possibilidade de confabular com eles: enfim pela certeza de que tudo aproveita ao adiantamento do Espírito, reconhece-se que o Espiritismo realiza todas as promessas do Cristo a respeito do Consolador anunciado" (...).

A certeza que deve animar os corações dos espíritas: é a de que todos os que necessitarem de consolações para suas dores, nela encontrarão arrimo;

os que desejarem um estudo sério e luz para seus intelectos, também não ficarão desabrigados, mas os que se sentirem aptos para colocarem as mãos à charrua para trabalharem em favor da benemerência, da fraternidade e da caridade em benefício de todos os que desejam e necessitam de ajuda, que comecem a trabalhar.

A misericórdia divina, que se manifesta através da natureza pelos bens que se renovam todos os dias, atinge culminâncias pela excelência encontrada na ação dos homens.

Assim, se o amor cobre uma porção de "pecados", que consolemos os corações, que procuremos amenizar as dores, que aliviemos a fome do pão ou a fome do esclarecimento, uma vez que "O conhecimento é luz acesa na noite da ignorância, clareando os rumos", assim adverte Vianna de Carvalho - obra citada. Desta forma poderemos estar ajudando a dissipar a maior chaga da humanidade - o egoísmo, "de onde deriva todo mal" uma vez que o egoísmo, como sabemos, é "incompatível com a justiça, o amor e a caridade" - (Questão: 913 do Livro dos Espíritos).

Mas se nada pudermos oferecer e o silêncio for a maior saída, há a chance, ainda, de que o exemplo seja a melhor solução.

Desta forma poderemos entender o trabalho que cada espírito podeá realizar ajudando a moldar e mudar a natureza é ao mesmo tempo transformar a si próprio.

Ao pensarmos assim, o único joio que deverá ser separado é o do desamor.

Assim sendo, não concluirmos, porque essa era exatamente a intenção:

continuarmos a acreditar que a caminhada continua e que sempre encontraremos uma lógica, uma premissa maior, um meio e um fim em todo estudo, porém jamais uma palavra final. Duvidar e buscar, sempre!

Sem ponto final...

Jorge Alexandre Saes.
Bagé/RS.
Nov. 2005.

29
JOÃO CARLOS BRUM TORRES

A DESIGUALDADE ENTRE OS HOMENS SEGUNDO ROUSSEAU: UM DOS MOMENTOS DA INTELIGÊNCIA HUMANA DE TODOS OS TEMPOS

Introdução ao “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens” Ed. LP&M – 1ª Ed. 2008

O *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* é referência fundamental para o estudo da filosofia e da história política. Escrito pelo filósofo Jean-Jacques Rousseau em 1755, o ensaio denuncia as disparidades econômicas, sociais e políticas existentes entre os homens a partir da identificação da origem da desigualdade.

Esta obra nasceu da perplexidade e do fascínio de Rousseau ao se deparar com a questão proposta pelo concurso da Academia de Dijon sobre a fonte da desigualdade humana. Na época em que foi publicado, seu estudo crítico exerceu grande influência sobre o pensamento cultural e político e inspirou os líderes da Revolução Francesa com seu entusiasmo e com a defesa apaixonada de seus ideais

Leia o artigo de João Carlos Brum Torres – professor, doutor em Ciência Política e autor do livro *Transcendentalismo e Dialética* (L&PM, 2005) – sobre o *Discurso*:

No balanço autobiográfico das *Confissões*, Rousseau relata que, em 1753, ao tomar conhecimento do programa lançado pela Academia de Dijon propondo um prêmio a quem melhor respondesse à questão sobre "qual a fonte da desigualdade entre homens e se ela é autorizada pela lei natural"[1], sentiu-se perplexo, tocado pela grandeza da questão, bem como pela ousadia da instituição que publicamente a lançara. E imediatamente acrescentou: "mas já que ela tivera essa coragem, eu bem podia ter a de discuti-la, e pus-me à obra"[2]. Foi dessa disposição que resultou sem tardança a redação do *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, conhecido como o *Segundo discurso*,[3] o qual, concluído em junho de 1754, foi publicado no ano seguinte, por Marc-Michel Rey, livreiro e editor em Amsterdã. A despeito de que o ensaio não tenha ganho o prêmio e que as atas da Academia de Dijon registrem que ele nem mesmo teve "sua leitura concluída em razão de sua extensão e de sua má tradição",[4] não há risco de exagero em afirmar que esta foi e é uma obra de importância histórica absolutamente maior, decisivamente conformadora do imaginário social moderno, referência fundamental da cultura política em que até hoje vivemos.

Com essa declaração não se faz referência a fatos como o registrado por Claude LéviStrauss, para o qual Rousseau "foi o criador da etnologia (...) ciência que ele concebeu, cuja existência desejou e que anunciou um bom

século antes que ela fizesse sua aparição no mundo".[5] Nem propriamente a avaliações como a de Cassirer de que "a doutrina de Rousseau não é objeto de mera curiosidade acadêmica", sendo antes "um meio inteiramente contemporâneo de considerar problemas", de sorte que "seu *conteúdo* não perdeu nada de sua atualidade."[6]

Na verdade, ao afirmarmos a importância absolutamente ímpar do *Ensaio* temos em vista fenômenos ideológicos de uma outra profundidade, relacionados com o papel central cumprido por esta obra com relação às duas grandes matrizes do pensamento cultural e político que vieram a constituir a dimensão crítica da época moderna. A primeira dessas matrizes é a da denúncia das desigualdades econômicas, sociais e políticas existentes entre os homens, as quais, a partir das análises apresentadas no *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade*, passaram a ser explicadas em função da problemática instituição da propriedade privada. A segunda é a antecipação do que viria a ser o pensamento crítico sobre a própria idéia de civilização, cuja expressão mais clara só viria a se consolidar bem mais tarde, quando já avançado o século XX, e que se consubstanciaria na idéia de que os progressos alcançados pelos homens ao longo do tempo, a própria civilização, por assim dizer, em si mesma e na sua dimensão mais íntima, é malignamente ambígua, portadora de uma dimensão destrutiva, que a faz perigosa e sempre virtualmente perversa.

O reconhecimento do papel decisivo do *Segundo discurso* e, em geral, da obra rousseauniana, na conformação do imaginário crítico da modernidade pode ser expresso mais diretamente se dissermos que Rousseau é o *fundador* das duas principais linhagens do pensamento crítico, que caracterizam essa época histórica. Com relação à primeira delas, basta notar a óbvia vinculação do *igualitarismo moral* do *Segundo discurso* à tradição socialista, a Babeuf,[7] a Proudhon[8] e ao dito *socialismo científico* de Marx e seus herdeiros. No segundo caso, é preciso ver que o elogio da natureza e a denúncia da *queda* moral provocada pelo surgimento da civilização – feitas tanto no texto aqui comentado, quanto no *Discurso sobre as ciências e as artes* – é a peça de abertura da tradição na qual se enquadram tanto a sombria meditação heideggeriana sobre a técnica, quanto a crítica da Escola de Frankfurt ao Iluminismo e à idéia de dominação que lhe seria inerente. Neste caso, a tese fundamental é a de que o desenvolvimento das capacidades e dos poderes técnicos inerentes à civilização se encontra na origem de um irremediável conflito entre o homem e a natureza, cujos resultados são profundamente danosos a ambos.

É claro que o reconhecimento desses antecedentes conceituais e doutrinários não implica que os pensadores que, sucedendo a Rousseau, constituíram essas duas grandes tradições do pensamento crítico se tenham limitado a repetir-lhe as análises, ou que sequer concordem com as posições de Rousseau. Na verdade, não se pode dizer nem mesmo que suas respectivas obras tenham expressamente reconhecido o legado rousseauniano, pois o que vemos no mais das vezes é antes a simples continuidade de uma mesma ordem de preocupações e de uma inspiração crítica que se mantém reconhecível a despeito das muitas modulações. No caso do marxismo, aliás, isto é bem típico, pois não obstante Engels, depois de citar longamente o *Segundo discurso*, tenha podido dizer que ali "encontramos não só uma linha de pensamento à que corresponde exatamente a desenvolvida em *O capital*, mas também toda uma série de giros dialéticos de que se vale Marx: processos por natureza antagônicos, prenhes de contradições, contendo a transmutação de um extremo em seu contrário e, finalmente, o ponto nevrálgico de toda a questão, a negação da negação"[9], a verdade é que as manifestações expressas de Marx sobre Rousseau são, no mais das vezes, sarcásticos reproches ao caráter abstrato de sua crítica à sociedade capitalista e ao que há de parcial e ilusório no programa de emancipação simplesmente política apresentado no *Contrato social*[10]. Do mesmo modo, é quase impossível encontrar entre os autores da Escola de Frankfurt, ou na obra heideggeriana, mais do que escassíssimas menções ao nome de Rousseau.Todavia, a despeito da falta de reconhecimento, a verdade é que Rousseau ocupa uma posição fundadora dentro da tradição de pensamento em que os pensadores recém aludidos se enquadram, admitam e queiram eles isso ou não.[11]

*

Pode-se dizer que os atos instituidores do que viria a ser o pensamento socialista, Rousseau os perfaz principalmente na segunda parte do *Discurso*, quando aprofunda a análise sobre as origens do que ali é designado como desigualdade *moral*, expressão que manifestamente abrange aspectos econômico-sociais, jurídicos e institucionais das diferenciações existentes entre os homens.

O procedimento analítico adotado no *Discurso* é então o de uma cuidadosa reconstituição genealógica, feita, como diz Rousseau expressamente, à distância da série de fatos históricos positivos, mas atenta à seqüência lógica das mudanças pelas quais, em tempos e lugares diversos, os homens necessariamente passaram durante o período de progresso histórico e avanço civilizacional. O que mais ressalta no desdobramento dessa operação reconstrutiva é que tais avanços e progressos estiveram sempre

inextricavelmente associados ao agravamento da monstruosa desfiguração da vida social que é a desigualdade. E esta última – entendida, como já mencionado, como desigualdade econômica, social e jurídica – é geneticamente explicada pela instituição da propriedade privada, a qual é atribuída, convém repetir, o papel determinante na constituição da história humana como um processo ao mesmo tempo materialmente exitoso e moralmente catastrófico. A frase de abertura da segunda parte do *Discurso* diz, com efeito, o seguinte:

> O primeiro que, ao cercar um terreno, teve a audácia de dizer *isto é meu* e encontrou gente bastante simples para acreditar nele foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras e assassinatos, quantas misérias e horrores teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas e cobrindo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: "Não escutem a esse impostor! Estarão perdidos se esquecerem que os frutos são de todos e a terra é de ninguém". (p. 80)

As causas, pois, de incontáveis crimes, guerras, assassinatos, misérias e horrores que desfiguram a vida em sociedade tal como a conhecemos, se encontra, diz-nos o texto, nessa instituição perigosa e letal.

Para bem avaliar o conteúdo e a importância dessa tese é preciso ter bem presente, no entanto, o estado em que, segundo Rousseau, se encontrava o homem em suas origens, antes que o progresso da civilização o tivesse precipitado nessa nova e perversa situação. A verdade, segundo a lição do *Discurso*, é que originalmente os homens eram iguais e viviam em uma situação de independência recíproca e ausência de conflitos, protegidos pela interação rara e escassa, que naturalmente os afastava dos sentimentos de autoconsideração, de estima ou desprezo pelos outros, assim como da distinção entre o meu e o teu. Em tal condição, nesse estado de natureza, explica-nos o *Discurso*, "não tendo (...) nenhuma espécie de relação moral nem deveres conhecidos, não podiam ser bons nem maus e não tinham nem vícios nem virtudes" (p. 68). Além disso, continua o texto, nesse estado primitivo o sentimento natural da piedade nos leva a "socorrer aqueles que vemos sofrer" e, assim, concorre "para a conservação mútua de toda a espécie", desse modo ocupando "o lugar das leis, dos costumes e da virtude, com a vantagem de ninguém sentir-se tentado a desobedecer à sua doce voz." (p. 72).

É, pois, esse estágio de inocência original que será rompido pela instituição da propriedade privada e da desigualdade *moral*, para usar a terminologia do *Discurso*, a qual fará com que a desigualdade *natural* de capacidades e

talentos, insignificante no primitivo estado de natureza, passe a ter enormes conseqüências para a vida social dos homens. Convém notar, porém, que a análise de Rousseau é muito menos simples do que o esquemático resumo que dela estamos a fazer pode sugerir, eis que o *Discurso* enfatiza que "a idéia de propriedade (...) não se formou de repente no espírito humano" (p. 80), devendo ser vista antes como o resultado de uma evolução histórica lenta, cuja estrutura geral a segunda parte do *Discurso* cuidará justamente de pôr à luz.

Reconstituir pormenorizadamente as análises rousseaunianas nos levaria demasiado longe, mas podemos pelo menos registrar que, provido da capacidade de aperfeiçoar-se – capacidade de resto única dentre todas as espécies que constituem o reino animal –, o homem primeiro faz de paus e pedras as primeiras armas, depois, conforme às diferenças de terras e climas, faz da coleta e da caça as supridoras de alimentos, vestes e abrigos, assim como descobre o modo de dominar o fogo. Nesse período têm lugar também os primeiros processos de colaboração que ensejaram a formação da linguagem, a colaboração em empresas como a caça coletiva, a construção de casas e, ainda, no plano psicológico, o surgimento de novos sentimentos como o amor, do qual decorrerá forçosamente a criação de novas realidades sociais, como a constituição das famílias. No início dessas transformações tem-se o que Rousseau denomina *A juventude do mundo*, época em que os inegáveis progressos e melhoras alcançados com a superação do estágio animal da humanidade primitiva, lançam, por outro lado, os germens das perversões sociais do futuro.

A entrada firme na rota de perdição só veio a ter lugar, porém, posteriormente, quando, diz Rousseau, foram deixados para trás os "trabalhos que um só podia fazer e as artes que não precisavam do concurso de várias mãos" (p. 88) e "*se percebeu que era útil a um só ter provisões para dois*". Este passo desastroso e decisivo, do qual resultou a própria instituição da propriedade privada como condicionante e base da divisão social do trabalho, a humanidade o deu, diz Rousseau, quando foram inventadas as artes da *agricultura* e da *metalurgia*, uma vez que o desenvolvimento de ambas depende da interação e da cooperação entre os homens. A calamitosa conseqüência, diz o *Discurso*, é que "o ferro e o trigo que civilizaram os homens e (...) puseram a perder o gênero humano." (p. 89)

Com efeito, prossegue a análise, "do cultivo das terras, seguiu-se necessariamente a sua divisão; e da propriedade, uma vez reconhecida, as primeiras regras de justiça. Para dar a cada um o que é seu, é preciso que cada um possa ter alguma coisa." (p. 90-91) O verdadeiro desastre só veio a

ocorrer, porém, quando, neste novo contexto moral e institucional, as desigualdades naturais entre os homens – as desigualdades de força, destreza, astúcia e inteligência – adquiriram conseqüências que no estágio anterior da história humana elas não podiam ter. Foi somente nesse novo estágio e sob essas novas condições que aqueles que a natureza melhor dotara passaram a tirar vantagem dessas diferenças até então insignificantes e passaram a acumular maiores riquezas e poderes, passando a dominar aos que, desprovidos desses acúmulos de bens, passaram a deles depender. Assinale-se que o resultado desse movimento foi, contudo, algo paradoxal, pois formou-se, assim, uma dependência *mútua*, eis que o rico passa então a ter necessidade do pobre, tanto quanto este encontra no rico o seu socorro. Em conseqüência, diz ainda o *Discurso*, é preciso que o rico procure incessantemente interessar aos pobres de modo a fazer com que estes "encontrem alguma vantagem, de fato ou aparentemente, em trabalhar para si próprio." (p. 92)

Aflito e inseguro com os inevitáveis e constantes antagonismos e confrontos decorrentes dessa nova situação, o rico, diz-nos Rousseau, concebeu então a argutíssima idéia de formação de um poder comum, cuja lógica era a de "empregar a seu favor as forças daqueles mesmos que o atacavam" (p. 95), de onde então surgiram as primeiras formações estatais, as quais embora alegadamente erguidas para defesa do interesse de todos, de fato estavam a serviço dos mais ricos e poderosos.

Ora, não precisamos continuar com a resenha das teses principais do *Discurso* para percebermos quão evidente é a continuidade que há entre essas análises rousseaunianas e o que viria a ser no futuro mais ou menos imediato a cultura e a tradição do moderno pensamento socialista e libertário. Isto quer dizer que não é preciso mais do que uma evocação curta de alguns dos principais motes e textos do *Discurso* para comprovar nossa afirmação inicial de que Rousseau ocupa uma posição fundadora com relação a primeira das vertentes críticas da cultura política moderna.

*

Resta-nos, porém, a tarefa de mostrar que também com relação à *segunda* das tradições críticas da modernidade – a que insiste no caráter perverso do conflito entre homem e natureza trazido pela civilização enquanto tal – também encontra suas raízes no pensamento de Rousseau.

Um primeiro modo de comprovar esta segunda tese pode estar simplesmente no registro, por um lado, dos elogios que Rousseau faz ao estado de natureza, à sua concepção de que ele é um estado de auto-suficiência e inocência. A

mesma idéia se encontra em suas críticas aos malefícios trazidos pelos avanços da civilização – seja os malefícios objetivos, como a competição entre os homens, a submissão de uns a outros, a exploração que vicia os processos de divisão social do trabalho e cooperação entre eles; seja os subjetivos, como os sentimentos do amor próprio, da inveja, do ciúme, da ânsia de poder, da cupidez, da dissimulação e da falsidade.</< P>

No entanto, é preciso enfatizar que Rousseau não alimenta o anelo de uma volta idílica à feliz situação de que partimos, parecendo-lhe vão todo desejo de retorno ao estado de natureza. É em uma passagem de outro dos escritos autobiográficos, de *Rousseau, juiz de Jean-Jacques*, que se encontra a formulação mais clara desse ponto:

> Mas a natureza não retroage e não voltaremos aos tempos da inocência e da igualdade uma vez que deles nos tivermos afastado[...] Assim seu [de Rousseau] propósito não era o de reconduzir nem a povos populosos, nem aos grandes Estados à sua primitiva simplicidade, mas somente o de deter, se fosse possível, os progressos daqueles cuja diminuta dimensão e circunstâncias havia preservado de uma marcha igualmente rápida para a perfeição da sociedade e para a deterioração da espécie. Estas distinções precisavam ter sido feitas e não o foram. Obstinam-se em acusá-lo de querer destruir as ciências, as artes, os teatros, as academias e de novo mergulhar o universo na barbárie dos primeiros tempos, embora ele tenha, ao contrário, insistido na conservação das instituições existentes, sustentando que a destruição delas só faria retirar os paliativos, conservando os vícios, substituindo assim o banditismo à corrupção.12 Vê-se, assim, que a crítica de Rousseau aos malefícios da civilização, não estando comprometida com nenhum projeto de retorno ao estado de natureza, nada tem de utópica. Há nela, por certo, uma espécie de lamento, conjugado, porém, com o reconhecimento do que Derrida chama a *lógica da suplência*, isto é, a idéia de que a aceleração do mal encontra seu anteparo e sua compensação na própria história.13 O que é dizer, conforme o mesmo autor, que:
>
> > A história precipita a história, a sociedade corrompe a sociedade, mas o mal que as estraga tem também sua suplência natural: a história e a sociedade produzem sua própria resistência ao abismo.14
>
> Não se tome, porém, a visão de que certos valores naturais são preservados por instrumentos institucionais que, por assim dizer, os protegem nem como um automatismo histórico, nem como uma

renúncia a um ponto de vista normativo na apreciação dos negócios humanos. Muito ao contrário, Rousseau tem a construção desses remédios não apenas como dependente da decisão e da resoluta ação dos homens, mas, ademais, como constitutivamente instáveis, sujeitos a novas quedas e perversões. Assim, para dar um único exemplo, o *contrato social* e as *leis* – se forem realizados segundo as regras e exigências que os fazem rigorosamente um contrato verdadeiramente *social* e leis que autenticamente o sejam, e não, nos dois casos, suas freqüentes contrafações – podem sim reconstituir entre os homens um sucedâneo equivalente à igualdade natural. Mas o Estado que resulta do primeiro, e que é fonte e condição das segundas, encontra-se, porém, sujeito e ameaçado pela destruição, como, aliás, Rousseau expressamente adverte no capítulo XI do Livro III do *Contrato social*, intitulado, justamente, "Da morte do corpo político".

É preciso entender, no entanto, que nem o reconhecimento da inelutabilidade da saída do estado de inocência original, nem a irreversibilidade desse processo, retiram da natureza, segundo Rousseau, a condição de referência permanente quer para a ação política dos homens, quer para o desdobramento de sua vida individual e afetiva. Neste sentido, a natureza e o natural são para Rousseau, indubitavelmente, o metro permanente com base no qual é sempre possível tomar a medida da correção e do extravio em que coletiva ou individualmente vivemos.

*

Antes de terminar esta apresentação, convém ainda alertar ao leitor deste livro extraordinário que, como diz Jean Starobinski, renomado intérprete do Discurso, Rousseau o *preludia solenemente*[15], eis que o apresenta precedido de uma *dedicatória*, de um prefácio e de um exórdio, cada qual provido de interesse próprio, mas que retardam a entrada no coração apaixonado e apaixonante do livro. Com efeito, a primeira faz o elogio à terra natal de Rousseau, a ali idealizada Genebra; o segundo apresenta a estrutura do ensaio e o método que será seguido; e por fim o exórdio ou intróito apresentará formalmente o enunciado do problema que será tratado. Este início, que parece ter sido tornado lento intencionalmente – ainda que não seja assim expressamente reconhecido –, parece, todavia, uma preparação bem adequada aos arrebatamentos que virão, às intensidades emocionais, literárias e conceituais que fizeram, que fazem e que farão deste

ensaio um dos monumentos da inteligência humana em qualquer tempo.

Maio de 2008

1. O prêmio – intitulado *Prêmio de Moral para o ano de 1753* – era de "uma medalha de ouro no valor de trinta pistolas", e "seria adjudicado a quem melhor resolvesse o problema seguinte: Qual é a fonte da desigualdade entre os homens e se ela é autorizada pela lei natural." Cf. Rousseau, *Oeuvres Complètes*, III, Paris, Gallimard, 1964, p. 1300, nota à página 129 do mesmo volume.

2. V. Jean-Jacques Rousseau, *As confissões*, tradução de Rachel de Queiroz, Atena Editora, São Paulo, 1953, vol. 2, p. 178.

3. *Segundo* em relação ao *primeiro*: o *Discurso sobre as ciências e as artes*, de 1750, que Rousseau escrevera para um outro concurso, em que fora vitorioso, também promovido pela Academia de Dijon e que tivera como questão diretriz a que interrogava "Se o restabelecimento das ciências e das artes contribuiu para melhorar os costumes".

4. O prêmio foi atribuído a François Xavier Talbert, vigário geral de Lesear. V. J.-J. Rousseau, *Obras I*, tradução de Lourival Gomes Machado, Porto Alegre, 1958, p. 148. Cf. Jean Starobinski, Introdução ao *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, in Rousseau, *Ouvres Complètes*, III, p. XLII; também em Jean Starobinski, *Jean-Jacques Rousseau – A transparência e o obstáculo*, Companhia das Letras, São Paulo, 1991, p. 288.

5. V. Claude Lévi-Strauss, *Jean-Jacques Rousseau, fondateur des sciences de l'homme*, tradução para o espanhol em Claude Lévi-Strauss, J. Derrida, M. Blanchot, L. Althusser, P. Hochart, M. Françon, M. Guéroult, J.C. Pariente, R. Colangelo, *Presencia de Rousseau*, Nueva Visión, Buenos Aires, 1972, p. 9.

4. V. *A questão de Jean-Jacques Rousseau*, in Célia Galvão Quirino e Maria Teresa Sadek R. de Souza, *O pensamento político clássico – Maquiavel Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau*, TAQ, São Paulo, 1980, p. 380.
5. François Noël Babeuf (1760-1797), conhecido pelo nome de Gracchus Babeuf, foi um jornalista que participou da Revolução Francesa. Foi executado por seu papel na Conspiração dos Iguais. Embora os termos socialismo e comunismo não existissem na

época em que viveu, eles foram usados posteriormente para descrever suas idéias.

6. Pierre-Joseph Proudhon (1809/1865) foi um publicista, economista, sociólogo e socialista francês, o primeiro a se dizer anarquista. Proudhon é célebre por sua famosa frase "a propriedade é um roubo".
7. François Noël Babeuf (1760-1797), conhecido pelo nome de Gracchus Babeuf, foi um jornalista que participou da Revolução Francesa. Foi executado por seu papel na Conspiração dos Iguais. Embora os termos socialismo e comunismo não existissem na época em que viveu, eles foram usados posteriormente para descrever suas idéias.
8. Pierre-Joseph Proudhon (1809/1865) foi um publicista, economista, sociólogo e socialista francês, o primeiro a se dizer anarquista. Proudhon é célebre por sua famosa frase "a propriedade é um roubo".
9. V. Anti-Dühring, in http://www.marxists.org/portugues/marx/1877/antiduhring/cap13.htm. (tradução modificada).
10. Cf. Galvano della Volpe, *Rousseau e Marx*, tradução para o espanhol publicada por Ediciones Martinez de Roca, Barcelona, 1969, p. 70 e *passim*. V. também Jean-Louis Lecercle, *Rousseau et Marx*, in R. A. Leigh (ed.) *Rousseau after 200 years – Proceedings of the Cambridge Bicentennial Coloquium*, Cambridge University Press, 1982, p. 67 e seg.
11. Um livro recente de Andrew Biro, intitulado ‘Desnaturalizando’ a política ecolológica: a alienação da natureza de Rousseau até a Escola de Frankfurt e além dela (Toronto UniversityPress, 2005), cuida justamente de explicitar os momentos principais dessa tradição.
12. V. J.-J. Rousseau, *Rousseau juge de Jean-Jacques*, in *Oeuvres completes de J.J. Rousseau avec les notes de tous les commentateurs / nouv. éd. ornée de quarante-deux vignettes, gravées par nos plus habiles artistes, d’après les dessins de Devéria*, Chez Dalibon Libraire, à Paris, MDCCCXXI, *Dialogues*, vol. XIX, tome II, p. 33-4, *apud* Gallica, http://visualiseur.bnf.fr/CadresFenetre?O=NUMM-205188 HYPERLINK

"http://visualiseur.bnf.fr/CadresFenetre?O=NUMM-205188&I=4&M=notice"& HYPERLINK "http://visualiseur.bnf.fr/CadresFenetre?O=NUMM-205188&I=4&M=notice"I=4 HYPERLINK "http://visualiseur.bnf.fr/CadresFenetre?O=NUMM-205188&I=4&M=notice"& HYPERLINK "http://visualiseur.bnf.fr/CadresFenetre?O=NUMM205188&I=4&M=notice"M=notice.

13. V. Jacques Derrida, *Gramatologia*, trad. de Miriam Schnaiderman e Renato Janine Ribeiro, Editora Perspectiva, São Paulo, 1973, p. 218.

14. Id.; tradução ligeiramente modificada.

15. Op. cit., LII e 295.

Fonte - http://www.lpm-editores.com.br/site/default.asp?TroncoID=805133&SecaoID=816261&SubsecaoID=935305&Template=../artigosnoticias/user_exibir.asp&ID=836492

30

REINALDO AZEVEDO

QUE FALTA FAZ UM VOLTAIRE

"O socialismo acabou, sim. Então vamos lá: 'Abaixo o socialismo!'. Porque ele sobreviveu nas mentalidades e ainda oprime o cérebro dos vivos com o peso de seus milhões de mortos. O século passado viu nascer e morrer esse delírio totalitário"

Falei outro dia a estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Um deles, militante socialista, antiimperialista, favorável ao bem, ao justo e ao belo, um verdadeiro amigo do povo (por alguma razão, ele acha que eu não sou), tentou esfregar Rousseau (1712-1778) na minha cara como exemplo de filósofo preocupado com o bem-estar do homem. "Justo esse suíço que não cuidava nem dos próprios filhos, entregando-os todos a asilos

de crianças?", pensei. O sujeito amava demais a humanidade para alimentar as suas crias. "O que será que alguns mestres andam dizendo nas escolas?" Já participei de outros eventos assim. A expressão do momento, nas universidades, é resistir à "colonização promovida pelo mercado". A maioria silenciosa não dá bola pra essa besteira. A minoria barulhenta vai à guerra. O conceito é curioso porque faz supor que possamos ser caudatários, então, de uma cultura autóctone, de um nativismo pré-mercado ou de um tempo edênico em que o mundo não havia sido ainda corrompido.

A pauta de contestação varia pouco. Que importa se Israel é a única democracia do Oriente Médio? A justiça, sem matizes, estará sempre com os palestinos. O terrorismo islâmico assombra o planeta e obriga os regimes democráticos a uma vigilância que testa, muitas vezes, seus próprios fundamentos? A culpa cabe ao "fundamentalismo cristão" de George W. Bush, com sua "guerra ao terror". As Farc seqüestram e matam? É preciso eliminar a influência que os EUA exercem na América do Sul. O crime assombra a vida cotidiana dos brasileiros? O país precisa é de menos cadeias e mais escolas, como se fossem categorias permutáveis. Existe remédio para a tal "injustiça social"? Claro! Responda-se com a estatização dos pobres. A Terra está derretendo? É preciso pôr fim ao neoliberalismo. Sem contar os malefícios da imprensa burguesa...

Agora sei. É tudo culpa de Rousseau e do seu Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens. Quem melhor comentou a obra, numa cartinha enviada ao próprio autor, foi Voltaire (1694-1778), pensador francês: "Quando se lê o seu trabalho, dá vontade de andar sobre quatro patas". Este sabia das coisas. Descobriu a "força da grana – e da liberdade – que ergue e destrói coisas belas". Está claro nos textos de Cartas Inglesas. E, à diferença do outro, não dava muita pelota pra esse papo de "igualdade".

Algumas normalistas de meias três-quartos do articulismo pátrio diriam que Voltaire era um malcriado. Onde já se viu tratar daquele jeito um senhor que só pensava no bem da humanidade? Afinal, o que ele queria? Ora, todos cedemos um pouquinho aos interesses coletivos e seremos felizes. Não sou Voltaire: minhas ambições e meu nariz são menos proeminentes, mas noto o convite permanente para que passemos a nos deslocar sobre quatro patas. Na prática, o iluminismo anglo-saxão venceu: a força da grana erigiu cidades, catedrais, civilizações e fez vacinas. O discurso da igualdade, quando aplicado, produziu uma impressionante montanha de mortos. Mas vejam que coisa: é Rousseau quem está em toda parte, reciclado pela bobajada do marxismo, que tentou lhe emprestar o peso de uma ciência social.

O que isso quer dizer na história das mentalidades? O socialismo perdeu o grande confronto da economia e desabou sobre a cabeça dos utopistas, mas as esquerdas têm vencido a guerra da propaganda cultural, impondo a sua agenda, aqui e em toda parte. Dominam o debate público e, pasmem!, foram adotadas pelo capital. Estão incrustadas, como se sabe, nas universidades e nos aparelhos do estado, mas também nas grandes empresas, que financiam institutos culturais e ONGs dedicados a preservar as árvores, as baleias, as tartarugas, a arte e, às vezes, até as criancinhas. De quebra, também nos convidam a ser tolerantes com o que nos mata.

São todos, de fato, "progressistas", filhos bastardos do suíço vagabundo. Eu, um "reacionário", um tanto voltairiano, embora católico, pergunto aos meus botões: um banco não é mais "humanista" quando oferece crédito e spread baratos do que quando se propõe a salvar o planeta? Na propaganda da TV, a mineradora parece extrair do fundo da terra mais sentenças morais do que ferro, mais poesia e idéias de "igualdade" – esta droga perigosa – do que minério. Escondam o lucro! Ele continua a ser um anátema, um pecado social e uma evidência de mau-caratismo. O lucro leva pau até em roteiro de Telecurso 2º Grau. Aposto que boa parte dos nossos universitários, a pretensa elite intelectual brasileira, acredita que as vacinas nascem do desejo de servir, não da pesquisa financiada pela salvadora cupidez da indústria farmacêutica.

O socialismo acabou, sim. Então vamos lá: "Abaixo o socialismo!". Porque ele sobreviveu nas mentalidades e ainda oprime o cérebro dos vivos com o peso de seus milhões de mortos. O século passado viu nascer e morrer esse delírio totalitário. Seu marco anterior importante é a Revolução Francesa, mas sua consolidação se deu com a Revolução Russa de 1917, que ousou manipular a história como ciência da iluminação. A liberdade encontrou a sua tradução nos campos de trabalhos forçados, com a população de prisioneiros controlada por uma caderneta ensebada que o ditador soviético Josef Stalin (1879-1953) levava no bolso. A igualdade mostrou-se na face cinzenta da casta dos privilegiados do regime. A fraternidade converteu os homens em funcionários do partido prontos a delatar os "inimigos do estado e do povo". A utopia humanista vivida como pesadelo impôs-se pelo horror econômico e acabou derrotada pelo inimigo contra o qual se organizou: o mercado. Mas, curiosamente, sobreviveu como um alucinógeno cultural.

De que "socialismo" falo aqui? É claro que o modelo que se apresentava como "a" alternativa não-capitalista de organização da sociedade desapareceu. E a China é a prova mais evidente de sua falência – do modelo original, o país conservou apenas a ditadura do partido único. O livro O Fim da História e o Último Homem, do historiador americano Francis Fukuyama, já se tornou

um clássico do registro desse malogro. Demonstrou-se a falência teórica e prática de um juízo sobre a história: aquele segundo o qual o macaco moral que fomos nos tempos da coleta primitiva encontraria o estágio final de sua sina evolutiva no bom selvagem socialista, de espinha ereta, pensamentos elevados e apetites controlados pela ética coletiva.

De fato, os donos das minas de carvão (que seres desprezíveis!), os mercadores cúpidos, os colonizadores e até seus sicários, toda essa gente acabou, mesmo sem saber, civilizando o mundo. Felizmente, o homem não é bom. A sociedade, por meio dos valores, é que ajuda a controlar os seus maus bofes. Estamos falando de duas visões distintas de mundo. Uma supõe uma religião em que o deus único é o estado; o bem alcançado é diretamente proporcional à redução do arbítrio individual: menos alternativas, menos probabilidade de erro. E a outra acolhe a vontade do sujeito como motor da transformação do mundo, respeitadas algumas regras básicas de convivência. Atenção: a democracia moderna nasce dessa vertente, não da outra, semente dos dois grandes totalitarismos do século passado: fascismo e comunismo.

É o modelo de proteção às liberdades individuais, sem as quais inexistem liberdades públicas, que nos faculta o direito de criticar o nosso próprio modelo. Não obstante, as causas influentes, reparem, piscam um olho ora para utopias regressivas, ora para teorias que nos convidam a entender os facínoras segundo a particularíssima visão de mundo dos... facínoras! É a forma que tomou a militância de esquerda, que nos convida a resistir à "colonização promovida pelo mercado".

Tomem cuidado com os militantes da "igualdade" e da "justiça social". Toda crença tem um livro de referência. Esta também. Além de ter sido escrito com o sangue de muitos milhões, só se pode lê-lo adequadamente sobre quatro patas.

31
PETER PÁL PELBART

BIOPOLÍTICA

Eu queria dizer duas palavrinhas antes de começar a abordar o tema ao qual eu me propus. Filosofia é uma matéria volátil, impalpável, mas que afeta o corpo e o pensamento.

Eu vou seguir aqui um trajeto que eu elaborei. Nem tudo vai ser compreensível,nem tudo vai ser entendível, e isso não tem a menor

importância. Então vocês podem surfar à vontade naquilo que forem ouvindo, podem se conectar com algumas coisas e se desconectar de outras.

Serei fiel aqui a uma concepção de Gilles Deleuze, que dizia que dar uma aula é algo como pôr em movimento uma matéria esquisita, a matéria pensamento. Mas obviamente nem tudo interessa a todos, e cada um leva o que lhe servir, o que lhe interessar. Há alunos, dizia ele, que nos cursos dele dormiam por meses a fio. E de repente, chegava o conceito de que eles necessitavam.

Eles despertavam. Era o conceito despertador. Então, sintam-se à vontade para levar daqui o que lhes interessar, e o resto deixem cair... Podem até se embalar na sonolência, se quiserem.

Eu queria então lhes falar da relação entre poder e vida. E sobretudo em duas direções principais, que a meu ver caracterizam o contexto contemporâneo. Por um lado haveria hoje uma tendência que poderia ser formulada como segue: o poder tomou de assalto a vida. Isto é, o poder penetrou todas as esferas da existência, e as mobilizou inteiramente, e as pôs para trabalhar.

Desde os genes, o corpo, a afetividade, o psiquismo, até a inteligência, a imaginação, a criatividade. Tudo isso foi violado, invadido, colonizado; quando não diretamente expropriado pelos poderes. Mas o que são os poderes?

Digamos, para ir rápido, com todos os riscos de simplificação: as ciências, o capital, o Estado, a mídia etc.

Os mecanismos diversos pelos quais se exercem esses poderes são anônimos, esparramados,flexíveis. O próprio poder se tornou pósmoderno.

Isto é, ondulante, acentrado (semcentro), em rede, reticulado, molecular. Com isso, o poder, nessa sua forma mais molecular, incide diretamente sobre as nossas maneiras de perceber, de sentir, de amar, de pensar, até mesmo de criar.

Se imaginávamos, algumas décadas atrás,ter espaços preservados da ingerência direta dos poderes, por exemplo, o corpo, o inconsciente,ou a natureza, e tínhamos com isso a ilusão de preservar nessas esferas alguma autonomia em relação aos poderes, hoje nossa vida parece integralmente submetida a esses mecanismos de modulação da existência. Até mesmo o sexo, a linguagem, a comunicação, a vida onírica, mesmo a fé, nada disso preserva já qualquer exterioridade em relação aos mecanismos de controle e de monitoramento.

Para resumi-lo numa frase simples: o poder já não se exerce desde fora, desde cima, mas sim como que por dentro, ele pilota nossa vitalidade social de cabo a rabo. Já não estamos às voltas com um poder transcendente,

ou mesmo com um poder apenas repressivo, trata-se de um poder imanente, trata-se de um poder produtivo. Este poder sobre a vida, vamos chamar assim, biopoder, não visa mais, como era o caso das modalidades anteriores de poder, barrar a vida, mas visa encarregar-se da vida, visa mesmo intensificar a vida, otimizá-la. Daí também nossa extrema dificuldade em resistir. Já mal sabemos onde está o poder e onde
estamos nós.

O que ele nos dita e o que nós dele queremos.

Nós próprios nos encarregamos de administrar nosso controle, e o próprio desejo já se vê inteiramente capturado. Nunca o poder chegou tão longe e tão fundo no cerne da subjetividade e da própria vida, como nessa modalidade contemporânea do biopoder.

É onde intervém um segundo eixo que seria preciso evocar. Sobretudo em alguns autores que eu vou mencionar ao longo da minha fala, provenientes de um movimento chamado "Autonomia Italiana". Eu resumo este eixo da seguinte maneira: quando, como diz o rap, parece que "tá tudo dominado", no extremo da linha se insinua uma reviravolta. Aquilo que parecia submetido, controlado, dominado, isto é, a vida, revela, no processo mesmo de expropriação, sua potência indomável.

Tomemos um exemplo: o capital hoje precisa não mais, como há décadas atrás, de músculos e de disciplina. Ele precisa de inventividade, de imaginação, de criatividade. Ele precisa do que se poderia chamar da força-invenção das pessoas. Esta força-invenção de que o capitalismo se apropria e que ele faz render em seu benefício próprio, essa força-invenção não emana do capital. E no limite pode até prescindir dele. É o que se vai constatando aqui e ali. A verdadeira fonte de riqueza hoje é a inteligência das pessoas, é a sua criatividade, é a sua afetividade. E tudo isso pertence, como é óbvio,a todos e a cada um. Essa potência de vida disseminada por toda parte nos obriga a repensar os próprios termos da resistência hoje.

Poderíamos resumir este movimento do seguinte modo: ao poder sobre a vida responde a potência da vida. Mas esse responder não significa uma reação, já que o que se vai constatando cada vez mais é que essa potência de vida já estava lá e por toda a parte, desde o início. A vitalidade social, quando iluminada pelos poderes que a pretendem vampirizar, aparece subitamente na sua primazia ontológica. Aquilo que parecia inteiramente submetido ao capital, ou reduzido a mera passividade, isto é, a vida, aparece agora como um reservatório inesgotável de sentido, como um manancial de formas de existência,como um germe de direções que extrapolam,e muito, as estruturas de comando e os cálculos dos poderes constituídos.

Seria o caso então de percorrer essas duas vias maiores, como numa fita de Moebius, o biopoder e a biopotência.

O poder sobre a vida e as potências da vida. São como o avesso um do outro. Se você seguir em linha reta você chega ao outro e vice-versa. E a gente poderia, para testar essa hipótese, tomar algo que hoje em dia é cada vez mais essencial, a saber, o corpo. Tanto o biopoder como a biopotência passam necessariamente,e hoje antes do que nunca, pelo corpo.

Então vou trabalhar três modalidades de vida, isto é, três conceitos de vida acompanhados de sua dimensão corporal correspondente, percorrendo, assim, de um lado a outro, essa banda de Moebius, esse poder sobre a vida e o poder e a potência da vida.

Eu então vou começar pelo mais extremo:o mulçumano. Vou retomar brevemente uma descrição feita por um filósofo italiano contemporâneo chamado Giorgio Agamben. O autor acompanha aqueles que, num campo de concentração,durante a Segunda Guerra Mundial, recebiamessa designação terminal de mulçumano.O que era um muçulmano, ou a quem se chamava de mulçumano num campo de concentração nazista? Era o cadáver ambulante, era uma reuniãode funções físicas nos seus últimos sobressaltos. Era um morto vivo, o homem-múmia, o homemconcha. Encurvado sobre si mesmo, este ser bestificado, sem vontade, tinha o olhar opaco, a expressão indiferente, a pele cinza pálida,fina e dura como papel, que já começava a descascar,tinha a respiração lenta, a fala muito baixa e feita a um grande custo. O mulçumano era o detido, que havia desistido de viver. Indiferente a tudo que o rodeava, exausto demais para compreender aquilo que o esperava em breve, a saber, a morte. Essa vida não humana já estava excessivamente esvaziada para que pudesse sequer sofrer. Por que mulçumano, já que se tratava sobretudo de judeus? Porque o mulçumano entregava sua vida ao destino conforme uma imagem simplória e totalmente equivocada sobre um suposto fatalismo islâmico.

Quando a vida era reduzida ao contorno de mera silhueta, como diziam nazistas ao se referirem aos prisioneiros, eles os chamavam de Figuren. Figuras, manequins. Quando a vida é reduzida a isso, aparece a perversão de um poder que não elimina o corpo. Mas o mantém numa zona intermediária entre a vida e a morte. Entre o humano e o inumano. É o sobrevivente.

O biopoder contemporâneo, conclui Giorgio Agamben, reduz a vida à sobrevida, reduz vida à sobrevida biológica, produz sobreviventes.

De Guantánamo à África isso se confirma a cada dia. Ora, quando cunhou o termo biopoder, Michel Foucault tratava de descriminá-lo, esse

biopoder, de um regime anterior denominado soberania. O que era o regime de soberania?

Consistia em fazer matar e deixar viver os demais. Cabia ao soberano a prerrogativa de matar de maneira espetacular os que ameaçassem o seu poderio, e cabia ao soberano deixar viver os demais.

Já no contexto biopolítico surge uma nova preocupação, segundo Foucault. Não cabe ao poder fazer morrer, mas sobretudo fazer viver, isto é, cuidar da população, da espécie, dos processos biológicos, cabe ao poder otimizar a vida. Gerir a vida em todas as suas dimensões, mais do que exigir a morte. Assim, se o poder,num regime de soberania, consistia num mecanismo de supressão, de extorsão, seja da riqueza,do trabalho, da força, do sangue, culminando com o privilégio de suprimir a própria vida, no regime subseqüente de biopoder ele passa a funcionar na base da incitação, do reforço, da vigilância, visando a otimização das forças vitais que ele submete. Ao invés então de fazer morrer e deixar viver, trata-se de fazer viver e deixar morrer. O poder investe a vida, não mais a morte. Daí porque se desinvestiu tanto a própria morte, que antes era ritual, espetacular e hoje é anônima, insignificante.

Claro que o nazismo consiste num cruzamento extremo entre soberania e biopoder, ao fazer viver ao máximo a raça ariana e ao fazer morrer ao máximo as raças ditas inferiores, um em nome do outro. Mas, segundo Giorgio Agamben, o poder contemporâneo já não se incumbe nem de fazer viver, como postulava Foucault, nem de fazer morrer, como antigamente era a incumbência do regime de soberania.

Mas o biopoder contemporâneo, o poder sobre a vida, faz sobreviventes, cria sobreviventes e produz sobrevida – é a produção da sobrevida. O biopoder contemporâneo teria essa incumbência, de produzir um espaço de sobrevida biológica, reduzir o homem a essa dimensão residual, não humana, vida vegetativa,que o mulçumano por um lado, no caso dos campos de concentração nazistas, ou os neomortos das salas de terapia intensiva, quando se quer prolongar a qualquer custo a vida, mesmo que seja uma vida absolutamente impotente,encarnam.

A sobrevida é a vida humana reduzida ao seu mínimo biológico, é a vida sem forma, reduzida ao mero fato biológico.

É o que Agamben chama de vida nua. Mas engana-se quem apenas vê vida nua na figura extrema do mulçumano, sem perceber o mais assustador: de certa maneira, somos todos mulçumanos.

Eu me explico: Bruno Betteheim, um psicanalista conhecido que trabalhou com autistas, foi sobrevivente do campo de concentração na Alemanha chamado Buchenwald. E quando descreve o comandante do

campo de concentração, ele o qualifica como uma espécie de mulçumano.Bem alimentado e bem vestido. Ora, como é possível? O carrasco é ele também um cadáver vivo, habitando essa zona intermediária entre o humano e o inumano. Essa máquina biológica desprovida de sensibilidade e de excitabilidade nervosa. A condição de sobrevivente, de mulçumano, é um efeito generalizado do biopoder contemporâneo. Ele não se restringe aos regimes totalitários, ele inclui plenamente a democracia ocidental, a sociedade de consumo, o hedonismo de massa, a medicalização da existência.

Em suma, a abordagem biológica da vida em uma escala ampliada.

Eu vou tomar um exemplo muito específico para ilustrar isso que eu estou dizendo. O superinvestimento do corpo que caracteriza a nossa atualidade. Desde algumas décadas, o foco do sujeito se deslocou da intimidade psíquica para o próprio corpo. Hoje, o eu é o corpo. A subjetividade foi reduzida ao corpo.A sua aparência, a sua imagem, a sua performance, a sua saúde, a sua longevidade. O predomínio da dimensão corporal na constituição identitária, permitiria falar, segundo o filósofo espanhol radicado no Rio de Janeiro, Francisco Ortega, numa bioidentidade.

É verdade que já não estamos diante de um corpo docilizado pelas instituições disciplinares, como há cem anos atrás; o corpo da fábrica, ou o corpo do exército,ou o corpo da escola.

Já não é esta disciplina panóptica. Agora cada um de nós se submete voluntariamente a uma espécie de ascese, seguindo ora um preceito científico, ora um preceito estético. É o que o Ortega chama de bioascese.

Por um lado trata-se de adequar o corpo às normas científicas da saúde: longevidade,equilíbrio. Por outro, trata-se de adequar o corpo às normas da cultura do espetáculo, conforme o modelo da celebridade. Essa obsessão pela perfectibilidade física, com as infinitas possibilidades de transformação anunciadas pelas próteses genéticas, químicas, eletrônicas ou mecânicas; essa compulsão do eu para causar o desejo do outro por si mediante a idealização da imagem corporal, mesmo que isso custe o bem estar do sujeito, mesmo que isso o mutile, substitui facilmente a satisfação erótica por uma espécie de mortificação auto-imposta. O fato é que nós abraçamos voluntariamente essa tirania da corporeidade perfeita, em nome de um gozo sensorial, cuja imediaticidade torna ainda mais surpreendente o seu custo em sofrimento.

A bioascese é um cuidado de si, mas diferentemente dos antigos, cujo cuidado de si visava a bela vida, e que Foucault até chamava de estética da existência, o nosso cuidado de si visa o corpo, sua longevidade.

Eu não hesitaria em chamar a isso tudo,nas condições moduláveis da coerção contemporânea,de um corpo fascista.

Ou seja, diante de um modelo inalcançável de perfeição, que nem sequer as celebridades conseguem sustentar, diante deste modelo que paira sobre todos nós como uma obrigatoriedade, boa parcela da população é lançada numa condição de inferioridade sub-humana. Estamos todos aquém deste modelo. Que além do mais, o corpo tenha se tornado também um pacote de informações,um reservatório genético, isso tudo só vem reforçar e fortalecer os riscos de eugenia.

Estamos às voltas, em todo caso, com o registro de uma vida biologizada, reduzidos ao mero corpo, do corpo excitável ao corpo manipulável, do corpo espetáculo ao corpo auto-modulável: é o domínio da vida nua.

Continuamos na esfera da sobrevida, da produção maciça de sobreviventes, no sentido amplo do termo, mesmo que os sobreviventes sejam de classe média ou alta, ou no extremo luxo do consumo.

Eu poderia ampliar um pouco agora essa noção de sobrevivente. Na sua ánalise do 11 desetembro, o filósofo esloveno Slajov Zizek contestou o adjetivo "covardes" imputado aos terroristas que perpetraram o atentado contra as torres gêmeas. Afinal, dizia Zizek, eles não tiveram medo da morte, contrariamente a nós ocidentais, que não só prezamos a vida, como se alega, mas queremos preservá-la a todo custo,prolongá-la ao máximo, seja que vida for; nós somos escravos da sobrevivência. Essa nossa cultura visa sobretudo isto, sobrevivência, pouco importa a que custo. E Zizek deu a este contexto o nome de sobrevivencialismo. Somos os últimos homens de Nietzsche, que não querem perecer, que prolongam sua agonia imersos na estupidez dos prazeres diários.

É o Homo otarius.

A pergunta de Zizek é a seguinte, e é a pergunta que ele retoma a São Paulo – não a cidade,mas ao santo: "quem está realmente vivo hoje?".

E Zizek acrescenta: "e se só estivermos realmente vivos se nos comprometermos com uma intensidade excessiva, que nos coloca além da vida nua?" Zizek pergunta: "e se ao nos concentrarmos na simples sobrevivência mesmo quando ela é qualificada como uma vida boa, se quando nós privilegiamos apenas a sobrevivência o que realmente perdermos for a própria vida?"

Ele ainda acrescenta: "e se o terrorista suicida palestino, a ponto de explodir a si mesmo e aos outros, estiver no sentido enfático, mais vivo do que nós?" E ele continua, num comentário totalmente provocativo: "será que não vale mais um histérico verdadeiramente vivo no questionamento permanente da própria existência, do que um obsessivo que evita acima de tudo que algo lhe aconteça, que escolhe a morte em vida?". Claro que não se

trata de nenhuma conclamação ao terrorismo, nem de elogio algum ao terrorista, mas sim de uma crítica caústica ao que este filósofo esloveno chamou de postura sobrevivencialista pós-metafísica dos últimos homens. É uma crítica a este espetáculo anêmico da vida se arrastando como uma sombra de si mesma, nesse contexto biopolítico em que almejamos uma existência asséptica, indolor,prolongada ao máximo, onde até os prazeres são controlados e artificializados: café sem cafeína,cerveja sem álcool, sexo sem sexo, guerra sem baixas, política sem política. É a realidade virtualizada. Para Zizek, morte e vida designam não fatos objetivos, mas posições subjetivas existenciais.

E neste sentido, ele brinca com a idéia provocativa de que haveria mais vida do lado daqueles que, de maneira frontal, numa explosão de gozo, reintroduziram a dimensão de absoluta negatividade em nossa vida diária, com o 11 de setembro.

Haveria mais vida do lado daqueles do que dos últimos homens. Todos nós que arrastamos nossa sombra de vida como mortos vivos, como zumbis pós-modernos.

O autor chama a atenção para a paisagem de desolação contra a qual vem inscrever-se tal ato, como o atentado contra as torres gêmeas. E, sobretudo, para o desafio de se repensar hoje o próprio estatuto do acontecimento, em suma, da gestualidade política num momento em que a vitalidade parece ter migrado para o lado daqueles que, numa volúpia de morte, souberam desafiar o nosso sobrevivencialismo exangue.

Seja como for, poderíamos dizer que na pós-política espetacularizada, e com o respectivo seqüestro da vitalidade social, estamos todos reduzidos ao sobrevivencialismo biológico. Estamos todos à mercê da gestão biopolítica, cultuando formas-de-vida de baixa intensidade,submetidos à mera hipnose, mesmo quando essa anestesia sensorial é travestida de hiper-excitação.

É a existência de cyber zumbis, pastando mansamente entre serviços e mercadorias,como dizia Gilles Châtelet num livro esplêndido intitulado Viver e pensar como porcos. Vamos dar o nome a este tipo de vida no português bem claro: vida besta. Vida besta é esse rebaixamento global da existência, é essa depreciação da vida, é sua redução à vida nua, à sobrevida, é esse estágio último do niilismo contemporâneo.

A essa vida sem forma do homem comum,nas condições do niilismo contemporâneo,uma revista francesa chamada Tikkun deu o nome de Bloom. Este é o nome de um personagem do escritor James Joyce. Inspirada nesse personagem, essa revista criou um tipo.

Bloom seria um tipo humano recentemente aparecido no planeta e que designa essas existências brancas, presenças indiferentes, sem espessura, o

homem ordinário, anônimo; talvez agitado quando tem a ilusão de que com isso poderia encobrir o tédio, a solidão, a separação,a incompletude, o nada. Bloom designa essa tonalidade afetiva que caracteriza a nossa época.

Essa tonalidade de decomposição niilista, o momento em que vem à tona o que se realiza em estado puro, o fato metafísico de nossa estranheza e de nossa inoperância.

Para além ou para aquém de todos os nossos problemas sociais de miséria, precariedade, desemprego etc.Bloom é a figura que representa a morte do sujeito e a morte do seu mundo, onde tudo flutua na indiferença sem qualidades, em que ninguém mais se reconhece, na trivialidade do mundo de mercadorias infinitamente intercambiáveis e substituíveis. Pouco importam os conteúdos de vida que se alternam e que cada um visita em seu turismo existencial,o Bloom é já incapaz de alegria assim como de sofrimento, ele é um analfabeto das emoções de que ele recolhe apenas ecos difratados.

Quando a vida é reduzida à vida besta em escala planetária, quando o niilismo se dá a ver de maneira tão gritante em nossa própria lassidão, nesse estado hipnótico consumista do Bloom ou do Homo Otarius, cabe perguntar o que poderia ainda sacudir de tal estado de letargia.

E cabe perguntar se a catástrofe não estaria aí instalada cotidianamente, no nosso niilismo do dia-a-dia.

O mais sinistro dos hóspedes, diria Nietzsche, ao invés de ser a catástrofe, é a erupção súbita de um ato espetacular. O que poderia então sacudir-nos de tal estado de letargia,de lassidão, de esgotamento? Há uma belíssima definição beckettiana sobre o corpo, dada por um jovem filósofo francês chamado David Lapoujade:

“Somos como personagens de Beckett, para os quais já é difícil andar de bicicleta, depois difícil andar, depois difícil simplesmente se arrastar e depois difícil de permanecer sentado."

Mesmo nas situações cada vez mais elementares que exigem cada vez menos esforço, o corpo não agüenta mais. Tudo se passa como se ele não pudesse mais agir, não pudesse mais responder.

O corpo é aquele que não agüenta mais. É uma definição do corpo. O que é o corpo? É aquele que não agüenta mais. Como assim? O que será que o corpo não agüenta mais? O corpo não agüenta mais tudo aquilo que o coage, por fora e por dentro.

Por exemplo, o corpo não agüenta mais o adestramento civilizatório que por milênios se abateu sobre ele, como Nietzsche o mostrou exemplarmente em Para a genealogia da moral. Ou mais recentemente, o sociólogo Norbert Elias, quando descreveu de que modo aquilo que chamamos de civilização é resultado de um progressivo silenciamento do corpo; dos seus ruídos,

impulsos, movimentos, arrotos, peidos etc. Mas também o que o corpo não agüenta mais é a docilização que lhe foi imposta pelas disciplinas nas fábricas, nas escolas, nos exércitos, nas prisões, nos hospitais, pela máquina panóptica.

E tendo em vista o que dissemos recentemente, o que o corpo não agüenta mais é a mutilação biopolítica, a intervenção biotecnológica, a modulação estética, a digitalização bioinformática do corpo, o seu entorpecimento nesse hedonismo. Em suma, num sentido muito amplo, o que o corpo não agüenta mais é a mortificação sobrevivencialista. Seja em um estado de exceção, como num campo de concentração,seja na banalidade cotidiana, como em um shopping center das nossas cidades.

O mulçumano, o cyber zumbi, o corpo espetáculo, a gorda saúde dominante, o Bloom,por extremas que pareçam suas diferenças, todas ressoam nesse efeito anestésico e narcótico,configurando a impermeabilidade de um corpo blindado, conforme a belíssima expressão do escritor Juliano Pessanha. O nosso seria um corpo blindado.

Diante disso, seria preciso retomar o corpo naquilo que lhe é mais próprio, na sua dor,no encontro com a exterioridade, na sua condição de corpo afetado pelas forças do mundo e capaz de ser afetado por elas. Seria preciso retomar o corpo na sua afectibilidade, no seu poder de ser afetado e de afetar. Como observa Bárbara Stiegler, já em Nietzsche um sujeito vivo era principalmente isso, um corpo que sofre de suas aflições, de seus encontros, da alteridade que o atinge, da multidão de estímulos e de excitações, que lhe cabe selecionar, evitar, escolher, acolher.

Nessa linha, também Deleuze insiste: um corpo não cessa de ser submetido aos encontros,com a luz, o oxigênio, os alimentos, os sons, as palavras cortantes. Um corpo é primeiramente encontro com outros corpos.

Um corpo é primeiramente poder de ser afetado, mas não por tudo e nem de qualquer maneira, como quem deglute e vomita tudo com seu estômago fenomenal,na pura indiferença de quem nada abala.

Como então preservar a capacidade de ser afetado, se não através de certa permeabilidade,de certa passividade até, de uma certa fraqueza.

Eu vou fazer uma pergunta absurda: como ter a força de estar à altura de sua própria fraqueza,ao invés de permanecer na fraqueza de cultivar apenas a força?

O autor polonês chamado Gombrowicz se referia a um inacabamento próprio à vida, ali onde a vida se encontra em seu estado embrionário, onde a forma ainda não pegou inteiramente.

E a atração irresistível que exerce esse estado de imaturidade, onde está preservada a liberdade de seres ainda por nascer. Será possível dar

espaço, em nossa vida, a tais seres ainda por nascer, num corpo excessivamente musculoso, em meio a uma atlética auto-suficiência, demasiadamente excitada, plugada, perfectível?

Talvez por isso tantos personagens literários, que vão desde Bartleby até o artista da fome de Kafka, precisem um pouco de imobilidade, de palidez, de esvaziamento, para dar passagem a outras forças que um corpo excessivamente blindado não permitiria.

Então a pergunta é: como dar passagem a estas forças num corpo que não seja justamente blindado, atlético, perfeito? Às vezes é inclusive preciso criar uma espécie de corpo morto para que essas outras forças atravessem o corpo. Por exemplo, José Gil, que é um filósofo português interessantíssimo, observou o processo através do qual, na dança contemporânea, o corpo se assume como um feixe de forças, ele desinveste os seus órgãos. É um corpo que pode ser como que esvaziado, roubado de sua alma, diz José Gil, para poder então ser atravessado pelos fluxos mais exuberantes de vida. É aí que esse corpo, que já é um corpo sem órgãos, constitui ao seu redor um domínio intensivo, uma nuvem virtual, uma espécie de atmosfera afetiva, com a sua densidade, textura, viscosidade própria, como se o corpo exalasse e liberasse forças inconscientes que circulam à flor da pele, projetando em torno de si uma espécie de sombra branca. Tudo isso é muito enigmático. Mas é a dança contemporânea pelos olhos do José Gil.

Essa produção de sombra branca em torno de um corpo destituído de seus órgãos, um corpo tornado feixe de forças.

Eu não posso me furtar à tentação de pelo menos mencionar essa experiência que eu coordeno há dez anos, que é a Companhia Teatral Ueinzz, com ditos usuários de saúde mental.

E entre alguns destes atores nós reencontramos essas posturas como que extraviadas, inumanas, disformes; rodeados de sua sombra branca, ou imersos numa espécie de zona de opacidade ofensiva. O corpo aparece aí como sinônimo de certa impotência, mas é aqui que se precisa pensar nessa virada. É dessa impotência que ele extrai uma potência superior. Como pensar conjuntamente certa impotência, e essa potência superior extraída dessa impotência?

Eu gostaria então de retomar uma idéia que é de Gilles Deleuze, no artigo último que ele escreveu, chamado Imanência, uma vida.

Ele quer falar da vida, e menciona a noção de uma vida. E ele dá o exemplo do que é uma vida, extraído de um conto de Charles Dickens.

Tem um canalha chamado Riderhood, que está prestes a morrer num quase afogamento. E neste momento, ele libera uma centelha de vida dentro dele, que parece ser separada do canalha que ele é. E todos à sua volta

subitamente se compadecem, por mais que o odeiem. Eis aí o que Deleuze chama de uma vida. É puro acontecimento, em suspensão, impessoal, singular. Uma vida está para além do bem e do mal. Deleuze chega a dizer, é uma espécie de beatitude.

Outro exemplo, os recém nascidos, que em meio aos sofrimentos são atravessados pelo que Deleuze chama de uma vida, uma vidaimanente, que é pura potência, apesar de ser tão impotente. Também o bebê, como o moribundo, é atravessado por uma vida. E assim define Deleuze: "Querer viver obstinado, cabeçudo, indomável, diferente de qualquer vida orgânica.

Com a criança maior já se tem uma relação pessoal orgânica, mas não com o bebê, que concentra em sua pequenez a energia suficiente para arrebentar os paralelepípedos. Com um bebê só se tem relação afetiva, vital, pois o bebê é sede irredutível das forças, a prova mais reveladora das forças." É como se Deleuze perscrutasse um aquém do corpo empírico ou da vida individual, é como se ele não só buscasse em Kafka, Lawrence, em Artaud, em Nietzsche, mas ao longo de toda a sua obra, aquele limiar vital e virtual, a partir do qual todos os lotes repartidos pelos deuses ou homens giram em falso e derrapam, já não pegam. É esse limiar entre a vida e a morte, entre o homem e o animal, entre a loucura e a sanidade, onde nascer e perecer se repercutem mutuamente, é essa uma vida que põe em xeque todas as divisões legadas pela tradição, e indica o que Deleuze pode chamar de uma vida.

Como diferenciar a decomposição e a desfiguração do corpo, necessárias para que as forças que o atravessam inventem novas conexões e liberem novas potências, tendência essa que caracterizou parte de nossa cultura das últimas décadas nas suas experimentações diversas, das danças às drogas e à própria literatura?

Como diferenciar essa desfiguração dessa outra desfiguração e decomposição que a produção do sobrevivente e a manipulação biotecnológica suscita e estimula? Como diferenciar a perplexidade de Espinosa – com o fato de que não sabemos ainda o que pode o corpo –, como diferenciar isso do desafio dos poderes e da tecnociência, que precisamente vão pesquisando o que é que se pode fazer com o corpo? Como descolarse da obsessão de pesquisar o que se pode fazer com o corpo, que é uma questão biopolítica, saber que intervenções, que manipulações, que aperfeiçoamentos, que eugenias se pode fazer. Como então recusar isso e afinar o outro pólo: o que pode o corpo? Que poderes de afetar e ser afetado pode o corpo, que é uma questão vitalista, que é uma questão espinosista?

Como se por um lado houvesse as potências da vida, que precisam de um corpo sem órgãos para se experimentarem, e por outro lado estivesse o

poder sobre a vida que precisa de um corpo pós-orgânico para anexá-lo a sua axiomática capitalista.

Para que um apareça, talvez seja preciso que o outro seja pelo menos combatido ou deslocado. Talvez para que esta uma vida possa aparecer na sua imanência e na sua afirmatividade seja preciso que ela se tenha despojado de tudo aquilo que pretendeu contê-la ou representá-la.

Toda a tematização do corpo sem órgãos é uma variação em torno deste tema biopolítico por excelência. A vida se desfazendo de tudo aquilo que a aprisiona. E o que a aprisiona, dentre outras coisas, é o que Artaud, na sua loucura, conseguiu formular; o que nos aprisiona é também o organismo, os órgãos. A inscrição dos poderes diversos sobre o corpo é também a redução da nossa vida a esta vida nua, a esta vida morta, a esta vida múmia, a esta vida concha. Se a vida deve livrar-se de todas
essas amarras sociais, históricas, políticas, não será para reencontrar algo de sua animalidade desnudada, despossuída?

Será a invocação de uma vida nua, como diria Agamben? Não é bem isso. E aqui eu vou mencionar um autor japonês, que é tradutor de Artaud para o japonês e também tradutor de Deleuze para o japonês, e um grande crítico, no bom sentido, destes dois autores. Diz Kuniichi Uno: "Ele (Artaud) nunca perdeu
o sentido intenso da vida e do corpo como gênese, como auto-gênese, como força intensa, sem limites. A vida é para Artaud indeterminável em todos os sentidos; enquanto a sociedade é feita pela infâmia, o tráfico, o comércio que não cessa de sitiar a vida, e sobretudo a vida do corpo."

Bastaria meditar um pouco na frase enigmática de Artaud: "Eu sou um genital inato. Ao enxergar isso de perto, isso quer dizer que eu nunca me realizei. Há imbecis que se crêem seres, seres por inatismo. Eu sou aquele que para ser, deve chicotear seu inatismo". É uma frase muito estranha e o nosso comentador japonês diz o seguinte:

"Um genital inato é alguém que tenta nascer por si mesmo. Produzir em si um segundo nascimento, a fim de excluir o nascimento já dado, biológico, determinado. Ser inato é não ter nascido. Pensemos em Beckett ouvindo uma conferência de Jung. Jung diz sobre uma paciente o seguinte: o fato é que esta paciente nunca nasceu. E Beckett pega essa frase, "Ela nunca nasceu", e leva para o contexto de sua obra. E ali, um eu, que não nasceu, na obra do Beckett, escreve sobre um outro eu que sim, nasceu. Esse eu que não nasceu recusa esse eu que nasceu.

Mas essa recusa não é uma recusa do nascimento. Essa recusa do nascimento biológico não é uma recusa propriamente de um ser que não quer

viver, mas sim daquele que exige nascer de novo sempre, o tempo todo. O genital inato é a história de um corpo que coloca em questão seu corpo nascido, com suas funções, órgãos representantes das ordens, instituições, tecnologias visíveis ou invisíveis que pretendem gerir o corpo.

Um corpo que a partir, ou em favor de um corpo sem órgãos, desafia esse complexo sóciopolítico que Artaud chamou à sua maneira de "juízo de deus", mas que nós chamaríamos hoje de biopoder. O que é um corpo que recusa este biopoder que se abate sobre ele e que exige, reinvidica o direito de nascer de novo. Essa recusa do nascimento dado, em favor de um autonascimento, não equivale ao desejo de dominar seu próprio começo, mas de recriar um corpo que tenha o poder de começar. A vida é esse corpo" – diz Uno – "desde que o corpo descubra em si a sua força de gênese. Desde que ele se libere de tudo aquilo que pesa sobre ele como uma determinação. É uma guerra à biopolítica."

Então, para concluir, poderíamos dizer o seguinte: uma vida, como diz Deleuze, é a vida pensada como gênese, como virtualidade, como diferença, como invenção de formas, como potência impessoal. Vida nua, ao contrário, tal como Agamben a teorizou, é a vida reduzida ao seu estado de mera atualidade, indiferença, impotência, banalidade biológica. Para não falar na vida besta, que é a exarcebação e a disseminação entrópica da vida nua no seu limite niilista.

Se a vida nua e a uma vida são tão contrapostas, mas ao mesmo tempo tão sobrepostas, é porque, no contexto biopolítico contemporâneo, é a própria vida que está em jogo, é ela o campo de batalha. Como dizia Foucault, é no ponto em que o poder incide com força maior sobre a vida que doravante se ancora a resistência a esse poder. Mas justamente é a vida como que mudando de sinal. Em outras palavras, às vezes é até no extremo da vida nua que se descobre uma vida. Assim como que por vezes é no extremo da manipulação e decomposição do corpo que ele pode descobrir-se como virtualidade, imanência, pura potência, beatitude. Mesmo na existência espectral de Bloom de algum modo se insinua, por vezes, uma estratégia de resistência. Ele é o homem sem qualidades, sem substancialidade de mundo, onde já nem sequer o biopoder pega. O homem como homem, o anti-herói presente na literatura do século passado, de Kafka à Musil. É um homem sem comunidade, que talvez chame por uma comunidade por vir.

Se os que melhor diagnosticaram a vida bestificada, de Nietzsche e Artaud até os jovens experimentadores de hoje, têm condições de retomar o corpo como afectibilidade, como poder de afetar e ser afetado, como fluxo, como vibração, como intensidade, e até mesmo como poder de começar, será que isso não ocorre também porque entre nós esse sufocamento teria atingido

um ponto intolerável? Não estamos nós todos nesse ponto de sufocamento que justamente por isso nos impele numa outra direção?

Por fim, talvez haja algo na extorsão da vida que deve vir à tona para que essa vida possa aparecer diferentemente. Algo deve ser esgotado, como pressentiu Deleuze, num texto chamado justamente O esgotado, para que um outro jogo seja pensável.

32

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA

O SEGUNDO CONSENSO DE WASHINGTON E A QUASE-ESTAGNAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

RESUMO: Enquanto nos aspectos éticos e sociais o governo Cardoso (1995-2002) foi bem-
-sucedido, seus resultados econômicos foram frustrantes. Nesses oito anos, a taxa de in- vestimento não aumentou e a renda per capita diminuiu, enquanto as dívidas pública e estrangeira aumentaram substancialmente. Esse fraco desempenho econômico pode ser ex- plicado por três causas encadeadas: um erro na definição da agenda, a adoção do Segundo Consenso de Washington e a alienação das elites. A decisão de definir a inflação alta como o principal problema a ser enfrentado, em vez de alcançar o equilíbrio em contas estrangei- ras, representou um grande erro macroeconômico, o que pode ser explicado pelo Segundo Consenso de Washington. Esse consenso propôs na década de 1990 que os países altamente endividados deveriam crescer contando com a poupança externa, embora essa não seja a experiência entre os países da OCDE. O resultado foi avaliar o real, o aumento artificial dos salários e do consumo, de modo que, em vez de crescimento, aumentamos o endivida- mento. Por que essa estratégia foi adotada? Os interesses dos países ricos não são difíceis de adivinhar. Por parte do Brasil, a única explicação é a alienação das elites brasileiras em relação ao interesse nacional do país. Como resultado final, o governo Cardoso termina com outra crise na balança de pagamentos.
PALAVRAS-CHAVE: Estagnação; Consenso de Washington; poupança externa; deficit em conta corrente.

A atividade empresarial depende diretamente da possibilidade de financiamen- to. Marx dizia que os juros são o pagamento que os

capitalistas ativos fazem aos inativos pelo uso de seu capital. Schumpeter, por sua vez, definia o empresário como aquele que, possuindo crédito, utiliza-o para financiar suas inovações. Basta que a taxa de juros seja menor do que a taxa de lucro esperada para que faça sen-tido econômico o financiamento do investimento. Tudo isto é bem sabido. O que não é tão evidente, porém, é a relação inversa: o financiamento como causa de subdesenvolvimento. Neste trabalho vou tratar deste tema examinando o financia-mento externo do Brasil de um ponto de vista macroeconômico. Não é apenas o financiamento externo que pode ser causa de desastre econômico. Os técnicos do BNDES, como de qualquer banco, certamente já tiveram a experiência de haver realizado um financiamento a uma empresa e este financiamento tê-la levado à ruína. Bastava que o empréstimo financiasse projeto equivocado, que não tivesse a rentabilidade prevista. Ou que a teria, se o projeto houvesse sido bem executado, se uma parte dos recursos emprestados não houvessem sido desperdiçados. Ora, se isto pode acontecer facilmente com empresas, e pode também acontecer com o Estado, quando este se endivida para financiar seus próprios projetos, poderá acon-tecer também — e argumentarei que isso ocorre com muito mais facilidade — quan- do se trata de endividamento externo de um país, quando além de empresas se endividarem também a nação se endivida, na medida em que o pagamento dos fi-nanciamentos passa a depender não apenas da liquidez das empresas mas também da disponibilidade de divisas do país.

Não vou tratar deste tema num nível puramente teórico porque neste nível há pouco a dizer. O financiamento externo será causa de subdesenvolvimento ao invés de desenvolvimento se os recursos emprestados para um país acabarem sendo principalmente utilizados para consumo e não para investimento. Por isso, além de tratar desse tema no plano teórico, vou examiná-lo a partir da análise da "estraté-gia de desenvolvimento" seguida pelo governo americano, pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, nos anos 1990, e aceita de forma acrítica pela maioria dos países em desenvolvimento já altamente endividados, inclusive o Brasil. Esta estratégia, que afinal se revelou uma estratégia de subdesenvolvimento,

afirma que esses países poderiam desenvolver-se com "poupança externa". E tor- nou-se de tal forma dominante nos anos 1990 que merece ser chamada de Segundo Consenso de Washington.

Este trabalho está dividido em seis seções. Na primeira, mostro como os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso foram frustrantes no plano econô- mico, enquanto era bem sucedido nos demais setores. Na segunda, inicio o estudo das causas do mau desempenho econômico pelo erro de agenda: ao invés de definir o desequilíbrio externo como o principal problema a ser enfrentado, o governo continuou a dar prioridade a um problema já basicamente equacionado — o da alta inflação. Por que esta pouca atenção ao desequilíbrio externo? Na terceira seção atribuo este fato ao Segundo Consenso de Washington, e descrevo esta ver- dadeira receita para o subdesenvolvimento. Mostro, então, quais as condições pa-ra que o financiamento externo possa ser favorável ao desenvolvimento — condi- ções estas que não existiam no Brasil. E por que se adotou esta estratégia proposta pelos países ricos, embora não por eles adotada? Na quinta seção atribuo o fato à alienação de nossas elites, que, da mesma forma que reproduzem os padrões de consumo do centro, reproduzem também suas idéias. Finalmente, na sexta seção, examino os desafios econômicos que se apresentam ao Brasil no momento em que escrevo este trabalho. Discuto, especialmente, como um aprofundamento do ajus-te fiscal combinado com uma política de juros mais baixos e a manutenção do câmbio no nível atual, depois da depreciação de 2002, poderão evitar o *default*, e afinal permitir que se alcance o equilíbrio macroeconômico.

PERSPECTIVAS FRUSTRADAS

Quando Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência da república, em janeiro de 1995, as perspectivas econômicas que se abriam para o país pareciam as melhores possíveis. Através do Plano Real, que ele próprio liderara enquanto ministro da Fazenda, os preços haviam sido estabilizados, e muitos pensaram, in-clusive eu próprio, que isto significava que o país, afinal, depois de quinze anos de alta inflação, alcançara a estabilidade macroeconômica, e que, portanto, estava pronto para retomar o crescimento econômico.[1]

Segundo, um partido moderno e social democrático, o PSDB, liderado por políticos competentes e honestos, com- prometido com reformas orientadas para o mercado, assumia o poder, e poderia, assim, assegurar ao país, afinal um equilibrado desenvolvimento econômico e social, sem cair nas malhas do velho populismo, nem do novo neoliberalismo que vinha

---

1 Embora o governo e a imprensa entendam o Plano Real como compreendendo toda a gestão econômica do governo FHC, este é um entendimento incorreto. O Plano Real — que neutralizou a inércia e terminou com a alta inflação no Brasil — foi anunciado em dezembro de 1993, teve início com a medida provisória que, em 1º de abril de 1994, introduziu a URV (o mecanismo de neutralização da inércia), e completou-se com a reforma monetária, em 1º de julho de 1994. Em 1º de janeiro de 1995, começa a gestão econômica Pedro Malan, cujos resultados analiso neste trabalho.

do Norte. Entre essas duas alternativas polares, o novo governo surgia como uma esperança.

Em torno do novo presidente formou-se uma ampla coalizão político-social caracterizada pela participação de todas as classes sociais, principalmente da clas-se média profissional e da capitalista. Por outro lado, o novo governo logrou obter substancial maioria parlamentar na medida em que obteve o apoio de dois partidos de centro-direita — o PFL e o PPS. Logo, era legítimo esperar que a nova coalizão política teria condições de permanecer no poder por muitos anos — um dos seus mais importantes líderes chegou a falar em 20 anos — promovendo o desenvolvi-mento econômico do país e tornando-o, como o próprio presidente sempre assina-lava, menos injusto. Na oposição ficava fundamentalmente o PT, representando os trabalhadores e a classe média profissional sindicalizada.

Quatro anos depois, em meio a uma crise econômica grave que só foi evitada graças ao socorro do FMI, o presidente foi reeleito. Imediatamente em seguida deixou flutuar o câmbio, e o país pareceu voltar em direção ao equilíbrio econô- mico, e, possivelmente, à retomada do desenvolvimento. Quatro novos anos estão agora quase terminando de passar, e o que vemos? O país novamente em crise de balanço de pagamentos, e novamente socorrido pelo FMI.

Tabela 1: Crescimento do PIB em três décadas

Período	PIB	PIB por habitante
1971-1980	8,63%	5,72%
1981-1990	1,57%	-0,37%
1991-2000	2,65%	1,11%

Fonte: Ipeadata — www.ipeadata.org.br

Nestes oito anos a taxa média de crescimento do PIB foi de apenas 2,1 por cento ao ano, o que significa um crescimento da renda por

habitante em torno de 1 por cento ao ano. O país não se manteve, portanto, estagnado, mas quase-estag- nado. Estes resultados não destoaram do mau desempenho de toda a década, como podemos ver pela Tabela 1. Os anos 1970 foram os últimos de crescimento. Nos anos 1980 a economia brasileira estagnou devido à crise da dívida externa e, mais amplamente, à crise do estado desenvolvimentista. A literatura econômica discutiu amplamente esta crise, havendo pouca discordância sobre sua natureza.[2] Nos anos 1990 a economia brasileira permaneceu quase-estagnada, mas agora não havia uma explicação simples para o fato. Além de semi-estagnada, pela segunda vez em oito anos essa economia enfrenta hoje uma crise de balanço de pagamentos cuja relação com o alto endividamento interno e externo é evidente, não podendo ser atribuída apenas à insegurança dos credores em relação às eleições presidenciais, nem à ten-

---

[2] Eu a estudei em vários trabalhos. Saliento apenas *A Crise do Estado* (1991b), uma coleção de *papers*.

dência da economia americana de incorrer em duas recessões seguidas. O que ocorreu? Por que esse desastre econômico? E por que se revela tão difícil eleger o candidato do governo à presidência?

Não se pode falar em fracasso geral do governo Fernando Henrique. Grandes avanços ocorreram na área social e na área política. Embora obviamente o proble- ma da alta concentração da renda não fosse resolvido, jamais os pobres contaram com uma cobertura social tão ampla. Os padrões éticos do governo nunca foram tão altos. A democracia foi respeitada e reafirmada. A popularidade de Fernando Henrique é uma indicação deste fato.[3] Os eleitores comportam-se de forma apa- rentemente paradoxal, prezando seu presidente, mas criticando as altas taxas de desemprego que caracterizaram seu governo, e, assim, recusando-se a votar em um candidato que represente a continuidade desse governo. Esse comportamento é apenas aparentemente paradoxal porque o presidente, nestes anos, assumiu a figu-ra presidencial de maneira impecável. Em um cenário internacional difícil, projetou uma imagem de estadista; em um país cheio de problemas e contradições, demons- trou notável dedicação à coisa pública, honestidade, constante preocupação com a justiça, e grande capacidade de conciliação. Por isso, os brasileiros respeitam senão admiram seu presidente. Mas, ao verificar que seus salários não aumentaram, que suas oportunidades de emprego não aumentaram, mas diminuíram, resistem em eleger um candidato que represente a continuidade de seu governo.

A principal crítica que seu governo recebeu reiteradamente da oposição — a de não se preocupar com o social — afinal se revelou falsa. Seu governo foi social- democrata, pois, como é típico desse tipo de governo quando chega pela primeira vez ao poder, aumentou a carga tributária e gastou no social. Quando, por exemplo, Portugal e Espanha transitaram para a democracia e foram governados por parti-dos social-democratas, liderados, respectivamente, por Mário Soares e Felipe Gon- zalez, suas cargas tributárias e seus gastos sociais aumentaram significativamente.[4] Nos oito anos do governo Fernando Henrique a carga tributária cresceu de 28 para 34 por cento do PIB, e grande parte deste excedente foi gasto em programas sociais nas áreas da educação, saúde, renda mínima, assistência social, reforma agrária, assistência aos pequenos produtores rurais. No final de seu governo é

preciso reconhecer que, embora o país continue essencialmente injusto, avanços significativos foram realizados na área social. A mortalidade infantil caiu de 48 para 30 por mil nascidos vivos. A taxa de analfabetismo caiu de 19 por cento em 1991 para 13 por cento em 2000. O sistema nacional de avaliação ficará como um marco da educação nacional (ENEN, Provão, etc.). Imagino que a reforma gerencial da gestão pública de 1995-98, da qual participei, será, por sua vez, um marco da administração pública brasileira. No plano político, o presidente revelou-se um democrata no mais alto nível da palavra: respeitoso dos direitos humanos, toleran-

---

3 Segundo o Datafolha, a avaliação do governo FHC em setembro de 2002 era a seguinte: 26% de ótimo e bom, 39% de regular, e 32% de ruim e péssimo.

4 Ver Maravall (1993).

te e sempre disposto ao debate e à conciliação. E no plano ético, deu um exemplo para todo o país. Sua mulher, Ruth Cardoso, acompanhou-o em tudo, mas com luz própria, e sua contribuição para o desenvolvimento do terceiro setor e para os organismos de controle social da administração pública é inestimável. É natural, portanto, que um político com qualidades pessoais deste porte termine seu governo respeitado pelo povo — com bons índices de apoio popular.

Seu governo, entretanto, não ficará na história como o grande governo que poderia ter sido porque deixou a desejar no plano gerencial, como a crise da ener- gia de 2001 demonstrou, e principalmente porque fracassou no plano econômico. Não apenas porque não logrou retomar o desenvolvimento: na verdade, não chegou sequer a estabilizar macroeconomicamente o país, de forma que deixa uma heran-ça pesada para o futuro governo em termos de altas dívidas — interna, ou do Es- tado, e externa, ou do país — e de altos déficits — público ou do Estado, e externo, ou da nação. Dívidas e déficits que se espelham nas mais altas taxas de desempre- go que o país já teve.

Em termos de estoque, a dívida externa pública, em setembro de 2002, era de US$ 122 bilhões e a dívida privada, de US$ 91 bilhões. Descontadas as reservas de US$ 38 bilhões, temos uma dívida externa financeira líquida de US$ 175 bilhões. Dadas as exportações, em 2002, de US$ 60 bilhões, a relação dívida externa finan- ceira líquida/exportações (que no Brasil é mais significativa do que a relação dívi-da externa/PIB, dado o relativo fechamento da economia brasileira) está próxima de 3: é cerca do dobro do que seria uma dívida externa prudente. Uma questão que no final de 2002 os analistas econômicos se perguntavam é se o Brasil entraria ou não em moratória (*default*).

Embora seja indiscutível a fragilidade financeira da economia brasileira, e do erro cometido em 2001, é necessário assinalar que desde a flutuação do câmbio de janeiro de 1999 a situação da economia brasileira vem melhorando: o superávit comercial vem aumentando consistentemente, já se podendo esperar US$ 9 bilhões de saldo comercial em 2002; o déficit em conta corrente reduziu-se para cerca da metade em relação ao pico de 1998; e o país vem alcançando as metas fiscais do FMI. Portanto, creio que existem bases reais para se evitar o *default*, mas isto de- penderá mais dos credores do que do próprio país. Dependerá, também, de quem for eleito presidente da

república, e de suas declarações e atos nos meses que se seguirem.

O ERRO DE AGENDA

Os maus resultados econômicos do Brasil nos anos 1990, evidenciados pela baixa taxa de crescimento, pelo grande aumento da dívida do Estado e do país — ou seja, da dívida pública e da dívida externa — e pelos altos níveis de desemprego, e agora pela nova crise de balanço de pagamentos, podem ser atribuídos a três ordens de fatos inter-relacionados: (1) o equívoco em relação à definição do pro-blema maior a ser enfrentado pelo governo a partir de 1995; (2) o Segundo Con-

senso de Washington, segundo o qual deveríamos nos desenvolver com apoio na poupança externa; e (3) a falta de consciência nacional de nossas elites, que ao invés de aumentar seu grau de autonomia com a industrialização, diminuíram-no ao buscar reproduzir os padrões de consumo dos países desenvolvidos e particu- larmente dos Estados Unidos.

Um erro de agenda explica de forma imediata os maus resultados econômicos dos últimos oito anos. O Brasil não conseguiu alcançar a estabilidade macroeco-nômica e retomar o desenvolvimento, depois de haver, em 1994, sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso como ministro da Fazenda, tão brilhantemente logra-do estabilizar uma alta inflação que assolava o país desde 1980, porque em segui-da adotou uma política de câmbio e de juros equivocada. Porque, depois da valo-rização ocorrida em seguida ao Plano Real durante o segundo semestre de 1994, foi incapaz de corrigir plenamente esse desequilíbrio na medida em que, mesmo depois de deixar flutuar o câmbio, manteve uma taxa de juros artificialmente alta. Desta forma, enquanto a taxa de câmbio sobrevalorizada promovia o consumo de bens importados e impedia a estabilização de suas contas externas, a taxa de juros elevada impossibilitava tanto que o país retomasse os investimentos quanto alcan-çasse o equilíbrio fiscal. Em nome do combate à alta inflação, e obedecendo ao convite ou à proposta do Segundo Consenso de Washington de retomar o cresci-mento através do recurso à poupança externa, o Brasil — aliás, como um grande número de países altamente endividados — deixou de depreciar sua moeda para o nível compatível com seu alto endividamento externo. Ao invés disso, manteve taxas de juros elevadíssimas que inviabilizaram os investimentos internos e fizeram explodir o déficit público e a dívida pública.

A definição da alta inflação como o principal inimigo a ser enfrentado consti- tuiu um grave erro de agenda. Ao invés de entender, como deveria tê-lo feito, que o Plano Real se consumara com a reforma monetária de 1º de julho de 1994, ou, no máximo, nos seis meses seguintes, pretendeu continuar com ele. Embora essa estratégia pudesse ser politicamente atrativa, era incompetente em termos de polí-tica econômica. Ao adotá-la, o governo ignorou que a neutralização da

inércia inflacionária operada pelo Plano Real, a eliminação de quase toda indexação de preços, e a abertura comercial que tornara os preços locais dos bens comercializá- veis expostos à competição externa, já haviam logrado reduzir a taxa de inflação do país para níveis aceitáveis, de forma que, embora a inflação continuasse a me- recer atenção, eram outros os desafios a serem enfrentados. Os dois principais inimigos, agora, a partir do Plano Real, eram o câmbio valorizado e a alta taxa real de juros — irmãos gêmeos, conforme nos ensina a boa teoria macroeconômica.

O câmbio valorizado leva ao aumento do consumo e à diminuição da poupan- ça interna, e, afinal ao desequilíbrio e à crise de balanço de pagamentos; a alta taxa real de juros dificulta os investimentos, promove o desequilíbrio fiscal, e aca- ba em crise financeira, quando os credores se dão conta que as altas taxas de juros, ao invés de sinal de austeridade monetária, estão ameaçando a capacidade de o Estado honrar sua dívida interna. Tudo isto, porém, foi ignorado, e a equipe eco-

nômica liderada pelo ministro Pedro Malan manteve o câmbio gravemente sobre- valorizado e a taxa de juros artificialmente alta entre 1995 e 1998.

Em janeiro de 1999, depois de uma longa luta interna dentro do governo, o presidente da República, contrariando seu ministro da Fazenda, decidiu deixar flu- tuar o câmbio.[5] A decisão corajosa revelou-se sábia.[6] Depois de uma necessária elevação da taxa de juros, esta começou a ser sistematicamente reduzida pelo novo presidente do Banco Central. Entretanto, em 2001, um pequeno aquecimento da economia brasileira, o início da recessão nos Estados Unidos, e a crise da Argenti- na, e principalmente a depreciação do câmbio, que chegou a R$ 2,80 por dólar, levaram o Banco Central, em nome da meta de inflação, a novamente elevar a taxa de juros básica, fazendo-a voltar aos níveis mais elevados do mundo. Mais uma vez o Banco Central do Brasil quebrava a regra de ouro de qualquer política monetária competente — a de estabelecer a taxa de juros mais baixa possível consistente com o equilíbrio macroeconômico. Como a determinação da taxa de juros é a única arma de que contam as autoridades monetárias para atingir suas metas, há sempre uma "boa razão" para elevá-la. Em um momento o objetivo é atrair capitais de curto prazo, noutro, impedir que a economia se aqueça e o déficit em conta cor- rente aumente em demasia, noutro ainda, a busca de controlar a inflação ainda que esta não seja uma inflação de demanda. No Brasil sempre há uma "boa" razão para aumentar a taxa de juros, sem falar na má razão: beneficiar os rentistas.

Em 2001 a razão principal alegada para elevar a taxa de juros foi o cumpri- mento da meta inflacionária. A política de metas de inflação, adotada pelo Banco Central em 2000, foi equivocadamente identificada com o êxito da flutuação cam- bial de janeiro do ano anterior. E tornou-se uma espécie de tabu, ou de unanimidade nacional, que ninguém se sente autorizado a discutir. Coisa semelhante, mas mais grave, aconteceu na Argentina, com o "Plano de Covertibilidad", que se transfor- mou em verdadeiro tabu, com trágicas conseqüências para o país. No nosso caso a proibição de debate não foi tão grave, mas foi grave o suficiente para que, por

5 Desta luta interna participamos Persio Arida, José Serra, Paulo Renato de Souza, e eu próprio. De nós quatro, apenas Arida e Serra participaram da equipe econômica, o primeiro como presidente do Banco Central nos primeiros sete meses, o segundo, como ministro do Planejamento nos primeiros 15 meses do governo. Arida demitiu-se por discordar da política de câmbio, Serra, para ser candidato à prefeitura de São Paulo. Paulo Renato de Souza, como ministro da Educação, e eu, como ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, fomos excluídos da equipe econômica. Eu, porém, insisti muitas e muitas vezes com o presidente sobre a necessidade de desvalorizar ou deixar flutuar o real. Formalizei minha posição com uma carta, em novembro de 1996, acompanhada de um pequeno *paper,* que depois publiquei na *Revista de Economia Política*, "As Três Formas de Desvalorização Cambial" (1997), no qual não mencionava o Brasil devido à minha condição de ministro do governo.

6 Surpreendentemente, porém, apenas o presidente do Banco Central perdeu o cargo, enquanto o ministro Pedro Malan foi mantido apesar de ter sido desautorizado pelo presidente. O novo presidente do Banco do Central, Francisco Lopes, que, dentro da equipe econômica apoiara a flutuação do câmbio, permaneceu poucos dias no cargo. Sem o apoio do ministro, e enfrentando as naturais dificuldades que se seguiram à flutuação do câmbio, foi substituído por Armínio Fraga, que permanece no cargo. Todos os economistas citados são originários ou fazem parte do corpo docente da PUC do Rio de Janeiro.

exemplo, nenhum dos principais candidatos à presidência da república em 2002 se dispusesse a criticar a adoção da política de metas. O máximo que se fez — como, aliás, também fizemos eu e Nakano em um documento de grande repercussão, "Uma Estratégia de Desenvolvimento com Estabilidade", tornado público no início de 2002 — foi afirmar que a política de metas deveria levar em consideração umprazo mais longo e desconsiderar flutuações temporárias da taxa de câmbio.[7] A meta relevante de inflação deve ser a de médio e longo prazo, pois acelerações e desacelerações transitórias não exigem mudança na taxa de juros. A taxa real de juros tem que reagir primordialmente ao hiato do produto para controlar a inflação. Quando se introduz a taxa de câmbio nesta função de reação, é preciso distinguir a natureza dos choques externos, e a transitoriedade ou não da variação cambial. Reação de pronto a qualquer apreciação ou depreciação pode resultar em instabi-lidade desnecessária.[8]

Na verdade, o Brasil em 2000 não estava pronto para uma política de meta de inflação porque esta só tem sentido quando se parte de uma situação de equilíbrio macroeconômico e se quer evitar que o país perca esse equilíbrio. Ora, este não era o caso do Brasil. A taxa de juros elevadíssima e a taxa de câmbio sobre-avaliada eram indicação clara de que era necessário, primeiro, resolver esses dois problemas gêmeos, e depois consolidar a estabilização macroeconômica através de uma polí- tica de meta de inflação. Quando a taxa de câmbio não é de equilíbrio — ou seja, quando não garante a zeragem do déficit em conta corrente, em uma economia que já está altamente endividada no plano externo — a elevação da taxa de câmbio necessária terá, por definição, um efeito inflacionário.[9] Um efeito inflacionário temporário, desde que a economia permaneça desindexada, e a mudança de preços relativos a favor dos bens comercializáveis não seja anulada pela elevação dos preços não-comercializáveis. Mas é sempre um efeito inflacionário que manteria a política de meta de inflação sob a ameaça de uma espada de Dâmocles.

A política de meta de inflação representou um grande avanço em matéria depolítica econômica dos países desenvolvidos. Primeiro, porque foi uma opção prag- mática. Ao invés de se afirmar, dogmaticamente, que a inflação era sempre causada pelo aumento da oferta de moeda, a causa da inflação ficou mais indefinida, dei-

xando-se maior espaço para as políticas econômicas a serem pragmaticamente adotadas. É verdade que esse pragmatismo começou, em seguida, a ser perdido, quando os economistas dos bancos centrais não resistiram, e se puseram a adotar modelos oficiais para a meta de inflação, nos quais as causas da inflação voltavam

---

7 Ver Bresser-Pereira e Nakano (2002a). A repercussão do *paper* na imprensa encontra-se documentada em dossiê especial, em www.bresserpereira.org.br. O documento foi publicado na *Revista de Economia Política*, 21(3), julho 2002, e nesse número já estão publicados quatro *papers* comentando principalmente a possibilidade de múltiplos equilíbrios da taxa de juros.

8 Ver Ball (2000), Taylor (2001).

9 A taxa de câmbio de equilíbrio não é, por definição, a taxa que zera o déficit em conta corrente, a não ser quando o país já se encontra altamente endividado, e um objetivo central de política macroeconômica passa a ser reduzir os índices de endividamento externo.

a se tornar rígidas. Em segundo lugar, a política de meta de inflação foi um avanço porque a política monetária transformou-se na prática em política de taxa de juros, reconhecendo-se assim, keynesianamente, o caráter exógeno da quantidade moeda e da taxa de juros.[10] E também, porque nessa política a curva de Philips de curto prazo, inclinada, foi devidamente restabelecida.

Todos esses méritos da política de meta de inflação, entretanto, não justifica-vam sua adoção pelo Brasil, em 2000, quando a taxa de câmbio estava ainda evi-dentemente sobrevalorizada devido à alta taxa de juros. Tanto não justificavam que em 2001 o Banco Central equivocou-se gravemente em desencadear uma guerra contra a alta do câmbio — envolvendo nova elevação da taxa de juros, venda de dólares no mercado financeiro local, e troca de títulos federais não indexados por títulos indexados em dólares — em nome do cumprimento da meta da inflação. Acabou, de qualquer forma, não a cumprindo, ao mesmo tempo em que aumenta- va a vulnerabilidade do país a uma nova crise de balanço de pagamentos, que aconteceu no ano seguinte (quando também a meta de inflação não foi atingida).

O câmbio valorizado, ao não garantir aos exportadores um câmbio mais com- pensador, reduzia as exportações, e, ao aumentar os salários da classe média arti- ficialmente, propiciava o aumento do consumo e a diminuição da propensão apoupar. Esta diminuição, que pode ser derivada do conceito contábil de poupança, era confirmada, no plano da teoria keynesiana, pela queda dos investimentos epela conseqüente não realização da renda potencial que a alta taxa de juros pro- voca. Como "compensação" perversa a taxa de câmbio artificialmente baixa, além de manter os ricos artificialmente ricos em dólares, reduzia o valor em reais da dívida pública indexada em dólares e sua porcentagem em relação ao PIB — uma medida que os economistas do sistema financeiro privilegiam em suas análises...

No plano monetário, por sua vez, a taxa de juros elevada aumentava a dívida interna do país, e sinalizava para o exterior a insegurança das autoridades mone- tárias locais quanto à estabilidade da economia brasileira. Esta sinalização, por sua vez, legitimava o alto "risco Brasil" — e, portanto a taxa de juros paga pelos em- préstimos do Brasil no

exterior. E, o que é mais grave, induzia ao aumento dessa taxa de juros, que passava também a refletir a política de juros do Banco Central do Brasil: se suas autoridades se dispunham a pagar, por seus empréstimos de cur-to prazo, uma taxa de juros maior do que aquela paga pelos bancos centrais de países com o mesmo nível de classificação de risco pelas agências especializadas, isto significava uma desconfiança interna em relação à capacidade de pagamento do país, que podia ser partilhada pelos credores externos.[11] No documento Bresser e Nakano (2002a), salientamos a existência desse equilíbrio múltiplo da taxa de juros, e do efeito perverso da alta taxa de juros. Ao afirmarmos que a política de

---

[10] Isto está, por exemplo, bem claro na "regra de Taylor" (1993).

[11] O efeito da taxa de juros básica sobre a taxa internacional de juros paga pelo Brasil assim como o equilíbrio perverso em que se encontra a taxa de juros no país foram principalmente contribuições de Nakano para nosso texto comum (2002a).

altas taxas de juros, que o Banco Central do Brasil vem seguindo há muitos anos, tinha, entre outros, o efeito de elevar o "risco Brasil", não estávamos, com isto, dizendo que a fixação da taxa de juros básica pelo Banco Central fosse o único determinante da taxa de juros internacional paga pelo Brasil. É claro que os índices de endividamento público e externo, e de déficit público e déficit em conta corren-te que o país apresenta continuam a ser os fatores fundamentais. Mas está claro que ao adotarmos no Brasil uma taxa de juros básica muito alta e estarmos sempre prontos a elevála, estávamos indicando para o sistema financeiro internacional nossa própria desconfiança na economia nacional. Por isso, mostramos naquele trabalho que enquanto a taxa de juros básica (SELIC) paga pelo Banco Central do Brasil era duas a três vezes maior do que as taxas pagas pelos bancos centrais de países com classificação de risco igual, as taxas de juros pagas ao exterior pelas empresas brasileiras eram cerca de dois pontos percentuais mais altas do que as taxas pagas pelas empresas daqueles países.[12] O efeito sobre a taxa de juros exter-na é, portanto, menor do que a diferença relativa das taxas de juros básicas: en-quanto estas no Brasil têm variado entre 9 e 12% ao ano, contra uma taxa de juros paga por países de classificação de risco igual à do Brasil de 4 a 6 por cento reais, o diferencial relativo de taxas de juros externas é bem menor.

Ao tomar a decisão de elevar os juros em 2001, o Banco Central voltou, em nome da estabilidade de preços, a desestabilizar gravemente a economia brasileira. O equilíbrio macroeconômico é dado pelo nível de preços, sem dúvida, mas é dado principalmente pelo equilíbrio intertemporal de suas contas externas. Uma econo- mia está equilibrada macroeconomicamente quando tem taxas de juros suficiente- mente baixas para poder investir e crescer, e, quando o faz, as exportações crescem proporcionalmente às importações, de forma que se possa manter sob controle a taxa de endividamento externo. A taxa de endividamento externo é medida pela relação dívida externa/PIB, e, no caso do Brasil, onde o coeficiente de exportações é muito baixo, principalmente pela relação dívida externa/exportações.

Graças à intervenção do Banco Central no mercado financeiro em 2001, ele- vando a taxa de juros, vendendo US$8 bilhões no mercado interno, e convertendo US$20 bilhões de títulos públicos em títulos indexados em dólares, as autoridades monetárias lograram baixar a taxa

de câmbio, que se elevara de cerca R$2,40 no início do ano para 2,80 por dólar em abril. Com isto evitou-se uma pequena e provisória elevação da taxa de inflação. Mas o custo dessa política foi alto, como se verificaria no ano seguinte, quando nova crise cambial ameaçou o país, e só foi mantida sob relativo controle graças a novo acordo com o FMI. Em decorrência da crise a taxa de câmbio, entretanto — que fora mantida baixa artificialmente graças à taxa de juros elevada — voltou a subir, agora para próximo de R$4,00

---

12 É preciso distinguir com clareza a "classificação de risco" de um país, que é feita por agências como a Moody's e a Standard & Poors, do "risco-país", que é dado simplesmente pela subtração, da taxa de juros paga pelo país no exterior, a taxa de juros paga pelos títulos do Tesouro americano. Enquanto a classificação de risco tem uma certa autonomia ou exogeneidade, o risco-país é totalmente endógeno. Mais do que isto, identifica-se com a taxa de juros paga.

por dólar — era o mercado que cobrava sua conta — embora a taxa de juros con-tinuasse em níveis exorbitantes.

Por que a nova crise cambial? Procurou-se explicar o fato com a "subida" de Lula nas pesquisas eleitorais. Entretanto, o candidato do PT já estava com intenções de voto superiores a 30 por cento muito antes de a crise se desencadear. Na verda- de, desde as eleições municipais de outubro de 2000, quando o PT alcançou ampla vitória, principalmente nas grandes cidades, estava claro que a probabilidade de eleição de um candidato de esquerda era muito grande. Por outro lado, antes da crise também ficou claro que, na busca da eleição, Lula moderou suas propostas, eliminando delas qualquer elemento radical. A dificuldade do candidato do gover- no em avançar nas pesquisas eleitorais pode ter sido um gatilho para desencadear a crise — os mercados financeiros precisam de um gatilho qualquer — mas certa-mente não foi sua causa. Esta tem que ser procurada na fragilidade financeira in-ternacional do país, que a política equivocada de 2001 deixou novamente exposta aos analistas internacionais. Quando a crise econômica abateu-se sobre a Argenti- na muita gente observou, corretamente, que o Brasil havia se "descolado" da sorte daquele país com a desvalorização de janeiro de 1999. De fato, isto aconteceu. O Brasil, que seguia um caminho semelhante ao da Argentina, salvou-se de um desas-tre maior quando deixou flutuar o câmbio. O grande erro da Argentina, naquele momento, foi não nos ter acompanhado. Mas esse descolamento era relativo. Quando o Brasil, nos primeiros meses de 2002, voltou a revelar superávits comer-ciais decepcionantes — que poderiam ter sido evitados se as autoridades monetáriashouvessem sido mais realistas e mais respeitosas do mercado — os analistas dosbancos internacionais voltaram a se lembrar dos prejuízos realizados com a Argen-tina, e, na primeira oportunidade, iniciaram seu ataque especulativo contra o real. A crise de desconfiança, porém, teria sido facilmente contornada se não fossem as semelhanças entre as duas economias, especialmente os superávits comerciais insu- ficientes, que apontavam para um futuro *default*.

O socorro pronto do FMI evitou o pior, mas, ao mesmo tempo, confirmou uma

verdade sempre esquecida: os credores internacionais e o próprio

FMI só se preo-cupam e só falam no déficit público e na dívida interna, mas, quando acontece acrise, ela sempre ocorre pelo lado externo, à medida que o déficit em conta corren-te e a dívida externa tornam-se, a seu ver, altos demais, e não mais se oferece a perspectiva de alta probabilidade de pagamento, ou, mais precisamente, de conti-nuidade do serviço da dívida. Nesses momentos, nunca é o país devedor quem declara moratória. São os agentes financeiros internacionais que suspendem a ro-lagem da dívida, e, se não houver intervenção do agente de última instância, o FMI, o *default* torna-se inevitável. Mesmo no caso do Brasil, em fevereiro de 1987, quan-do o ministro da Fazenda Dílson Funaro declarou a moratória do país, a iniciativa pode ter parecido ser do Brasil: na verdade, o país não tinha alternativa. Poderia ter sido mais prudente, e declarado uma moratória "branca", parando de pagar por falta de reservas, mas em qualquer hipótese o *default* era inevitável, e decorrera do endividamento irresponsável do país, e da conseqüente perda de confiança dos credores.

O SEGUNDO CONSENSO DE WASHINGTON

Creio ter deixado claro na seção anterior que o Brasil não alcançou a estabili- dade macroeconômica depois de haver alcançado, em 1994, a estabilidade de preços, porque adotou uma agenda equivocada: não colocou como prioridade a estabilização das suas contas externas. Cabe, agora, perguntar o porquê desse erro. Eu poderia responder, simplesmente, que o problema foi de incompetência técnica e emocional dos responsáveis pelas decisões de política econômica. Embora esta explicação seja legítima, à medida que muitas vezes os interesses estão neutralizados, e, não obstan-te, o formulador de política econômica toma decisões incompetentes, que não levamaos objetivos que ele próprio visa, vou aqui apresentar uma razão mais geral.[13] Fomos vítimas do que proponho chamar o Segundo Consenso de Washington.

De acordo com o Segundo Consenso de Washington, formulado no início dos anos 1990, países altamente endividados, como o Brasil, poderiam desenvolver-se recorrendo à poupança externa, ou seja, endividando-se ainda mais. É preciso, portanto, não confundi-lo com Consenso de Washington, que resumiu a política americana em relação aos países altamente endividados nos anos 1980. Creio ter sido o primeiro no Brasil a ter desenvolvido uma crítica sistemática das idéias ali presentes.[14] Este consenso, na forma pela qual foi expresso por John Williamson, em um *paper* de 1989, consistia de uma série de princípios pregando o ajuste fiscal e reformas orientadas para o mercado, ou no que foi também chamado de 'ajuste estrutural'.[15] Acabou se tornando um símbolo da política neoliberal daqueles anos, embora não propusesse necessariamente reformas ultraliberais visando reduzir oestado ao mínimo. E, principalmente, porque não incluía a abertura financeira, que Williamson expressamente excluiu do Consenso.[16] Era, entretanto, "neoliberal" na

---

13 Ver Bresser-Pereira, 2001. Versão ampliada, em português, está para ser publicada na *Revista Brasileira de Economia*.

14 Refiro-me à aula magna no Congresso Anual da ANPEC — Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia, em dezembro de 1990, em Brasília. Esta aula foi depois publicada em *Pesquisa e Planejamento Econômico* (Bresser-Pereira, 1991a). No início de 1999, alguns dias antes de desvalorizar o real, o presidente perguntou-me de quanto deveria ser a desvalorização. Respondi, sem hesitar, que deveria ser de 25 por cento. Várias vezes, mais tarde, Fernando Henrique Cardoso referiu-se a esta conversa, dizendo-me que fora eu aquele que mais seguro se revelara em relação ao problema. Deve-se assinalar, entretanto, que a mudança de posição do presidente deveu-se, em grande parte, ao fato de que um dos diretores do Banco Central, Francisco Lafayette Lopes, proveniente da PUC do Rio de Janeiro, no último trimestre de 1998 mudou sua posição e passou a apoiar a flutuação do câmbio. Para efetivá- la ele assumiu a presidência do Banco Central, substituindo Gustavo Franco, para ser logo em seguida, diante das dificuldades momentâneas da flutuação, ser substituído por Armínio Fraga.

15 Ver Williamson (1989). A carga ideológica contra o texto de Williamson foi grandemente exagerada. Williamson não é um ultraliberal, e o consenso que detectou em Washington, não era um consenso ultraliberal, não visava reduzir o estado ao mínimo. Tinha apenas um viés liberal (ou neoliberal na língua inglesa na qual "liberal" significa progressista). O que não impede que houvesse ultraliberais entre os que o adotavam.

16 Em debate com Williamson, Stanley Fischer sugeriu a inclusão da abertura financeira, e Williamson respondeu que não a considerava necessária nem incluída no consenso.

medida em que havia nele um claro viés pró-mercado. Este viés era compreensível, dado o estatismo e o protecionismo que haviam caracterizado o período anterior. O Brasil, como a maioria dos países em desenvolvimento altamente endividados, necessitava de ajustamento fiscal e de reformas orientadas para o mercado, especialmente de maior abertura comercial. Mas era um consenso perigoso, na medida em que ignorava a importância de um Estado forte no plano administrativo e fi- nanceiro para se ter um mercado livre e atuante. Em outras palavras, ignorava que as reformas não deveriam visar enfraquecer o Estado, mas, pelo contrário, fortale- cêlo. O Primeiro Consenso de Washington está hoje morto, em parte porque muitas das reformas foram feitas, em parte devido ao seu fracasso em promover o desen- volvimento na América Latina, embora, na verdade, esse fracasso se explique mui- to mais pelo Segundo Consenso do que pelo primeiro, como procurarei argumentar neste trabalho. De qualquer forma, o apoio popular que os programas de privati-zação obtinham no início dos anos 1990 desapareceu dez anos depois, em grande parte porque monopólios naturais ou quase-naturais, como a produção hidrelétri- ca de energia, a distribuição de energia, e os sistemas de telefonia fixa urbana foram objeto de privatização da mesma forma que setores competitivos.

No início dos anos 1990, um outro consenso, que eu proponho chamar de

Segundo Consenso de Washington, estava se formando — um consenso que teria efeitos mais devastadores sobre os países em desenvolvimento altamente endivida- dos, inclusive o Brasil, quando comparado ao primeiro consenso. Um consenso estabelecido igualmente em Washington, o qual, entretanto, foi adotado pelas elites da grande maioria dos países em desenvolvimento econômico muito mais pronta- mente do que o primeiro porque, aparentemente, não implicava em nenhum custo

— apenas benefícios. Um consenso que surge depois que o Plano Brady equaciona (não resolve) a crise da dívida dos anos 1980. Um consenso que se forma para explicar e justificar uma nova onda de fluxo de capitais que se dirigiu para os paí- ses em desenvolvimento.

O Segundo Consenso de Washington é a dimensão

verdadeiramente interna- cional do primeiro. Ao invés de dizer o que os países em desenvolvimento deveriam fazer para ajustar ou

estabilizar suas economias, veio dizer o que devem fazer para crescer, para se desenvolver. A receita era simples: bastaria completar o ajuste fiscale empreender as reformas neoliberais, e, em função deste bom comportamento, usara poupança externa em um quadro de total abertura financeira. Ao invés do "de- senvolvimento *cum* dívida" dos anos 70, teríamos agora o "desenvolvimento *cum* poupança externa". Para obter esta poupança era necessário completar as reformas orientadas para o mercado com a abertura financeira.

Sobre o tema da abertura financeira e dos fluxos de capital desenvolveu-se um amplo debate entre os economistas dos países desenvolvidos — alguns críticos da liberalização, outros, entusiastas. Estes partiam do pressuposto neoclássico de que toda liberalização é benéfica, afirmavam que a liberalização financeira é tão neces- sária para o desenvolvimento quanto a liberalização comercial, e deve ocorrer ao mesmo tempo. Entre os trabalhos críticos, um dos mais significativos foi o de Rodrik, que demonstrou não haver evidência de que países sem controles de capi-

tais cresçam mais.[17] Esta literatura é muito interessante, mas não deve ser confun- dida com a crítica ao Segundo Consenso de Washington. A crítica à abertura finan- ceira concentra-se principalmente no problema da instabilidade financeira internacional causada por fluxos de capital descontrolados, enquanto que a crítica ao Segundo Consenso de Washington que estou aqui propondo é a crítica a uma idéia mais geral — a de que os países já endividados possam desenvolver suas economias com base em poupança externa. O Segundo Consenso de Washington pressupõe e faz o elogio da abertura financeira de forma que sua crítica implica não aceitar esse tipo de liberalização, mas essa crítica é mais ampla, porque põe em causa a idéia até hoje não desafiada de que poupança externa seja a forma adequa- da de financiar o desenvolvimento.

A estratégia de desenvolvimento econômico do Segundo Consenso de Washing-ton tinha (e tem ainda) um enunciado simples e claro — e aparentemente razoável
— como toda ideologia bem sucedida. Pode ser resumida em uma frase que todos nós, cidadãos dos países em desenvolvimento ouvimos dezenas de vezes:

> "Nós entendemos que vocês não têm mais recursos para financiar seu desenvolvimento, mas não se preocupem, façam o ajuste fiscal e as refor- mas, que nós financiaremos seu desenvolvimento com poupança externa, se possível com investimentos diretos".[18]

A sentença compõe-se, portanto, de três termos. O primeiro termo, ou a pre- missa, "nós compreendemos que vocês não têm mais recursos para financiar seu desenvolvimento", é falso, embora tivesse aparência de verdade, dado o alto endi- vidamento externo dos países. É óbvio que um país como o Brasil, ou como o México, ou como a China, têm recursos para se desenvolver. Mesmo depois de substituir uma parte da poupança interna por poupança externa, em decorrência do Segundo Consenso de Washington, quatro-quintos dos investimentos continuam a ser financiados por poupanças domésticas. O Brasil, como os demais, não conta com "todos" os recursos necessários ou, mais precisamente, desejáveis para finan- ciar seu desenvolvimento. Mas

quem os tem? É, porém, um país que já realizou sua acumulação primitiva e sua revolução capitalista, de forma que já dispõe de um Estado e de uma classe de empresários capazes de canalizar, através do sistema fi- nanceiro, poupanças para o investimento.

O segundo termo, ou as duas condições, "mas não se preocupem, façam o ajuste fiscal e as reformas", era o mais razoável dos três termos, embora já vimos que pode envolver prejuízos para os países. A primeira condição, a de completar o ajuste fiscal, ou de superar a crise fiscal, era correta: era e continua sendo para

---

17 Ver Rodrik (1998: 61).

18 Sobre a estratégia de crescimento com poupança externa ver Bresser-Pereira e Nakano (2002b). De um modo geral, as teorias que aparecem no presente trabalho foram mais extensamente desenvolvidas naquele *paper*.

o Brasil uma condição para a reconstrução do Estado. As reformas orientadas para o mercado eram também bem-vindas, desde que sensatas ao invés de pura ideologia ultraliberal. Era sensato, por exemplo, abrir mais as economias dos países em desenvolvimento, reduzindo o alto grau de protecionismo que caracte- rizara o período de substituição de importações; era sensato privatizar setores competitivos ou razoavelmente competitivos; era sensato modernizar a adminis- tração pública, substituindo gradualmente a administração pública burocrática por uma administração pública gerencial; era sensato eliminar privilégios no campo da previdência social. Não era sensato, entretanto, privatizar monopólios naturais, nem privatizar empresas que se beneficiassem de altas rendas ricardianas devido a um problema de monopólio natural (o caso, por exemplo, das usinas hidrelétricas), nem fazia sentido privatizar uma atividade como a da previdência básica, que é obrigação de um Estado democrático porque corresponde a um direito social. Os países desenvolvidos não fizeram tais loucuras — deixaram-nas por conta de alguns dos países em desenvolvimento — seguindo um velho prin- cípio: façam o que eu digo, mas não o que eu faço. O Brasil não privatizou a previdência básica, mas privatizou monopólios naturais ou quase-naturais, e in- dústrias beneficiárias de rendas ricardianas.

No entanto, o erro mais grave do Segundo Consenso de Washington está no seu terceiro termo, na sua conclusão. Cumpridas as duas condições, conclui o con- senso "que nós financiaremos seu desenvolvimento com poupança externa, se pos- sível com investimento direto". Aí estava a armadilha que levou a maioria dos países em desenvolvimento já altamente endividados no final dos anos 1980 a pouco crescerem nos anos 1990; aí está a origem das crises de balanço de paga- mentos cujo caso limite foi o da Argentina; aí está uma causa básica da equivocada decisão brasileira de desconsiderar o problema do desequilíbrio externo em segui- da ao Plano Real; aí está a explicação principal para o fato de o Brasil haver entra- do em duas crises de balanço de pagamentos: uma em 1998, no final do primeiro quadriênio do governo Fernando Henrique Cardoso, a outra em 2002, no final do segundo quadriênio.

A política de crescimento com poupança externa contraria grande parte da experiência internacional. Existe a clássica exceção

dos Estados Unidos no século XIX, mas, de um modo geral, as pesquisas realizadas entre os países da OCDE, a partir do *paper* original de Feldstein e Horioka, mostram que, embora esses países recebam e façam investimentos diretos entre si, quase em cem por cento da acumu- lação de capital neles realizada é resultado de poupança nacional.[19] Em um primei- ro momento os economistas neoclássicos, presos a seus preconceitos sobre a mo-bilidade dos capitais, definiram os resultados como um quebra-cabeça — o "FeldsteinHorioka puzzle". Entretanto, estudos posteriores demonstraram que não se tratava de um quebra-cabeças, mas de um simples problema de restrição de solvência (*solvency constraint*) de cada país. Quer dizer, os países da OCDE não se

---

19 Ver Feldstein e Horioka (1980) e toda a literatura que esse *paper* provocou.

dispõem a se endividar para investir, ou se endividam limitadamente. Por isso os investimentos são financiados fundamentalmente por poupança nacional.[20]

De acordo com o segundo consenso, o financiamento seria feito com "poupan- ça externa, se possível com investimentos diretos". A dívida patrimonial decorren-te do investimento direto não conta no cálculo dos índices de endividamento, dada sua menor liquidez. Não há dúvida, portanto, que se o investimento direto vier, de fato, financiar a acumulação de capital em plantas e equipamentos, excelente. Se, entretanto, o investimento vier para financiar consumo, já que a alta taxa de juros desestimula o investimento real do próprio investidor estrangeiro ou do capitalista nacional que vende sua empresa, esse financiamento apenas agrava a situação do país. Nos países ricos, o investimento direto não é recebido para financiar déficits em conta corrente, mas para que aproveitem mutuamente as vantagens tecnológi-cas das empresas multinacionais. O Brasil, porém, ao contrário dos países desen- volvidos, tem usado os investimentos diretos e os empréstimos, de acordo com o Segundo Consenso de Washington, para financiar déficit em conta corrente, e, em conseqüência, para aumentar o consumo. Da mesma forma que muitas das refor- mas que os países ricos aconselharam aos em desenvolvimento, como as reformas privatizando a previdência básica, não foram por eles próprios adotadas, também no caso do financiamento dos seus investimentos eles não seguem os conselhos insistentemente dados aos países intermediários. É a velha história — "faça o que eu digo, não o que eu faço" — que se repete. Os países ricos sabem que a poupan- ça externa que vem com os financiamentos e investimentos diretos sai na forma de consumo na medida em que a taxa de câmbio é artificialmente apreciada. Sabem também quais são as suas restrições de solvência.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso os investimentos direitos au-mentaram extraordinariamente: até 1994 o país recebia no máximo 2 bilhões de dólares por ano de investimentos estrangeiros; depois do Real o país passou a re-ceber, em média, 2 bilhões de dólares por mês em investimentos diretos. Mas, con-trariando o saber convencional, a taxa de formação de capital não aumentou e a taxa de crescimento da renda por habitante permaneceu em torno de 1 por cento per capita. Durante os anos

1990, a produtividade aumentou extraordinariamente graças — principalmente — à abertura comercial, mas a política macroeconômica baseada em altas taxas de juros e em câmbio relativamente valorizado, impediu que o aumento da produtividade se transformasse em crescimento da renda por habitante. Por outro lado, as altas taxas de juros continuaram desestimulando o investimento real. Desta forma o aumento do endividamento externo patrimonial provocado pelo aumento dos investimentos diretos não teve como contrapartida aumento da acumulação de capital.

A explicação para isto está no fato de que existe um mecanismo perverso que

---

20 Ver Rocha e Zerbini (2002) para uma *survey* da evidência. Os autores citam os estudos de Sinn (1992) e Coakley et al. (1996) como evidências adicionais, além das do seu próprio estudo, de que a correlação Feldstein-Horioka não é um quebra-cabeça mas exprime apenas uma *solvency constraint*.

transforma os financiamentos, inclusive os investimentos diretos das empresas mul- tinacionais, em consumo. Esse mecanismo não é inevitável, mas, se não houver uma plena consciência dele, e políticas macroeconômicas adequadas para neutralizá-lo, os resultados poderão ser desastrosos, como têm sido no Brasil. O mecanismo é simples, e nada tem a ver com as próprias empresas, mas com a política macroeco- nômica do governo. O investimento direto é um fluxo financeiro adicional para dentro do país que, mantida a taxa de juros, baixa a taxa de câmbio da economia, apreciando a moeda local. Com a valorização aumentam, por definição, os salários, já que a apreciação do câmbio é uma mudança de preços relativos a favor dos bens e serviços não comercializáveis, entre os quais o mais importante é a força de tra-balho. Aumentando os salários em função da apreciação da moeda local, aumenta o consumo, diminuindo, proporcionalmente, a poupança nacional. Foi o que acon- teceu no Brasil: nos últimos anos o nível de investimentos cresceu muito pouco, enquanto que a poupança doméstica caía proporcionalmente ao déficit em conta corrente.

Está, portanto, embutido no Segundo Consenso de Washington um elemento de valorização artificial da taxa de câmbio: quanto maiores os financiamentos ou os investimentos diretos, que aumentam o endividamento financeiro e patrimonial do país, mais apreciada tende a se tornar a taxa de câmbio, menos estimuladas as exportações ou a substituição competitiva de importações, maior (artificialmente) o poder aquisitivo dos assalariados e maior seu consumo, e, portanto, menor a poupança interna, compensando-se, assim, a entrada da poupança externa com a diminuição da interna, e mantendo-se no mesmo nível o déficit em conta corrente, ou seja, a necessidade de novos financiamentos.

Mesmo que o investimento da multinacional tenha sido feito em prédios e equipamentos, a poupança externa embutida no investimento direto foi anulada pela redução da poupança interna causada pelo aumento do consumo. Como o investimento direto financiou o déficit em conta corrente, o país absorveu poupan- ça externa, ou seja, endividou-se, mas não cresceu, nem aumentou sua capacidade de remunerar o capital estrangeiro investido.

O novo consenso interessava fundamentalmente os bancos

comerciais e os bancos do investimento nos países ricos, nos quais o excesso de capitais ou de poupanças que buscam novos mercados lucrativos é uma constante. Interessava mais amplamente os países ricos, cuja política comercial é sempre de aumentar saldos comerciais. E contou, naturalmente, com o apoio das duas instituições fi- nanceiras internacionais sediadas em Washington: o FMI e o Banco Mundial.

Como o FMI compatibilizava o caráter frouxo do Segundo Consenso de Washington com sua política macroeconômica supostamente dura? Fundamental- mente, através da estratégia de concentrar toda a sua atenção nas contas fiscais do país, deixando de lado as contas externas. Se examinarmos os acordos firmados pelo FMI nos anos 1990, verificaremos que o déficit em conta corrente está sempre em segundo plano. Mal é mencionado. Se o fosse, e o FMI estabelecesse metas rí- gidas para o saldo comercial e a conta corrente, não teríamos o Segundo Consenso de Washington. Concentrando-se no déficit público, o FMI continuava a merecer

sua fama de "duro", embora, no plano externo, estivesse sendo "frouxo". E justi-ficava teoricamente essa política com a teoria dos déficits gêmeos: se o país contro- lava o déficit público estaria automaticamente controlando o déficit em conta cor- rente. Ora, sabemos que essa teoria só faz sentido quando a taxa de câmbio é de equilíbrio. Quando ela está valorizada, como tem sido o caso do Brasil desde 1994, o país pode ter déficits públicos relativamente pequenos (senão superávits) e gran- des déficits em conta corrente. E, certamente, a economia pode estar desaquecida, e, não obstante, manifestam-se os dois déficits.

Fique claro que a poupança externa que um país recebe é, por definição, défi- cit em conta corrente. Mantidas as reservas constantes, é aumento de endividamen- to internacional, seja na forma de dívida financeira, seja na forma de dívida patri-monial representada pelo estoque de capital estrangeiro. O que dizia — e ainda diz — o Segundo Consenso de Washington, portanto, é que era legítimo que países já altamente endividados se endividassem ainda mais, desde que cumprissem os re- quisitos do Primeiro Consenso: ajuste fiscal e reformas orientadas para o mercado.[21]

FINANCIAMENTO PARA O SUBDESENVOLVIMENTO

Por que haveria aí um erro de estratégia do ponto de vista do desenvolvimen-to dos países altamente endividados? Por que uma certa apreciação do câmbio seria perversa? Por que estaríamos, nesse caso, diante de um típico financiamento para o subdesenvolvimento?

Em primeiro lugar, porque há um limite para o endividamento de um país. A partir de um certo limiar torna-se crescentemente perigoso continuar se endividan- do, principalmente em termos financeiros, mas também, ainda que em menor grau, em termos patrimoniais. Nos anos 1970, quando foi ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen costumava dizer que o índice dívida externa/exportação não deveria superar 2. Alguns anos mais tarde, em seu livro-texto de macroeconomia, Simonsen foi mais preciso, mas menos severo: um país devedor com um índice dívida externa/PIB inferior a 2 estaria em uma situação confortável; entre 2 e 4 sua situação seria duvidosa;

acima de quatro, crítica.[22]

Pesquisas recentes confirmaram a primeira intuição de Simonsen. Embora se- ja impossível defini-lo com precisão, as pesquisas empíricas confirmam que há um limiar acima do qual a dívida se torna negativa para o país. O Banco Mundial definiu esse limiar pelo índice dívida/exportações, que não deveria ultrapassar 2,2, e pela relação dívida/PIB, que seria de 80%. A maioria dos episódios de crise de

---

21 Vale observar que toda esta argumentação não leva à conclusão de que qualquer forma de poupança externa seja prejudicial ao país. Desde que a poupança externa venha na forma de investimento direto em bens comercializáveis, será bem-vinda. O essencial, para o país, é reduzir seus índices de endividamento. Esse tipo de poupança pode contribuir nessa direção.

22 Ver Simonsen e Cysne (1995).

dívida ocorreu quando um desses dois limiares foi ultrapassado. No caso do Brasil, que é um país relativamente fechado para o exterior (seu índice de exportações sobre o PIB continua em torno de 10%), o índice dívida externa/exportações é claramente o índice crítico. Cohen foi mais estrito. Segundo ele, quando o índice de endividamento supera 2 ou a porcentagem dívida externa/PIB supera 50%, a probabilidade de reestruturação da dívida torna-se alta e o efeito negativo sobre o crescimento torna-se significativo.[23] Finalmente, um estudo recente de três econo- mistas do FMI demonstra que, a partir do índice de endividamento 1,6-1,7 e de 35-40% do PIB "o impacto médio da dívida sobre o crescimento da renda por habitante parece se tornar negativo". O estudo também mostra que quando a re- lação dívida-exportação aumenta de 1 para 3, a taxa de crescimento declina 2 pontos percentuais por ano.[24]

No caso do Brasil, o índice de endividamento dívida externa/exportações era superior a 3 no início dos anos 1990. Uma política de crescimento com poupança externa era, portanto, altamente desaconselhável apenas por essa razão. Hoje este índice já é 4, não obstante uma parte considerável do endividamento ocorrido na década tenha sido feito através de investimentos diretos, que aumentam a dívidapatrimonial mas não influenciam os índices de endividamento financeiro. O fatode parte da poupança externa ter vindo na forma de investimentos diretos é, porum lado, favorável para o país na medida em que a liquidez desse tipo de dívida é menor. Mas é, por outro lado, negativa na medida em que esses investimentos não considerados nos índices de endividamento externo envolvem, não obstante, o pagamento de serviços ao exterior.

Em segundo lugar, atendida a condição de não ultrapassar o limiar de endivi- damento externo, o financiamento com poupança externa poderá ser favorável desde que o endividamento correspondente não provoque valorização do câmbio. A valorização, entretanto, tenderá a ocorrer no mercado já que, em princípio, a taxa de câmbio de equilíbrio é inferior à taxa de câmbio de equilíbrio com zero de défi- cit em conta corrente, quando se admite ser aquele equilíbrio compatível com um déficit em conta corrente. Para impedir tal valorização, que provocará a elevação artificial dos salários e, em conseqüência, do consumo, a solução seria reduzir com- pensatoriamente a taxa de juros. Isto,

entretanto, não foi considerado pela política econômica adotada pelo Brasil. Ainda que houvesse baixa de taxa de juros real em relação às taxas altíssimas do período anterior a 1994, quando prevalecia a alta inflação, a taxa de câmbio manteve-se valorizada, os salários elevados artificialmen-te, o consumo igualmente elevado, e a taxa de poupança interna rebaixada.

De fato, o que ocorreu no Brasil após 1994 foi que os substanciais déficits em conta corrente, ou seja, a poupança externa aplicada no país, parte da qual em investimentos diretos, foi compensada pela diminuição da poupança interna, de

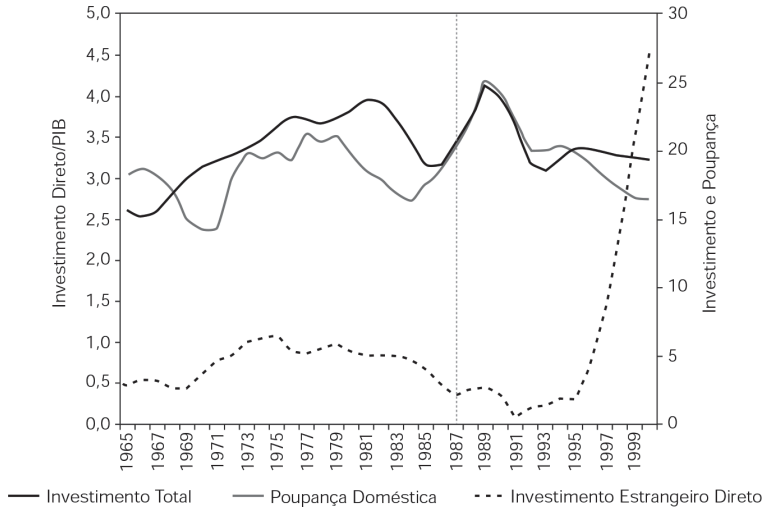
---

23 Ver Cohen (1993).

24 Ver Pattillo, Poirsin e Ricci (2002).

forma que os investimentos totais não aumentaram no período, pelo contrário,diminuíram, e, como já vimos, o desenvolvimento não foi retomado.

Gráfico 1: Taxas de Investimento (1), de Poupança Doméstica (2) e Taxa de Investimento Estrangeiro Direto (% sobre PIB; (1) - (2) = Taxa de Poupança Externa)



Fonte: FIBGE e Banco Central do Brasil.

O Gráfico 1 é muito expressivo a esse respeito. A poupança externa é a dife- rença entre a curva de investimento total e a curva de poupança externa, ambas medidas na escala da direita. Vemos, por ele, que a poupança externa, que estava zerada entre 1988 e 1992, e mesmo negativa entre 1993 e 1994 (o que significa que estávamos pagando dívida), torna-se positiva a partir de 1995. Ou seja, passamos a ter déficits em conta corrente, que são crescentes até 1999. A partir daí estabili- zam-se e, em seguida passam a diminuir (o que o gráfico já não mostra). Não obstante o aumento da poupança externa, os investimentos totais não aumentam. Pelo contrário, diminuem um pouco na medida em que a poupança doméstica di- minui devido ao aumento artificial dos salários causado pela valorização do câmbio. Vemos também que os investimentos totais não aumentam apesar da

grande eleva- ção dos investimentos diretos, medidos na escala da direita. Houve, portanto, uma completa e perversa compensação do aumento da poupança externa pela diminui- ção da interna.

Existe ainda uma terceira condição para que o financiamento externo, ou a poupança externa promova o desenvolvimento do país: que este, ao receber o fi- nanciamento, esteja envolvido em um forte processo de desenvolvimento, e, por- tanto, esteja executando um grande número de investimentos privados e possivel- mente estatais com taxas de lucro previstas substancialmente maiores do que a taxa de juros de mercado. Nos anos 1970 era isto o que ocorria. Por isso podemos

ver no Gráfico 1 que a poupança externa foi sempre positiva nesse período, ou seja, o país se endividava, mas, em compensação, aumentava a taxa de investimen- to. De acordo, porém, com o Segundo Consenso de Washington, não importava que esses países, além de endividados externamente, não tivessem projetos de investimento. O "mercado", transformado em um estranho agente social, encarregar-
-se-ia de criar as condições para os investidores externos formularem e executarem os projetos de desenvolvimento.

Ignorava-se, assim que a teoria econômica nos ensina que um déficit em conta corrente crônico está sempre associado a um câmbio valorizado. Ignorava-se, tam- bém, que a valorização do câmbio é uma forma artificial de elevar salários, e, em conseqüência, de aumentar o consumo, principalmente da classe média e da classe rica, cujo consumo tem significativo componente importado. Ignoravam-se ambas as coisas, enquanto o Brasil incorria em enormes déficits em conta corrente e au- mentava de forma irresponsável seu endividamento externo nos anos 1990.

Observe-se que não estou negando que a poupança externa possa ser útil a um país. Entretanto, ela só o será se as três condições que estabelecemos acima forem atendidas. Ou seja, que o país não tenha ultrapassado o limiar de endividamento,que não permita a valorização do câmbio e o decorrente aumento do consumo, e que existam amplas oportunidades de investimento produtivo. Nenhuma das três condições estava presente no Brasil, nos anos 1990. Por isso, o recurso à poupança externa só representou endividamento — foi um caso típico de endividamento para o subdesenvolvimento.

O que tivemos nos anos 1990, com o Segundo Consenso de Washington, foiuma política de populismo cambial com apoio do FMI e do Banco Mundial. Háduas formas de populismo econômico, o fiscal (gastar mais do que se arrecada) eo cambial (valorizar o câmbio). Canitrot deixou este assunto claríssimo em seu clássico *paper* de 1975.[25] A primeira forma é mais óbvia do que a segunda, ambas são desastrosas, mas a segunda é mais perigosa na medida em que as crises dos países em desenvolvimento começam sempre por uma crise cambial. Crises de balanço de pagamentos podem também ocorrer em função de grandes déficits públicos e do

descontrole monetário, mas isto só ocorrerá se o país estiver vivendo um período de *boom* econômico, e, portanto, de excesso de demanda. Ora, desdeos anos 1970 o Brasil, como a maioria dos países latino-americanos, não têm essa experiência.

Mas, poderia perguntar alguém, demonstrando uma certa ingenuidade, pou- pança externa recebida por um país não é sinônimo de investimentos diretos es- trangeiros? Por que, então, relacioná-la com populismo cambial? Em primeiro lugar, porque poupança externa é sinônimo de déficit em conta corrente; só é sinônimo de investimento direto estrangeiro para quem não conhece as contas do balanço de pagamentos. Mas, poderia continuar o perguntador ingênuo, se contabilmente sa-bemos que poupança é igual investimento, poupança externa não financia apenas

---

25 "La Experiencia Populista de Distribuición de Renda" (Canitrot, 1975).

investimento? Não, novamente. Pode financiar tanto investimento quanto consumo, mas geralmente financia consumo, já que, como vimos, aprecia o câmbio, e o câm-bio valorizado estimula o consumo. Na verdade, poupança externa é uma expres-são marota. Ou marotamente usada, como acontece com muitos outros termos nesta ciência tão ideológica mas tão orgulhosa de não sê-lo como é a ciência eco-nômica. Poupança externa é simplesmente déficit em conta corrente, mas, como pode ser financiada por investimentos diretos, é facilmente confundida com estes.

Quando o déficit em conta corrente (ou a poupança externa) é financiado porinvestimentos diretos temos, sem dúvida, uma situação mais favorável do que quan-do financiado por empréstimos, mas nem por isso a poupança externa é benéfica. Se o país tiver grandes projetos de investimento, como era o caso dos Estados Unidos no século XIX, o financiamento do déficit em conta corrente com investi-mento direto poderá ser benéfico. Se, entretanto, este não for o caso, e o investi-mento direto acabar financiando consumo, só aumentará a dívida do país, já queo estoque de capitais externos no país é também dívida — é dívida patrimonial servida por remessa de dividendos ao invés de remessa de juros.[26]

No caso do Brasil, o investimento direto externo era cerca de US$2 bilhões porano no início da década, e passou a ser os mesmos US$2 bilhões, mas por mês, no governo Fernando Henrique, mas nem por isso a taxa de acumulação de capital e a taxa de crescimento do país aumentaram. A poupança externa foi compensada pela despoupança interna, dado que a poupança doméstica caiu com a valorização do câmbio e o conseqüente aumento da propensão média a consumir, de forma que a taxa de investimento não aumentou e o país permaneceu semi-estagnado, cres- cendo menos de 1 por cento *per capita* no período.

ELITES ALIENADAS

Cabe, porém, uma terceira questão encadeada. Se o erro de agenda, privile-giando o combate da inflação e não o desequilíbrio externo, foi resultado do Se- gundo Consenso de Washington, por

que o Brasil aceitou sem crítica esse consenso? Minha resposta a esta pergunta só pode ser uma: porque não apenas as autoridades econômicas, mas, mais geralmente, as elites brasileiras demonstraram-se alienadas, incapazes de definir e defender o interesse nacional. A política econômica no go- verno Fernando Henrique foi desastrosa na medida em que refletiu a incapacidade das elites brasileiras de pensar por conta própria e de criticar o Segundo Consenso de Washington.

Um país, quando realiza sua revolução capitalista, tende também a realizar sua

---

26 O total da dívida financeira e da dívida patrimonial do país menos reservas e investimentos e empréstimos ao exterior feitos pelo país é seu passivo externo líquido. Como as duas últimas parcelas são pouco importantes nos países em desenvolvimento econômico, o passivo externo líquido corresponde à dívida total externa menos reservas.

revolução nacional. Através da primeira, a apropriação do excedente passa a ocor- rer principalmente através do mercado, as instituições passam a garantir a proprie- dade e os contratos, e a acumulação de capital e a incorporação de progresso téc-nico tornam-se processos intrínsecos ao sistema econômico. Através da segunda, as decisões do governo passam a responder aos interesses nacionais, ou seja, aos interesses do trabalho e do capital nacionais. O Brasil completou sua revolução ca-pitalista nos anos 1960, mas, no início dos anos 1980, quando começa sua grande crise, sua revolução nacional, ainda que houvesse avançado, não se havia comple- tado. Interrompida pela crise da dívida externa e a crise fiscal do Estado, a revolu- ção nacional continuou paralisada nos anos 90. Os brasileiros continuavam vítimas do complexo de inferioridade colonial, ou da "fracassomania" de que nos falou Albert Hirschman.

Este é um problema cultural difícil de ser solucionado, especialmente enquan-to as elites brasileiras se revelarem incapazes de se identificar com a própria nação. Minha impressão, entretanto, é a de que os pobres, ou o povo, têm avançado nesta matéria. São capazes de absorver a cultura estrangeira e incorporá-la criativamente na nossa própria cultura. O caso do nosso mais bem-sucedido bem cultural de exportação — a música popular brasileira — é uma indicação positiva nesse sen-tido. Os níveis crescentes de educação, atingindo hoje a massa da população bra-sileira, contribuem na direção de uma maior capacidade de valorizar o que é nosso. Entretanto, enquanto o povo avança, ainda que lentamente, na recusa do comple-xo de inferioridade colonial, nossas elites retrocederam dramaticamente nos últimos 20 anos.

As elites cafeeiras do Oeste paulista, além de iniciar a Revolução Capitalista brasileira, na segunda metade do século XIX, contribuíram de forma significativa no sentido de definir a identidade nacional. A semana de arte moderna, de 1922, e o Manifesto Pau Brasil foram marcos dessa mudança. Em seguida, a elite industrial paulista e a tecnocrática do Rio de Janeiro, reunidas em torno dos governos Vargas e Kubitschek, promoveram um enorme avanço na afirmação dos interesses nacio- nais.[27] A Revolução Nacional avançou a passos largos a partir de então. E, apesar dos pesares, continuou a avançar durante o regime militar. Entretanto, quando o Estado

desenvolvimentista, que fora tão bem-sucedido em promover o desenvolvi- mento nacional, entrou em crise nos anos 80, nossas elites perderam rumo. Nesse momento, a ideologia neoliberal senão ultraliberal tornara-se dominante em Washington e Nova York, e se transformava em ofensiva sobre os países em desen- volvimento. Dada a crise que estes países viviam, especialmente na América Latina, os arautos das novas ideologias encontraram aqui campo fértil. Mais fértil do que nos próprios países ricos. Nos anos 1990, nossas elites, que desde os anos 1930 haviam aumentado significativamente sua capacidade de identificar e de defender o interesse nacional, retrocederam de forma dramática. Diante da crise da estraté-

---

27 Não falo em elites tecnocráticas cariocas, mas do Rio de Janeiro, porque os membros dessa elite provinham de todos os Estados do país.

gia anterior de desenvolvimento, ao invés de pensar uma nova estratégia que con- sultasse os interesses nacionais, simplesmente se renderam à ofensiva ideológica vinda do Norte.

Em seu último livro, *Em Busca de Novo Modelo,* Celso Furtado voltou a dar ênfase a um problema que se tornou central para as classes médias e altas brasilei- ras pelo menos desde os anos 1960: a busca desenfreada de imitar os padrões de consumo dos países centrais, particularmente dos Estados Unidos. Nesse livro, Fur- tado volta às raízes do desenvolvimento econômico: a revolução capitalista e a revolução científica. A interação entre esses dois processos deve ser buscada, de umlado, na intuição de Galileu de que a natureza seria racional e poderia ser reduzida a esquemas geometrizáveis; de outro, ao processo de acumulação capitalista que torna a racionalidade instrumental dominante. Neste processo, porém, a industria- lização tardia de países como o Brasil foi muito diferente da que ocorreu nos países hoje desenvolvidos, porque enquanto nestes a inovação e a difusão combinam-se para responder às próprias necessidades das sociedades, naqueles a difusão é mar- cada pela tentativa de imitação por parte das elites — as classes altas e as médias
— dos padrões de consumo do centro.

Esta reprodução dos padrões de consumo vai continuar a determinar hoje as duas tendências centrais das economias periféricas: (1) a propensão ao endivida- mento externo e (2) a propensão à concentração social da renda. Ambos os pro- cessos têm como matriz a alta propensão a consumir das elites brasileiras em sua ansiedade em reproduzir o consumo central. Comparando o Brasil com a Índia, ele nos apresenta dados poderosos em favor do seu argumento. Embora a Índia tenha uma renda por habitante que é um quinto da brasileira, sua taxa de poupança é consideravelmente maior do que a do Brasil. Como se explica isto? Porque a renda é muito mais concentrada no Brasil nas classes altas e médias do que na Índia. Neste país os 20 por cento mais ricos controlam uma renda quatro vezes maior do que os 20 por cento mais pobres, enquanto que no Brasil essa relação é 32!

A busca da reprodução dos padrões de consumo norte-americanos está na raiz seja da concentração de renda, seja da baixa taxa de poupança: desta, dada a pró-pria natureza da tentativa; daquela, na medida em que a demanda para os bens de consumo de luxo produzidos depende dessa concentração. A primeira relação pa- rece-me

indiscutível. Já a segunda, eu creio que perdeu grande parte da sua valida- de. Nos anos 1960 e 1970, em um momento em que o acesso a muitos dos bens de consumo de luxo estava restrito à classe média e à classe alta, a concentração derenda já existente era reforçada pelo tipo de bem produzido. Hoje, entretanto, quando as empresas buscam desesperadamente atingir os pobres com seus bens e serviços, eu creio que o agravamento da concentração de renda, que continua a ocorrer, deve ser buscado antes no enfraquecimento relativo dos pobres em defen- der seus interesses, e no tipo de desenvolvimento tecnológico, que aumentou a demanda de trabalho qualificado, enquanto que diminuía o de trabalho não-qua-lificado.

Mais importante na análise de Furtado, entretanto, é o fato de que as classesbeneficiadas com essa concentração não se revelam à altura de seu papel de elites.

Ao copiarem os padrões de consumo norte-americanos, não poupam para investir, e endividam o país no exterior. A acusação de prática do populismo econômico, que essas classes usam para atacar os políticos populares, é indevida porque é o consumo delas e não o dos pobres que leva ao déficit público e, principalmente, ao populismo cambial: a valorização artificial do câmbio, em nome do combate da inflação, para facilitar o consumo de bens e serviços com considerável componen- te importado. Não são os pobres que adquirem bens importados, nem que viajam para o exterior.

Celso Furtado concentra assim sua análise no consumo das elites. Estou de acordo, mas seria ainda mais severo. É patético o fracasso político das elites atuais. Alienadas em um grau impensável, fracassam na sua missão de dirigir o país. Ao reproduzirem os padrões de consumo do centro — inclusive em suas tristes resi-dências "neoclássicas" que constituem uma irrisão para a grande arquitetura bra- sileira — reproduzem também, de forma acrítica, a ideologia externa. Ao invés de definir, caso a caso, qual o interesse nacional, e defendê-lo, dedicam-se apenas ao "confidence building". O que lhe interessa é saber o que os estrangeiros pensam do Brasil, não o que o Brasil pensa sobre seu futuro.

O RISCO DA CRISE INTERNA

A crise de balanço de pagamentos poderá ser agravada ou superada dependen- do da forma que o governo enfrentar o problema interno. No plano externo, ogoverno fez o mais importante, logrou — logo que a crise se tornou clara — um novo acordo com o FMI. A perda de confiança dos credores estrangeiros não foi superada, já que a renovação dos créditos de longo prazo e das linhas de crédito comerciais de curto prazo das empresas brasileiras continua suspensa, mas o go- verno e o FMI fizeram o que era obrigação de ambos no momento. Por outro lado, a iniciativa do presidente Fernando Henrique de conversar com os candidatos à presidência sobre esse acordo, obtendo deles sua concordância (o que não signifi-cava, naturalmente, que concordassem com a política econômica que tornou o acordo necessário) era o que melhor poderia ter feito no plano político. O impor-tante agora é impedir que a crise

externa se transforme em crise interna, umapassando a realimentar a outra. No momento em que escrevo, em dezembro de 2002, as empresas endividadas em dólares enfrentavam dificuldade em rolar suas dívidas, não apenas porque os credores não renovam seus empréstimos, afetando sua liquidez, mas também porque a taxa de câmbio subiu e provocou redução de seus lucros senão prejuízos. Por outro lado, os empresários naturalmente pessimis-tas diante dos fatos, reduziram seus investimentos.

Diante desses fatos, é necessário que o governo assegure a devedores e especu-

ladores que usará sem hesitação suas reservas para manter a taxa de câmbio em um nível que leve ao equilíbrio da conta corrente. Certamente não é de R$ 2,40 por dólar, mas também não é maior que a taxa atual, de aproximadamente R$ 3,50.Em lugar de uma meta de inflação, devemos, conservando flutuação do câmbio, ter

em vista um nível de taxa de câmbio real para garantir exportadores e devedores. Imagino que esse nível, que deveria ser assegurado através das medidas clássicas de uma flutuação "suja", seria de cerca de R$ 3,00 reais por dólar. No momento, entretanto, seria inclusive razoável que as autoridades monetárias deixassem que a taxa de câmbio suba para próximo de R$ 3,50: tal *overshooting* deverá desesti- mular as saídas e estimular as entradas (já que os agentes econômicos saberão — ou desconfiarão — racionalmente que a taxa de equilíbrio, para a qual a taxa mais afinal voltará, é menor). Mas a taxa de câmbio não deverá subir além desse nível para se evitar uma debilidade adicional das empresas endividadas.

Por outro lado, dada a suspensão da rolagem da dívida e as previsões de défi- cit em conta corrente e de amortizações, a expectativa é de que o país, cujas reser- vas líquidas estão em torno de US$ 23 bilhões, termine o ano com reservas líquidas próximas de zero. O problema que se coloca para o governo é saber até que ponto deve usar suas reservas para manter o câmbio no nível que estimo de equilíbrio, ou se deixa que ocorra o *overshooting* do câmbio. Em qualquer hipótese, a herança que o atual governo deixa para o próximo é de crise. O *default* só será evitado se o FMI liberar o uso de seus recursos, que em princípio não devem ser usados, até o momento em que um aumento ou a perspectiva de um aumento do superávit comercial leve os credores a renovar suas linhas de crédito. Williamson realizou um cuidadoso estudo das perspectivas de *default* do Brasil, e chegou à conclusão de que há, de um lado um elemento de pânico por parte do mercado, que não se jus-tifica pelas declarações dos candidatos; de outro, a prática de elevadas taxas de juros conspira para manter a dívida interna em elevação e a economia como um todo sob perigo, já que o superávit primário tenderá a ser de R$53 bilhões em 2003 contra um total de juros internos de R$176 bilhões. Tudo, afinal, dependerá, de um lado, de como será o comportamento do novo governo na área fiscal e monetária, e, de outro, dos credores externos.[28]

Na área interna, o problema fundamental é o de enfrentar o pessimismo dos empresários e reverter a queda dos investimentos que está provocando taxas de desemprego recordes. Preocupado com uma elevação da taxa de inflação que é temporária, decorrente da desvalorização cambial, o governo insiste em continuar

aumentando a taxa de juros nominal. O próximo governo, assim que recupere o crédito internacional, deverá começar a reduzir a taxa de juros de forma determi- nada. No documento Bresser-Pereira e Nakano (2002a) demonstramos que a taxa de juros básica paga pelo Banco Central, ao contrário do que se afirmava, não é altíssima devido à classificação de risco do Brasil. Essa elevação é explicada por um "conservadorismo monetário" excessivo praticado há mais de dez anos pelo Banco Central. Muitos países, com classificações de risco iguais ou piores do que a do Brasil, apresentam, consistentemente taxas de juros básicas duas a três vezes menores. Entendíamos, no início de 2002, que a redução da taxa de juros para cerca da metade do nível atual deveria ser adotada no próximo governo, dentro de

---

28 Ver Williamson (2002).

um quadro de mudança de regime de política econômica, para, assim, se poder retomar o desenvolvimento. Dada, porém, a nova crise de confiança externa e re- cessão interna, que ameaçam a solvabilidade das empresas, o governo Fernando Henrique Cardoso deveria começar imediatamente a baixar a taxa de juros.

A alternativa "ortodoxa", entretanto, continuou a ser praticada pelo Banco Central até o final do governo Cardoso. Ao invés de baixar ou manter o Banco Central continuou a aumentar a taxa de juros, para tentar reduzir o câmbio e a inflação. O próprio FMI pressionou o governo brasileiro nesse sentido quando da assinatura do último acordo. Isto seria razoável caso a crise de balanço de paga- mentos fosse resultado de excesso de demanda. Não é. É resultado de excesso de dívida e da existência de déficit em conta corrente ainda muito alto, embora com tendência à baixa. Elevar a taxa de juros em uma situação desse tipo foi o que fez a Nova Zelândia, em 1997, como resposta à crise dos países asiáticos que se refle-tia fortemente naquele país. O resultado foi desastroso, levando inclusive o partido do governo a perder as eleições seguintes. A Austrália, enfrentando o mesmo pro-blema, fez o oposto — reduziu a taxa de juros e estimulou a economia voltando-se para o mercado externo. Foi um grande êxito e o governo reelegeu-se.

A diferença daqueles países para o Brasil é que suas economias não eram tão frágeis internacionalmente. Mas isto não significa que devamos, diante da crise de balanço de pagamentos, nos amedrontar. Ao contrário, os perigos que enfrentamos são maiores, exigindo maior determinação e coragem da nossa parte. O essencial, agora, é fortalecer as empresas e os bancos nacionais. Estes estão sólidos graças à competente reestruturação realizada através do PROER e à boa qualidade da sua administração, mas não há solidez que resista à crise externa acoplada à interna.[29] Ao mesmo tempo, o novo governo precisa aprofundar seu ajuste fiscal. Da mesma forma que certa ortodoxia incompetente certamente proporá elevar juros, outra "heterodoxia" igualmente incompetente proporá gastar mais para aumentar a demanda. Seria um erro igualmente grave. Quando o FMI assinou novo acordo com o Brasil, em agosto de 2002, contentou-se com um superávit primário de 3,75 por cento. Naquele momento vários economistas e homens públicos brasileiros

lamentaram a "dureza" do FMI, que "impediria o desenvolvimento do Brasil". Este tipo de "keynesianismo" equivocado não honra o grande economista inglês. É apenas sua tradução vulgar, populista.[30]

Keynes defendia, sem dúvida, uma política fiscal ativa quando o país estivesse entrando em uma recessão. Hoje, este tipo de política é universalmente aceito, apesar de toda a onda neoclássica contra o pensamento de Keynes. Entretanto,

---

[29] O PROER, embora muito criticado pela oposição porque obviamente teve um custo, foi um programa competente do Banco Central que logrou sanear o sistema financeiro brasileiro em 1996. Os bancos de varejo insolventes foram reestruturados, e os depósitos bancários, preservados. Em compensação, os acionistas dos bancos reestruturados perderam seu controle e sua propriedade (dado que o patrimônio líquido dos bancos havia se tornado negativo).

[30] Ver Bresser-Pereira e Dall'Acqua (1991).

Keynes sempre defendeu que se o país partia de uma situação de equilíbrio fiscal, deveria voltar, imediatamente após a adoção da política fiscal ativa, ao equilíbrio fiscal temporariamente perdido. Para ele era inadmissível um déficit público crôni-co. Além disso, Keynes supunha que a recessão, e a conseqüente tendência à deflação, resultavam de uma propensão a investir provisoriamente rebaixada devido à insegurança quanto ao futuro dos investidores em ativos reais ou dos consumidores. Depois de Keynes, uma segunda coisa ficou clara em relação ao déficit público, à demanda agregada, e à inflação. Esta pode ocorrer em situação de insuficiência crônica de demanda e de déficit público também crônico. Nesses casos, a baixa propensão a investir dos empresários é conseqüência do déficit público e da inflação que levam os produtores a formar perspectivas negativas em relação ao futuro. Ora, nestas circunstâncias a melhor política de estímulo à demanda agregada não é aumentar o gasto fiscal mas diminuí-lo. Nestas circunstâncias, só uma política dessa natureza será capaz de restabelecer a confiança dos empresários e de levá-los a retomar os investimentos, porque a expectativa (racional) dos agentes econômicos é a de que a continuidade do déficit público levará mais cedo ou mais tarde à crise fiscal e financeira. O mesmo raciocínio se aplica para os investidores e credores internacionais. Considerando-se estas expectativas, seria adequado que o novo governo, enquanto estivesse providenciando a baixa gradual dos juros, procurasse aumentar o superávit primário para 5% do PIB. Sei que não é fácil nem agradável, mas jamais recuperaremos o crédito externo e a confiança dos empresários internos se afrouxarmos a política fiscal. Pelo contrário, precisamos endurecê-la.

O compromisso informal com uma taxa de câmbio real igual ou um pouco superior a R$ 3,00, a baixa gradual mas firme da taxa de juros e o aprofundamen-to do ajuste fiscal manterão a economia no próximo ano desaquecida, crescendo aproximadamente à mesma taxa deste ano (0 por cento de crescimento da renda por habitante), mas, em compensação, poderemos esperar, dentro de um prazo razoável, a volta do crédito externo e da confiança interna.

Mais do que isto, tornar-se-á possível, afinal, que o país cresça sem o limite da "restrição externa". Ou seja, dada a taxa de câmbio real mais

alta, será possível que aumente o PIB sem que se produza um déficit em conta corrente que obrigue as autoridades monetárias a restringir o crescimento. No passado, usava-se a expressão "restrição externa" para significar a falta de acesso aos mercados financeiros internacionais. Note-se, portanto, que estou usando essa expressão em um sentido qua- se oposto. Foi o Segundo Consenso de Washington, e portanto, a falta de restrição nesse sentido que nos levou à crise atual. Dados os índices elevados de endividamen-to da economia brasileira, esta só voltará a crescer de forma sustentada, sem restri- ção externa, se a sua taxa de câmbio for a de equilíbrio da conta corrente.

CONCLUSÃO

O governo Fernando Henrique Cardoso termina em um quadro de crise de balanço de pagamentos. O presidente foi extremamente bem-sucedido quando, co-

mo ministro da Fazenda, liderou o Plano Real em 1994, e estabilizou os preços. A política que sua equipe econômica adotou nos anos seguintes, porém, ao invés de completar a estabilização macroeconômica, levou-a a deteriorar-se. A razão ime- diata deste mau resultado foi o governo ter estabelecido como sua principal agen-da econômica a garantia da estabilidade de preços, ao invés de compreender que este objetivo estava razoavelmente garantido, e tratar de priorizar o equilíbrio das contas externas.

Os primeiros quatro anos de governo terminaram em crise cambial seja porque o ajustamento fiscal insatisfatório e as altas taxas de juros impediram o equilíbrio fiscal, seja porque a taxa de câmbio sobrevalorizada levou a grandes déficits em conta corrente, e o grande aumento da dívida externa e do passivo total líquido do país. O segundo período do governo foi inaugurado com uma corajosa e bemsuce-dida flutuação do real, mas terminou igualmente em crise de balanço de pagamen-tos. Em seguida à flutuação do câmbio a taxa de juros, que havia sido elevada no momento da desvalorização, foi sendo reduzida pelo Banco Central, enquanto as metas fiscais eram atingidas graças principalmente ao aumento dos impostos. A taxa de juros básica, entretanto, mantinha-se em nível muito superior ao que jus-tificariam as classificações de risco do Brasil. Não obstante, quando, no início de 2001, diante do agravamento da crise da Argentina, e do fato de a economia bra-sileira dar modestos sinais de aquecimento, a taxa de câmbio subiu para próximo de R$ 3,00, o Banco Central cometeu o erro de novamente priorizar o combate à inflação em prejuízo das contas externas. Elevou a taxa de juros e vendeu dólares no mercado para impedir que a taxa de câmbio se estabilizasse nesse nível. Com isto, voltava-se à política de 1995-98, de dar toda prioridade ao combate à inflação.

Existe, portanto, uma possibilidade concreta de os credores obrigarem o país

ao *default*. Entretanto, a solvência da economia brasileira vinha melhorando desde a bem-sucedida flutuação do câmbio em janeiro de 1999, graças ao aumento das exportações e do superávit comercial, de forma que, adotada uma política que aprofunde o ajuste fiscal enquanto baixe a taxa de juros interna e evite que o real venha a se reavaliar, o país provavelmente evitará o *default*.

A razão principal para esse comportamento irracional foi ter o governo aceito de forma acrítica o Segundo Consenso de Washington, segundo o qual países alta- mente endividados, como o Brasil, poderiam resolver seus problemas recorrendo a poupança externa, ou seja, a mais endividamento. Esta política interessava aos países ricos, que assim viam justificados grandes superávits comerciais, interessava aos bancos internacionais que podiam emprestar a elevadas taxas de juros aos paí- ses emergentes, e interessava às autoridades locais na medida em que ali havia um elemento populista — o populismo cambial — suficientemente disfarçado para contar com o apoio do próprio FMI. Este, nos termos do Segundo Consenso de Washington, ao invés de adotar uma "hard budget constraint", adotou claramente uma "soft current account constraint", o que interessava a seus principais acionis- tas tanto no plano comercial quanto financeiro.

A crise de balanço de pagamentos hoje em curso provavelmente não teria ocorrido se não fosse o novo aumento da taxa de juros em 2001 e o uso de US$ 28

bilhões para evitar a depreciação do real. Esse novo erro de política econômica acentuou a fragilidade financeira do país. Entretanto, é razoável prever a mudança das perspectivas dos credores internacionais em relação à nossa capacidade de manter o serviço da dívida. Esta mudança ocorrerá se a meta contratada com o FMI de 3,75 por cento do PIB de superávit primário continuar a ser alcançada, se a depreciação do real, ocorrida nos últimos meses, elevando a taxa de câmbio para cerca de R$3,00, for mantida aproximadamente nesse nível, de forma a se conso-lidar a tendência, hoje já evidente, de aumento do superávit comercial, e se o novo presidente revelar-se confiável para com os credores internacionais.

A atual crise de balanço de pagamentos está sem dúvida relacionada com aseleições. Ao aumentarem as expectativas de vitória da oposição, a crise de confian-ça, que estava latente, aflorou. Há nela um elemento de pânico ou de efeito-mana-da, mas não há dúvida de que ela reflete uma política gravemente equivocada por parte da equipe econômica chefiada pelo ministro Pedro Malan nestes oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso. Nestes oito anos, a equipe econômica e aselites que ela representa erraram ao adotarem ou apoiarem uma política de altos juros, que impede o investimento enquanto aprofunda o endividamento público, e de câmbio baixo, que produz a felicidade no curto prazo às custas da crise cambial anunciada.

Por que o governo do Brasil, aliás como o da grande maioria dos países em desenvolvimento — as grandes exceções são a China, a Índia, e, na América Latina,o Chile — adotou tal política? Principalmente porque suas elites revelaram-se par-ticularmente alienadas. Da mesma forma que essas elites reproduzem os padrões de consumo do centro, como Celso Furtado voltou a ressaltar com grande veemên- cia em seu último livro, eu adiciono que elas reproduzem as idéias do centro, es- tando as duas reproduções intrinsecamente relacionadas.

Só será possível sair desse impasse na medida em que as elites brasileiras per-cam poder para a sociedade civil e, mais amplamente, para as camadas populares.Furtado percebe este fato quando afirma

que "o ponto de partida do processo de reconstrução que temos de enfrentar deverá ser uma participação maior do povo no processo de decisão",[31] mas em seguida, contraditoriamente, ele manifesta sua esperança de que os intelectuais ajam como uma vanguarda para evitar que a man- cha de irracionalidade se alastre. Não creio que os intelectuais tenham essa capa-cidade ou mesmo essa virtude. Só vejo esperança para o Brasil na medida em que a democracia se aprofunde, que círculos cada vez mais amplos da população se envolvam no debate público, tanto ao nível local e setorial como ao nível nacional, estabelecendo assim limites para a alienação das classes médias e altas. Em outras palavras, na medida em que a atual democracia de elites seja, afinal, substituída por uma democracia de sociedade civil, ou de opinião pública, na qual o debate público generalizado se transforme em fator determinante das principais políticas

públicas adotadas pelo país.[32] Não chegamos ainda a esse estágio de governança, mas, se nosso desenvolvimento econômico tem sido decepcionante nos últimos dois decênios, o mesmo não se pode afirmar do desenvolvimento político.

Não obstante toda a força da ideologia globalista, que insiste na tese da cres-cente debilitação dos Estados nacionais, estou convencido de que poderemos afinal afirmar nosso interesse nacional. Na globalização, os Estados nacionais são mais interdependentes, mas precisam ser cada vez mais fortes. Globalização é competição entre empresas nacionais (convencionalmente chamadas de multinacionais) ao ní-vel mundial. O que os governos dos países ricos fazem é defender o capital e o trabalho nacionais — ou seja, suas empresas nacionais. O Brasil não tem alterna-tiva senão fazer o mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALL, Laurence (2000) "Policy Rules and External Shocks", NBER Working Paper 7910, September 2000, http://www.nber.org/papers/w7910.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (1991a) "A Crise da América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal?". *Pesquisa e Planejamento Econômico* 21(1), abril 1991.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (1991b) *A Crise do Estado*. São Paulo: Editora Nobel.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (1997) "As Três Formas de Desvalorização Cambial" (1997). *Revista de Economia Política* 17(1), janeiro 1997: 143-146.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2000) "Da Política de Elites à Democracia de Sociedade Civil". *In*

João Paulo dos Reis Velloso, org. (2000): 517-538.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2001) "Self-Interest and Incompetence". *Journal of Post Keynesian Economics* 23(3), Spring 2001: 363-373.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos e DALL'ACQUA, F. (1991) "Economic Populism x Keynes: Reinter- preting Budget Deficit in Latin America". *Journal of Post Keynesian Economics*, 14(1), outono 1991. Traduzido para o português em Bresser-Pereira, org. (1991).

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos e NAKANO, Yoshiaki (2002a) "Uma Estratégia de Desenvolvimento com Estabilidade". *Revista de Economia Política*, 21(3) julho 2002:146-177.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos e NAKANO, Yoshiaki (2002b) "Economic Growth with Foreign Savings?" *Revista de Economia Política,* 22(2) abril 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos, MARAVALL, José María e PRZEWORSKI, Adam (1996) *Reformas Econômicas em Novas Democracias*. São Paulo: Editora Nobel, 1996. Publicado originalmente em inglês, 1993.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos, org. (1991) *Populismo Econômico*, São Paulo: Nobel, 1991. CANITROT, Adolfo (1975) "A Experiência Populista de Redistribuição de Renda". *In* Bresser-Pereira,

org. (1991) *Populismo Econômico*. São Paulo: Editora Nobel. Originalmente publicado em *De- sarrollo Económico*, 1975.

COAKLEY, J., KULASI, F. e SMITH, R. (1996) "Current Account Solvency and the Feldstein-Horioka Puzzle, *The Economic Journal,* 106, 1996: 620-627. Citado em Zerbini (2002).

COHEN, Daniel (1994) "Growth and External Debt", in Van der Ploeg, Frederick (ed.), *The Hand- book of International Macroeconomics*, Cambridge.

FURTADO, Celso (2002) *Em Busca do Novo Modelo*. São Paulo: Editora Paz e Terra.

MARAVALL, José María (1996) “Política e Políticas: Reformas Econômicas na Europa Meridional”.

In Bresser-Pereira, Maravall e Przeworski (1996): 83-132.

PATILLO, C., POIRSON, H. e RICCI, L. (2002) “External Debt and Growth”, *IMF Working Paper*, no.

02/69.

REIS VELLOSO, João Paulo, org. (2000) *Brasil 500 anos. Futuro, Presente, Passado.* Rio de Janeiro: Editora José Olympio.

RODRIK, Dani (1998) “Who Needs Capital — Account Convertibility?”, in *Essays in International Finance*, 207. Princeton University.

ROCHA, Fabiana e Maria Beatriz ZERBINI (2002) “Using Panel Structure to Discuss the FeldsteinHo- rioka Puzzle in Developing Countries”. São Paulo: Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da USP, maio 2002. Cópia.

SIMONSEN, Mario H. e CYSNE, Rubens P. (1995), *Macroeconomia*. São Paulo: Editora Atlas. SINN, S. (1992) “Saving-investment Correlations and Capital Mobility: On the Evidence from Annual

Data”. *Economic Journal*, setembro, 1992, nº 102: 1162-1170. Citado em Rocha e Zerbini (2002).

TAYLOR, John B. (1993) “Discretion versus Policy Rules in Practice”. *Carnegie-Rochester Series on Public Policies* 39: 195-214.

TAYLOR, John B. (2001) “The Role of the Exchange Rate in Monetary-Policy Rules”, *American Eco- nomic Review*, 91(2), May 2001: 263-267.

WILLIAMSON, John (1990) “What Washington Means by Policy Reform”: 7-38 e “The Progress of Policy Reform in Latin America”: 353-420. *In* Williamson, John, org. (1990) *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*. Washington: Institute for International Economics.

WILLIAMSON, John (2002) “Is Brazil Next?” Washington, DC: Institute for International Economics, International Economics Policy Briefs, PB02-7, agosto 2002.